# DESAFIANDO O RIO-MAR

## Descendo o Juruá I

HIRAM REIS E SILVA

O trabalho desenvolvido por este destemido explorador não é para qualquer um.

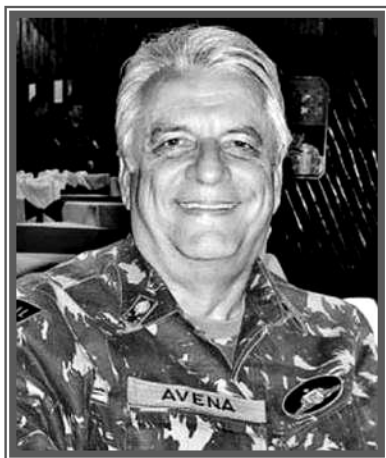
Ouso dizer que é para poucos, porque envolve minucioso planejamento, desprendimento, coragem e habilidade pessoal.

Tenho certeza de que, ao apreciar o conjunto de sua obra, as gerações atuais e futuras vão render a devida homenagem a este intrépido desbravador, ao corajoso pioneiro, ao nobre cidadão, que não hesita em enfrentar as enormes limitações que se antepõem à realização de seus projetos.

Estes não envolvem qualquer interesse pessoal mas a rija determinação de deixar para a posteridade um trabalho que só pode ser feito por pessoas especiais como ele.

(General-de-Exército
Ítalo Fortes Avena)

# *Prefácio*

Por General-de-Exército Ítalo Fortes Avena

A Região Amazônica sempre me despertou uma enorme admiração. Criança ainda, minha imaginação navegava pelas águas de seus impetuosos Rios e penetrava floresta adentro na busca de uma aventura cujos perigos eram mitigados pela inexperiência de uma vida ainda nos primórdios de sua existência.

Incontáveis vezes a gurizada se reunia para planejar uma aventura amazônica, uma incursão à imensidão verde para conhecer seus mistérios e desvendar suas lendas. Apesar de nunca concretizada, permaneceu latente em nossas mentes, como chamariz para futuros passos.

Quando ingressei no Exército, pensava que minha vocação seria para a Artilharia. Em Cachoeira do Sul – RS, minha cidade natal, admirava os tiros das armas pesadas do então 3° Grupo de Obuses 155. Entretanto, no momento da escolha de arma, foi fundamental o trabalho desenvolvido pelo 5° Batalhão de Engenharia de Construção, "Pioneiro da Amazônia", para que eu marchasse, sem hesitação, para a mesa onde se encontrava o estandarte da Engenharia, escolha da qual jamais me arrependi. Meses antes, o então Capitão Lauro Pastor passara pela AMAN recrutando os futuros Aspirantes para servirem na Unidade que estava se instalando em Rondônia.

Esta se destinava a escrever uma grandiosa história na Amazônia, inflamando os corações dos jovens Cadetes que ansiavam em participar ativamente de um projeto pioneiro e patriótico de conquista e desenvolvimento desta instigante região do território nacional.

Ao ser declarado Aspirante-a-oficial, fui impedido de servir na Amazônia pelos que me antecederam na escolha. Devido a isso, decidi preencher uma vaga no Nordeste, mais precisamente no 3° BEC, onde aprendi os fundamentos básicos para a implantação e pavimentação de rodovias. Lá fiquei até cursar a EsAO. Após este curso, chegou o momento de concretizar o sonho amazônico, região onde viria a servir durante quatorze anos, seis deles às margens do Juruá, Rio que teria uma presença fundamental na minha vida.

Incontáveis vezes singrei, em embarcações toscas, suas barrentas águas e planejei inúmeras expedições das mais diversas naturezas – logísticas, operacionais, humanitárias – tanto no curso principal quanto nos afluentes de sua extensa Bacia.

Faço esta digressão para afirmar que, por conhecer bem o Juruá, posso avaliar a grandiosidade desta Expedição realizada pelo Coronel Hiram. Arrisco a dizer que talvez tenha sido a mais difícil realizada em seu périplo amazônico. Não pela dificuldade de navegação, porque já enfrentou Rios mais caudalosos e mais acidentados, mas principalmente pelas características da região que teve de atravessar, pela complexa missão que se propôs a cumprir. Engana-se quem pensa que a Amazônia é uma região uniforme, com os mesmos parâmetros em toda a sua extensão. Ao contrário, cada lugar envolve características específicas e peculiaridades que o distingue dos demais.

Ao ler os seus escritos, percebo claramente que se houve magnificamente bem. Seu relato, claro e fluente, é uma lição de história em um espaço geográfico que foi palco de muitas operações heroicas, nas quais se sobressaíram homens de vontade férrea, de caráter pétreo, que permitiram a incorporação de uma extensa e opulenta região ao território brasileiro.

A Bacia do Juruá foi testemunha de um período épico de nossa história, de intenso sacrifício, no qual patriotas venceram inclusive a incompreensão daqueles que não conseguiam entender a importância de lutar por uma região que poderia ter-se transformado em um enclave britânico em nossa fronteira Ocidental.

Da mesma forma, o Cel Hiram tem enfrentado um cipoal de dificuldades para realizar suas históricas Expedições. Muitas vezes fico sem entender o porquê de não receber o merecido apoio oficial para a realização voluntária de um trabalho que deveria ser incentivado pelos órgãos que executam ações institucionais na região.

Fico pasmo ao ver seus apelos para completar um orçamento enxuto, no qual constam apenas os custos essenciais.

Por outro lado, há um valor imenso naquela lista de contribuintes espontâneos que se cotizam para apoiar seus empreendimentos, proporcionando um caráter exclusivo em relação a outras iniciativas da mesma natureza. O trabalho desenvolvido por este destemido explorador não é para qualquer um. Ouso dizer que é para poucos, porque envolve minucioso planejamento, desprendimento, coragem e habilidade pessoal.

Tenho certeza de que, ao apreciar o conjunto de sua obra, as gerações atuais e futuras vão render a devida homenagem a este intrépido desbravador, ao corajoso pioneiro, ao nobre cidadão, que não hesita em enfrentar as enormes limitações que se antepõem à realização de seus projetos. Estes não envolvem qualquer interesse pessoal mas a rija determinação de deixar para a posteridade um trabalho que só pode ser feito por pessoas especiais como ele.

Portanto, caros leitores, passem a partir de agora, a absorver o conteúdo deste importante livro, que vem a acrescentar relevantes conhecimentos sobre uma região pouco conhecida da maioria dos brasileiros.

Ao autor, deixo o meu incentivo, lembrando o brado de honra da nossa Engenharia de Selva:

**Avante... remar... SEEELVA!!!**

## *Currículo Informal do Gen Ex Avena*

O Colégio Militar de Porto Alegre foi brindado, no dia 04.05.2009, com a visita de um ex-aluno do velho Casarão da Várzea, um ícone da nossa engenharia militar e figura de destaque no cenário nacional.

Meu caro amigo e Ir∴ Coronel Leonardo Roberto Carvalho de Araújo fez a apresentação do General-de-Exército Ítalo Fortes Avena – primeiro ex-aluno da 2ª fase do CMPA a atingir esse posto e, na época, Chefe do Departamento de Engenharia e Construção. Disse o Coronel Araújo:

> O General-de-Exército Ítalo Fortes Avena, gaúcho de Cachoeira do Sul, foi aluno do CMPA no ano de 1963. Oficial da Arma de Engenharia formado pela AMAN em 1969, é Mestre e Doutor em Ciências Militares, possuindo ainda os cursos de Guerra na Selva e Pavimentação Rodoviária.
>
> Sua paixão pela Engenharia e pelo trabalho em prol das populações mais carentes fê-lo construir a maior parte de sua brilhante carreira militar no Norte e Nordeste do País, onde comandou um BEC, a 8ª e a 12ª RM. Só na Amazônia, foram 14 anos de serviço. Mesmo após sua ida para Brasília, foi ser o Diretor de Obras e Cooperação do Exército. Como todos esperavam, ao ser promovido a General-de-Exército, coube-lhe chefiar o Departamento de Engenharia e Construção.
>
> Conhecido e reconhecido nacional e internacionalmente pela grande capacidade inovadora e empreendedora, foi um dos artífices do retorno do Exército às grandes obras de engenharia no Brasil, como a duplicação da BR-101 [Nordeste], a transposição do Rio São Francisco, a construção e ampliação de

aeroportos, portos e gasodutos, a recuperação de estradas e muitas outras grandes obras de elevado alcance econômico e social.

Chamado por muitos na Amazônia de "*o General da ação social*", é patrono de iniciativas de grande impacto social, que fizeram com que o Governador do Amazonas dissesse que ele tem suas impressões digitais gravadas no desenvolvimento do Amazonas.

Algumas iniciativas:

- Os Projetos Asas da Bola e Esporte Clube Asa da Amazônia incentivam a prática do futebol entre crianças carentes de seis anos ou mais, que são treinadas por atletas reconhecidos na Agremiação de Subtenentes e Sargentos da Amazônia [ASA]. Os projetos visam também apoiar os pais e o desenvolvimento da família, criar estrutura familiar e assim apoiar ainda mais o jovem atleta na prática do esporte, contribuindo para formar o cidadão para ele seja um verdadeiro craque na vida;

- Em convênio com o SEBRAE do Amazonas, o Gen Avena possibilitou levar os serviços de educação à distância dessa entidade para cerca de 27 mil pessoas do Estado que vivem em comunidades fronteiriças de dificílimo acesso;

- No apoio técnico à agricultura, possibilitou que alunos concludentes das Escolas Agrotécnicas Federais da região amazônica ingressassem como Sargentos Técnicos Temporários junto a Organizações Militares, obtendo assim o máximo de autonomia na produção de alimentos nas áreas de fronteira. Além disso, os Sargentos estão autorizados a prestar apoio às comunidades fronteiriças, proporcionando-lhes a mesma assistência dada ao pelotão de fronteira, ensinando-lhes as técnicas de plantio e intermediando, junto ao governo, por intermédio

da RM, a obtenção dos insumos. A ideia geral foi diminuir os custos logísticos e proporcionar emprego e renda nas áreas de fronteira, fixando o homem à terra, atraindo investimentos, viabilizando a permanência de contingentes cada vez maiores e mais produtivos nessas remotas regiões;

- Em parceria com o governo do Estado e com produtores rurais, engajou o Exército no Programa de Regionalização da Merenda Escolar, possibilitando a inclusão de produtos regionais no cardápio da tropa da região amazônica, contribuindo para desenvolver a agricultura regional e oferecer uma alimentação já familiar à maioria do contingente.

Embora seja conhecido em meios empresariais como "*o maior empreiteiro do Brasil*", o Gen Avena afirma que o Exército não é uma empreiteira, mas sim um órgão público que trabalha em ritmo de excelência. Sintonizado com a tecnologia, o Gen Ítalo Fortes Avena foi o primeiro General da ativa a ter um perfil no Orkut.

Por fim, alguns anos antes de Barak Obama criar o famoso "*Yes, we can*", cabe citar uma frase que o Gen Avena cunhou e que sintetiza o profissional que é:

> Se temos capacidade de realizar, por que vamos dizer não?

O General-de-Exército Ítalo Fortes Avena ao despedir-se do serviço ativo foi convidado, pela Organização das Nações Unidas, para ser Consultor Militar daquela entidade.

## *Canção do Engenheiro*
***(Jonas Corrêa Filho e Valmirina Ramos Corrêa)***

*Se for mister partir um dia para a guerra*
*Pra defender o brasileiro solo amado*
*Marchará na vanguarda, nossa tropa galharda*
*Cujo peito inflamado, fortes surtos encerra.*

*Será possante a grã-muralha que oporemos*
*Ao invasor que ameaçar nossas fronteiras*
*E serão bem mais fortes*
*As pujantes coortes*
*Das legiões brasileiras*
*Nos momentos supremos.*

*No calor da contenda, em que se jogue do Brasil a sorte*
*E a vitória a palmo se empreenda*
*Não teme nunca o engenheiro a rude morte.*

*Nossos bravos soldados*
*Serão desassombrados*
*Para a conquista audaz da glória e da paz*
*Que o triunfo trás.*

*Quando for necessário trabalhar sob a metralha*
*Que abre claros imensos lá nos campos da peleja*
*Nem por isso esmorece com o pavor que a morte espalha*
*Quem forte seja no que deseja.*

*Os serviços maiores e as missões mais importantes*
*São na guerra confiadas a nossa grande energia*
*Que também mede emoções vibrantes*
*Em que porfia a nobre Engenharia.*

# *Agradecimentos*

À Vanessa, Danielle e João Paulo, meus filhos queridos que, mesmo diante de todas as dificuldades pelas quais estamos passando com o grave problema de saúde de minha esposa inválida e, consequentes dificuldades de toda ordem, sempre me apoiaram e incentivaram;

Ao caro amigo General-de-Exército Ítalo Fortes Avena, ao então Chefe do Estado-Maior do CMA –, o saudoso General-de-Brigada José Luiz Jaborandy Júnior e ao Comandante da 16° Brigada de Infantaria de Selva –, General Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, pelo apoio incondicional ao nosso projeto;

Aos amigos da Polícia Militar do Estado do Acre e Amazonas e, em especial, aos seus Comandantes que colocaram pessoal e viaturas à nossa inteira disposição;

À minha querida companheira Rosângela Maria de Vargas Schardosim, de Bagé, que, incansavelmente, contribuiu nas pesquisas, sugestões, divulgação de artigos relativos ao Projeto-Aventura e a questões amazônicas em diversos periódicos nacionais, além de me assessorar no planejamento e coordenação da captação de recursos;

Ao meu irmão caçula engenheiro Carlos Henrique Reis e Silva, amigo de todas as horas, o apoio irrestrito e oportuno à minha família;

Ao querido amigo e Ir∴ Coronel Leonardo Roberto Carvalho de Araújo, esteio fundamental na divulgação do Projeto e conselheiro, criterioso, das minhas entrevistas e artigos;

A meus amigos, irmãos e mestres Cristian Mairesse Cavalheiro e Daniel Luís Costa Scherer nossos primeiros e mais fieis colaboradores que continuam apoiando nossas jornadas;

Aos Professores Major R/1 *Eneida* Aparecida Mader *e Sérgio* Pedrinho Minúscoli do Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA), que realizaram uma criteriosa revisão deste livro.

E a todos os que, de uma forma ou de outra me apoiaram antes, durante ou mesmo depois da execução do empreendimento. Estejam certos de que vossa contribuição foi um patriótico investimento.

## *Homenagem*

O General Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo nasceu, em 1850, na antiga Província do Rio de Janeiro, filho de Belchior de Mendonça Lobo.

Assentou praça a 04.03.1865, no 5° Corpo de Voluntários da Pátria, seguindo para os campos de Guerra paraguaios, onde participa nos combates dos Fortes Curuzu e Curupaiti, e na Batalha de Tuiuti [todos em 1867], sendo elogiado por seu comportamento nas ações militares.

Participa, também, das Batalhas de Itororó e de Avaí, o que lhe valeu a promoção de Alferes, por atos de bravura.

Em Lomas Valentinas, foi gravemente ferido e hospitalizado. Recebe, então, elogio do Ministro da Guerra em nome do Imperador Pedro II.

Em fevereiro de 1869, regressou ao Rio de Janeiro para completar o tratamento de saúde.

Seu nome foi incluído no voto de felicitações da Câmara dos Deputados, em agradecimento ao Exército e à Marinha pelos triunfos alcançados na Guerra do Paraguai.

Restabelecido dos ferimentos, regressa ao campo de operações militares, a tempo de tomar parte na Batalha de Campo Grande, quando recebe citação especial do Conde d'Eu, Comandante-em-chefe das Forças Brasileiras.

Terminada a Guerra, com o posto de Tenente, Bellarmino Mendonça volta ao Rio de Janeiro e normaliza sua situação do Exército, matriculando-se, em 1871, na Escola Militar, de onde saiu, depois de sete anos, bacharel em Matemática e Ciências Físicas.

A carreira militar proporcionou-lhe importantes Comissões no Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo. Esteve à disposição do Ministério das Relações Exteriores para tratar de assuntos relativos às fronteiras Brasil-Argentina. (TOCANTINS, 1989)

# *Amigos Investidores*

## *Amizade*
***(Gibran Khalil Gibran)***

*Vosso amigo é a satisfação de vossas necessidades. Ele é o campo que semeais com carinho e ceifais com agradecimento. É vossa mesa e vossa lareira. Pois ides a ele com vossa fome e o procurais em busca de paz. Quando vosso amigo expressa seu pensamento, não temais o "não" de vossa própria opinião, nem prendais o "sim".*

*E quando ele se cala, que vosso coração continue a ouvir seu coração, porque na amizade, todos os desejos, ideais, esperanças, nascem e são partilhados sem palavras, numa alegria silenciosa.*

*Quando vos separais de vosso amigo, não vos aflijais. Pois o que amais nele pode tornar-se mais claro na sua ausência, como para o alpinista a montanha aparece mais clara, vista da planície.*

*E que não haja outra finalidade na amizade a não ser o amadurecimento de espírito. Pois o amor que procura outra coisa a não ser a revelação de seu próprio mistério não é amor, mas uma rede armada, e somente o inaproveitável é nela apanhado.*

*E que o melhor de vós próprios seja para vosso amigo. Se ele deve conhecer o fluxo de vossa maré, que conheça também o seu refluxo. Pois, que achais seja vosso amigo para que o procureis somente a fim de matar o tempo? Procurai-o sempre com horas para viver:*
*o papel do amigo é encher vossa necessidade,*
*não vosso vazio.*

*E na doçura da amizade, que haja risos e o partilhar dos prazeres. Pois, no orvalho de pequenas coisas, o coração encontra sua manhã e sente-se refrescado.*

Investidores: Adão Maciel, A.D.T., Ademir Bisotto, Aderbal Domingos Tortato, Adriano Pires Ribas, AHIMTB, Alberto Moreira Costa, Alberto Mota Porto Alegre, Alfredo José Coelho dos Santos, Altino Berthier Brasil, Álvaro Nereu Klaus Calazans, Álvaro Pereira, Aman – Tu 75, Amarcy de Castro e Araujo, Américo Adnauer Heckert, Ana Elizabeth Noll Prudente, André Luiz Oliveira Conceição, André Tiago S., Antônio de Pádua Sousa Lopes, Antônio Fernando Rosa Dini, Antônio Loureiro, Arnalberto Jacques Nunes Seixas, Batalhão de Engenheiros – Província de São Pedro, Cacinaldo Gomes Kobayashi, Carlos Alberto Da Cás, Carlos Henrique Reis e Silva, Carlos Humberto Furlan, Carlos Vilmar da Silva, Centro de Estudos Themas, Cesar Eduardo Pintos Trindade, Cícero Novo Fornari, Círculo Militar de Campinas, Clayton Barroso Colvello, Cristian Mairesse Cavalheiro, Daniel Luís Costa Scherer, David Daniel Carmem Prado, David Waisman, Décio José Dias, Deoclécio José de Souza, Edison Bittencourt, Edmir Mármora Jr., Edson M. Areias, Eduardo de Moura Gomes, Eduíno Carlos Barboza, Elias dos Santos Cavalcante, Elieser Girão Monteiro Filho, Eneida Aparecida Mader, Enzo PI, Ernesto Jorge Alvorcem Neto, Everton Marc, Félix Maier, Floriano Gonçalves Filho, Francisco B. C., Gelio Augusto Barbosa Fregapani, Geraldo de Souza Romano, Gerson Luís Batistella (Rotary Barril), Getulio de Souza Neiva, Gilberto Machado da Rosa, Gisele Pandolfo Braga, Glaucir Lopes, Helio M. Mello, Hiram de Freitas Câmara, Humberto R. Sodré, Jacinto Rodrigues, João Batista Carneiro Borges, Johnson Bertolucci, Jorge Alberto Barreto, Jorge Alberto Forrer Garcia, Jorge Luiz Ribeiro Morales, Jorge Mello, Jorge Vieira Freire, José Augusto Mariz de Mendonça, José de Araujo Madeiro, José Gobbo Ferreira, José Luiz Dalla Vechia, José Luiz Poncio Tristão, José Santiago

Magalhães, Joviano Alfredo Lopes, Leandro Enor Danelus, Leonardo Roberto Carvalho de Araújo, Levy Paulo da Silva Falcão, Linelson de Souza Gonçalves, Luciano Martins Tavares, Luciano S. Campos, Lúcio Batista Guaraldi Ebling, Luís Andreoli, Luiz A. Oliveira, Luiz Caramurú Xavier, Luiz Carlos Bado Bittencourt, Luiz Carlos Nunes Bueno, Luiz Ernani Caminha Giorgis, Luiz Roberto Dias Nunes, Luiz Roberto J., Mães da AACV (CMPA), Magnus Bertoglio, Manoel Soriano Neto, Marcelo Agusto S. Barros, Marco A. Dias P., Marco Antônio Andrés Pascual, Marcos Coimbra, Marcus Antônio Balbi, Marcus Balbi, Maria de Vargas Schardosim, Maria Helena Gravina, Mario Monteiro Campos, Milton B. Viana, Moacir Barbosa, Olavo Montauri Silva Severo Jr., Osmarino Borges, Patrícia Buche, Paulo Augusto Lacaz, Paulo Emílio Silva, Paulo Ricardo Chies, Paulo Roberto Viana Rabelo, Pedro Arnóbio de Medeiros, Pedro da Veiga, Pedro Eduardo Paes de Almeida, Pedro Fernando Malta, Pedro Meyers (Irmão Dr. Marc André Meyers), Pedro Paulo Cantalice Estigarríbia, Pedro Santana, Petrônio Maia Vieira do Nascimento e Sá, R.S.F., Renato Dias da Costa Aita, Renato Dutra de Oliveira, Renato Pozolo, Rogério Amaro, Rogério João Baggio, Rogério Oliveira da Cunha, Roner Guerra Fabris, Rosângela Maria de Vargas Schardosim, Sérgio Tavares Carneiro, Sidney Charles Day, Stelson Santos Ponce de Azevedo, Tibério Kimmel de Macedo, Tullio Enzo Pinto Perozzi, Turma 82 (Eng-AMAN), Turma C Infor Nr 3 (atual 1ª CTA), Uirassú Litwinski Gonçalves, Valmir Fonseca Azevedo Pereira, Valmor Nazareno, Venesiano de Brito Almeida, Virgílio Ribeiro Muxfeldt, Vitor Mário Scipioni Chiesa e Wanrley dos Anjos Perazzo.

## *Águas puras... Águas Barrentas...*

***(Sebastião Norões)***

*Velho Madeira a deslizar profundo*
*Por entre margens de vermelho e verde.*
*Meu velho Rio – amálgama de águas*
*Verdes e brancas e vermelhas e pretas.*

*Que escureza ([1]) e que espessura fluem*
*Dessa caudal eternamente enorme*
*Na estação da grande cheia.*

*Em meio às canaranas e árvores, as barrancas descendo*
*E as garças jangadeando ilhotas ambulantes.*
*E as madeiras trazidas pelo líquido amarasmado ([2]),*
*– símbolo andejo ([3]) a relembrar seu nome –*

*Velho Madeira a digerir molente ([4])*
*Bastas terras caídas.*
*Semelhando, no andar moroso e langue ([5]),*
*A jiboia depois que a presa tem.*

*Que leveza e que beleza fluem,*
*Nas suas águas de esmeralda e opala,*
*Na época da seca.*

*Não mais troncos descendo, nem barrancos boiando,*
*Águas pequenas, num correr suave,*
*Gaivotas mostrando a flor branca das praias*
*E a pureza hospedando na liquidez de sonho.*

---

[1] Escureza: escuridão.
[2] Amarasmado: cair em marasmo – apático.
[3] Andejo: andarilho.
[4] Molente: preguiçosamente, lentamente.
[5] Langue: sem forças.

# *Mensagen*s

### "*Verba volant, scripta manent!*"
### *("As palavras voam, os escritos permanecem")*

## Sr. Ayrton Bellarmino de Mendonça M. Teixeira

Parabéns pela iniciativa!

Fico contente que tenha sido obtido o apoio oficial e orgulhoso de que a Expedição receba o nome de meu tetravô, nascido Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo, mas mais conhecido como General Bellarmino Mendonça, cujo neto, Bellarmino Jayme Ribeiro de Mendonça, foi "*pracinha*" da FEB, como um dos oficiais do 1° Esquadrão de Reconhecimento – 1° Esquadrão de Cavalaria Leve, posteriormente [1949] denominado Esquadrão Ten Amaro.

Boa sorte na missão!

Ayrton

## Cunhado e Ir∴ Eduíno Barboza

É com grande prazer, e orgulho, que recebo esta tua mensagem "*UMA EXPEDIÇÃO DE AMIGOS*" através da qual tomo conhecimento de que afinal o teu espírito guerreiro e empreendedor é reconhecido por pessoas do quilate do teu "*Xará*", pela máquina pública, sobretudo, pelo Exército Brasileiro, isto porque a importância do teu trabalho está patenteado nos conteúdos das obras literárias da tua autoria. É com orgulho que vejo o teu esforço pessoal na luta em defesa da preservação da Amazônia bater à porta das autoridades militares e administrativas, visto ser tal preservação uma real necessidade no sentido de que a Amazônia não seja dilapidada e tomada de assalto.

Um Tríplice e Fraternal Abraço, Eduíno.

## Mestre e Amigo Luiz Carlos Bado Bittencourt

Amigo e irmão brasileiro,

Fiquei decepcionado com o trabalho do DNIT. Ao que parece, os mapas deverão ser refeitos!!! Pois não apresentam razões para que confiemos neles!!! Que tristeza!!! E, você com sua costumeira pertinácia, resiste aos "*piuns*", às distâncias monumentais da Amazônia e, apesar das dores lombares, rema valentemente, para a conquista de seu sonho atual, tornar a Amazônia mais conhecida, mais brasileira!

Precisamos, nós todos, voltarmos a atenção para essa região ÚNICA, em nosso Planeta, que pertence aos brasileiros, em sua maior parte! Se Cícero vivo fosse, muito provavelmente diria para os "*cegos*" brasileiros, que não se dão conta que nossa maior, e mais preciosa "*gema*" é a Amazônia:

> Até quando, ó Catilina, abusarás da nossa paciência? Por quanto tempo ainda há de zombar de nós essa tua loucura?

Mostra, Hiram, pela tua santa obstinação, aos cegos o que é a AMAZÔNIA! Saúde para ti, para Angonese, para Mário e para Marçal!

Grande e fraterno abraço,

Bittencourt

## Mestre, Amigo e Ir∴ Dr. Afrane Serdeira

Um grande TFA, estou muito feliz pois sua coluna aguentou todo seu esforço.

O implante que coloquei foi o primeiro confeccionado por mim e foi a primeira cirurgia que recebeu este implante. Não acredito que exista no mundo algum paciente operado de coluna que tenha feito tamanho teste de esforço.

Sou fascinado pelos Rios da Amazônia, quero comprar este livro do Juruá quando estiver à disposição.

Abraço do Afrane

## Amigo e Xará Coronel Hiram de Freitas Câmara

Vitorioso Xará:

Com que alegria li sua mensagem. Não é uma vitória apenas sua: é de todo o Brasil.

Em tempos de competições internacionais envolvendo nosso País, esta em que você vinha disputando sozinho, até o presente, e em todas as provas, contra si próprio – mesmo as de revezamento – o fato de a Nação Brasileira passar, oficialmente, a remar junto, tem o significado de reforçar-lhe o ânimo e assegurar o esforço brasileiro a seu lado, na "*Olimpíada*" de valorização da Amazônia Brasileira a que se propôs há uma dezena de anos atrás.

Em especial, porque este reforço, de peso, está representado por Chefes Militares Brasileiros com a compreensão do valor geopolítico do Brasil e da posse do quinhão territorial da Amazônia que a competência diplomática e militar de nossos antepassados conquistou e manteve, com tenacidade histórica, sob o manto da moralidade jurídica de Tordesilhas. Militares que hoje ocupam funções de alta responsabilidade na estrutura da Alta Administração da Força Terrestre, sensíveis à importância geoestratégica da missão a que você se impusera.

Estou vibrando, xará, ao perceber que as ondas concêntricas na água depois da batida do remo, ampliam-se e chegará o dia em que todos os brasileiros, e o mundo, despertados pela mídia, ouvirão, no silêncio de suas almas, o ruído de seu remo, batendo na água dos imensos Rios da Bacia Amazônica no Território Brasileiro.

E, aos poucos, entrarão em sintonia com a sensibilidade de quem vibra batidas ritmadas por seu coração, puro e bom.

Não temo apontá-lo, no reconhecimento do futuro, um brasileiro com alma de Rondon, um bandeirante de nossa época, solitário até pouco em seu sonho, adequado a seu tempo, no desenho da missão, com o mesmo sentimento integrador, de brasilidade e pacificação de espíritos.

Poderiam, se contemporâneos, ter sido Mestre e Aluno, ambos, sem qualquer temor do metro a pisar em frente, Cândido Mariano, valente pioneiro, em tempos do passo a passo nas trilhas abertas, onde civilizado algum havia pisado.

Rigoroso e disciplinado no estender os fios pelos quais, a cada parada, comunicava-se com a retaguarda à crescente distância em quilômetros; e dali, lançava sua mensagem telegráfica à imensa "*distância*" do ambiente deste início de século XXI.

Tempo de impensáveis meios de comunicação que hoje, correm a favor da correnteza. Porém, se Cândido Mariano contava, desde o início, com a estrutura do Estado para a missão oficial que cumpria, esse Hiram Reis e Silva, que você é, e de quem tanto me orgulho ser xará, navegou até pouco, por iniciativa própria, sem qualquer estrutura oficial de apoio, impulsionado pelo vigor de seu braço e de seu coração de Mestre desta época, inicialmente, multiplicando sentimento nacional nas mentes e nos corações de seus jovens alunos do Colégio Militar de Porto Alegre.

Hiram, até a poucos dias, você navegou remando, o tempo todo, contra o fluxo da correnteza da Vida e, muitas vezes, contrapondo-se às corredeiras de um ambiente burocrático que lhe parecia ser de amazônica dimensão.

Estou certo de que, em sua modéstia, não concordará com a citação de seu nome ao lado de Rondon. Aguardemos o reconhecimento de sua missão gigantesca quando completada, o que sempre julguei um desafio "*amazônico*".

Porém, ao tomar conhecimento de que, por meio da sábia decisão de Chefes Militares de consciência geopolítica, sua missão patriótica e voluntária, passará a contar com o apoio oficial de todas as Organizações Militares da Bacia do Juruá/Solimões, reforça-me a esperança de que aqueles que verdadeiramente amam o Brasil – e não a internacionalização ou a dilapidação de qualquer porção de nosso Patrimônio Territorial, – e acompanham sua saga, chamando a atenção para a valorização nacional da Amazônia Brasileira, poderão reconhecer o peso dessa decisão de Estado, representada por homens que pensam o Brasil, por sua verdadeira dimensão geopolítica e geoestratégica.

Com que satisfação li esses nomes, que acompanho e conheço desde suas formações, confirmando, no nível de decisão que hoje detêm, a grandeza que sempre demonstraram, até atingirem os altos cargos que hoje ocupam: Gen Ex Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, Comandante Militar da Amazônia; Gen Ex Ueliton José Montezano Vaz, Chefe do Departamento de Educação e Cultura do Exército [DECEX]; Gen Div Antônio Hamilton Martins Mourão, do seu Vice Chefe, do DECEX e companheiro de Turma [Tu/1975] do Cel Hiram Reis e Silva, na Academia Militar das Agulhas Negras [AMAN], todos da estrutura militar da Força Terrestre, em suas atuais e importantes funções; e o Diretor Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes [DNIT], autarquia federal vinculada ao Ministério dos Transportes, Gen Div Jorge Ernesto Pinto Fraxe.

Com o apoio de todos, e sob a chefia do General Villas Bôas, a Nação Brasileira remará junto, conforme consta da Ordem de Serviço n° 012 – E3.IM/CMA, de 1° de agosto de 2012, que versa sobre a EXPEDIÇÃO GENERAL BELLARMINO MENDONÇA, passa a englobar diversos e importantes projetos de natureza geopolítica e geoestratégica, na Bacia Amazônica nos limites nacionais, com sua participação ativa. É a vitória de uma vida.

De meus "*pagos*" cariocas, vêm-me à mente os tempos de 1963/64, servindo na Amazônia, e depois na década de 90, quando participei de um enorme projeto educacional para populações de muitos Municípios ribeirinhos, alcançando as Comunidades vizinhas às Organizações Militares na faixa de fronteira.

Vêm-me, então à cabeça, algo que ouvia sempre de um companheiro gaúcho que dizia a cada resultado em Física: "*No está muerto quien pelea*" e realmente não estava, pois viria a ser um excelente oficial; e, ainda tem forte acento gaúcho, a citação do poema de Jayme Caetano Braun, "*Vento Xucro*":

*Vento xucro do meu Pago*
*Que nos Andes te originas*
*Quando escuto nas campinas*
*O teu bárbaro assobio,*
*E sinto o golpe bravio*
*Do teu guascaço selvagem*
*Eu te bendigo a passagem,*
*Velho tropeiro do frio.*

Pois, amigo, aí está, com grande alegria e respeito, "*eu te bendigo a passagem*" pelas mentes e corações dos que ouviram o bater de seus remos nas águas da Soberania na Amazônia e só me resta felicitar a você, àqueles Chefes Militares com consciência geopolítica, à Amazônia, e ao Brasil.

O que agora ocorre é o reconhecimento por seu trabalho, graças à percepção daqueles Chefes, a estimular sua expansão, pelas gerações de alunos que você educou e educa, passando a dedicar-se, oficialmente, a algo que sempre realizou com acuidade e perícia: a pesquisa.

Você foi muito preciso na escolha de outra citação, esta de Dalai Lama:

> Quando surge um problema, você tem duas alternativas – ou fica se lamentando, ou procura uma solução. Nunca devemos esmorecer diante das dificuldades. Os fracos se intimidam. Os fortes abrem as portas e acendem as luzes. (Dalai Lama)

Sob essa luz, um forte abraço do xará, Hiram.

## *Vento Xucro*
### *(Jayme Caetano Braun)*

*Vento xucro do meu Pago*
*Que nos Andes te originas,*
*Quando escuto nas campinas*
*O teu bárbaro assobio*
*E sinto o golpe bravio*
*Do teu guascaço ([6]) selvagem,*
*Eu te bendigo a passagem,*
*Velho tropeiro do frio.*

*Pois eu sei que tu carregas*
*Nessa tropilha gelada*
*A seiva purificada*
*No topo da Cordilheira*
*Que faz da raça campeira*
*A mais legendária estampa*
*Forjada do bate-guampa ([7])*
*Das guerrilhas da fronteira.*

*Também sei que tu repontas ([8])*
*Das velhas plagas ([9]) Andinas*
*As tradições campesinas*
*Entreveradas por diante,*
*E como um centauro errante*
*Vagueias no continente*
*Remexendo a cinza quente*
*Da nossa História distante. [...]*

---

[6] Guascaço (guasqueaço): pancada, golpe dado com guasca (tira de couro cru), relhaço, chicotada, chibatada, correada, açoite.

[7] Bate-guampa: embates.

[8] Repontas: tocar o gado por diante.

[9] Plagas: regiões.

# *Sumário*



# Índice de Imagens

# Índice de Poesias

# *De Pé e à Ordem*

*Oh! quão bom e quão suave é que os irmãos vivam em união. É como o óleo precioso sobre a cabeça, que desce sobre a barba, a barba de Arão, e que desce à orla das suas vestes. Como o orvalho de Hermom, e como o que desce sobre os montes de Sião, porque ali o SENHOR ordena a bênção e a vida para sempre. (Salmos, 133:1-3)*

## De Pé e à Ordem

> Qual a definição da expressão "*DE PÉ E À ORDEM*"? Significa que, estando o Maçom em Loja "*de Pé e à Ordem*" ele estará fazendo o sinal do grau em que a Oficina da Arte Real está funcionando; de forma absolutamente correta. Que o Irmão ao dizer-se "*de Pé e à Ordem*" para outro irmão, [...] ele está dizendo que está pronto para receber e cumprir ordens e, principalmente, que o Maçom diz-se "*DE PÉ E À ORDEM*" por estar cônscio de suas obrigações para com a Sublime Ordem, a Família, a Pátria e a Humanidade. (Grão-Mestre Osvaldo Pereira Rocha)

## Desafio de um Amazônico Amigo

*Enfim lanço um desafio ao Coronel Hiram para que realize como realizei [nunca de caiaque é claro], a viagem da Serra do Divisor [nascente dos Rios Amônea e Moa] pelo Juruá até Manaus; tenho certeza, quase que absoluta, que o Comando Militar da Amazônia, em função da curiosidade sobre esse período desconhecido que vai reescrever as histórias do Estado do Acre e Militar na Amazônia, apoiará integralmente esse Projeto de Pesquisa.*
*(Ten Cel Eng Lauro Augusto Andrade Pastor Almeida)*

Respondi imediatamente afirmando ao Ten-Cel Pastor que estava pronto para mais esta missão. Recomendei, porém, que se iniciasse a jornada no Juruá, da

Foz do Breu, fronteira peruana, até a Foz do Amônea de onde se subiria a motor para depois descê-lo de caiaque, voltando a percorrer o Juruá até sua Foz no Solimões (mais de 3.100 km) e da sua Foz até Manaus pelo Solimões (mais de 850 km), a partir de dezembro de 2012, período das cheias. Chegaríamos à região no início de dezembro para iniciar as pesquisas, havendo necessidade de o caiaque e a "*voadeira*" de apoio, do 8° Batalhão de Engenharia de Construção – Santarém, PA, já terem sido transportadas, via fluvial, de Santarém, PA, a Porto Velho, RO, e por terra de Porto Velho até Cruzeiro do Sul, AC, de onde partiríamos, via fluvial, até a primeira Comunidade brasileira às margens do Juruá que é Foz do Breu.

Calculei entre cinco e seis meses a descida. De maio a julho, fecharíamos as pesquisas e o livro estaria pronto e editado até dezembro de 2013. Achei difícil que este sonho se transformasse em realidade.

As dificuldades encontradas até agora para viabilizar jornadas bem mais curtas justificavam meu pessimismo.

Os tempos áureos das descobertas e das expedições científicas parecem ter findado, o interesse das pessoas e das Instituições migrou para outros temas menos relevantes.

Mesmo assim a materialização deste desafio seria a realização de um ideal, eu teria a honra e o privilégio de percorrer as mesmas águas em que se aventurou, em 1905, o chefe da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Rio Juruá General Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo.

## “*Tâmo*” Junto Comandante!

Antes mesmo de ter sido confirmada a Expedição de Descida do Rio Juruá, resolvi iniciar meu planejamento consultando dois membros do Grupo Fluvial do 8° Batalhão de Engenharia de Construção (8° BEC), Santarém, PA, os Soldados *Mário* Elder Guimarães Marinho e *Marçal* Washington Barbosa Santos, se aceitariam compor a equipe de apoio para mais uma descida pelos amazônicos caudais. A resposta dos dois guerreiros foi imediata:

– *Tâmo junto Comandante!!!*

Nenhum dos dois sequer titubeou ou pensou em perguntar qual o Rio, de onde ou quando partiríamos, qual seria a duração da missão nem mesmo quais embarcações seriam empregadas, eles, simplesmente, estavam prontos – “*De Pé e à Ordem*”.

Nas minhas duas últimas descidas (Rio Amazonas – 23.12.2010 a 22.01.2011 – 851 km e Rios Madeira/Amazonas – 22.12.2011 a 15.02.2011 – 2.000 km) contei com o apoio irrestrito da valorosa Tropa de Elite do Barco a Motor (B/M) Piquiatuba da qual faziam parte, além do *Mário* e do *Marçal* os Soldados Walter *Vieira* Lopes e Edielson *Rebelo* Figueiredo.

Como esta missão é de longa duração em Rios e Igarapés que apresentam problemas de navegabilidade para embarcações maiores em determinados trechos, estou prevendo o apoio de uma “*voadeira*” com motor de rabeta de, no máximo 6,5 Hp, e um motor, reserva, de popa, de 25 Hp para emergências, com apenas dois militares para não desfalcar, por demais, o efetivo do Grupo Fluvial do 8° BEC.

A pronta resposta de meus caros amigos paraenses me fez "*engarupar na anca da história*" e lembrar os velhos tempos de aluno do Colégio Militar de Porto Alegre quando ouvi extasiado, pela Rádio Guaíba, o relato denominado "*Mensagem a Garcia*". A reportagem enaltecia a figura ímpar do Coronel Andrew Summers Rowan (1857-1943) que cumpriu, sem pestanejar, a missão de encontrar e entregar uma mensagem do Presidente Norte-americano William Mac Kinley (1843-1901) ao insurreto Major-General cubano Calixto Ramón García Iñiguez (1836-1898).

## Mensagem a Garcia

> Em todo este caso cubano, um homem se destaca no horizonte de minha memória. Quando irrompeu a Guerra entre a Espanha e os Estados Unidos, o que importava aos americanos era comunicar-se, rapidamente, com o chefe dos revoltosos – chamado Garcia – que se encontrava em uma fortaleza desconhecida, no interior do sertão cubano. Era impossível um entendimento com ele pelo correio ou pelo telégrafo. No entanto, o Presidente precisava de sua colaboração, e isso o quanto antes. Que fazer?
>
> Alguém lembrou: Há um homem chamado Rowan... e se alguma pessoa é capaz de encontrar Garcia, esta pessoa é Rowan. Rowan foi trazido à presença do Presidente, que lhe confiou uma Carta com a incumbência de entregá-la a Garcia. Não vem ao caso narrar aqui como esse homem tomou a Carta, guardou-a num invólucro impermeável, amarrou-a ao peito e, após quatro dias, saltou de um pequeno barco, alta noite, nas costas de Cuba; ou como se embrenhou no sertão para, depois de três semanas, surgir do outro lado da Ilha, tendo atravessado a pé um país hostil, e entregue a Carta a Garcia. O ponto que desejo frisar é este: Mac Kinley deu a Rowan

uma Carta destinada a Garcia; Rowan tomou-a e nem sequer perguntou:

– Onde é que ele está?

Eis aí um homem cujo busto merecia ser fundido em bronze e sua estátua colocada em cada escola. Não é só de sabedoria que a juventude precisa...

Nem de Instruções sobre isto ou aquilo. Precisa, sim, de um endurecimento das vértebras para poder mostrar-se altiva no exercício de um cargo; para atuar com diligência; para dar conta do recado; para, em suma, levar uma mensagem a Garcia. O General Garcia já não é deste mundo, mas há outros Garcias.

A nenhum homem que se tenha empenhado em levar adiante uma tarefa em que a ajuda de muitos se torne precisa têm sido poupados momentos de verdadeiro desespero ante a passividade de grande número de pessoas, ante a inabilidade ou falta de disposição de concentrar a mente numa determinada tarefa... e fazê-la. A regra geral é: assistência regular, desatenção tola, indiferença irritante e trabalho malfeito.

Ninguém pode ser verdadeiramente bem-sucedido, exceto se lançar mão de todos os meios ao seu alcance, para obrigar outras pessoas a ajudá-lo, a não ser que Deus Onipotente, na sua grande misericórdia, faça um milagre enviando-lhe, como auxiliar, um anjo de luz. Leitor amigo, tu mesmo podes tirar a prova. Estás sentado no teu escritório, rodeado de meia dúzia de empregados. Pois bem, chama um deles e pede-lhe:

> Queira ter a bondade de consultar a enciclopédia e de fazer a descrição resumida da vida de Correggio ([10]).

[10] Correggio: pintor renascentista italiano Antônio Allegri nasceu em Correggio em 1489.

Dar-se-á o caso de o empregado dizer, calmamente: – "*Sim, senhor*" e executar o que lhe pediste? Nada disso! Olhar-te-á admirado para fazer uma ou algumas das seguintes perguntas:

- Quem é Correggio?
- Que enciclopédia?
- Onde está a enciclopédia?
- Fui contratado para fazer isso?
- E se Carlos o fizesse?
- Esse sujeito já morreu?
- Precisa disso com urgência?
- Não seria melhor eu trazer o livro para o Senhor procurar?
- Para que quer saber isso?

Eu aposto dez contra um que, depois de haveres respondido a tais perguntas e explicado a maneira de procurar os dados pedidos, e a razão por que deles precisas, teu empregado irá pedir a um companheiro que o ajude a encontrar Correggio e depois voltará para te dizer que tal homem nunca existiu.

Evidentemente pode ser que eu perca a aposta, mas, seguindo uma regra geral, jogo na certa.

Ora, se fores prudente, não te darás ao trabalho de explicar ao teu "*ajudante*" que Correggio se escreve com "*C*" e não com "*K*", mas limitar-te-á a dizer calmamente, esboçando o melhor sorriso:

- "*Não faz mal... não se incomode*".

É essa dificuldade de atuar independentemente, essa fraqueza de vontade, essa falta de disposição de, solicitamente, se pôr em campo e agir, é isso o que

impede o avanço da humanidade, fazendo-o recuar para um futuro bastante remoto.

Se os homens não tomam a iniciativa de agir em seu próprio proveito, que farão se o resultado de seu esforço resultar em benefício de todos? Por enquanto parece que os homens ainda precisam ser dirigidos.

O que mantém muito empregado no seu posto e o faz trabalhar é o medo de, se não o fizer, ser despedido ou transferido no fim do mês. Anuncia-se precisar de um taquígrafo e nove entre dez candidatos à vaga não saberão ortografar nem pontuar, e – o que é pior – pensa não ser necessário sabê-lo.

– Olhe aquele funcionário – dizia o chefe de uma grande fábrica. É um excelente funcionário.

– Contudo, se eu lhe perguntasse por que seu trabalho é necessário ou por que é feito dessa maneira e não de outra, ele seria incapaz de me responder. Nunca deve ter pensado nisso.

– Faz apenas aquilo que lhe ensinaram, há mais de 3 anos, e nem um pouco a mais.

"*Será possível confiar-se a tal homem uma carta para entregá-la a Garcia?*"

Conheço um homem de aptidões realmente brilhantes, mas sem a fibra necessária para dirigir um negócio próprio e que ainda se torna completamente nulo para qualquer outra pessoa devido à suspeita que constantemente abriga de que seu patrão o esteja oprimindo ou tencione oprimi-lo.

Sem poder mandar, não tolera que alguém o mande. Se lhe fosse confiada a mensagem, a Garcia retrucaria, provavelmente:

– "*Leve-a você mesmo!*" Hoje esse homem perambula errante, pelas ruas em busca de trabalho, em estado quase de miséria. No entanto, ninguém se aventura a dar-lhe trabalho porque é uma personificação do descontentamento e do espírito da discórdia. Não aceitando qualquer conselho ou advertência, a única coisa capaz de nele produzir algum efeito seria um bom pontapé dado com a ponta de uma bota 44, sola grossa e bico largo.

Pautemos nossa conduta por aqueles homens, dirigentes ou dirigidos, que realmente se esforçam por realizar o seu trabalho.

Aqueles cujos cabelos ficam mais cedo encanecidos na incessante luta que estão desempenhando contra a indiferença e a ingratidão, justamente daqueles que, sem o seu espírito empreendedor, andariam famintos e sem lar.

Estarei pintando o quadro com cores por demais escuras?

Não há excelência na nobreza de si mesmo; farrapos não servem de recomendação. Nem todos os ricos são gananciosos e tiranos, da mesma forma que nem todos os pobres são virtuosos.

Todas as minhas simpatias pertencem ao homem que trabalha, fazendo o que deve ser feito, melhorando o que pode ser melhorado, ajudando sem exigir ajuda. É o homem que, ao lhe ser confiada uma carta para Garcia, toma a missiva e, sem a intenção de jogá-la na primeira sarjeta, entrega-a ao destinatário.

Esse homem nunca ficará "*encostado*", nem pedirá que lhe façam favores. A civilização busca ansiosamente, insistentemente, homens nessa

condição. Tudo que tal homem pedir, se lhe há de conceder. Precisa-se dele em cada Vila, em cada lugarejo, em cada escritório, em cada oficina, em cada loja, fábrica ou venda. O grito do mundo inteiro praticamente se resume nisso:

"***PRECISA-SE – E PRECISA-SE COM URGÊNCIA – DE UM HOMEM CAPAZ DE LEVAR UMA MENSAGEM A GARCIA***". (Elbert Hubbard)

# *Ahasverus e o Gênio*

## *(Antônio de Frederico Castro Alves)*

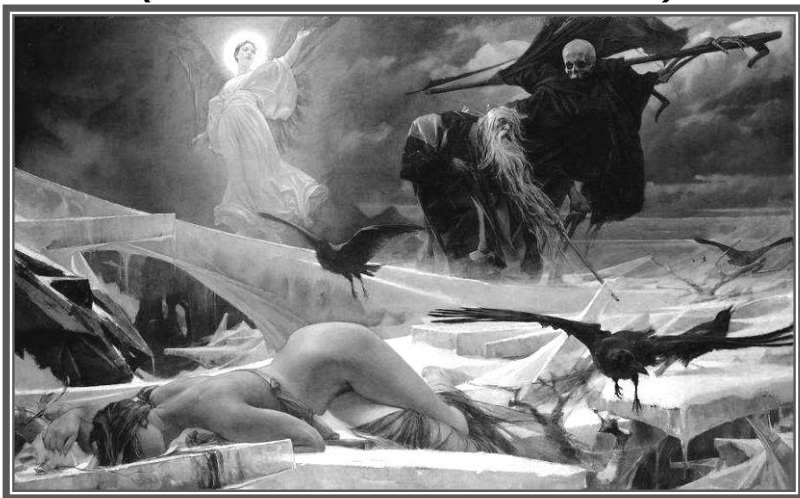



*Imagem 01 – Ahasverus (Adolf Hirémy-Hirschl, 1888)*

*Sabes quem foi Ahasverus? ([11]) – o precito ([12]),*
*O mísero Judeu, que tinha escrito*
*Na fronte o selo ([13]) atroz!*

*Eterno viajor de eterna senda...*

*Espantado a fugir de tenda em tenda,*
*Fugindo embalde à vingadora voz!*

*Misérrimo! Correu o mundo inteiro,*
*E no mundo tão grande... o forasteiro*
*Não teve onde... pousar.*

---

[11] Ahasverus: também chamado de Assuero ou Cartafilo, zombou de Jesus Cristo quando este passava em frente a sua residência com a pesada cruz às costas. A punição por esse ato tão desrespeitoso veio logo em seguida. Como castigo, o sapateiro foi amaldiçoado pelo Messias à errância eterna: a caminhar infinitamente pelo mundo, até o fim dos tempos, até a chegada do Apocalipse, sem ter paz nem descanso e sem nunca poder conhecer a morte. (Kenia Maria de Almeida Pereira) – referência na página 104 deste livro.

[12] Precito: condenado.

[13] Selo: destino.

*Com a mão vazia – viu a terra cheia.*

*O deserto negou-lhe – o grão de areia.*
*A gota d'água – rejeitou-lhe o Mar.*

*D'Ásia as florestas – lhe negaram sombra*
*A savana sem fim – negou-lhe alfombra ([14]).*
*O chão negou-lhe o pó! ...*

*Tabas, serralhos ([15]), tendas e solares...*

*Ninguém lhe abriu a porta de seus lares*
*E o triste seguiu só.*

*Viu povos de mil climas, viu mil raças,*
*E não pôde entre tantas populaças*
*Beijar uma só mão...*

*Desde a virgem do Norte à de Sevilhas,*
*Desde a inglesa à crioula das Antilhas*
*Não teve um coração!*

*E caminhou! ... E as tribos se afastavam*
*E as mulheres tremendo murmuravam*
*Com respeito e pavor.*

*Ai! fazia tremer do vale à serra...*
*Ele que só pedia sobre a terra*
*– Silencio, paz e amor! –*

*No entanto à noite, se o Hebreu passava,*
*Um murmúrio de inveja se elevava,*
*Desde a flor da campina ao colibri.*

*"Ele não morre" a multidão dizia...*
*E o precito consigo respondia:*
*– "Ai! mas nunca vivi!" –*

---

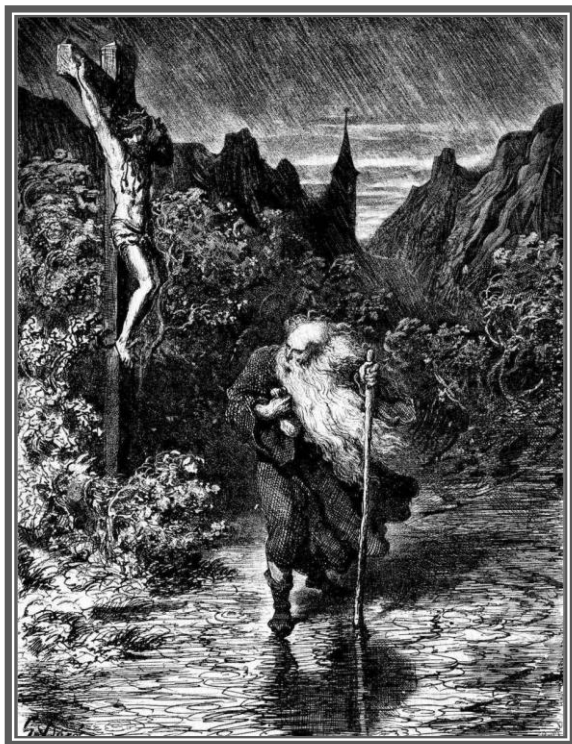
[14] Alfombra: tapete espesso e fofo.
[15] Serralhos: palácios dos sultões.

*O Gênio é como Ahasverus... solitário*
*A marchar, a marchar no itinerário*
*Sem termo do existir.*

*Invejado! a invejar os invejosos,*
*Vendo a sombra dos alamos frondosos...*

*E sempre a caminhar... sempre a seguir...*

*Pede uma mão de amigo – dão-lhe palmas;*
*Pede um beijo de amor – e as outras almas*
*Fogem pasmas de si.*

*E o mísero de gloria em gloria corre...*
*Mas quando a terra diz: – "Ele não morre"*
*Responde o desgraçado: – "Eu não vivi! ..."*

# *Expedição Gen Bellarmino Mendonça*

*Quando surge um problema, você tem duas alternativas – ou fica se lamentando, ou procura uma solução. Nunca devemos esmorecer diante das dificuldades. Os fracos se intimidam. Os fortes abrem as portas e acendem as luzes.*
*(Dalai Lama)*

Em mais de uma oportunidade, o Tenente-Coronel de Engenharia Lauro Pastor havia-me perguntado por que eu ainda não resolvera descer o Rio Juruá. Embora meu destino e minha meta sejam, sem dúvida, percorrer todos os grandes afluentes da magnífica Bacia do Rio-Mar, somente aqueles que têm conhecimento da série de obstáculos que tenho enfrentado para realizar minhas épicas jornadas, desde a Descida do Solimões, podem compreender minha relutância neste caso.

Quando apresentei, nos idos de 2008, minha proposta para descer o Rio-Mar (Solimões/Amazonas), desde Tabatinga, AM, até Belém, PA, ao Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA), onde sou Professor, o Comando, o Corpo Docente e Discente me apoiaram e elaboramos entusiasmados as diretrizes que norteariam este grande projeto multidisciplinar e interdisciplinar com uma face pedagógica bastante definida de total interesse não só para alunos e professores do CMPA, mas para a sociedade brasileira, que discutia e discute seriamente as questões ambiental, indígena e desenvolvimento sustentável da nossa floresta. Cada disciplina apresentou seus objetivos gerais e específicos, o procedimento que eu, como pesquisador, deveria seguir para colher as informações que atendessem plenamente as metas propostas e como estes conteúdos seriam trabalhados em sala pelos alunos do CMPA.

Eu pretendia partir de Tabatinga, AM, percorrer todo o Solimões e o Amazonas de caiaque, e chegar a Belém, PA, em quatro meses depois de percorrer aproximadamente 3.300 km.

Na época, as Organizações Militares de ensino a que o Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA) estava diretamente subordinado, determinaram que eu refizesse meu planejamento e o limitasse ao período das férias escolares. Reprogramei a descida para dois meses com o objetivo de percorrer todo o Rio Solimões nos meses de dezembro e janeiro (Tabatinga/Manaus). Novamente minhas expectativas foram frustradas! O Escalão Superior entendeu que o projeto devesse ser executado apenas durante o mês de férias a que eu tinha direito.

Parti em busca de uma alternativa, não tinha nenhum sentido concluir a jornada em Tefé percorrendo apenas metade do Solimões. A solução, finalmente encontrada, com o apoio irrestrito do Comandante do CMPA, meu caro amigo Coronel Paulo Contieri, foi a de solicitar rescisão do contrato com o Colégio nos meses de dezembro e janeiro e tentar a recontratação a partir de fevereiro de 2009. Eu sabia que o adicional de salário que percebia como Professor do Colégio Militar iria fazer muita falta. Os custos de enfermagem e produtos farmacêuticos com minha esposa inválida eram muito altos, as perspectivas eram extremamente desfavoráveis, mas eu já não podia, absolutamente, recuar. Foi neste triste momento de desencanto e desânimo que recebi um e-mail de meu velho amigo, General Joaquim Silva e Luna, na época Chefe do Estado Maior do Exército, no qual ele me incitava com seu lema predileto: "*Prossiga na Missão!*".

O velho camarada, parceiro de tantos desafios enfrentados na BR-174 (Manaus, AM/Boa Vista, RR), no início da década de 80, me animou com sua lacônica mensagem. Mesmo enfrentando a falta de apoio por parte da Força Terrestre e de quaisquer patrocínios institucionais consegui, finalmente, cumprir a Missão antes do prazo previsto e com todas as metas alcançadas.

***Vento Xucro***
***(Jayme Caetano Braun)***

*E como um centauro errante*
*Vagueias no continente*
*Remexendo a cinza quente*
*Da nossa História distante.*

Fiz questão de fazer esse pequeno preâmbulo para revelar alegremente que, hoje, novos e salutares "*ventos xucros*" percorriam os corredores e gabinetes das Organizações Militares que tratam efetivamente dos assuntos afetos ao Ensino e à Cultura de nosso Exército.

O "*Vento Xucro do meu Pago*" rompeu as fronteiras Rio-grandenses e resolveu arejar as instituições de ensino da Força Terrestre mostrando a todos que apenas "*Remexendo a cinza quente da nossa História distante*" podemos crescer como Nação e para isso temos de nos valer de pesquisadores.

Nosso projeto, finalmente, está sendo tratado como uma pesquisa de interesse da Força Terrestre e, por isso mesmo, minha contratação como Prestador de Tarefa por Tempo Certo (PTTC) passou de "*Professor*" para "*Pesquisador*".

Graças ao apoio irrestrito do Comandante Militar da Amazônia, General de Exército Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, do Chefe do Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX), General de Exército Ueliton José Montezano Vaz e do seu Vice-Chefe, General de Divisão Antônio Hamilton Martins Mourão, companheiro de Turma (Tu AMAN/1975) da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) vamos contar, desta feita, com o apoio oficial das Organizações Militares da Bacia do Juruá/Solimões.

O Diretor Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Autarquia Federal vinculada ao Ministério dos Transportes, General de Divisão Jorge Ernesto Pinto Fraxe (Tu Eng AMAN/1975) nos incumbiu de atualizar seus Mapas Multimodais prenhes de incorreções além de outras missões afetas a um Reconhecimento de Engenharia. O General Villas Bôas montou uma verdadeira Operação Militar como podemos constatar na Ordem de Serviço abaixo, onde estão atribuídas as responsabilidades pelo apoio em cada fase da missão.

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
(Comando de Elementos de Fronteira – 1948)

ORDEM DE SERVIÇO n° 012 – E3.IM/CMA, de 1° de agosto de 2012

EXPEDIÇÃO GENERAL BELLARMINO MENDONÇA

1. FINALIDADE

– Regular as atividades a serem desenvolvidas por ocasião da Expedição General BELLARMINO MENDONÇA, destinada a realizar um reconhecimento do Rio JURUÁ, com foco nos aspectos de interesse geográfico e histórico da região.

2. REFERÊNCIAS

– Diretrizes do Cmdo CMA.

3. OBJETIVOS

a. Obter dados atualizados sobre o Rio JURUÁ;
b. Atualizar e corrigir informações que constam em cartas e mapas;
c. Realizar uma reconstituição dos principais fatos históricos que marcaram a região;
d. Reportar, em livro, as experiências e levantamentos realizados durante a Expedição.

4. CONSIDERAÇÕES GERAIS

a. A Expedição General BELLARMINO MENDONÇA realizará um reconhecimento, no período de 1° DEZ 12 a 31 DEZ 13, ao longo do Rio JURUÁ e de alguns de seus afluentes, para atualização de dados, informações e levantamentos de área.
b. A Expedição terá a participação de uma equipe composta pelo Cel Eng R1 HIRAM Reis e Silva [Chefe] – do CMPA, pelo Cel Inf R1 Ivan Carlos Gindri ANGONESE [no trecho FOZ DO BREU, AC – CRUZEIRO DO SUL, AC] – do CMPA, e pelos Sd MÁRIO Elder Guimarães Marinho e MARÇAL Washington Barbosa Santos – ambos do 8° BECnst, sob a coordenação do Cmdo CMA.

c. Os trabalhos da equipe visarão atualizar e corrigir informações de cartas e mapas, corrigir nomenclatura de acidentes naturais, levantar necessidades de aeródromos e portos hidroviários, verificar as condições de navegabilidade da hidrovia no período considerado e ao longo do ano e levantar as necessidades dos Distritos e Municípios quanto à saúde, segurança e educação.

d. Durante o percurso, será realizado um estudo sobre os principais eventos históricos que marcaram a região, particularmente aqueles que tiveram a participação de militares.

e. Ao final da Expedição, será apresentado um livro com registros das experiências e dos levantamentos realizados no período, editado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

f. O Cmdo CMA apoiará a equipe, por intermédio das OM, quando esta estiver em suas respectivas áreas de responsabilidade, a fim de facilitar o atingimento dos objetivos propostos.

g. O acompanhamento do desenrolar da missão será executado por intermédio do Centro de Operações, em coordenação com a 3ª Seção CMA e com o Assessor de História do Cmdo CMA.

h. Os períodos previstos para desenvolver as atividades são:

| PERÍODO | OM Apoiadora |
| --- | --- |
| 1º DEZ 2012 a 12 FEV 2013 | 61º BIS |
| 13 FEV 2013 a 24 ABR 2013 | Cmdo 16ª Bda Inf Sl |
| 25 ABR 2013 a 31 DEZ 2013 | CMPA |

i. Os Municípios a serem percorridos são, no Estado do ACRE: MARECHAL THAUMATURGO, PORTO WALTER, RODRIGUES ALVES e CRUZEIRO DO SUL; e no Estado do AMAZONAS: GUAJARÁ, IPIXUNA, EIRUNEPÉ, ITAMARATI, CARAUARI, JURUÁ, FONTE BOA, UARINI, ALVARÃES, MARAÃ, TEFFÉ, COARI, CODAJÁS, ANORI, ANAMÃ, BERURI, MANACAPURU, MANAQUIRI, IRANDUBA e MANAUS.

5. EXECUÇÃO

a. Período

– 1° DEZ 2012 a 31 DEZ 2013. [...]

***A Vida de Viajante***
***(Luiz Gonzaga)***

*Minha vida é andar*
*Por esse país*
*Pra ver se um dia*
*Descanso feliz*
*Guardando as recordações*
*Das terras por onde passei*
*Andando pelos sertões*
*E dos amigos que lá deixei. [...]*

## *Saga de Um Canoeiro*
***(Boi Caprichoso)***

*Vai um canoeiro, nos braços do Rio,*
*Velho canoeiro, vai. Já vai canoeiro.*

*Vai um canoeiro, no murmúrio do Rio,*
*No silêncio da mata, vai. Já vai canoeiro.*

*Já vai canoeiro, nas curvas que o remo dá.*
*Já vai canoeiro*
*Já vai canoeiro, no remanso da travessia.*
*Já vai canoeiro.*

*Enfrenta o banzeiro nas ondas dos Rios,*
*E das correntezas vai o desafio. Já vai canoeiro.*

*Da tua canoa, o teu pensamento:*
*Apenas chegar, apenas partir. Já vai canoeiro.*

*Teu corpo cansado de grandes viagens.*
*Já vai canoeiro.*

*Tuas mãos calejadas do remo a remar.*
*Já vai canoeiro.*

*Da tua canoa de tantas remadas.*
*Já vai canoeiro.*

*O porto distante,*
*O teu descansar....*

*Eu sou, eu sou.*
*Sou, sou, sou, sou canoeiro. Canoeiro, vai!*
*Sou, sou, sou, sou canoeiro. Canoeiro, vai!*

# *Rio Juruá*

*A inconstância tumultuária do Rio retrata-se ademais nas suas curvas infindáveis, desesperadoramente enleadas, recordando o roteiro indeciso de um caminhante perdido, a esmar horizontes, volvendo-se a todos os rumos ou arrojando-se à ventura em repentinos atalhos. [...] ou vai, noutros pontos, em "furos" inopinados, afluir nos seus grandes afluentes, tornando-se ilogicamente tributário dos próprios tributários: sempre desordenado, e revolto, e vacilante, destruindo e construindo, reconstruindo e devastando, apagando numa hora o que erigiu em decênios – com a ânsia, com a tortura, com o exaspero de monstruoso artista incontentável a retocar, a refazer e a recomeçar perpetuamente um quadro indefinido...*
*(CUNHA, 2000)*

A Expedição General Bellarmino Mendonça tinha a intenção de percorrer os mais de 2.975 km de extensão do Médio e o Baixo-Juruá, desde a confluência com o Rio Breu (09°24'45,1" S / 72°42'59,7" O) até sua Foz no Solimões (02°37'53,1" S / 65°45'17,0" O), além de percorrer 100 km do curso de alguns de seus principais tributários – Tejo, Amônea, Juruá-mirim, Valparaíso, Paraná da Viúva, Moa, Riozinho da Liberdade, Gregório, Taruacá e Mineruazinho.

Seguiremos a rota da Comissão Mista Brasileiro-peruviana de Reconhecimento do Rio Juruá, comandada pelo então Coronel Bellarmino Mendonça, em 1905, que fez o reconhecimento hidrográfico detalhado desde a sua Foz no Solimões até a Foz do Breu e daí para cima um levantamento expedito do Alto-Juruá.

Na época, a Comissão, na sua "*Memória Descritiva*", dividiu o curso do Rio de acordo com suas condições de navegabilidade:

## Memória Descritiva

Rio Juruá, seu curso, sua divisão

A zona percorrida pela Comissão Mista Brasileiro-Peruana de reconhecimento do Rio Juruá ou "*Hyuruá*", vai da Foz às cabeceiras desse Rio entre as Latitudes extremas do 02°37' e 10°09' Sul e as Longitudes de 65°45' e 73°15' Oeste. O seu curso total mede aproximadamente 1.773 milhas marítimas ou 3.283 quilômetros.

Pode ser dividido na razão decrescente das aptidões que oferece à navegabilidade em Baixo, Médio e Alto-Juruá.

O Baixo-Juruá compreende o trecho da Foz à confluência do Tarauacá e mede cerca de 917 milhas ou 1.697,5 quilômetros.

O Médio-Juruá vai dessa ([16]) à confluência do Breu com 690 milhas ou cerca de 1.277 quilômetros.

O Alto-Juruá estende-se do encontro do Breu à nascente principal no Cerro das Mercês em pouco mais de 166 milhas ou 308 quilômetros aproximadamente.

O Juruá, afluente da margem direita do Rio Amazonas, com cerca de 3.283 km de extensão desde sua nascente peruana, no Cerro das Mercês, a 453 metros de Altitude, é considerado o mais sinuoso dos Rios da Amazônia e do Planeta. O Vale do Juruá engloba quatro Municípios acreanos [Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Rodrigues Alves e Cruzeiro do Sul]; e seis amazonenses [Guajará, Ipixuna, Eirunepé, Itamarati, Carauari, Juruá] cuja história remonta às numerosas nações indígenas de origem Pano e Aruaque.

---

[16] Dessa: confluência do Tarauacá.

A navegação é realizada regularmente desde sua Foz, no Solimões, até Cruzeiro do Sul, AC, numa extensão de 2.464 km. Da Foz até Eirunepé, AM [1.650 km], as profundidades são superiores a 2,10 metros. Entre Eirunepé e Cruzeiro do Sul pode-se contar ainda dessa profundidade, no período de águas médias e altas [dezembro a maio], e entre 2,1 m e 1,0 m, nos meses de águas baixas [setembro a novembro].

Na época de águas altas, a navegação é feita até Thaumaturgo de Azevedo, 330 km a montante de Cruzeiro do Sul, e, eventualmente, até a fronteira com o Peru. O apoio logístico ao longo da hidrovia é deficiente e a navegação noturna não é recomendada.

O tempo de viagem, da Foz até Cruzeiro do Sul, supera 14 dias. As embarcações que efetuam o abastecimento de Cruzeiro do Sul são balsas de 1.000 toneladas, na época de cheia, e 300 toneladas, na vazante.

Não há instalações portuárias ([17]) ao longo da hidrovia. A navegação comercial é feita pelos "*comboios*" que transportam combustíveis, chatas e "*regatões*", que atendem aos ribeirinhos.

O Rio Juruá é fértil em "*sacados*" ([18]) e tem declividade inferior a 5 cm/km.

As cidades mais importantes no curso da via são: Carauari, KM 610 [21.000 habitantes]; Eirunepé, KM 1.650 [26.000]; Cruzeiro do Sul, KM 2.464 [57.000].

---

[17] Instalações Portuárias: esta realidade está sendo alterada com a construção de Portos em Eirunepé, Itamarati, Carauari e projetos para os demais municípios da calha do Juruá.

[18] Sacados: Lagos marginais, em forma de ferradura, onde os Rios represam o excedente das suas grandes cheias.

## Um "*Rio Desordenado, e Revolto, e Vacilante* ..."

O texto que encabeça este tópico se refere ao Rio-Mar e não ao Juruá, a descrição, porém, lhe serve mais que perfeitamente. Com toda a tecnologia, fotografias aéreas e tantos outros recursos técnicos de que hoje dispomos, ninguém jamais foi capaz de descrever com tanta propriedade os Rios da depressão amazônica como o imortal Euclides da Cunha. O Juruá com suas infindas curvas, seus incontáveis "*sacados*" permite que, "*engarupados na anca da história*", recuemos ao passado e acompanhemos a sua eterna, incansável e permanente labuta de construir e reconstruir seu curso. Aqui ele retifica uma longa curva, rompendo a parte mais estreita do laço e buscando um atalho transforma a grande alça em um belo Lago em forma de ferradura; mais adiante, insatisfeito e assoreado, ele volta a invadir o "*Sacado*" há tanto tempo abandonado trazendo-o, novamente, para seu leito principal. É a "*inconstância tumultuária*" a que se refere o genial escritor.

## Relatos Pretéritos

Os primeiros expedicionários do século XVII, que desbravaram as águas do Rio-Mar, fizeram apenas breves relatos das embocaduras dos grandes afluentes que se lançam no Amazonas sem se aventurar a percorrê-los. Historiadores e geógrafos, dos séculos XIX e mesmo do início do século XX, omitiram o Rio Juruá da relação dos principais afluentes da Margem Meridional do Solimões, considerando-o um tributário menor. Antigos relatos apresentam um Juruá prenhe de mistérios e lendas, habitado por tribos de indígenas anões e outras cujos indivíduos possuíam um apêndice caudal.

Os comentários sobre seus aspectos geográficos eram totalmente incipientes e amiudados, alguns autores, ao compará-lo com o Jutaí, consideram-no inferior a este em extensão e vazão, outros lhe atribuíam um comprimento de apenas 2.000 km (61% do total). Desfolhemos, ainda que sintética e brevemente, as amareladas páginas da história deste Rio que há séculos vem povoando o imaginário dos povos.

### *Cristóbal de Acuña (1639)*

**LV – O Fim da Província dos Água...**

> [...] No entanto, como digo, ainda que não pudéssemos avistar essas nações, avistamos a Boca do Rio que, com razão, podemos chamar de Cuzco pois, de acordo com um regimento desta navegação que vi de Francisco de Orellana, está a Norte-Sul com a mesma Cidade de Cuzco. Entra no Amazonas a cinco graus ([19]) de altura a 24 léguas do último povoado dos Omáguas. Os nativos chamam-no de Juruá, e suas margens estão muito povoadas. Entrando-se por este Rio acima, pelo lado da mão direita, a tribo que aí habita não é outra senão a que eu já disse que habitava as ribeiras do Jutaí que, estendendo-se até suas margens, fica como que isolada entre ambos os Rios. E é este [...] o Rio por onde Pedro de Ursúa desceu do Peru. (ACUÑA)

### *Charles-Marie de La Condamine (1743)*

> Coari é a derradeira das seis povoações dos missionários carmelitas portugueses; as cinco primeiras são formadas dos restos da antiga Missão do Padre Samuel Fritz, e composta de um grande número de diversas nações, a maior parte transplantadas.

---

[19] Cinco graus: 02°37’52,2” S.

As seis acham-se na margem Austral ([20]) do Rio, onde as terras são mais altas, e a abrigo de inundações. Entre São Paulo e Coari, encontramos vários grandes e belos Rios, que vêm esgotar-se no Amazonas. Do lado do Sul, os principais são o Jutaí, maior que o Juruá, que o segue, cuja embocadura de 362 toesas ([21]) pude medir; o Tefé, que o Padre d'Acuña chama Tapi; e o Coari, que não passava ainda há alguns anos senão por um Lago. Todos correm do Sul para o Norte, e descem das montanhas do Este de Lima, e ao Norte de Cuzco. Todos são navegáveis vários meses subindo desde suas Bocas, e vários índios contam que eles viram nas margens do Coari, em terras altas, um país aberto com enxames de moscas e animais cornígeros ([22]), e deles trazem despojos, coisas novas para eles, que provam que as fontes desses Rios regam países muito diferentes dos seus [...] (CONDAMINE)

## *Bernardo P. de Berredo e Castro (1749)*

**723**. Com a viagem deste dia saiu Pedro Teixeira das Povoações últimas dos índios Cambebas; e 38 léguas mais abaixo do Jutaí, pela mesma banda, na altura de cinco graus, chegou à Boca do Rio Juruá, habitado também de inumerável paganismo. (CASTRO, 1905)

## *José Monteiro Noronha (1768)*

**124**. Pouco mais de 20 léguas acima de Parauari, desemboca na margem Meridional do Amazonas o Rio Yuruá, chamado vulgarmente entre os brancos Juruá, em 2°30' de Latitude Austral ([23]), descendo do Reino do Peru, com direção do Sul, para o Norte.

---

[20] Austral: Meridional.
[21] 362 toesas: 705 metros.
[22] Cornígeros: que possuem cornos.
[23] 2°30': 02°37'52,2"S.

É abundante de salsaparrilha ([24]). O seu curso é dilatado, e o seu interior pouco penetrado pelos brancos. Dele se tem extraído muitos índios para os lugares de Alvelos, e Nogueira, pelos quais e pelos que o têm navegado sabe-se haver nele muitas nações de índios, das quais as mais conhecidas são: Katauixí, [...], Ugina, a que também chamam Coatatapiiya, isto é, nação de certos monos chamados Coatá. Na parte mais superior deste Rio, afirmam constantemente os índios haver uma populosa Aldeia de Omáguas, ou Cambebas. As armas dos índios do Juruá são: zarabatanas arcos, e flechas, lanças, e bordunas, que são como os Cuidarus do Japurá, envenenadas.

**125**. Os índios das nações Cauana e Ugina ficam mui superiores à catadupa ([25]) do Rio, e distante da sua Barra. Dos da nação Cauana dizem os índios [...] que são de estatura curta, que apenas excederá a cinco palmos. O que dizem dos da nação Ugina ou Coatatapiiya, é mais notável, porque afirmam terem todos caudas e que procedem de Índias, que se fecundaram com os monos chamados Coatá. [...] me inclino a que é verdadeira a notícia das caudas, por três motivos.

O primeiro, por hão haver razão física que dificulte as caudas.

Segundo, porque inquirindo eu vários índios oriundos e descidos do mesmo Rio, que viram e trataram com os Uginas, sempre os achei constantes, só com a diferença de dizerem uns que as caudas são de palmo a meio, e outros, que chegam a dois palmos e mais.

---

[24] Salsaparrilha (Smilax officinallis): levada do México para a Espanha, no século XIV, onde foi usada no tratamento de doenças venéreas.

[25] Catadupa: cachoeira.

O <u>terceiro</u>, por me afirmar o Reverendo Padre e Frei José de Santa Theresa Ribeiro, religioso Carmelita, e vigário atual do Lugar de Castro de Avelãs, que vira um índio descido do Rio Japurá, que tinha cauda, cuja história lhe pedi atestasse com uma certidão jurada, que passou e conservo em meu poder, do seguinte teor:

> Frei José de Santa Thereza, da Ordem de Nossa Senhora do Monte do Carmo da antiga observância etc.
>
> Certifico e juro, "*In verbo Sacerdotis*", e aos Santos Evangelhos, que, sendo eu Missionário na antiga Aldeia de Parauari, que depois se mudou para o Lugar que hoje é de Nogueira, chegou à dita Aldeia, no ano de 1751, ou 1752, um homem chamado Manoel da Silva, natural de Pernambuco ou da Bahia, vindo do Rio Japurá com alguns índios resgatados, entre os quais trazia um índio bruto, infiel, de idade de trinta anos, pouco mais, ou menos, do qual me certificou, o nomeado Manoel da Silva, que tinha rabo.
>
> E por eu não dar crédito a tão extraordinária novidade, mandou chamar o índio e o fez despir com o pretexto de tirar algumas tartarugas de um curral onde eu as tinha, para deste modo poder eu examinar a sua verdade. E com efeito vi, sem poder padecer engano algum, que o sobredito índio tinha um rabo da grossura de um dedo polegar, e do comprimento de meio palmo, coberto de couro liso, sem cabelos. E me afirmou o mesmo Manoel da Silva, que o índio lhe dissera que todo o mês cortava o rabo para não ser muito comprido, pois crescia bastante. E só não examinei a Nação do índio nem a parte certa onde habitava, nem se também tinham rabos os mais índios da sua nação. Porém há quatro anos, pouco mais ou menos, chegou-me a notícia de que no Rio Juruá há uma nação de índios com rabos. E por tudo ser verdade, passei esta de minha letra e sinal.
>
> – Lugar de Castro de Avelãs 15.10.1768
>
> – Frei José de Santa Thereza Ribeiro. (NORONHA)

## *Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio (1774)*

**CLVII –** Desce o Juruá das cercanias do Cuzco, dirigindo a sua dilatada carreira do Sul ao Norte. Na altura Austral de 2° 30′ [02°37′52,2″ S] faz Barra no Amazonas. Tem sido pouco frequentado pelos brancos; posto que fosse um dos primeiros que se navegaram no descobrimento destes países: pois por este Rio desceu Pedro de Ursúa, segundo descobridor do Amazonas, mandado pelo Marquês de Canhete Vice-Rei do Peru. Ninguém ignora o fim trágico deste cavaleiro navarrez ([26]), e como foi aleivosamente assassinado por dois oficiais do seu exército, Fernando de Gusmão e Lopo de Aguirre; movidos da ambição de lhe tirarem o fruto das suas largas descobertas, e do criminoso desejo de possuírem a famosa Ignez, mulher daquele infeliz General.

**CLVIII –** O gênero principal que se tem tirado do Juruá é a salsaparrilha. Há muitas nações de índios, dos quais se tem descido alguns para as nossas povoações, principalmente Catauixís e Maruás, e somente me reservo nomear duas pela sua singularidade.

**CLIX –** A 1ª destas nações é Cauána, espécie de anãos por serem de estatura tão curta, que não passam de cinco palmos.

**CLX –** A 2ª é a Ugina. Diz-se que os índios desta Nação tem rabo do comprimento de três e quatro palmos ou mais. Atribui-se a origem desta Nação caudada ao ajuntamento das mulheres com os monos Coatás [...]

**CLXII –** Habitam estas nações há muita distância da Boca do Juruá, e para cima das cachoeiras deste Rio. Os índios do Juruá são belicosíssimos.

---

[26] Navarrez: natural de Navarra, norte da Espanha.

As suas armas, além do arco e flecha, são a esgravatana ([27]), o murucu ou lança, e a tamarana ([28]). A esgravatana, ou espingarda de ar, é um tubo, ou cilindro reto, com o diâmetro de ½ até ¾ de polegada, de diversos comprimentos, mas que chega a 15 palmos. É feita de 2 peças, que depois ajustam, e unem, guarnecendo-a com a casca de um cipó, ou vime forte, e muito durável. O instrumento com que trabalham naquela, ou semelhantes obras, é o dente de cotia ([29]), ou outros de igual rijeza. No lugar em que esta arma se aplica à boca, tem maior orifício. O seu uso consiste em introduzir no dito orifício uma flechazinha regularmente ervada na ponta: e no pé da qual ou extremidade oposta, se prende em volta um pequeno "*floxo*" de algodão, ou sumaúma, e logo aplicando-se a esgravatana à boca, se sopra com violência, fazendo-se pontaria ao objeto a que vai dar a flecha. Também se tira com bala de barro, chega o tiro a grandes distâncias, e não há arma mais própria para a caça; porque não fazendo estrondo não afugenta.

**CLXIII –** A tamarana é um pau faceado em 4 lados, os opostos iguais, chato, muito liso, de agudas quinas, de maior largura em uma das extremidades, e de madeira rijíssima. Ornam-nos com uma franja de algodão, e com figuras de pontinhos. Este instrumento serve para com ele dar mortais golpes.

**CLXIV –** As lanças ou murucus são também de pau pesado, e muito bem aperfeiçoadas: a ponta, porém que costuma ser ervada, é de diversa madeira, delgada, e tão frangível ([30]), que possa quebrar, e ficar no corpo de quem infelizmente for

[27] Esgravatana: zarabatana.
[28] Tamarana: borduna.
[29] Dente de cotia: nas minhas aquáticas jornadas observei, também, o uso dos dentes do maxilar inferior dos queixadas (Tayassu pecari).
[30] Frangível: frágil.

ferido; para que assim obre mais eficazmente o veneno cuja instantânea atividade apenas acha remédio. (SAMPAIO)

## *Manuel Aires de Casal (1817)*

Que o Rio Juruá com 300 toesas ([31]) de largura na Foz, nem o Jutaí <u>ainda</u> <u>mais</u> <u>espaçoso</u>, nem também os mencionados Tefé e Purus, maior que todos, não descem das Serras do Peru, onde disseram que eles principiavam, prova-se com a existência da comunicação do Rio Ucaiali com o Mamoré pelo Rio da Exaltação, e Lago Rogagualo; mas se eles saem deste Lago, [...] ou se tem as suas origens mais ao Setentrião ([32]), não podemos asseverar. (CASAL)

## *Johann Baptist von Spix (1819)*

Este Rio, de águas um tanto mais claras do que as do Solimões, <u>até</u> <u>agora</u> <u>é</u> <u>ainda</u> <u>muito</u> <u>pouco</u> <u>conhecido</u>, e não é navegado no interior das terras. Na sua Foz, tem quase um quarto de légua de largura. É habitado pelos índios Catauixis, Katuquinas, Canamarés, Caripunas, etc., e é incrível ali a abundância de cacau e salsaparrilha. O suco adocicado da polpa envolvendo as amêndoas do cacau dá uma espécie de vinho, que é bebida muito refrescante.

Uma singular lenda refere-se a homens de cauda curta, "*coatás tapuias*" que, segundo dizem, vivem no Juruá. Embora essa lenda seja geralmente espalhada no Solimões, não pude, entretanto, colher informação segura a respeito.

Mais exata deve ser outra lenda, a da existência de uma tribo de índios anões, a dos Cauanãs, cujos indivíduos teriam apenas 3 a 4 palmos de altura.

---

[31] Trezentas toesas: 594 m.

[32] Setentrião: Norte.

Pelo menos vimos na Barra ([33]), um índio do Juruá que, embora já com 24 anos de idade e bem conformado, só tinha 3 pés e 4 polegadas ([34]) de altura. Se esta estatura pequena é hereditária na tribo, ou se deve atribuir a uma casualidade [...] deixo por decidir. [...] ([35])

## *Antônio Ladislau Monteiro Baena (1839)*

Entre as cabildas ([36]) que moram no sertão do Rio Juruá, há uma denominada Ugina, da qual se refere que todos os homens têm cauda em consequência de as mulheres terem congresso com os macacos chamados coatás, e por isso chamam a estes selvagens Coatás Tapuias. Vê-se no roteiro manuscrito do Doutor Arcipreste ([37]) José Monteiro de Noronha, natural do Pará, que o seu autor inclina-se a ter isto por exato; e para corroborar os fundamentos da credibilidade desta notícia, ele produz uma cópia de uma certidão jurada aos Santos Evangelhos do Reverendo Padre Frei José de Santa Thereza Ribeiro. [...] No mesmo Rio Juruá há outra cabilda nominada Cauána, cujos indivíduos pela sua acanhada estatura são comparáveis com os anões (BAENA)

---

[33] Barra: Manaus.

[34] 3 pés e 4 polegadas: 101,6 cm.

[35] Nota II – O Juruá [Pagan chama-o Amarumayo] é até hoje mal conhecido pelos brasileiros, pois as numerosas tribos [Monteiro cita 32 e a mim indicaram como as mais importantes dos Marauás, Katuquinas, Catauxis, Canamarés e Arão] existentes nas suas margens são guerreiras e inimigas dos brancos. Quase todas se servem de armas envenenadas, e só em pequeno número foram trazidas para as colônias. [...] A correnteza do Juruá é mais impetuosa do que a do seu vizinho de Oeste, o Jutaí. (SPIX & MARTIUS)

[36] Cabildas: tribos, associações de famílias que vivem no mesmo lugar.

[37] Arcipreste (archipresbyter): decano entre os presbíteros de um arciprestado, responsável pela correta execução dos deveres eclesiásticos e pelo estilo de vida daqueles que estão sob sua autoridade.

Juruá: Rio que volve das proximidades de Cuzco, dirigindo-se do Sul ao Norte com uma andação dilatada e impetuosa. São pretas as suas águas; é penhascoso; tem salsaparrilha e cacau; nele há uns silvícolas chamados Cauánas que parecem anões, pois são de tão curta estatura que não passam de 5 palmos ([38]) verticais; há também outros silvícolas denominados Uginas, que têm rabo de 3 a 4 palmos ([39]), assim o recontam muitos; o crédito, porém que aplicar se lhe deve à discrição do judicioso fique. A posição geográfica da Foz deste Rio é o Paralelo Austral 02°45′ cruzado pelo Meridiano 311°36′.

Por ele subiu à capital do Peru, em 1580, tendo descido pelo Jutaí, o General Pedro de Ursúa, Cavalheiro Navarrez, 2° descobridor do Amazonas, de ordem do Vice-Rei Marquês de Canhete, para explorar minerais, frutos e silvícolas do Alto-Amazonas. (BAENA)

### *Francis de Laporte de Castelnau (1843)*

[...] parece igualmente certo que somente dois Rios do Solimões têm um curso muito extenso, o Juruá e o Purus, dos quais se sabe que os habitantes estão, em comunicação com os espanhóis. No Ucaiali, os Conibos falaram-me num grande Rio correndo a Este a que chamam Mano, onde habitavam os Sumaviris e que este Rio se comunicava com o de Paucartambo, sendo provável ser esse Rio o Juruá, uma vez que os índios já conheciam o Ucaiali, pensando eu que os Sumaviris são os Canamaris. [...] Procurei informar-me de pessoas que frequentavam o Juruá, ouvindo a respeito três conhecedores do Rio.

[38] 5 palmos: 110 cm.
[39] 3 a 4 palmos: 66 a 88 cm.

O <u>primeiro</u> afirmou que, subindo quinze dias sem se deter, alcançava um Canal que comunicava com o Purus transportando-se a canoa por terra, chamado "*Taboa*", no Rio "*Chiruan*" ([40]), dando-me a entender que a uma grande distância o Juruá recebe um Rio considerável denominado "*Taruacá*", não muito afastado do Ucaiali, e que, subindo o Juruá nove dias, encontrava-se o Rio "*Tucuman*", do qual partia um caminho por terra de doze horas de marcha para o Rio Jutaí.

Em Fonte-Boa, Francisco Manoel da Cruz [<u>segundo</u>] narrou-me que fez numerosas viagens no Rio, subindo-o certa vez durante nove meses e do ponto a que chegou desceu em dois meses de viagem seguida. Para chegar ao Tucuman, gastava-se dez dias de subida e quatro de baixada, um dia mais se encontra o Breu, igualmente à esquerda, não se recordando mais do tempo necessário para atingir o Tarauacá, onde lhe disseram que subindo esta ribeira 8 ou 10 dias, podia-se tocar terras dos Espanhóis. Da Foz do Tarauacá subiu meia jornada acima, aportando a Foz do Airu-Parona, no qual navegou 15 dias, onde tornou-se muito estreito e sua corrente fortíssima.

O <u>terceiro</u>, Flores Nicolau José de Oliveira, encontrado em Ega ([41]), que, segundo se dizia, tinha perfeito conhecimento do Rio e havia ido mais longe do que ninguém, relatou a sua última viagem, assim:

> Subiu o Juruá durante três meses e meio continuamente, sem se deter, só tendo procurado salsaparrilha na descida. Perto da Embocadura e a uma hora do Amazonas, acha-se a Boca de um Canal cuja extremidade só se encontra 3 dias acima, chamado Minerois ([42]), deparando-se 8 dias a montante deste

[40] Chiruan: Xeruá ou Xeruã.
[41] Ega: Teffé.
[42] Minerois: Mineruazinho.

> Canal a grande Ilha de Tucumã, um pouco acima à direita um pequeno Regato: 5 dias acima, o grande Igarapé d'Anderah, ou sejam os índios Cataochis.
>
> Dois dias mais chega-se ao Furo Arapari, à direita, cuja entrada está a 2 dias mais para o alto; dois dias mais, à esquerda o Furo Tucumã, no qual se lança o Rio Berêo; 5 dias mais, o pequeno Rio Mamoria, à direita; o Lago Temqué, à esquerda 3 dias depois; a 7 ou 8 dias, à esquerda o Igarapé Bahana-Branco; a 3 ou 4 dias à direita, o Lago de Carababa; a 3 dias do mesmo lado, o Rio Rahana-Preto ou Pichouma, pelo qual se pode ir perto do Rio Purus, por meio de um caminho terrestre que vai ao Rio Taboa ([43]).
>
> Seis dias à direita, os Lagos de Apu-Paha, que são numerosos; 6 dias à esquerda, o pequeno Lago de Jahiruan, cujas margens são habitadas pelos índios Arawas; a 8 dias, o Rio Chiruan ([40]), à direita, habitado pelos Kulinas ([44]), e que comunica com o Rio Tarauacá; a 15 dias mais para o alto, este último Rio vindo da direita: sua água é negra e nas suas margens vivem selvagens hostis; bifurcando-se o Juruá a pouca distância acima dessa Junção: tendo o braço principal que vem da esquerda águas brancas, e os índios que o habitam informam que os brancos têm uma Aldeia para as suas nascentes.

Comparando-se essas informações, parece-me provável que se há explorado o Rio até cerca de 260 léguas em linha reta. (CASTELNAU)

## *Paul Marcoy (1847)*

Saindo de Fonte Boa ao meio-dia, chegamos de noite à Boca do Juruá e acampamos. Na manhã seguinte, acordamos por volta das seis e fomos inspecionar o Rio. Suas margens estavam cobertas de uma brilhante vegetação com tons de rosa e lilás.

---

[43] Taboa: Xeruá ou Xeruã.
[44] Kulinas: Kulinas.

Uma luminosidade prateada banhava no horizonte a margem do Rio, cuja superfície estava levemente franzida por um vento suave do Nordeste.

Grandes golfinhos executavam acrobacias surpreendentes ao nosso redor. A jocosidade desses animais tinha algo de possante em sua vitalidade, divertindo-nos e assustando-nos ao mesmo tempo. Alguns deles eram de cor amarelo-nanquim, outros de um rosa pálido com longas estrias acinzentadas. Os golfinhos que eu havia encontrado até aqui, inclusive um que havia esfolado em Nauta, eram de um cinza uniforme.

Vendo agora que esses do Juruá exibiam cores tão distintas, imaginei naturalmente que fossem de outra variedade e indaguei dos meus homens a respeito. Eles me disseram que o cinza claro dos golfinhos é a cor da sua pele quando jovens e que com a idade ela muda indistintamente para o amarelo-nanquim ou para o rosa pálido, ficando em certos pontos vestígios da cor original.

Disseram também – e isto é particularmente interessante – que o golfinho domina os outros peixes dirigindo as suas migrações de um povoado para outro e dando ordens numa língua aquática que os seus comandados entendem perfeitamente, embora não possam falar devido à imperfeição dos seus órgãos. Submeto esse fato à consideração dos ictiólogos da nova escola, empenhados em observar os sons agudos e graves dos coins-coins [Pristipoma anãs], das vieilles [Balistes vetula] e dos tambours [Pogonias chromis].

Apesar de ainda pouco conhecido, o Juruá tem um papel importante nas expectativas comerciais dos geopolíticos peruanos, baseadas em relatos de viajantes pouco familiarizados com ele.

Esses relatos, que situam suas nascentes ora nas proximidades de Cuzco, ora na encosta Oriental dos Andes Centrais, ora nos Vales de Paucartampu, levam a imaginar no Juruá uma rota aberta pela natureza para a civilização, o comércio e a indústria e destinada a ligar o Império do Brasil à República do Peru.

Para edificação dos leitores mais sérios, iremos antes descrever, légua por légua, a mais longa viagem feita até agora pelo Juruá acima. Tentaremos depois, somando nossas observações pessoais às informações dos brasileiros protagonistas dessa viagem, construir uma hipótese sobre a origem desse Rio.

O Juruá, cuja largura na Foz é de cerca de 1.702 m, se reduz a 900 m depois de 12 léguas. Nesse ponto ele recebe à esquerda [estamos subindo e não descendo o Rio] as águas do pequeno Rio Andirá, que vem das proximidades do Rio Teffé e com este se comunica, mas só na época da enchente. O curso do Juruá é sinuoso, sua água é branca e o seu leito é recortado por grandes bancos de areia. Tem somente duas Ilhas: uma fica a cinco léguas da Foz, tem sete léguas de comprimento e é chamada Ilha Grande; a outra, distante 14 léguas da Foz, tem duas léguas de circunferência é a chamada Tucumã.

Tendo entrado no Juruá a 10 de março, a Expedição, composta de 6 brasileiros comerciantes de salsaparrilha e 50 índios civilizados, alcançou a 22 de julho o ponto onde o Rio, ao receber um tributário chamado Tracajá ([45]), muda o rumo de Sul-Sudoeste [SSO] para Oeste-Sudoeste [OSU]. A partir desse ponto, sempre ascendente, o Juruá torna-se um Rio de quarta grandeza, estreitando-se o seu leito a cada légua.

[45] Tracajá: Tarauacá.

Deixando à direita Juruá, a Expedição entrou no Tracajá, um Rio de águas pretas de 90 metros de largura. Sua profundidade é variável; há lugares onde a sonda indica cinco a seis braças e outras onde os remos tocam o fundo.

Depois de navegar por dez dias contra a correnteza, os viajantes chegaram ao ponto em que o Tracajá, ao receber um riozinho de águas pretas e correnteza rápida chamado Puyaú, muda sua direção de SO para O. A Expedição tentou subir o curso do Puyaú, mas a pouca profundidade deste os obrigou, depois de três dias, a voltar. A quilha das igarités roçava continuamente na areia e os remos batiam no fundo.

Podemos acrescentar que, desde a entrada no Juruá até o ponto agora alcançado, os viajantes registraram a absoluta ausência de rochas e pedras; a areia estendia-se em grandes bancos e a correnteza era mais ou menos rápida. Aqui e ali, também no Tracajá ([42]), havia diques formados por árvores caídas.

Grandes florestas cobriam as margens dos três Rios e nenhuma montanha se avistava, mas somente uma grande planície que se estendia em todas as direções. Subindo o Tracajá, os nossos exploradores encontraram os índios Catukino, cujo território fica entre a margem direita do Tracajá e a margem esquerda do Purus.

Esses índios informaram que as nascentes do Juruá eram visitadas com frequência por grandes canoas tripuladas por índios vestidos com túnicas curtas, que usavam colares e <u>peças</u> <u>de</u> <u>cobre</u> e que falavam um idioma desconhecido. Eles habitam as margens de um grande Rio Ocidental chamado Paro e entram no Juruá pelos Igarapés, Canais e Lagos que recortam a região.

Deixando o Tracajá e subindo o Puyaú, os viajantes encontraram alguns índios Canamari que habitam a região compreendida entre a Serra de Ticumbinia, os Andes de Tono y Avisca e a Província minerária de Piñipiñi. Esses Canamaris, amigos e aliados dos Impetiniris e dos Pucapacuris, seus vizinhos do Norte e do Sul, mas sem qualquer contato com seus vizinhos do Leste, os Catukinos do Rio Tracajá, garantiram aos brasileiros que, subindo o Puyaú por quatro dias a partir daquele ponto, chegariam às primeiras fazendas espanholas.

A pouca profundidade do Puyaú impediu os brasileiros, como dissemos, de subir esse Rio e verificar as informações dos Canamaris. Eles desceram então o Rio, ganharam novamente o Tracajá e deste passaram ao Juruá, que desceram em trinta e seis dias, regressando ao Amazonas depois de uma ausência de 193 dias.

Esse espaço de tempo, que parecerá prodigioso a muitos leitores, não me surpreende absolutamente. É verdade que eu estou familiarizado com povos ribeirinhos do Amazonas, tanto os selvagens quanto os civilizados, pescadores de tartarugas e cortadores de Smilax ([46]) e conheço seus hábitos de subir e descer os Rios do país, coisas que meus leitores não são obrigados a conhecer uma vez que as notícias etnográficas correspondentes ainda não foram divulgadas. Pode-se mencionar, como primeiro obstáculo a uma rápida viagem contra a correnteza, o fato que as igarités brasileiras não têm um projeto adequado, sendo barcos de quilhas pesadas, largos desde a proa até a popa, grosseiramente construídos e sem nenhuma das qualidades necessárias a esse tipo de navegação.

[46] Smilax: Salsaparrilha.

A isso se deve acrescentar a demora causada pelos próprios cortadores de raízes, que em suas buscas são obrigados a parar antes numa margem e depois na outra, as paradas são geralmente de poucas horas, mas chegam a durar vários dias se o lugar for abundante de salsaparrilha. Depois de coletadas as raízes das plantas, eles têm que amarrá-las em feixes, carregá-las para os barcos e arrumá-las de forma a que sequem sem mofar.

A essas duas causas da lentidão da viagem pode-se acrescentar outra, que será apreciada pelos amantes da boa mesa. As provisões habituais dos viajantes consistem em farinha de mandioca mais ou menos grosseira e pirarucu mais ou menos salgado. Esta comida, ótima quando não há outra coisa disponível, torna-se pouco apetecível quando os mais diversos produtos da natureza, generosamente ao alcance de qualquer um que queira estender o braço, estão presentes por toda parte. Peixes-boi, tambaquis e tartarugas volteiam na água; hoccos ([47]), pauxis ([48]) e inhambus cacarejam e gorgolejam na mata. Como resistir à tentação de fazer uma sopa dos primeiros ou um guisado dos últimos quando se é dono do próprio tempo, e anzóis, arpões, zarabatanas, caçarolas, toucinho e cebola estão à mão?

Como em muitos casos de obrigações esquecidas e falta de virtude, o primeiro passo é o que leva a todas as dificuldades pois, uma vez quebrado o gelo, os visitantes logo se acostumam a caçar e pescar todas as manhãs para variar sua alimentação. Toda manhã eles também andam pela mata à procura da palmeira açaí, com cujo fruto eles fazem a grossa e insípida bebida de cor roxa tão cara a todos os brasileiros.

---

[47] Hoccos: mutuns.
[48] Pauxis: ave da família cracidae.

[...] O que descrevemos foi o proceder tranquilo dos cortadores de salsaparrilha; vamos imaginar agora esses homens com um claro objetivo em vista e determinados a aproveitar ao máximo o seu tempo. A maior distância que eles poderiam transpor, de Sol a Sol, não passaria de três léguas, considerando ser viagem contra a correnteza dos Rios.

Deduzindo os 36 dias gastos na volta para descer ao Japurá, temos 157 dias, que à razão de três léguas diárias, dão um total de 471 léguas, das quais devemos deduzir cerca de dois terços para dar conta da sinuosidade do Rio. Desde o Amazonas até o lugar alcançado pelos viajantes, a distância efetiva não seria superior a 157 léguas, ou seja, cerca de oito graus. O que foi dito irá convencer o leitor que as nascentes do Juruá não poderiam estar nas proximidades da Cidade de Cuzco, nem nas encostas dos Andes Centrais, eis que esse Rio, depois da junção com o Tracajá, na altura dos 9 graus, muda bruscamente sua direção de Sul para Oeste. De acordo, portanto, com nossas demais informações, situamos as nascentes do Juruá na parte mais Oriental do prolongamento da Serra de Tono y Avisca ([49]) e quase no Paralelo dos Rios Pacria e Misagua, dois afluentes da direita do Santa Ana Ucaiali que descem da parte Ocidental daquela serra.

---

[49] Tono y Avisca: Esta serra, um ramo Setentrional da Cordilheira de Vilcanota, somente leva o nome de Tono y Avisca quando alcança os dois vales homônimos, no Distrito de Paucartampu, e continua a levá-lo até o nono grau, além do qual ela se junta à Serra de Cuntamana. Desde que o Sr. Marcoy escreveu o seu relato de viagem, o Juruá foi percorrido, Rio acima, pelo Sr. Chandless até a Latitude de 07°11’45” Sul e a Longitude de 72°01’30” Oeste, onde ele observou ser ainda um Rio [Tarauacá] de 130 a 150 jardas (119 a 137 m) de largura média, com uma profundidade de 5 até 6 ou 6 e 1/2 toesas (9,7 a 12,7 m). O Sr. Chandless acredita que suas nascentes serão encontradas na Latitude de 09° ou 09°30’ Sul e, assim como as do Purus e do Javari, não longe da margem direita do Ucaiali; nisto ele concorda muito com as especulações do nosso autor. [Nota do Editor]

Quanto aos Rios Tracajá e Puyaú, o ângulo quase reto que, de acordo com os exploradores brasileiros formam com o curso do Juruá, poderia levar à suposição de que eles descem da encosta Setentrional da Serra de Ticumbinia se a natureza das águas não excluísse categoricamente essa hipótese.

A negritude desses tributários do Juruá indica de forma inequívoca serem eles canais de drenagem da região florestal em que consiste grande parte do país, sendo somente Rios de águas brancas os que se originam em alta montanha. Finalmente, nos índios vestindo túnicas e levando colares e pedaços de cobre, cujas canoas, de acordo com os Catukinos, passavam do Ucaiali ao Juruá por meio dos Igarapés, Canais e Lagos que atravessam essa região, reconhecemos os Conibos e Sipibos da Planície de Sacramento, que para fazer essa viagem necessitavam somente atravessar o Ucaiali e subir um dos Rios – Tarvita, Huatpua, Tomaya ou Apujau – cujas Bocas são fronteiriças ao seu território. Embora os Antis e Chontaquiros pudessem também alcançar as nascentes do Juruá por meio dos Rios Pacria e Misagua.

Não falamos deles porque o pavor que a simples menção dos Pucapacuris da margem direita do Quillabamba Santa Ana parecia causar nos nossos velhos remeiros é prova suficiente de que, apesar do seu gosto pelas viagens, eles visitam só raramente as regiões a Leste do seu território. Essas excursões, ao contrário, devem ter sido habituais para os Conibos do Ucaiali, a julgar pelo jovem Impetiniri que eles capturaram durante uma incursão nessa tribo do Rio Tarvita, depois vendido a um dos nossos companheiros de viagem. Em nossa avaliação, portanto, as nascentes do Juruá são limitadas e rodeadas ao Norte pelo território dos Impetiniris e ao Sul pelo dos Pucapacuris.

Se acrescentarmos às informações dos Catukinos do Tracajá sobre os índios desconhecidos que visitam o Juruá, as dos Canamaris do Puyaú sobre os fazendeiros espanhóis estabelecidos a pouca distância das nascentes desse, veremos, nesses imaginários espanhóis, seja missionários da Planície de Sacramento, seja conversos que desertaram da Missão de Belém e Sarayacu, como já mostramos no decorrer da nossa viagem; ou talvez Cholos e mestiços peruanos cultivadores de coca e batata doce, encontradiços em todos os Vales Orientais nos limites entre a civilização e a barbárie.

Diante dessa reconstrução ideal de um Rio ainda inexplorado pelos viajantes oficiais, mais de um cartógrafo lançará altos gritos e lamentará não poder nos pegar pelos colarinhos.

Mas nós o deixaremos gritar e até que a cartografia ([50]) da qual ele é representante tenha adquirido noções precisas sobre as nascentes do Juruá, terá que nos permitir que apresentemos em público, na falta de coisa melhor, um sistema hidrográfico que tem a vantagem de aliar nossos estudos pessoais às informações orais dos exploradores brasileiros? Para encerrar adequadamente essa dissertação sobre o Rio Juruá, que pode ter sido um tanto soporífica ([51]),

---

[50] Se esse traçado teórico do curso do Juruá e de seus tributários difere um pouco do que foi publicado em Le Tour du Monde e que servia de texto explicativo ao nosso mapa [n° 17] dos afluentes inexplorados do Amazonas, é que aquele mapa, preparado em 1860-1864, reproduzia o sistema hidrográfico da Bacia amazônica tal como o compreendíamos à época. Mas de 1864 a 1868 a ciência progrediu. Noções mais amplas, e principalmente mais precisas se firmaram sobre o assunto e, modificando profundamente o antigo sistema, obrigaram-nos a refazer, além do texto, um segundo mapa [n° 17b], onde o curso do Amazonas e a direção de seus afluentes da margem direita, o Javari, o Jandiatuba, o Jutaí, o Juruá, o Teffé, o Coari e o Purus são traçados a partir de observações mais recentes. [Nota de Marcoy]

[51] Soporífica: maçante.

mas que dificilmente poderia ter sido dispensada, devo acrescentar que à ainda numerosa nação dos Catukinos que habitam a margem direita do Tracajá devem ser somadas quatro nações, ou talvez quatro grupos, estabelecidos nas margens do Juruá, desde o ponto em que o Tracajá se lhe une, até a sua própria junção com o Amazonas. São elas, em primeiro lugar, os Náuas, que habitam as vizinhanças da junção do Juruá com o Tracajá e sobre os quais as tribos ribeirinhas silenciam ou nada sabem; depois os Kulinas, os Arauas descendentes dos Marauas, e os Katukinas. Os quatro grupos, juntos, mal parecem somar umas seiscentas almas. (MARCOY)

## *Francisco Adolpho de Varnhagem (1854)*

### Seção XXXIV

### O Pará-Maranhão Durante o Mesmo Período (1630-1654)

[...] Também Acuña trata, pelos próprios nomes que ainda hoje conservam, dos Rios Jutaí e Juruá, cujas águas navegáveis iam até o Alto-Peru; declarando que, por um destes Rios, baixara Pedro de Ursúa, em 1560, com o dito Aguirre; o que temos por mui pouco provável, sendo mais natural que baixassem pelo Huallaga. Em todo caso, já nas vizinhanças das Fozes desses Rios, bem como na do Purus [denominado por Acuña dos Cuchiguaras], que também é Rio que vem de longe, os índios usavam de estólicas ([52]) ou palhetas, armas de arremesso conhecidas pelos do Alto-Peru; sendo igualmente mui provável que os vestígios de indústria de tecidos e usos de vestuários e mais indícios de certa civilização que se encontraram entre os Águas, ou

[52] Estólica: bastão de madeira utilizado como alavanca para arremessar dardos ou pequenas lanças mais longe.

Omáguas [nome que significa cabeças chatas, que na língua geral se traduziu depois por Cambebas, de Akam e Pebas] mais acima, especialmente entre as Fozes dos já então denominados Napo e Putumayo, fossem igualmente procedentes do Peru, e não de algum galho Motsca ou Muisca ([53]), descido das bandas da atual Nova-Granada, como se tem dito. Também trouxeram o conhecimento da extração da goma elástica, que por essa banda chamam caucho; donde veio a palavra "*cautchuc*". (VARNHAGEM)

## *Adolpho de Barros C. de A. Lacerda (1865)*

Acima do Tefé, aflui no Amazonas o Juruá, de água branca, e pouco inferior ao Purus. Apesar de ser conhecido somente dos coletores de salsaparrilha e outras drogas, pode-se com algum fundamento estimar o curso do Juruá pelo que já se conhece do Purus, ao qual muito se assemelha.

Sabe-se que, em distância superior a 300 léguas da Foz, estes dois Rios se comunicam por meio de um Canal de cerca de 300 léguas; que ali não diferem muito um do outro; que finalmente as águas têm a mesma cor branca. [...]

O Juruá não tem cachoeiras, e segue a direção geral do NE. A 70 léguas da Foz, encontram-se em alguns pontos, rochedos de psammitos encostados às margens, ou caindo mais fora do Rio. Pelo inverno, estes cachopos ficam mergulhados 30 e 40 palmos ([54]), e não causam embaraços a grande navegação. Quando o Rio seca, também não há perigo, porque as pedras afloram. Só em meia enchente ou vazante é que deve haver cuidado em seguir o Canal.

---

[53] Muisca: tribo de fala chibcha do Planalto Central da Colômbia.
[54] 30 e 40 palmos: 6,6 e 8,8 m.

A profundidade regula com a do Purus; 8 braças ([55]) proximamente na maior enchente, sendo a vazante média de 50 palmos ([56]). De dezembro a abril, podem navegar livremente grandes navios até uma distância maior de 200 léguas. Como no Purus, o começo da vazante tem lugar nas cabeceiras do Hyuruá em fins de março, e o da enchente em fins de agosto. Estes limites são variáveis.

A Ilha de Tucumã é a única de que falam os práticos.

No Juruá, deságuam até a distância navegada 8 Rios, dos quais o maior é o Tarauacá. Os Lagos que se encontram nessa mesma extensão são em grande número. Por este Rio, alguns coletores de drogas têm subido três meses, sem interromperem a viagem; outros nove, demorando-se algum tempo nos afluentes.

Do ponto mais distante, para voltar à Foz, gastam um mês de viagem seguida. Os índios dão notícia de existirem grandes campos nas cabeceiras, onde se encontra gado vacum, Também informam que não distam muito os estabelecimentos dos peruanos, com quem entretêm relações. (LACERDA)

## *Antonio Epaminondas de Melo (1866)*

O Juruá nasce na Cordilheira dos Andes e desemboca no Solimões a 50 léguas acima de Teffé. [...] O seu maior confluente é o Tarauacá, que fica pouco mais ou menos a 300 léguas da Foz e do qual parte um Canal que vai ter ao Purus. Nele não há povoação e somente várias tribos de índios. Os regatões têm subido pelo Juruá três meses de viagem consecutiva em canoa. (MELO)

[55] 8 braças: 17,6 m.
[56] 50 palmos: 11 m.

## *William Chandless (1867)*

### Afluente do Solimões

### I

O Rio Juruá, de água branca ou barrenta como o Purus, é um terço menor que este, porém, no seu aspecto físico, é muito parecido. É ainda mais tortuoso, ao menos na parte inferior, e por isso os sacados são mais numerosos. Tanto a várzea como a terra firme me pareceram mais baixas, relativamente ao nível da enchente, que no Purus. Geologicamente são idênticas. [...]

Até onde cheguei, 980 milhas geográficas aproximadamente, o único impedimento à navegação é um baixo, erradamente chamado Urubu-Cachoeira, embaraçado de paus, mas, pelo que pude ver, com pouca pedra, e esta só ao lado esquerdo. Dizem que nas vazantes fortes é difícil o passar, mesmo para montarias. No fim de novembro, sondando continuadamente no meio do Rio, não achei menos de 5,5 braças ([57]), e este tinha [quando menos] uma e meia a encher. Assim, durante a maior parte do ano não haverá impedimento à navegação para um pequeno vapor. Há outro ponto, 50 milhas abaixo do Urubu-Cachoeira, chamado Cachoeirinha. Mas este é simplesmente um banco de pedra na beira da praia do lado esquerdo, mais ou menos paralelo ao Rio; e o Canal do lado direito tem uma profundidade maior que a média. No geral, o Juruá é muito menos embaraçado que o Purus, seja de paus, seja de pedras: assim desde o último ponto da minha viagem, descíamos de bubuia à noite, e sem ter vigia; uma precaução que não me atrevia olvidar no Purus, apesar de maior e mais cheio, até muito mais perto da Foz.

---

[57] 5,5 braças: 12,1 m.

O Juruá não tem Ilhas. Tem, é verdade, vários Paraná-mirins, e até muito extensos; mas trajetos tão grandes aqui não se tratam geralmente como Ilhas. Há também os cotovelos dos sacados, mas estes propriamente estão fora do Rio. Um sacado, pouco acima do Igarapé Jaraqui, era tão novo que a água corria igualmente pelo Canal velho e pelo Canal novo; mas este ia aumentando-se tão rapidamente, que provavelmente agora será o único verdadeiro.

Desde a Latitude de 06°30' S até a Foz, o Juruá tem um rumo não muito diferente do que geralmente se lhe dá nas cartas. Mais acima, numa distância considerável, corre quase E a O; como o Purus no paralelo de 09° S. Esta direção Oriental parece ser causada por uma linha de terra firme alta do lado esquerdo, de grande extensão; não geralmente na beira, na qual o Rio bate, de quando em quando, e resulta, finalmente, dobrá-la em uma volta bem notável.

É de se notar também que a maior parte da terra firme, que se vê, fica no lado esquerdo, e que a do lado direito em comparação é baixa; e como consequência disto resulta que o Juruá [até onde cheguei] não tem do lado esquerdo um único afluente importante há apenas pequenos igarapés e bocas de lagos, o que mostra que em pouca distância a água cai para o Rio Jutaí.

## II

[...] O Juruá, como o Purus, tem um número grande de Lagoas de ambos os lados, de que é escusado aqui registrar os nomes. Muitos sem dúvida são sacados antigos, agora mais ou menos distantes do Rio. Pupunha e Amquichi claramente o são. Outros, especialmente o Andirá, se diz serem grandes. [...]

A água do Tarauacá é branca, e estava exatamente como a do Juruá; tendo apenas 0,25°C menos da temperatura deste 29°C. Também o Rio tem completamente o aspecto físico de um Rio de água branca. As informações de Mr. Castelnau a este respeito são inexatas; nem posso acreditar que um Rio como este em qualquer ocasião apresente água preta. O Sr. João da Cunha Corrêa me disse que o Tarauacá, a 8 dias de viagem da Foz, tem um afluente chamado Embira; e foi deste Rio [ou mais exatamente de seu afluente Jatuarana-paraná] que ele passou por terra até a margem esquerda do Rio Purus. A existência de um Furo entre o Tarauacá do Purus, que não passa de um Igarapé regular, e o grande afluente do Juruá, é muito duvidosa. Duvidoso também é se esse merece o nome Tarauacá. Tratando do Purus conservei o nome, para evitar confusão; mas entendi e entendo que os Maneteneris do Purus quiseram simplesmente dizer que por tal Igarapé passam para o grande Tarauacá; e como, com muita razão, observa o Dr. J. M. da Silva Coutinho.

Quando índios afirmam que por um Rio se pode chegar a outro, não querem dizer que seja diretamente por canoas. Os Conibos do Juruá, que são os mesmos Maneteneris, e dos quais vários entendem a língua geral, me disseram que não havia tal Furo; ao menos que eles disto soubessem. Vários coletores de drogas, que têm entrado à alguma distância no Tarauacá me dizem o mesmo. A quatro ou 4,5 milhas ([58]) acima da Foz do Tarauacá, entra no Juruá, do mesmo lado direito, um grande Igarapé, o Goabiru-Paraná, que por ser [ou estar] de água branca desconfiei ser outra Boca do Tarauacá. Mas o termômetro logo me desenganou, mostrando que a temperatura da água era 2,5°C mais baixa.

---

[58] 4,5 milhas: 7,2 km.

Este nome é o último de que há notícia. Com receio dos gentios – Náuas – os coletores de drogas, ao menos em tempos recentes, pouco tem avançado além desta ponta. Pelo que se diz em Teffé, parece que os antigos foram mais longe. Os Conibos, dos quais dois me acompanharam como tripulantes, ignoram completamente o Alto Juruá.

Um dos informantes de Mr. Castelnau conta que pouco acima da Foz do Tarauacá, o Juruá se divide em dois Braços, dos quais o esquerdo é o maior. Viajei, porém, exatamente um mês águas acima, sem encontrar este repartimento.

Em falta dos nomes verdadeiros [isto é, indígenas] a dois outros afluentes, que passei, dei nomes interinos. O primeiro destes [Rio Gregório] tem 20 a 25 braças ([59]) de largura; e no fim de outubro tinha 3,25 a 4 braças ([60]) de fundo e uma correnteza bastante forte.

Parece ser de água branca, mas estava de enxurrada e a água de Rios pretos deste tamanho no tempo da vazantes às vezes ficam barrentas depois das chuvas, como já vi o Rio Mamori-assu, afluente do Purus. O outro afluente [Rio Mu] é pequeno, mas não deixa de ser Rio. Também parecia ser de água branca.

## III

[...] Como o Juruá é muito tortuoso, talvez seja navegável em canoa ainda 280 milhas ([61]) ou mais, acima do termo da minha viagem, isto é, até 1.200 ou 1.300 milhas ([62]) da Foz.

---

[59] 20 a 25 braças: 44 a 55 m.
[60] 3,25 a 4 braças: 7,15 a 8,8 m.
[61] 280 milhas: 448 km.
[62] 1.200 ou 1.300 milhas: 1.920 ou 2.080 km.

# IV

## A população indígena [ao menos da beira] do Juruá é pequena, apesar de pertencer a muitas tribos.

**1°** Os primeiros índios que se encontram são os Marauhás, que têm três malocas nos Paraná-mirins de Minoroá, Bereo e Tucumá, e outra mais pequena no Igarapé Caá-piranga. A população destas provavelmente não passa de 80 pessoas. Muitos mostram não ser índios puros. Todos são latinos, e [se diz que] quase todos batizados. Conservam a sua gíria, mas entendem e falam bem a língua geral; e são de maneiras muito agradáveis. Entendi que gostavam da gente de Teffé, mas não da gente de Fonte-Boa. Meus intérpretes, é importante salientar, eram de Teffé.

**2°** No grande Igarapé Jaraqui, há uma maloca [a única no Juruá] de Catauaxis, quando muito de 20 homens. Dizem ser o resto de uma população muito maior. Na indústria, especialmente na fábrica de panelas, são parecidos aos Catauaxis do Purus, mas têm quase perdido seu caráter distintivo.

**3°** Acima destes não há gentios até ao Igarapé Chiué, onde existe uma maloca de Arauas. Estes passam por traiçoeiros, e é certo que mais de uma vez tem acometido negociantes; talvez não sem provocação. Desde muito tempo, estão acostumados a trabalhar na extração de drogas, e parecem uma raça antes medrosa que guerreira. São de boas maneiras, curiosos sem aborrecer, e admirados sem pedir. Nem todos falam a língua geral: muitos só a gíria, parecida ao dialeto dos Pamaris do Purus. Dois dos Arauas me acompanharam como tripulantes; mas logo se desanimaram; e na Foz do Chiruan, vendo que tinham intenção de fugir à noite, os despedi amigavelmente. Achei-os de certo modo desculpados, porque passavam mal conosco. Um deles tinha deixado a mulher pejada e outro um filho recém-nascido; e nestas circunstâncias não comem toda comida, e o que podiam comer nem sempre se encontrava. Além disso, tinham muito medo dos índios Kulinas que às vezes se encontram acima do Chiruan.

**4°** Os Kulinas não são da beira, mas do centro, do lado direito; e só no tempo da desova das tartarugas é que vêm para as praias por terra; porque [se diz] não usam de canoas. Por esta razão, como têm a fama de bravios e traiçoeiros, é regra de viagem dormir só do lado esquerdo até umas cem milhas ou mais acima do Chiruan. Mais tarde soubemos que havia

quatro anos que eles não tinham vindo às praias. Como esta é a parte do Juruá mais aproximada ao Purus, e onde no centro entre os dois Rios existem os Jamamadis [ou Iamamadis], que também não usam de canoas, não me admirara se estes fossem verdadeiramente Kulinas. E não se pode duvidar que o número dos nomes das tribos se há aumentado pela aplicação de vários nomes à mesma tribo.

Eis um exemplo:

**5°** A 70 dias de viagem acima do Chiruan, existe uma maloca de Conibos, a única no Juruá, sobre o Igarapé Acori. Da mesma tribo, são estes índios e os Maneteneris do Purus, que o explorador Seraphim erradamente chamou Kokamas, apesar deles terem uma gíria radicalmente diferente. Se são verdadeiros Conibos não sei; mas eles mesmos dizem que sim, e os outros índios do Juruá lhes dão este nome. No Purus entendi que o nome Maneteneri era uma alcunha dada pelos Hypurináos, tribo numerosa abaixo dos Maneteneris. Quando perguntei se estes se chamavam Maneteneris, não aceitaram o nome, e responderam em Castelhano. Os Conibos do Juruti trabalham mais ou menos na extração de drogas, e quase todos os anos mandam uma Expedição para o Purus, comprar ponchos e redes [que usam, mas agora pouco fabricam], a preço das ferragens recebidas dos negociantes [ou regatões].

Não muito antes de eu ter passado na subida, tinha saído uma destas expedições comerciais, e na minha descida achei-a de volta. Em tempos passados, costumavam fazer a viagem pelo Tarauacá e o Embira, depois abandonaram este caminho, porque os Náuas do Alto Juruá várias vezes os esperaram e atacaram na Foz do Tarauacá. Agora entram no Lago Ira-Assu e deste passam por terra até o Embira. É de notar que [conforme as minhas cartas] a estrada sai na beira do Purus quase exatamente no ponto mais aproximado à Foz do Tarauacá [no Juruá]. É uma coincidência. Estes Conibos não me souberam dizer de que parte, nem quando vieram para o Juruá: só que foi em tempos antigos, e que tem ocupado vários lugares e antes eram mais numerosos e tinham mais malocas. Uma destas, oito dias abaixo do Tarauacá, foi atacada pelos Náuas, quando meu informante era criança, e os pais dele com a maior parte dos habitantes morreram. Apesar de separados do resto da tribo, os Conibos do Juruá não têm perdido os maus costumes de seus patrícios. São muito importunos e até ladrões; e finalmente, de todos os indígenas que tenho encontrado, os mais desagradáveis. Para

o trabalho, porém, são bons: dois deles me acompanharam como tripulantes, e fiquei muito contente com seu serviço.

**6°** Na mesma praia do Acori, encontrei por casualidade os recém-chegados índios do Cuniuá, que entendi chamar-se Pirá-tapuya. Os Conibos e estes não se entenderam, e uns não fizeram o menor caso dos outros, mas estavam em vivo contraste. Estes nada pediram de graça, somente nos trouxeram frutas a vender; e em tudo mostraram-se bem criados. São de figura bonita, mas usam só uma tanga. A gíria deles pareceu ser um dialeto de Arauá e Pamari. Acham-se estabelecidos pouco acima, junto com os Canamarins: se agora estavam de passeio ou viagem não soube.

**7°** Acima dos Conibos e talvez também abaixo há uns poucos da tribo Katuquina, uma das mais espalhadas que há. Às vezes, se encontram na beira, mas as malocas sempre estão bastante retiradas.

**8°** Acima há uma distância grande em que não se veem mais vestígios de índios, a menos que não seja algum pequeno pacoval, já capoeira. A vinte dias acima do Tarauacá encontrei uns índios pacíficos, que na ocasião julguei ser Katuquinas, mas uma ou outra palavra deles que consegui não se conforma com o vocabulário Katuquina de Von Martius e antes parece Maxuruna. Tinham muita variedade de feições e de adornos permanentes. Dois eram algo barbudos, como se diz que são os Maxurunas: alguns tinham o beiço inferior furado e adornado de pauzinhos: outros não. Estes índios nos informaram que em oito ou dez dias de viagem havíamos de chegar às malocas dos Náuas, na beira, que eram numerosos e haviam de acometer-nos, o que infelizmente ocorreu.

**9°** O distintivo dos Náuas é o uso de grandes escudos feitos, se diz, de couro de anta, que na guerra lhes dá uma grande vantagem sobre os seus vizinhos, que não têm sabido adotar esta arma defensiva, o que é de estranhar. Em tempos passados, os Náuas usavam fazer correrias para baixo, e mais de um extrator de drogas encontrou-se com eles, mesmo abaixo do Tarauacá. São valentes, e parecem industriosos, por que seus pacovais eram grandes, e estavam tão limpos, como se fossem de qualquer lavrador civilizado. A única maloca deles que vi tinha duas casas de bom tamanho, na beira do Rio. Não sei se terão mais outras malocas ou não. Em uma das casas, achamos muito breu em paneiros: nada mais de notável.

## V

Os produtos de Juruá são no geral os mesmos que dos outros Rios. A castanheira, porém, é raríssima; ao menos nas terras firmes da beira. Acima de Tarauacá a palmeira Tucum ([63]) aparece regularmente na terra e a salsaparrilha se encontra em grande quantidade.

No ano seguinte, 1868, um coletor de drogas sabendo disso, e que não era provável encontrar-se com os Náuas, senão a uma distância considerável acima do Tarauacá, aventurou-se mais longe que de costume, e tirou bom resultado. Esta utilidade ao menos resultou da minha viagem. No Purus, acima de 600 milhas o peixe-boi é, em comparação, raro, mas no Alto Juruá é abundante, e tão pouco arisco, que facilmente os arpoávamos da mesma igarité com um varejão. O Pirarucu abunda quase tanto. [...] Os seringueiros nos Lagos do Baixo Juruá estavam sofrendo de sezões; mas os que estavam na beira, pela maior parte, escapam. Da minha tripulação ninguém sofreu. Assim o Rio me parece ser bastante sadio. (CHANDLESS)

## *Antonio Raimondi (1879)*

Casi no cabe duda alguna, que debe existir comunicaciones entre el Ucaiali y algún otro tributario del Amazonas, situado más al Oriente; pues se tiene noticias de varios casos que en el siglo pasado aparecieron los brasileros en el Ucaiali, sin haber entrado por la Boca de este Río, y el mismo Requena, gobernador de Maynas, aconsejaba con este motivo al P. Girbal, que explorase los Ríos tributarios del Ucaiali que se acercan al Yavari ([64]). (RAIMONDI)

---

[63] Tucum: Bactris setosa.

[64] Yavari: na verdade o Juruá.

## *Barão de Marajó (1895)*

Apesar dessas informações, eu que conheço o Amazonas desde meus mais verdes anos, que tenho falado com milhares de pessoas que têm navegado por esses Rios que hoje estão devassados pelos regatões até seus extremos, nunca ouvi um só deles afirmar a existência de tais anomalias, afirmando contudo a existência das tribos com aquele nome, como se encontra no mapa de Martius. [...] Castelnau navegou esses Rios em 1847, nem as Índias nem os coatás se acabaram, e eu que subi o Amazonas pela primeira vez naquele tempo, nunca ouvi referir tais fatos. O meu pai viveu nove anos na então Capitania do Rio Negro, como Tenente de marinha e de artilharia, serviu nas Comissões Demarcadoras, governou vários Postos Militares, conviveu com os Comissários Victorino Costa, Simões e outros por longos anos, falando-me continuamente de suas viagens no Amazonas, Madeira, Purus, Rio Negro e seus afluentes, de seus índios e hábitos, nunca me referiu estes fatos que, se existissem, deveriam ser por ele sabidos, ao menos por tradição daqueles exploradores, que até ao mínimo estudaram e perscrutaram todos estes Rios, todas estas regiões, seus habitantes e seus costumes. (MARAJÓ)

## *Barão de Santa Anna Nery (1899)*

[...] Este Rio tinha sido abandonado há cerca de 30 anos; desde então, tornou-se um dos mais prósperos e veremos mais tarde, que é servido por linhas regulares de vapores ([65]) em um percurso de 1.500 km. Seus afluentes – o Andirá, o Tarauacá, o Gregório, o Moa – são muito frequentados.

[65] Linhas de navegação a vapor para o Juruá: Companhia Inglesa do Amazonas, Bernau e Cia, Melo e Cia e a Araújo Rosas e Cia. (NERY)

### *Germán Stiglich (1912)*

Provincia de Ucaiali: Al Sur del Marañón y comprendiendo tres hoyas enteramente distintas, tributarias todas del Amazonas, se encuentra en el Departamento de Loreto la Provincia del Ucaiali. Esos tres Ríos principales son: el Ucaiali desde su afluente el Tapiche hasta su formación; el Yuruá desde la Boca del Breu hasta sus nacientes y el Purús desde la Boca del Santa Rosa hasta su origen más remoto. […]

El Yuruá es alcanzado, entrando por abras de la Cordillera Oriental, conocidas con el nombre de varaderos, siendo los más traficados; los del Abujao, del Tamaya y del Inuya, tres tributarios del Ucaiali que remontados conducen a las abras y de ahí a tributarios más o menos caudalosos del Yuruá, que en la parle peruana solo es navegable a vapor en ciertas épocas. Del Breu aguas abajo, el Yuruá es brasileño. Al Purús se llega por los varaderos o abras del Sepáhua y aún del Inuya, así como también se pasa del Purús al Yuruá y al Madre de Dios mediante otros varaderos descubiertos por los caucheros loretanos ([66]). El Purús peruano tampoco es navegable todo el año por embarcaciones a vapor. Del Santa Rosa aguas abajo el Purús es brasileño. El Ucaiali es el Río más poblado de todos en la Provincia, el Yuruá el que ha dado más caucho y el Purús el que rendirá más jebe ([67]). Millares y millares de peruanos se han sacrificado durante muchos lustros en exploraciones de caucho; unos han muerto a manos de tantas tribus salvajes, otros por las fiebres endémicas y el resto con los riesgos del bosque. Así, por esta lucha constante con la Naturaleza, la Geografía debe a estos pioneros del progreso los recuerdos más gratos.

---

[66] Loretanos: de Loreto.

[67] Jebe: goma.

Del Huayaga pasaron al Amazonas, de éste al Ucaiali, luego al Yavarí, más tarde al Yuruá, de aquí al Purús y ahora están en el Madre de Dios para pasar al Madera. La Provincia cuenta con seis Distritos: Emilio de San Martín, el mas Septentrional y que cuenta con los caños más hermosos que conducen a lagunas encantadoras donde la pesca da rendimientos pingues: su capital es Tamanco: Catalina, que está particularizado por su varadero famoso al Huayaga, yendo por el cual acortan muchos días de camino los traficantes de Ucaiali; Sarayaco, que tiene la mayor estrechura del Ucaiali y en el cual se está radicando gente a firme, prometiéndose con ello vida propia: su capital es Tierra-Blanca; Contamana, el más poblado del Ucaiali y comercial; posee algunos ríos poblados de infieles bravos aún inexplorados, aun cuando el aliciente del caucho ha guiado en tal intento a más de un fracaso: la capital, Contamana, que lo es también de la Provincia, progresa bastante; Masiséa, el más extenso, pues abarca las zonas del Yuruá y Purús, siendo de advertir que comprende además, todo el Alto Ucaiali, la parte indicada del Urubamba, el Pachitea, el Tamaya y tanto afluente.

Tiene estación radiográfica. Es muy rica todavía en caucho y jebe fino. Pronto llegará a su capital Pucallpa el ferrocarril del Cerro de Pasco. Cuenta la Provincia con 12.400 habitantes, siendo de estos 1.150 de Contamana la capital. (STIGLICH)

## *Constant Tastevin (1920)*

Conheci e tive muito tempo como amigo um crioulo português que, pela era de 1850, subiu frequentes vezes o Juruá até Marari e mesmo até Tarauacá, para troca de produtos europeus com os índios, que lhe davam cacau, salsaparrilha, baunilha, óleo de copaíba.

Sob o domínio português, o Juruá foi um reservatório para os negociantes de escravos que vinham aí se abastecer por todos os meios. [...] população do Baixo-Juruá era em 1908, de 8.621 habitantes civilizados, dos quais 2.785 crianças, ficando estacionária até 1914. A do Médio-Juruá era pouco mais de 7.000 habitantes, em 1910, supondo que houvesse no Baixo-Envira e Tarauacá, reunidos 5.000, chegava-se à cifra de 12.000 almas para o Município de São Felipe, num total de cerca de 20.000 habitantes para o Juruá amazonense. Em 1912, eram 12.000 habitantes no Juruá Federal, não lhe devendo ser inferior à do Alto-Tarauacá, estimando-se a população civilizada de todo o Rio em pouco mais de 40.000 almas, e a indígena, talvez, em 4.000. (TASTEVIN)

## *Aureliano Cândido Tavares Bastos (1937)*

Acerca do Juruá, que corre pelo meio dos dois grandes afluentes, Purus e Ucaiali, sabe-se que é um Rio de primeira grandeza, um dedo gigante desse Centímano ([68]), que se chama Amazonas. Atribuem-se ao Juruá mais de 300 léguas de franca navegação. Segundo as opiniões mais comuns, o seu curso superior inclina-se para Oeste, isto é, para os Andes, para o Departamento de Cuzco.

É assim que não bastará determinar as posições astronômicas do curso do Beni e as do Purus; será preciso, a fim de se determinar o melhor e mais direto caminho para os Departamentos da Cordilheira peruana, reconhecer o curso superior do Juruá, e pelo mesmo motivo os do Jutaí e do Javari. Todos esses volumosos cursos d'água disputam a precedência ao Purus. O Juruá, porém, é o que mais prende a atenção.

---

[68] Centímano: que tem cem mãos.

Suas margens são habitadas por índios de índole excelente. Distinguem-se entre eles os Conibos, que são bonitos e atraentes. As suas florestas contém salsaparrilha, cacau, copaíba e algodão que os índios tecem, como os do Purus e Ucaiali. Alguns navegantes pretendem que seja o Juruá o Rio mais abundante de drogas preciosas, aquele onde é mais fácil colhê-las. A este respeito ouvi eu referir verdadeiras maravilhas.

Tem o Juruá a mesma feição que o Purus, e afirma-se que a 300 léguas da Foz se comunicam ambos por uma ramificação considerável. [...] ouvi eu afirmar que o Juruá, segundo se acredita, se comunica não só com o Purus, mas também com o Ucaiali. Aquele regatão, o Alferes Borges, me referiu que, depois de navegar 3 meses em canoa pelo Juruá acima, no ano de 1864, chegara a um ponto, pouco além do qual lhe diziam os índios da sua tripulação haver um Furo ([69]), chamado Tarauacá, que vai ter ao Ucaiali acima de Sarayacu.

Diversos índios, acrescentou, têm feito essa curiosa viagem, entrando pelo Juruá e surgindo no Ucaiali. Quando Manoel Urbano explorava o Purus, aonde chegou até o Rixala, encontrou índios que lhe disseram terem vindo de Sarayacu por um afluente. Isto pareceu-lhe engano dos índios, mas pode ser exato, se é verdade que o Ucaiali se comunica com o Juruá pelo Tarauacá, e este com o Purus. Ora é certo que os dois Rios, Juruá e Purus, correm muito próximos; há ponto em que o curso de um não dista do outro mais de três dias de viagem por terra, ou cerca de 20 léguas. Fenômeno extraordinário, pois que não há aí montanhas elevadas, nem vales profundos, mas uma planície vastíssima que se estende até a Bolívia! (BASTOS)

---

[69] Furo: Rio.

## *A Vela que Passou*
***(Violeta Branca)***

*Singrando o Mar,*
*Uma vela*
*Passou na noite triste...*
*Alguém, dentro dela,*
*Ia cantando sob o luar*
*A mesma canção que cantei*
*Quando partiste.*

*Quem cantava, não sei...*
*A vela passou na noite quieta...*
*Serias tu, marinheiro-Poeta,*
*Que ias cantando assim,*
*Acordando a tristeza dentro de mim?*

*Pelo Mar agitado a vela passou...*
*Tenho os olhos molhados*
*De quem chorou...*

# *O Baixo e o Médio-Juruá*

Vamos reproduzir, parcialmente, a centenária descrição do Baixo e Médio-Juruá, realizada pela Comissão Mista Brasileiro-peruviana de Reconhecimento do Rio Juruá, com o objetivo de traçar um paralelo, mais tarde, do nosso reconhecimento com o realizado pelo então Coronel Bellarmino Mendonça.

## *Baixo-Juruá*

> O Baixo-Juruá está a intramuros dos ([70]) Paralelos de 02°37’51” e 06°40’40,2” Sul que passam em sua Barra e na do Tarauacá, sendo de 65°47’29,0” Oeste a Longitude do primeiro ponto no Porto Columbiano ([71]). Sua largura entre as margens varia de 352 metros; na Foz, a 150 antes do Tarauacá, salvo nas grandes enchentes em que as águas transbordam o leito. A seção molhada é, em geral, menos ampla e reduz-se consideravelmente na estiagem. É de 42,83 m a Altitude do Porto Columbiano, de 108 metros a da Foz do Tarauacá, de 1.697,5 quilômetros a distância entre os dois pontos, e consequentemente de 1:26048 ([72]) a declividade do leito do Rio. A correnteza, era em maio de 1905, de cerca de três milhas por hora. A profundidade na Foz é de 20 m na vazante média e desce a 12 metros em frente ao Tarauacá. Os pontos de menor profundidade são encontrados a 555 e 585 milhas da embocadura na corredeira do Urubu, mais conhecida por “*Urubu Cachoeira*”, onde se reduz, em Canal estreito e pedregoso, a pouco mais de três metros nas maiores vazantes e na Praia das Pedras que então fica ainda mais baixa e quase sem Canal. (MENDONÇA)

---

[70] A intramuros dos: limitado pelos.

[71] Porto Columbiano: hoje Comunidade Nova Matusalém no Rio Solimões.

[72] 1:26048: 3,84 cm/km.

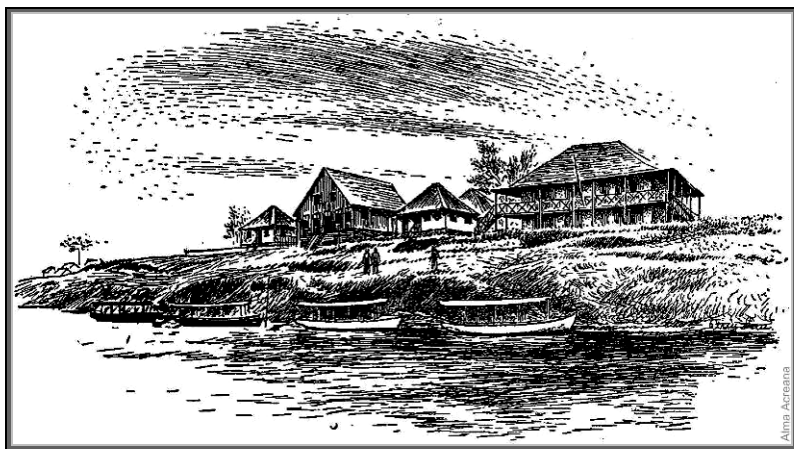



*Imagem 02 – Foz do Muru (Percy Lau)*

> Seringal Foz do Muru, desenho de Percy Lau. Da esquerda para a direita: Barraca do motorista de Rio; Barracão, morada do proprietário e sua família; Barraca, hospedaria dos empregados; armazém e loja. No porto, batelões com motogodile ([73]) à popa. Este conjunto erguia-se à margem direita do Rio Muru, cuja Foz, no Rio Tarauacá, estava a cerca de duzentos metros, a contar do Barracão, para a esquerda de quem vê o desenho. (TOCANTINS, 1984)

MENDONÇA: A desobstrução dos paus e canalização desta praia, o alargamento e aprofundamento do Canal naquela corredeira tornarão permanente a navegação a vapor, em todo o decurso do ano, até a Vila de São Felipe ([74]), dez e meia milhas acima do Tarauacá, como já aconteceu no ano passado sem esse beneficiamento, empregando-se lancha de pequeno calado durante a estiagem.

---

[73] Motogodile: motor a gasolina.

[74] São Felipe do Rio Juruá: fundada em 1894, passou a denominar-se João Pessoa, em 05.03.1931, e, em 31.12.1943, o Município e o Distrito sede receberam o nome de Eirunepé (Tupi = caminho do mel preto).

No Baixo-Juruá incidem, por duas Bocas, na margem esquerda, o Paraná Meneroá ([75]), que é alimentado pelo Lago de igual nome e diversos outros e tem desenvolvimento superior a vinte léguas; o Berêo ([76]), que tem a primeira Boca no Ipiranga, a segunda no Barracão Renascença com desenvolvimento maior que o do primeiro e um Furo intermediário denominado do Jacaré; o Tucumã que vai de Nova Vida ao Sacado do Temqué e não é de extensão inferior à do anterior e o Bauana Branca, menor que os precedentes, ligando-se por um Furo a Monte Cristo, por outro à Extrema do Marimarí e terminando acima do Barracão do Maracajá.

Na margem direita, incidem o Paraná Arapary entre a Barraca de igual nome e o Jaburu; o Furo de Monte Carmo, que forma a grande Ilha onde se acha o Barracão dessa mesma denominação, vindo do Igarapé Aruajá e saindo no Lago Curimatá e o Furo Xiburi que sai no Igarapé deste nome vindo do Imperatriz.

Limita o Baixo-Juruá o Rio Tarauacá, seu tributário da margem direita, que deverá ceder o nome ao Embira ([77]) desde sua confluência nele em vista das informações colhidas e estudos feitos pela Comissão Mista, donde resulta que o último circunda o anterior e tem suas nascentes próximas às do Juruá. É o Tarauacá o caudal mais forte, mais extenso e mais navegável que em todo o seu curso recebe o Juruá. A Longitude de sua Embocadura é de 69°49’56,3” Oeste.

---

[75] Meneroá: Mineruazinho.

[76] Berêo: Breu.

[77] É interessante lembrar que mesmo antes do relatório da Comissão Mista já se tinha conhecimento de que o Rio Envira (e não Embira), é o Rio principal e o Tarauacá seu afluente e não ao contrário como preconiza a geografia atual.

O Embira, ainda considerado seu confluente principal, entra pela margem direita, engrossado com as águas do Rio Japuri, recebe mais acima na mesma margem o Rio Muru e pela orla esquerda o Riozinho Acurauá, desse lado único a citar.

No seu curso inferior, o Juruá desenvolve-se em amplas voltas e alongados estirões. No período das cheias, navega-se cortando as praias submersas para encurtar o percurso e economizar tempo. Foi o que fizemos nesse largo trecho do Rio, embora a vegetação aflorente ([78]) denunciasse já a próxima baixa das águas, pois havíamos encetado a viagem antes dos meados de abril, no início da estiagem, e estávamos em pleno maio.

As várzeas que haviam sido alagadas erguiam-se em ribanceiras e os Igapós começavam a despejar as águas que os inundavam. As terras firmes se ostentavam como diques naturais a conter a enorme massa líquida que desce e se avoluma anualmente, avassalando os terrenos contérminos ([79]) às margens. As Bocas extremas do Paraná-Berêo fecham o trato das voltas angulosas mais rápidas, entre as quais sobressaem as do Jacaré e Japó, e para adiante se destacam as do Pauá-Pixuna, Gavião, Seruá, Maxyrixy e Três Bocas.

Os mais notáveis Estirões são os do Camaleão, Sacado Velho, Gaivota, Samaumêra, Munichi Grande, Cubia e Soriano. As terras firmes debruantes ([80]) ou apropinquadas ([81]) das margens, que também são chamadas barreiras, apresentam-se mais frequentemente pelo Ocidente.

---

[78] Aflorente: que aflorava.
[79] Contérminos: confinantes.
[80] Debruantes: da orla.
[81] Apropinquadas: próximas.

As da margem Oriental nominam-se São Raimundo, S. Pedro, Paranaguá, Japó, Arati, Bacururu, [...] e Terra Firme do Sérgio, sendo possível que algumas nos escapassem à observação, principalmente nos levantamentos noturnos. Os núcleos senhoriais dos seringueiros, mais geralmente conhecidos por Barracões, constituídos por agrupamentos de casas, tomam por vezes as proporções de pequenos povoados e pontilham as várzeas e os firmes, atestando o povoamento marginal. Isolam-se nos intervalos e pelos Igarapés e varadouros ([82]) se internam turmas que erguem barracos para moradia, donde podem atender à exploração das seringueiras mais afastadas dos núcleos.

Na margem direita notamos 71 desses agrupamentos denominados: Pacaiba, Pauá-Pixúna, [...] e Foz do Tarauacá.

Na margem esquerda notamos na subida 80 núcleos assim chamados: Boa Sorte, Juruapuca, Itauna, [...] e Terra Firme do Sérgio. Não enumeramos as barracas isoladas por serem em geral dependências de outros domínios. (MENDONÇA)

O representante brasileiro da Comissão Brasileiro-Peruviana de Reconhecimento do Rio Juruá enumera minuciosamente os núcleos populacionais com o propósito deliberado de reforçar a tese de que a presença brasileira no Baixo e no Médio-Juruá era muito mais efetiva do que a peruana.

MENDONÇA: A "*syphonia elástica*" ou árvore da borracha, a maior riqueza vegetal do Amazonas, é aí o objetivo predileto do labor dos brasileiros, habitantes da região.

---

[82] Varadouros: trilhas abertas na mata, para ligar dois Rios.

Os seringais são divididos por estradas que ligam entre si 50 a 200 seringueiras distanciadas de 10 a 100 metros. Cada freguês ou trabalhador toma conta de duas estradas. Depende da densidade dos seringais e da área que abrangem as propriedades o número das estradas e consequentemente dos trabalhadores. Um Seringal regular deve ter 200 estradas.

A extração da borracha faz-se no verão e renova-se com igual proveito todos os anos sem sacrifício das árvores, salvo acidentes imprevistos. O seringueiro, pela própria natureza do seu trabalho, fixa-se ao solo e nele permanece.

Pode-se avaliar estimativamente a população dos seringais pela lotação de suas estradas sem grande erro.

## *Médio-Juruá*

Os paralelos de 06°40’40,2” e 09°24’36,2” Sul limitam o Médio-Juruá pelas Barras dos Rios Tarauacá e Breu, ambos confluentes da margem direita.

A largura entre as margens varia de 310 metros na Foz do Tarauacá a 90 na do Breu sem levar em conta o transbordamento do leito nas grandes cheias e a redução da seção banhada nas vazantes.

A profundidade decresce progressivamente desde Tarauacá e mais pronunciadamente acima do Gregório. Na estiagem, tem os valores mínimos de 0,5 m a 0,4 m no baixio da praia de Minas, nas cachoeirinhas Gastão e Pedreira, na corredeira da Praia do Feijão, cachoeirinhas Mississipi Velho, Mississipi Novo, Tejo e Torre da Lua em apertados canais muito correntosos.

São tributários da margem esquerda os riozinhos de Corumburu e Hudson, os Rios Moa, Paraná da Viúva, Juruá-Mirim, Paraná do Ouro Preto, Paraná de Minas e Amônea, e da margem direita o Guabiru-Paraná ou Eru, os Rios Gregório, Mu ou da Liberdade, Paraná do Arrependido, Riozinho do Leonel, Rios Tejo e Breu cuja Longitude na Foz é de 72°45’21,9” O ([83]). O Moa, o Juruá-mirim, Amônea, Tejo e Breu são os mais importantes. Das cabeceiras dos três primeiros, há varadouros para o Ucaiali. As cabeceiras do Tejo e do Breu têm contra vertentes para o Tarauacá, as quais se ligam por varadouros.

Sobre a margem esquerda do Médio-Juruá, apenas dez e meia milhas acima do Taraucá, ergue-se a Vila de São Felipe, cabeça de Comarca, aos 06°41’04,4” de Latitude Sul e 69°55’33” de Longitude Oeste. A sede da Prefeitura Brasileira do Alto-Juruá, denominada Cruzeiro do Sul, está situada a menos de duas milhas da Boca do Moa que, segundo o engenheiro brasileiro Lopes Neto, fica a 07°41’24,0” S ([84]) e 72°36’12,0” O ([85]).

Na hibernagem ([86]), que nesta região vai de fins de outubro aos primeiros dias de maio, os vapores de calado pouco superior a dois metros chegam ao Breu e podem ir além. Na estiagem, porém, somente lanchas de muito pequeno calado podem alcançar o Rio da Liberdade, o Cruzeiro do Sul, o Moa e com mais custo o Juruá-mirim. Daí para cima, os estorvos avultam: as madeiras formam paliçadas e ilhotas adventícias, há baixios e bancos nos estirões e nas praias, os canais desaparecem, os torrões afloram e emergem, descobrem-se as cachoeirinhas, formam-

[83] 72°45’21,9” O: 72°42’59,2” O.
[84] 07°41’24,0” S: 07°39’19,4” S.
[85] 72°36’12,0” O: 72°40’41,9” O.
[86] Hibernagem: nas cheias.

se corredeiras, os bancos e as praias revestem-se de vegetação, os remansos e poços rareiam. Cessa a navegação a vapor.

Apenas pequenos batelões e canoas podem subir e descer o Médio-Juruá acima do Gregório, impulsionados a varejões, puxados a sirga, empurrados e arrastados em longos e extenuantes intervalos, sendo muitas vezes preciso descarregá-los em algumas passagens.

Beneficiados os dois pontos do curso inferior já citados, a navegação por vapores de pouca imersão pode tornar-se permanente no curso Médio até o Gregório e, com mais dificuldade e delonga, quiçá um pouco além do Cruzeiro do Sul.

As altitudes de 108 metros na Foz do Tarauacá e 214 na do Breu dão a diferença vertical de 106 metros entre os dois pontos, afastados de 1.277,442 metros; donde a declividade de 1:12051 ([87]).

No Médio como no Baixo-Juruá, é também a extração da borracha a principal laboração se bem que, em uma e outra zona igualmente se exportam em pequena escala cacau, castanhas e outros produtos e vá avultando a cultura da mandioca ou macaxeira, da cana de açúcar e de cereais.

A vestimenta das cintas ([88]) ribeirinhas é, em ambas, quase idêntica; rasteira e falhada nas beiras das praias, densa e variada nos Igarapés, várzeas e firmes. A cada modalidade do terreno corresponde uma vegetação de cambiante característica, embora indistinguível à visada rápida do conjunto.

---

[87] 1:12051: 8,3 cm/km.

[88] Cintas: orlas.

Na areia das praias pululam os sarmentosos malvaíscos e outros arbúsculos de verão, a gramínea canarana, o muru ou amuri [canna aurantica]; no bojo a umbaúba [cecropia palmata] e o louro branco ou decadente [persia láurea]. Em uma e outra praia medra a gramínea tacana ou frecheira, que fornece varas fortes para jiraus, estrados e varejões de canoas e as lâminas pontiagudas das flechas usadas pelos silvícolas.

Os Igapós são enroupados por grande número de árvores e arbustos aquáticos. É principalmente aí que as molengas uranás ou oiranas têm maior crescimento. Na várzea predomina, pelo valor comercial, a cobiçada hevea ([89]), de qualidade superior à da terra firme. No Baixo-Juruá, encontra-se uma espécie inferior denominada barriguda, que dá pouca goma, e a siringarana, pouco abundante, mas de maior elasticidade e leite muito grosso, principalmente no sernambi.

É privativa da várzea o assacu ([90]) árvore gigantesca cuja casca verte leite cáustico e tóxico e é armada de acúleos ([91]) venenosos. Na terra firme como na várzea, abundam as madeiras de lei para todos os misteres e há grande profusão e variedade de palmeiras. Sobressaem por sua colossal altura a samaumeira [criodendrum sumaúma], o castanheiro [castanea], a gameleira [ficus doliaria], o tapiribaceiro [cajaeiro] e o citado assacu.

---

[89] Hevea: Hevea brasiliensis – seringueira.

[90] Assacu (Hura crepitans l.): caule, de coloração parda, revestido de espinhos de 1 a 2 cm. Apresenta flores femininas e masculinas separadamente. O fruto é semelhante a uma moranga, com cerca de 8 cm de diâmetro e sua abertura é explosiva projetando as sementes a longa distância. É muito usado na Amazônia como flutuador para as residências flutuantes.

[91] Acúleos: espinhos.

O Firme, a Várzea, o Igapó e a Praia são abundantes em plantas alimentícias, condimentícias, aromáticas, medicinais, têxteis, oleosas, balsâmicas e outras próprias para curtume e tinturaria.

São os seguintes, em número de 89, os Barracões situados a margem direita: Nova Paris, Simpatia, Porto Franco, Humaitá [...] Terra Firme do Damasceno, Bom Futuro.

Há na margem esquerda os Barracões São João, Restauração, Miriti, [...] Tejo, Acuriá Velho, São João Novo, Iracema, Bela Vista ou Firirim.

Os Estirões de Nova Paris, Pixuna, dos Náuas, Buenos Aires e Triunfo são os mais extensos. As curvas mais vivas denominam-se Príncipe Imperial, Vizeu e Triunfo.

Os firmes Ocidentais são duplos dos Orientais, acentuando-se ainda mais que no curso inferior a superioridade dos primeiros. (MENDONÇA)

# *Pioneiros Brasileiros*

*O Purus e o Juruá abriram-se há muito à entrada dos mais díspares forasteiros – do sírio, que chega de Beirute, e vai pouco a pouco suplantando o português no comércio do "regatão"; ao italiano aventuroso e artista que lhes bate as margens, longos meses, com a sua máquina fotográfica a colecionar os mais típicos rostos de silvícolas e aspetos bravios de paisagens; ao saxônio fleumático, trocando as suas brumas pelos esplendores dos ares equatoriais. E, na grande maioria, lá vivem todos; agitam-se, prosperam e acabam longevos. (CUNHA, 2000)*

## A Saga dos Pioneiros

O "*Juruá Federal*", escrito pelo Dr. José Moreira Brandão Castello Branco Sobrinho, foi publicado pela primeira vez nos Anais do Congresso Internacional de História das Américas da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1922.

Esta magnífica obra é o resultado das pesquisas realizadas pelo próprio autor quando este era Juiz de Direito em Cruzeiro do Sul, Acre. A nomeação do então Bacharel Castello Branco pelo Presidente da República como Juiz Municipal do 2° Termo da Comarca de Cruzeiro do Sul, no Território do Acre, foi publicada no DOU de 06.03.1913. O livro constitui-se, ainda hoje, em um dos acervos mais completos e fiéis sobre a região do Juruá. Relata-nos Sobrinho:

> Ferdinando Denis, no seu livro Brasil, publicado em 1838, ao tratar dos principais afluentes do Amazonas, omite o Juruá e o Purus dando somente na mesma direção o Javari, Madeira, Tapajós e Xingu, porque nesse tempo o Juruá era tido como de pouca importância.

Esta suposição é confirmada pelo Padre Constant Tastevin, na monografia "*O Juruá*", publicada em 1920, na "*La Géographie*", de Paris, em que afirma que os portugueses nunca pensaram em se estabelecer no Juruá, que até Chandless, passava por ser menos importante que o Jutaí. Dava-se um curso de uns 1.000 quilômetros, ou seja, menos de um terço de sua verdadeira extensão, parecendo, assim, que se o não conhecia além de Urubu, cachoeira no Vale do Chiruan ([92]).

O geógrafo Chandless, que explorou mais da metade do Juruá, cerca de 1.260 milhas, não alcançou o Ipixuna, voltando do Seringal Ouro Preto, 80 milhas abaixo da Foz do Moa. Em 1854, diz João Wilkens de Matos, Secretário do Governo da Província do Amazonas, num relatório apresentado ao Presidente Herculano Penna que, após uma viagem de 40 dias, em canoa, se chegava à Boca do Parauacu, hoje Tarauacá. Ainda o mesmo Wilkens, em 1858, na qualidade de Diretor de Terras, informa a existência de silvícolas aldeados até o Lugar Xué ([93]), no Baixo-Juruá.

Chandless que, em 1867, aproximou-se da fronteira do território com o Estado do Amazonas, refere ter sido antecedido pelo brasileiro João da Cunha Corrêa, o qual lhe dissera que havia subido o Tarauacá, daí passando ao Envira, donde varou para o Purus. (SOBRINHO, 2005)

O autor do "*Juruá Federal*" teve a oportunidade ímpar de entrevistar Guilherme da Cunha Corrêa, filho de João da Cunha Corrêa – o João de Cametá e ratificar a afirmativa de William Chandless.

---

[92] Chiruan: Xeruã.
[93] Xué: Chué.

SOBRINHO, 2005: Esta narrativa é comprovada pelo testemunho de Guilherme da Cunha Corrêa, ainda vivo e proprietário do Seringal Concórdia, no Baixo-Juruá, filho do referido João da Cunha Corrêa, que era natural de Cametá, Estado do Pará. Acrescenta o dito Guilherme que seu pai fora nomeado Diretor dos índios do Rio Juruá, entre 1855 e 1857, na administração do Dr. Antônio Ferreira do Amaral, época em que cometiam a Manoel Urbano da Encarnação idêntico encargo no Rio Purus, e nesse caráter fizera uma demorada viagem pelo Juruá, colhendo alguns produtos da região e distribuindo pelos indígenas grande quantidade de machados, terçados, facas, miçangas e fazendas, conseguindo alcançar a Foz do Rio Juruá-mirim, muitas milhas além da fronteira da Zona Estadual com a Federal. Nunca hostilizou os silvícolas. De quem soube granjear amizade e confiança, tendo eles apenas no Estirão dos Náuas, se retirado de suas tabas para a margem oposta do Rio. Nessa viagem, João da Cunha Corrêa, encontrou uma índia velha com duas filhas, que foram conduzidas a Teffé, sendo depois batizadas pelo Padre Torquato Antônio Ribeiro, de Fonte Boa. Regressando do Juruá-mirim, o denodado bandeirante subiu o Rio Tarauacá, penetrou no Envira, alcançou o Vale do Purus, num de seus afluentes, denominado, hoje, segundo parece, Chandless.

Aí procurou Manoel Urbano, conhecido pelos indígenas por "*tapaúna catu*" [o preto bom], e como não o encontrasse por ter subido o Purus, Corrêa voltou ao Teffé, levando em sua companhia uma índia, que lhe dera um "*tuchaua*" ([94]), a qual foi batizada com o nome de Leocádia, e faleceu em 1912. Era quase branca, de rosto oval e bem conformado, estatura mediana, nariz pequeno e aquilino.

---

[94] Tuchaua: cacique.

> Essa viagem de João Corrêa ao Alto-Juruá, por essa época é de certo modo confirmada pelo pernambucano Serafim Salgado, na sua exploração ao Rio Purus, em 1857, quando assevera que os índios "*Cucumas*" ([95]) lhe declinaram nomes dos brasileiros civilizados que viram nas cabeceiras do Juruá. Assim, não padece dúvida que o destemido sertanista foi quem primeiro transitou terras do Juruá, na qualidade de Diretor dos silvícolas. (SOBRINHO, 2005)

A exploração comercial do Vale do Juruá já se iniciara, ainda que de forma incipiente, antes mesmo da viagem de João de Cametá com os regatões que subiam o Rio e seus afluentes em busca de plantas medicinais e especiarias e que foi incrementada, mais tarde, com o aumento significativo da produção da goma elástica depois da chegada dos seringalistas atraídos à região pela quantidade e qualidade da Hevea brasiliensis.

> SOBRINHO, 2005: Em princípios de 1884, o pernambucano Antônio Marques de Meneses, vulgo "*Pernambuco*", acompanhado de Antônio Torres, Pedro Moita, José Vieira, Manoel Meneses, Jacinto de Tal e Joaquim Nascimento, aportava ao Estirão dos Náuas, donde voltou, sem demora, por ter sido atacado pelos índios, que lhe deram uma surra. Em maio do mesmo ano ([96]), aportavam em Manaus, os italianos Henrique Gani, Antônio Brozzo, Domingos Stulzer, vindos da República Argentina, que ali encontraram os seus compatriotas Antônio Marcílio e Luiz Paschoal, sócios e proprietários do Seringal Nova Iorque, no Baixo-Juruá, nesse tempo pertencente ao Município de Teffé e hoje ao de São Felipe ([97]).

---

[95] Cucumas: Kokamas.
[96] Mesmo ano: 1884.
[97] São Felipe: Eirunepé.

A convite dos últimos, vieram aqueles em sua companhia para o aludido Seringal Nova Iorque, seguindo depois para o Alto-Juruá, em viagem de exploração, trazendo consigo os cearenses Ismael Galdino da Paixão e Domingos Pereira de Sousa, que exploraram, em junho seguinte, esse pedaço do Juruá, que vai do referido Estirão dos Náuas à Embocadura do Juruá-mirim. Esses excursionistas foram os primeiros que exploraram o Rio com o fim de o povoarem, tanto que, pelo caminho, iam deixando sinais de sua passagem, respeitando, porém, a parte visitada por Pernambuco, somente porque este lhes avisara de que havia passado por ali e pretendia localizar-se numa terra firme, próxima à Foz do Rio Moa, na qual, atualmente, se acha implantada a Cidade de Cruzeiro do Sul. Encontraram pelas cercanias do Rio Moa extensos bananais e grande número de índios, que os iam seguindo com o maior interesse, por terra.

No meio do Estirão dos Náuas, no local em que hoje se encontra o Barracão do Seringal Buritizal, foram os viajantes à terra, deparando com uma enorme maloca dos silvícolas chamados "*Náuas*", os quais deram o nome ao dito Estirão, e após uma certa demora, necessária apenas para oferecerem aos aborígines alguns brinquedos ou outros objetos que lhes despertassem a curiosidade, continuaram sua rota, parando novamente na extremidade Sul do referido Estirão, na terra firme, presentemente apelidada "*Colônia Rodrigues Alves*" e daí encontraram novamente muitos índios, tendo-lhes feito oferecimentos idênticos. Foram, porém, obrigados a fazer fogo para o ar, a fim de atemorizá-los, uma vez que eles tentaram lançar mão de suas armas, instrumentos esses a que os indígenas prestavam muita atenção e pelos quais se mostravam assaz interessados desde o primeiro encontro na parte central desse Estirão.

Coube aos italianos a parte do Rio que vai do Seringal Treze de Maio ao Paraná dos Mouras e aos brasileiros do Tatajuba ao Juruá-mirim. Um lustro ([98]) após, em 1889, outros expedicionários, José Serafim dos Anjos, vulgo "*Tucandeira*", Joaquim Nascimento, José Raimundo, vulgo "*Zé-Grande*", e Antônio Doutor, Francisco Barraqueiro e Norberto de Tal, sob a direção de Francisco Xavier Palhano, foram do Juruá-mirim até Flora, numa canoa chamada "*Fura Mundo*", que partiu do Porto de Redenção, de Bernardo Costa, próximo ao Rio Liberdade, por conta de quem faziam a exploração, não podendo ir além por ter sido ferido Antônio Doutor.

No ano seguinte ([99]), o mesmo Francisco Xavier Palhano partiu do dito Porto de Redenção, em companhia de José Tucandeira, Francisco de Oliveira Lima, vulgo "*Lagartixa*", João Facundo da Costa, Antônio Ramalho, Joaquim Nascimento e Conrado de Tal, chegando a explorar de Tanaré a Minas Gerais, tendo sido flechado Antônio Ramalho e João Facundo, numa sapopema que fica num Sacado abaixo do Triunfo, depois de uma grande luta com os índios Capanauas.

Subiram depois, mas no mesmo ano, o português Antônio Granjeiro, que deu nome ao Tejo, João Pereira dos Anjos, Francisco Agostinho, Antônio Poeta e o referido Francisco Xavier Palhano, que exploraram da Boca do Tejo ao Breu. Doze brasileiros, entre os quais Valdevino José de Oliveira, ainda vivo e residente em Pirapora, Manoel Tomás, José Tucandeira, Maximino Rodrigues, Francisco de Oliveira Lima, vulgo "*Lagartixa*" ou "*Galo*", Antônio Luiz de Andrade, João Dourado, Antônio Rocha e Francisco Barreto, exploraram o Juruá do Rio Breu até perto de

[98] Lustro: período de cinco anos.
[99] Ano seguinte: 1890.

*cem praias* acima da Foz do Rio Vacapistéa, o que não tem grande importância para o nosso trabalho, mas citamos para mostrar que os nacionais foram muito além do território brasileiro, pelo Tratado de Petrópolis, sem topar com os peruanos.

Em 1888, o Moa era desvendado de sua Barra até o Seringal denominado São José, por Joaquim Barros Rego, Manoel Mendes de Matos, Francisco Teobaldo de Melo, Amaro Teobaldo de Melo, José Merouca, João Veríssimo, José Batista de Lima e Antônio Xavier Moreira. Deste ponto em diante, foram seus investigadores João Batista de Lima, Rufino José da Silva, José Alves da Silva, Miguel de Almeida, Francisco José de Melo, Joaquim de Barros Rego, Sebastião Costa, Luiz Monteiro, Joaquim Tomás da Rocha, Amaro Teobaldo de Melo, Francisco Teobaldo de Melo e Vicente Ferreira Lima, em épocas diversas.

O Rio Azul ou Breguesso, afluente do Moa, foi explorado em 1893 por Joaquim Tomás da Rocha, Francisco e Amaro Teobaldo de Melo, Raimundo Cláudio, Francisco das Chagas Moreira e José Alexandre. O Juruá-mirim foi explorado por Ismael Galdino da Paixão, Joaquim Correia de Oliveira, Francisco Albuquerque [da firma Cohen & Albuquerque], Manoel Martins, Manoel Felipe, José Joaquim e Boaventura de Tal.

O Tejo, de sua Foz até Restauração, em 1890, teve como exploradores José Joaquim de Lima, Francisco Lagartixa, Manoel Tomás, Antônio Peixoto, Francisco Ferre, João Dourado e Vicente Venâncio de Almeida. Mais tarde Manoel Patrício, André Lopes e Mariano de Barros percorreram o resto do Tejo e o Riozinho das duas Bocas, importante afluente de sua margem direita. O Alto Rio Liberdade teve como principal explorador, em 1894, Pedro Juvêncio Barroso. (SOBRINHO, 2005)

## A Seca Grande (1877-1879)

*Guiado talvez por instintivo impulso de aventura, desprezou as regiões dos baixos Rios, que continuaram a ser o habitat da população indígena, penetrou os altos sertões e violou-os até as linhas imprecisas de suas fronteiras ainda mal traçadas. (LIMA)*

*Os caminhos eram teatro das mais pungentes cenas! As caravanas de retirantes a marchar sempre, como o Ahasverus da lenda, suplicando embalde à muda imensidade uma gota d'água para lhes mitigar o calor dos lábios incendiados pela sede! Tudo era miséria e desolação! As árvores, como esqueletos de pé, estendiam os braços ao espaço, enquanto um vento quente e impetuoso varria do solo as folhas torradas pelo Sol! (THEOPHILO)*

A maior seca de todos os tempos assola a região Nordeste vitimando mais de 500 mil nordestinos. O auge da produção e comercialização da borracha estimula enormes levas de flagelados a serem transportados precariamente para os seringais. Milhares perdem a vida no trajeto e os sobreviventes são abandonados à própria sorte na floresta hostil.

Rodolpho Theophilo faz uma analogia entre o fado dos retirantes nordestinos e a maldição do lendário Ahasverus. Reza a lenda que Ahasverus, contemporâneo de Jesus Cristo, possuía uma oficina, em Jerusalém, localizada na rua por onde cruzavam os condenados à morte por crucificação, carregando suas pesadas cruzes.

Na Sexta-feira da Paixão, Cristo, ao passar na frente da oficina de Ahasverus, foi por ele escarnecido e agredido e, Jesus, então, condenou-o à imortalidade e a vagar "*in æternum*".

*Imagem 03 – Seringueiro (Percy Lau)*

O Seringueiro, como o sertanejo de Euclides da Cunha, era antes de tudo um forte, não esmorecia e com a obstinação de um titã, com uma energia e tenacidade assombrosas enfrentava, heroicamente, a floresta, os selvagens e as feras que os espreitam nas estradas da seringa.

É uma raça extraordinária empreendendo uma marcha colonizadora épica jamais registrada nos anais da História da Humanidade. Pouco a pouco, os seringais vão prosperando às margens do Madeira, do Purus, do Acre, do Tarauacá, do Juruá, do Abunã, do Iaco e do Beni. Não lhes importa de quem seja aquilo, como dizia Euclides da Cunha, era "*terra por desbravar, por construir*". O látex transforma a Amazônia num verdadeiro "*El-Dorado*".

## O Vaticínio de William Chandless

William Chandless, como todos os cientistas e naturalistas estrangeiros que percorreram os "*ermos sem fim*" da Amazônia Brasileira, não acreditavam na férrea determinação e a ciclópica vontade de uma raça forjada no calcinado sertão nordestino expulsa de seu torrão natal pela seca inclemente. Desconheciam a força de uma raça capaz de enfrentar as mais adversas reações do meio físico, uma raça que foi capaz de adaptar-se e triunfar sobre a natureza, gravando nas páginas de nossa história gloriosos exemplos de civismo e de heroicidade. William Chandless não tinha a lucidez de um Euclides de Cunha que nos faz uma análise importante, no seu "*Um Paraíso Perdido*", de como os vigorosos estrangeiros nordestinos pagaram caro o aclimatamento à "*Terra das Águas*" antes que os genes mais vigorosos dos pioneiros fossem impregnados com as suas melhores e mais fortes virtudes e predicados e repassados às novas gerações.

> De fato – à parte o favorável deslocamento paralelo ao Equador, demandando as mesmas Latitudes – não se conhece na História exemplo mais golpeante de emigração tão anárquica, tão precipitada e tão violadora dos mais vulgares preceitos de aclimatamento, quanto o da que, desde 1879 até hoje, atirou, em sucessivas levas, as populações sertanejas do território entre a Paraíba e o Ceará para aquele recanto da Amazônia. [...]
>
> Salvam-se os que melhor balanceiam os fatores do clima e os atributos pessoais. O aclimado ([100]) surge de um binário de forças físicas e morais que vão, de um lado, dos elementos mais sensíveis, térmicos ou

[100] Aclimado: aclimatado.

higrométricos, ou barométricos, às mais subjetivas impressões oriundas dos aspectos da paisagem; e de outro, da resistência vital da célula ou do tônus muscular, às energias mais complexas e refinadas do caráter. Durante os primeiros tempos, antes que a transmissão hereditária das qualidades de resistência, adquiridas, garanta a integridade individual com a própria adaptação da raça, a letalidade inevitável, e até necessária, apenas denuncia os efeitos de um processo seletivo. Toda a aclimação é desse modo um plebiscito permanente em que o estrangeiro se elege para a vida. (CUNHA, 2000)

## *Migração Nordestina*

João Craveiro Costa no seu livro "*A Conquista Ocidental do Deserto Ocidental*", editado pela Companhia Editora Nacional, em 1940, rebate o vaticínio de William Chandless e relata a migração nordestina.

## *O Purus*

A impressão de Chandless não foi favorável ao Purus. Dela refere Jean Jacques Élisée Reclus a notícia que nos chegou. Levou-a Chandless ao conhecimento da Geographical Society, de Londres, prenunciando ao grande Rio séculos para o seu povoamento, "*tal o flagelo dos mosquitos, a insalubridade dos campos ribeirinhos e as mudanças incessantes que se dão no regime do Rio*".

Mas o próprio Chandless registrou o movimento comercial que se operava no Purus. A exportação, em 1861, não era de desprezar: 793 arrobas de salsaparrilha, 9.936 de cacau e 16.777 de borracha. Três anos depois, verificava-se um aumento sensível: salsaparrilha 3.092 arrobas; 14.100 de cacau e 36.625 de borracha.

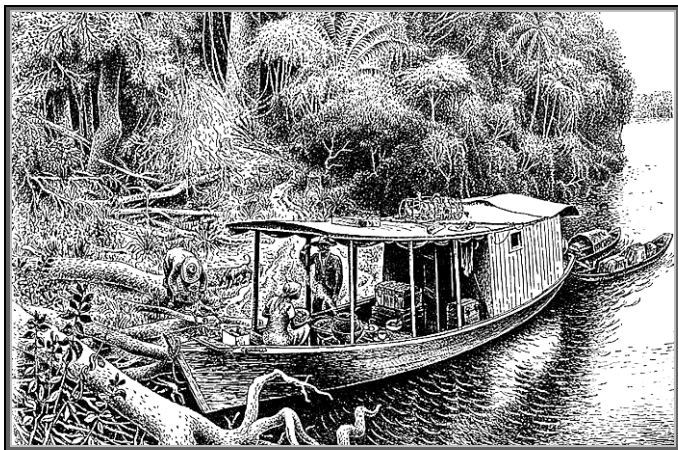



*Imagem 04 – Regatão (Percy Lau)*

A importação, segundo o mesmo explorador, assinalava a cifra de 20.000 libras esterlinas, aproximadamente. Falhou o vaticínio de Chandless. A riqueza vegetal das margens do Purus despertou a cobiça do comércio e, em 1869, ele começou a ser navegado por vapores da Companhia Fluvial Paraense, organizada no mesmo ano da celebração do Tratado de Limites com a Bolívia, para a navegação do Amazonas e seus tributários principais. Em 1871, excedia de 2.000 o número de seringueiros na região estabelecidos e a fundação da Cidade de Lábrea, à Foz do Rio Ituxi por Pereira Lábrea, data daquele ano. Não eram o Purus e o Acre, como declarou o Sr. Dyonizio de Cerqueira, uma região abandonada, por ocasião do tratado de 1867. Pela Bolívia ela o era certamente, não só abandonada, mas inteiramente desconhecida. O Acre entrou para os nossos conhecimentos hidrográficos desde 1860, pela exploração de Manoel Urbano, ao passo que os bolivianos o desconheciam por completo, tanto assim que o próprio Beni, "*depois de várias tentativas para ser explorado, só o foi em 1881 por Antenor Vasquez e, em 1884, pelo Padre Armentia*".

## *O Juruá*

O mesmo quanto ao Juruá. A exploração comercial deste Rio pouco antecede de 1860, época em que ficamos de fato conhecedores da geografia amazônica. Fê-la a aventura dos regatões à cata de plantas medicinais e especiarias da região, em contato com os aborígines menos hostis, das margens dos grandes cursos. Mas a sua navegação a vapor data apenas de 50 anos, numa extensão de 1.606 milhas náuticas. É também a Chandless que se deve a sua primeira exploração científica, quanto às condições de navegabilidade. O ilustre geógrafo percorreu e pesquisou o Juruá até 07°12'72" S, mais ou menos no Rio Liberdade, donde recuou à flecha ervada ([101]) do indígena desconfiado, os Náuas, dominadores daquelas paragens. Essa exploração foi em 1866. Chandless publicou, em 1869, o seu mapa do Juruá, hoje clássico, rematando assim a sua Expedição de dois anos antes. Seguiram-se Augusto Hilliges e Lopes Neto, que excederam a Chandless, levando a exploração à Foz do Breu. Um mapa minucioso de Hilliges documenta essa importante empresa científica. Há, ainda, a mencionar a pesquisa de Charles Broon, em 1874. Das explorações comerciais e das investigações científicas ao povoamento das duas vastas Bacias vai um passo. Quase foram simultâneas. O povoamento, contudo, foi tardo e penoso, uma verdadeira odisseia que o sertanejo do nordeste escreveu na história nacional. A Província do Amazonas não dispunha de recursos para acelerar o povoamento de seu vastíssimo território. Manaus, como ainda hoje, concentrava a atividade que tibiamente se ensaiava, não passando contudo de uma Aldeia, com cerca de 5.000 habitantes, ainda em 1879, segundo Mathews, que a visitou nesse ano:

[101] Ervada: envenenada.

> Avalia-se hoje, aproximadamente, a população de Manaus em cem mil habitantes. O recenseamento iniciado no Governo de Carneiro da Cunha, em 1862, dava, em 1865, para a Cidade de Manaus, 2.080 habitantes, sendo 844 brancos, 480 pardos [mulatos e cafuzes], 700 "*de cor índia*" [caboclos] e 56 pretos. Entre os 844 habitantes de cor branca, estão incluídos 168 estrangeiros. Reduzindo-se, encontramos 676 nacionais de cor branca o que demonstra o predomínio dos elementos caboclos. O grosso da população estrangeira era portuguesa. Na época censitária havia 43 casas de comércio portuguesas, e "*apenas 27 brasileiras*".

Todo o interior da Província, cuja principal artéria de comunicação esteve fechada à navegação até 1867, participava da deficiência de meios administrativos, que entorpecia a própria capital. Os índios continuavam refratários ao trabalho, perdidos na densidade da floresta e no miserável viver das malocas. E mesmo que assim não fosse, não seriam eles precisamente valores reais de atividade e desenvolvimento econômico. Por seu lado, a população proveniente do caldeamento do português com o índio e o negro – este escassamente importado para as agruras do cativeiro – essa população que orçava por alguns milhares, espalhados pelos barrancos de alguns Rios mais frequentados, não bastava para imprimir à região um intenso sopro de energia e trabalho, acelerando-lhe a capacidade produtiva, povoando-a, expondo, sedutoramente, as riquezas incalculáveis de suas matas, de suas terras e de suas águas ao comércio e às indústrias mundiais.

O Governo Geral não procurava ajudar o desenvolvimento da Amazônia – sete vezes maior do que a França; ao contrário, impedia-o com o fechamento do Amazonas. O imigrante não vinha com o seu precioso contingente encaminhar a vida regional por uma rota segura de progresso.

Apenas alguns índios fugitivos das incursões destruidoras da raça infeliz achegavam-se, timidamente, dos arredores da Capital, à margem do Rio Negro, empregando o tempo e o rotineiro labor nas aleatórias indústrias da pesca e da caça e no escasso cultivo de pequena área, onde a mandioca crescia com assombro e o milho dava quatro vezes por ano.

O interior era ainda quase o deserto de 1750, entregue, em alguns pontos de clima mais benigno, às missões religiosas que se formavam para a colheita de almas ao aprisco ([102]) do Senhor e não de energias inteligentes que viessem ao fomento das indústrias e do comércio, que se iniciavam. No correr dos anos 1877-1879, quando o Ceará foi flagelado por horrorosa seca, o interior do Amazonas começou a povoar-se. Data daí a colonização, porque, no dizer de Pierre Denis, foi uma verdadeira colonização que se operou nas florestas amazônicas, remontando a esse tempo a intensificação da indústria extrativa da borracha.

Todo o imenso Vale do Amazonas encheu-se de cearenses tangidos da terra natal pelo fenômeno climatérico assolador, que secava os Rios, despovoava os lares, ermava ([103]) os campos, transformava as campinas verdejantes em nuas e áridas estepes da morte. A onda povoadora dirigiu-se, de preferência, para as Bacias do Juruá e Purus, Rios mais facilmente navegáveis, servidos por vapores, com um comércio que se anunciava promissor e a indústria da borracha em adiantada fase de organização. Levas numerosas de flagelados aportavam a Belém e Manaus, com o organismo combalido pela fome, e eram logo recrutadas pelo comércio e metidas no bojo dos "*gaiolas*", para a longa e torturante

[102] Aprisco: seio da Igreja.
[103] Ermava: tornava deserto.

jornada da qual muitos nunca mais voltavam a rever as serras natais, mortos nos barrancos, ao abandono da mais elementar assistência, pelas endemias reinantes e peculiares às regiões desertas e úmidas.

Os comerciantes largavam esses homens seminus e esqueléticos aqui e ali, à margem dos Rios navegáveis, com grande cópia ([104]) de mantimentos, armas e munições, à mercê dos fados incertos, à fabricação da borracha já então ardentemente procurada pelas novas indústrias que surgiam na Europa. Foram assim se formando os seringais, se firmando a propriedade da terra, se arraigando no espírito daquela gente inculta a ideia da soberania do Brasil, incontestável e única sobre todas aquelas águas e todas opulentas florestas onde a hevea era uma mina inesgotável. E no seio da mata dominada apareceu, de improviso, um fator novo da vida econômica nacional, a figura original do seringueiro triunfante.

Em 1877, saíram do Ceará mais de 14.000 pessoas, rumo a Amazônia. No ano seguinte houve um verdadeiro êxodo; a corrente imigratória atingiu a enorme cifra de 54.000 indivíduos. E não mais parou a onda povoadora. O Ceará despovoava-se em benefício da Amazônia. O Amazonas tornou-se o refúgio predileto do cearense acossado pela seca.

Ainda em 1900 a vaga humana faminta, que abandonou os lares pátrios, registrou o número de 47.835 pessoas, das quais mais de dois terços seguiram o caminho do Norte, em demanda das paragens abençoadas onde a água do céu nunca falta e as fontes imensas, que formam as caudais fluviais, jamais secaram.

---

[104] Cópia: quantidade.

A Amazônia começou a viver na imaginação do cearense como as regiões lendárias das fabulosas minas de ouro viveram no espírito ardente dos paulistas das bandeiras penetradoras. O povoamento foi sempre crescente. Bandos de assalto no seio da floresta virgem ocuparam todos os pontos, abriram caminhos, empreenderam, na medida da sua fraqueza, em frente de uma natureza cujo poder é desmesurado, a adaptação do solo à vida humana.

O que foi essa luta estupenda de adaptação ao meio hostil, que o cercava e o deprimia, ainda o cearense, raro, das primeiras levas pesquisadoras da riqueza vegetal, o conta comovido. Assim, acossados da terra natal pela inclemência do Sol, penetraram ousadamente a mata opressora em cujo seio úmido a morte imperava.

E subiram os Rios amplos em cujas margens dominava o selvagem, que se precavia, se amoitava nas sebes e no cimo das árvores, de tocaia, à espreita do invasor para feri-lo mortalmente; e transpuseram os saltos perigosos das correntes encachoeiradas, realizando a audácia dos primeiros avanços através desses precipícios vertiginosos; iniciaram as entradas pelos Igarapés torcicolantes ([105]), mata adentro, buscando-lhes as nascentes no perlongamento dos ([106]) meandros traiçoeiros, à cata da seringueira. E, no verdor eterno da floresta virgem, disputando ao índio a terra e a água e ao clima inóspito a própria vida, escondiam a saudade torturante das campinas natais, afogavam a nostalgia intensa que os devastava, dos lares ermos da sua solicitude ([107]).

---

[105] Torcicolantes: serpenteantes.

[106] No perlongamento dos: indo de encontro aos.

[107] Da sua solicitude: do seu zelo.

Mas a terra desflorada pelo cearense heroico, que excedeu em pertinácia e arrojo ao bandeirante, a floresta que ele feria, abrindo caminho para frente, lançando a semente da abundância ao redor das primeiras habitações, restituía, dadivosa, com prodigalidade infinita, aquelas rudes canseiras incessantes.

Vieram, nessas levas de desesperados, homens ousados e inteligentes na sua rudeza de sertanejos, que souberam reviver o período colonial da conquista dos sertões bravios.

A margem dos Rios, que os gaiolas de quando em vez navegavam para deixar-lhes mercadorias de toda sorte pela borracha que recolhiam, levantaram suas toscas barracas de paxiúbas cobertas de caranaí ([108]), cujo tipo uniforme e rude ainda hoje se apresenta, trazendo ao espírito de Euclides da Cunha a impressão emocionante das habitações não menos rústicas dos gauleses de César.

Era a propriedade que se firmava... Assim, desesperadamente instalado na região hostil, onde a "*hevea de Aublet*" era floresta e constituía para eles, pela facilidade da exploração e abundância da remuneração comercial, a única riqueza cobiçável, lançaram a Amazônia à civilização. E prosperaram os paroaras ([109]).

O sucesso dos primeiros cearenses que se internaram e puderam regressar prósperos ou se firmaram na região como proprietários eventuais de latifúndios borracheiros, seduziu os demais filhos do nordeste.

---

[108] Caranaí: palmeira da família das Arecáceas.
[109] Paroaras: nordestinos residentes na Amazônia.

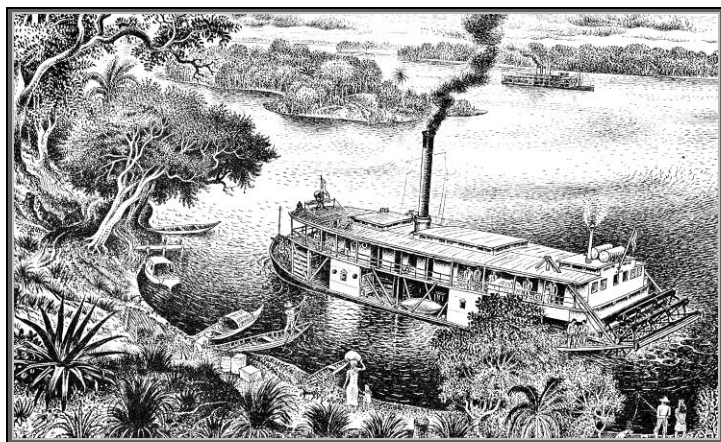



*Imagem 05 – Gaiola a Vapor (Percy Lau)*

Outros povoadores vieram do Piauí, do Maranhão, do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Alagoas, de Pernambuco, trabalhar a floresta amazonense, sem se aperceberem da conquista que faziam e da cobiça que despertavam. Mas, nas grandes investidas da civilização amazônica, o cearense foi sempre o elemento preponderante. O Acre é obra deles, como produto do seu arrojo e da sua tenacidade, o povoamento de todo o interior do Amazonas.

Os brasileiros de outras paragens, que para ali foram, tornaram-se meros seguidores e obedientes dos costumes, das normas de viver e do método de trabalho introduzido pelo cearense das primeiras migrações. E, por muito tempo, o Ceará foi o fornecedor do braço e a inteligência a toda aquela região. Porque a Amazônia, especialmente o Acre, exercia uma influência dominadora, uma atração irresistível no espírito do cearense sertanejo. Raros os que por ali não passaram, não conheceram as agruras daquela existência acabrunhante, não penetraram, desvendando-os, os mistérios da floresta, a tortuosidade das estradas, o labirinto hidrográfico de águas barrentas.

E, apenas o Sol começava a causticar a terra cearense, enchiam-se as proas dos navios e milhares de indivíduos, abandonando o lar e abandonando a prole, buscavam o caminho da terra acreana, em busca da vida que a terra natal lhes negava impiedosamente. Efeito exclusivo de uma necessidade indeclinável da vida tornada impossível na terra natal; sem o método das colonizações oficiais, sem o amparo assegurador da permanência no solo pela propriedade da terra e pela presença da família; sem a assistência tutelar dos poderes públicos, garantindo-lhe a saúde, defendendo-lhe o organismo pelo saneamento da região; estimulado unicamente pelas notícias romanescas dos bem-sucedidos e pelas aperturas da existência no Nordeste; protegido exclusivamente pelo comércio, no interesse de lucros imediatos, o povoamento do solo acreano, até bem pouco tempo, caracterizou-se pelo seu aspecto de nomadismo. O homem, assim lançado à terra, não se lhe adaptava, não a cultivava, nela não se firmava, principalmente porque lhe faltava a segurança da propriedade estabelecida em leis garantidoras e porque, em geral, não se acercava da família. Faltando-lhe esses liames ([110]), permanecia na região o tempo necessário à volta das chuvas na terra natal, para onde regressava às primeiras notícias do bom tempo cearense. Daí o aspecto desolador de transitoriedade que ficou na habitação acreana – pelos seringais adentro, choças improvisadas para uma existência efêmera com a floresta brutal em redor, impedindo a dilatação do horizonte visual, enquanto a terra ferocíssima ficava improdutiva e o organismo do seringueiro se debilitava no ambiente úmido da mata, ferido pelo impaludismo e lentamente envenenado pelas conservas que, importadas copiosamente, lhe serviam de alimento diário.

[110] Liames: vínculos.

Milhares ficaram sepultados nos barrancos, abatidos pela obra de seleção que a natureza, inclemente e sábia, realizava. Milhares triunfaram, regressando aos lares nativos, com o mealheiro repleto, pequenas fortunas que muitos loucamente dissipavam em orgias fantásticas e jogatinas desenfreadas, em Manaus e Belém, volvendo em dois ou três dias de gozo atordoante à pobreza primitiva. Milhares, porém, se fixaram na região a que, pouco a pouco, se tinham afeiçoado, tornando-se donos de seringais vastos, tão grandes que nem eles mesmos lhes conheciam os limites, conquistados palmo a palmo ao índio e ao impaludismo, e cuja posse o rifle, em última análise, assegurava, marcando-a indelével com o sangue do competidor, por uma bala traiçoeira ou por uma agressão peito a peito.

É essa em toda parte a história do povoamento das regiões ricas e desertas. Sempre foi assim. Entre o Nordeste e o Acre estabeleceu-se uma forte corrente de interesses econômicos e sociais. O Juruá, o Purus eram os caminhos principais desses vultosos interesses. Ao começo das chuvas na região acreana, determinando a suspensão da indústria extrativa, os gaiolas recambiavam ao Nordeste os seringueiros de saldo, para depois trazê-los, recrutados pelos proprietários à faina dos seringais.

Porque, emparedado nas necessidades de sua indústria e nas contingências esmagadoras do próprio meio, o proprietário, o patrão, vivia sempre na mais penosa apertura da escassez do trabalhador, situação que ainda perdura, desamparado que se acha das mais elementares medidas de proteção oficial, que normalizem o regime do trabalho, garantam a produção, suavizem e mesmo legalizem as relações comerciais, vinculem definitivamente o homem à terra, extingam a rotina enervante aprendida do índio na extração do látex precioso, na

fabricação de borracha, no transporte e colocação do produto.

Todos os anos, pois, repetia-se a mesma cena apresentando os mesmos vincos profundos e negros da desorganização econômica, como um estigma da indústria acreana. Os proprietários iam ou mandavam emissários aos Estados do Nordeste, ao recrutamento de trabalhadores, que lhes chegavam caríssimos, muitos doentes, aos seringais, onerados por uma dívida que logo os escravizava. Dessa precária situação do trabalhador à cadeia que o prendia ao Seringal – a dívida contraída desde a saída da terra natal até a iniciação na labuta das estradas.

Quebrar os laços que o atavam à floresta, pelo pagamento da dívida, e, não raro, pela fuga, era o ideal único do seringueiro. Por seu turno, o patrão sofria a mesma pressão esmagadora. Prendia-o o débito extraordinário, de cifra colossal, contraído, às vezes, à sua revelia, nas praças aviadoras de Manaus e Belém. E, ao fim de cada safra, era para o aviador, que chegava com seus navios abarrotados e as suas contas extorsivas, a produção integral dos seringais, sem o desvio de um só quilo, porque a vesga justiça daquelas duas Comarcas era sempre dura e inflexível nos seus arrestos asseguradores do direito do mais forte...

Material e moralmente, a situação do proprietário não era melhor que a do seringueiro. Patrão e freguês eram irresistivelmente arrastados no mesmo círculo vicioso. Ambos eram vítimas das mesmas torturas morais, sob o arrocho da dívida. À celebração do Tratado de Petrópolis, a situação, quanto às condições do povoamento, já se havia modificado sensivelmente e a região acreana contava muitas dezenas de milhares de habitantes.

O nomadismo ainda se caracterizava, mas infelizmente, incorporada a região ao patrimônio nacional e submetido o território à jurisdição direta da União, por nada menos de quatro delegados do Presidente da República, até bem pouco tempo, os poderes federais não cuidaram dos meios ao seu alcance, de fixar ao solo essa população e de trazer ao seu convívio milhares de silvícolas, que sempre viveram sem a mais rudimentar assistência oficial, apesar do aparatoso aparelho que, certa vez, o devaneio dissipador de um Ministro organizou e que ficou célebre pela proteção escandalosa que seus funcionários dispensavam às... caboclas de Manaus... A fixação ao solo tem-se feito à revelia oficial e por efeito da crise comercial da borracha. Desde que o trabalho do seringueiro começou a não encontrar compensação convidativa, nos seringais iniciou-se a cultura da terra, que se cobre aqui e ali, pouco a pouco, de abundantes cereais e verdejantes pastagens.

A população vai-se tornando sedentária. Os seringais já não importam gêneros agrícolas, porque os estão produzindo para o próprio consumo. Nos arredores dos núcleos de população mais numerosa estendem-se exuberantemente, até morros acima, os arrozais, desenvolvem-se os canaviais, frutificam, aos dois anos, os cafeeiros. Formam-se fazendas pastoris. Os povoados são verdadeiros pomares. A terra é boa e fértil e a gente trabalhadora. Um pouco de boa vontade oficial, e o Acre seria celeiro inesgotável. A Bolívia não ignorava a verdadeira situação do território, por isso mesmo o cobiçava. Desconhecia-o, porém, o Governo Brasileiro. Desconhecia-o, confessadamente, do ponto de vista de suas condições materiais e sociais, ainda em 1904! Do conhecimento boliviano das riquezas e possibilidades surpreendentes da região acreana, o interesse em incorporá-la ao seu patrimônio.

Em 1899, produzia o território do Acre mais de 60% da borracha amazonense, ou mais de 12.000 toneladas, trabalho exaustivo dos brasileiros que por lá viviam, milhares deles definitivamente localizados em vastas propriedades demarcadas e legalizadas pelo Estado do Amazonas. Ainda não fora recenseada essa população. Não se sabia quantos eram os habitantes do território sobre o qual a Bolívia, com absoluta indiferença do nosso Governo, ia estender a sua soberania. Mas não é difícil calcular o número aproximado dessa população. Para produzir 12.000 ton de borracha são necessários nada menos de 40.000 homens, fazendo cada um, por safra, uma média de 300 kg. Não pensava nisso o Itamarati – que fossem precisos 40.000 brasileiros para produzir nas florestas acreanas 12.000.000 de quilos de borracha.

Nos seringais não viviam somente extratores de goma elástica; havia indivíduos que se empregavam em misteres diferentes – nos labores agrícolas que aqui e ali se iniciavam; no pastoreamento dos rebanhos que já se iam formando; nos trabalhos da pesca e da caça; nos serviços domésticos; nos múltiplos encargos comerciais; na gerência dos latifúndios e sua fiscalização etc., podendo ser avaliada essa população em 6.000 pessoas. Havia ainda a população dos povoados que começavam a sua fase de organização; havia a população feminina e a população infantil. Seriam, aproximadamente, 70.000 pessoas, na quase totalidade brasileiras, que viviam na região.

O Governo Federal, portanto, não devia abandonar tão consideráveis interesses, do ponto de vista econômico, para entregá-los, passivamente, sem discuti-los, sem examinar a situação de fato que se criara, à Bolívia, e do ponto de vista social, para que ela viesse, abruptamente, impor a sua soberania a esses 70.000 brasileiros, para colher o fruto de um trabalho que não semeara. (COSTA)

# *Caucheiros Peruanos*

*Realmente, o caucheiro não é apenas um tipo inédito na História. É, sobretudo, antinômico ([111]) e paradoxal. No mais pormenorizado quadro etnográfico não há lugar para ele. A princípio figura-se-nos um caso vulgar de civilizado que se barbariza, num recuo espantoso em que se lhe apagam os caracteres superiores nas formas primitivas da atividade. (CUNHA, 2000)*

## Castilla ulei

A Castilla ulei, mais conhecida como caucho, é uma árvore nativa da floresta amazônica, da qual se extrai um látex que produz borracha de qualidade inferior.

A técnica do caucheiro consistia em identificar a Castilla, abatê-la, cortá-la em toras de aproximadamente um metro, fazer cortes profundos e extrair-lhe o leite que escorria para dentro das rasas cavidades retangulares escavadas no chão ou nos próprios troncos onde se acumulava e ganhava rigidez.

O material elástico da fôrma depois de pronto chamava-se "*plancha*". Quando o produto solidificava, o caucheiro o retirava e, se havia sido manufaturado no chão, dava-lhe algumas pancadas para limpar a areia e o barro aderido.

De cada árvore conseguia retirar de 8 a 16 quilos de caucho. Em pouco tempo, arrasado o cauchal e o seu entorno, havia necessidade de buscar novas fontes da goma e os "*exterminadores de árvores*" partiam cumprindo sua cíclica sanha.

---

[111] Antinômico: contraditório.

## Ocupação Predatória

*Partiendo términos por el septentrión con la Real Audiencia de Lima y Provincias no descubiertas... por el levante con el Mar del Norte y línea de demarcación entre las coronas de los Reinos de Castilla y de Portugal por la parte de las Provincias de Santa Cruz del Brasil.*
*(Libro 2° da "Recopilación das Indias", 1680)*

As "*Provincias no descubiertas*" situadas das cabeceiras do Madre de Dios e do Ucaiali foram sendo invadidas pelos caucheiros somente a partir da segunda metade do século XIX (1860). Uma nova civilização penetrava naqueles "*ermos dos sem fim*", resoluta e cruelmente "*no afogado das selvas*", como dizia Euclides da Cunha.

> Desta forma, as suas extremas Setentrionais, apenas definidas nas terras mais abeiradas da Cordilheira, a defrontarem as do Departamento de Cuzco, ampliavam-se logo, indeterminadamente, para o Norte, no difuso de uma penumbra geográfica, "*Provincias no Descubiertas*". E o que pode afigurar-se de restritivo neste rumo, desaparece de todo naquele desafogo largo para o levante.
>
> A lei é límpida: os limites por ali iriam até onde fosse a Linha de Demarcação entre Portugal e Espanha. As Províncias ainda não descobertas, mostra-o o próprio impreciso desta expressão crepuscular, predestinavam-se a extinguir-se, ou a recuar, continuadamente, ante o simples desenvolvimento de uma divisa Oriental, que se dilataria, margeando a meridiana, sem termos prefixos, até aonde se estendessem as terras lusitanas, a extinguir-se no Atlântico Norte.
>
> Não há interpretação mais lógica. Todos os antecedentes a esteiam, inabalável.

> A fatalidade física, tangível e rijamente geognóstica, que apontamos, há pouco, como determinante da constituição territorial da Bolívia, harmoniza-se, neste caso, com as leis sociais mais altas. A sua missão histórica erigindo-a, no levante, em barreira protetora dos domínios castelhanos, traçou-lhe desde o princípio, naturalmente – no indeterminado das paragens ainda ignotas, ou "*no descubiertas*", uma diretriz inflexível para o Norte, acompanhando, num movimento heroico, os rastros da expansão lusitana. Paulatinamente os caucheiros ultrapassaram o Ucaiali e alcançaram as nascentes do Purus, do Juruá e do Javari, estendendo seus limites aleatoriamente na faina arrasadora de extrair a goma das árvores. (CUNHA, 1907)

Por volta da última década do século XIX, o caucheiro peruano Carlos Fiscarrald abriu o varadouro entre o Urubamba (um dos braços do Ucaiali) e o Madre de Dios (afluente do Beni/Madeira), arrastando sua lancha Contamana pela terra, por uma estreita faixa de terra (12 km), que separa as duas Bacias hidrográficas e que passou, a partir de então, a ser denominada "*Istmo de Fiscarrald*" (12°01'39,7" S / 71°56'04,2" O).

Aos poucos, essas penetrações foram se estendendo até que Leopoldo Collazas, em 1899, partindo do Urubamba, chegou ao Alto-Purus, embora alguns autores atribuam este feito a Delfin Fiscarrald, irmão de Carlos Fiscarrald. Estava aberto um novo campo de ação para os caucheiros peruanos. Collazas instalou-se a montante de Sobral, último barracão brasileiro no Rio Purus, e negociava com as populações ribeirinhas brasileiras, mercadoria ou dinheiro em troca da extração do caucho e borracha. Estes produtos eram adquiridos em Manaus e transportados na lancha "*Rio Autaz*", de sua propriedade.

*Imagem 06 – Istmo de Fiscarrald*

## Caucheiros (Euclides da Cunha)

*[...] batedores da sinistra catequese a ferro e fogo, que vão exterminando naqueles sertões remotíssimos os mais interessantes aborígenes Sul-americanos. (CUNHA, 2000)*

Euclides da Cunha faz uma narrativa contundente do "*Modus Vivendi*" dos caucheiros peruanos que somente décadas depois dos pioneiros brasileiros começaram a penetrar na região marcando sua presença a sangue, ferro e fogo.

Quando Carlos Fiscarrald chegou, em 1892, às cabeceiras do Madre-de-Dios, vindo do Ucaiali pelo varadouro aberto no Istmo que lhe conserva o nome, procurou captar do melhor modo os Mashcos ([112]) indomáveis que as senhoreavam. Trazia entre os Piros que conquistara um intérprete inteligente e leal. Conseguiu sem dificuldades ver e conversar com o curaca selvagem.

A conferência foi rápida e curiosíssima. O notável explorador, depois de apresentar ao "*infiel*" os recursos que trazia e o seu pequeno exército, onde se misturavam as fisionomias díspares das tribos que subjugara, tentou demonstrar-lhe as vantagens da aliança que lhe oferecia contrapostas aos inconvenientes de uma luta desastrosa.

Por única resposta o Mashco perguntou-lhe pelas flechas que trazia. E Fiscarrald entregou-lhe, sorrindo, uma cápsula de Winchester. O selvagem examinou-a, longo tempo, absorto ante a pequenez do projétil. Procurou, debalde, ferir-se, roçando rijamente a bala contra o peito. Não o conseguindo, tomou uma de suas flechas; cravou-a de golpe, no outro braço, varando-o. Sorriu, por sua vez, indiferente à dor, contemplando com orgulho o seu próprio sangue que esguichava... e sem dizer palavra deu as costas ao sertanista surpreendido, voltando para o seu "*tolderio*" com a ilusão de uma superioridade que a breve trecho seria inteiramente desfeita.

---

[112] Mashcos: a primeira notícia que se tem relativa aos Mashcos remonta aos idos de 1686, quando um grupo de soldados espanhóis acompanhados dos Conibos subiu o Rio Ucaiali com o objetivo de vingar a morte do Padre Jesuíta Richter, morto pelos Piro. No trajeto, o chefe Conibo Don Felipe Cayá-bay relatou ao missionário franciscano Manuel Biedma que em um tributário Oriental do Ucaiali, morava a "*muito numerosa nação dos Mashcos*". A palavra mashco na língua Conibo significa "*pequeno, baixo em estatura*". (ALVAREZ)

De fato, meia hora depois, cerca de cem Mashcos, inclusive o chefe recalcitrante e ingênuo, jaziam trucidados sobre a margem, cujo nome, Playamashcos, ainda hoje relembra este sanguinolento episódio... Assim vai desbravando-se a região bravia. Varejadas as redondezas, mortos ou escravizados num raio de poucas léguas os aborígines, os caucheiros agitam-se febrilmente na azáfama estonteadora.

Em alguns meses ao lado do primitivo "*tambo*" multiplicam-se outros; a "*casucha*" solitária transmuda-se em amplo "*barracone*" ou "*embarcadero*" ruidoso; e adensam-se por vezes as vivendas em "*caserios*", a exemplo de Cocama e Curanja, à margem do Purus, a espelharem, repentinamente, no deserto, a miragem de um progresso que surge, se desenvolve e acaba num decênio. Os caucheiros ali estacionam até que caia o último pé de caucho. Chegam, destroem, vão-se embora. (CUNHA, 2000)

Euclides da Cunha esboça, também, no seu "*Um Paraíso Perdido*", uma pequena cronologia da penetração peruana.

### *As Cabeceiras*

Deixando de lado a notável Expedição do Inca Yupangui, descendo com dez mil guerreiros o fabuloso Maru-Maiú, desde o Tono até a Província de Moxos – pode-se datar de 1860-1861 a primeira exploração regular do Madre-de-Dios, precisamente no mesmo ano em que se iniciou a do Purus. Na mesma ocasião em que Manuel Urbano punha ombros às suas grandes tarefas, Faustino Maldonado partia de Nauta, varava o Vale de Paucartambo, prolongava a margem do Tono, até a Foz do Pitama, que atravessou, indo parar na embocadura do Pinipini.

Aí, apenas auxiliado por alguns índios Conibos, construiu uma jangada e veio ao som das águas até a confluência do Beni, de onde pelo Mamoré chegou ao Madeira, continuando a descida. Infelizmente, a arrojada empresa teve lastimável desfecho no "*Caldeirão do Inferno*", onde o brilhante pioneiro naufragou, perecendo com a maioria dos que o acompanhavam.

Mas os resultados obtidos foram admiráveis – e nem se compreende como, por tanto tempo, ainda se confundisse o Madre-de-Dios com o Purus, e fosse exatamente o maior geógrafo peruano o maior propagador de tão exagerado absurdo. É que naquelas bandas não houvera a continuidade de esforços que existiu entre nós, mal podendo citar-se, em vinte anos de interregno, a exploração malograda do Coronel Latorre, sucumbindo aos assaltos dos Chunchos, quanto ia ainda pouco distante de Cuzco [1873]. Em 1880-1881, o Dr. Edwin Heath completou os esforços de Maldonado numa penosa viagem de ida e volta de Reyes à confluência Beni-Madre-de-Dios. Tinha-se, afinal, um juízo seguro acerca dos dois grandes Rios que, por tão longo tempo, haviam desafiado a argúcia dos cartógrafos.

As investigações continuaram. Em 1890, um caucheiro peruano, Carlos Fiscarrald, vencendo extraordinárias dificuldades, descobriu o "*varadouro*" do Misauau [último dos galhos Orientais do Urubamba] ao Caspajali [último dos afluentes Setentrionais do Madre-de-Dios] e arrastando por ali a lancha Contamana, em que subira o primeiro, passou, graças aos robustos Piros que o acompanhavam, para o segundo. [...]

Deste modo, em 1891, estavam francamente conhecidas as origens e direções gerais dos Rios que demoram naquelas bandas. (CUNHA, 2000)

## Padre Francês Constant Tastevin

Constant Tastevin, nos idos de 1910 a 1920, percorreu a Bacia do Juruá realizando pesquisas etnológicas, onde ouviu falar das "*correrias*" que os caucheiros realizaram contra os povos indígenas. Diz o religioso no texto "*Le Fleuve Muru*", publicado na Revista "*La Geographie*", de Paris, em 1920:

> Nada mais fácil do que acabar com uma tribo incômoda. Reúnem-se de 30 a 50 homens, armados de carabinas de repetição e munidos cada um com uma centena de balas, e, à noite, cerca-se a única maloca, em forma de colmeia de abelhas, aonde todo o Clã dorme em paz. Ao nascer do Sol, na hora em que os índios se levantam para fazer a primeira refeição e os preparativos para a caça, um grito convencionado dá o sinal, e os assaltantes abrem fogo todos juntos e à vontade. Pouquíssimos sitiados conseguem escapar: levam-se as mulheres e as crianças que podem ser pegos vivos, mas não se perdoam os homens que, por sua vez, se mostram sem medo e indomáveis. [...] foram os peruanos semicivilizados do Ucaiali que [...] se mostraram mais ardentes nestas "*correrias*". Para eles, um índio não era mais do que um irracional que podia ser morto como um macaco. (TASTEVIN, 1920)

## Peruanos na Região Acreana

A RIHGB, de 1959, publicou o artigo "*Peruanos na Região Acreana*", de José M. B. Castello Branco:

> Diz o escritor peruano Jorge M. von Kassel que a região do Juruá e Tarauacá foi conquistada pelos caucheiros peruanos após sangrentos encontros com o gentio local que até então impedira os brasileiros de explorarem os seringais ali abundantes.

Não é exato que assim houvesse acontecido. Cheguei ao alto Juruá [Foz do Amônea], em abril de 1909, época em que ainda viviam diversos dos seus desbravadores ou fundadores de seringais, dos quais indaguei o que havia a respeito da conquista da terra, não só por escrito, como verbalmente. Relataram-me atritos e colisões com os indígenas da região, únicos senhores da basta floresta, naqueles tempos, cujas tabas se viam, de longe em longe, na orla de algum espraiado barranco, lago, no cimo de um outeiro, ou no recesso da mataria, sem topar com um só caucheiro peruano, ou gente de qualquer outra nacionalidade.

> Segundo cartas e notas fornecidas pelos seringalistas Jose Inácio da Silva. Miguel de Aguiar Picanço, Júlio Pereira Roque e Custódio Miguel dos Anjos, além de outros; os dois primeiros desbravadores e fundadores de seringais na Bacia do Juruá, o terceiro na do Tarauacá e o quarto na do Purus: sendo que Picanço penetrou no Rio Juruá, em 1870, e Custódio, no Purus, em 1877. Guilherme da Cunha Correia, dono do Seringal Concórdia, no Baixo Juruá, e filho de João da Cunha Correia, Diretor este dos índios do Juruá, desde 1854, descobridor do Juruá, Jurupari e Purus, acreanos, em 1858, reforça esta asserção em carta que me escreveu, em 1923, página 6: dizendo o Padre Constant Tastevin que, antes da invasão dos nordestinos brasileiros, o Rio Muru ([113]), só era habitado por selvagens.

Para os peruanos, o Limite entre o Brasil e o Peru era o delineado pelo Tratado de Santo Ildefonso [1777], baliza esta que, segundo o Capitão de navio D. F. Henrique Espinar, chefe de uma Comissão Científica oficial da República do Peru, no Rio Juruá, incidia no Seringal Adélia, a jusante da atual fronteira acre-amazonense, cerca de duzentas milhas, e no Rio Gregório, ainda mais abaixo deste Paralelo: terras

---

[113] Muru: Tarauacá.

estas descobertas pelo brasileiro João da Cunha Correia, do fim de 1857 ao princípio de 1858, e atingidas pelos emigrantes do Nordeste brasileiro cerca de 1883 que, nesse ano, já estavam se estabelecendo na Foz do Rio Liberdade, situado a mais de 160 milhas acima do Rio Gregório e a quase cem do Seringal Adélia. Como se vê, as pretensões dos nossos vizinhos firmavam-se nas antigas Cédulas Reais espanholas, apesar de Portugal, o império e o Governo republicano brasileiros, jamais as admitirem, e os Tratados de 1841 – [Artigo 14°] e de 1851 [Artigo 7°], assinados pelo Peru e Brasil, haverem reconhecido o princípio do "*uti possidetis*" para regular esses limites. A notícia mais antiga da convergência de caucheiros peruanos para o Vale do Juruá, que deparamos, foi-nos proporcionada pelo demarcador Capitão Tenente Cunha Gomes, Chefe da Comissão Brasileira que fez o reconhecimento do Rio Javari, em 1897, o qual adianta que, exterminados os cauchais das terras firmes do Rio Jaquirana ([114]), os referidos caucheiros retiraram-se para os Vales do Jutaí e Juruá, onde hoje exploram essa indústria; dando, assim a entender que em 1896, ou antes, já eles se aproximavam dessas ribeiras. (SOBRINHO, 1959)

[114] Jaquirana (Fulgora lanternaria): inseto inofensivo pertencente à família Hemíptera, possui uma exótica cabeça semelhante a de um jacaré. Alimenta-se do néctar das flores e da seiva de vegetais, tem hábitos noturnos e mede cerca de 6 a 7 cm. Era facilmente encontrado nas florestas da América do Sul, mas sua estranha aparência colocou-o na rota do tráfico de animais transformando-o numa raridade. Conhecido também como: jequitiranaboia ou cobra-voadora.

# *Seringueiros Brasileiros*

*Perdido na mata exuberante e farta, com o intento exclusivo de explorar a hevea apetecida, o seringueiro compreende, de pronto, que a sua atividade se debaterá inútil na inextricável trama das folhagens, se não vingar norteá-la em roteiros seguros, normalizando-lhe o esforço e ritmando-lhe o trabalho tão aparentemente desordenado e rude.*
*(CUNHA, 1906)*

A borracha já era conhecida pelos indígenas antes do descobrimento da América. O Padre d'Anghieria, em 1525, observou índios mexicanos fazendo uso de bolas elásticas em seus jogos. O missionário Carmelita Frei Manuel da Esperança, em 1720, verificou que os índios Cambebas faziam uso da borracha para fabricar garrafas e bolas em forma de seringa. O Frei Manuel resolveu, então, dar à substância o mesmo nome do objeto fabricado com ela – seringa. O nome foi consagrado e, desde então, chamam-se de seringueiros aqueles que extraem o sumo leitoso da "*Hevea*" e a de seringais às plantações de onde ele é extraído.

> E da seringa surgiu o Seringal, espaço físico-social onde se erguem, dispersas pela floresta, as espécies vegetais da borracha. E do Seringal, o seringueiro, o homem que se associa à planta, para explorá-la. Uma trilogia marcadamente ecológica. (TOCANTINS, 1982)

## Hevea brasiliensis (Seringueira)

É planta tropical de ciclo perene cultivada com a finalidade de produção de borracha natural. A seringueira é encontrada nas margens dos Rios e terrenos sujeitos à inundação da terra firme, podendo atingir,

em condições ideais, trinta metros de altura. A produção de sementes inicia aos quatro anos, e pouco antes dos sete anos a produção de látex. O diâmetro do tronco varia entre trinta e sessenta centímetros e a sua casca é responsável pela produção da seringa. Submetida a um manejo adequado, poderá produzir, economicamente, por um período de vinte a trinta anos. A Hevea, nativa, tem como área de ocorrência toda a Amazônia Brasileira, Bolívia, Colômbia, Peru, Venezuela, Equador, Suriname e Guiana, sendo que a espécie Brasileira é a que apresenta maior produtividade. Dentre as diversas doenças e pragas que atacam a espécie, o "*mal-das-folhas*", causado pelo fungo "*Microcylus ulei*", é o mais conhecido e temido, e um dos principais fatores que restringem a expansão da heveicultura no Brasil.

**Abertura das "*Estradas*"**

Em outubro de 1905, embarcam no vapor "*Rio Branco*", que estava ancorado na "*Boca do Acre*", confluência do Rio Acre com o Purus, dois ícones da nacionalidade brasileira, Plácido de Castro e Euclides da Cunha. Plácido de Castro tinha comandado o vitorioso Movimento Revolucionário Acreano, que resultou na incorporação das terras bolivianas ao Brasil. Euclides chefiara a "*Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus*", cuja missão era mapear o Rio Purus, desde a Foz, no Solimões, até suas cabeceiras, definindo as fronteiras do país com a Bolívia e o Peru.

A viagem da Boca do Acre a Manaus durou uma semana e, neste período, aconteceu o encontro histórico. Euclides da Cunha solicitou a Plácido de Castro que redigisse um histórico da campanha, desde 1902 que culminou com a conquista do Acre.

*Imagem 07 – Euclides da Cunha e membros da Comissão*

Plácido escreveu os apontamentos a lápis, e manteve longas conversas com o escritor, inclusive sobre a dinâmica da extração da borracha, seu ciclo produtivo e a vida nos seringais. Ao chegar ao Rio de Janeiro, Euclides da Cunha publicou na Revista Kósmos (em janeiro de 1906), o artigo "*Entre os Seringais*" sem, contudo, referir-se à conversa que mantivera com Plácido de Castro. (CASTRO, 2003)

Em 27.03.1907, Plácido de Castro, Prefeito de Rio Branco, queixou-se, indignado, ao Ministro da Justiça, do artigo de Euclides da Cunha.

Somente em 1930, os "*apontamentos*" do herói do Acre foram publicados, na íntegra, como parte do livro "*O Estado Independente do Acre*", de autoria de Genesco de Castro, irmão de Plácido. O livro enfrentou dificuldades na sua distribuição, tendo em vista que os assassinos de Plácido permaneciam no poder.

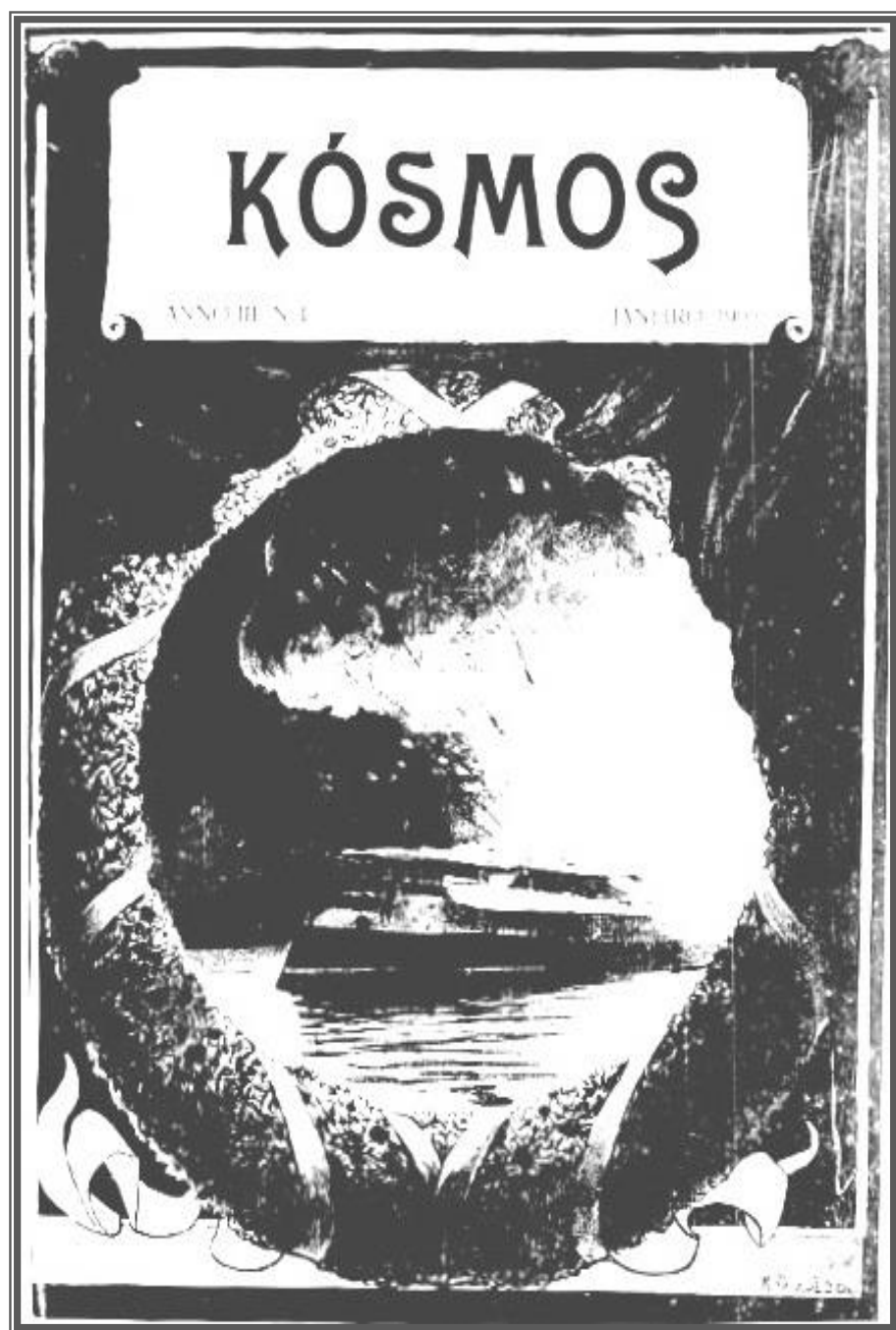



*Imagem 08 – Revista Kósmos n° 01, janeiro de 1906*

A abertura de um seringal, no Purús, é tarefa inaccessivel ao mais solerte agrimensor, tão caprichosa e varia é a diabolica geometria requerida pela divisão dos differentes lotes. De feito, relegado a um minimum extraordinario o valor proprio da terra, ante a valia exclusiva da arvore, alli se engenhou uma original medida agraria, a «estrada», que por si só resume os mais variados aspectos da sociedade nova, á ventura abarracada á margem daquelles grandes rios.

A unidade não é o metro — é a seringueira; e como em geral 100 arvores, desigualmente intervalladas, constituem uma «estrada», comprehendem-se para logo todas as disparidades de forma e dimensões do singularissimo padrão que é, não obstante, o unico afeiçoado á natureza dos trabalhos.

Não ha gizar-se um outro. Perdido na matta exhuberante e farta, com o intento exclusivo de explorar a *hevea* appetecida, o seringueiro comprehende, de prompto, que a sua actividade se debaterá, inutil, na inextricavel trama das folhagens, se não vingar norteal-a em roteiros seguros, normalisando-lhe o esforço e rythmando-lhe o trabalho tão apparentemente desordenado e rude. É-lhe, ademais, indispensavel que os seus numerosos camaradas, *fregueses* ou *aviados*, destinados a agirem isoladamente, não se embaralhem, ás tontas, illudidos pelos desvios da floresta.

As «estradas» resolvem a questão. Mas o seu traçado é, de si mesmo, o primeiro problema imposto a quem quer que intente abrir um sitio de borracha.

Assim é que, erguida rapidamente a primeira vivenda do *barracão*, sempre á beira do rio principal, na barranca de uma *terra firme* a cavalleiro das aguas, — e feito um reconhecimento preliminar do latifundio que o rodeia, o sitiante procura um sertanista experimentado a quem confia o encargo de dividir-lhe e avaliar-lhe a fazenda.

E o *matteiro* lança-se sem bussola no dedalo das galhadas, com a segurança de um instincto topographico surprehendente e raro. Percorre em todos os sentidos o trecho de selva a explorar; nota-lhe os accidentes; apprehende-lhe a physiographia complexa, que vai dos *igapós* alagados aos *firmes* sobranceiros ás enchentes; traça-lhe os *varadores* futuros; avalia-lhe, rigorosamente, as «estradas», e vai no mesmo lance, sem que lhe seja mister traduzir complicadas cadernetas, escolhendo á beira dos igarapés todos os pontos em que deverão erigir-se as pequenas barracas dos trabalhadores.

Feito este exame geral, appella para dous auxiliares indispensaveis — o *toqueiro* e o *piqueiro*; e erguendo num daquelles pontos predeterminados, com as longas palmas da *jarina*, um *papiry*, onde se abriguem transitoriamente, mettem mãos á empreitada.

O processo é invariavel. Segue o matteiro e assignala o primeiro pé de seringa que se lhe antolha ao sahir do *papiry*. E' a *bocca da estrada*. Ahi se lhe reunem o toqueiro e o piqueiro — proseguindo depois, isolado, o matteiro, até encontrar a segunda arvore, de ordinario pouco distante, a uns cincoenta metros. Avisa então com um grito particular, ao toqueiro, que parte a alcançal-o junto da nova *madeira*, emquanto o piqueiro, acompanhando-o mais de passo, vái tirando a facão a picada, que prefigura a «estrada». O toqueiro auxilia-o por algum tempo, abrindo por sua vez um *pique* para o seu lado, emquanto um outro grito do matteiro não o chame a reconhecer a terceira arvore; e assim em seguida até ao ponto mais distante, a *volta da estrada*. D'ahi, agindo do mesmo modo, retrogradando por outros desvios, vão, de seringueira em seringueira, fechando a curva irregularissima que termina no ponto de partida.

Ultima-se o serviço, que dura ordinariamente tres dias, ficando a «estrada» *em pique*. Partindo do mesmo lugar, e adstrictos ao mesmo systema, abrem noutro rumo uma segunda estrada; e tantas, ao cabo, quantas comporte a natureza da floresta circundante, centralisadas todas pela mesma *bocca*, junto do tejupar que localisa uma barraca. Busca então o matteiro um outro lugar, intelligentemente escolhido, e reproduz a mesma operação, até que, estradado todo o terreno, fique completamente repartido o seringal, como o revela este esboço, onde, presos pelos *varadores* ao barracão erguido á beira do rio, se veem as barracas e as estradas que as envolvem, contorcidas á maneira de tentaculos de um polvo desmesurado.

*Imagem 09 – Revista Kósmos n° 01, janeiro de 1906*

Relata Euclides da Cunha na Revista Kósmos n° 01, de janeiro de 1906:

> [...] o mateiro lança-se sem bússola no dédalo ([115]) das galhadas, com a segurança de um instinto topográfico surpreendente e raro.
>
> Percorre em todos os sentidos o trecho de selva a explorar; nota-lhe os acidentes; apreende-lhe a fisiografia complexa, que vai dos igapós alagados aos firmes sobranceiros às enchentes; traça-lhe os varadouros futuros; avalia-lhe, rigorosamente, as "*estradas*"; e vai no mesmo lance, sem que lhe seja mister traduzir complicadas cadernetas, escolhendo à beira dos Igarapés todos os pontos em que deverão erigir-se as pequenas barracas dos trabalhadores.
>
> Feito este exame geral, apela para dois auxiliares indispensáveis – o toqueiro e o piqueiro ([116]); e erguendo num daqueles pontos predeterminados, com as longas palmas da jarina, um papiri ([117]), onde se abriguem transitoriamente, metem mãos à empreitada. O processo é invariável. Segue o mateiro e assinala o primeiro pé de seringa, que se lhe antolha ao sair do papiri. É a boca da estrada. Aí se lhe reúnem o toqueiro e o piqueiro – prosseguindo depois, isolado, o mateiro, até encontrar a segunda árvore, de ordinário pouco distante, a uns cinquenta metros. Avisa então com um grito particular, ao toqueiro, que parte a alcançá-lo junto da nova madeira, enquanto o piqueiro, acompanhando-o mais de passo, vai tirando a facão a picada, que prefigura a "*estrada*".

---

[115] Dédalo: labirinto.

[116] Piqueiro: trabalhador que auxilia na abertura de estradas abrindo a picada.

[117] Papiri: tapiri, abrigo rústico.

> O toqueiro auxilia-o por algum tempo, abrindo por sua vez um pique para o seu lado, enquanto um outro grito do mateiro não o chame a reconhecer a terceira árvore; e assim em seguida até ao ponto mais distante, a volta da estrada. Daí, agindo do mesmo modo, retrogradando por outros desvios, vão de seringueira em seringueira, fechando a curva irregularíssima que termina no ponto de partida. Ultima-se o serviço que dura ordinariamente três dias, ficando a "*estrada*" em pique. (CUNHA, 1906)

## Extração da Borracha

Antigamente, para colher a goma, cingia-se a árvore com um cipó que envolvia o tronco obliquamente a um metro e setenta do solo até o chão onde era colocado um pote de argila. Eram, então, feitos diversos cortes na casca acima do cipó que aparava a seiva e a conduzia até o pote.

Este processo de sangria exagerada, conhecida como "*arrocho*", acabava por matar a árvore e foi abandonado há muito tempo. Com o passar dos anos, o método tornou-se mais racional visando preservar a integridade da "*árvore da vida*". João Barbosa Rodrigues fez o seguinte relato na sua obra "*As Heveas ou Seringueiras*", editada em 1900:

> ***Arrocho***
>
> Consiste o processo do arrocho em circular o tronco da seringueira, a um metro [?] do solo, com um grosso cipó, dispondo-o em sentido oblíquo a unir as extremidades em ângulos a formar goteira. Feito este arrocho, golpeavam a casca da arvore, em toda sua circunferência, em diversas alturas. Assim corria abundantemente o leite que, reunido sobre o cipó, escorria pela goteira indo cair diretamente no vaso que o recolhia.

Desta forma a árvore dentro em pouco tempo, morria, faltando-lhe a livre circulação da seiva, pelos golpes que separavam os tecidos e esgotavam-na inteiramente. Quando eram simples golpes e não havia casca tirada, de um para outro ano, cicatrizavam e estabelecia-se a circulação; mas, ainda assim, pelas sangrias que anualmente faziam, dentro de pouco tempo morria.

Foi assim que se acabaram os grandes seringais das margens do Amazonas, do Tocantins, do Jari e das Ilhas, assim como os do Baixo-Madeira e Solimões.

***Incisões***

Posteriormente, foi adotado o golpe do machadinho e proibido, expressamente, o sistema de arrocho que, em muitos seringais, alguns empregam, porque até a eles não chega a ação da justiça. O sistema de incisões também é prejudicial quando dele se abusa, obrigando a árvore a dar mais do que possui, fazendo-se numerosas incisões sem dar descanso e tempo para a completa cicatrização. Alguns, sem necessidade, dão dois e mais golpes para uma tigelinha, o que é prejudicial à vida do vegetal. (RODRIGUES, 1900)

Hoje, o seringueiro parte, de seu tapiri, a cada dois ou três dias, de madrugada, carregando todos os seus apetrechos pela "*estrada*". Este intervalo, antigamente desrespeitado, permite à árvore se recuperar da última sangria.

Ele para, em cada uma das seringueiras, e parte para a extração da seringa que é feita através de pequenas incisões de 25 a 30 centímetros descendentes e paralelas na casca da planta, que começam a uma altura de aproximadamente dois metros acima do solo.

Une depois, cada uma das extremidades inferiores dos cortes através de um talho vertical de maneira que o leite escorra dentro do traço para o fundo da cuia. A cuia é embutida na casca cortada para este fim e, eventualmente, pode ser usada uma argila para fixá-la no tronco. Os cortes são feitos, normalmente, até as onze horas, em todas as árvores da "*estrada*", exceto nos meses de agosto e setembro, época da floração. Pelo meio-dia, ele começa a recolher as cumbucas, despejando o látex coagulado nas cuias em um balde, ou então em um saco encauchado ([118]).

À tarde, por volta das 14h00, volta para o rancho, almoça e inicia a defumação do material recolhido que leva umas duas horas para ficar pronto. O fogo é feito debaixo da terra para que a fumaça saia por um furo ao nível do chão. A melhor fumaça é a de coco de babaçu mas, no Rio Purus, usava-se para esta operação os frutos da palmeira urucuri; no Rio Autaz, os da palmeira iuauaçu e no Rio Jaú e onde estas palmeiras são mais raras, utilizavam-se madeiras como a carapanaúba e a paracuúba.

A bola de borracha ([119]) é rodada em volta de uma vara de aproximadamente um metro e meio de comprimento, chamada "*cavador*". Para iniciar a bola, enrola-se na vara um "*tarugo*" de goma coagulada no qual o leite gruda facilmente. O homem vai despejando o leite com uma cuia ou uma grande colher de pau, ao mesmo tempo em que gira o "*cavador*", a parte líquida se evapora imediatamente, e forma-se uma fina camada de goma elástica, e a bola vai engrossando, cada dia um pouco mais.

---

[118] Encauchado: impermeabilizado com látex.

[119] Bola de borracha: pela.

Uma “*pela*” pronta, depois de vários dias, pesa em média 50 quilos, é, então, exposta ao Sol, quando toma a coloração escura e assim permanece até ser comercializada.

## A Árvore da Borracha e da Soberania

*A floresta imensa, de árvores augustas e seculares, chegava até a margem do Rio quando os primeiros colonizadores, fazendo ressoar o machado nos troncos enormes, ergueram aí a primeira barraca de seringueiro. E pouco a pouco, investindo contra a selva noturna e impenetrável, foi o homem avançando contra a muralha verde, até fixar naquelas brenhas o marco da primeira Cidade. Agora, não era mais o casebre isolado. Alinhadas à beira do Rio largo e profundo, as casas de negócios e de moradia, comprimidas entre a floresta e a água, eram como ovelhas escuras de um pequeno rebanho, trazidas a beber na torrente por uma legião de gigantes desgrenhados. (CAMPOS)*

Não há dúvida de que o povoamento da Amazônia, sob o estímulo da borracha, foi um processo ecológico mais agudo, em comparação ao expansionismo provocado pela colheita das drogas.

A borracha levou o homem a um grau de subordinação à floresta jamais ocorrido em época anterior, emprestando-lhe uma personalidade ou ethos ([120]) particular, exigindo-lhe adaptação biológica mais profunda.

Ao examinarem-se as condições em que, originalmente, se operou o povoamento dos seringais amazônicos, se é tentado a admitir aquele excesso de biologismo sociológico de alguns ecologistas.

---

[120] Ethos: modo de ser.

> Mas, só tentação, porque uma análise menos superficial levará a admitir-se a supremacia humana sobre seres e coisas inferiores, mesmo em se tratando do homem em uma região agreste, de características naturais muito peculiares, como é a Amazônia.
>
> Aí, o homem também reagiu e dominou o meio. Reagiu sem deixar de subordinar-se à mata e inter-relacionar-se com plantas e animais, para conseguir o equilíbrio biológico. [...]
>
> Surgindo o Seringal, transformou-se quase inteiramente o processo econômico, o que veio a refletir no modo de vida, das populações, anteriormente engajadas em outros misteres. O regime oniprodutivo, latifundiário da borracha afastou o homem das culturas agrícolas, aristocratizou a figura do patrão, aviltou a do seringueiro e estimulou a expansão do latifúndio a feições antes desusadas, ou, ao menos amortecidas pela coleta móvel das drogas e emprego da terra em pequena agricultura. (TOCANTINS, 1982)

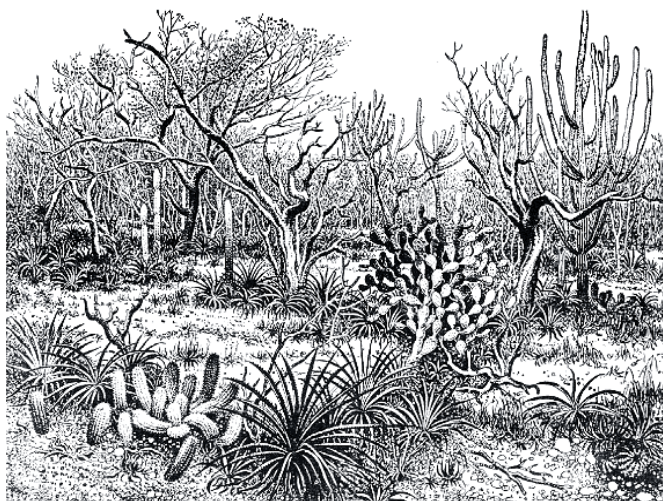
Diferente da exploração do caucho, a "*hevea brasilienses*" permitiu que o seringueiro se fixasse, pouco a pouco, à floresta. O nordestino "*acreanizado*" deu início à cultura agrícola.

Nos roçados brotava o feijão, o milho e a mandioca enquanto nas várzeas e na terra firme era incrementada a plantação do capim "*colônia*", do "*gordura*", do "*jaraguá*" e da "*canarana*". O gado boliviano migrou e aquerenciou-se às novas e atraentes pastagens. O seringueiro depois de fixar-se à terra deu origem à uma nova raça – mais que um povo – uma civilização, a "*civilização acreana*", que perambulava destemerosa pela dadivosa floresta, campos e roçados promissores.

O acreano não usava estradas para circular, elas não existiam, seus caminhos eram os cursos d'águas. Os jovens, desde cedo, navegavam pelos Igarapés, Furos e Lagos e aprendiam, com o autóctone, as manhas da caça e da pesca.

A acreana, de então, herdeira da rendeira nordestina aprendeu a trançar habilmente os seus bilros com as fibras do tucumã.

A psique e o organismo nordestino foram, passo a passo, sendo impregnados pelas melhores características do caboclo e essa salutar mesclagem racial foi proporcionando-lhe uma seleção natural que, por fim, alterou-lhe o DNA garantindo-lhe uma maior resistência às adversidades da selva hostil.

As férteis sementes das gônadas do filho do sertão estéril e do Sol inclemente brotaram vigorosas e aprimoradas permitindo aos seus descendentes enfrentar com sucesso o mundo das águas e da floresta.

## *O Sertanejo*
***(Euclides da Cunha)***

*O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral. A sua aparência, entretanto, ao primeiro lance de vista, revela o contrário.*

*Falta-lhe a plástica impecável, o desempeno, a estrutura corretíssima das organizações atléticas. É desgracioso, desengonçado, torto. Hércules-Quasímodo, reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos.*

*O andar sem firmeza, sem aprumo, quase gingante e sinuoso, aparenta a translação de membros desarticulados.*

*Agrava-o a postura normalmente abatida, num manifestar de displicência que lhe dá um caráter de humildade deprimente.*

*A pé, quando parado, recosta-se invariavelmente ao primeiro umbral ou parede que encontra; a cavalo, se sofreia o animal para trocar duas palavras com um conhecido, cai logo sobre um dos estribos, descansando sobre a espenda ([121]) da sela.*

*Caminhando, mesmo a passo rápido, não traça trajetória retilínea e firme.*

*Avança celeremente, num bambolear característico, de que parecem ser o traço geométrico os meandros das trilhas sertanejas.*

*E se na marcha estaca pelo motivo mais vulgar, para enrolar um cigarro, bater o isqueiro, ou travar ligeira conversa com um amigo, cai logo – cai é o termo – de cócoras, atravessando largo tempo numa posição de equilíbrio instável, em que todo o seu corpo fica suspenso pelos dedos grandes dos pés, sentado sobre os calcanhares, com uma simplicidade a um tempo ridícula e adorável.*

---

[121] Espenda: parte da sela em que se apoia a coxa do cavaleiro.

*É o homem permanentemente fatigado. Reflete a preguiça invencível, a atonia ([122]) muscular perene, em tudo: na palavra remorada, no gesto contrafeito, no andar desaprumado, na cadência langorosa das modinhas, na tendência constante à imobilidade e à quietude. Entretanto, toda esta aparência de cansaço ilude. Nada é mais surpreendedor do que vê-la desaparecer de improviso. Naquela organização combalida operam-se, em segundos, transmutações completas. Basta o aparecimento de qualquer incidente exigindo-lhe o desencadear das energias adormecidas. O homem transfigura-se.*

*Empertiga-se, estadeando ([123]) novos relevos, novas linhas na estatura e no gesto; e a cabeça firma-se-lhe, alta, sobre os ombros possantes aclarada pelo olhar desassombrado e forte; e corrigem-se-lhe, prestes, numa descarga nervosa instantânea, todos os efeitos do relaxamento habitual dos órgãos; e da figura vulgar do tabaréu ([124]) canhestro ([125]) reponta, inesperadamente, o aspecto dominador de um titã acobreado e potente, num desdobramento surpreendente de força e agilidade extraordinárias.*

*Este contraste impõe-se ao mais leve exame. Revela-se a todo o momento, em todos os pormenores da vida sertaneja – caracterizado sempre pela intercadência impressionadora entre extremos impulsos e apatias longas. É impossível idear-se cavaleiro mais xucro e deselegante; sem posição, pernas coladas ao bojo da montaria, tronco pendido para a frente e oscilando à feição da andadura dos pequenos cavalos do sertão, desferrados e maltratados, resistentes e rápidos como poucos. Nesta atitude indolente, acompanhando morosamente, a passo, pelas chapadas, o passo tardo das boiadas, o vaqueiro preguiçoso quase transforma o "campeão" que cavalga na rede amolecedora em que atravessa dois terços da existência.*

---

[122] Atonia: debilidade.
[123] Estadeando: ostentando.
[124] Tabaréu: bisonho.
[125] Canhestro: desajeitado.

*Mas se uma rês "alevantada" envereda, esquiva, adiante, pela caatinga garranchenta ([126]), ou se uma ponta de gado, ao longe, se trasmalha ([127]), ei-lo em momentos transformado, cravando os acicates ([128]) de rosetas ([129]) largas nas ilhargas ([130]) da montaria e partindo como um dardo, atufando-se velozmente nos dédalos ([131]) inextricáveis das juremas ([132]).*

*Vimo-lo neste steeple-chase ([133]) bárbaro.*

*Não há como contê-lo, então, no ímpeto.*

*Que se lhe antolhem quebradas, acervos de pedras, coivaras, moiras de espinhos ou barrancas de ribeirões, nada lhe impede encalçar o garrote desgarrado, porque "por onde passa o boi passa o vaqueiro com o seu cavalo"...*

*Colado ao dorso deste, confundindo-se com ele, graças a pressão dos jarretes firmes, realiza a criação bizarra de um centauro bronco: emergindo inopinadamente nas clareiras; mergulhando nas macegas altas; saltando valos e ipueiras ([134]); vingando cômoros alçados; rompendo, célere, pelos espinheirais mordentes; precipitando-se, a toda brida, no largo dos tabuleiros...*

*A sua compleição robusta ostenta-se, nesse momento, em toda a plenitude.*

*Como que é o cavaleiro robusto que empresta vigor ao cavalo pequenino e frágil, sustenta-o nas rédeas improvisadas de caroá ([135]), suspendendo-o nas esporas, arrojando-o na carreira – estribando curto, pernas*

---

[126] Garranchenta: que tem arbustos tortuosos.
[127] Trasmalha: tresmalha, escapa ou foge.
[128] Acicates: esporas.
[129] Rosetas: parte móvel da espora, em forma de roda estrelada.
[130] Ilhargas: virilhas: ponto de junção da coxa com o ventre.
[131] Dédalos: labirintos, caminhos confusos.
[132] Juremas: árvores nativas do agreste e sertão nordestinos.
[133] Steeple-chase: corrida de cavalos com obstáculos.
[134] Ipueiras: charco.
[135] Caroá: gravatá (planta bromeliácea de fibras têxteis).

*encolhidas, joelhos fincados para a frente, torso colado no arção ([136]) – "escanchado no rastro" do novilho esquivo: aqui curvando-se agilíssimo, sob um ramalho, que lhe roça quase pela sela; além desmontando, de repente, como um acrobata, agarrado às crinas do animal, para fugir ao embate de um tronco percebido no último momento e galgando, logo depois, num pulo, o selim; – e galopando sempre, através de todos os obstáculos, sopesando à destra sem a perder nunca, sem a deixar no inextricável dos cipoais, a longa aguilhada de ponta de ferro encastoada em couro, que por si só constituiria, noutras mãos, sérios obstáculos à travessia...*

*Mas terminada a refrega, restituída ao rebanho a rês dominada, ei-lo, de novo caído sobre o lombilho retovado, outra vez desgracioso e inerte, oscilando à feição da andadura lenta com a aparência triste de um inválido esmorecido. (CUNHA, 1902)*

[136] Arção: peça arqueada de madeira que faz parte da armação de uma sela.

# *Tratados de Limites*

*São conhecidas as aspirações da nossa estimável irmã da América do Norte, a respeito da borracha; é notório seu apreço pelo torrão maravilhoso possuído pelo Brasil nas margens amazônicas; são bem conhecidas as transações ultimamente efetuadas no estrangeiro a respeito de grandes trechos daqueles vastos e ferocíssimos territórios; e, mais cedo ou mais tarde, dentro de pouco tempo, talvez fiquemos privados daquelas zonas, as vejamos em mão estrangeiras. (BARBOSA)*

## Arbitragem Cristã

*Naqueles tempos nada se tinha por acabado e perfeito se a religião não o consagrava; e como, além disso, a ideia de que todos os reinos da terra eram sujeitos ao Papa, que tinha sobre eles direito de soberania, os reis e conquistadores procuravam sempre assegurar nas concessões a proteção da Santa Sé à legitimidade dos seus descobrimentos e domínios.*
*(João Francisco Lisboa)*

As arbitragens sobre as terras internacionais eram, na época, decididas pelos príncipes do Vaticano. Esta tradição remonta a 1092 quando o Papa Urbano II concedeu a Ilha da Córsega ao Bispo de Pisa.

A Espanha fora beneficiada, por Sisto IV, com a posse das Ilhas Canárias e Portugal, por sua vez, teve asseguradas suas posses às terras conquistadas aos "*infiéis*" conforme bula assinada por Eugênio IV.

Nicolau V reconheceu como portuguesas todas as conquistas na África e Ilhas vizinhas e, depois dele, Calisto III, em 1456, proclama que só Portugal tinha o direito de descobrir o "*Caminho das Índias*".

## Mundus Novus e a Bula "*Inter Cœtera*"

Os reis católicos da Espanha, Fernando e Isabel, aproveitaram-se da descoberta da América, por Colombo, e o fato de o trono da Santa Sé ser ocupado por um Pontífice espanhol, Alexandre VI, para pleitear o reconhecimento de sua soberania sobre as terras recém-descobertas.

O Papa espanhol expediu imediatamente uma Bula doando à Espanha, em caráter perpétuo, o Novo Mundo, com o compromisso firmado pelos reis de Castela de propagarem a Fé Católica nas novas plagas.

A controvertida Bula "*Inter Cœtera*", de 04.05.1493, definia uma linha imaginária que passava a cem léguas a Oeste das Ilhas dos Açores e Cabo Verde com origem no Polo Ártico e término no Polo Antártico.

As terras ao Ocidente desta Linha pertenceriam à Espanha. O Rei D. João II, de Portugal, não concorda com a decisão e, sem conseguir demover Alexandre VI de sua decisão, prepara uma frota de guerra com o propósito de assegurar os direitos lusitanos sobre as regiões descobertas por Colombo no Ocidente que, de acordo com a Bula promulgada por Calisto III, em 1456, e o Tratado de Alcaçovas, de 1481, pertenciam à coroa portuguesa.

A beligerância teve seu fim com a assinatura do Tratado de Tordesilhas, a 07.06.1494, deslocando a linha para 370 léguas a partir da Ilha de Cabo Verde.

Portugal assegurava, com isso, a posse de grande parte do Brasil além de desfrutar das vantagens do "*Caminho da Índias*".

O Tratado de Tordesilhas nasceu caduco. Não havia, naquela época, como demarcar com exatidão essa linha, pois o processo de cálculo que permitiria sua definição só viria a ser dominado no final do século XVII.

*[...] não concordando os Históricos, faltos de fundamentos, nem acertando os Geógrafos as suas medidas, não é possível assentar ponto fixo para esta demarcação, porque de premissas ou prováveis e duvidosas, não se pode deduzir ilação infalível – Cartógrafo genovês Francesco Tosi Colombina (FONTANA)*

O Tratado de Tordesilhas foi o embrião da Questão Acreana. A disputa pelas nações ibéricas do continente americano manteve-se acesa em cada país Sul-americano que herdou daquelas importantes nações europeias não só sua cultura, tradições e costumes, mas também suas mal resolvidas questões de fronteira.

## Coroa Ibérica

D. Sebastião, o desejado, Rei de Portugal e o último da Dinastia dos Avis, cresceu com a plena convicção de que era um predestinado. Ao enfrentar os mouros, em número significativamente superior, na batalha de Alcácer Quibir, evidenciou nas suas ações achar que o "*Milagre de Ourique*" repetir-se-ia, afinal a Batalha de Ourique foi um episódio simbólico para a monarquia portuguesa, graças a ela D. Afonso Henriques foi aclamado Rei de Portugal, em 25.07.1139. Para desespero de D. Sebastião e de seus combatentes, o milagre não se repetiu e a sua morte precipitou uma série de acontecimentos que culminaram com a unificação das coroas de Espanha e Portugal sob a autoridade da Espanha ficando, o período,

conhecido como União Ibérica. O período, que durou 60 anos (1580-1640), permitiu que os espanhóis estendessem seus domínios no Pacífico em regiões reconhecidamente portuguesas e nas regiões platinas da América.

O desinteresse pelas possessões amazônicas era embasado, seguramente, em dois fatores fundamentais: o econômico e o fisiográfico. O primeiro em virtude da desilusão da missão de Gonzalo Pizarro na busca do País da Canela e do El Dorado que redundara em um retumbante fracasso. O segundo, talvez a "*vera causa*" ([137]), a Cordilheira dos Andes que impedia ou pelo menos dificultava a colonização espanhola da terra das Amazonas. A Cordilheira, segundo Euclides da Cunha foi "*um cordão sanitário ou ao menos um desmedido aparelho seletivo*".

Os portugueses, por sua vez, ampliaram sua área de influência na América e a Amazônia foi sendo conquistada pelos lusos nos seus mais longínquos rincões, graças à instalação de fortificações e criação de pequenos povoados. O Rei D. João V, com o ouro da "*terra brasilis*", pagou cientistas que elaboraram os fundamentos cartográficos do Tratado de Madri, construiu Fortes diminuindo a vulnerabilidade da colônia brasileira e negociou com o Papa Benedito XIV a bula "*Candor Lucis*" em 1745 que estabelecia as prelazias de Goiás e Cuiabá. O Vaticano, através da "*Candor Lucis*", reconhecia publicamente o avanço português sobre a linha de Tordesilhas antes mesmo do Tratado de Madri de 1750.

---

[137] Vera causa: verdadeira causa.

Quando da assinatura do Tratado de Madri, em 1750, os espanhóis, acatando os argumentos de Alexandre de Gusmão, que defendia o princípio do "*Uti Possidetis*", reconheceram a soberania portuguesa sobre a região.

## A Histórica Má-fé Boliviana

A partir de 1833, as discordâncias entre o Império do Brasil e a Bolívia, no que se refere ao estabelecimento dos limites se tornam cada vez mais patentes. Uma série de crises se sucedeu sem que se chegasse a um acordo. O Governo de La Paz havia concedido sesmarias, a cidadãos bolivianos, em território brasileiro; pretendia exercer domínio total sobre o Rio Madeira e tinha a intenção de permitir aos Estados Unidos da América a livre navegação nos Rios da Bacia Amazônica, que entendiam serem caminhos livres, "*abertos pela natureza ao comércio de todas as nações*".

Em 1834, procurando equacionar as contestadas questões de fronteira com o Brasil, a Bolívia nomeia como seu representante o General Mariano Armaza. Armaza apresentou uma proposta amparada no Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, entre Espanha e Portugal que tinha como premissa: "*que a linha divisória começasse aos 22°, na margem direita do Paraguai, até a Embocadura do Jauru, daí seguisse pelas águas desse Rio e pelas do Aguapeí até encontrar na serra do mesmo nome as cabeceiras do Rio Alegre e daí baixasse até o Guaporé*". A sugestão foi veementemente rechaçada pelo Governo brasileiro. Diversas tentativas se sucederam, mas nenhuma chegou a bom termo.

Antônio Pereira Pinto afirma nos seus "*Estudos sobre algumas questões internacionais*" que os estadistas de La Paz não eram capazes de negociar de boa-fé já que "*as tradições adversas ao Brasil passavam em seu Governo de geração em geração*".

Os bolivianos teimavam em evocar, equivocada e tendenciosamente, os Tratados de Madrid (1750), e o de Santo Ildefonso (1777), sem considerar que os mesmos haviam sido anulados e tornados sem efeito. O de Madrid pelo Tratado de El Pardo, de 12.02.1761 e que culminou com a assinatura do Tratado de Paris, 10.02.1763; o de Santo Idelfonso quando pactuado, em Badajoz, o Tratado de 06.06.1801.

Os bolivianos não queriam considerar como único princípio correto, que deveria ser seguido nas relações de domínio territorial no Continente, o do "*Uti-possidetis*": "*Uti-possideatis*", do Direito Romano incorporado ao Direito Internacional.

## Tratado de Ayacucho

Em 1867, em plena campanha contra Solano Lopez, a Bolívia insiste na definição da questão e nomeia, como seu representante, o Chanceler Dr. Mariano Donato Muñoz e o Brasil o Dr. Felipe Lopes Neto, com a finalidade de elaborar uma proposta que resolva definitivamente a questão.

As negociações são concluídas com a assinatura, na Cidade de La Paz de Ayacucho, do Tratado de Ayacucho, em 27.03.1867. A reconhecida habilidade de Lopes Neto se torna patente ao fazer com que os estadistas bolivianos aceitem o princípio do "*Uti-possidetis*", até então recusado peremptoriamente.

O diplomata brasileiro, infelizmente, não conseguiu que o Artigo 2° do Tratado, no parágrafo que se refere à linha divisória no território cortado pelo Rio Aquiri ou Acre, mantivesse a formatação original do acordado no artigo VIII do Tratado de 1750 e do artigo XI do Tratado de 1777.

– O artigo VIII do "*Tratado de Madrid*", de 1750, estipulava que:

  Baixará pelo álveo destes dois Rios, já unidos, até a paragem situada em igual distância do dito Rio das Amazonas, ou Marañón, e da Boca do dito Mamoré; e desde aquela paragem continuará por uma linha Leste-Oeste até encontrar com a margem Oriental do Javari que entra no Rio das Amazonas pela sua Margem Austral; e baixando pelo álveo do Javari até onde desemboca no Rio das Amazonas ou Marañón, prosseguirá por este Rio abaixo até a Boca mais Ocidental do Japurá, que deságua nele pela margem setentrional.

– O artigo XI do "*Tratado de Santo Ildefonso*", de 1777, em consonância com a letra do Tratado de 1750, por sua vez:

  Baixará a Linha pelas águas destes dois Rios Guaporé, e Mamoré, já unidos com o nome da Madeira, até à paragem situada em igual distância do Rio Maranhão, ou Amazonas, e da Boca do dito Mamoré, e desde aquela paragem continuará por uma Linha Leste-Oeste até encontrar com a Margem Oriental do Rio Javari, que entra no Maranhão [Amazonas] pela sua margem Austral; e baixando pelo álveo do mesmo Javari até onde desemboca no Maranhão, ou Amazonas, prosseguirá águas abaixo deste Rio, a que os espanhóis costumam chamar Orellana, e os índios Guiena, até a Boca mais Ocidental do Japurá, que deságua nele pela margem Setentrional.

– No artigo II do "*Tratado de Ayacucho*", a fronteira é especificada com maior detalhamento, em virtude do conhecimento, que se tinha, do Madeira para o Sul:

> Sua Majestade o Imperador do Brasil e a República de Bolívia concordam em reconhecer, como base para a determinação da fronteira entre os seus respectivos territórios, o "*Uti Possidetis*", e, de conformidade com este princípio, declaram e definem a mesma fronteira do modo seguinte:
>
> [...] baixará por este Rio até a sua confluência com o Guaporé e pelo meio deste e do Mamoré até ao Beni, onde principia o Rio Madeira. Deste Rio para o Oeste, seguirá a fronteira por uma paralela, tirada da sua margem esquerda na Latitude Sul de 10°20', até encontrar o Rio Javari. Se o Javari tiver as suas nascentes ao Norte daquela linha Leste-Oeste, seguirá a fronteira, desde a mesma Latitude [10°20'], por uma reta, a buscar a origem principal do dito Javari.

Na época, se ignorava o traçado e as nascentes do Rio Javari. No Brasil, supunha-se que o Rio Javari tivesse suas nascentes paralelas ao Madeira, provavelmente, a 10°20' de Latitude Sul. A condicionante colocada no Tratado foi um artifício sutil empregado por Mariano Muñoz com o qual concordou Lopes Neto. Naquela época, os bolivianos já suspeitavam que o Javari não nascia na altura do Paralelo 10°20', mas mais ao Norte.

# *Comissões Mistas de Limites*

Logo após a independência do Brasil em 07.09.1822, e a do Peru em 28.07.1824, estas nações buscaram encontrar alternativas consensuais para equacionar seus problemas de limites. A solução encontrada deveria levar em conta o princípio do "*Uti Possidetis*" ([138]).

## Comissão Mista Brasileiro-Peruana de 1866

No dia 23.10.1851, foi assinado, em Lima, por Duarte de Ponte Ribeiro, encarregado de Negócios do Brasil, e Bartolomé Herrera, Ministro Interino das Relações Exteriores do Peru, o Tratado de Comércio, Navegação, Limites e Extradição.

O Tratado reconhecia como limite a povoação de Tabatinga, na confluência do Marañón (Solimões) com o Javari, e daí para o Norte uma linha reta a encontrar o Rio Japurá, defronte da Foz do Apapóris e, de Tabatinga para Oeste e para o Sul, o Rio Javari, desde a sua confluência com o Solimões.

– O artigo IV, estabelecia que:

> Para prevenir dúvidas a respeito da fronteira aludida nas estipulações da presente convenção, concordaram as Altas Partes Contratantes em que os limites do Império do Brasil com a República do Peru sejam regulados em conformidade do princípio "*uti possidetis*"; por conseguinte reconhecem, respectivamente, como fronteira, a povoação de Tabatinga, e daí para o Norte em linha reta a encontrar o Rio Japurá defronte da Foz do Apapóris; e de Tabatinga

[138] Uti Possidetis: princípio do direito internacional que determina que os países envolvidos em conflitos de fronteira devem manter a posse das terras que efetivamente consigam comprovar a ocupação.

> para o Sul o Rio Javari, desde a sua confluência com o Amazonas. Uma Comissão Mista nomeada por ambos os Governos reconhecerá, conforme o princípio "*uti possidetis*", a fronteira, e proporá a troca dos territórios que julgarem a propósito para fixar os limites que sejam mais naturais e convenientes a uma e outra nação.

Embora as Instruções tenham sido emitidas para a Demarcação das Fronteiras do Brasil com o Peru, no dia 22.10.1861, baseadas no Tratado de 23.10.1851, os trabalhos tiveram início somente em 1866, depois de seis conferências, realizadas na Cidade de Belém, Pará, desde os últimos meses do ano de 1865 até os primeiros de 1866, entre os representantes de ambos os países.

O Comissário brasileiro continuava sendo o Capitão-Tenente José da Costa Azevedo enquanto por parte do Peru tinha sido nomeado o Capitão-de-Mar-e-Guerra Dom Francisco Carrasco.

No dia 28.07.1866, iniciaram-se os trabalhos demarcatórios, com a colocação de dois Marcos na Foz da quebrada de Santo Antônio, um na margem brasileira e outro na peruana. No dia 05.08.1866, subiram o Javari, partindo de Tabatinga, a Comissão exploradora era formada pelo Secretário brasileiro, Capitão de Corveta João Soares Pinto e do Secretário peruano Manuel Ronaud y Paz Soldán.

No dia 07.08.1866, aportaram na Aldeia São José do Javari (hoje Benjamim Constant), onde contrataram como guia o Tuxaua Ticuna Juan Pablo. A 23.08.1866, chegaram à Boca do Curuçá e, no dia 28.08.1866, na confluência do Javari-Mirim e Jaquirana (05°10′ S).

*Imagem 10 – Fronteira Brasil-Peruviana*

Optaram por subir o Jaquirana, considerando que este deveria ser a nascente do Javari por apresentar um maior volume das águas. Chegaram a 08.09.1866, a mais uma confluência, optando, novamente, pela da direita, mais volumosa. A menor foi denominada pelo Comissário peruano de Rio Galvez. Nos primeiros dias de outubro, alcançaram o ponto onde o Javari recebe outro que foi batizado com o nome de Paissandu.

No dia 10.10.1866, de manhã, continuaram pelo Javari quando, foram atacados por selvagens, sendo ferido um dos remadores. Como já fossem escassos os víveres e meios de defesa, resolveram baixar até o lugar em que tinha ficado o Tenente Martinez mas, ao regressar, pouco depois, os índios, em número superior a cem, os emboscaram da margem do Rio (06°50′ S), matando a flechadas o Tenente Soares Pinto e ferindo Paz Soldán com 4 flechadas. Quatro dias depois, chegaram ao lugar em que estava estacionado o Tenente Martinez, aportando em Tabatinga a 26.10.1866. A Comissão avaliou que a nascente do Javari estava um pouco além de 7° e não a 11° conforme mostravam as cartas anteriores estimando-se o seu curso até o lugar do ataque em 900 milhas.

**Comissão Mista Brasileiro-Peruana de 1874**

A Comissão chefiada pelo Barão de Teffé, Professor de hidrografia da Escola de Marinha desde 1857, e Guillermo Blake entrou na Foz do Javari, no dia 17.01.1874, com um efetivo de 82 membros, atingindo as proximidades das nascentes do Javari no dia 14.03.1874. A Comissão estimou as coordenadas do Javari como 07°01′17,5″ S e 74°08′27,7″ O. A Expedição retornou ao Solimões com apenas 27 sobreviventes; Tetra de Teffé lista 55 mortos que haviam sucumbido à febre, à fome, ou às flechas dos Mayorunas. Os círculos científicos receberam com muita reserva os cálculos astronômicos realizados pelo Barão de Teffé, em virtude das condições adversas em que tinham sido realizadas as medições e por ter empregado, em algumas oportunidades, métodos expeditos adotados mais por práticos regionais do que especialistas em astronomia.

## Comissão Mista Brasileiro-Peruana de 1895

O Protocolo de 10.05.1895, redigido pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Carlos de Carvalho, e pelo Ministro Plenipotenciário da Bolívia Federico de Medina, instruía a Comissão Mista a traçar uma linha geodésica entre os Rios Madeira e Javari, passando pelo Rio Acre e avançando preferencialmente por terra.

Não havia referência à necessidade de verificar a posição da nascente principal do Javari já que os governos do Brasil e da Bolívia tinham aceitado a localização da nascente do Javari calculadas pelo Barão de Teffé e Blake. O Protocolo considerava que "*fica entendido que a dita Linha deve partir da Latitude 10°20' Sul marcada no Tratado de Limites e nesta conformidade procederá a Comissão Mista à demarcação dos Limites e colocação dos Marcos destinados a indicar os pontos de intersecção*".

O Protocolo compunha-se de apenas 2 artigos. O primeiro nomeava os Comissários e o segundo fixava a nascente do Javari na posição que lhe atribuíram Teffé e Blake, em 1874 (07°01'17,5" S / 74°08'27,7" O).

Os comissários bolivianos nomeados foram o Coronel Juan Manoel Pando e o Engenheiro Carlos Satchell e do Brasil o Tenente-Coronel Gregório Thaumaturgo de Azevedo e o Capitão-Tenente Augusto da Cunha Gomes.

Thaumaturgo chefiou, portanto, uma Comissão cujo objetivo era muito vago e que permitia diversas interpretações sobre o traçado da Linha Geodésica.

Seu nome será sempre lembrado por ter contestado corajosamente a interpretação do Ministro das Relações Exteriores, em relação ao Tratado de 1867, e ter manifestado esta discórdia na imprensa.

A Comissão Thaumaturgo produziu nove caixas de amostras, arquivadas no Arquivo do Museu Nacional, onde existem exemplares da fauna, flora e material etnográfico. O acervo coletado atendia a uma solicitação do Ministério dos Negócios Interiores ao Ministério das Relações Exteriores tendo em vista que a Comissão iria percorrer uma região pouco conhecida.

O Ministro da Guerra, Bernardo Vasques, solicitou, também, que a Comissão determinasse os locais mais adequados ao "*estabelecimento de Postos Militares*" na fronteira, que atendessem aos aspectos estratégicos.

Thaumaturgo não redigiu um relatório final de sua exploração tendo em vista ter solicitado seu desligamento da Comissão Mista. Este relatório foi concluído pela Comissão de 1898 chefiada por Cunha Gomes.

## Comissão de 1898

O Telegrama n° 539, de 23.05.1898, do Ministro das Relações Exteriores, General Dyonizio Evangelista de Castro Cerqueira endereçado ao Capitão-Tenente Augusto da Cunha Gomes nomeia-o Chefe da Comissão de Limites determinando-lhe que localize a nascente do Rio Javari. Cunha Gomes recebeu, somente no dia 8 de abril, o telegrama do Ministro pelas mãos do Governador do Pará.

Ficou a Comissão assim organizada:

- Capitão-Tenente Augusto da Cunha Gomes, 2° Comissário;
- Engenheiro civil Dr. Lopo Gonçalves Bastos Netto, 2° Ajudante;
- Capitão Médico de 4ª classe do corpo sanitário do Exército, Dr. Fructuoso Vicente Bulcão Vianna;
- Encarregado do material e fornecimento, Ângelo dos Santos;
- Encarregado do depósito, Pedro Ferreira Bandeira;
- Prático de farmácia, Luiz de Oliveira Campos;
- Um Sargento e 29 praças da força policial deste Estado e 10 do 36° Batalhão de Infantaria.

As embarcações da Comissão eram o aviso ([139]) Tocantins, comandado pelo Capitão-Tenente Raimundo José Ferreira Vale, a lancha Taruman, cedida, sem tripulação, pelo Dr. Governador do Estado, um batelão que já pertencia à Comissão e seis canoas adquiridas para esta missão. O Relatório de "*Reexploração do Javari*" é considerado o texto final da Comissão de Thaumaturgo e por isso alguns historiadores consideram as duas viagens (Thaumaturgo e Cunha Gomes), como uma única Comissão. Cunha Gomes mostrou um Javari muito povoado, rico em madeiras nobres e seringais e navegado com regularidade até Remate de Males. Em relação à navegação, relatou que "*a viagem se tornava extremamente afanosa depois da confluência com o Galvez*".

Para a determinação da temperatura média anual, que leva em consideração a Latitude do local,

[139] Aviso: pequeno navio.

utilizou a fórmula de Emmanuel Liais, Diretor do Imperial Observatório, nos anos de 1880. Considerou a região por demais insalubre tendo encontrado diversos casos fatais fruto de endemias tropicais. A Comissão foi assistida pelo Dr. Bulcão Viana cuja atuação competente permitiu que se registrasse apenas uma morte, a do marinheiro Aleixo, por beribéri.

Do ponto de vista etnográfico, afirmou que os silvícolas sempre foram ferozes e bravios, sendo responsáveis pela morte do astrônomo Soares Pinto, da Comissão Brasileira de 1874, e pela do geógrafo peruano Paz Soldán, de 1866. Cunha Gomes informou, porém, que na sua Expedição, encontrou um número reduzido de índios, provavelmente em decorrência dos embates com os caucheiros peruanos. Cunha Gomes faz uma descrição mais pormenorizada dos Capanauas tendo em vista terem estes ferozes canibais negaceado a Expedição do Rio Galvez até o Javari.

Apresenta uma fauna exuberante onde descreve diversos tipos de macacos, onças e várias espécies de pássaros. O Relatório afirma ainda que não foi encontrado nenhum fóssil na Bacia do Javari, mas informa que a Comissão não teve tempo de se dedicar a este tipo de pesquisa.

Cunha Gomes assegura ter corrigido as coordenadas do Barão de Teffé verificando uma diferença de quase quatro segundos. Determinou que o Rio Javari era um prolongamento do Jaquirana e não do Galvez, como suspeitava Thaumaturgo, e rebate uma a uma as ásperas contestações do Barão de Teffé ao seu trabalho publicando na imprensa suas observações astronômicas e divulgando a técnica empregada.

## Comissão Mista Brasileiro-Peruana (1901)

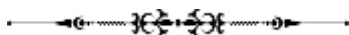
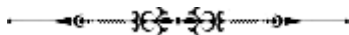
*Pode-se, a grosso modo, calcular a Longitude levando em consideração que cada hora representa 15°, ou seja, no caso do Rio de Janeiro em relação a Greenwich, temos 3 horas a menos de diferença, o que significa que estamos a 45° de Longitude Oeste. (CRULS, 1902)*

O Ministro das Relações Exteriores, Olyntho de Magalhães, em 1901, repassou a Cruls as Instruções para subir o Rio Javari até as nascentes e determinar sua verdadeira posição geográfica.

Cruls, além de determinar a nascente do Rio Javari, deveria traçar a Linha Geodésica entre este Rio e o Madeira. Para esta segunda etapa, deveria retornar a Manaus e aguardar Instruções. O Ministro considerava que os trabalhos de demarcação poderiam gerar conflitos e que os membros da Comissão poderiam correr risco de morte. Afirmava o Ministro Olyntho de Magalhães nas suas Instruções:

> Portanto, sou obrigado a determinar ao Comissário Brasileiro que, feita a verificação relativa à nascente do Javari e firmada a Ata respectiva, regresse a Manaus para aí receber as minhas últimas ordens.

A Comissão desembarcou em Belém, em 21.01.1901, e Cruls montou o seu observatório no interior do Forte do Castelo, onde a iluminação elétrica não interferia na observação astronômica. Cruls verificou que as coordenadas de Belém determinadas pelo "*Telegraphic Measurement of Differences of Longitude*", da Marinha Norte-americana, em 1879, estavam incorretas. Cruls informou ao "*Navy Department*", que acatou as correções de Cruls.

## Jornal do Brasil, n° 94 – Rio, RJ
## Quinta-feira, 04.04.1901

### Coordenadas Retificadas

Belém, 03 – A Comissão brasileira, chefiada pelo astrônomo Cruls, comparando as coordenadas geográficas desta cidade por ela observadas com as calculadas pela Comissão norte-americana, em 1897, encontrou uma diferença para mais na longitude. O Departamento Naval de Washington, tendo disso ciência, verificou os cálculos, dando razão à Comissão Brasileira. (JB N° 94)

## Jornal do Commercio, n° 132 – Rio, RJ
## Segunda-feira, 13.05.1901

### Coordenadas Geográficas de Belém, Pará

A 28 de setembro do ano próximo passado, o Dr. L. Cruls endereçou ao Superintendente do "*Coast and Geodetic Survey*" de Washington, uma carta, pedindo-lhe fosse fornecido um exemplar da publicação intitulada: "*Telegraphic Measurement of differences of Longitude by Officers of the U.S. Navy, em 1878 e 1879*" e que sabia conter o detalhe das observações feitas para determinação das coordenadas geográficas de Belém [Pará], que lhe eram necessárias para o início dos trabalhos da Comissão de Limites com a Bolívia, conforme determinam os protocolos.

Atendendo ao pedido, o "*Department of the Navegacion*" remeteu, pelo Correio, não só o exemplar da aludida publicação, como uma carta, de 30 do outubro, contendo os dados essenciais concernentes à determinação das coordenadas do Pará em caso de extravio da publicação solicitada.

De posse desses documentos, e examinando-os cuidadosamente o Dr. L. Cruls, pareceu-lhe que, ao deduzir as coordenadas do "*Centro do portão da Fachada Norte*" do edifício em que funciona a Alfândega [que é o ponto ao qual se referem as coordenadas que se encontram nas publicações oficiais: "*Connaissance des Temps, Nautical Almanac*" e outras], das coordenadas do pilar sobre o qual achava-se montado o instrumento de observação, de que se serviu o Comandante Davis, da Marinha norte-americana, havia-se cometido um "*duplo erro*", consistindo em aplicar à Latitude a correção que devia ter sido aplicada à Longitude e vice-versa, aplicando à esta coordenada a correção de Latitude, e além disso que fora invertido o sinal da correção em Longitude, o qual em lugar de negativo devia ser positivo. [...]

A inversão do sinal "*mais*" [+], em lugar de "*menos*" [-], na correção de Longitude, representa um engano, que pode achar a sua explicação em um efeito de sugestão, se considerarmos a posição relativa ocupada pelos quatro Meridianos de Greenwich, da pilar de observação do Portão da Alfândega, e de Washington e que os cálculos de redução foram feitos em Washington, e as Longitudes referidas a Greenwich. Seja qual for a explicação mais plausível da natureza do "*duplo erro*" cometido, o Dr. L. Cruls entendeu conveniente dirigir ao "*Navy Department de Washington*", uma carta, com data de 4 de fevereiro, em que expos o assunto, submetendo-o ao criterioso exame da mesma repartição.

> Não demorou a resposta, que traz a data de 6 de março, reconhecendo R. B. Bradford, que, de fato, deu-se o erro apontado e que as coordenadas do portão da Alfandega devem ser, não aquelas dadas à página 87 da aludida publicação, mas sim:
>
> Latitude................................ 1° 26′ 59,58″ S
> Longitude............................3h 14 m 0,24″ W
>
> de acordo com a retificação do Dr. L. Cruls. Dir-se-á que as diferenças são mínimas, pois que sobre a Latitude ela é apenas de 0,87″ e sobre a Longitude de 0,20″, mas, em se tratando de coordenadas geográficas, cuidadosamente determinadas e que vem publicadas nas efemérides, coordenadas cujos valores numéricos são expressos até os "*centésimos*" de segundo, é inadmissível que os décimos estejam errados. (JC N° 132)

Com a chegada dos comissários bolivianos a Belém procedeu-se à comparação dos cronômetros, "*sendo em ambos os casos as diferenças encontradas inferiores a seis décimos de segundo*". Luiz Cruls faz o seguinte comentário a respeito:

> As observações feitas pelas Comissões brasileiras e bolivianas foram de modo absolutamente independente, com instrumentos e por processos distintos, e dos resultados, comunicados somente na ocasião das conferências, foram tomadas as médias, logo que as diferenças entre os resultados obtidos por ambas as Comissões não excediam os limites dos erros toleráveis, o que foi sempre o caso, tanto nos trabalhos executados no Pará e em Tabatinga, como no Galvez, na confluência do Rumyaco com o Jaquirana, e nas nascentes principais do Jaquirana. (CRULS, 1902)

Este procedimento padrão era rotineiro nos trabalhos das Comissões Mistas. Como, normalmente, as Comissões realizavam seus trabalhos independentemente, elas reuniam-se, esporadicamente, ao longo do percurso, para comparar os dados levantados e aferir seus equipamentos. Concluídos os procedimentos, os resultados acordados entre as Comissões eram lavrados em Atas.

No dia 28.08.1901, a Comissão Mista ergueu um Marco na nascente principal do Rio Javari, nas coordenadas 07°06′ S / 73°47′ O, cumprindo, assim, o primeiro de seus objetivos.

Faltava ainda proceder à demarcação da fronteira, como constava na primeira Ata de reunião da Comissão Mista. O Comissário boliviano, o inglês C. Satchell, insistia para que o "*Protocolo de 1900*" fosse cumprido e que se deveria partir imediatamente para a demarcação.

Cruls, rebatia, que estava aguardando novas ordens do Governo Brasileiro, e que havia, ainda, certas discrepâncias técnicas a serem solucionadas antes de partir para a demarcação da Linha Geodésica.

### *O Regresso ao Rio de Janeiro*

*Já velho e infectado pelo terrível mal daquelas regiões, não houve fadiga que o abatesse. Sabe-se que na última jornada foi conduzido por quatro homens em uma cadeira improvisada por não poder se manter de pé. (GUIMARÃES)*

O escritor Ronaldo Rogério de Freitas Mourão, na sua obra "*Luiz Cruls, Explorador do Céu e da Terra*", relata:

> Terminados os trabalhos da Comissão de Limites entre Brasil e Bolívia e achando-se Luiz Cruls muito doente ainda, o Chefe da Comissão boliviana pediu ao Médico, Dr. Long Fox, que o acompanhasse grande parte da viagem de volta a Manaus. Durante o regresso, tão penoso como fora a ida, Luiz Cruls adoeceu a tal ponto que o seu estado deixou preocupados o Médico Dr. Fox e os seus companheiros, Coronel Abrantes e Eduardo Chartier. Em Remate de Males, aonde Cruls chegou carregado em maca, encontrava-se o aviso Jutahy, embarcação que o transportou até o Solimões, de onde partiu no vapor Cidade de Manaus, que o recolheu, levando-o até Manaus, onde sofreu um novo acesso de febre. Graças aos cuidados de um Médico da Comissão boliviana e de seu amigo Tenente-Coronel Abrantes, Cruls melhorou o bastante para dar cabal desempenho à sua missão, embora se visse obrigado a recorrer ao auxílio de duas praças do exército que o carregavam todas as manhãs até o pequeno observatório que havia instalado às margens do Rio Javari para Cruls realizar as suas tarefas de determinação da nascente do Rio. No regresso ao Rio de Janeiro, graças à viagem marítima, o estado de saúde de Cruls apresentou algumas melhoras, embora seu organismo estivesse completamente invadido pelo impaludismo. Logo que chegou, sem descansar, deu início ao relatório sobre a missão, trabalhando sem auxiliares, pois os outros membros da Comissão de Limites, inclusive o secretário, haviam sido dispensados. Concluindo o Relatório Limites entre o Brasil e a Bolívia, Cruls ficou tão doente que foi impedido de trabalhar. O governo concedeu-lhe várias licenças para cuidar de sua saúde, que nunca se recuperou inteiramente. (MOURÃO)

O Relatório Cruls, publicado em 1902, embora tivesse um caráter extremamente técnico, expõe problemas enfrentados durante a viagem com as em-

barcações, doenças e, sobretudo, com os comissários peruanos. Cruls, ao detalhar minuciosamente os processos utilizados nas suas observações astronômicas, demonstrou uma grande preocupação em se defender de futuras contestações, mas, como não poderia deixar de ser, elas vieram.

Em 1873, Emmanuel Liais, Diretor do Imperial Observatório do Rio de Janeiro, havia nomeado Pereira Reis Chefe da Comissão encarregada da Carta Geral do Império.

Em 1878, a Comissão não interpretou corretamente as diretrizes de Liais o que provocou o afastamento de Manoel Pereira Reis e demais responsáveis pela elaboração da Carta Geral.

A partir daí germinou forte uma oposição aos projetos do Professor Emmanuel Liais e a qualquer tipo de trabalho desenvolvido pelos demais membros do Imperial Observatório do Rio de Janeiro, oposição essa que acabou contagiando especialistas e personalidades políticas importantes.

> Sr. Presidente, venho expor minha opinião sobre o Tratado de Limites entre o Brasil e a Bolívia [...]. O que vou dizer resume-se no seguinte:
>
> 1° Mostrarei que os trabalhos da Comissão de Limites de 1901 devem ser reputados incompletos e duvidosos;
>
> 2° Que o Tratado de 27.03.1867, entre o Brasil e a Bolívia, deve ser reputado nulo na sua parte geométrica, isto é, no que diz respeito ao traçado dos limites desde a Foz do Beni até as cabeceiras do Rio Javary [Manoel Pereira Reis, Câmara dos Deputados, 13.10.1902]

Os trabalhos da Comissão Cruls foram contestados por Pereira Reis, que defendia os cálculos de Cunha Gomes e aconselhava o Governo a extinguir a Comissão de 1901. O "*Jornal do Commercio*", afirmava que as medições de Cruls significavam a perda de 100 léguas de território brasileiro para a Bolívia.

"***Tudo acabou!***"

> O amor de Cruls pelo Brasil era tão grande que, em sua viagem à Europa, permanecia no convés do navio a observar o céu todas as noites. Na noite em que contemplou o Cruzeiro do Sul desaparecer no horizonte oceânico, ao voltar para a cabine, disse para sua esposa: "*Tudo acabou!*". Era a premonição de que não mais voltaria ao Brasil. De fato, em 21.06.1908, às 22 horas, Luiz Cruls faleceu em sua residência na rua Petit Champs, 48, Paris, de onde veio embalsamado para ser sepultado no carneiro 1.135 do cemitério São João Batista, no dia 10.08.1908. O registro de óbito dá como "*causa mortis*" arteriosclerose complicada com hemorragia cerebral.
>
> Seu trabalho na Demarcação de Limites entre o Brasil e a Bolívia o havia deixado irremediavelmente doente, mas sua paixão pela nossa Pátria só foi superada pela que dedicou à sua esposa e aos seus filhos, como comprova a carinhosa correspondência trocada, durante as suas missões científicas, com sua esposa e filhos, cheia de afeto e poesia. (MOURÃO)

Vamos reproduzir os documentos históricos relativos a algumas dessas Comissões tendo em vista não só seu alto valor histórico, mas, sobretudo, para apresentar aos leitores a férrea determinação e o acendrado patriotismo de seus valorosos componentes.

# *Antônio Luís von Hoonholtz*

Tetrá de Teffé, nora do Barão de Teffé, casada com Álvaro de Teffé dedicou ao famoso parente uma rica obra intitulada "*Biografia do Almirante Antônio Luís von Hoonholtz*" editada pelo Centro de Documentação da Marinha em 1977. Reportamos dois de seus capítulos que abordam interessantes passagens de Teffé quando este era Chefe da Comissão de Limites Brasileiro-peruviana de 1874. O Barão de Teffé era conhecido na "*Terra Brasilis*" como "*Onóltz*", uma corruptela de Hoonholtz.

**Capítulo XVII**

**A Questão dos Limites Entre o Brasil e o Peru**

Terminada sua missão no Paraguai, após 4 anos de heroísmos e sacrifícios quase acima do possível, tendo estado exposto 22 vezes em linha de fogo, Onóltz parte de Humaitá rumo à Pátria, a 30.08.1868. Nunca mais aquele viandante das águas tornaria a ver os Rios onde tantas vezes estivera a um passo da morte e tantas vitórias lhe aureolaram a fronte.

Chegado à Corte, de retorno da segunda etapa da Campanha, igual em importância no desfecho do Passo do Tebicuari à primeira, reassume incontinenti seu lugar de Chefe da Comissão Hidrográfica no empenho de prosseguir os trabalhos de levantamento de toda a Costa do Império, objetivo intensamente visado por ele havia já 6 anos, desde sua prolongada permanência em Santa Catarina antes da guerra.

Seria, no entanto, em outro plano de combatividade – embora hidrográfico e astronômico – que iria continuar a servir seu País.

Plano, aliás, tão altamente dignificador pelas abnegações que iria dele exigir, como a do próprio conflito armado no Sul do continente. Este seria bem ao Norte do Brasil, na longínqua Amazônia, para a demarcação dos limites entre o Brasil e o Peru. Uma Comissão Científica se dá ideia de que para solucioná-la as únicas armas a empunhar serão a pena, o lápis, sextantes, telescópios, cronômetros, balizas etc., torna-se penosíssima quando – ao penetrar em regiões incultas, sertões indevassados e habitados por selvagens ferozes e de clima inóspito – se vê em luta contra todos os elementos sem meios de defesa adequados, principalmente contra as doenças tropicais.

Antes, porém, de estar assente a nova e ingente Comissão, deu-se um episódio digno de nota: certa manhã achava-se Onóltz à cabeceira de sua jovem esposa [Didila] então adoentada, quando foi avisado que seu amigo Dr. André Rebouças o esperava no vestíbulo para uma comunicação urgente. Com o ar estabanado que lhe era peculiar [contava Teffé], Rebouças foi logo exclamando ao vê-lo:

> – O Conde d’Eu anuncia sua nomeação para General-em-Chefe do Exército em operações no Paraguai e o desejo que tem de levá-lo em seu Estado-Maior.

Pela primeira vez Onóltz fraqueja, na santa fraqueza do amor e da espera do 1° filho que em breve nasceria. Deve ter-se dado em seu espírito uma substituição de valores, ao contemplar com os olhos da alma uma paisagem interior tão bela que lhe entibiou ([140]) a vontade.

---

[140] Entibiou: debilitou.

Como se fosse uma decisão libertadora, respondeu meio amuado:

– Oh! Rebouças, pois não sabes, como o Conde também, que deixei minha mulher 34 dias depois de casado e parti pela 2ª vez para o Teatro da Guerra? Agora que acabo de chegar, hei de entrouxar de novo minhas roupas, partir pela 3ª vez, servir fora de meu elemento e representar o papel de oficial de cavalaria? Se fosse para novamente entrar em combate, partiria incontinenti. Mas esta é apenas uma honraria e uma distinção...

Um tanto desapontado, Rebouças não o contradisse:

– É pena – concluiu – grande pena. A Comissão seria muito promocional. Mas... estou com o tílburi ([141]) à porta. Volto já ao Palácio Isabel e transmitirei ao Príncipe as tuas razões. Certamente, ele não pensou senão em ter a seu lado um oficial da tua envergadura...

Quando no dia seguinte, Onóltz foi agradecer ao Conde a subida honra do convite, este lhe cortou a palavra:

– É a mim que compete pedir desculpas. Compreendo sua situação; mas, como desejo ao meu lado um Oficial de Marinha capaz de assessorar-me no que for concernente à Esquadra, peço-lhe que me indique quem pode substituí-lo.

Depois de um instante de reflexão, Onóltz respondeu:

– Se V. A. levar o Salgado não se arrependerá.

---

[141]Tílburi: carro de duas rodas e dois assentos (tilbureiro e passageiro), sem boleia, com capota, e tracionado por um só animal. Criado pelo inglês Gregor Tilbury, em 1818, e trazido, em 1830, para o Rio de Janeiro.

Eis como no lugar que lhe fora reservado, figura o eminente Comandante João Mendes Salgado a cavalo junto do Príncipe General-em-chefe em um quadro a óleo do fim da guerra do Paraguai. Aliás, mantendo sua promessa, Didila não dissera palavra, nem usou do ardil de lágrimas silenciosas. Deixou o marido em completa liberdade de escolha. A prioridade dada ao amor fez Onóltz ganhar uma partida, que no fundo foi uma perda. [Muito mais tarde, quando Teffé se referia a esse quadro, no qual não figura, repontava em sua voz certo laivo de arrependimento]. Por que terá ele agido assim na hora exata da recompensa a tantas lutas? É que em toda existência humana atua repentinamente o impessoal, ou antes o mais forte do que o pessoal, o cósmico, que obedece exclusivamente ao impulso momentâneo: o como? e o porquê? serão sempre um impenetrável arcano.

Preparava-se Onóltz com empenho para levar a efeito por fim em larga escala os trabalhos hidrográficos da costa brasileira, quando foi inesperadamente nomeado pelo Ministro de Negócios Estrangeiros de então, que era ao mesmo tempo Presidente do Conselho – o Visconde de São Vicente – para Chefe da Comissão de Limites entre o Brasil e o Peru.

Tolhia-lhe um pouco a liberdade de ação o fato de que outro Oficial da Armada tivesse iniciado essa mesma incumbência. Daí certa relutância às instâncias de São Vicente e aos contínuos chamados ao Palácio de São Cristóvão. Não queria dar corpo àquela hesitação mais semelhante a uma premonição de que iria pisar num campo minado. Mas às suas justas ponderações que a Comissão era antes da competência de um engenheiro do que de um Oficial da Armada, respondeu-lhe o Imperador, numa das audiências:

– Lá, nesse sertão, preciso de um homem de guerra que não se deixe massacrar pelos bárbaros selvagens, e preciso, ao mesmo tempo, de um hidrógrafo para levantar as Cartas dos Rios e de um astrônomo que saiba determinar as coordenadas dos Marcos. A Comissão é sua.

Platão não admite o ego como centro de uma esfera de atividades transcendentes. Já para Kant, esta concepção é uma necessidade interior. Por cético que se seja há, geralmente, na vida, um ponto onde a análise emudece e a fé começa. O destino de Onóltz estava traçado. Não era uma autodeterminação; era uma predestinação. Em seu horizonte projetara-se a Amazônia. Assim, depois dos riscos de uma prolongada guerra, inerentes ao seu "*métier*", apontava-lhe o Monarca uma entrada bandeirantista em impenetradas regiões amazônicas de há um século passado! Aliás, com uma frase-luz, Cassiano Ricardo dogmatizou:

– Quando entra no mato a primeira Bandeira, termina a História de Portugal e começa a do Brasil.

O fragor do bandeirantismo reboa através dos séculos XVI, XVII e XVIII, durante os quais os homens de coragem vivem em função da busca de terras interioranas e das minas de ouro, prata, brilhantes e esmeraldas que – diziam as lendas – elas contêm. Fanatizados pelo mito, lá se iam os bravos mata a dentro, não sem antes fazerem suas invocações:

– Peço ao Anjo Gabriel e ao Santo de meu nome e ao Anjo de minha guarda que me queiram acompanhar.

Assim, fundindo mitos e crenças no mesmo fascínio, partiam devorados pela fome do ouro para, muitas

vezes, morrerem de fome. Mas os que resistiam aos perigos, seguiam em frente sua trilha construtiva, desbastando florestas virgens e criando à sua passagem Aldeias e Vilas que seriam as placentas comunicadoras entre aquele presente e as grandes cidades do futuro.

À mensagem de Portugal: "*Tropa de gente de São Paulo, que vos achais às margens do Tocantins, eu, o Príncipe, [D. Sebastião], vos envio muito saudar*", respondem desafiantes e orgulhosos: "*Iremos a pé de São Paulo ao Peru; e isto não é uma fábula*". Realmente, a marcha prosseguiu incontida até as regiões andinas, barragem intransponível que os obriga a estacar. Mas, o bandeirantismo – perspectiva em profundidade na audaciosa paisagem brasileira –, com seu conteúdo dinâmico para o sentido histórico, já que a distância no Tempo é uma forma de energia, por mostrar-nos de quanto foi capaz o homem em suas realizações, o que impulsiona as novas gerações, o bandeirantismo não morre ali ao sopé dos Andes, durante a centúria de XVIII. Apenas muda de estilo.

No século seguinte, o de Onóltz, no país em plena evolução sóciogeográfica, chega a vez de os cientistas serem os bandeirantes das demarcações dos limites ao Norte do Império numa luta com o meio ambiente, tão encarniçada quanto a dos desbravadores primitivos. Foi com o Peru que o Brasil teve as maiores dificuldades em demarcar seus limites divisórios, máxime ([142]) em face da histórica questão do domínio lusitano e espanhol no Novo Mundo. Muitas preocupações, atritos diplomáticos e perdas de vidas preciosas já haviam causado a ambos os países os delineamentos das fronteiras sem que nenhum trecho ficasse solidamente demarcado.

[142] Máxime: especialmente.

Isso porque, até quase quatro séculos após a descoberta do Brasil, nenhum homem civilizado ousara penetrar na região superior do misterioso Rio Javari na Amazônia, o verdadeiro Rio limítrofe com o Peru. Em 1866, querendo os dois países pôr termo à secular questão, decidiram enviar uma Comissão Mista, chefiada por cientistas de grande valor: Soares Pinto pelo Brasil, D. Manuel Rouaud y Paz Soldán pelo Peru, que deveriam explorar o Rio Javari, por cujo álveo corria a fronteira, até sua principal nascente. Malgrado ([143]) cuidadosamente organizada essa Expedição, não puderam, entretanto, os mal-aventurados demarcadores subir o Rio em canoas por mais de oito dias. Subitamente atacados por ambas as margens pelos índios bravios, Mangeronas e Cataquinos, que dominavam toda essa imensa região, a devastação foi tremenda.

Da encarniçada luta, somente um terço dos expedicionários logrou fugir, salvando-se o chefe peruano Paz Soldán, gravemente ferido por 5 flechadas ([144]), enquanto caíam massacrados o Chefe brasileiro e toda sua escolta, bem como as tripulações indígenas mansas que os seguiam nas canoas, das quais os silvícolas se apoderaram e levaram tudo que continham: armas, roupas, instrumentos científicos e todos os víveres. Por não estarem ervadas as flechas que feriram Paz Soldán, este pode salvar-se amputando uma perna em condições dramáticas. Algum tempo depois desta Expedição, partiu para o Norte José da Costa Azevedo que – diz Lery Santos:

> durante cerca de cinco anos exerceu o cargo de demarcador do qual fora exonerado sem nunca ter conseguido estabelecer definitivamente uma só das linhas da fronteira.

---

[143] Malgrado: a despeito de.

[144] 5 flechadas: 4 ou 5?

Costa Azevedo alcançou apenas o Rio Japurá e lá – segundo seus cálculos – fincou um marco divisório. Como, entretanto, o Peru não se tinha feito representar, não o considerou válido. Daí ter o Imperador insistido em formar outra Comissão chefiada por Onóltz, já então uma sumidade em Hidrografia e Astronomia.

Pelas vias diplomáticas, encarregou-se o Governo do Peru de formar ao mesmo tempo a sua Comissão, que seria chefiada ainda desta vez por quem já estivera na Amazônia: o renomado astrônomo D. Manuel Rouaud y Paz Soldán que, com seus assistentes, viria ter ao Rio para da Corte partirem juntas ambas as Comissões.

Costa Azevedo, muito envolvido em questões políticas no Partido Liberal, desde que se elegera Deputado quando de sua permanência na Amazônia, mesmo estando no Rio não procurou Onóltz. Por seu lado, este não considerou de bom tom visitá-lo, visto ser notório que o Governo perdera nele a confiança desde que escolhera substituto para a mesma finalidade.

Deu-se assim o caso estranhável de partir um Oficial para prosseguir trabalhos encetados por um camarada que nem de vista conhecia, e do qual nenhum apontamento recebera.

Munido apenas do Mapa Geográfico da região do Solimões, que compreendia a Linha Geodésica da fronteira Setentrional entre Tabatinga e Apaporis, traçado em grande escala por Costa Azevedo, sem a presença dos demarcadores peruanos, e na qual se

lia, em letras garrafais, de um lado: Império do Brasil, e do outro: República do Peru, persuadiu-se Onóltz de que nesse trecho nada mais teria o chefe peruano a fazer senão verificar a exatidão do marco extremo, plantado em frente à Boca do Apaporis.

Isto posto, restar-lhes-ia forçar a selvagem barreira humana que, desde a passagem de Orellana pela Boca do Javari, tapava esse Rio temível, de forma a que nenhum explorador ou flibusteiro conseguira navegar em canoa por mais de três dias sem ser massacrado. Confiante em seu dinamismo e na bravura dos imperiais marinheiros e da marinhagem ([145]) que o acompanhavam desde as batalhas do Paraguai, e se porfiavam em obter ordem de partida sob seu comando, não computou Onóltz em mais de um ano sua ausência.

A realidade foi outra: os trabalhos das Expedições Demarcadoras dividiram-se, pela fatalidade, em duas etapas, o que de muito prolongou a estada de Onóltz nas brenhas amazônicas.

Foi um contratempo dramático: houve uma primeira etapa 1871-1872 em que a Comissão peruana foi presidida por Paz Soldán, enviado por seu Governo, não apenas por ser uma sumidade em astronomia, como, e principalmente, por já ter estado na Amazônia, em 1866, com a missão Soares Pinto, a qual se malogrou em tão trágico desfecho.

E quase três anos depois, em 1874, teve início a segunda etapa, ainda mais penosa e arriscada que a primeira, assumindo a Chefia da Comissão peruana o Capitão-de-Fragata D. Guilherme Black.

[145] Marinhagem: tripulação do navio.

Em 1871, partiram juntas da Corte as Comissões Brasil-peruvianas, no rudimentar e moroso navio Marcílio Dias na rota do longínquo Pará, já que a Flotilha do Amazonas passara a ficar sob o comando de Onóltz. Esperava-o em Belém uma grande surpresa: Juca, o tão querido Juca [o antigo líder da família], que fixara residência em Manaus, lá constituíra seu lar e se fizera eleger Deputado Provincial, foi o primeiro a receber os viajantes. Ora, tendo sido Carlos nomeado agrimensor da Comissão, iam ver-se os três irmãos reunidos depois de cerca de quinze anos de separação. O encontro foi de grande emoção e juntos escreveram uma carta cheia de amor a D. Joana Cristina [matriarca]. Mesmo sob a égide de um Deputado experiente, as dificuldades para os aprestos indispensáveis ao desempenho da missão de tanto vulto, e as delongas inexplicáveis de Paz Soldán, excessivamente minucioso, sempre à procura de maior segurança, obrigaram-nos a ficar aí muito mais tempo do que supuseram. A concentração das duas Expedições fora convencionada por motivos técnicos fluviais, para dar-se na desprovida Cidade de Teffé, às margens do Rio do mesmo nome. Necessário é ter-se diante dos olhos o mapa brasileiro para conseguir-se a visão panorâmica das distâncias formidáveis percorridas pelas Comissões até o ponto do ancoradouro. Esses percursos eram, no entanto, apenas a primeira página da saga empolgante que eles iam viver.

Embora na azáfama dos preparativos para a partida, Paz Soldán insistia amistosamente, através de cartas, em que adotassem a Linha do Madeira ao Javari, mesmo deslocada para 09°30’ de Latitude Sul. Onóltz, que nunca soube maneirar, e era mesmo o antípoda do maneirista, delicada mas energicamente, repeliu a proposta, a ponto que Paz Soldán não voltou mais ao assunto.

A 12 de janeiro de 1872, escrevia Paz Soldán:

– He recibido el oficio de 28 diciembre en el cual tiene U. aprobar en pocas palabras las justas razones que tiene el Gobierno Imperial para ordenarle en el capítulo 5° de instrucciones de colocar el marco de Limites en el Río Javary...

A 17 de abril, voltava à carga:

– [...] le ordena el Gobierno colocarlo en la semidistancia del Madeira en los 07°40’ o sea 02°40” más al Norte suponiendo que el Río llegue a una Latitud más Austral, pues solo bajo este hipótesis puede haber discusión, porque del contrario la naturaleza cortaba toda disputa.

Esta divergencia tiene que aumentar cuando haga [*palabra ilegible*] solamente del Madeira porque necesita la salida natural de los Departamentos Orientales bañados por los afluentes del Madre de Dios. Junto con este oficio tengo el honor de remitir a U. un mapa formado especialmente para estudiar esta cuestión y la memoria científica que manifieste como ha sido formado dicho mapa especificando las autoridades en que me fundo.

En cuanto a mi puede U. estar seguro que no pondré embargo para llevar a buen término la demarcación, pues era ello están internados nuestros países y nuestro propio deber. No será este pues un obstáculo para surcar el Javary y para presentar medios conciliatorios dejando en último caso que nuestros Gobiernos resuelvan dificultades para cuya no estuviéramos otorgados. Reitero a U. la seguridad de mi más alta consideración y aprecio.

Ass. Manuel Rouaud y Paz Soldán.

Desses debates, publicados no “*Jornal do Commercio*” da época, escreveu Euclides da Cunha, em 1907, ao Barão de Teffé:

> Acompanhei todo o debate entre V. Exª e o Sr. Manuel Rouaud Y Paz Soldán. A minha veneração por V. Exª baseia-se, portanto, em elementos positivos e eloquentíssimos. O meu juízo no tocante à nobilíssima atitude do Comissário brasileiro 1871-1874 tem este valor: é a primeira voz da justiça incorruptível.

Afinal, após terem vencido dificuldades de toda ordem, cada Comissão em seus pequenos navios, rumaram ambas para a primeira meta: o Japurá. A Comissão Brasileira já ia desfalcada do imediato, com quem o trato não era ameno, e quanto aos trabalhos astronômicos de que estava incumbido deixaram muito a desejar.

Na Foz do afluente Apaporis, instalaram os observatórios [Onóltz na margem esquerda; Paz Soldán, na direita], ficando entendido que a média das observações referidas ao meio do Rio, indicaria o ponto Extremo Setentrional da fronteira comum.

Ora, como essas coordenadas já haviam sido calculadas pelo seu antecessor Costa Azevedo, o Marco do Rio Japurá tinha de ser procurado entre o mato que cobria a margem direita do Rio, para ser validado pela parte contrária.

A verificação era necessária, para que Paz Soldán apusesse sua assinatura na Ata lavrada antes pela Comissão exclusivamente brasileira. Esta circunstância fazia rir o Chefe peruano, que dizia, irônico, ao instalar seus instrumentos:

– Ahora, colega, prepárese usted a cambiar el marco algunas millas más abajo. El Señor Azevedo que lo plantó sin la fiscalización de nosotros, ciertamente robo al Perú una banda de territorio, que tendré el gusto de reivindicar.

Iniciadas as observações, e antes de decorridas 24 horas, calculadas as alturas do Sol à tarde e das estrelas durante a noite, achou Onóltz na manhã seguinte tal diferença na carta litografada pelo Governo Imperial, que se absteve de tocar no assunto, para não mostrar-se precipitado. Nos dias seguintes – pelo Sol, Lua, e estrelas – resultados idênticos: grande diferença com as coordenadas fixadas por Costa Azevedo. Coisa inesperada, porém: a posição de seu marco prejudicava o Brasil e não o Peru! Nessa noite, executados e revistos seus cálculos, foi no escaler "*Parazinho*" visitar o colega a bordo do peruano "*Napo*". Paz Soldán começou monotonamente a falar sobre a próxima exploração dos Rios Içá e Putumaio; sobre as tribos dos Curetus, cujo tuchaua lhes fora oferecer bananas e carás; sobre o calor tórrido, os mosquitos que os devoravam e os impediam de dormir... Qual! O peruano fugia de referir-se às observações astronômicas. Finda a visita, ao despedir-se dele e em presença de seus ajudantes, disse Onóltz a rir-se, parodiando-lhe a frase:

– ¿Entonces colega, está usted preparado para acompañar el marco algunas millas por el Japurá arriba hasta su posición exacta?

Paz Soldán respondeu que ainda não executara os cálculos e que só depois de mais 8 dias de observações minuciosas, pedir-lhe-ia uma conferência para a confrontação dos trabalhos. Findo o prazo, as divergências entre as médias dos dois Chefes eram insignificantes.

Paz Soldán, porém, exigiu mais outros 8 dias. E eram longos dias de Sol torturante, de mosquitos venenosos, doenças e lutas contra os agravos da Natureza primitiva. Durante essa semana, Onóltz corrigiu o levantamento hidrográfico de outra grande extensão do Rio Japurá, feito por Costa Azevedo.

Reunida novamente a conferência das duas Comissões, teve Paz Soldán que submeter-se à lógica dos algarismos e concordar, declarando em tom formal:

> – Señor Comisario, si yo hubiera previsto en mi país lo que está sucediendo en este momento, le aseguro que Usted no me tendría aquí a su lado. Jamás he creído en un tal error por parte del Sr. Azevedo.

Com toda a solenidade foi destruído o marco existente e plantado o novo em seu verdadeiro lugar, reivindicando Onóltz para o Brasil uma área fertilíssima de centenas e centenas de km² [405.000 km², no dizer de Carlos da Silveira Carneiro]. Lavraram de tudo o competente Auto em português e espanhol, assinado por ambas as Comissões, mas sem aparência de festa, pois os brasileiros não desejavam melindrar seus colegas peruanos, com quem haviam estreitado laços de amizade e camaradagem.

É claro – disse Teffé mais tarde em carta – que tendo sido sempre a Astronomia e a Hidrografia as minhas especializações, eu não poderia ficar de braços cruzados na Boca do Apaporis enquanto o Delegado do Peru procedesse à verificação das coordenadas do marco plantado tempos antes por Costa Azevedo. Lancei, pois, mão dos meus instrumentos, e pasmado fiquei ao encontrar o erro, e tão considerável, contra o Brasil. Como agir?

Calar-me, tornando-me conivente no crime de lesa-Pátria, somente para não melindrar um imperito demarcador? Impossível! Seria trair a confiança em meu saber depositado pelo próprio Imperador. Fiz o que me cumpria fazer. Dediquei-me de corpo e alma à minha Comissão e ao finalizá-la pude dizer de cabeça erguida: o Comissário cumpriu seu dever.

Após 18 dias de permanência só nesse ponto, decidiram descer o Japurá. Foram, porém, obrigados a fundear logo ao escurecer para evitarem encalhe ou choque nas madeiras flutuantes que coalhavam o Rio. À noite – consigna Onóltz – refrescara e da mata virgem vinham umas lufadas de vento que espalhavam no ar, impregnando a embarcação, um cheiro delicioso de fava de cumaru misturado a vagens de baunilha. Assim acalentados os homens da equipagem, em breve, ferraram no sono.

Pela madrugada, uma triste surpresa os aguardava. Quase toda a tripulação estava impossibilitada de saltar das macas! Prostrados e ardendo em febre, os homens gemiam, e mesmo gritavam, de dores nos artelhos, aumentadas quando se esforçavam para pôr-se em pé. Indene ([146]), Onóltz foi acordar o Médico Dr. Carneiro da Rocha, que a todos Ministrou café quente com quinino em pó. A horrível beberagem não aliviou os atacados, nem obstou que outros fossem caindo com o mesmo mal. Por volta do meio-dia, aproximou-se o escaler do Napo, trazendo o Secretário Froilan Morales aflito a pedir o Médico para atender ao chefe Paz Soldán, que sofria de dores atrozes em sua única perna. A maior parte da guarnição peruana achava-se também atacada. Uma semana durou a dramática crise.

[146] Indene: ileso.

Das 52 pessoas que formavam a guarnição do "*Parazinho*", só 3 praças se conservaram imunes: o Prático [caboclo de Manaus], um curumin, seu filho e o cozinheiro negro da Flotilha do Amazonas. Foi o que valeu a ambas as expedições, pois a todos atendiam. Enfraquecidos e minados pela estranha febre, partiram, por fim, desse Rio pestífero em direção a Teffé, onde fundearam dois dias depois. O Napo trazia ainda muita gente em estado grave, inclusive o Chefe Paz Soldán. Até então ainda não tinha havido perdas de vidas. O primeiro cuidado de Onóltz foi conseguir um grande armazém para sua guarnição, enquanto se procedia a desinfecção do navio.

A Comissão Peruana estava melhor acomodada, porque Paz Soldán, antes da subida ao Japurá, alugara a casa de uma família abastada, em vilegiatura ([147]) no Pará. Ao tomar posse da chave, o Chefe peruano notara que a alcova da sala de visita, onde pretendia dormir, achava-se solidamente trancada. Interpelado, declarou o Procurador do proprietário que nessa peça depositara o dono um objeto sagrado, que não devia ser profanado por olhares curiosos. Paz Soldán não insistiu; no entanto, como no trato era jovial, dizia sempre:

– Tengo ganas de hacer en estillas esa puerta, para mirar tal objeto tan sagrado... ([148])

Mas, dormia tranquilo no quarto ao lado. Quando regressou doente, teve de desembarcar carregado em maca de bordo. Ao deitarem-no em sua cama, exclamou consolado:

– ¡Como me siento bien ahora en esta casa y en mi lecho!

---

[147] Vilegiatura: temporada.

[148] Tenho vontade de partir em lascas essa porta, para ver um objeto tão sagrado...

Pelo fato de não haver Médico em Teffé, o Dr. Carneiro da Rocha empenhava-se em salvar o doente, e o enfermeiro Paixão, igualmente brasileiro, em prodigalizar-lhe os maiores cuidados, bem como as famílias da localidade esmeravam-se em proporcionar-lhe uma dieta compatível com seu estado melindroso. A febre, no entanto, tomara mau-caráter; e no 3° dia começara o enfermo a delirar, perdendo gradativamente as forças. Subitamente, murmurou uma canção de ninar e tamborilou de mansinho com os dedos na porta da alcova fechada.

Foi sua última demarcação de limites. Tocara a linha mortal da existência humana, que os muçulmanos chamam de "*agel*" ([149]). Pela madrugada expirou. Imediatamente, Onóltz declarou ao Secretário Froilan Morales que tomava a si todas as responsabilidades do enterro do insigne peruano. Prevendo grandes dificuldades, dada a penúria do lugar, chamou o Procurador do proprietário da casa alugada por Paz Soldán, para pedir-lhe que se incumbisse de encomendar um caixão de primeira classe, condigno com o grande cientista extinto.

> – Que caso singular! respondeu-lhe o Procurador. Encostado naquela porta fechada, do outro lado, está guardado um rico caixão de defunto, que a esposa do seringalista Pacheco mandou vir de Belém, quando o marido voltou muito mal do Juruá. Mas a família mudou-se para o Pará. Posso, portanto, ceder o caixão em veludo negro recoberto de galões dourados, para que o chefe peruano seja nele enterrado.

Assim, o astrônomo peruano foi sepultado por Onóltz no cemitério de Teffé, com todas as honras que lhe eram devidas. Se dei especial enfoque a essa agonia e a esse morto é que, ao ler o relato, senti quanto é

[149] Agel: limite fatal na vida do homem, que não se pode traçar, nem adiantar.

mesquinho o conteúdo da vida humana a oscilar entre o ímpeto de sobrevivência e a inexorabilidade da morte. Naquele instante, todo o anelo de domar a Natureza e toda a força de resistência do vencedor de tantas lutas, rolaram pelas nuvens e entraram no horizonte inflexível e eterno. Admiro a fibra desse homem que, já mutilado, volta às paragens inóspitas e agressivas, para servir sua Pátria. Mas que sobreleva ao seu patriotismo o absoluto senso de imparcialidade, revelado nas espinhosas questões do Japurá e do Madeira. Honra ao bravo peruano! A morte do íntegro Paz Soldán foi um impacto para ambas as Comissões.

Além do sentimento pesaroso por tão grande perda, pairou no ar a ideia da suspensão dos trabalhos de demarcação. Por quanto tempo? O Secretário Froilan Morales e o Ajudante Rincon não titubearam: partiram para Iquitos. Ficou, assim, terminada tragicamente a primeira etapa da Missão: Hoonholtz-Soldán.

Não havendo ainda telégrafo no Brasil [só inaugurado em 1874], apressou-se Onóltz em remeter pelo correio marítimo um ofício minucioso ao Ministério do Exterior narrando a desastrosa ocorrência e a suspensão dos trabalhos. Pedia, portanto, permissão para recolher-se à Corte, enquanto esperava a formação da nova Comissão Peruana.

Aproveitou para comunicar o excelente resultado de seus cálculos e observações e consequente reivindicação para o Brasil da imensa área que na Carta Costa Azevedo era atribuída ao Peru.

Terminou o ofício com a remessa ao Governo de todos os seus trabalhos científicos e solicitando que, apesar de já aceitos pela parte contrária, como se verificava nas Atas das conferências de ambos e no

Ato solene do assentamento do marco definitivo, os submetesse à Comissão de lentes de astronomia e cálculo presidida pelo Diretor do Observatório do Castelo, para dar parecer.

Recebido, enfim, no Rio o ofício de Onóltz, foi chamado para determinar sobre seus cálculos e estudos, o respeitável e eminente matemático Dr. Vila Nova Machado.

Este mestre, por forma tão lisonjeira se expressou, após minucioso estudo da matéria, que o Gabinete Rio Branco fez ver à Sua Majestade a vantagem da continuidade de Onóltz na Amazônia, à testa da Comissão de Limites. Como seria, porém, justo um incentivo à tão árdua permanência no Norte, mandou o Governo oferecer-lhe a Presidência da Província do Grão-Pará, sem prejuízo de seus vencimentos, enquanto durasse a espera da nova Comissão Peruana. Essa proposta, chegada 4 meses depois, deixou Onóltz perplexo. Pesou prós e contras, mediu a problemática em que se engolfava a Província, para cuja solução demandava longo prazo; e seu cérebro hiperdimensionado tomou logo a resolução adequada:

> – Sou um militar; não, um político. Prefiro esperar a nova Comissão na Corte junto de minha família. [A jovem e querida esposa Didila e os filhos que deixara, um com dois anos e o outro com dois meses de nascido].

Outros longos meses de espera decorreram. Chegou então o Decreto que lhe concedia o título de Barão de Teffé, assinado pelo Imperador, referendado por João Alfredo, Ministro do Império do Gabinete do Visconde do Rio Branco, e remetido juntamente com uma carta do Marquês de São Vicente, datada de 11.06.1873 [data da Batalha do Riachuelo], carta da qual extraí os seguintes trechos:

> Nunca se conferiu o título de Barão a um Capitão-de-Fragata; e Sua Majestade espera que o brioso herói de Riachuelo não deixe de completar sua obra tão bem começada. Espere, pois aí com paciência, meu amigo, não arrede pé; é mais um sacrifício que faz, mas a Pátria lhe agradecerá, como este seu velho amigo e apreciador – Marquês de São Vicente.

Tinha Onóltz então 36 anos de idade. Muitas vezes indaguei de mim mesma por que o título se referia a Teffé, se a meta precípua era o Javari? Preocupação? Receio de cantar vitória antes do tempo? Mesmo que o feito do Japurá fosse muitíssimo suficiente para o prêmio, seria mais natural o nome desse Rio. Pesquisei o caso. Lancei mão, entre outros livros, da enciclopédia sobre os Municípios brasileiros do Mestre Jurandir Pires Ferreira.

O Município de Teffé que, antes de desmembrado, teve mais de 500.000 km² de extensão territorial, deita raízes muito profundas em nossa História.

No século XVII, o jesuíta Samuel Fritz, na defesa de territórios que a Espanha considerava seus, fundou às margens do Solimões, várias aldeias, entre as quais a principal chamou-se Teffé, que é corruptela de Tapibás. Aliás, todas as tribos dos arredores pertenciam à família linguística dos Aruaques. Na 1° década do século XVIII reivindicaram os portugueses para si as aldeias e mudaram o nome de Teffé para Ega. Por várias vezes espanhóis e lusitanos disputaram essas terras até que estes venceram definitivamente.

Em 1855, voltou a denominação de Teffé, que passou a ser conhecida como a Cidade dos demarcadores pois, além de teatro de tantas rivalidades de donos, lá havia passado 9 anos D. Francisco Requeña, na incumbência de situar as terras nos domínios espanhóis.

Em vão. Afinal a região acabara por não ser mais nem de um nem de outro lado dos contendores. Era e é bem brasileira, louvado Deus. Refleti melhor: "*Cidade dos Demarcadores*". Dei razão ao Imperador, que escolhera pessoalmente o nome. Na verdade, é o título no Brasil que mais estreitamente vincula o feito ao agraciado. E Onóltz, agora Teffé, permaneceu no Norte do Império, enquanto não mais meses, mas anos se sucederam. Especializado em Astronomia e Hidrografia, continua seu esquema: cálculos e observações.

Percorre o Rio Amazonas até além do Pongo de Manseriche no Peru; o Hualaga até os contrafortes da Cordilheira dos Andes; o Rio Negro e o Japurá até as cataratas. Ainda o Apaporis, o Madeira, o Purus, o Jutaí, o Içá e parte do Juruá. Repito: só com os olhos em um mapa, pode-se avaliar a imensidão de tal roteiro. Seus trabalhos de demarcação das fronteiras com o Peru, propriamente ditos se estenderam desde o marco do Japurá [na confluência do Apaporis] à nascente principal do Jaquirana, linha sinuosa passando através de selvas virgens até o Putumaio; daí a Tabatinga; volta a Teffé; e então numa abertura de 2.000 km até a nascente do Javari, que teria início assim que estivesse formada a nova Comissão Peruana.

Entre uma exploração e outra, havia sempre um interregno de repouso, aproveitado por Onóltz e Carlos para passá-lo com o Juca Manaus. Foi num desses intervalos de amizade e ternura que o Juca leu o manuscrito do romance "*A Corveta Diana*" de autoria do caçula, escrito 10 anos antes em Desterro. Ficou entusiasmado. Considerou a obra de real valor e resolveu fazer uma surpresa ao autor mandando os originais para a tipografia.

E exultou com o sucesso imediato que obteve a publicação, pois vários jornais ocuparam-se do livro pondo-o em destaque. O Diário de Pernambuco disse textualmente:

> Encetamos hoje a publicação do romance marítimo – "*A Corveta Diana*" – original brasileiro do distinto Capitão-de-Fragata Antônio Luiz Von Hoonholtz e ultimamente impresso na Província do Amazonas, onde ele se acha na importante Comissão de fixar os Limites entre o Brasil e o Peru. Esse trabalho literário é a reminiscência de um passado que, se ainda não vai longe, nem por isso deixa de merecer para os amigos as honras de uma memória. Recomendamos a leitura desse romance aos nossos leitores, que ficarão de certo satisfeitos não só pela elegante forma que o Autor lhe deu e pelos conhecimentos que mostrou desse ramo de literatura.

"*O Diário*" da Bahia, o "*Pedro II*" do Ceará, o "*Despertador*" de Santa Catarina, [em Desterro o livro foi teatralizado] e outros jornais emitiram juízo sempre lisonjeiro ao autor, mas dentre eles transcreverei apenas parte das notícias dadas pelo "*Jornal do Commercio*" do Amazonas e a "*Reforma da Corte*". Diz o primeiro:

> Uma das feições características da sociedade atual é a indiferença pela literatura; sentimos por isso verdadeiro prazer sempre que o aparecimento de um livro vem despertar-nos e mostrar que, à vertigem do progresso puramente material, escaparam alguns moços que às letras pátrias pagam o devido tributo. E essa agradável impressão produziu em nós a leitura de "*A Corveta Diana*", romance marítimo da autoria do Capitão-de-Fragata Antônio L. von Hoonholtz.
>
> A ansiedade com que se devoram as folhas desse livro até o desfecho imprevisto, prova o interesse que sua leitura inspira; a originalidade e o gosto com que as cenas são descritas, a naturalidade com que elas se sucedem, deleitam e levam a reler-se o livro.

> Não nos propomos a fazer juízo crítico; o Sr. Hoonholtz tem conceito firmado, e se já era distinto por tantos trabalhos sobre as ciências exatas e suas aplicações, manifesta mais uma face do seu talento. Nosso fim é recomendar aos nossos leitores o romance, que não foi editado para ser vendido; eles que consigam obtê-lo de algum amigo do autor e aplaudirão o bom gosto, e como foi ele apurado na construção e ornamento da sua "*Corveta Diana*".

Também se manifesta a "*Reforma da Corte*" de 07.06.1873:

> "*A Corveta Diana*" é o título de um lindo romance, devido à pena do Sr. Capitão-de-Fragata Antônio Luiz von Hoonholtz, distinto oficial da nossa Armada. É um romance marítimo e o autor faz-nos apreciar lindos e variados quadros da natureza brasileira.

E termina, depois de minuciosas apreciações:

> Os episódios são narrados com verdade e os caracteres dos personagens bem delineados. O livro é escrito com elegância e amenidade.

Na realidade, Teffé sempre surpreende com a totalidade de dons que possuía. Seu cérebro pertence a um crisol de categorias conceptivas, na desenvoltura que, em quaisquer circunstâncias, aciona seu pensamento. E esse ecletismo foi o que sempre fez o privilégio de sua singular personalidade.

Assim, "*A Corveta Diana*" representou um "*intermezzo*" de prazer intelectual vivido pelos três irmãos que, sem o imaginar se reuniam os três juntos, pela vez derradeira.

Chegou por fim a hora da segunda etapa, que seria ainda mais cruciante do que a primeira. A nova

Comissão Peruana chegou a Teffé em fins de 1873, chefiada pelo Capitão-de-Fragata D. Guilherme Black. Comentavam que esse oficial vinha cheio de prevenções contra o Império; no entanto, também ele cedeu à evidência dos algarismos, e no Rio Içá concordou em mudar o marco 6 léguas para cima, contra o Peru, visto achar-se convencido de que erradamente fora ali colocado na demarcação provisória. Com a convivência tornou-se grande amigo de Teffé, comprovando mais tarde sua amizade.

Juntos subiram alguns dos Rios já mencionados, sempre numa troca de cálculos e observações, porém muito preocupados com o preparo para a excursão ao Javari. Afinal, terminadas as prontificações para a grande jornada – armas, víveres, medicamentos, roupas e instrumentos científicos – a 17.01.1874, peruanos e brasileiros, ao todo 82 pessoas, acomodaram-se, ou melhor: apinharam-se em 8 chalanas de fundo chato, com tolda corrida, guarnição de arame grosso e malhas finas, tática idealizada por Teffé, para preservá-los das flechadas.

Assim partiram além do Paralelo Sul. Desde o início defrontaram provações e privações. As chuvas eram torrenciais. A água penetrava nas chalanas e deteriorava os mantimentos. Derreteu-se o sal. A carne seca, base da alimentação, ficava cada dia mais aguada e insossa. Os biscoitos rançaram. Bananas e carás apodreciam, o café escasseava e o feijão ficou bichado.

Incansavelmente, mantendo-se acima de tão miseráveis condições de vida, Teffé consignava em seu mapa todas as observações astronômicas e meteorológicas: sondagens, velocidade de corrente, os redemoinhos mais perigosos, os bancos de areia, o aspecto das margens e os obstáculos encontrados na subida, isto é: as 176 árvores-pontes derrubadas

pelos selvagens, para obstarem a passagem das embarcações, e que eles tinham que cortar com trabalho hercúleo, debaixo de chuva e de repetidos ataques das tribos das margens cada dia mais enfurecidas por verem suas selvas, até então impenetráveis ao homem branco, irem, a pouco e pouco, sendo devassadas.

Cada madrugada o toque de reunir dos índios acordava os expedicionários: era o soar da trocana e da capopemba. A primeira repercute como um tambor monstruoso; e a segunda produz o som longínquo do canhão numa salva prolongada. Mas, na data de 17.03.1874 [dois meses depois da partida], o trombeteio começou antes da aurora.

Ouviam-se alternativamente os tambores num fragor ensurdecedor, a cada momento mais próximo, já que repercutem pelo som como meio de comunicação. A primeira maloca que capta o aviso, transmite-o para a vizinha, e assim por diante até chegar a paragens longínquas, com prodigiosa rapidez. Cada som, em código, representa determinada mensagem que os tamboreiros interpretam.

Os expedicionários entreveem ao longe a trocana suspensa por um cipó timbótitica, assentada sobre duas forquilhas e o fervilhar dos silvícolas ao redor do tambor. Teffé não recua. Por volta das 6 horas ordena a partida e designa a chalana Mário, para navegar à frente. Pouco adiante, a Mário dá sinal de selvagens à beira do Rio. Pela primeira vez, em magotes compactos, eles atravessam o Rio, de margem a margem, sobre troncos de árvores e com o maior alarido, para o ataque bifronte. Dispondo a equipagem em posições estratégicas, mas sem perder tempo nem calma, invulnerável ao que se passa ao redor de si, Teffé continua seus trabalhos científicos metro a metro do Rio.

As escaramuças duram até o dia 5 de abril [19 dias] quando uma batalha feroz é travada entre flechas e balas. Em meio à mais renhida peleja, subitamente os índios fogem, abandonando um morto. Era um homem alto e musculoso, mas de pernas finas. Não trazia no corpo nenhuma cicatriz, nem marcas de mordeduras de répteis ou dos malditos mosquitos, que tanto desesperavam os brancos, cujos rostos e mãos viviam inchados e disformes pelas picadas.

Para saber se o cadáver pertencia à tribo dos Mangeronas, que havia dizimado a Expedição de 1866, o corpo foi examinado pelos índios mansos Ticunas e Jávaros, que acompanhavam a Expedição como remadores e intérpretes. Nem pela pintura, nem pelas armas encontradas nos terrenos circundantes [15 flechas com pontas de osso e 4 com taquara], puderam fazer a identificação. Aquele trecho, portanto, era dominado por uma tribo completamente desconhecida. Bem sabiam os expedicionários que muitos outros combates semelhantes os aguardavam, como de fato aconteceu. A cada refrega, os fuzis dominaram as flechas; mas sempre com a perda de oficiais e muitos homens da equipagem.

Então, depois de mais de 3 meses de navegação lenta, penosa, eivada de perigos, pelo braço principal do Javari, eis que o tenebroso Rio começou paulatinamente a perder o ímpeto; a diminuir devagarzinho de volume, principalmente abaixo do confluente Paissandu. Latitudes e Longitudes eram anotadas. Dilui-se ainda mais o Rio após a bifurcação de outro afluente desconhecido nos mapas, o qual Teffé batizou Rio da Esperança, porque daí em diante, sendo muito menor o volume de água, era mais firme a esperança de atingirem, enfim, a nascente. A um dia de viagem desse afluente, surgiu outro à margem esquerda [peruana], ao qual Black deu o nome de Rio da La Fortuna.

Já as águas do tronco estão quase desaparecidas; assim, despido da pujança de seu volume de água, mostra-se o temível Rio numa miserável nudez, reduzido a um insignificante Igarapé – como os índios chamam os regatos navegáveis só para pirogas empurradas a braços, Igarapé que, malgrado as chuvas incessantes daquele mês, tinha 0,5 m de profundidade e 15 m de largura. Diminuiu ainda mais acima de outro inesperado afluente da margem brasileira; por suas águas negras, silenciosas, literalmente cobertas pelas árvores das duas margens, chamou-lhe Teffé – Rio Triste.

Durante a noite, os dois chefes fizeram observações para a Latitude. Carlos von Onóltz, irmão de Teffé que o acompanhou em todas as incursões, e agrimensor da Expedição, ficou encarregado de redigir e gravar a inscrição para o monumento da delimitação.

Teffé e Black puseram-se em marcha com seus ajudantes e uma escolta de 8 imperiais marinheiros à procura da verdadeira fonte. Levantaram o plano do Igarapé, indicando as direções magnéticas por meio de uma bússola portátil; com o micrômetro de Lugeol, mediram a distância de uma curva para outra. Ao cabo de 8 milhas de caminhada sobre o lodo, com curtos ziguezagues, o Igarapé perdeu-se num Igapó, terreno pantanoso a Leste e a Oeste.

A famosa nascente, a matriz do poderoso Javari ali estava em sua insignificância; um pequeno lodaçal escorregadio, cuja água fugia sob os pés dos expedicionários. Tantas lutas, fome, peste, sacrifícios de vidas, para atingirem aquele fio de água antediluviano da lenda dos Cataquinos! Nesse momento deve Teffé ter ficado com os sentidos bloqueados por uma meditação sem palavras, que é o estado máximo da concentração espiritual. O pensamento relampejou em seu cérebro. Apagou-se.

Eram 4 horas da tarde. Os exploradores apressaram o passo, para atingir as chalanas antes da noite. Traiçoeiramente, uma flecha zune no ar, raspa o ombro de um marinheiro e se fixa na manga de sua camisa. No mesmo momento, um grupo de índios, que se confundiam com as árvores, expedem uma saraivada de flechas. Em retorno, uma descarga de fuzis. Os selvagens fogem em disparada. Don Guilherme Black revelara-se digno sucessor de Paz Soldam: bravura e sabedoria aliados ao mais alto grau de senso de imparcialidade e justiça. De comum acordo, as Comissões deliberaram o seguinte:

1° O Peru nenhum direito possuía à margem direita do Madeira.

2° A República do Peru, no Tratado solene que celebrava com o Império do Brasil, estabelecia como limite entre ambos os Países todo o curso do Javari, considerando, portanto, nulo o Artigo 9° do Tratado de Santo Ildefonso, que fixava o Extremo Sul da fronteira do Javari ponto cortado pela Linha Leste-Oeste, tirada a meia distância do Madeira, que é o mesmo paralelo dos 07°04' dos comissários de 1781. Na Ata da fixação do marco definitivo, à margem direita do Javari [07°06'55" S] indicando a nascente do Rio, assinam por parte do Peru, todos os membros da Comissão: Capitão-de-Fragata Guilherme Black, 4 oficiais de Marinha e 1 do Exército. Por parte do Brasil só a assinou Teffé, por haverem morrido os outros membros graduados da Comissão.

Quando a Expedição [que iniciou com 82 elementos] regressou dessa exploração, perigosa mas fecunda, estava reduzida a 55 ([150]) figuras esquálidas, de barbas e cabelos crescidos e roupas esfarrapadas.

[150] 55: na verdade 27 sobreviventes e 55 mortos.

Com os que já tinham falecido em outros pontos do Amazonas, ao todo, Teffé perdera 50 homens da equipagem, além de 3 ajudantes, o Secretário Dr. Ribeiro da Silva e seu adorado irmão Carlos Guilherme von Hoonholtz, o primogênito da família [*55 no total*] que, após vencida a renhida luta ao regressar do Javari, dois dias apenas antes da chegada, lhe expirara nos braços, morto sem diagnóstico preciso, vitimado talvez pelo beribéri. Como sabemos, nascera Carlos no navio "*Eólo*" sobre as águas da Barra do Rio Grande, em 1826, quando seu pai, o Capitão Frederico Guilherme von Hoonholtz ia arriscar a vida em defesa do Brasil, e sua corajosa mãe o seguiu de abarracamento ([151]) em abarracamento, de campo militarizado em campo militarizado, durante a Guerra da Cisplatina.

Competira-lhe agora a vez de dar sua vida a serviço do Brasil. Voltava seu corpo às águas, as do Javari, que ficaram sendo sua sepultura. Ainda uma vez se afirmava o conceito de Chesterton ([152]): "*O imprevisto é a única lei da História*".

Após cerca de três intermináveis anos no Alto Amazonas, por entre perigos, pestes, imundícies, inimigos ferozes e mortes, Teffé reivindicara para o Brasil uma extensíssima região não só de terras férteis como de subsolo prenhe de riquezas. Traçara uma abertura pelo Rio Javari de 2.000 km de travessia ao forçar a barreira humana formada pelas mais indomáveis tribos selvagens, embrenhadas nas margens desse Rio.

---

[151] Abarracamento: acampamento.

[152] Gilbert Keith Chesterton: escritor, Poeta, narrador, ensaísta, jornalista, historiador, biógrafo, teólogo, filósofo, desenhista e conferencista mais conhecido como G. K. Chesterton, nasceu em Londres, no dia 29.05.1874, e faleceu em Beaconsfield, a 14.06.1936.

Seu feito é uma epopeia. Epopeia seguida com ansiedade pelo Império todo através dos seus diários publicados no "*Jornal do Commercio*", embora com o atraso normal em face da distância. No entanto, que amarguras lhe traria dentro em pouco esse nobre feito, do qual voltaria com a saúde abalada, mal podendo andar, mas de consciência tranquila por haver tão bem cumprido a grande missão da qual pessoalmente o revestira o Imperador! Pensando certamente nesse triste regresso a Manaus e na dolorosa surpresa que aí o aguardava, escreverá Teffé um dia muito mais tarde:

> – O que me atemoriza não é na vida ao ar livre [há certa originalidade na colocação das palavras], a fúria do Mar proceloso, o bramido das vagas, as águas de um Rio coalhado de sangue, nem o rugir das feras nas selvas. O que me atemoriza é a calmaria que antecede o bote dos invejosos: a calúnia.

## Capítulo XVIII

## O Triunfo Sobre a Calúnia

*O sofrimento é aquele grito de São Paulo: Acorda, ó tu que dormes, revelando ser a dor a essência da vida humana!*

Teffé, que em 14 anos de comando não submetera nenhum de seus subordinados a Conselhos de Guerra, nem prendera um só Oficial, nem consentira que seus imediatos ou oficiais castigassem a guarnição com chibata sem seu prévio julgamento, exortou veementemente em discurso dirigido ao Ministro da Marinha em 1870 – Conselheiro Duarte de Azevedo – na presença de todo o Ministério a bordo do Marcílio Dias, exortou a S. Exª que obtivesse uma medida legislativa abolindo o castigo corporal na Armada.

Anos mais tarde, em meio à exploração no Amazonas, antes do Javari, declarou em entrevista:

– Tenho meu sistema: considero até o mais inferior de meus marinheiros; faço-me respeitar com meu exemplo e só emprego os meios fortes nas faltas de extrema gravidade, para não desmoralizar a minha gente e tornar realmente eficaz o castigo. Eis como trato a tripulação, e com este método tenho conseguido educar minhas guarnições, de sorte que, nestes longos 16 anos de mando, não tive a lamentar uma só desgraça entre os elementos muitas vezes heterogêneos que as compõem. Nenhuma facada entre eles, nenhuma desobediência ou insubordinação; nenhum caso enfim que se pudesse reputar como crime; e mais que tudo nem sequer uma deserção, mesmo durante estes dois anos já de árdua permanência no Amazonas.

Pois justamente esse Comandante exemplar – por não poder ser taxado de inepto, desonesto, covarde ou déspota – ia ter sua honra vilipendiada pelas mais infamantes calúnias, baseadas em pena imposta a certo foguista de um de seus navios. Tudo à socapa ([153]), aproveitando-se os caluniadores da distância intransponível em que ele se achava, para lhe cravarem nas costas as punhaladas de uma inveja corrosiva.

Prostrado por grave enfermidade que o assaltou quando baixava do Javari, e pelo profundo golpe que lhe alanceara o coração com a morte de seu querido irmão e companheiro de trabalhos o agrimensor da Comissão Imperial Carlos Guilherme von Hoonholtz, chegou o Barão de Teffé a Tabatinga em tal estado de fraqueza que teve de ser transportado a braços para terra.

---

[153] À socapa: furtivamente.

Seus padecimentos físicos e morais só eram atenuados pela consciência de haver cumprido do modo o mais satisfatório a rude e perigosa missão que lhe fora acometida pelo Governo. Nem os incalculáveis obstáculos naturais que apresenta ao explorador a parte alta do Javari; nem as febres palustres que iam inutilizando as guarnições; nem os ataques dos ferozes selvagens dessas regiões até onde antes das duas Comissões nunca havia penetrado um só homem civilizado; nem as privações de todo gênero por que passaram em dois meses e meio de trabalhos extenuantes dentro de acanhadas chalanas, que sulcariam trilhas indeléveis pelos seus resultados positivos nas águas embora movediças do Javari, e onde em cada uma viviam agrupados de 14 a 16 homens, nada disso lhes esmorecia o ânimo, nem esfriava o entusiasmo, nem incutia no pensamento a mais leve ideia de abandonarem por impossível tão esforçado empreendimento.

Os exemplos de ambos os exploradores – Teffé e Black secundados pela boa vontade de seus ajudantes, eram poderoso estímulo para que as excelentes guarnições vencessem a machado e à força de pulso as maiores dificuldades. Avante e sempre avante, eis a divisa que os norteara até plantarem o último marco de limites entre o Brasil e Peru na até então mal assombrada e desconhecida vertente principal do famigerado Javari.

A descida do Rio foi terrível. Baixavam as águas com força, impedindo-lhes o passo a cada instante; escasseavam os víveres em cada dia de demora; surgiam paliçadas fortemente amarradas com grossos cipós em cada curva do Rio; e finalmente declaravam-se as febres de mau caráter com tal intensidade, que a volta chegara a tornar-se problemática em tão crítica situação.

Nestas condições, e quando se achavam falhos de recursos médicos, pois o Dr. Carneiro da Rocha que dera baixa por doente, antes da entrada no Javari, tendo-se restabelecido em pouco tempo, preferiu ficar em Manaus e tomar assento na Assembleia Provincial, a empreender a arriscada viagem de 600 léguas, embora isso lhe tivesse sido ordenado por Teffé, faleceu sem saber-se de que enfermidade o agrimensor Carlos Guilherme von Hoonholtz, único ajudante brasileiro que acompanhara o irmão em todas as explorações anteriores e que nesta o auxiliara até sua conclusão cabalmente afirmativa.

Deprimido, em estado de estafa, seriamente doente, Teffé caiu de cama. Assim desceu o Rio Galvez até Tabatinga, no Rio Solimões. Foi aí que, estarrecido de espanto, recebeu as cartas de uma desolada mãe e de uma esposa cheia de dor e desespero ante as horrorosas e infamantes notícias, verdadeiro vespeiro envenenado que, em sua ausência haviam sido publicadas em jornais de Manaus, Belém e transcritas em folhas da Corte. E para a família o seu silêncio aos insultos era a mais aterradora resposta!

Na aflição, ou na ignorância, a ninguém acudira a ideia de que a Expedição ao Javari era uma barreira intransponível, onde ele se encontrava bloqueado de todo e qualquer meio de comunicação com quem quer que fosse a não ser os companheiros de luta.

No entanto só ali à chegada, Teffé tomara conhecimento das setas ervadas que, para guerrearem-no a todo transe e enodoarem o nome como Comandante, lhe tinham atirado à traição seu inimigo figadal e rancoroso: José Costa Azevedo, e secundado por um antigo subordinado de Teffé, ambos oficiais da Armada.

Aquele por ter-se visto apanhado em deplorável erro científico no Japurá e que lesava grandemente o território do Brasil. Este, pela sua demissão da Comissão de Limites por má conduta e falta de conhecimentos técnicos. A inveja e o despeito – essas duas pestilências – os asfixiava. A princípio o rancor, e mais tarde a sede de vingança armaram esses dois homens, sem princípios de lealdade militar, contra o camarada de classe que, ainda muito jovem e gozando da alta estima do Imperador e dos vultos mais eminentes que vinham governando o País, apresentava um sucesso fulminante na carreira. Urgia por isso nulificar e esmagá-lo a todo custo.

Costa Azevedo, já com seus erros científicos evidenciados e corrigidos por Teffé na questão do Japurá e do Içá, tentara ainda sustentar contra o camarada de armas, de patente inferior à sua e doze anos mais moço, uma discussão sobre cálculos, que alcançou grande repercussão, através do jornal "*Reforma*" do Rio; dela porém se saiu pessimamente, rebaixado ao triste papel de incompetente.

No Pará, onde residira 4 meses, Teffé se escandalizava com a desabrida linguagem empregada por certos órgãos jornalísticos que, prevalecendo-se da liberdade da imprensa, licenciosamente agrediam a tudo e a todos, inclusive Presidentes das Províncias e até o Monarca! Provocavam os artigos respostas desbocadas e, muitas vezes, troca de tiros. O ar que se respirava nesse meio era poluente. Mais de uma vez congratulara-se Teffé pelo caráter diplomático da Comissão, que lhe impunha o dever de abster-se completamente das pugnas políticas, a ponto de declinar do honroso convite que lhe fizera o Imperador para Presidente da Província do Grão-Pará:

– Sou um militar, não um político, respondera.

Parecia-lhe essa abstenção garantia suficiente para poder atravessar incólume através de tão estrondoso bombardeio. Durante dois anos foi poupado. Mas o título de Barão com que Sua Majestade lhe galardoou os relevantes serviços prestados fez de repente desabar sobre ele toda a fúria dos caluniadores de farda e sem farda. Sua elevação ao baronato podia ser explorada com vantagem, porque aos fregueses das tavernas e aos cocheiros e aos carreiros muito havia de agradar a infamação de um titular. Foi quando Costa Azevedo, desprestigiado como oficial na apreciação do Imperador, e despeitado até o ódio, pôs em ação a inteligência vulpina ([154]), [expressão usada por Carlyle em caso semelhante] e ele possuía, para extravasar a bílis, que lhe corroía o fígado. E foi um ódio que – infeliz alma! – nunca se saciou. Durou até sua morte! Embora o dicionário defina as palavras, só a vida tem o poder de interpretá-las.

Quanto ao segundo – declara Teffé no livro de sua autoria "*Defesa do Barão de Teffé*", publicado em Manaus e no Rio no ano de 1874:

– O secretário da Comissão de Limites e meu substituto não foi demitido do lugar por causa de folhetins analisando bailes em Manaus, como propala. As razões que me levaram a reclamar sua exoneração foram muitas e mui plausíveis. Já antes de nossa partida da Corte, esse oficial portava-se de modo tão reprovável a bordo do Vapor Marcílio Dias no qual era meu imediato, que um dia os Senhores Tenentes Motta Araújo, Souza Lobo e o Oficial da Fazenda Botelho me fizeram uma representação formal contra ele, pedindo providências ou passagem de navio. Como me cumpria, ouvi o dito imediato e o repreendi.

[154] Vulpina: falaciosa.

– Tanto bastou para que de tal forma se pronunciasse contra mim pelas costas, que o então oficial de gabinete do Sr. Ministro da Marinha, o digno Sr. Aparício, e mais tarde o próprio Sr. Conselheiro Diretor Geral da Secretaria d'Estrangeiros me aconselharam a desfazer-me de tão mau companheiro. Entretanto pensei que o cumulando de obséquios e de atenções obtivesse convertê-lo, e, por outro lado, não fazendo grande cabedal de sua amizade nada me importava com perdê-la. Por vários motivos as coisas já não marchavam bem, e ainda mais se complicaram com os resultados que o dito oficial me apresentou dos trabalhos astronômicos de que estava incumbido.

Foram eles tais que sendo oportunamente remetidos, em próprio original, como de minha obrigação, ao Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e por ele mandados examinar por profissionais, estes declararam que "*tão hábil observador e calculista não era capaz nem sequer de regular um cronômetro*". Eis aí o motivo da sua demissão. E estes trabalhos científicos, que formam seu corpo de delito, existem arquivados na Secretaria dos Negócios Estrangeiros.

Esses dois oficiais da Armada, dominados por péssimos sentimentos, maquiavelicamente arquitetaram a trama do mais ardiloso alçapão para nele fazer resvalar e cair a reputação sem mácula de Teffé. O caso "*Cirne Lima*" pareceu-lhes a oportunidade propícia. Bastaria desfigurá-lo, misturar-lhe ingredientes tenebrosos e repulsivos, apresentando Teffé como o protagonista de um drama de atrocidade e tirania: o algoz de uma vítima indefesa.

Só assim, o herói cairia do pedestal. Para abocanhar Teffé, Costa Azevedo associou ao grupo de detratores o pai do foguista ladrão e insubordinado Francisco de Paula Cirne Lima. A quantia de 500$000 que acompanhou esse conluio bastou para pôr em campo os calabreses da Reforma.

O que ficou sendo chamada "*Questão Cirne Lima*" teve origem num fatídico dia de março de 1872, quando o até então respeitável Dr. Cirne Lima, Chefe de Polícia do Pará, procurou Onóltz no Arsenal de Marinha e em presença do distinto Capitão-de-Fragata Carneiro da Rocha, pediu-lhe com o maior empenho que desse praça a bordo do Marcílio Dias a seu filho Francisco de Paula Cirne Lima. Surpreso ante tão insólita solicitação, escusou-se Teffé [ainda Onóltz] dizendo-lhe que não tinha cargo algum conveniente para seu filho. Mas o pseudo honrado e infeliz pai referiu-lhe que o rapaz era um perdido, expulso do Batalhão Naval e da Companhia do Amazonas. Em casa, o malvado insultava as próprias irmãs e madrasta. Rematou confidenciando que o filho acabava de cometer um furto, cujas consequências poderiam ser de grande responsabilidade para ele, pai, visto como o praticara em objeto que estava em depósito na Secretaria do Gabinete de Polícia. Já baldo de argumentos negativos, lembrou-se ainda Onóltz de ponderar que só podendo receber o moço como praça de carvoeiro, ficaria ele sujeito ao castigo corporal, ao Código de Lippe ([155]), e que

[155] Conde de Lippe: em 1762, Espanha e França determinaram que Portugal fechasse os seus portos aos navios ingleses. Com a recusa por parte do Governo português, desencadeou-se a guerra. Tropas espanholas invadiram o território português tomando Miranda, Bragança e Chaves. O Marquês de Pombal, então, por indicação do Governo britânico, contratou para comandar as tropas portuguesas que, com ajuda de forças britânicas, se preparavam para entrar em ação, um oficial prussiano, inglês de nascimento, denominado Conde Guilherme de Schaumburg-Lippe. O Conde de Lippe assume o posto de Marechal do Exército e se torna o "*encarregado do Governo das armas de todas as tropas e Diretor-Geral de todas as armas*". Lippe, conhecendo a limitação das tropas portuguesas, limitou-se a uma guerra de posições, procurando impedir que os espanhóis invadissem Portugal. Daí o nome de "*Guerra Fantástica*", já que toda ela decorreu sem ser travada uma única batalha digna de nota. (continua...)

sendo dotado de tão má índole, o poria em sérias colisões, por não poder abrir com o rapaz precedente de mal cabida proteção, obrigado a infligir-lhe as penas em que incorresse com seu gênio desordeiro, insolente e propenso ao crime. Acudiu o desesperado pai com as seguintes palavras:

> – Sr. Comandante, eu até lhe peço que, por qualquer roubo ou atrevimento, lhe meta a chibata. Só assim poderá corrigir esse perverso, e até se quiser lhe escreverei uma carta, confirmando meu pedido. O Sr. não imagina quem é esse rapaz!

Ainda muito dubitativo ([156]) de acolher tão mau elemento em sua ordeira guarnição, acedeu, entretanto, Onóltz ante a carta que lhe dirigira dias depois o desafortunado pai:

> Pará, 25.03.1872
>
> Ilm° Exm° Sr. Tenente-Coronel Antônio Luiz von Hoonholtz.
>
> Fica como praça e à disposição de V. Exª o meu filho Francisco de Paula Cirne Lima, ao que, a meu pedido, teve a bondade de assentir. Isto posto, rogo de dispor dele como entender conveniente. Além das regras de praça, poderá empregá-lo e castigá-lo com rigor, e como V. Exª quiser, em qualquer serviço; certo de que tudo quanto fizer merecerá minha aprovação e reconhecimento.

---

A estratégia funcionou, tendo em vista que Espanha, na época, estava mais preocupada com questões de disputas territoriais mal resolvidas na América do Sul. Com a Paz de Fontainebleau, Lippe continuou reorganizando as forças militares, estabelecendo planos, introduzindo novos métodos de instrução, técnicas, táticas, estratégias, sistema defensivo de fronteira, determinando o reparo das fortificações existentes e ordenando a construção de outras.

Passou a vigorar o "*Código de Lippe*", uma genuína disciplina prussiana, os militares eram "*disciplinados*" com varadas, açoites, prisões e fuzilamentos.

[156] Muito dubitativo: com muita dúvida.

> Faço votos para que ele se possa corrigir e tornar-se útil, como anelo ([157]).
>
> Almejo tenha feliz viagem com saúde. Poderá dispor de mim como quiser. Sou etc. etc.
>
> Assinado Francisco de Souza Cirne Lima. [Firma registrada pelo tabelião Lessa em Belém]

A boa estrela de Onóltz deve ter fechado os olhos por um minuto e o escudo do retrato materno sobre seu peito não afastou o perigo: por um rasgo de humanitarismo excessivo, ele consentiu que penetrasse a bordo do Marcílio Dias esse elemento convulsivamente, mau caráter, marginal irrecuperável, que lhe viria a custar escândalos, amarguras e agonias. Pior do que malvado, o sujeito era cínico e tarado. Em breve era evitado a bordo por todos os marinheiros, que o cognominaram ladrão descarado. Preso várias vezes por furto, repugnava a Teffé castigá-lo com chibata, em atenção ao pai do criminoso; mas, teve que prendê-lo várias vezes por indisciplinas graves.

Onóltz esquecera o versículo:

> Deus sela as mãos de todos os homens com um selo diferente em cada um dos seus dedos, para que conheçam todos os homens a sua obra. (Job 37:7).

Os selos das mãos de Francisco de Paula Cirne Lima eram amaldiçoados. No entanto, malgrado tantas demonstrações de degenerescência, parece que algo inexplicável obrigava Teffé a continuar acalentando a víbora em seu peito que, para completar sua personalidade, lhe faltavam ainda as provações morais que sublimam os grandes homens.

---

[157] Anelo: desejo.

Alguns meses depois, seguiu a Expedição para a demarcação do Içá no pequeno Vapor Pará, levando a seu bordo a Comissão Peruana, a cujo chefe D. Guilherme Black, ofereceu Teffé, como dever de cortesia, seu camarim da tolda, onde havia uma secretária sólida e segura, na qual se depositava o dinheiro da Fazenda Pública destinado à compra de lenha, pão e carne. No convés, o foguista Cirne Lima, quando de folga, rondava o camarim, observando o que nele se continha...

Em Codajás e Coari comprou-se lenha para o vapor e lancha Apaporis, bem como reses e de cada vez eram pagas as faturas pelo Secretário Dr. Ribeiro da Silva, na presença de Teffé. Conferiam ambos a quantia restante e o Comandante a trancava na referida escrivaninha, cuja chave, em uma argola com outras menores, ficava sempre em seu poder.

Entraram na Cidade de Teffé na noite de 29 de junho [1872] e, como estivesse ancorado o vapor peruano Napo, foi Black a bordo demorando-se lá. Na manhã de 30, tendo que efetuar pagamentos, deu Teffé por falta da chave de sua secretária. Depois de procurá-la por todos os escaninhos, ele tão organizado.

Compreendeu estupefato que a chave havia sido subtraída! Ordenou incontinenti o arrombamento da gaveta. O pacote de notas do tesouro que na véspera continha 1:913$000 e fazia parte do total recebido pelo Comissário do vapor Marcílio Dias, para as despesas da Expedição, havia desaparecido! Formou-se a gente na tolda. Teffé passou uma revista minuciosa e o resultado foi nulo. Desgostosa, a marinhagem cochichava indicando o culpado. Alguém avisou que haviam oferecido ao negociante Mendes um cento de réis pela alforria de uma escrava moça, para ela descer com o alforriador ao Pará no dia subsequente ao da partida de Teffé para o Javari.

Chamado a depor, já então na delegacia da Cidade, Mendes confirmou e declarou o nome do homem que lhe tinha feito a oferta: Francisco de Paula Cirne Lima, foguista do vapor Pará. Preso, Cirne Lima respondeu com solércia ([158]) às perguntas de Teffé, em tom altanado ([159]) com que não se fala a superiores. Declarou que ia mesmo desertar para fugir com a escrava; mas nenhuma quantia oferecera por ela. Levado à parede pelos argumentos do Delegado, acabou por confessar, não à força de torturas, mas livre e desembaraçadamente, todos os menores detalhes da ação criminosa: como se esgueirara na câmara, furtara o molho de chaves e, aproveitando-se da ausência do Comandante Black, abrira a secretária e tirara o dinheiro.

Mas, para despistar e criar confusão, ao mesmo tempo que confessava, matreiramente se desdizia forjando mentiralhas e acusando uns e outros do furto, como se encontrasse nisso o maior divertimento. Afinal, com ar de mofa e desdém, o ladrão declarou que aquilo tudo não passava de uma maçada ([160]), porque o dinheiro estava a bordo debaixo de um barril de azeite. Revistado o local e, como tudo não passasse de embuste e desplante, acabou o acusado por dizer:

> – É inútil mesmo procurarem aqui; o dinheiro vai longe nas águas do Rio.

A Comissão Mista já se havia demorado na Cidade dois dias a mais do previsto, por força desse vergonhoso caso. Mas Teffé não queria sair Rio acima antes de deslindados os meandros do acontecimento e de o culpado haver confessado indeclinavelmente sua culpa.

---

[158] Solércia: esperteza.
[159] Altanado: grosseiro.
[160] Maçada: amolação.

Dada a premência do tempo para a tão importante partida, ele agiu com uma paciência quase acima do possível. Afinal, o Delegado do Termo – com todas as minudências, inclusive a intenção de desertar –, assinou o certificado do roubo praticado pelo foguista Cirne Lima, bem como suas palavras e atitudes rebeldes e insolentes perante o próprio Comandante do navio. Constrangendo sua mentalidade avessa ao Código de Lippe, adotado em todas as marinhas do mundo naquela época, viu-se Teffé na dura contingência de ordenar o castigo à chibata que lhe impunham como dever os regulamentos militares, de acordo com o conjunto de delitos graves cometidos pelo culpado.

Competiu-lhe outrossim a obrigação de levar ao conhecimento do Quartel-General da Marinha tão infeliz ocorrência, o que fez nos termos mais moderados e sem omitir a circunstância da filiação do réu. Todavia o ajudante General da Armada mandou instaurar-lhe processo e submeteu Cirne Lima a Conselho de Guerra.

Sem intimidar-se, e mesmo orgulhoso de suas felonias ([161]), o culpado repetiu a sangue frio o mesmo que já depusera a bordo e na Delegacia, inclusive o propósito de cometer deserção. Sua pena foi a capital. Escreveu então Teffé uma carta ao pai do acusado, aconselhando-o a entrar com a quantia furtada para os cofres públicos, que isso atenuaria a sentença. Embora as penas de morte fossem sempre comutadas, seria bem melhor se agisse conforme lhe dizia como amigo. E a Comissão Mista partiu rumo do Javari.

[161] Felonias: rebelião de subordinado para com o seu superior.

Depois de tal sentença, prenunciada por um Conselho de Guerra, dizer-se que um castigo a chibata, aplicado numa praça incorrigível e avessada ([162]) ao roubo, aos vícios infames e à insubordinação, quando ele faltara ao respeito ao seu próprio Comandante e ao mesmo tempo ofendera um hóspede do Império, alto funcionário de uma nação amiga; quando antes disso tentara desertar levando consigo uma quantia de quase dois contos de réis de dinheiros do Estado, que o próprio réu confessara haver roubado; dizer-se que tal punição a chibata fora um castigo bárbaro, era não ter a menor ideia dos regulamentos das Marinhas de Guerra dos mais adiantados países estrangeiros, que nem sequer estabeleciam limites aos castigos de pancadas, deixando na maior parte dos crimes o número de chibatadas ao arbítrio do Comandante do navio.

Compreendeu a "*Reforma Liberal*" [propriedade de Costa Azevedo, através da qual fazia a política do Partido Liberal] que dizendo a verdade não podia produzir efeito. Conluiados, os desafetos tramaram o complô e, acumpliciando-se com o Juiz de Direito Dr. Cirne Lima – o pai que suplicava em lágrimas a Teffé para tomar o filho a bordo de seu navio, na qualidade de grumete ou foguista, para corrigi-lo de sua índole atrabiliária ([163]) e de ladrão –, serviram-se dele como de um elemento cúpido e inescrupuloso, para destruir quem consideravam inimigo.

Jamais supusera Teffé que mal virasse as costas, para dar início à dificultosa e sacrificante Expedição ao Javari, onde ninguém poderia alcançá-lo, começassem a ser publicados os artigos difamadores taxando-o de algoz que martirizara a chibatadas – 650 calabrotadas! – um pobre menino indefeso de 14

[162] Avessada: hostil.
[163] Atrabiliária: colérica.

anos de idade, e outros montões de mentiras deslavadas, malevolentes e escandalosas. E essas inverdades asquerosas e indignas foram espalhadas através do Pará e do Ceará até a Corte, isto é, ao Império inteiro! A primeira carta de solidariedade que Teffé recebeu foi a do Comissário Peruano, que a tudo presenciara:

> Sr. Barón de Teffé – Don Antonio Luiz von Hoonholtz.
>
> Muy apreciado amigo. La apreciable carta de U. fecha del actual, en la cual me felicita por mi llegada, la agradezco muy sinceramente, pues nada más agradable para un amigo que la sincera emanación de los sentimientos que inspira. Sin embargo del placer que he recibido, he sentido un gran disgusto, que bastante me ha conmovido al leer el insolente artículo que publicó la "*Reforma Liberal*", ocupandose de lo que llama Facto horroroso, acaecido con el individuo Francisco de Paula Cirne Lima. Desde luego, testigo como soy de los acontecimientos que han mediado con ese miserable subalterno que estaba desgraciadamente a órdenes de U., y el cual había sido embarcado a bordo por corrección a consecuencia de haber robado a su mismo Padre, de cuyos hechos me informé a bordo del vapor Para cuando subí a Teffé, en cuya época robó U. a bordo de este buque una cantidad de dinero: habiendo pasado yo por la vergüenza de alternarme con ese individuo cuando se atrevió a acusar a mi sirviente, habiendo acusado antes a otras personas en tierra. No me quedó la menor duda de que el tal Cirne Lima era un criminal, que merecía un severo castigo, el cual venía ya reclamando de antemano la vindicta pública. Así, pues, querido amigo, el artículo del periódico en cuestión no debe molestar a U. en absoluto. Semejantes hechos se desprecian, pues personas como U. de antecedentes conocidos, y dignos de toda consideración se merecen el respecto de sus conciudadanos; y la torpe calumnia por infame y vil que sea, jamás puede mancillar su honra.

> Conociendo el noble proceder de U. y los finos sentimientos que le adornan; y al mismo tiempo autorizado por la sincera amistad que nos liga, me tomo la libertad de aconsejarle, no se degrade entrando en una polémica por la prensa; este hecho daría realmente importancia a la persona que acusa U. La información judicial según las ordenanzas navales como se acostumbra en todas las naciones en casos idénticos; proceder que ya U. practicó deben bastar a la conciencia de cualquier hombre honrado. Por mi parte yo no procedería de otro modo. En este mundo de lágrimas no puede practicarse todo a medida de nuestro deseo; y continuamente marchamos juntos con el placer y el dolor: así es que no debe U. afligir-se, y aunque Maquiavel diga "*que siempre queda algo de la calumnia*", debe U. tener en cuenta que el criterio de sus buenos amigos siempre propenderá a destruir cualquier hecho que pudiera mancillar su noble reputación. Soy siempre su amigo
>
> Guilherme Black [*Firma reconhecida em cartório*]

Como vimos, ao chegar a Tabatinga, afagando a ideia [talvez no delírio da febre que o minava] de ser recebido com aplausos quando chegasse à Corte, depois de ter com tanta constância suportado quase três anos de cruel degredo, separado por imensa distância da família tão querida, encontrava como pagamento de tantos sacrifícios, as injúrias espalhadas em todo o Império, já que, nas principais capitais das Províncias, os artigos eram transcritos.

Ansioso, Teffé esperou o vapor mensal de Manaus e, com três dias de baixada, entrou no Porto de Teffé, onde foram recebê-lo as pessoas mais gradas da sociedade local. Referiu-se então o Dr. Juiz de Direito José Pereira da Silva aos artigos da "*Reforma Liberal*" nos quais o atacavam com tal acrimônia

injuriosa por supostas atrocidades, que os habitantes de Teffé haviam decidido lavrar um termo de protesto que seria publicado em Manaus, e o qual já contava 62 assinaturas reconhecidas em cartório. [Devemos reportar-nos a que a Cidade era composta de pouco mais de 200 habitantes, entre escravos, índios e brancos] Eis o Protesto:

> Soube-se, é verdade, que a bordo do Vapor Inca tinha sido punida uma praça por ter faltado ao respeito e falado desaforadamente ao respectivo chefe, e depois se soube que essa praça fora quem cometera um grande roubo, como ela própria declarara; porém, não constando a ninguém que esse castigo tivesse sido rigoroso, impossível era ser, pelos habitantes desta Cidade, qualificado de bárbaro o procedimento do Sr. Barão de Teffé, como querem fazer constar certos jornais. O Sr. Barão de Teffé sempre inspirou aos abaixo-assinados e à população inteira, os maiores sentimentos de humanidade e de uma alma bem formada, o que se acha provado pelos fatos. Depois de se ter vulgarizado o roubo, o referido praça foi levado à Delegacia de Polícia para averiguações em terra, e no dia imediato percorreu alguns lugares da Cidade onde dizia tê-lo escondido e nessas ocasiões se estava castigado – o que não se percebia –, conhecia-se que o castigo não tinha sido bárbaro, pelo que protestamos contra tal calúnia.
>
> Seguem-se as 62 assinaturas reconhecidas por Tabelião.

Chegou Teffé finalmente a Manaus a 26 de abril de 1873, onde teve ao mesmo tempo o consolo de abraçar seu irmão o Deputado José Paulino, bem como o Presidente da Província e muitos outros bons amigos e o desgosto de verificar, pelas últimas cartas da família e jornais do Rio, confirmadas as pérfidas notícias que a seu respeito ecoavam por todo o País.

Já em Tabatinga, assim ficou ciente dos fatos, no auge da revolta ao ver crescer em torno de si aquela enlameada tempestade verbal de doestos ([164]), traçara ele um roteiro de sólida estrutura, para que seu desforço ([165]) partisse em linha reta; e como o Governo Imperial lhe mandara um aviso pedindo "*informações circunstanciadas a respeito do tal castigo, para que se pudesse desfazer a má impressão produzida na opinião pública pelos artigos transcritos nos jornais da Corte*" exultou ante a esperança de poder enfim justificar-se categoricamente e pulverizar seus inimigos, por um documento normalizador e irrespondível.

Embora aviltado e injustiçado, com sua reputação atirada aos cães, sentia-se, no entanto, sobranceiro à felonia, sabendo que havia de esmagá-la. Para suportar tais calúnias fora preciso mais do que o respeito à Pátria; tivera que procurar um ângulo da fé que o inspirasse. "*Nada mais simples do que esta frase: Faça-se a luz. E a luz foi feita. Mas, em sua penúria de palavras, ela desloca montanhas e vira tudo do avesso*". Era essa ânsia pela luz da verdade que o caluniado sentia.

Sistemático, Teffé não alterou seus métodos de trabalho. Sua segunda natureza era o sangue frio diante do inimigo, pois embora sendo do mesmo país, eram estes mil vezes piores do que os estrangeiros. Pôs em ordem e rubricou todos os papéis do Marcílio Dias, e entregou, sereno e altivo, o comando ao seu imediato, requerendo em seguida ao Chefe de Polícia um rigoroso inquérito de todas as praças de bordo, desde o seu novo Comandante até o último grumete, sobre as denúncias e acusações pela imprensa na execrável questão Cirne Lima.

---

[164] Doestos: insultos.

[165] Desforço: desabafo.

Com o maior comedimento de linguagem em tais circunstâncias, reclamou que fossem ouvidas sobre 14 quesitos importantíssimos toda a guarnição desse navio que comandara por mais de 3 anos. Disse o "*Commércio do Amazonas*" a 09.05.1874, entre outros comentários:

> Um Santo que fosse o Sr. Barão de Teffé, não é crível que, sem aplicação dos corretivos autorizados e recomendados pelo código de guerra, conseguisse governar com tão feliz êxito a um cento de homens tirados pela maior parte da última estratificação social.

O receio de seus amigos era de que algum falseasse a verdade por maldade ou ignorância. Inflexível em seu intento, Teffé remete o requerimento ao Chefe de Polícia:

> O Capitão-de-Fragata Barão de Teffé, ao regressar a esta Capital depois de 5,5 meses de ausência, em que se empregava nos trabalhos da fronteira do Javari, entre o Brasil e o Peru, teve o profundo desgosto de encontrar na correspondência atrasada da Corte cartas pesarosas de sua família informando-o das torpes calúnias arrogadas contra ele pelo Dr. Francisco de Souza Cirne Lima, pai de um ex-foguista do Vapor Marcílio Dias. Como V Exª sabe, estas acusações tão absurdas quanto falsas tiveram sua origem desprezível num periódico desconceituado, e foram reproduzidas numa gazeta de idêntica fama da Província do Pará. Pois bem, baseados nessas acusações malignas e injuriosas de inimigos traiçoeiros que, no maior silêncio, deixaram escoar-se mais de seis meses desde o suposto castigo de que acusam o suplicante, para o agredirem depois de saberem-no a 300 léguas desta capital e em lugar de onde por isso não podia destruir imediatamente suas monstruosas falsidades; fazendo-se eco de tais calúnias e industriado pelos inimigos tacitamente citados, o Dr. Cirne Lima buscou levantar a opinião pública contra o suplicante, cuja reputação sem mácula procurou abalar e denegrir.

É triste e doloroso, Exm° Sr., que um homem que nunca cometeu uma só falta em sua vida, um militar cuja fé de ofício em 22 anos de serviços continuados é um encadeamento de louvores e de notas as mais honrosas, sem que uma única vez tivesse incorrido no desagrado de seus superiores nem nas censuras de seus camaradas ou subordinados, veja-se subitamente, e por uma calúnia publicada e repetida a propósito por seus inimigos, na dura necessidade de tomar o papel de réu e de defender-se de atos que não praticou. Urge, no entanto, que, quanto antes apareça a verdade e possam o Governo e o público pronunciar o seu último juízo sobre tão ominosa ([166]) questão.

Não é, porém, com os incontáveis artigos e protestos de bons amigos que o suplicante pretende justificar-se; é com o próprio testemunho dos cento e tantos companheiros do perverso Francisco de Paula Cirne Lima que ficará decidido se, com efeito, mandou o requerente supliciar barbaramente essa praça, ou se o castigo, pelo contrário, foi demasiadamente moderado para as infrações e delitos que o dito praça cometeu: tentativa de deserção, roubo, insubordinação e insolência com o Comandante do navio. Nunca nos 14 anos de comando do suplicante foi um só indivíduo sob suas ordens, por maior que fosse a falta, punido com mais de 100 chibatadas, na forma do Regimento Provisional, e este é o castigo usual e comum para as infrações graves, tanto no Quartel do Corpo de Imperiais Marinheiros como em todos os navios de guerra da Armada. Para que, pois, a satisfação ao País seja completa, usou já o suplicante da faculdade de que se achava revestido do poder de entregar o comando quando lhe conviesse ao seu imediato, depois de concluída a demarcação dos limites do Império; e tendo passado hoje mesmo o dito comando ao 1° Tenente Tell José Ferrão, requer a V. Exª que se sirva proceder a um rigoroso Inquérito Policial às praças do Vapor Marcílio Dias, interrogando toda a guarnição desde o atual Comandante

[166] Ominosa: funesta, horrenda, execrável.

até o último grumete sobre os quesitos abaixo, que compreendem, não só a acusação que lhe foi lançada de haver mandado infligir um bárbaro castigo de muitos centos de chibatadas no foguista Francisco de Paula Cirne Lima, como se referem ainda a todos os seus atos anteriores na qualidade de primeira autoridade de bordo durante os 3 anos que comandou o citado Vapor Marcilio Dias e a Força Naval do Amazonas.

**QUESITOS**

1° Se foi bárbaro o procedimento que teve o suplicante em princípios de julho do ano passado para com o foguista Cirne Lima a bordo do Vapor Pará no Porto de Teffé e de quantas chibatadas foi o castigo nele infligido.

2° Se o dito castigo foi ou não em presença de toda a guarnição e com a assistência do Médico Dr. Carneiro da Rocha.

3° Se o referido castigo produziu no foguista Cirne Lima alguma enfermidade, ou se, pelo contrário, ele, durante toda a Expedição de dois meses ao Rio Içá, gozou sempre da melhor saúde, jantando mesmo perfeitamente depois de findo o castigo.

4° Se Cirne Lima é ou era menino quando foi castigado ou se representa ter mais de 25 anos e é um homem alto, corpulento e de grande força muscular.

5° Quais os precedentes desse foguista no intervalo de 7 anos em que teve praça como grumete da marinhagem na Fortaleza de Villegaignon, como soldado no Batalhão Naval e como carvoeiro nas Canhoneiras Mearim e Pedro Manso.

6° Se é verdade que nesta última, depois de muitos furtos aos seus camaradas, roubou ele vários objetos da Fazenda Pública, sendo por isso castigado com rigor e desembarcado por ladrão.

7° Se o Sr. 1° Tenente Tell José Ferrão que, em princípios do ano passado foi incumbido, como imediato do suplicante, de informar-se de um roubo de que fora acusado o foguista Cirne Lima, verificou ou não que o dito praça furtara em terra a umas mulheres vários objetos de ouro, no valor de 80 e tantos mil réis, parte dos quais ainda se achava em poder de Cirne Lima.

8° Qual a pena que, por este crime, foi imposta ao foguista em questão e se, apesar de todos os mais roubos e faltas quase diárias, alguma vez sofrera ele castigo de pancadas antes do que teve lugar no Porto de Teffé.

9° Como fora tratado o foguista Cirne Lima e bem assim toda a guarnição em geral pelo suplicante, durante o largo prazo de 3 anos que comandou o Marcílio Dias.

10° Se alguma praça tem de representar contra arbitrariedade, injustiça ou mau trato sofrido do suplicante.

11° Se as praças destacadas no vapor Pará durante a Expedição do Rio Içá estão ou não convencidos pelas provas de que o ladrão da quantia de 1:913$000 de dinheiro do Estado foi o foguista Francisco de Paula Cirne Lima.

12° Se a dita quantia era ou não a restante dos 3 Contos recebidos neste Porto do oficial da Fazenda do Marcílio Dias para compra de combustível e frescos durante a viagem e mediante um documento assinado pelo suplicante e seu imediato, cuja ressalva era guardada pelo Oficial da Fazenda.

13° Que digam o Médico e enfermeiros de bordo se o único e mui moderado castigo de chibata que mandou infligir nesse praça incorrigível, depois de servir sob suas ordens quase ano e meio podia produzir as cicatrizes de que falam os jornais ou se já ele as tinha de outros tempos e como atestado da sua péssima conduta nos diversos embarques anteriores.

> 14° Finalmente, se alguma vez deu-se sob seu comando o caso de ser qualquer praça punida a chibata, sem ser raríssimas faltas graves que demandavam o rigoroso castigo imposto pelos regulamentos da Armada.
>
> Deste inquérito, que o suplicante deseja que compreenda o maior número possível de informantes de todas as classes e categorias de bordo desse navio sobre o qual já não tem a menor autoridade nem ingerência, rogo a V. Exª que se digne fazer-lhe entrega, quando concluído, na forma da lei.
>
> Manaus, 01.05.1874.
>
> Segue-se então o inquérito procedido pelo Sr. Chefe de Polícia, com os respectivos termos de assentada.

Testemunharam desde o Comandante interino 1° Tenente Tell até o último grumete, passando pelo pessoal da proa, imperiais marinheiros e marinhagem, numa unanimidade emocionante de louvores. Foram ao todo 52 testemunhas inqueridas pelo Chefe de Polícia em audiência pública e na sua repartição, onde nenhum Oficial compareceu durante os interrogatórios das praças que, sob juramento, responderam aos quesitos. Concomitantemente, passa Teffé a refutar ponto por ponto o memorial do pai do foguista Cirne Lima. Esse memorial, o mais significativo ludíbrio à opinião pública, foi assinado pelo Juiz de Direito Francisco de Souza Cirne Lima! Inicia-o pela seguinte declaração:

> Cirne Lima: quando exercia o cargo de Chefe de Polícia na Província do Pará, em 04.04.1872, confiado na amizade e dedicação que me votava o Sr. Capitão-de-Fragata Antonio Luiz von Hoonholtz, Cmt do Vapor Marcílio Dias, entreguei meu filho legítimo Francisco de Paula, de 14 anos de idade, para tê-lo em sua companhia a bordo do mesmo vapor, com o fim de corrigi-lo de certas criançadas e de ir praticando na máquina, porque pretendia mandá-lo estudar na Europa o curso de engenharia mecânica.

Refutação de Teffé:

Já nesse primeiro período falta à verdade com bastante desembaraço o Sr. Juiz de Direito Cirne Lima, pois afirma que seu filho, homem corpulento e robusto que, em princípios de 1872, entregou a bordo do Marcílio Dias para ter praça e ser corrigido, tinha então 14 anos; e que seu fim era mandá-lo à Europa estudar! Em boa escola de preparatórios matriculara esse bom pai o seu amado filho, a quem pretendia mandar à Europa estudar: assentou-lhe praça de grumete nos navios desarmados, depois na Fortaleza de Villegaignon; mais tarde de carvoeiro nas Canhoneiras Mearim e Pedro Afonso, em seguida no Batalhão Naval como soldado raso, daí como moço de convés nos navios da Companhia do Amazonas, da qual foi, como de todas as outras entidades, expulso.

Referente à idade de 14 anos:

Certifico que revendo o Livro de Socorros da Companhia, de 01.06.1870, nele, a folha 78, encontrei o assentamento do teor seguinte: Soldado N° 72; Francisco de Paula Cirne Lima, idade 17 anos [dezessete anos]. Cor branca etc. Admitido nos navios desarmados como voluntário. Em virtude da Ordem-do-Dia n° 116 do Quartel General da Marinha, de 01.06.1870 assentou praça e jurou Bandeira na mesma data. Ass. o Secretário Luís Carlos Domingues Ferreira, 09.03.1874.

Assim em junho de 1870, tinha Francisco de Paula Cirne Lima 17 anos. Como pois ousa o Juiz de Direito, seu pai, iludir o Supremo Tribunal asseverando que em 1872 contava apenas 14 anos? Ora, se em 01.06.1870 tinha 17 anos, segue-se que contava 21 quando foi castigado.

2° período: "... *manifestou seus receios do Conde de Lippe, aquele Capitão-de-Fragata Hoonholtz que recebeu meu infeliz filho, considerando-o nominalmente na classe dos criados*".

Resposta: Realmente, entre as diversas razões que aleguei para não aceder ao pedido do Dr. Cirne

Lima, vali-me do poderoso argumento do Conde de Lippe. A resposta, porém, desse pai foi a carta [transcrita página atrás], na qual declara, entre outras súplicas: "*Sr. Comandante, eu até lhe peço que por qualquer roubo ou atrevimento lhe meta a chibata: meta-lhe a chibata que só assim poderá corrigir esse malvado*". Digo – acentua Teffé – que foi obra da Divina Providência essa carta, escrita do próprio punho, porque de outro modo, me seria difícil provar, como agora o faço, que o ex-chefe de Polícia e Vice-Presidente do Pará, o atual Juiz de Direito do Aracati, Dr. Francisco de Souza Cirne Lima, falta à verdade de um modo pérfido no seu Memorial e no artigo de 12 de março. Iludir o Monarca, o Supremo Tribunal, o Governo e o público, já por si só constitui um procedimento altamente criminoso. Mas faltar à verdade com o fim de prejudicar a terceiro, negar disfarçadamente aquilo que praticara, somente para acusar um honrado servidor do Estado e expô-lo à odiosidade do povo, não sei que qualificativo mereça!

O filho do Dr. Cirne Lima, depois do Batalhão Naval, foi obrigado a deixar as fileiras, passando de Fortaleza a Fortaleza; de navio a navio; sempre punido pelos seus furtos e pela prática de outros vícios até cair na Canhoneira Paula Afonso, na qual teve a audácia de roubar e vender numa taverna os balaústres de bronze dos portalós ([167]), além de vários outros objetos do Estado, pelo que foi castigado no Rio de Janeiro com 100 chibatadas de camisa fora ([168]).

Cirne Lima: Arrancar-se a carne e tirar-se o sangue de uma criança, que tem incontestavelmente isenção do calabrote, por ter avós Oficiais Generais e ser seu pai condecorado com a Ordem da Rosa; e foi ele recebido como filho de um amigo, a quem prometera tratar paternalmente.

---

[167] Portalós: abertura por onde se entra ou se coloca a carga no navio.
[168] Camisa fora: sem camisa.

> Teffé: Está provado nos autos e por tudo quanto fica dito, que o foguista Cirne Lima não era criança, e se de nada lhe valeram as garantias de ter pai condecorado, foi porque esse mesmo pai condecorado preferira desde longo tempo metê-lo em Corpos da Armada e navios de Guerra, onde não há praças privilegiadas, a alistá-lo como Cadete no exército.

[...] Caíram por terra os detratores de Teffé, que assim concluiu essa refutação:

> Nós outros, homens do Mar, quase todos pensadores livres, somos por isso mesmo dotados de um sentimento religioso tão puro e intenso, de crenças tão vivas, que parece nos são inspiradas desde os primeiros anos pelas lutas horrorosas dos elementos em cujo seio crescemos, e cuja frequente contemplação incute-nos na alma a verdadeira fé, tão rara nos céticos embalados desde a infância nos gozos e prazeres de uma vida plácida e sem perigos nem privações. Não tome pois como vã deprecação a que eu vou fazer ao Ente Supremo no final deste escrito; ela me sai com lágrimas de sangue deste coração que V. Sª despedaçou com calúnias. V. Sª fez-me muito mal. V. Sª derramou o fel do desespero no seio de uma família inteira cujo ídolo eu era. V. Sª abreviou os dias de minha velha e extremosa mãe que, com 64 anos de idade mal, tem podido suportar as suas atrozes injúrias. V. Sª envelheceu minha querida e jovem esposa, em cuja alma produziu uma ferida que lhe vai minando a existência. Pois bem, Sr. Juiz de Direito Cirne Lima, ouça e guarde na memória o que lhe vou dizer:
>
> > Entre o Dr. Francisco de Souza Cirne Lima e Antônio Luiz von Hoonholtz hoje Barão de Teffé, o Todo-Poderoso, o Deus de Justiça, único que pode julgar qual é o verdadeiro criminoso, o verdadeiro bárbaro, o verdadeiro malvado, o verdadeiro culpado em toda esta odiosa "*Questão Cirne Lima*", faça sobre ele recair o seu mais terrível castigo!
>
> Manaus, 31.05.1874.

Na noite de sábado, 16 de maio, veio à minha casa – escreve Teffé – uma Comissão composta de todos os oficiais de proa do Marcilio Dias e de 30 praças das três classes representando a totalidade da guarnição, para felicitar-me pela feliz terminação dos meus trabalhos e pelo modo por que eu estava destruindo as calúnias de que fora vítima; e ao mesmo tempo para dar-me um público e significativo testemunho da estima e gratidão que me votavam oferecendo-me como lembrança de despedida uma Espada de Honra. Revestiu-se essa festa de grande imponência e os jornais a noticiaram com muito destaque. Escolho uma das notícias:

> Logo que aqui chegaram as lanchas da Comissão de Limites de volta do Javari, soube a guarnição, com grande indignação, que seu chefe era atassalhado ([169]) por toda parte por motivo de um castigo bárbaro que nunca praticou no foguista Cirne Lima, um ladrão, insubordinado e atrevido, prestes a desertar, péssimo companheiro que infelizmente tiveram por quase dois anos. Quiseram todos protestar pelas folhas: mas, sendo-lhes isto vedado pelos regulamentos de bordo, acharam bom esperar a vinda de S. Exª o Sr. Barão de Teffé. Dois dias depois do soldo, o Imperial Antônio, em seu nome e no da Guarnição da Chalana Oscar, foi levar a S. Exª uma vela de cera ricamente enfeitada, que tinham oferecido como promessa a Nossa Senhora de Nazaré para S. Exª não falecer no alto Javari, quando esteve muito mal depois da morte de seu bom irmão. Nesse mesmo dia, dirigiu-se à casa de S. Exª uma Comissão para convidar seu ex-Comandante para um jantar que lhe queria dar a Guarnição. O Sr. Barão agradeceu mas escusou-se dizendo que ficava tão obrigado como se tivesse aceito, mas que não consentia que a sua gente gastasse com ele o mesquinho soldo que tanto lhe custa a ganhar.

[169] Atassalhado: caluniado.

No dia 8, foi outra vez a Comissão insistir e, no dia 14, tornou a repetir indo então o Imperial Braga em nome de todos os Imperiais Marinheiros. O Sr. Barão de Teffé escusou-se ainda uma vez pelo motivo já exposto. Não querendo a gente de bordo aceitar de volta o dinheiro, resolveram mandar fazer no Rio de Janeiro com a quantia subscritada uma Espada de Honra, que lhe foram ontem de noite em corporação pedir licença para oferecer. Reuniram-se no cais da rampa todos os oficiais de proa do Marcílio Dias e mais uns 30 praças comissionados pelos Imperiais Marinheiros, foguistas e marinhagem por não ser permitido o desembarque de toda a guarnição, e com a banda de música do 3° Batalhão de Artilharia à frente, acompanhados por mais de 200 pessoas de todas as classes sociais, se dirigiram à residência do Barão de Teffé, na casa de seu irmão o Deputado Dr. José Paulino, na Rua Brasileira junto ao Palácio. Duas filas de archotes e os fogos de artifício alumiavam as ruas, e durante o trajeto os foguetes estrondavam nos ares. Chegados em frente à casa, veio S. Exª às janelas com seu digno irmão o Sr. Deputado José Paulino e sua Exmª família, e então, formando-se todos e fazendo o maior silêncio, leu o enfermeiro Eugênio Sue, com voz clara e sonora e com tanta expressão que a todos agradou, o discurso de felicitações, vazado nos seguintes termos:

> A guarnição inteira do Marcílio Dias, que V. Exª por tanto tempo comandou, ardendo em vivos desejos de dar uma pública demonstração da sua gratidão e amizade ao seu ex-Comandante, mandou já por duas vezes Comissões à casa de V. Exª pedir-lhe licença para oferecer-lhe um jantar a bordo, mas todas as duas vezes escusou-se V. Exª dando as razões por que não aceitava; porém tendo-se em depósito as quantias com que toda a gente de bordo correu a assinar a subscrição para o dito jantar logo que foi pago o soldo dos atrasados, e não querendo ninguém receber de novo a sua cota porque o entusiasmo é grande e verdadeiro e querem todos provar publicamente o afeto que

votam ao seu ex-Comandante, deliberou-se pedir licença ao nosso atual Comandante para virmos todos os oficiais de proa e uma Comissão de Imperiais Marinheiros, e praças em nome da guarnição e com a música à frente, entregar em mão de V. Exª o abaixo-assinado, em que como sinal de dedicação e reconhecimento pelo tratamento paternal que sempre tiveram durante mais de três anos de seu comando, lhe pedem que aceite em nome de todos uma Espada de Honra, para cujo fim resolveram aplicar a quantia reunida e cuja Espada será feita na Corte e entregue a V. Exª por uma Comissão que vão nomear de gente que pertenceu ao Marcílio Dias.

**Abaixo-Assinado:**

Os oficiais de proa e mais praças abaixo-assinados vêm possuídos do maior respeito cumprimentar V. Exª e ao mesmo tempo jubilosos pela feliz conclusão da Imperial Comissão de Limites, depois de tantos e tão graves perigos oferecer a V. Exª uma Espada de Honra como testemunho de eterna gratidão pela amizade mais que paternal, que de V. Exª têm recebido desde que servem sob seu comando. A proteção e bondade, ou antes, o carinho paternal com que têm sido tratados por V. Exª lhes dá aso ([170]) a tomarem a liberdade de virem por este meio prestar culto à dedicação e bravura de V. Exª na penosa Comissão do Rio Javari.

Respondeu Teffé que aquela manifestação brilhante, os vivas com que o saudavam, o abaixo-assinado em que todos reunidos lhe ofertavam uma Espada de Honra, como sinal de gratidão e de estima, eram provas concludentes de sua atuação, eram atos tão significativos que o comoviam até às lágrimas.

---

[170] Aso: asas.

> O fato desta insistência e o entusiasmo com que me vindes felicitar, depois de eu ter esmagado um a um os vis caluniadores, está entre os maiores triunfos de minha vida. Vós que residis avante do mastro grande éreis os únicos habilitados a dizer a todo o País quem foi o vosso Comandante. E assim o fizestes com a rude franqueza do homem do Mar. Está terminado o rigoroso inquérito a que procedeu o honrado e severo magistrado que se acha à testa da repartição da Polícia; os depoimentos de todos vós vão fazer a luz sobre a questão. A verdade vai por seu turno, e finalmente, ecoar em todo o Império. Meu nome será de novo prestigiado e respeitado. Honra, pois a vós, oficiais inferiores e marinheiros do Marcílio Dias que abrigais em vossos peitos corações tão nobres e tão leais.

Era um desagravo congregacional; o protesto mais veemente contra as calúnias e um hino à verdade. Depois de ter espezinhado a "*hidra hiante*" que tentara manchar-lhe a honra de militar, podia Teffé, com a cabeça bem erguida, prosseguir incansavelmente como um dínamo humano, servindo ao Brasil, de Norte a Sul com sua bravura indômita de militar, altíssima competência científica a serviço de seu talento excepcional.

No entanto, não havia chegado ainda ao calvário a "*via crucis*" de Teffé. Ao retornar à Corte, deparou em curso, mais virulenta que nunca, a campanha de pérfida perseguição movida contra ele como sempre por Costa Azevedo. Requereu incontinenti um Conselho de Guerra para justificar-se. O Governo negou-lhe o pedido. O Ministro da Marinha, perante o Senado, produziu veemente defesa de seu digno subalterno. Não lhe parecendo isento de dúvidas o resultado dessa eloquente defesa e se sentindo rudemente ofendido, Teffé faz uma nova petição ao Imperador:

Senhor.

O Capitão-de-Fragata Barão de Teffé, possuído de extremo desgosto pelas acusações a seu respeito formuladas no Senado por alguns Srs. Senadores, na ocasião de agredirem S. Exª o Sr. Ministro da Marinha por haver recusado o Conselho de Guerra que requerera, para mais cabalmente destruir as falsas imputações levantadas por seus inimigos a propósito de um castigo mandado infligir num praça insubordinado do navio de seu comando, e considerando que, embora defendido do modo o mais brilhante pelo Exm° Sr. Ministro da Repartição num discurso proferido no mesmo Senado, prosseguem contudo as acusações ao suplicante pela folha "*A Reforma*", desta Corte, em artigos virulentos e ofensivos aos seus brios e, considerando enfim que a artigos injuriosos como esses de que trata, repugnam à sua educação e hábitos responder convenientemente, em razão da linguagem neles empregada; mas, conhecendo que de qualquer modo precisa pôr um paradeiro a este estado de coisas, vê-se forçado a vir mui respeitosamente requerer pela segunda vez a Vossa Majestade Imperial a graça de conceder-lhe um Conselho de Guerra. Etc., etc.

Por esse pedido [...] deixava o Imperador de ser apenas o espectador do drama de injustas ofensas, de agressividade caluniosa de que Teffé estava sendo vítima. Não havia ambiguidades em tais doestos ([171]) pois eram todos às escâncaras e sem possibilidades de subterfúgios. Aquela súplica de um homem que vê sua honra de militar enxovalhada, era a chaga aberta que o Monarca apalpou e lhe sentiu a profundeza. E tinha sido por bem servi-lo, servindo ao Brasil, que as pedradas do vilipêndio eram atiradas em seu grande e valoroso súdito.

[171] Doestos: injúrias.

*Imagem 11 – Teffé e a Questão Cirne Lima, 1874*

D. Pedro II não podia esquecer os sofrimentos de tão tormentosas horas. Mas, em 1889, o Monarca tudo esqueceu, como se aquela cena comovente e lamentável não tivesse jamais acontecido sob seus olhos...

Teffé age na Corte tal como agira no Norte: as testemunhas de defesa que apresentou eram cerca de 50 marinheiros, isto é: a guarnição do navio; justamente os mais indicados para comprovarem se houve crueldade, abuso, tortura ou coação de qualquer espécie por parte do Comandante. Reproduziu-se com estes o mesmo desagravo congregacional de Manaus.

Um por um, com a mesma impressionante unanimidade – Oficiais Inferiores, Mestres, Guardiães, Imperiais e Marinheiros – todos os que depuseram referiram-se com fervente entusiasmo e admiração pelo seu justiceiro e venerado ex-Comandante, enquanto acusavam de modo irretorquível o transviado e criminoso foguista do Vapor Pará.

Absolvição absoluta, por unanimidade, com vitória, honra e honrarias para o Barão de Teffé – relata o Comandante Silveira Carneiro que, com neutralidade e isenção de ânimo, estudou o episódio – pôs término ao penoso e desprezível incidente.

Foi ele mais uma prova de que nenhum homem se destaca pelo mérito, bravura, heroísmo e sabedoria dos seus concidadãos sem arrostar contrariedades inúmeras, que só os espíritos fortes podem dominar.

E em segundo lugar revela essa face do caráter militar de Teffé, não consentindo, nem de leve, que pairasse qualquer dúvida sobre sua honra de soldado, mesmo esta já estando salvaguardada pelos conceitos emitidos para toda a Nação, no seio do Parlamento, pelo chefe insuspeito de sua corporação, o digníssimo Ministro da Marinha.

Realmente, o preço das vitórias é sempre excessivamente oneroso pelas invejas que desperta. Não importa! Por mais que se esforçassem para enodoar a fama do inatacável Comandante nada o atingiu. Nada o tirou do apogeu de sua glória.

O Javari fez de Teffé uma legenda viva de sabedoria, estoicismo e abnegações. (TEFFÉ)

**DIARIO DO RIO DE JANEIRO**

N. 178 — SEGUNDA-FEIRA 29 DE JUNHO DE 1874

PROPRIEDADE DE F. C. NEVES GONZAGA & C.

**O barão de Teffé**

AO RESPEITAVEL PUBLICO DE TODO O IMPERIO

I.

Injusto é o juiz que condemna um innocente, é a innocencia de um accusado só póde manifestar-se em todo o seu esplendor perante o mesmo tribunal em que foi denunciado por crimes phantasiados nas trevas pelos seus rancorosos inimigos.

Pois bem, Sr. juiz de direito Cirno Lima, ouça e guarde na memoria o que lhe vou dizer: Entre o Dr. Francisco de Souza Cirne Lima e Antonio Luiz von Hoonholtz, hoje barão de Teffé, o Todo-Poderoso, o Deus de justiça, unico que póde julgar qual é o *verdadeiro criminoso, o verdadeiro barbaro, o verdadeiro malvado, o verdadeiro culpado* em toda esta odiosa questão Cirne Lima, *faça sobre elle cahir o seu mais terrivel castigo!*

Que entre nós dous, àquelle que fôr o criminoso, o barbaro, o malvado, *os remorsos lhe minem a existencia e lhe roubem para sempre a paz de espirito; a mulher lhe seja infiel, e, emfim, a maldição dos proprios filhos o acompanhe e o persiga até nas agonias da morte!* »

**JORNAL DO COMMERCIO**

Propriedade de JULIO CONSTANCIO DE VILLENEUVE.

**Questão Cirne Lima.**

ESPADA DE HONRA.

A commissão encarregada de mandar fazer nesta côrte a *espada de honra* que a guarnição do vapor *Marcilio Dias* offereceu ao seu ex-commandante Barão de Teffé, tendo incumbido de tal obra ao distincto artista Valentim e mandando este expô-la na casa do Sr. Costa Real, á rua do Ouvidor n. 96, antes de fazer a entrega aos commissionados, cumpre informar ao publico dos motivos que dérão causa a semelhante offerta, e dos factos que tiverão lugar na capital do Amazonas por occasião da despedida do dito Sr. capitão de fragata.

O jornal mais sério e acreditado da provincia, *Commercio do Amazonas*, publicou em artigo de fundo de 30 de Maio do corrente anno o que se lê em seguida, transcripto fielmente das suas columnas. Pela leitura delle se convencerá o publico dos sentimentos que sempre inspirára o capitão de fragata Barão de Teffé á sua tripolação.

**JORNAL DO COMMERCIO**

**Provincia do Amazonas.**

**TRIUMPHO ESPLENDIDO!**

***O Barão de Teffé brilhantemente justificado perante a sociedade. Os seus vis detractores entregues á execração publica.***

**Diario do Maranhão**

NUMERO 267

JORNAL DO COMMERCIO, LAVOURA E INDUSTRIA.

Propriedade d'uma EMPRESA — Maranhão Terça-feira, 23 de Junho de 1874 — Redacção e typ. r. da Palma 6.

**Questão Teffé.**—Recebemos um folheto com o titulo—Defesa do Barão Teffé na questão Cirne Lima, e pedia-se-nos a nossa opinião a respeito do desenlace da questão á vista dos documentos.

Prevenidos como estavamos contra o tão apregoado dispotismo do accusado, no que fomos écco da imprensa em geral não só transcrevendo dos jornaes como publicando em original artigos de interessados, passamos a lêr a defesa e a appreciá-la devidamente.

Mais uma vez nos convencemos de que a infelizmente, mais tarde ou mais cedo se veja desmascarada e triumphe a innocencia.

A do sr. barão de Teffé só póde ser posta em duvida por quem não tiver lido a sua brilhante defesa firmada em documentos dos mais validos, d'aquelles que se não arranjam, mas que são a expressão da verdade dos factos.

Não entraremos na analyse da defesa do sr. Barão, que nos levaria muito tempo e espaço, convidamos, porem, á leitura do folheto aquelles que se interessarem pela questão, pondo a sua

*Imagem 12 – Teffé e a Questão Cirne Lima, 1874*

## ***Inveja I***

***(Sebastião Ayres)***

*O coração em paz dá vida*
*ao corpo, mas a inveja*
*apodrece os ossos.*
*(Provérbios 14-30)*

*É o pecado de Caim,*
*Que assassinou o justo Abel;*
*E do irmão do "Filho Pródigo"*
*Que teve invídia cruel.*
*Por pura inveja, o demônio*
*Envolveu-se em pandemônio*
*Quando a Deus foi infiel.*

*Inveja é sentir tristeza,*
*Desgosto, insatisfação*
*Por justo sucesso de outrem,*
*Felicidade do irmão;*
*É ficar contrariado,*
*Contrafeito, revoltado,*
*Perante a alheia ascensão.*

*É pretender, cobiçar,*
*Atributos ou riquezas*
*De quem são seus detentores*
*Por mérito, sem ardilezas;*
*É querer prosperidade,*
*Sem trabalho e honestidade,*
*Movido por espertezas.*

*Disputas, competições*
*São normais e naturais;*
*Recursos de emulações*
*São saudáveis, se leais.*
*Que vençam os mais bem dotados*
*Treinados, capacitados,*
*Com aptidões pessoais. [...]*

## *Gregório Thaumaturgo de Azevedo*

Em 1895, o Ministro da Bolívia no Brasil, Frederico Diez de Medina, propôs ao Governo brasileiro que se prosseguisse na demarcação. Foi assinado, a 19.02.1895, o respectivo Protocolo, composto de dois artigos apenas. O primeiro deles nomeava os comissários e o segundo fixava para todos os efeitos a nascente do Javari na posição que lhe atribuíram Teffé e Blake em 1874: 07°01'17,5" S e 74°08'27,7" O.

Os comissários bolivianos nomeados foram o Coronel Juan Manoel Pando e o Engenheiro Carlos Satchell e do Brasil o Tenente-Coronel Gregório Thaumaturgo de Azevedo e o Capitão-Tenente Augusto da Cunha Gomes. A 29.09.1895, encontram-se os comissários em Caquetá, iniciando, logo em seguida, os trabalhos geodésicos.

A correspondência trocada entre os dois primeiros comissários, Thaumaturgo e Pando, sobre as observações astronômicas procedidas no local, demonstram claramente, desde o início, o esforço boliviano de defender seu ponto de vista, enquanto o brasileiro, sem se afastar da verdade, de resguardar os interesses nacionais.

As teses são admiráveis. Thaumaturgo, todavia, se destaca pela firmeza de suas convicções, pela lógica insofismável de seus argumentos, pela precisão indiscutível de seus cálculos e pelo grande conhecimento das coisas e das gentes da região pesquisada.

É o homem certo no lugar certo com um único objetivo que é de não ceder uma polegada do Território Nacional.

Thaumaturgo relata ao Ministro do Exterior, Carlos de Carvalho:

> Em primeiro lugar, afirmo que o Sr. Barão de Teffé não foi à cabeceira do Jaquirana; ele mesmo confessa, e, por conseguinte, as coordenadas dessa nascente não foram calculadas por observações no lugar, mas somente estimadas; acrescendo não ter ele cumprido o §10 de suas Instruções que determinava chegar a exploração pelo menos até 07°30'.
>
> Em segundo lugar, informações de moradores do Javari dão como certo que o Jaquirana vai mais além do ponto determinado pelo Sr. Barão de Teffé e também que esse Jaquirana não é o prolongamento do Javari, mas sim um afluente dele; que o verdadeiro Javari é o Galvez hoje pertencente ao Peru ([172]), em virtude do acordo estabelecido pela 1° Comissão Demarcadora, e para isto dizem que as águas deste são da mesma cor que as do Javari, ao passo que as do Jaquirana são escuras.
>
> Ora, como nenhuma das Comissões foi à cabeceira destes Rios, ignora-se ainda qual e o que vai mais ao Sul para ser considerado o ponto terminal da linha geodésica que limita o Brasil com a Bolívia de acordo com o Tratado vigente.
>
> Em terceiro lugar, a opinião de Paz Soldán, do Sr. Barão de Ladário e do próprio Coronel Pando, ex-chefe da Comissão boliviana, é que o Javari vai além de 07°30'. Resta agora que a Comissão incumbida de explorar a nascente principal do Javari atinja a sua verdadeira origem. (AZEVEDO, 1953)

[172]Cunha Gomes, mais tarde, afirma que as características físicas das águas do Jaquirana e do Javari é que são bastante semelhantes e que a vazão do Jaquirana é superior à do Galvez apontando o Jaquirana como a verdadeira nascente do Javari.

Thaumaturgo, que contava com o apoio do Ministro, Carlos de Carvalho, procurava evitar que o território pátrio fosse mutilado perdendo uma área, que calculou, de 5.870 léguas quadradas.

No seu relatório, Thaumaturgo tece considerações de ordem econômica; faz comentários sobre a problemática social e aponta medidas para resguardar os interesses brasileiros.

Infelizmente Carlos de Carvalho é substituído, nesse ínterim, pelo General Dyonizio Evangelista de Castro Cerqueira que coloca em cheque a posição do velho camarada, em documento tornado público.

Thaumaturgo contesta, com vigor, a posição de Dyonizio e se demite das funções. A demissão, mesmo antes de ser oficializada, é estampada na mídia escrita numa clara afronta e desrespeito ao insigne militar, ganhando foros nacionais, alastrando-se por todos os rincões do país.

> Comissão de Limites entre o Brasil e a Bolívia, n° 243. Manaus, 02.01.1897.
>
> Sr. Governador - Chegando ao meu conhecimento que o Sr. Ministro das Relações Exteriores vos dirigiu um longo ofício em que trata da Comissão de Limites de que sou o 1° Comissário, e no qual me são feitas graves acusações em relação à nascente do Rio Javari, rogo-vos, em bem dos interesses do país e do próprio Estado do Amazonas, que mandeis dar-me por cópia o mesmo ofício, letra por letra, se não contiver nenhuma forma reservada.
>
> Gregório Thaumaturgo de Azevedo, Coronel Chefe da Comissão. (AZEVEDO, 1953)

Dyonizio de Cerqueira não se deixa convencer pela irrefutável Lógica Cartesiana de Thaumaturgo de Azevedo que determinava que, antes de se partir para uma demarcação definitiva, se procurasse definir com exatidão a nascente do Javari. O novo Ministro das Relações Exteriores mantinha-se aferradamente ao Tratado de 1867, cuja correta interpretação fazia questão de ignorar.

## Capitão-Tenente Augusto da Cunha Gomes

O Ministro, pressionado pelos membros do Instituto Histórico e Geográfico, do Instituto Politécnico, Clube Militar e pela opinião pública que se manifestaram a favor do oficial demissionário, incumbiu o Capitão-Tenente Augusto da Cunha Gomes, 2° Comissário Brasileiro, de efetuar a Reexploração do Javari com a missão precípua de identificar sua real nascente.

O levantamento de Cunha Gomes foi consolidado no relatório de 11.01.1898, mostrando que a diferença encontrada não excedeu a 10". Teffé não errara como acreditava Thaumaturgo no desejo de salvar a situação das terras, onde vivia uma já considerável parcela da população brasileira. Em 11.01.1898, Cunha Gomes enviou seu relatório, informando:

> No dia seguinte, 24 de agosto de 1897, depois do almoço, partiu às dez horas da manhã a turma encarregada de abrir o caminho, sendo feita antes a fotografia da Expedição e, meia hora depois, partimos cheios de confiança de em breve chegar às nascentes do Rio Javari.
>
> Os sofrimentos que suportou todo o pessoal da Expedição pelas dificuldades materiais a vencer fo-

ram em extremo, como mostrou o estado em que com ele cheguei ao Raio, e só devido à boa vontade que todos tinham em bem cumprir o seu dever pude atingir as nascentes do Rio Javari depois de oito dias de penosa marcha por entre uma floresta virgem, cheia de perigos, subindo e descendo montanhas, algumas de mais de quinhentos metros de altura, cruzando precipícios sobre simples troncos roliços de árvores, lançadas na ocasião de margem a margem, sempre acompanhando o Rio em suas múltiplas e caprichosas sinuosidades.

Todas as vezes que o Rio Jaquirana se dividia, procedia-se à avaliação dos volumes d'água e subia-se o mais volumoso. Assim, Sr. Ministro, chegou a Expedição que dirijo, às 10h30 do dia 31 de agosto de 1897, às nascentes do Rio Jaquirana ou Alto-Javari com geral e grande contentamento.

Nasce o Rio Jaquirana ou Alto-Javari de dois olhos d'água ou vertedouros no fundo de uma grande grota formada por dois altos contrafortes de uma grande serra. Aos sessenta e seis metros de distância, estes dois vertedouros se reúnem formando pequeno regato, que cai logo em cachoeira de 4,50 m de altura, deixando em sua base pequena Bacia.

Segue pela grota abaixo em córrego encachoeirado, recebendo, de um e outro lado, filetes d'água até a distância de 198 metros, onde se precipita, formando uma queda d'água de 12 metros de altura; continua em torrente encachoeirada e violenta por mais cinco metros, dividindo-se aí em duas fortes quedas d'água, tendo a da direita 27,8 m de altura e a da esquerda 37,3 m as quais formam em sua base uma bela Bacia, cavada em leito de pedra.

Destas quedas mandei fazer fotografias. (GOMES)

Dyonizio de Cerqueira, baseado no Relatório de Cunha Gomes, argumentou, junto aos representantes bolivianos que era necessário se fazer a retificação dos trabalhos de demarcação realizados anteriormente tendo em vista que a nascente do Javari não estava na posição atribuída em 1895.

### "*O Iniciador da Questão do Acre*"

> Gregório Thaumaturgo de Azevedo, filho de Manuel de Azevedo Moreira de Carvalho e de Dona Angélica Florinda Moreira de Carvalho, nasceu em Barra do Maratauan, Província do Piauí, a 17.11.1853, e faleceu no Rio de Janeiro, a 23.08.1921. Com menos de 15 anos matriculou-se na Escola Militar, concluindo, em 1877, o Curso de Engenharia, e recebendo no ano imediato o grau de Bacharel em Matemáticas e Ciências Físicas e Naturais. Galgou a seguir brilhantemente todos os Postos do Exército até o de Marechal.
>
> Foi Secretário da Comissão de Limites entre o Brasil e a Venezuela, Comandante Geral das Fronteiras e Inspetor das Fortificações, Diretor das Obras Militares em Pernambuco, onde se matriculou na Faculdade de Direito, tomando o grau em 1889; Presidente do Estado do Piauí, Governador do Estado do Amazonas, onde, tendo encontrado o Governo em débito de 2.300 contos, pagou-os em 4 meses, deixando nos cofres do Tesouro o saldo de mais de 2.023 três contos, em 6 meses de Governo. Voltando ao Rio, foi reformado, preso e desterrado pelo Governo Floriano. No Governo de Prudente de Moraes, foi nomeado Chefe da Comissão de Limites entre o Brasil e a Bolívia; quando iniciou a "*Questão do Acre*", para não fazer demarcações contra o Brasil, demitiu-se da Comissão por não concordar em ceder vasta área à Bolívia.

Foi ainda Secretário do Ministro da Guerra, Prefeito Alto-Juruá, tendo fundado a Cidade de Cruzeiro do Sul; Comandante da Região Militar da Bahia, Vice-Presidente da Exposição Nacional de 1908, Comandante da Brigada Policial, da Região Militar de Mato Grosso, Inspetor da Arma de Infantaria. Deputado Federal em quatro legislaturas pela oposição do Amazonas. Apresentado para de novo governar esse Estado, não chegou a tomar posse devido a grave enfermidade. Em 1921, foi novamente eleito para esse cargo, opondo-se a isso até o próprio Supremo Tribunal, que deu o caso como político. Foi Presidente da Cruz Vermelha por 10 anos, deixando-lhe um patrimônio de cerca de 3.000 contos de réis, tendo-a recebido sem patrimônio e sem sede própria. Era condecorado com as ordens de Cristo, Rosa, Simão Bolívar, Aviz, grande placa de honra e mérito da Cruz Vermelha Cubana e medalha de ouro de Serviço Militar. Sócio de várias associações nacionais e estrangeiras, escreveu: "*O Acre*", "*Limites do Brasil*" no Livro do Centenário; "*1° Congresso Americano da Criança*" [legislação industrial], diversos relatórios, representações, etc. Foi um dos mais brilhantes estudiosos, ilustrados e úteis oficiais do Exército Brasileiro, a par de abnegado patriota e humanitário homem de sociedade. A sua "*Fé de Ofício*" ([173]) ressalta de bons serviços e atos de grande cunho cívico e rara altivez militar.

---

[173] As alterações ocorridas na vida do militar são registradas, no seu livro de alterações constituindo-se num extrato fiel da sua vida militar, onde figuram os seguintes elementos essenciais: data de praça, filiação, estado civil, data e local do nascimento, número de filhos, cursos realizados e seus resultados, publicações, promoções e respectivas datas, tempo de serviço, vantagens por tempo de serviço, recompensas, comissões, afastamento da sede por motivo de serviço – datas de partida e regresso, serviços em campanha, licenças para tratamento de saúde, baixas a hospitais ou enfermarias, atestado de origem, punições e outras alterações publicadas em boletim.

Reproduziremos a seguir os patrióticos e incontestáveis argumentos do Mal Thaumaturgo, nos quais ele advoga seu protesto público contra a entrega do Acre à Bolívia.

Graças ao "*Iniciador da Questão do Acre*" se seguiram manifestações eloquentes, no Parlamento brasileiro, como as do grande Rui Barbosa, as arrojadas investidas guerrilheiras de Plácido de Castro contra as forças bolivianas e a irrefutável e competente diplomacia de Rio Branco.

Utilizei-me de uma publicação editada pelas Oficinas Gráficas da D.S.G. do Ministério da Guerra, de 17.11.1953, em homenagem ao Centenário do Nascimento do Marechal e, por uma dessas amazônicas coincidências, ao Cinquentenário da assinatura do Tratado de Petrópolis.

## *Thaumaturgo de Azevedo*

# Limites Entre o Brasil e a Bolívia

**THAUMATURGO DE AZEVEDO**

Oficinas Gráficas da D.S.G.
Ministério da Guerra – Brasil
**1953**

## Limites entre o Brasil e a Bolívia

### I

Do Amazonas a esta Capital tenho sido interpelado pelos motivos que me levaram a exonerar-me de chefe da Comissão de Limites entre o Brasil e a Bolívia em cujo exercício estive de 1895 a 1897, e a todos tenho dito que oportunamente, a despeito das versões que correram em minha ausência, conheceriam esses motivos.

Hoje, que se acha publicado o relatório do Ministério do Exterior, é chegado o momento de fazer surgir toda a verdade, defendendo-me de acusações intempestivas, e calando a boca dos maldizentes. Ao atual Sr. Ministro das Relações Exteriores, no relatório que lhe dirigi a 6 de março de 1896, disse que só aceitei a responsabilidade de presidir essa Comissão para provar a minha solidariedade ao Governo do Sr. Presidente da República e corresponder à confiança do ilustre Sr. Dr. Carlos de Carvalho, então Ministro daquela pasta.

Não obstante os sacrifícios que experimentei durante dois anos de trabalhos, continuaria a prestar meus serviços nessa Comissão, se esse notável cidadão não tivesse deixado a pasta que brilhantemente dirigia, e se com o seu sucessor não aparecesse alguma incompatibilidade, como de fato apareceu.

Assim é que, desde 1890, estando de relações interrompidas com o atual Sr. Ministro, por motivos que não vêm ao caso lembrar, aguardava que S. Exª se manifestasse por qualquer ato, a fim de poder avaliar o grau de confiança que lhe merecia, e nessa conformidade pautar o meu procedimento.

A 31 de dezembro de 1896, desembarcando em Manaus de volta do interior do Estado, soube que o Governador tinha recebido um despacho no qual o Sr. Ministro do Exterior me censurava pela minha insistência em declarar não estar descoberta a nascente principal do Rio Javari.

É isto que nos termos precisos ignorava, não acontecia em relação aos comentários correntes, vindo dizer-me diversos amigos que o dito despacho era deprimente do meu critério, acrescendo que o Governador permitia que a Federação, órgão oficial, também me censurasse.

Reconheci logo a intenção do Sr. Ministro em deslocar-me da Comissão, deixando-me em posição insustentável e, desta sorte, obrigando-me a pedir exoneração.

Resolvi antecipar as medidas que supunha de vantagem para a Comissão e o País, e por isso a 1° de janeiro de 1897 dirigi-lhe o seguinte ofício, dando conta dos trabalhos da demarcação:

> N° 70 – Comissão de Limites entre o Brasil e a Bolívia-Manaus, 01.01.1897.
>
> Sr. Ministro – Cumpre-me enviar-vos as três Atas em original das conferências que esta Comissão teve com a Boliviana para ratificação dos trabalhos de demarcação da linha de fronteira do Brasil com a Bolívia nos Rios Aquiri ou Acre, Yaco ou Iaco e Alto-Purus, e por elas vereis que as posições geográficas dos Marcos nesses Rios, são:
>
> **Rio Aquiri ou Acre**
>
> Margem direita:
>
> Latitude 09°33’54” S / Longitude 67°30’17,5” O de Greenwich [ou 24°19’56,5” O do Observatório do Rio de Janeiro].
>
> Margem esquerda:
>
> Latitude 09°33’51” S / Longitude 67°30’25,5” O de Greenwich [ou 24°20’04,5” O do Observatório do Rio de Janeiro].
>
> **Rio Yaco ou Iaco**
>
> Margem direita:
>
> Latitude: 09°08’13,5” S / Longitude 68°38’53” O de Greenwich [ou 25°28’32” O do Observatório do Rio de Janeiro].

Margem esquerda:

Latitude: 09°08'11" S / Longitude 68°38'58" O de Greenwich [ou 25°28'37" O do Observatório do Rio de Janeiro].

**Rio Alto-Purus**

Margem direita:

Latitude: 08°57'27" S / Longitude 69°07'31" O de Greenwich [ou 25°57'10" O do Observatório do Rio de Janeiro].

Margem esquerda:

Latitude: 08°57'25" S / Longitude 69°07'37" O de Greenwich [ou 25°57'16" O do Observatório do Rio de Janeiro].

Também vos envio uma cópia do quadro das Latitudes Geográficas dos diversos pontos da linha de limites compreendida entre o Marco do Madeira, 10°20', e o do Javari 07°01'17,5" calculadas o ano passado para Longitudes de 10' em 10', em relação ao Meridiano de Greenwich e bem assim outro das Coordenadas Geográficas de vários pontos determinados este ano pelas duas Comissões.

Está, portanto, concluída a demarcação desta zona. Cabe-me agora informar-vos, resumidamente, dos trabalhos que tivemos para chegar a essa solução de harmonia com o atual Comissário boliviano.

Partimos de Manaus a 26 de julho de 1895 em um dos vapores da Companhia do Amazonas e a 05 de agosto de 1895 desembarcamos em Cachoeira, lugar de onde regressam todos os vapores do Purus na época da vazante do Rio.

Depois de calafetadas as canoas, preparadas as toldas e de ter providenciado no sentido de apressar a partida, seguimos com destino ao Rio Aquiri no dia 10 de agosto de 1895 em dois batelões e 11 canoas rebocadas pela lancha "*Pátria*" da Comissão e outra contratada a Hilário Francisco Álvares, proprietário da Cachoeira.

A Comissão boliviana que seguira de Manaus em dia anterior a 26 de julho de 1895, em um vapor especialmente contratado, também seguiu da Cachoeira dois dias antes da nossa partida, indo encontrá-la na Boca do Aquiri na tarde de 21 de agosto de 1895 em que chegamos.

O dia 22 de agosto de 1895 foi destinado a preparativos de uma Expedição ao Alto-Purus sob a direção do Dr. Lopo Gonçalves Bastos Netto, 2° Ajudante da Comissão, com o fim de adiantar os trabalhos fazendo o levantamento desse Rio e do Iaco, até além da linha de limites. Esse engenheiro partiu na manhã seguinte, em quatro canoas tripuladas por dezesseis Soldados e um Sargento, municiados para cinquenta dias de serviço; e na mesma ocasião fiz seguir para Antimari, no Rio Aquiri, a lancha contratada rebocando um batelão com gêneros, material e parte do pessoal e do contingente.

A 28 de agosto de 1895, com o regresso dessa lancha, já tendo sido feitas observações juntamente com a Comissão boliviana, partimos para aquela localidade, chegando a 29 de agosto 1895 e continuando a viagem em canoas até Caquetá, onde desembarcamos a 05 de setembro de 1895.

No dia 08 de setembro de 1895, a Comissão Mista acordando nas observações desse ponto, fácil lhe foi determinar a posição dos dois Marcos, 300 metros acima do Barracão desse lugar, que assinalam a intersecção da linha de limites com o referido Rio.

E assim aceita a posição desses pontos que o ano passado dera causa a divergência com o Coronel Pando, como informei ao vosso antecessor em ofícios n° 19 de 09 de outubro de 1895, n° 21 e n° 22 de 04 e 08 de novembro de 1895, remetendo toda a correspondência com ele trocada, foram levantados os Marcos, sendo no dia 14 de setembro de 1895 lavrada a Ata da 3° Conferência, regressando no mesmo dia a Comissão para a Boca do Aquiri, onde de novo chegou na tarde de 17 de setembro de 1895. Recorrido o calafeto das canoas e reparadas as toldas, partimos a 26 de setembro de 1895 para o Alto-Purus.

Depois de inúmeros sacrifícios durante a viagem, sendo preciso arrastar as canoas por sobre bancos de areia em trechos do Rio atravancados de paus, permanecendo as praças durante o dia dentro d'água, pudemos chegar à Boca do Iaco a 09 de outubro de 1895.

Na véspera, encontramos o Dr. Lopo Netto de volta do seu trabalho de levantamento dos Rios Iaco até a Latitude graficamente estimada de 09°19'0" Sul e Longitude 68°40'30" Oeste de Greenwich, e Alto-Purus até 09°09'55" Sul e Longitude 69°27'57" Oeste de Greenwich, de acordo com as Instruções que lhe dera para explorá-los além da linha de limites calculada. Feitas as observações na Foz do Iaco, partimos para o Alto-Purus a 15 de outubro de 1895 e chegamos ao Barracão de Barcelona no dia 26 de outubro de 1895. Reconhecido que o ponto da linha de fronteira passava abaixo desse Barracão, descemos para a Boca do Igarapé Jacuraru que assinalamos.

Continuando a viagem a 27.10.1895, chegamos de novo à Foz do Iaco no dia 30.10.1895. No mesmo dia subimos este Rio até ao Barracão Santa-Fé, na Foz do Rio Caieté, afluente da margem esquerda do Iaco onde se fizeram observações, reconhecendo-se que os pontos da linha iam pouco acima deste lugar.

Assinalados os pontos, regressamos para a Foz do Iaco a 01.11.1895 e, no mesmo dia, continuamos a viagem para a Boca do Acre, uma vez que estavam terminados os trabalhos por parte da Comissão Brasileira. No dia 03 de novembro de 1895, às 13h45, encontramos o vapor Sabiá que levava a bordo a Comissão boliviana demorada no Acre desde 17 de setembro de 1895 por falta de água.

Tendo-se acabado os víveres e tornando-se materialmente impossível o nosso regresso em canoas e acompanhar o referido vapor, foi-me oferecida hospedagem pelo Comissário boliviano; em vista do que fiz descer as canoas para a Boca do Acre com o pessoal disponível e doente, regressando eu com aquele Comissário e os demais companheiros até aos lugares por nós já determinados, os quais, depois de examinados e verificadas as observações pela Comissão Boliviana, foram definitivamente aceitos, assinalados os Marcos e lavradas as respectivas Atas nos dias 06 e 11 do mesmo mês [novembro de 1895] nos dois citados Rios.

Em seguida regressamos para o Acre onde me demorei dois dias para o levantamento da planta de um local apropriado a ser de futuro fortificado e ao estabelecimento de uma colônia em defesa dos dois Rios que lhe ficam em frente. A Comissão Boliviana prosseguiu sua viagem para Manaus no dia 14 de novembro de 1895; e a 16 de novembro de 1895, estando feito o serviço de levantamento, desci com a Comissão em batelão e canoas, encarregando-se o Dr. Lopo Netto do levantamento do Purus até "*Cachoeira*", onde desembarcamos na tarde de 21.

Estando impossibilitada a lancha de navegar até a Capital, aguardei a chegada de algum vapor que nos trouxesse com o pessoal e material, o que só se efetuou na tarde de 21 de dezembro de 1895, fundeando a 31.12. 1895, neste Porto.

De Cachoeira a Manaus, o levantamento foi feito alternadamente por mim e pelo Dr. Lopo Netto durante 10 dias e 10 noites de viagem, ficando assim ligado todo o Rio Purus ao Solimões e a esta Capital. Logo que sejam construídos os trabalhos, vo-los remeterei.

O estado sanitário da Comissão, não obstante o grande número de doentes e de dois falecimentos, como vereis do quadro nosológico junto, foi melhor este ano do que o passado em que perdemos o encarregado do material e fornecimento, três praças e dois marinheiros, tendo ficado doentes os membros da Comissão, empregados, praças do contingente e o pessoal do aviso Teffé.

Deve a Comissão continuar seus trabalhos de demarcação pelo Rio Juruá. Em vista, porém, de considerações sugeridas pelo Comissário boliviano, cuja continuação como Comissário depende ainda de novo contrato a realizar com o Governo boliviano, por ter terminado a 31 do mês passado [dezembro de 1895] o que tinha, propôs-me apresentarmos aos nossos governos a ideia de partirem juntas as duas Comissões em outubro [1896], em vapor especial, de pequeno calado, correndo as despesas por conta dos dois governos; ou cada uma em vapor expressamente construído para esses Rios e tais serviços.

Para isso escreveu-me a carta cuja cópia vos envio em que trata da época da partida da Comissão e de ser mudada a sede para o Pará; respondendo-lhe eu com outra, cuja cópia também passo às vossas mãos.

Diante das inúmeras dificuldades que temos experimentado e conheceis, de uma longa viagem em canoas, dos imensos sacrifícios feitos com prejuízo da saúde do pessoal que tem tido ocasião de sofrer fome por impossibilidade de conduzir em canoas, gêneros bastantes para fornecimento a longo prazo em época de Rio baixo.

Acho procedente o que pensa o Comissário boliviano de andarem as duas Comissões em dois vapores especiais de aço, fundo chato, pequeno calado, de rodas independentes à popa, que subam em toda época do ano os Rios a explorar; ou então em um só vapor de maiores dimensões para acomodar as duas Comissões e cujo preço, pensa M. Satchel não exceder de £ 6.000 nesta hipótese ou £ 4.000 na outra, armado no Pará. Sem ser preciso, portanto, conduzir tão grande número de canoas e batelões e grande contingente para remar essas canoas, acarretando perdas de vida, pela natureza selvagem do trabalho, demora no serviço e prejuízos ao tesouro pelo estrago que sofrem os gêneros por tantos meses empilhados em embarcações pequenas sujeitos a aguaceiros prolongados.

Na hipótese da continuação dos trabalhos em vapores especiais, a demarcação poderá ficar concluída em um ano, acrescendo que, com a economia de tempo, pessoal e víveres, será menos dispendiosa e, no fim dos trabalhos, o vapor poderá ser vendido em hasta pública ([174]) e dar o mesmo valor do seu primitivo preço ou maior do seu custo, depois de haver prestado os serviços que dele se necessita. Ou sigam as Comissões em vapores especiais ou façam-se os trabalhos como até hoje o tem sido em canoas, depende de resolução dos dois governos à época da partida das duas Comissões para que, em tempo oportuno, possa achar-se em Manaus a Comissão boliviana.

Até essa época, penso que fareis não pequena economia se dispensardes o pessoal da Comissão, conservando apenas o Dr. Lopo Netto para tomar conta dos instrumentos e construir os levantamentos e plantas parciais, ficando o material conservado no depósito por praças do contingente sob a fiscalização do mesmo engenheiro.

---

[174] Hasta pública: leilão público.

Em 7 meses de permanência aqui, sem serviço a não ser o de escritório para ocupar o pessoal existente, à espera da época de prosseguir a demarcação, a economia resultante dessa dispensa é maior que a despesa de ajudas de custo que couberem aos novos membros nomeados. No número dos dispensados, peço que me incluais, atento ao meu estado de saúde, que não me permite continuar a prestar serviços em Comissão tão árdua e perigosa como esta.

Assim, pois, em 7 meses a economia das gratificações com o 1° e 2° comissários, Médico e empregados do fornecimento, atinge a 62:300$, e mesmo que a Comissão só se demore nesta Cidade quatro meses, ainda assim é de 35:600$, quantia superior às ajudas de custo que deverão receber outros nomeados, com a vantagem de vir pessoal não minado pelo impaludismo como o atual.

A resolução que tomardes peço que me seja comunicada por telegrama a fim de providenciar sobre a entrega do que está a meu cargo, poder seguir até essa capital e tratar-me convenientemente como aconselham meus médicos.

Saúde e fraternidade.

Ao Sr. Dr. Dyonizio Evangelista de Castro Cerqueira, Ministro das Relações Exteriores

– Gregório Thaumaturgo de Azevedo.

## II

Em seguida, tomei a deliberação de oficiar ao Governador do Estado pedindo cópia do despacho do Sr. Ministro, a qual sendo-me remetida oficialmente aqui transcrevo para que fique bem patente a intenção que então reconheci, desde logo, de querer o Sr. Ministro, contra a verdade dos fatos, colocar-me em uma situação difícil e mesmo desairosa para os meus créditos de cidadão, de militar e de Chefe de uma Comissão tão importante.

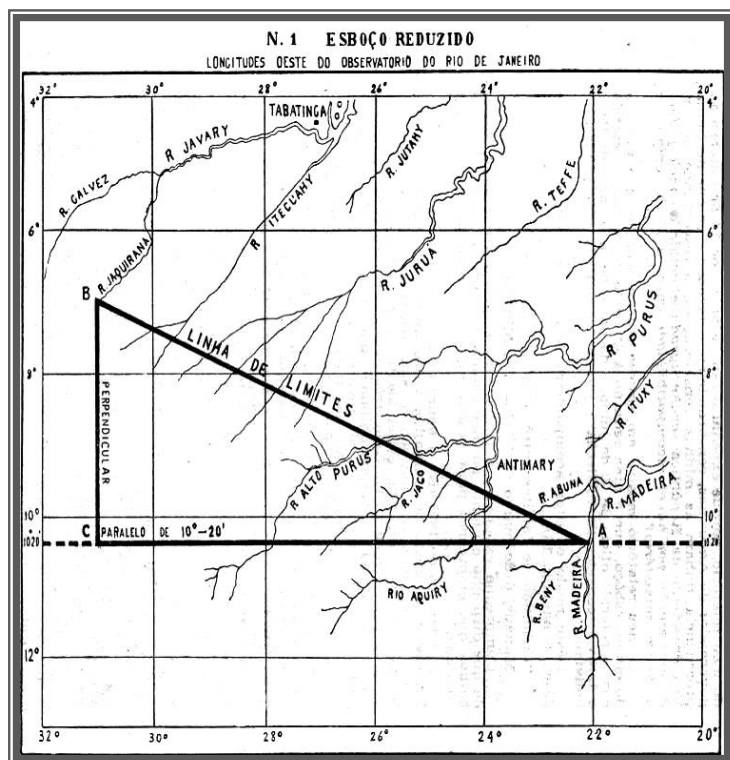



*Imagem 13 – Esboço Reduzido*

Comissão de Limites entre o Brasil e a Bolívia, n° 243. Manaus, 2 de janeiro de 1897.

Senhor Governador.

Chegando ao meu conhecimento que o Sr. Ministro das Relações Exteriores vos dirigiu um longo ofício em que trata da Comissão de Limites de que sou o 1° Comissário, e no qual me são feitas graves acusações em relação à nascente do Rio Javari, rogo-vos, em bem dos interesses do país e do próprio Estado do Amazonas, que mandeis dar-me por cópia o mesmo ofício, letra por letra, se não contiver nenhuma forma reservada.

Gregório Thaumaturgo de Azevedo, Coronel Chefe da Comissão.

2° Seção. Número 5. Diretoria Geral 5531. Expediente.

Rio de Janeiro. Ministério das Relações Exteriores, 14 de outubro de 1896.

Senhor Governador. Recebi a 16 do mês próximo passado, por via do Pará, o vosso telegrama de 11, assim concebido:

Consta este Governo, que por más observações antigos exploradores, Estado fica lesado grande parte seu território. Peço digneis informar que há a respeito.

Respondi a 21: "*Tem-se dito esse Estado perde cinco mil setecentas oitenta léguas quadradas. Inexato. Explicarei por escrito*".

Em telegrama do princípio do corrente, recebido a seis relativo principalmente aos limites com a Guiana Inglesa vos referis ao assunto do primeiro.

O Dr. Thaumaturgo de Azevedo disse, em ofício de vinte e dois de julho do ano próximo passado [1896] que, por informações reiteradas que havia colhido, podia garantir que a nascente principal do Javari se acha muito acima do Marco colocado aos 07°01'17,5", Latitude Sul, e, calculando a área perdida por esse Estado, asseverou que é maior de cinco mil oitocentos e setenta léguas quadradas. No telegrama, eu disse, por engano cinco mil setecentos e oitenta. Essa foi a origem da notícia que aqui circulou, e a qual, provavelmente, vos referistes no primeiro telegrama.

Algum tempo depois de se receber o citado ofício, vindo o Coronel Thaumaturgo de Azevedo a esta capital, perguntou-lhe o Diretor Geral da Secretaria quais eram as reiteradas informações em que se fundara para garantir o que acima vos referi e ele lhe entregou uma carta de pessoa de sua amizade acompanhada de um esboço do Rio Javari em que se leem algumas observações.

Um rápido exame desse esboço bastou para mostrar que não podia haver hesitação em rejeitá-lo.

Ali escreveu o autor o seguinte, falando dos afluentes do Javari:

> Terceiro afluente, Jaquirana. Fica distante de Curuçá 750 milhas, mais ou menos, de lancha. O Marco Barão de Teffé foi colocado na forquilha que abre com o Galvez, sendo este a continuação do Javari. Para chegar a sua nascente, caminha-se em lancha no tempo da cheia, cinco dias, sendo bem remado. Habitado até as suas nascentes.

O Jaquirana não é afluente do Javari, é continuação dele como ficou assentado entre os governos do Brasil e do Peru. O Galvez que o informante considera como continuação do Javari e pelo qual leva consequentemente a Linha Divisória é afluente e pertencente ao Peru. O Marco não foi posto na forquilha, isto é, no ponto em que o Galvez deságua no Javari, foi muito acima. O ponto de bifurcação está na Latitude de 05°10'18" Sul e o Marco, ou antes a nascente, está na Latitude de 07°01'17,5" ou quarenta léguas acima. Se o informante leva a fronteira pelo álveo ([175]) do Galvez, como pode saber que a nascente do Jaquirana ou Javari, não está na Latitude achada pela Comissão Mista que concluiu a demarcação dos limites com o Peru? Por outro lado, não é de admirar que isso diga quando assevera que o Marco foi posto na forquilha? Apesar de serem as informações evidentemente inexatas, o Sr. Coronel Thaumaturgo de Azevedo acolheu-as como dignas de fé e infelizmente, pela revelação de amigos, com quem se abriu, deu-lhes publicidade agravando-as com um cálculo que eleva a pretendida perda de território desse Estado a um algarismo assustador. Como chegou ele a esse triste resultado? Tirou do marco uma perpendicular sobre o Paralelo de 10°20' e fechou um triângulo com esse Paralelo e a linha geodésica que parte do Madeira.

A área desse triangulo é que foi avaliada em mais de cinco mil oitocentas e setenta léguas quadradas.

---

[175] Álveo: talvegue.

A perda sofrida pelo Estado do Amazonas, se perda há, só poderia ser calculada sabendo-se com exatidão a verdadeira posição da nascente. Ora, o Sr. Coronel adotou arbitrariamente o referido Paralelo, devendo saber que, ainda na opinião dos que nenhuma observação fizeram ali, não chega à nascente. O Almirante Costa Azevedo supõe que estará entre o sétimo grau e o oitavo.

Pode ser que tenha havido algum engano, não na Latitude em que se pôs o marco, na apreciação da distância em que dele fica a nascente mas o engano ainda não provado que poderá ser para mais ou menos, não poderá ser grande. Na carta do Javari, levantada pela última Comissão Mista, na parte por ela explorada, lê-se a seguinte nota:

> Impossível seguir avante nas chalanas. Fizemos uma excursão por terra, regressando à noite, depois de uma escaramuça com os selvagens que nos saíram ao encontro, mas fugiram à primeira descarga.

Como se vê, a Comissão subiu até onde lhe foi possível e fez reconhecimento por terra. A circunstância de não poderem as chalanas subir além do ponto em que se pôs o Marco faz crer que a nascente não pode estar longe. Se estivesse, e muito como se diz, haveria água bastante, porque no seu curso até o Marco, o Rio receberia afluentes ainda de pouco volume. Finalmente, os que dizem que a nascente está muito acima da Latitude achada ignoram qual seja a verdadeira, porque a não observaram.

A Comissão Mista que se compunha de profissionais responsáveis não se guiou por boatos e o seu trabalho merece fé enquanto se não provar que ela se enganou. O Governo sabe o que é de sua competência e não se descuida do que tem de fazer a esse respeito.

Saúde e fraternidade. – Dyonizio Evangelista e Castro Cerqueira. Ao Sr. Governador do Estado do Amazonas. Conferida. – Francisco Castro. Conforme – R. Vasconcellos.

## III

Achava-me no Pará, a 19 de fevereiro de 1897, quando a "*Folha do Norte*" publicou o seguinte:

> Consta que será exonerado do cargo de Chefe da Comissão Técnica de Limites com a Bolívia o Dr. Gregório Thaumaturgo de Azevedo, em virtude de acusações que lhe são feitas pelos seus companheiros de trabalho na dita Comissão.

Em vista desta notícia, dirigi ao Sr. Ministro, na mesma data, este telegrama:

> Ministro Relações Exteriores – Rio – Folha do Norte publica um telegrama constando minha exoneração em virtude acusações companheiros. Solicitei, desejo exoneração, mas devo informar oficialmente acusações desleais. Sigo 26 Manaus.

A mesma Folha, no dia seguinte, publicou esta declaração:

> Procurou-nos o Sr. Dr. Thaumaturgo de Azevedo e a propósito de um telegrama da Folha de ontem comunicou-nos que, desde os primeiros dias de janeiro, pedira sua exoneração da Comissão de Limites com a Bolívia.
>
> Apesar disso, como consta que tal exoneração lhe era cedida em virtude de representações de alguns colegas de Comissão, Sr. Dr. Thaumaturgo já pediu ao Governo para informar sobre tais representações, a fim de demonstrar o que elas possam ter de inverídicas.
>
> S. Sª que vai a Manaus em busca de alguns documentos oficiais para o Governo, partirá para o Sul onde rebaterá, conforme nos disse, as acusações em sua ausência exploradas junto ao Governo.

Não tendo obtido do Sr. Ministro resposta ao meu telegrama, nem recebido comunicação oficial de minha exoneração, compreendi que devia quanto antes passar a direção da Comissão.

Regressando, pois, a Manaus e tendo liquidado com a alfândega as contas de despesas feitas sob a minha responsabilidade e passado ao meu substituto legal tudo quanto existia a meu cargo, segui para esta Capital onde cheguei a 30 de março [1897]. No mesmo dia, apresentei-me ao Sr. Ministro entregando ao venerando Sr. Visconde de Cabo Frio, Diretor Geral da Secretaria, o meu relatório, ofícios, contas, mapas, caderno de cálculos, cadernetas e desenhos.

O Sr. Ministro não me recebeu dando como motivo ter acabado tarde a audiência ao corpo diplomático e de ir retirar-se, marcando-me o dia seguinte para falar-me; o que deixou de realizar-se por não ter vindo à sua Secretaria. Dando-lhe tempo para ler a correspondência que entregara, apresentei-me em outro dia e fiz anunciar-me.

S. Exª respondeu que conversasse com o Sr. Visconde de Cabo Frio, e, voltando o contínuo com a minha declaração de já ter-me entendido com o Sr. Visconde, desejando apresentar-me pessoalmente, mandou o Sr. Ministro dizer-me por seu oficial de gabinete – "*que me dava por apresentado*". Deixo de comentar este procedimento do Sr. Ministro, esquivando-se de receber um funcionário que acabava de chegar de importante Comissão, qual a que dirigira, quaisquer que fossem as razões de incompatibilidade pessoal ou administrativa, para que outros o julguem.

Recorri então ao Sr. Presidente da República, comunicando-lhe o que se tinha passado, e solicitei uma audiência para pô-lo ao fato das ocorrências que se deram com a Comissão de Limites. E, como a minha exoneração fora firmada pelo Sr. Dr. Manoel Victorino, então na Presidência, procurei-o, e narrando-lhe o ocorrido, respondeu-me S. Exª que a

minha exoneração fora a meu pedido, declarando-lhe o Sr. Ministro do Exterior ser-lhe agradável apresentá-la, por ser a minha opinião incompatível com a da sua Secretaria, acerca dos trabalhos da demarcação.

Expondo-lhe rapidamente esta pretendida incompatibilidade, S. Exª mostrou-se convencido da sinceridade da minha exposição e a necessidade de fazê-la pública para que o país conhecesse o modo por que eu havia advogado os interesses nacionais, confiados a minha lealdade e ao meu critério.

Quando não fossem suficientes estes fatos para demonstrar a má vontade do Sr. Ministro do Exterior à minha pessoa, e o empenho que tinha de desacreditar-me, basta a circunstância de permitir com o seu silêncio que o "*O País*" e o "*Jornal do Brasil*" fizessem comentários em meu desabono, falseando a verdade, como se vê nas duas locais que transcrevo. Em sua edição de 18 de fevereiro [1897] disse o "*O País*":

> Está resolvida, e cremos mesmo que lavrado o respectivo decreto, a exoneração do Coronel Thaumaturgo de Azevedo de Chefe da Comissão de Limites entre o Brasil e a Bolívia, tão pouco correto foi o modo por que procedeu no desempenho da importante Comissão.

Qual o meu procedimento, tão pouco correto de que fala o "*O País*"? Insistir no descobrimento da verdadeira nascente do Rio Javari, contra a opinião do Ministro, como mostra o seu despacho ao Governador do Amazonas? Isso, só pode honrar-me, em vez de merecer censura, e tal é a convicção que levei ao Sr. Ministro com o meu relatório, que ele acaba de providenciar para que a Comissão interrompa os trabalhos da demarcação, que deveriam ser no Rio Juruá, para ir ao Javari descobrir a sua nascente.

Logo, a minha insistência, longe de ser uma incompatibilidade, como alegou o Ministro ao Sr. Vice-Presidente da República, era motivo louvável, que produziu o efeito útil de que acaba de lançar mão mandando descobrir aquela nascente. O "*Jornal do Brasil*" da mesma data publicou esta notícia inteiramente destituída de fundamento:

## Pela Diplomacia

### Bolívia – Brasil

### *LIMITES*

> O Sr. Ângelo dos Santos, Comissário Chefe do Material da Comissão de Limites com a Bolívia, apresentou-se ontem, vindo de Manaus, na Secretaria do Exterior, ao Sr. General Dyonizio Cerqueira. Parece que pouco trabalho fizeram as duas Comissões, tendo demarcado provisoriamente dois afluentes do Amazonas e respectivos limites. A Comissão boliviana, ultimamente em divergência com a nossa, regressou para Sucre. Quanto aos nossos delegados, acham-se eles em plena divergência com o Sr. Cel Thaumaturgo, Chefe da Comissão de Limites. Destas divergências em tempo se ocuparão os jornais de Manaus. Lamentamos o que sucede com esta momentosa questão, que faz desperdiçar inutilmente avultadas quantias e comprometer a nossa seriedade, indispensável mormente em assunto internacional. Não é a primeira vez que as Comissões boliviana e brasileira se reúnem, para fazer pouco ou mesmo nada, nem demarcando definitivamente os Rios Purus e Acre. Estamos certos de que o Sr. Gen Dyonizio Cerqueira, conhecedor daquelas regiões e das Questões de Limites, tomará a respeito enérgicas providências.

Os trabalhos foram executados definitivamente, de acordo com a Comissão Boliviana e as Instruções comuns que tínhamos. Esta Comissão não se retirou para Sucre, nem lhe era possível fazê-lo pelo interior da Bolívia, mas para Londres, onde foi estabelecer o

seu escritório e aguardar a época da continuação da demarcação. Sobre a divergência com a mesma Comissão e os meus companheiros de trabalhos, nunca houve, como provei em cartas publicadas na Federação de Manaus, e, acerca das avultadas quantias de que fala, agrada-me sobremodo declarar que não excederam de 420:000$ nos dois anos de serviço, as despesas totais de organização, ajudas de custo, aquisição de instrumentos, material flutuante e fornecimento para a força que acompanhava a Comissão. Propriamente o que se refere às despesas feitas sob a minha responsabilidade, de que dei conta e estão aprovadas pela Alfândega de Manaus e pelo Sr. Ministro, em despachos de 5 e 11 do corrente, foram em 1896 de 54:699$272 importando as de 1895 em 47:379$610, também aprovadas pela mesma Alfândega e o Sr. Dr. Carlos de Carvalho.

Nestas despesas estão incluídas compra de canoas, batelão, material, combustível, fornecimento para 60 praças e até gratificações a empregados. Como se vê, a noticia é evidentemente falsa, e o que admiro é que "*O Jornal*", um ano antes tendo feito referências tão favoráveis à minha pessoa, baseadas nos meus precedentes, fosse tão fácil em aceitar informações de um indivíduo incapaz de dá-las com acerto e sobretudo tendo uma crônica assaz ([176]) conhecida.

## IV

Antes de transcrever o meu relatório e fazer público o esboço da zona cortada pela linha geodésica, calculada de conformidade com as Instruções e os pontos extremos da fronteira, devo acentuar que, tanto calaram no esclarecido espírito do antecessor do Sr. Ministro as minhas considerações expostas em ofício n° 6, de 22 de julho de 1895, que me foi

[176] Assaz: muito.

expedida uma ordem para explorar o Javari e, se mais tarde, ficou adiada a sua execução nenhuma responsabilidade me cabe; certo de que o ilustre Sr. Dr. Carlos de Carvalho assim procedeu talvez por altas razões de conveniência política, nessa época em que o nosso país via-se assoberbado de complicações diplomáticas de maior relevância, cujas dificuldades soube vencer e aplainar com critério e saber jurídico. Mas o seu sucessor, que suponho não ter encontrado os mesmos motivos, tanto assim que resolveu mandar explorar aquele Rio, depois do meu relatório, porque expediu o seu despacho de 14 de outubro ao Governador do Amazonas, censurando-me e fazendo crer que nenhuma procedência tinham as minhas considerações, acrescentando ao Sr. Vice-Presidente da República ser-lhe agradável anuir ao meu pedido de exoneração por haver incompatibilidade entre a minha opinião e a do seu Ministério? O meu relatório mostra em síntese todo o ocorrido e o precedo do citado esboço, que é uma redução a 4ª parte do original remetido com o referido ofício de 22 de julho, e da parte de uma carta do Peru e Bolívia, considerada moderna e sempre consultada pelo Comissário boliviano. Deste modo o leitor acompanhará facilmente a exposição.

> Comissão de Limites entre o Brasil e a Bolívia.
>
> Manaus, 06.03.1897.
>
> Sr. Ministro.
>
> Cumpre-me expor-vos, a traços largos, pela estreiteza do tempo de que disponho e atento ao meu estado de saúde, a síntese dos trabalhos que empreendi para desempenho da Comissão que me foi confiada.
>
> Em janeiro de 1895, tive a honra de ser convidado pelo ilustre Sr. Dr. Carlos Augusto de Carvalho, vosso antecessor, para presidir a Comissão, e, como não me sentia com forças nem bastante competência

para bem dirigi-la, evitei aceitar a distinção; mas, como se apelava para o meu patriotismo, três meses depois tive de aceder ao convite, assumindo a responsabilidade que se me impunha, não só para demonstrar meu apoio ao Governo do Sr. Presidente da República Dr. Prudente José de Moraes Barros, como principalmente para prestar mais um serviço ao meu país.

Em abril, fui nomeado 1° Comissário, tendo aliás, desde janeiro, me encarregado dos preparativos da Comissão, como foram a escolha e reparação dos instrumentos existentes no arquivo do vosso Ministério, aquisição do material necessário para uma longa Expedição e organização de tudo quanto é preciso a Comissões idênticas. Segundo os protocolos de 19 de fevereiro e 10 de maio desse ano, assinados pelos Ministros representantes dos governos brasileiro e boliviano, foi resolvido:

> Quanto ao primeiro, o acordo de completar-se a demarcação do Rio Madeira ao Javari e adotar-se para todos os efeitos, como nascente principal do Javari, a determinada pela Comissão Demarcadora dos Limites entre o Brasil e o Peru, cujas coordenadas são: 07°01’17,5”, Latitude Sul e 74°08’27,07” Longitude Oeste de Greenwich; quanto ao segundo, a aprovação das Instruções pelas quais devia guiar-se a Comissão Mista. Segundo estas, as duas Comissões deviam reunir-se na Cidade da Lábrea, no Purus, e dali seguir este Rio até sua confluência com o Aquiri ou Acre, pelo qual subiriam para determinar os pontos em que é cortado pela Linha Geodésica, nos quais se colocariam Marcos.
>
> Se fosse possível, a Comissão Mista devia ir ao Rio Abunã, cuja posição também determinaria, se acaso cortasse a Linha Geodésica, depois do que voltaria a Comissão para subir os Rios Yaco ou Iaco e Alto-Purus e prosseguir a demarcação pelo Rio Juruá e seus afluentes até o Javari para assinalar seus afluentes.

Ainda nestas Instruções se me declarava não haver necessidade de verificar a nascente do Javari, visto ficar adotada pelos dois governos a operação pela qual na Demarcação dos Limites entre o Brasil e o "*Peru*" se determinou aquela posição.

Preparada a Comissão, tive de partir para Manaus onde cheguei a 30 de maio de 1895. Tendo estudado os trabalhos das Comissões do Peru e prendendo-se minha atenção à descrição feita pelo chefe da 2ª Comissão, reconheci desde logo que ele próprio confessara não ter atingido a nascente principal do Javari, <u>cujas</u> <u>coordenadas</u> <u>calculadas</u> <u>por</u> <u>estimativa</u> <u>não</u> <u>constituem</u> <u>por</u> <u>certo</u> <u>a</u> <u>expressão</u> <u>da</u> <u>verdade</u>. Por essa leitura e pelas informações que colhi em Manaus, de diversos moradores do Javari, tomei a deliberação de apresentar ao Governo, em ofício n° 6 de 22 de julho, considerações para mim de alto valor, com o fim único de chamar sua atenção para assunto de tanta relevância. Por essa ocasião disse:

> [...] Mas, podendo garantir desde já por informações inteiradas que hei colhido, que a nascente principal do Javari se acha acima do Marco aos 07°01'17,5" S [o Marco foi posto na margem direita do Javari aos 06°59'29,5" S e aquela Latitude se refere à estimada correspondente à nascente], ao nosso Governo cabe o direito de discutir o disposto no artigo 4° para a verdadeira interpretação que é no caso vertente, ser colocado o último Marco da fronteira com a Bolívia, na origem principal do Javari, salvo a hipótese de estar esta ao Sul do Paralelo de 10°20'.
>
> [...] A aceitar o Marco do Peru como o último da Bolívia, devo informar-vos que o Amazonas irá perder a melhor zona de seu território, a mais rica e a mais produtora; porque, dirigindo-se a Linha Geodésica de 10°20' a 07°01'17,5" ela será muito inclinada para o Norte, fazendo-nos perder o Alto Rio Acre, quase todo o Iaco e o Alto-Purus, os principais afluentes do Juruá e talvez os do Jutaí e do próprio

Javari; Rios que nos dão a maior porção da borracha exportada e extraída por brasileiros. A área dessa zona compreendida no triângulo ABC [Imagem 13] a ser exato o esboço que junto a este passo as vossas mãos, é maior de 5.870 léguas quadradas. Toda essa zona perderemos, aliás explorada e povoada por nacionais e onde já existem centenas de Barracas, propriedades legitimadas e demarcadas e Seringais cujos donos se acham de posse há longos anos, sem reclamação da Bolívia, muitos com títulos provisórios, só esperando a demarcação para receberem os definitivos.

[...] Portanto, a serem executadas as Instruções que me destes, vereis pelo referido esboço, que suponho mais ou menos exato, terá o Amazonas de perder 46% da produção da borracha ou anualmente 2.610:960$, no caso da Linha de Limites não abranger os afluentes do Rio Juruá; ou se os abranger, a perda da produção será de 68% e a renda desfalcada de 3.859:680$ e maior ainda será o prejuízo e o desfalque na renda, se a mesma Linha não salvar os afluentes do Rio Jutaí e os do próprio Javari, como o Itecuai já navegado por vapores em muitos dias de viagem.

[...] Nestas condições, penso que podeis apresentar ao Ministro boliviano o alvitre de ser descoberta a verdadeira origem do Javari, e, uma vez reconhecida, ali se colocar o último marco da fronteira com a Bolívia, sendo então os outros estabelecidos nos pontos de interseção da linha geodésica do Madeira a esse Marco com os diversos Rios que a cortarem, tal como se contém nas minhas Instruções. Neste caso, o Peru continuará a confinar com o Brasil, seguindo a linha de limites o curso do Javari até sua nascente principal. Se porém não quiserdes alterar o estabelecido nas Instruções, preferindo como verdadeira nascente do Javari, que é um erro geográfico, como disse, a Latitude determinada pela Comissão demarcadora do Peru, vejo um outro recurso que poderá ser posta em prática para salvaguardar os interesses de que acima tratei [...]

Em vista deste meu ofício, o vosso antecessor achou acertado por despacho de 19 de setembro, mandar proceder a exploração necessária para verificar a verdadeira posição do Javari; mas, infelizmente, por telegrama posterior, recebi comunicação de estar suspensa a execução daquele despacho; razão pela qual não dei em seguida começo à exploração do referido Rio.

A descrição dos trabalhos iniciados, em 1895, bem como as causas determinantes da Comissão Mista não ter realizado nesse ano a demarcação do Purus e seus afluentes, foram comunicadas ao vosso antecessor, bem como por essa ocasião enviei cópia de toda a correspondência trocada entre mim e o Coronel Pando, então Chefe da Comissão Boliviana.

Retirando-se a Comissão para Manaus, chegou em dezembro [1895] e como todo o pessoal técnico e do contingente se achava enfermo, tive de dar licença a uns para tratamento de saúde e dispensar do serviço a outros que pediram, sendo aprovado pelo vosso antecessor. Em fevereiro de 1896, tendo recebido chamado urgente do Sr. Ministro do Exterior para ouvir-me pessoalmente sobre a continuação da demarcação, fui até essa Capital onde, depois de dar as informações exigidas, regressei a Manaus, certo da Comissão ter de começar seus trabalhos pelo Rio Javari. Por essa ocasião, expus as razões que tinha e tenho para não considerar como descoberta a cabeceira do Javari e, em confirmação de já não se conhecer materialmente a posição do Marco colocado pelo Sr. Barão de Teffé e também de muitos moradores tomarem como prolongamento do Javari o Rio Galvez em lugar do Jaquirana, apresentei uma carta de Theodoro Monteiro da Cunha, acompanhada de um esboço, que mais tarde serviu para ser condenada minha opinião.

Mas o Sr. Ministro das Relações Exteriores tanto aceitou procedentes as informações dadas por mim, que retirando-me para Manaus, vim certo de começar a demarcação pelo Javari.

Dias depois, porém, recebi um despacho em que se me ordenava continuar a demarcação de acordo com as primitivas Instruções, isto depois de não ter-se conformado o Ministro boliviano com uma Nota que lhe fora expedida.

Não querendo mais insistir sobre as considerações anteriormente feitas, resolvi cumprir o que se me determinava e assim, em julho, parti para o interior do Estado, subindo o Rio Purus para recomeçar a demarcação, cujos trabalhos relativos a esta parte foram descritos em meu ofício n° 70, de 1 de janeiro do corrente ano.

Ao regressar a Manaus, soube que o Governador havia recebido um despacho vosso em relação à perda de território que vai sofrer o Amazonas e, como se dizia que as considerações feitas nesse despacho me eram infensas ([177]) e quase toda a população de Manaus sabia disto, dirigi ao mesmo Governador um ofício pedindo por cópia o referido despacho, o qual, sendo-me dado, tive ocasião de apreciar as vossas considerações.

Imaginai, Sr. Ministro, a minha surpresa e desgosto de ver-me gravemente acusado por atos que não pratiquei e pelo fato de promover oficialmente o descobrimento de uma verdade em vantagem do meu país, chamando a atenção do Governo para uma questão que considero importantíssima e que, apesar de todas as considerações em contrário, julgo necessário ser elucidada.

---

[177] Infensas: adversas.

"*Eu não dei a particulares informações sobre trabalhos da Comissão, e se o Sr. Barão do Ladário, em discurso no Senado, referiu-se a mim, é porque, conhecedor da questão, pois que é também de opinião que o Javari vai além de 07°01'17,5*" e sabendo que eu tinha Instruções para começar a demarcação pelo Purus, quando era de parecer que partisse do Javari, citou o meu nome em seu apoio.

À imprensa absolutamente não dei informações e sempre me neguei a dá-las, não tendo culpa que, em minha ausência, se fizessem referências muitas vezes inexatas e até contrárias à minha opinião conhecida.

Não são a carta e esboço que apresentei ao Sr. Diretor Geral da Secretaria do vosso Ministério que me autorizam a considerar a nascente do Javari ao Sul de 07°01'17,5", mas sim outras considerações cada qual mais convincente.

Em primeiro lugar, afirmo que o Sr. Barão de Teffé não foi à cabeceira do Jaquirana; ele mesmo confessa, e, por conseguinte, as coordenadas dessa nascente não foram calculadas por observações no lugar, mas somente estimadas; acrescendo não ter ele cumprido o §10 de suas Instruções que determinava chegar a exploração pelo menos até 07°30'.

Em segundo lugar, informações de moradores do Javari dão como certo que o Jaquirana vai mais além do ponto determinado pelo Sr. Barão de Teffé e também que esse Jaquirana não é o prolongamento do Javari, mas sim um afluente dele; que o verdadeiro Javari é o Galvez hoje pertencente ao Peru, em virtude do acordo estabelecido pela 1° Comissão Demarcadora, e para isto dizem que as águas deste são da mesma cor que as do Javari, ao passo que as do Jaquirana são escuras.

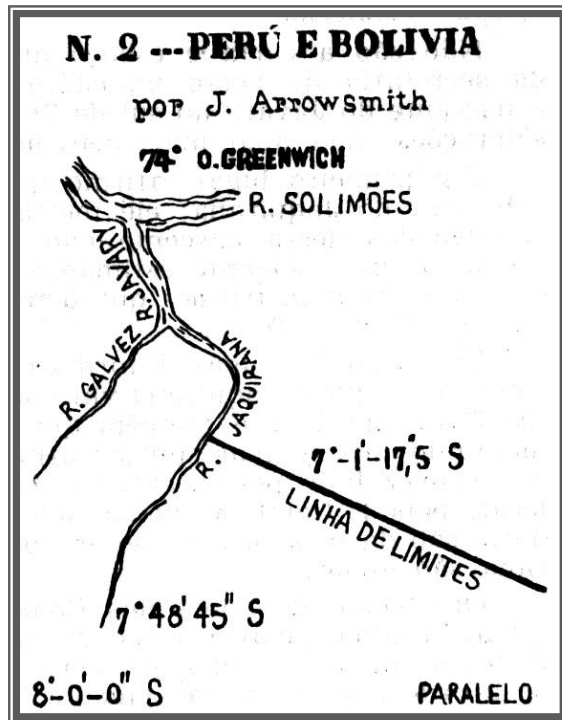



*Imagem 14 – Linha de Limites n° 2*

Ora, como nenhuma das Comissões foi à cabeceira destes Rios, ignora-se ainda qual e o que vai mais ao Sul para ser considerado o Ponto Terminal da linha geodésica que limita o Brasil com a Bolívia de acordo com o Tratado vigente.

Em terceiro lugar, a opinião de Paz Soldán, do Sr. Barão de Ladário e do próprio Coronel Pando, ex-chefe da Comissão boliviana, é que o Javari vai além de 07°30'.

Por último, a experiência que tenho da constituição hidrográfica da Bacia do Amazonas cujos Rios e afluentes parecendo acabar-se em um certo ponto, em virtude de uma barreira suposta invencível, atravessam essa barreira e continuam seu curso muitas léguas adiante.

O Rio Memachi, primeiro da linha de limites com a Venezuela, é um exemplo. Afluente do Naquieni já por si estreito, ele não dava passagem senão a ubás, parecendo acabar-se perto; atravessei-o em banhados extensos e depois fui encontrá-lo pequeno córrego e o acompanhei pela margem até sua cabeceira, onde o vi formar-se.

O Rio Antimari, que é um afluente do Acre ou confluente do Purus [o Antimari flui para o Rio Acre que, por sua vez se junta ao Purus], também estreito, só dando passagem a canoas sem toldas na enchente, parecendo acabar-se onde existe a última barraca de seringueiro; o fato de os moradores do lugar desconhecerem a continuação do seu curso, e do Capitão Piá, 1° Ajudante da Comissão, ter regressado deste último ponto por lhe ser impossível atravessar um grande chavascal no qual se perdia, é outro exemplo; pois deste Rio fomos ter perfeito conhecimento de ir acima da Foz do Rio Iaco, dirigindo-se muito ao Sul, fazendo acreditar que suas cabeceiras vão além de 10° de Latitude. Ora, se com este pequeno confluente ([178]) do Purus dá-se isto, por que com o Javari, afluente caudaloso do Solimões, a natureza fê-lo tão curto quando com aqueles e outros os leva acima de 09°, 10° e até 12° de Latitude Sul?

Acresce que as mais modernas cartas do Peru e Bolívia dão o Javari próximo de 08°, como sejam a "*Carta-Comerciale de Bolívia*" por F. Bianconi, publicada em Paris, outubro de 1890, terceira edição, e a "*Carta do Peru e Bolívia*" por J. Arrowsmith [Imagem 14], publicada em Londres, cartas que eram consultadas pelo atual chefe da Comissão Boliviana M. Satchell.

---

[178] Confluente: afluente do afluente.

Portanto, qualquer que seja a alteração na Latitude, esta influirá em toda a Linha Geodésica, desde seu começo no Madeira, e, uma vez que se descubra que o Javari nasce acima de 07°01’17,5” ou a 08°, a diferença é considerável e o território a conquistar-se bastante grande para salvar a parte considerada mais rica nessa zona, que atualmente irá pertencer à Bolívia, se for considerada definitiva a atual demarcação.

Após os trabalhos realizados no Purus, já está verificado que o esboço remetido ao vosso antecessor é mais ou menos verdadeiro pois, pela demarcação realizada, perdemos, pode-se dizer, todo o Rio Acre, o Rio Iaco, e grande parte do Alto-Purus, explorados e povoados por brasileiros e de onde vem a maior produção de borracha. A linha no Acre passa em Caquetá 60 horas de navegação em canoa acima da sua Foz; no Iaco passa a 3 horas em canoa de sua Foz e, no Alto-Purus, a 55 horas em canoa da Foz do Iaco.

O cálculo que fiz de 5.870 léguas quadradas perdidas para o Amazonas foi baseado na hipótese de ir o Javari até o Paralelo 10°20’, que não é arbitrário, mas o indicado pelo Tratado; e para limitar o triângulo que constitui essa área fiz o que indica o bom senso, baixar uma perpendicular da suposta cabeceira do Jaquirana [07°01’17,5”] ao referido Paralelo [10°20’]. Se essa nascente for mais ao Sul, se for a 08° por exemplo, o triângulo será ainda limitado pela perpendicular baixada da Latitude 08° ao Paralelo 10°20’, sendo então a área perdida menor do que a atual.

Eu não disse ter havido erro ou engano na Latitude em que se pôs o Marco, mas sim nas coordenadas que se referem à nascente, por se basearem na hipótese de não ir além de algumas milhas do Marco, essa nascente que o Sr. Barão de Teffé afirma ver

nascer de baixo de seus pés, quando ele mesmo declara que o Rio se perde em um banhado, que aliás não foi explorado, nem ele levou suas investigações além do ponto em que foi obrigado a retroceder por causa dos índios. E como se poderá saber que a verdade esteja com o Sr. Barão de Teffé ou comigo, se ainda não se fez exploração alguma para descobri-la? E que desejo eu senão isso mesmo, verificar se a nascente principal do Javari está ou não na Latitude e Longitude estimadas pelo Sr. Barão de Teffé e se o Jaquirana é ou não o verdadeiro Javari? Por tudo isto entendo que o Governo está fazendo despesas inúteis com trabalhos que não podem ser considerados definitivos, sem que primeiramente se determine o ponto extremo da Linha Geodésica, porquanto só é conhecido definitivamente e está aceito o do começo da Linha, no Madeira, a 10°20′ S.

Todo o meu intento é informar ao Governo e nunca levantar questão que possa criar-lhe embaraços. Para isso é que, desde o começo da demarcação, aventei a ideia de se explorar a cabeceira do Javari para depois iniciar-se a demarcação.

O Tratado com a Bolívia é claro, e pouco importa que aos 07°01′17,5″ terminem os Limites do Brasil com o Peru para terminarem também com a Bolívia, quando na hipótese de ser o Jaquirana o tronco do Javari, nada mais natural do que o Peru continuar a limitar-se pela margem esquerda desse Rio com o Brasil até sua cabeceira, onde terminam os limites com a Bolívia. Se, porém, for o Galvez o verdadeiro Javari, um erro geográfico não constitui direito, e ao Brasil cabe o de reivindicar essa zona entre o Galvez e o Jaquirana, até a nascente do Galvez; o que se verificará pela natureza do álveo, volume e cor das águas, e outros indícios que corroborem a verdade que se quer conhecer.

Na opinião de muitos, é o Galvez e não o Jaquirana a continuação do Javari; e já em 1781 e 1782, a Comissão Luso-espanhola, demarcadora de limites, em virtude do Tratado Preliminar de 1777, tinha dúvidas, e não pôde resolver qual dos dois braços era o tronco principal do Javari. A questão, portanto, continua de pé, não podendo exprimir a verdade sem uma exploração rigorosa e verificação do acordo feito pelos demarcadores do Brasil e Peru para considerarem o Jaquirana como o tronco do Javari. Todo o meu desejo, pois, é que seja o Governo bem informado para que possa decidir esta questão com vantagem para o nosso país; e se peco pela insistência, resta-me a consciência de ter cumprido o meu dever.

Devo agora referir-me aos trabalhos técnicos realizados nos dois anos de demarcação. Os problemas resolvidos foram: a determinação da Linha Geodésica que liga o Marco do Madeira ao do Javari e o seu azimute em relação ao Meridiano que passa pelo Marco do Madeira; a fixação dos pontos de interseção dessa Linha com os Rios Aquiri ou Acre, Yaco ou Iaco e Alto-Purus; a das Coordenadas de diversos lugares sobre esses Rios e os seus respectivos levantamentos até Manaus.

Em 1895, tivemos, pois, de calcular a Linha Geodésica, Limite da Fronteira dos dois países e início dos trabalhos a executar. Como sabeis, a Linha Geodésica é a mais curta de um ponto a outro sobre a superfície da terra, tendo por caráter peculiar que o seu plano osculador é normal à superfície sobre a qual é traçada. Assim: sobre a esfera é um arco de círculo máximo; sobre as superfícies desenvolvíveis torna-se reta no desenvolvimento; sobre um esferoide de revolução é hélice; sobre o esferoide terrestre e uma linha de dupla curvatura gozando da seguinte propriedade:

> O seno do ângulo que a Linha Geodésica faz com o Meridiano está na razão inversa do raio do Paralelo sobre o qual ela o encontra.

Existe sempre um Meridiano que uma Linha Geodésica dada encontra em ângulo reto, e a propriedade acima enunciada dá o raio do Paralelo sobre o qual tem lugar o encontro com este Meridiano. A determinação da Linha Geodésica entre os Marcos do Madeira e Javari e do seu Azimute em relação ao Meridiano que passa pelo marco do Madeira foi obtida pelas fórmulas: [...]

Foi de conformidade com as primeiras fórmulas que se chegou à organização do quadro das Coordenadas Geográficas da Linha Geodésica calculadas de 10′ em 10′ de Longitudes que vos remeti com o meu ofício n° 70. Nesse ano, fez-se ainda o levantamento do Rio Acre até acima de Caquetá e o de uma parte do Rio Antimari.

Em 1896, os trabalhos consistiram na determinação das Coordenadas Geográficas dos pontos de interseção da Linha Geodésica com os Rios Aquiri ou Acre, Yaco ou Iaco e Alto-Purus e nos levantamentos desse Rio Iaco, desde acima da linha até sua Foz com o Purus, do Alto, Médio e Baixo-Purus, até sua Foz no Rio Solimões e deste ligando-o a Manaus.

A Longitude, a Latitude, o Azimute, a Altitude e Declinação da agulha, elementos indispensáveis para o conhecimento da posição de um ponto qualquer da terra, foram estudados com a precisão possível em Comissões desta natureza e diferentes foram os processos empregados de cujos resultados parciais se tomava uma média que servia para adoção definitiva dos trabalhos.

Os cálculos e observações astronômicas e cronométricas estão consignados nos cadernos em original que a este acompanham, e os levantamentos dos Rios nas cadernetas de campo que também vos entrego. A construção desses levantamentos foi suspensa em vista do vosso telegrama dirigido ao Governador do Pará requisitando-me as cadernetas e cadernos que serviram para a Demarcação. E como prova de que ia o serviço em adiantamento, vos entrego também os desenhos sem original da parte construída. Esperava concluí-los para serem reduzidos à escala menor e projetados em carta com a Linha Geodésica traçada entre os dois Marcos terminais. Atento, porém, à urgência do tempo, não me foi possível ultimá-los. Antes de terminar, permiti referir-me aos telegramas publicados nos jornais do Pará e naturalmente de outros Estados que deram a minha exoneração como motivada por acusações de meus companheiros de Comissão. Ignorando quais possam ser essas acusações que só agora, depois de dois anos, surgem contra mim, e reiterando-vos o meu pedido em telegrama dirigido de Belém, para informar sobre essas acusações que julgo desleais, peço-vos de novo que me declareis os pontos de acusação para minha defesa, posto que, antes de a terdes já me sentenciastes, se efetivamente é real a exoneração publicada por esses jornais, se bem que até esta data nenhuma comunicação oficial tenha recebido.

Sr. Ministro, pensai bem na minha conduta em dois anos de sacrifícios, comparai-a com o meu passado que tanto conheceis, e meditai na desorientação que vai lavrando, fazendo brotar a inveja e a intriga, e dizei em consciência se mereço essas acusações, quaisquer que elas sejam e de quem possam provir, e depois julgai-me sob a luz da justiça, com ânimo desprevenido.

Só me julgo criminoso por cumprir deveres além do meu dever.

Investido de qualquer função pública, eu penso que a melhor recompensa que posso ter é a tranquilidade de minha consciência, e daí, uma vez que seja justo e legal o que pratico, todo o meu empenho é executar o que se me recomenda, embora fira a interesses contrariados. Muitos assim não compreendem, e como me é impossível satisfazer a exigências intempestivas, é muito natural que os meus desafetos empreguem todos os meios para a realização do seu fim.

Apresento-vos, Sr. Ministro, as seguranças dos meus protestos de consideração.

Sr. Dr. Dyonizio Evangelista de Castro Cerqueira, Ministro das Relações Exteriores.

– Gregório Thaumaturgo de Azevedo.

## V

Devia agora publicar a correspondência trocada entre mim e o Coronel Pando, ex-chefe da Comissão Boliviana, acerca dos trabalhos realizados, em 1895, o Quadro das Latitudes Geográficas calculadas para Longitudes de 10’ em 10’ e o das coordenadas de diversos pontos determinados nos Rios Purus, Acre e Iaco. Mas, como é longa, não o faço.

Ver-se-ia por essa correspondência qual o meu procedimento nessa época e os esforços que empreguei para salvaguardar sempre, a cada momento, os interesses do meu país, tendo a suprema ventura de alcançá-los como ordenavam o meu dever e o meu patriotismo.

Entretanto, transcreverei alguns trechos desses documentos. Em carta oficial de 14 de outubro, respondendo a outra do Coronel Pando, expus:

> [...] Diz mais V. Exª, que da parte da Comissão que preside há o propósito de apressar a demarcação, e como prova dessa disposição de ânimo, nascida de um sentimento de probidade conforme com a política que impera em sua Pátria. Este alarde de provas que V. Exª apresenta para dar armas de franqueza e lealdade com que quer encaminhar os trabalhos à boa solução, merece reparos, e por isso V. Exª me desculpará de fazê-los, por ser impelido a atender a outro sentimento mais nobre e sobretudo em homenagem à verdade.
>
> Quem souber que a Comissão Brasileira, com uma viagem penosíssima em canoas, partindo da Cachoeira a 14 de agosto, sem pessoal afeito a essas viagens, conduzindo pesado material, pode chegar a este ponto, contra a expectativa de todos, a 22 de setembro, não dirá por certo que ela tenha tido o propósito de protelar os trabalhos de demarcação, quando é natural supor-se que os impulsione, à vista das dificuldades de todo gênero com que luta para manter um pessoal numeroso e da aproximação das águas, que impedirão infalivelmente o trânsito por terra. [...]
>
> Tal sentimento de probidade não é só inerente à Pátria de V. Exª e há de fazer justiça aos outros países, que ele nasce do patriotismo de seus filhos, provindo da educação e da índole e sobretudo dos exemplos tradicionais dos seus antepassados.
>
> Dois fatos vêm evidenciar a V. Exª a norma de proceder dos governos do Brasil. No Império, subjugado o Paraguai pelas nossas armas vitoriosas, fácil seria conquistar-se esse território talado pela guerra mais crua dos tempos modernos; entretanto, o Brasil, com sacrifícios enormes, soube manter a autonomia e integridade do Paraguai.

> Na República, a questão das Missões podendo ser resolvida pelas armas, porquanto o direito era nosso e incontestável, o Governo brasileiro preferiu submetê-la a um arbitramento que veio confirmar o seu direito, continuando as duas nações em perfeita amizade. [...]
>
> Finalmente, termino a presente com uma solicitação a V. Exª. Nada lucramos com discussões semelhantes, ao contrário, podem elas trazer divergência à harmonia, que convém evitar, entre os membros das duas Comissões, paralisando ou dificultando os trabalhos e causando sérios embaraços aos interesses recíprocos dos dois países.

Em carta de 5 de novembro disse:

> [...] Há 44 dias que se acham em Caquetá as duas Comissões com o fim de iniciar os trabalhos de demarcação desta parte da fronteira, e como sabe V. Exª, durante este tempo apenas chegaram a acordo sobre o Quadro das Latitudes Médias da Linha Geodésica e a deste lugar, faltando a determinação da sua Longitude como ponto inicial para o prosseguimento dos trabalhos.
>
> Desgraçadamente, como diz V. Exª, surgiu a divergência sobre essa Longitude, de modo a impedir a continuação do serviço; e se ela não tivesse aparecido, a esta hora a Comissão Mista teria cumprido seu dever e outros pontos já estariam determinados.
>
> Perdurando, porém, essa divergência e podendo surgir outras nos diversos pontos a demarcar-se, não devo aceitar o alvitre de V. Exª de mandarmos estabelecer Marcos nos lugares indicados pelas Longitudes calculadas pelas duas Comissões, por ficar de permeio uma Zona Litigiosa, nem concordar na colocação de um Marco provisório na distância média das duas Longitudes, porque isto seria desconhecer que a verdade é una e indivisível, e contribuir para deixar pendente uma questão melindrosa, que

> teria de ser submetida aos governos dos nossos países, sem resultado prático para a solução da questão e sobretudo para o bem público. Uma das duas Longitudes deve prevalecer. [...]
>
> Penaliza-me assim não poder corresponder a esperança a que se refere V. Exª de chegarmos a um resultado pronto e decisivo, como também era do meu desejo, porque a isso sou levado pela convicção em que estou de achar-se a verdade do lado da Comissão Brasileira.

Em carta de 7 de novembro disse ainda:

> Há sido meu empenho, como já uma vez tive ensejo de dizer a V. Exª, abster-me de discussões sem resultado prático para a demarcação.
>
> Coagido, porém, a sustentá-las, senão pela responsabilidade do cargo, ao menos por atenção a V. Exª, sou levado ainda hoje a responder a carta de V. Exª de ontem datada, com as considerações que julgo cabíveis em face das com que procurou justificar-se da demora de nossos trabalhos, sem ter antes atendido aos 46 dias de quase completa esterilidade e aos sacrifícios que meu país está fazendo, sustentando um encargo pesadíssimo somente para corresponder às tradições de uma política generosa e leal. [...]
>
> Por conseguinte, mantenho as minhas considerações emitidas em documentos anteriores, e para pôr termo a esta protelação que parece prolongar-se indefinidamente, tenho a honra de convidar V. Exª para designar-me o lugar em que deva ser realizada hoje, à 1ª hora da tarde, nova conferência da Comissão Mista para o fim único de resolver definitivamente o começo dos trabalhos da demarcação.

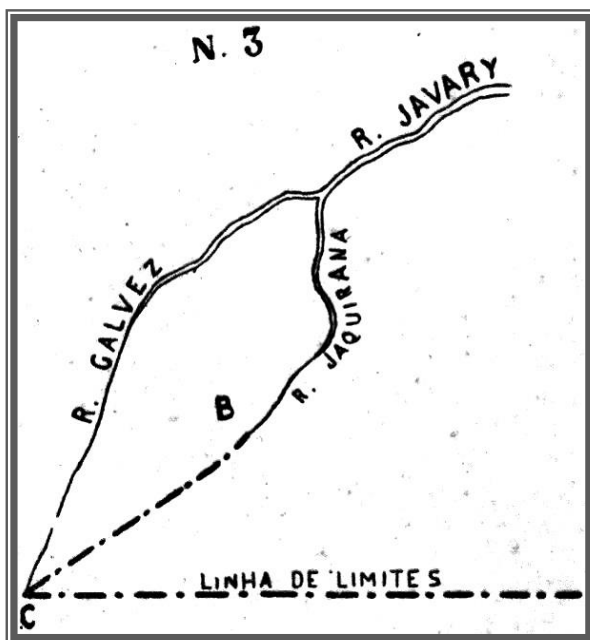



*Imagem 15 – Linha de Limites n° 3*

Contando com os sentimentos do dever que nos obriga a assim proceder, reitero a V. Exª os meus protestos de particular deferência e consideração, e subscrevo-me de V. Exª etc.

Resta agora que a Comissão incumbida de explorar a nascente principal do Javari atinja a sua verdadeira origem e verifique qual dos dois braços – Jaquirana ou Galvez – é o tronco principal desse Rio. Se descobrir que efetivamente vai acima de 07°01’17,5”, como tenho assegurado, posso dizer que fui eu quem salvou um pedaço do nosso território de ir pertencer a um país estrangeiro, e com isto dar-me-ei por bem pago dos sacrifícios que fiz em dois anos de trabalhos, dos desgostos que tenho tido e da ingratidão como recompensa a minha dedicação.

Se do Governo do meu país não tive sequer uma palavra de agradecimento por esses serviços prestados, em compensação, recebi sempre inequívocas demonstrações de apreço de todos quantos pessoalmente observaram os sacrifícios feitos; e como prova transcrevo o protesto publicado no Pará, em minha ausência, na Folha do Norte de 27 de fevereiro, por capitalistas residentes no Purus, que nessa época se achavam em Belém:

**A Bem da Verdade**

Exmo. Sr. Dr. Gregório Thaumaturgo de Azevedo

Nós abaixo assinados, proprietários e comerciantes nos Rios Purus e Acre, atualmente nesta capital, tendo lido no diário Folha do Norte, de hoje, um telegrama em que se diz ir V. Exª ser exonerado do honroso cargo de chefe da Comissão de Limites entre a Bolívia e o Brasil, por acusações dos vossos companheiros, cônscios do muito que fizestes para levar ao ponto em que se acham os trabalhos dessa Comissão, demonstrando abnegação e patriotismo exemplares; sendo testemunhas oculares dos sacrifícios a que vos expusestes, a ponto de puxar sirga para animar o pessoal que servia na Comissão, serviço que não está para a estatura de vultos como V. Exª, a menos que não queiram, como V. Exª quis, mostrar que, acima do bem-estar, está o bem da Pátria; vem, espontaneamente, significar a V. Exª a sua admiração e respeito pelo muito que fizestes em prol deste grande Brasil.

Pedem releve V. Exª se com esta afirmativa sincera ofendem a vossa modéstia.

Belém, 21.02.1897.

José Antônio da Cunha Barreiros, José Antônio Barreiros, Raimundo Rodrigues da Cunha, José Vicente Ferreira, [...] e José Quintino Junior.

Também por sua vez o Sr. Guilherme Gustavo Hoeffner, alemão, proprietário no Purus e ex-Comandante de vapores da Companhia do Amazonas, que muitos serviços prestou gratuitamente à Comissão, abandonando sua família e seus interesses, dirigiu-me esta carta que me foi entregue de volta de Manaus:

> Pará, 03.03.1897 – Ilm° e Exm° Sr. Dr. Gregório Thaumaturgo de Azevedo. Apresso-me em declarar a V. Exª que só prestei-me a levar o aviso Teffé ao Rio Acre e a Cachoeira, assim como a lancha Pátria, por deferência a V. Exª pela alta influência e simpatia de que goza no Amazonas. Continua ao dispor de V. Exª o amigo e criado obrigado. – Guilherme Gustavo Hoeffner.

Já agora publico igualmente a carta que me dirigiu a importante firma comercial de Manaus, de Araújo Rosas & Ciª, meus procuradores, e de todos os companheiros da Comissão.

Por ela se verá que me prestaram reais serviços em benefício dos trabalhos da demarcação, como em tempo comuniquei ao Ministério do Exterior.

> Manaus, 06.03.1897 – Ilmo. Sr. Dr. Gregório Thaumaturgo de Azevedo – Presente – Prezado amigo e senhor – Incluímos sua conta corrente fechada em 31.12.1896, mostrando a seu favor o saldo de 12:890$220, que lhe rogamos conferir e avisar-nos. Das transações havidas de 1° de janeiro até hoje não nos é possível, pela escassez de tempo, fornecer-lhe agora a respectiva conta corrente que, entretanto, lhe enviaremos na primeira mala.

Segundo somos informados, acaba V. Exª de passar o exercício de Chefe da Comissão de Limites entre o Brasil e a Bolívia ao muito digno Sr. Capitão-Tenente Augusto da Cunha Gomes, 2° Comissário daquela Comissão, visto ter a Folha do Norte, jornal que se publica no Pará, e temos em mãos, publicado um telegrama em que se diz ter sido V. Exª dispensado da referida Comissão, cuja dispensa sabíamos já ter sido solicitada por V. Exª.

Aproveitamos o ensejo para dizer-lhe que, na qualidade de Chefe dessa Comissão, a qual foi por V. Exª iniciada, julgamos ter V. Exª prestado reais serviços ao país, serviços que, a nosso ver, jamais poderão ser esquecidos, visto como, se não fora a sua dedicação pelo público serviço e o crédito merecido de que goza no comércio, certamente a Comissão não teria, por falta de crédito para as despesas, iniciado os seus trabalhos, continuando-os no ano seguinte, como aconteceu.

Do que acabamos de expor somos testemunha, porque foi a nós que V. Exª recorreu nessas ocasiões e lhe fornecemos por sua conta os dinheiros necessários para as imprescindíveis despesas da Comissão, a fim de que ela principiasse e continuasse os seus trabalhos, cujos dinheiros nos foram pagos pela Alfândega, quando veio crédito para isso. Tais créditos chegaram aqui quando V. Exª já se achava nos trabalhos da Comissão, no Rio Purus, o que não aconteceria, se não fosse o crédito pessoal de que dispunha, vendo-se necessariamente privado de seguir e só o podendo fazer quando aqueles créditos chegassem aqui. Não é difícil calcular os prejuízos e transtornos de uma tal forma. Entendemos, pois, do nosso dever, patentear-lhe estes serviços, que reconhecemos ter prestado, além de muitos outros que não ignoramos.

Apetecemos-lhe boa saúde e próspera viagem, por sermos com estima e consideração. De V. Exª amigos e criados obrigados – Araújo Rosas & C.

Por sua vez os Srs. Comendador Hilário Alvares, Coronel Luiz Gomes e outros muitos cavalheiros tiveram ocasião de prestar-me relevantes serviços em favor da Comissão e todos o fizeram por simpatia pessoal, conforme declarações expressas testemunhadas pelos companheiros. O Sr. Comendador Hilário, além da dispendiosa hospedagem que deu à Comissão durante muitos dias e em duas épocas, perdeu mais de 5:000$ com o aluguel de sua lancha, por nos haver dispensado em favor do país, a pedido meu, visto estar esgotado o crédito a minha disposição e não querer solicitar novo, em 1895; e maior prejuízo teve, em 1896, com o trabalho de levantamento de outra lancha que naufragou de volta do serviço da Comissão.

Fora fastidioso enumerar cada nome dos que mais serviços prestaram; por isso bastam os citados para se ver que, além de tudo, eu soube poupar também os dinheiros públicos e sobretudo impulsionar os trabalhos pela facilidade e boa vontade que sempre encontrei da parte daquela generosa população do Purus e seus afluentes. Que outro seja mais feliz, principalmente na manifestação de reconhecimento que possa receber do Governo; quanto a mim, fico mais satisfeito com a tranquilidade de minha consciência por ter sabido cumprir o meu dever.

## VI

Compulsando o relatório do Sr. Ministro do Exterior, página 12, encontro que a minha exoneração foi a:

> meu pedido, atendendo aos justos motivos que aleguei e não pela razão que S. Exª deu ao Sr. Vice-Presidente da República, e muito menos pelo que disseram o "*O País*" e o "*Jornal do Brasil*".

Confronte o leitor o trecho do citado relatório com a difamação que a respeito se levantou nesta capital e nos Estados, e veja o procedimento do Sr. Ministro permitindo com o seu silêncio essa propaganda e não me tendo recebido por ocasião de minha apresentação.

Deixo ao público que nos julgue, em face desta emergência. Por outro lado, o Sr. Ministro, no seu despacho ao Governador do Amazonas, julgando improcedentes e de nenhum valor as considerações que apresentei, no intuito de salvaguardar os interesses do país, reconheceu agora no seu relatório como necessária a verificação da nascente do Javari, conforme a minha opinião desde 1895, e melhor avisado já mandou que o meu substituto fizesse a exploração aconselhada; com a diferença de limitar essa exploração ao Jaquirana, quando devia estendê-la também ao Galvez, mediante acordo com o Governo peruano, e além disto, ser efetuado esse trabalho não somente pela Comissão Brasileira, mas conjuntamente com a boliviana. Do contrário, a despesa será inútil e o tempo que se vai perder, precioso, sendo inadiável que as duas Comissões em seguida voltem para a determinação do verdadeiro ponto onde se deva colocar o Marco terminal e depois calcular de novo a Linha Geodésica, qualquer que seja o avanço para o Sul, além de 07°01’17,5”.

O Tratado, de 23.10.1851, diz que o limite com o Peru, de Tabatinga para o Sul, a fronteira correria pelo Javari, desde sua confluência no Solimões até sua nascente principal, e o Tratado, de 27.03.1867, com a Bolívia, diz que a fronteira entre o Madeira e o Javari seria constituída pelo Paralelo 10°20’ Sul ou, se o Javari tivesse as suas nascentes ao Norte desse Paralelo, por uma reta tirada do ponto em que começa o Madeira, até a nascente principal do Javari.

A Comissão Mista de Limites do Brasil com a do Peru tendo chegado nas proximidades da nascente do Jaquirana e não podendo prosseguir em seus trabalhos por impossibilidades materiais na ocasião insuperáveis, e principalmente por causa das agressões dos índios, não subiu a examinar a verdadeira nascente e limitou-se a aceitar o Jaquirana como o prolongamento do Javari, estimando as coordenadas de sua nascente a partir do Marco colocado aos 06°59’29,5” Latitude Sul. Nestas bases, foi concluída a questão de limites com o Peru e aprovado o Tratado pelos dois governos.

Mas um erro geográfico não constitui direito e por isto, agora que desapareceram as razões pelas quais o Sr. Barão de Teffé não pode explorar todo o Jaquirana, nem subir até a nascente do Galvez, cabe ao Brasil o direito de reivindicar a área compreendida entre este Rio e o Jaquirana, caso aquele seja o verdadeiro prolongamento do Javari. Isto, porém, com relação ao Peru e nada tem a haver a Bolívia, quanto ao território que possamos vir a ganhar ou tenhamos perdido, nem quanto ao acordo dos dois governos, sobre o erro geográfico que espontaneamente adotaram para fixação de seus limites territoriais.

Para a Bolívia, em virtude do Tratado de 1867, é preciso como preliminar, examinar-se qual é o prolongamento do Javari, se o Galvez ou o Jaquirana, e uma vez encontrada a nascente do Javari, determinar-se-lhe as coordenadas. Feito esse trabalho, se o Jaquirana for reconhecido como nascente principal do Javari, isto é, se for mais ao Sul, nada há a alterar no que está regulado com o Peru e a fronteira seguirá o mesmo Rio até essa nascente. Se, porém, for reconhecido ser o Galvez o tronco principal e sua nascente for mais ao Sul da do Jaquirana, os limites com o Peru serão por aquele Rio, e seu ponto extremo servirá de limite comum do Brasil com o

Peru e Bolívia. Ainda neste caso, se o Governo, por princípio de tolerância e lealdade, quiser manter o acordo já feito com o Peru, a linha de limites continuará a ser pelo Jaquirana até a sua nascente B e daí, por uma reta BC até a nascente do Galvez, ponto este C que será o terminal da linha geodésica que, partindo do marco do Madeira, determinará o limite entre o Brasil e a Bolívia [Imagem 15]. Por consequência, tenho cumprido o meu dever, procurando esclarecer o Governo desde o início da demarcação, para que o Brasil não seja prejudicado pela perda de uma grande parte do seu território já explorado e ocupado por nacionais. Por isso, a par da satisfação de ver realizada a minha opinião, contrista-me, lendo o relatório do Sr. Ministro, a resolução tomada de mandar verificar somente a cabeceira do Jaquirana, em vez de abordar o assunto em toda a sua extensão, fazendo acompanhar a Comissão Brasileira da Boliviana e de um representante do Peru para que fique logo de vez resolvido o ponto terminal da Linha Geodésica. De outra sorte são em pura perda os sacrifícios resultantes desta exploração; salvo se S. Exª está convencido de que o Jaquirana é a verdadeira nascente do Javari e efetivamente não vai além de 07°01'17,5"; opinião aliás contrária ao que enuncia no seu relatório, pois que nele nem nega nem afirma esta proposição. (AZEVEDO, 1953)

## *Inveja II*
### *(Sebastião Ayres)*

*A inveja é o pecado diabólico, por excelência... o caruncho da alma que tudo corrói e reduz a pó. (Santo Agostinho)*

*[...] Toda inveja é inconfessável,*
*Sórdida e degenerada;*
*Pérfida, vil e maldosa,*
*Desprezível e depravada.*
*Acarreta ódio e ciúme,*
*Disfarça, não vem a lume,*
*Está sempre mascarada.*

*Alegra-se com a desgraça*
*Que ao próximo sobrevém;*
*Apraz-lhe a adversidade*
*Que recaia sobre alguém.*
*Assaca murmurações,*
*Calúnias, detratações*
*Contra quem já se deu bem.*

*Ela deforma o caráter*
*Pela avidez, ambição;*
*Conspurca a pureza d'alma*
*E corrompe o coração.*
*Conduz ao roubo e à cobiça,*
*Atenta contra a justiça*
*Degenera em corrupção.*

*A inveja é como uma praga,*
*Uma peste, uma desgraça;*
*Corrói o espírito humano*
*Com a sofreguidão da traça;*
*Como agulhão nos tortura,*
*Abrasa, qual queimadura,*
*Á vida é grave ameaça. [...]*

# *Jogo de Linhas*

Thaumaturgo de Azevedo chamou, pela vez primeira, a atenção dos patriotas brasileiros para a Questão do Acre. Denunciando, corajosamente, como a tibieza e o desconhecimento do Ministério das Relações Exteriores comprometiam a soberania e a sobrevivência dos arrojados colonos nacionais que lutaram para transformar aquelas paragens em terras brasileiras.

A ambígua redação do Artigo II do Tratado de Ayacucho deu ensejo a duas interpretações.

A primeira, defendida pelos bolivianos e entreguistas governistas que ocupavam o Itamaraty, considerava que a fronteira seria definida por uma linha "*oblíqua*" traçada da Foz do Beni à nascente do Javari, enquanto que a segunda, mais patriótica e lógica, defendia que a fronteira seria definida por toda a Latitude a 10°20' até encontrar a Longitude da nascente do Javari, onde então, formando um ângulo reto, seguiria pela mesma Longitude, até as origens do Rio.

Thaumaturgo de Azevedo recebeu apoio incondicional à sua cívica postura dos Senadores Rui Barbosa, Lauro Sodré, Bernardo de Mendonça e diversas personalidades notáveis da República.

**General-de-Brigada Innocêncio Serzedello Corrêa**

*Aqui já se pretendia que a linha corresse de Oeste para Leste, que o Javari fosse o ponto obrigado de partida; e, finalmente, que o Madeira fosse o seu termo.*
*(Innocêncio Serzedello Corrêa)*

Serzedello Corrêa estranha a pouca importância que se dá à Latitude 10°20', usando-a apenas para designar o ponto de partida e não a de acompanhar a linha que "*deveria correr por toda a Latitude*". Segundo Serzedello Corrêa e outros patriotas, as demarcações resultantes do ato de 1895 alteram o que foi ajustado pelo Tratado de 1867, e por isso o Protocolo não teria validade sem aprovação legislativa.

Serzedello Corrêa afirmava que o Acre Setentrional sempre foi brasileiro, enquanto o Ministério do Exterior, o Itamaraty, o Governo brasileiro diziam oficialmente que não havia problema a respeito do Acre, porque o Acre não era brasileiro – o Acre era boliviano.

Serzedello Corrêa sustentou com veemência na imprensa que, pelo Tratado de 1867, o Acre Setentrional era brasileiro.

> Na conferência feita pelo Dr. Serzedello Corrêa, no "*Club de Engenharia*", em 13.11.1899, referindo-se ao meu nome [Thaumaturgo de Azevedo] e aos meus serviços nessa causa disse:
>
> > terem sido do mais elevado valor, devendo-se à minha atitude não ter sido violada de vez a integridade do nosso território.
>
> e oferecendo-me o seu livro – o Rio Acre escreveu as seguintes palavras:
>
> > Ao amigo Dr. Thaumaturgo a quem na questão de que me ocupo deve a República os mais extraordinários serviços, oferece o amigo dedicado e admirador.
> >
> > – Serzedello – Rio 01.05.1899. (AZEVEDO, 1901)

## Engenheiro Antônio de Paula Freitas

O engenheiro Paula Freitas, em artigo publicado na Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, condena as cartas brasileiras que mostram uma linha inclinada (oblíqua) a partir da Foz do Beni às nascentes do Javari, eliminando totalmente o Paralelo 10°20′ desvirtuando, portanto, a letra do Tratado de Ayacucho.

O "*inimigo interno*" trabalhou para apoiar o ponto de vista que favorecia a Bolívia contrariando o bom senso e a lógica na interpretação do ambíguo parágrafo. Paula Freitas faz uma defesa enérgica de Thaumaturgo de Azevedo:

> Na Conferência realizada em sessão do "*Instituto Polytechnico*" de 22.11.1889, referindo-se aos trabalhos da demarcação, disse o ilustre mestre e notável engenheiro Dr. Paula Freitas:
>
> > O nosso consócio Dr. Thaumaturgo manifestou desde logo suspeitas de que a origem do Javari demarcada não era a mais Austral das águas desse Rio, e as suas suspeitas tomaram ainda maior vulto na própria região dos trabalhos. Consciencioso e correto como sempre, ao que o Instituto não pode deixar de render também seus louvores, o Dr. Thaumaturgo de Azevedo tratou de levar tais suspeitas ao conhecimento do Governo Federal. Não foi atendido, e tais contratempos sofreu, por causa da sua insistência, que julgou preferível solicitar a sua exoneração.
>
> Terminada a Conferência, apresentou a seguinte proposta que foi aprovada:
>
> > Proponho que o "*Instituto Polytechnico Brasileiro*" consigne na Ata da sua presente Sessão:

1. Um voto de louvor ao consócio Dr. Paulo de Frontin pela moção que apresentou no "*Club de Engenharia*" em sessão de 16 de outubro no sentido do "*Club*" manifestar os seus votos para que o Governo Federal não reconheça definitivamente a linha divisória do Brasil com a Bolívia na parte entre o Madeira e o Javari, sem primeiro mandar realizar os estudos necessários para a demarcação, de sorte a defender os direitos do Brasil no terreno contestado.
2. A solidariedade do Instituto com o "*Club de Engenharia*", nos terrenos da referida moção.
3. Um voto de congratulação com o consócio Coronel Dr. Thaumaturgo de Azevedo pela atitude que sempre patenteou nesta parte do Limites do Brasil e igualmente com o Dr. Serzedello Corrêa pelo seu trabalho – O Rio Acre.

Em nova Conferência realizada na "*Sociedade de Geographia*" pelo mesmo Dr. Paula Freitas, ao ser terminada, foi aprovada unanimemente outra moção, sendo também levada ao conhecimento do Sr. Marechal Ministro da Guerra:

> Secretaria da "*Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro*", em 31.01.1900.
>
> Ilm° Exm° Sr.
>
> Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Exª que em sessão da Assembleia Geral desta Sociedade e, em 23 de dezembro último, foi apresentada e aprovada unanimemente uma moção assinada pelos distintos sócios: Conselheiro Francisco de Paula Lemos e Souza Ferreira, Dr. Pires Ferreira e Comendador Oliveira Catramby, a fim de ser consignado na Ata um voto de louvor ao nosso consócio Coronel de Engenheiros Bacharel Gregório Thaumaturgo de Azevedo, ex-chefe da Comissão de Limites com a Bolívia, atualmente Secretário de Gabinete de V. Exª em consideração e com justo apreço à patriótica atitude do mesmo senhor Coronel

na defesa dos direitos do Brasil aos terrenos ao Norte do Paralelo de 10°20′ e pelos importantes trabalhos que produziu a respeito dos Limites com aquela República.

Cumprindo esse grato dever apresento a V. Exª meus protesto de alta estima e consideração.

Exm° Sr. Marechal J. Nepomuceno de Medeiros Mallet, Ministro da Guerra.

O Presidente, Marques de Paranaguá.

O Secretario, João Soares Brandão. (AZEVEDO, 1901)

## 1° Secretário do IHGB Henri Raffard

Relatório do 1° secretário do "*Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*", lido em a Sessão Magna, de 15.12.1900, para o Exm° Sr. Presidente da República:

Na classe dos sócios efetivos, foi admitido também o ilustrado Coronel Dr. Gregório Thaumaturgo de Azevedo, Bacharel em Direito e Matemáticas, distinto ex-administrador dos Estados do Piauí e Amazonas, provecto conhecedor desta importante zona do Brasil. As memórias apresentadas para título de sua admissão versaram sobre questões de literatura, direito, história, e geografia da atualidade, pois, dizem respeito aos limites com a Bolívia e à Questão do Acre, ainda não resolvida.

Sobre este ponto, o Sr. coronel Thaumaturgo se exprime com verdadeira segurança e muito patriotismo, estudando os últimos Tratados e explorações e falando por observação própria e "*de visu*" ([179]), pois, percorreu durante muito tempo o teatro de seus estudos. Tanto basta para dar ideia do grande merecimento do valente soldado que, de braços abertos, foi recebido entre nós. (AZEVEDO, 1901)

[179] De visu: pessoa que presenciou os fatos.

## Ruy Barbosa de Oliveira (Águia de Haia)

Ruy Barbosa, defendendo o "*Direito do Amazonas ao Acre*", faz um pequeno histórico mostrando a alienação e desinteresse do Governo Federal no trato da questão de fronteiras com a Bolívia. Infelizmente nossos mandatários do Executivo e Judiciário, de hoje, não são muito afeitos à História porque, do contrário, teriam muito a aprender com o Águia de Haia. As questões que envolvem soberania têm, necessariamente, de passar pelo Congresso Nacional, legítimos representantes do povo brasileiro. Afirmava o nosso mais genial e brilhante jurista:

> Segundo o Tratado de 1867, que regula esta matéria, acrescentava o nosso Ministro:
>
> > a linha divisória seguiria do Madeira para o Oeste por um Paralelo tirado da margem esquerda desse Rio na Latitude de 10°20' Sul, até encontrar o Javari; e, se esse Rio tivesse as suas nascentes ao Norte daquele Paralelo, iria da mesma Latitude de 10°20', por uma reta, à origem principal do dito Javari. O Protocolo de 1895 não podia alterar e não alterou a solene disposição de um Tratado. Não podia, porque era ato de simples execução; não alterou, porque limitou-se a fornecer à Comissão, que ia fazer a demarcação, os elementos que havia sobre as nascentes do Javari.
>
> Ao Governo do Peru comunicou ter verificado que a linha divisória entre o Brasil e o Peru, constituída pelo Rio Javari, não termina, como se pensava, na Latitude 07°01'17,5", e sim na de 07°48'19,2". Destarte, o Governo brasileiro levava os efeitos da retificação operada quanto à Latitude das nascentes do Javari, não só ao Protocolo de 1895 com a Bolívia, mas ainda à demarcação, consumada em 1874, dos nossos limites com o Peru.

Natural era que uma e outra nação recalcitrassem ([180]); porquanto, confirmando a Latitude dada à origem daquele Rio, em 1874, ao delimitarmos a nossa fronteira com os peruanos, o Protocolo de 17.02.1895, sob as mais rígidas formas, convencionara adotar "*para todos os efeitos, na demarcação entre o Brasil e a Bolívia*", "*como se tivera sido feita pela Comissão Mista*" constituída para demarcar os nossos limites com o território boliviano, "*a operação pela qual, na demarcação dos limites entre o Brasil e o Peru, se determinou a posição da nascente do Javari*". E tanto entre as duas partes se havia por definitiva essa estipulação que, nas Instruções três meses depois assinadas pelo nosso Ministro das Relações Exteriores com o representante da Bolívia para a Comissão Mista, se declarava peremptoriamente:

> Não há necessidade de verificar a posição do Javari; porque os governos do Brasil adotaram, como feita pela sua Comissão Mista, a operação pela qual, na demarcação dos limites entre o Brasil e o Peru, se determinou aquela posição.

Meros "*atos de execução*", porém, deliberados entre órgãos do Poder Executivo não têm os Protocolos autoridade, para alterar convenções de limites que, entendendo com a integridade territorial das potências contraentes, se celebram com o concurso do Poder Legislativo, e dele, portanto, essencialmente dependem. Ora, sem dúvida, o que fazia o Protocolo, de 1895, assentando, por conta da operação geodésica de 1874, a nascente do Javari numa Latitude, onde correções posteriores vieram demonstrar que não estava, era precisamente violar o Tratado de 1867, que estipulara aquele ponto como um dos elementos decisivos na fixação das nossas raias com os bolivianos.

---

[180] Recalcitrassem: não quisessem ir adiante.

Mas, já que a Ré, na sua contestação, se busca estribar nesses atos, lisonjeiros aos interesses bolivianos, da nossa chancelaria antes da gerência do Barão do Rio Branco, para abalar a legitima interpretação do Tratado de 1867, força nos será mostrar que tais atos, desautorizados, inconsistentes, oscilatórios, do Poder Executivo, contra a letra de uma convenção internacional de limites, a cuja execução se propunham, nenhum valor científico, moral ou jurídico representam.

E, sendo assim, não há meio mais seguro de lhes caracterizar a desautoridade que expô-los naturalmente nas suas alternações sucessivas, contrabatendo-se, desmentindo-se, nulificando-se uns aos outros.

O repúdio do Protocolo, de 19.02.1895, pela nota, de 25.04.1898, teve, afinal, por consequência prática a celebração do de 30.10.1899, declaradamente "*substitutivo*" do primeiro, onde se rejeitava a Latitude adotada no anterior quanto à nascente do Javari, convindo-se na de 07°48'19,2", recentemente indicada pelas ratificações da Comissão brasileira em 1897, e comprometendo-se o Governo boliviano a remover para território seu a alfândega de Porto Alonso, tanto que se verificasse pertencer ao Brasil a região onde se estabelecera.

O Protocolo, de 30.10.1899, constituía solenemente [aqui nós abonamos com a autoridade do Clube de Engenharia]:

> uma vitória para a diplomacia brasileira e o primeiro passo para a reivindicação do território ao Norte do Paralelo 10°20' S, que indevidamente fora atribuído à Bolívia pela Comissão Demarcadora de 1874, a qual foi a isso levada por Instruções em flagrante oposição à base do tratado de 1867.

Com o novo Protocolo, como há pouco vimos:

> se revogava a aprovação dada, em 1874, à demarcação, indicada na planta, mas não efetuada no terreno, da fronteira entre os Rios Madeira e Javari, pela Comissão Mista brasileiro-boliviana.

Nele se anunciavam Instruções ulteriores, de conformidade com as quais, ultimada a verificação da origem principal do Javari, se procederia à delimitação da fronteira. Mas já se não fixava ser esta:

> linha geodésica, que unisse a nascente principal do Javari ao começo do Rio Madeira.

De bem curta duração, porém, foi essa vitória, dentro em pouco inteiramente baldada com as prometidas Instruções que o Protocolo, do 01.08.1900, veio a formular. Esse convênio entre as duas chancelarias:

> destruiu tudo o que fora alcançado com tanto esforço no Protocolo anterior; e mais uma vez prevaleceu a errônea e inconstitucional interpretação dada pela secretaria do exterior ao artigo 2° do Tratado de 27.03.1867.

Na cláusula 3 do último Protocolo, com efeito, se dispõe que:

> a Comissão subirá pelo Javari até a confluência do Galvez com o Jaquirana, verificando a posição geográfica dessa confluência, e subirá pelo Jaquirana até a sua nascença.

Donde se vê que a Comissão Mista da nova exploração, projetada em 1900, não vai, como estipulou o Protocolo de 30.10.1899, determinar a nascente do Rio Javari, mas a do Jaquirana, alterando, portanto, completamente o novo Protocolo. Mas, "*o que é ainda mais grave*" neste ato de recuo e tornada ao erro original dos Protocolos nessa questão, antes de feita a verificação da nascente do Rio Javari, exigida como preliminar pela cláusula 2 do Protocolo, de 30 de outubro, já, na cláusula 4 do de 1° de agosto,

copiada ao projeto boliviano, que aí habilmente reproduziu o que se achava no revogado Protocolo de 10.05.1895, se ajusta que:

> Determinada a nascente do Javari, será calculada a linha geodésica, que começa entre essa nascente e a confluência do Mamoré com o Beni na Latitude de 10°20′, onde começa o Madeira, considerando-se o globo terrestre como um elipsoide de revolução por meio das intersecções dos paralelos e meridianos de 10 em 10 minutos de arco. A compressão da terra será considerada como 1/295.

Era, em ambos os pontos essenciais, a saber, na substituição das linhas do Tratado de 1867 pela linha geodésica e na adoção da nascente do Jaquirana como a nascente do Javari, a anulação total do Protocolo antecedente. Do mesmo modo como o Protocolo de 19.02.1895 se vira de todo em todo revogado pelo de 30.10.1899, o de 30.10.1899 se via anulado agora pelo do 01.08.1900.

De maneira igual a com que o primeiro dos três Protocolos executara o Tratado de 1867, alterando manifestamente a divisória por este instituído, o Protocolo de 1900 executava o de 1899, invertendo-o em ambos os seus elementos capitais. O Protocolo de 1900, entre cujos erros o Clube de Engenharia apontara até um de técnica elementar em cosmografia, com o que, por uma inconsciente versão literal do espanhol boliviano, transmudou o achatamento em "*compressão da terra*", veio criar uma situação insolúvel. Realmente essa convenção, na sua cláusula 4, manda calcular a Linha Geodésica da nossa divisa:

> entre a nascente do Javari e a confluência do Mamoré com o Beni na Latitude 10°20′ Sul, quando a Comissão Mista Demarcadora deixou verificado que a confluência do Beni com o Mamoré se opera abaixo, aquém, ao Sul dessa Latitude.

> De maneira que a Linha Geodésica ilegal e antipatrioticamente aceita no Protocolo de agosto.

Não lograva, "*para ser determinada*", nem "*o conhecimento exato das coordenadas geográficas dos seus pontos extremos*".

Acabamos de apalpá-lo quanto ao Extremo Oriental da reta na confluência do Mamoré com o Beni, disputada entre a fixação convencional do Protocolo e a verificação real dos comissários demarcadores. Menos visível não é o incerto, o cambiante, o contraditório da situação quanto ao outro extremo da oblíqua: a Latitude da origem do Javari.

A Comissão que, em 1874, determinou esta coordenada, nos trabalhos que serviram de base à liquidação dos nossos confins com o Peru, pôs a nascença do Javari aos 07°01' de Latitude Sul, situando, entretanto, o marco divisório aos 06°59'29", e declarando, não obstante a divergência entre as duas Latitudes por ela mesma indicadas, que "*o Marco do Limite fora assentado justamente no ponto terminal [au point terminal même] fixado pelo Tratado, isto é, na fonte principal desse Rio*". Isto, quando o Tratado de 1867 fixa na origem principal do Rio o ponto terminal, e a Comissão, estabelecendo que a nascente se acha aos 07°01" de Latitude Sul, localiza o marco terminal na de 06°59'29".

À nascente do Javari, portanto, realmente não se foi, não se chegou. [...]

Essa inverificação e a sua inadmissibilidade, reconheceu-as a Nota, de 25.04.1898, confirmada pela de 28 do mesmo mês, declarando que a nascença do Javari, identificada por esse ato com a do Jaquirana, demorava noutra Latitude, aos 07°11'48,10" Sul. Mas o Protocolo de 1899, não tomando já por certa a identidade original do Javari com o Jaquirana,

determinava que de novo se verificaria "*a verdadeira posição da principal nascente do Javari*". Segue-se a esse o Protocolo de 1900. Que é o de que nele se trata? De formular as Instruções para a Comissão Mista, que tem de executar o anterior. E como se estipula que este se execute?

Volvendo a buscar a nascente do Javari na origem do Jaquirana, que é a de que se manda explorar a situação. Qual será, porém, a autoridade constitucional dessas abdicações, tergiversações, retratações e contradições?

Desde que a opinião pública entre nós começou a se ocupar com a interpretação do artigo 2° do Tratado de 1867, as camadas intelectuais do povo brasileiro ressentiram como atentado contra a nossa integridade territorial a interpretação, evidentemente abusiva, que lia naquele texto o reconhecimento da soberania da Bolívia sobre o Acre Setentrional ao Paralelo 10°20' de Latitude Sul; e daí veio a resultar essa convicção, generalizada ao país inteiro, que nos testifica o Barão do Rio Branco, declarando, ao justificar, na sua exposição de motivos, o Tratado de 1903, que:

> a opinião nacional estava persuadida do nosso direito àquele território.

Firmado assim o sentimento nacional contra essa obsessão do nosso Ministério das Relações Exteriores, aberrativa dos seus deveres, todos esses atos seus, embebidos na tendência de entregar aos bolivianos aquela região, incorriam na tacha de mutilarem o solo da Pátria, e disporem do território nacional a benefício do estrangeiro. Desde então medidas tais, embora apresentassem a forma exterior de Protocolos, de Atos de chancelaria, invadiam a esfera do poder legislativo e, sem a sanção deste, nenhum efeito podiam lograr.

Não é o acidente da forma, senão a substancia do Ato o que determina a competência entre os diferentes poderes do Estado. Quando o Sr. Diez de Medina, em 1895, convidou o nosso Governo a completar a demarcação da fronteira com a Bolívia, não se tratava de novo acordo, mas apenas de balizar no terreno a divisória convencionada no Tratado de 1867; e, contudo, o Ministro das relações exteriores em La Paz, no seu relatório ao congresso boliviano, opinava que "*nenhum ato relativo a limites pode ser completamente válido sem a aprovação legislativa*". Não anuindo neste parecer, objetou-lhe o Dr. Carlos de Carvalho, nosso Ministro então das Relações Exteriores, sustentando, também no relatório daquele ano, que essa teoria:

> pela sua demasiada Latitude, abrange atos não dependentes de tal aprovação. Neste caso, estão os trabalhos de demarcação, se não alteram o que se ajustou.

Destarte, portanto, reconhecia que, em alterando o estipulado nas convenções internacionais, as operações demarcatórias estão subordinadas ao assentimento do Poder Legislativo. No mesmo sentido se pronunciou em 1898, neste assunto, por duas vezes, o Governo brasileiro. A primeira, quando o Ministério das Relações Exteriores, na sua nota de 25 de abril ao Ministério da Bolívia, lhe observou que:

> o Protocolo de 1895 não podia alterar a solene disposição de um tratado, e não podia, porque era Ato de simples execução.

A segunda, quando, noutra nota, de três dias depois, à legação peruana, lhe reflexionou que:

> aquele Protocolo, sendo, como é, ato de simples execução, não podia alterar a expressa disposição do tratado, que estabeleceu os pontos extremos da linha divisória na parte em questão.

No Relatório desse ano, ainda, referindo-se ao desacerto que se acabava de dar na demarcação de 1874, e que pouco antes, em consequência, denunciara de insubsistente às duas legações, aquela secretaria de Estado tornava à matéria, para acentuar a doutrina indicada nessas duas missivas diplomáticas:

> Não é admissível que os dois governos adotassem aquela operação, sabendo que havia nela erro em prejuízo de um dos países, e que, assim, um concedesse e o outro aceitasse, contra expressa disposição do Tratado, território, que não compensava. Em tais condições, a alteração seria cessão, dependente de aprovação legislativa.

Entre os parlamentares e estadistas republicanos, as vozes mais autorizadas harmonizam com estas declarações do nosso Governo.

Em 1899, escrevia o Sr. Serzedello Correa que:

> não respeitando o Protocolo de 1895 o que se ajustou em 1867, não é válido sem a sanção do Congresso.

Tal foi, igualmente, a conclusão a que se chegou na discussão do Senado a este respeito em setembro de 1900.

Num discurso que pôs termo ao incidente, persuadindo o Senador Lauro Sodré a retirar o seu requerimento de informações acerca dos atos da nossa chancelaria na demarcação dos limites com a Bolívia e, com especialidade, acerca do Protocolo de 1895, dizia o senador Lauro Müller:

> O requerimento do honrado Senador pelo Pará julga os atos do Poder Executivo. É licito ao Senado julgar desses atos, quando não forem definitivos, ou é do seu dever e prudência aguardar do poder executivo a sua apresentação?

Não se pôde supor que não tenham de vir ao Congresso, alegando a constituição do "*regímen*" passado, que só obrigava à aprovação do parlamento os Tratados que trouxessem cessão de território; porque, pela nossa Constituição, não somente esses atos, como quaisquer ajustes ou convenções com potências estrangeiras, têm de ser submetidos à ratificação do Congresso Nacional.

Entende o orador que todos os atos de chancelaria incidem na disposição constitucional. Assim o ajuste, que os dois governos façam, tem de ser submetido ao Congresso, cuja vez de falhar ainda não chegou. (BARBOSA)

## *Inveja III*
### *(Sebastião Ayres)*

*Tristita de alienis bonis* ([181]).
(S. Tomás de Aquino)

*[...] Bons antídotos da inveja*
*São o amor, a caridade;*
*Benevolência, modéstia,*
*A justiça e a humildade.*
*Ela é vício capital,*
*Maldito, primordial,*
*Princípio de iniquidade.*

*Evitemos a soberba,*
*Toda avareza e cobiça;*
*Cólera, o ódio, a vil inveja,*
*Luxúria, gula e preguiça.*
*Destes vícios principais*
*Surgem todos os demais,*
*Que negam o amor e a justiça.*

---

[181] A tristeza em relação às coisas boas dos outros, o sentimento de infelicidade por contemplar a felicidade alheia.

# COMMISSÃO DE LIMITES

## ENTRE

## O BRAZIL E A BOLÍVIA

## Reexploração do Rio Javari

## Augusto da Cunha Gomes

Rio de Janeiro
Typographia Leuzinger
**1899**

Res Non Verba [Atos, não Palavras]

Reuni neste folheto os artigos que há pouco publiquei no "*Jornal do Commercio*", em resposta aos do Exm° Sr. Barão de Teffé, relativos à exploração do Rio Javari, ordenada pelo Exm° Sr. General Dyonizio de Cerqueira, então Ministro das Relações Exteriores. Ofereço-o ao público, aos ilustres e respeitáveis estadistas, sob cujas ordens servi, e aos meus amigos e companheiros. Não faço cabedal do juízo de um despeitado, mas e apenas quero que os meus trabalhos, sobre este Rio, sejam julgados pelos homens que sabem o que valem serviços, como os que prestei ao meu país no cargo de Chefe da Comissão de Limites entre o Brasil e a Bolívia. Tenho a esperança de que eles me hão de ler e fazer a justiça que mereço.

*Cunha Gomes*

Capital Federal – Março de 1899.

Nascentes do Javari

Ao Sr. Almirante Barão de Teffé]

**I**

As considerações que nutro pelo nome que V. Exª deixou na Marinha, mais do que a satisfação de um desejo particular meu obrigam-me a imiscuir- me na questão atualmente travada entre V. Exª e o Exm° Sr. Barão do Ladário, relativamente à descoberta das nascentes do Rio Javari. Nomeado pelo Exm° Sr. General Dyonizio de Cerqueira, então Ministro das Relações Exteriores, para proceder à exploração deste Rio, parti para fazer semelhante serviço, livre de preconceito e sem mirar recompensa de espécie alguma, a não ser a gratidão a que tem direito todo aquele que tem a consciência de, na altura de suas forças, concorrer para o engrandecimento da terra a que pertence.

Apreciador, por conseguinte, dos conhecimentos científicos e da ilustração daquele que por tantos anos honrou não só a corporação da Marinha, que se orgulha de o ter possuído, como também a do corpo diplomático, de que fazia parte até bem pouco tempo, sou, contudo, obrigado a pedir a V. Exª "*vênia*" ([182]) para refutar os conceitos e a deduções por demais rigorosas e um tanto autoritárias que empregou, quando analisou o relatório por mim apresentado dando parte da Comissão de que fui encarregado, e ao mesmo tempo relembrar-lhe fatos passados e que o andar do tempo não pode ainda apagar.

---

[182] Vênia: licença.

Conservando grata recordação do Diretor da Repartição Hidrográfica, quando, em 1887, foi aos Abrolhos, logo após o naufrágio do cruzador *Imperial Marinheiro*, determinar a posição do banco onde bateu o paquete francês *Orenoque*, bem longe estava de imaginar o então imediato da canhoneira *Marajó*, navio que da Bahia saiu para aquelas Ilhas, a fim de ficar à disposição de V. Exª, que alguns anos depois ver-se-ia na necessidade de agradecer as atenções e amabilidades daquele que, esquecendo-se por momento, levado por paixões com que nada tem que ver o obscuro subscritor destas linhas, da posição que ocupa, viesse, com expressões mal cabidas, externar conceitos e formar juízos de trabalhos científicos que somente com calma e critério podem ser julgados. E a tal ponto chega essa paixão que, sem lembrar-se do que disse na Ata apresentada em 1875, quando Chefe da Comissão de Limites com a república do Peru, relativamente ao ponto que ora discute, trunca períodos do Relatório por mim apresentado, concorrendo desta maneira, não para refutar dados científicos porquanto é por demais esmagadora, como muito bem já disse V. Exª, a eloquência dos algarismos, porém sim para armar a efeito, produzindo para isso um conjunto, que mais parece ser da lavra de um amador do que oriundo de um profissional tão ilustre como deve ser o Almirante Barão de Teffé. Alheio, portanto, à discussão travada nas colunas do "*Jornal do Commercio*", entre os dois chefes da Comissão de Limites com o Peru, de 1861 e 1874, venho constrangido, é verdade, porém certo de cumprir um dever, refutar as deduções externadas por V. Exª e ao mesmo tempo declarar-lhe que jamais cogitaram os membros da Comissão de 1897 de empanar o brilho e apagar as glórias adquiridas por tão ilustre Almirante na sua tão difícil quão arriscada exploração.

Deixando, por conseguinte, de parte as amabilidades feitas por V. Exª àqueles que nem mesmo nas comunicações oficiais se referiram aos trabalhos executados pelo Chefe da Comissão de 1874, entro na análise dos artigos que, desde o dia 12 de novembro, estão sendo publicados debaixo da assinatura de V. Exª e datados de Nice, outubro de 1898.

## II

No Relatório do Ministério dos Estrangeiros de 1875, página 188, consta o seguinte:

> Termo de assentamento do Marco, definitivo: na margem direita da vertente [textual!].

do Rio Javari, limite entre a República do Peru e o Império do Brasil e o ponto mais Austral do dito Rio...

> até onde foi possível à Comissão Mista chegar depois de inauditos esforços, porquanto os obstáculos eram tais que não permitiram subir além e ao mesmo tempo demonstraram que se havia atingido as suas nascentes, com diferenças de algumas milhas, que computamos em oito milhas – mais ou menos [textual!].

Mais adiante, na página 189, lê-se:

> Cumprindo notar, que tão depressa como sejam construídos os planos, trabalho que será executado no Porto da Tabatinga, segundo o resultado apresentado pelas ditas cartas [sic], os Srs. Comissários determinarão a verdadeira nascente do Rio Javari em uma distância que será a citada anteriormente [oito milhas] mais ao Sudoeste do lugar em que se colocou o Marco, porquanto de outro modo não se pode resolver esta questão; os conhecimentos e a experiência que adquiriram sobre este Rio será a norma pela qual a decidam com justiça [textual!].

De tudo isto se conclui que a Comissão de 1874 não alcançou a nascente do Rio Javari e sim a estimou em mais ou menos oito milhas ao Sudoeste do ponto a que tinha chegado, e que se achava situado em 06°59’29,5” de Latitude Sul e 74°06’26,7” de Longitude Oeste de Greenwich, onde foi colocado o Marco. E, no entanto, no artigo publicado em 14 de novembro de 1898, declara o Sr. Almirante Barão de Teffé ter chegado aos 07°01’ de Latitude Sul, ponto que deu, em 1874, para as nascentes do Rio Javari!

E como chegou V. Exª a este resultado? Encontramos a explicação na página 191 do mesmo relatório do Ministério de Estrangeiros, final do – Termo de assentamento do Marco do Javari, onde se lê:

> A segunda refere-se à verdadeira Latitude e Longitude da nascente ou origem do Javari como se concordou [!] no respectivo Termo, aumentando à Latitude e Longitude do Marco as diferenças correspondentes a três milhas [!]. Em Linha geodésica ao Rumo Sudoeste, teremos: Latitude 07°01’17,50” Sul, e Longitude 74°08’27,07”, Oeste de Greenwich. Deste modo fica determinado o ponto da verdadeira nascente do Rio Javari [textual!].

Assombroso e admirável! E é o próprio Almirante Barão de Teffé, então Capitão de Fragata, quem assina semelhante Termo, dando assim a prova mais cabal, em documento oficial, de que Exª *não atingiu a nascente do Rio* – Javari, e sim as deduziu – no seu escritório, no Porto de Tabatinga! Não satisfeito com esse novo e cômodo meio da descoberta da nascente de um Rio, declara V. Exª que essas – oito milhas – estimadas correspondem a – três milhas – em Linha Geodésica. Mas como e por que é essa transformação?! E como, partindo de 06°59’29,50” de Latitude Sul, três milhas ao Rumo Sudoeste, chegou V. Exª a achar a Latitude de 07°01’17,5” Sul?

Nos compêndios de geodésica, astronomia e navegação que conheço tais como: Puissant, Francceur, Guillobel, Chauvenet e outros, não encontro explicação alguma de semelhante operação, que, por ser tão transcendente, com certeza escapou à inteligência de semelhantes autores, estando reservada ao Exm° Sr. Barão de Teffé a glória de tão grande descobrimento! Pena é que V. Exª não tivesse enriquecido a ciência com esses novos métodos, concorrendo desta maneira para mais firmar a modéstia que tanto caracteriza o nome que tão dignamente possui.

## III

A Comissão de 1897, em seu relatório publicado como Anexo ao do Exm° Sr. Ministro do Exterior, à página 271, diz:

> Exploradas minuciosamente foram as margens do Rio, sobretudo a direita, porquanto nos aproximávamos do ponto onde devia existir o Marco colocado, em 1874, pelo Sr. Barão de Teffé, não se encontrando, até o Raio, vestígio algum de semelhante trabalho.
>
> Nesse lugar [Raio] nos demoramos três dias, e durante este tempo fizemos observações de séries de alturas do Sol, passagens meridianas das estrelas Altair e Vega e circum-meridianas do Sol, e, dos resultados obtidos, tomamos a média seguinte:
>
> - Latitude: 07°01’21” Sul, e Longitude, 73°43’21” Oeste de Greenwich.
> - Variação da agulha: 07°47’18” Nordeste.
> - Altitude: 250,70 metros.
>
> Estávamos, portanto, no Paralelo onde, pela Comissão de 1874, devia achar-se a nascente do Rio Javari, porquanto, insignificante era a diferença de 3,5”, encontrada para mais da Latitude achada por aquela Comissão, e verificando, pela medição feita, ser ainda de quatro metros quadrados e oito

> centésimos [4,08 $m^2$] a seção de vazante do Rio, nesse lugar, a largura de doze metros e noventa e cinco centímetros [12,95 m], uma descarga de águas de cento e quarenta e cinco e meio metros cúbicos [145,5 $m^3$], por minuto, e a velocidade média da correnteza de trinta e cinco metros e sessenta e seis centímetros [35,66 m], também por minuto, e, sendo impossível seguir em canoas, não só pela pouca profundidade encontrada, mas também pela quantidade extraordinária de paus lançados em seu leito e frondosa vegetação das margens, que em alguns pontos o fechava completamente, resolvi continuar a exploração por terra, e por isto fiz descarregar as canoas e depositar as mercadorias na melhor barraca ali existente.

Era, portanto, ainda em 07°01′ de Latitude Sul o Javari um Rio – bastante volumoso, e, no entanto, o Exm° Sr. Barão de Teffé declara nesse mesmo artigo, datado de 14 de novembro, ser – "*esse o ponto a que atingiu em 1874, e que dá como nascente do Rio Javari*" – e que também a Comissão de 1897 não pudera seguir adiante em canoas!

Ora, se o Javari nascia nesse lugar em 1874, como diz o Sr. Almirante Barão de Teffé, e se a Comissão de 1897 chegou até esse mesmo ponto, em canoas, como também declara o mesmo Exm° Senhor, a conclusão lógica e evidente a tirar-se do que V. Exª escreveu é que esta nascente, em 23 [vinte e três] anos, mudou de posição, fato por demais assombroso e que causará admiração, não só à Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, mas ainda às suas congêneres do mundo inteiro.

Errar é a coisa mais comum no gênero humano; persistir no erro, negar a evidência dos fatos, para satisfação de um desejo pessoal, é o que não se comenta e, parodiando a frase do imortal escritor francês Emile Zola, me permitirá o Almirante que lhe declare que "*a verdade sempre aparece, nada a detém*".

## IV

O final do artigo publicado em 14 de novembro e os subsequentes já não mais parecem inscritos pela mesma pessoa, tais são as divagações e conclusões deduzida de sua fraca argumentação; e, para provar até que ponto pode chegar a fraqueza humana, analisemos a parte do relatório apresentado ao Sr. General Ministro das Relações Exteriores, de onde V. Exª extraiu os principais tópicos para suas apreciações e com as quais pretendeu fazer jocoso escândalo dos números ali consignados para determinar os caminhamentos feitos. Realmente ali estão exarados os caminhos percorridos diariamente com precisão de meio metro. E assim procedemos porque tais documentos são escritos para quem deve entender destes assuntos e ter, pelo menos, lido o que V. Exª escreveu, como 1° Tenente em um livro que por aí corre impresso sob o título de – "*Hydrographia de Hoonholtz*".

Todas as distâncias caminhadas, terá esquecido V. Exª que são reduzidas ao horizonte? E que não podiam ser elas de outra forma escritas, em resumo, para se poder confrontar o trabalho propriamente geodésico com o astronômico? Acreditamos que da parte de V. Exª houvesse ingenuidade e boa-fé, pensando, por momentos, que estas distâncias fossem não as projetadas sobre o horizonte, e sim aquelas que medimos realmente sobre o terreno, por aqueles montes e vales que tanto escandalizaram a V. Exª?!

Confiado na sua boa-fé, é que pedimos "*vênia*" para declarar que tais distâncias são as reduzidas ao horizonte, pois, como bem sabe V. Exª, não é possível entrar-se em relatório com detalhes dos números obtidos pelo cálculo, serviços estes que ficam arquivados nos cadernos e cadernetas.

Feito este pequeno reparo e avivada a memória de V. Exª no modo por que se fazem tais trabalhos, verá que todo o seu castelo se desmorona, como um montão de areia, transparecendo tão somente a pouca generosidade e pouca justiça que fez àquele que se desvanece de ser um dos seus ex-discípulos.

Assim, para de uma vez finalizar esta ingrata discussão, passamos a mostrar ao público a triangulação executada, a fim de que, mesmo os profanos, possam avaliar do confronto do trabalho geodésico com o astronômico e o valor do que executamos realmente sobre o terreno com o do que fez V. Exª em seu escritório em Tabatinga.

Tomemos, para ponto de partida, o Rio Batã, conhecido no levantamento feito por V. Exª, quando Chefe da Comissão de 1874, pelo nome de Paissandu e cuja confluência com o Rio Jaquirana, ou Alto-Javari, está situada em:

- 06°32’04,5” de Latitude Sul, e 73°16’23,5” de Longitude Oeste de Greenwich.

Antes, porém, convém declarar que, partindo deste ponto em canoas, tendo calculado as suas marchas em águas tranquilas e, todos os dias, determinado qual a velocidade da correnteza do Rio, tínhamos o caminho estimado percorrido diariamente por estas embarcações. Chegados ao lugar denominado – Seis Soles, primeira barraca habitada depois do Rio Batã ou Paissandu, fizemos observações do Sol e passagens meridianas de estrelas e determinamos a posição astronômica do lugar.

Comparada esta posição com a obtida pela estimada, por meio das canoas, verificamos ser insignificante a diferença encontrada; traçamos então o Rumo e a distância, resolvendo assim o primeiro triângulo.

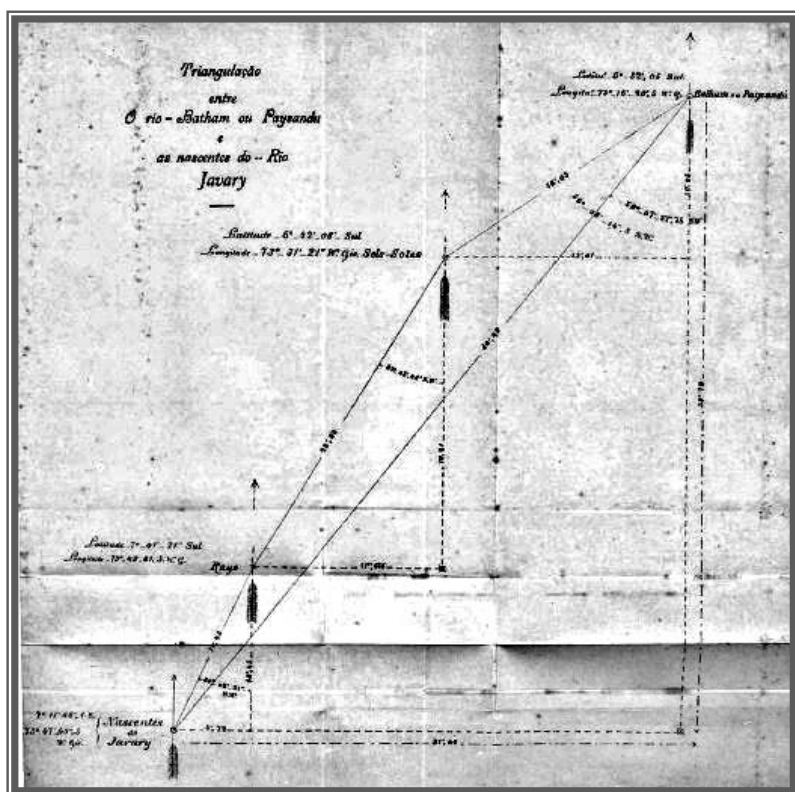



*Imagem 16 – Triangulação dos Rios Batã e Javari (C. Gomes)*

É uma operação tão fácil e tão ao alcance de qualquer estudante que tenha algum conhecimento de trigonometria, que nos abstemos de resolvê-la, esperando que V. Exª nos releve esta falta, mesmo porque, talvez assim, demos margem para que, mais uma vez possa V. Exª mostrar os seus altos conhecimentos científicos. Iguais serviços fizemos de Seis Soles ao Raio, última barraca habitada, e deste ponto até as nascentes do Rio Javari. Nestes dois lugares, por meio de métodos, conhecidos como sejam: passagens meridianas de estrela, circumeridianas do Sol, altura e azimute do Sol, altura do Sol em função do ângulo horário, etc., etc., determinamos as posições destes pontos e resolvemos os triângulos encontrados.

Da nascente do Rio, calculamos o Rumo e a distância a que está a confluência do Rio Batã ou Paissandu com o Rio Jaquirana ou Alto-Javari e determinamos pelo cálculo este ponto, a fim de confrontar o resultado astronômico com o que se obtivera pelo caminhamento, verificando-se que os resultados achados, pelos dois processos, estavam de perfeito acordo [Imagem 16].

Para ainda mais confirmar a exatidão destes resultados, de volta fizemos novas observações nos mesmos lugares. Assim, quaisquer erros que pudesse ter havido na determinação das coordenadas deste ponto, seriam logo acusados e eliminados. O mapa demonstrativo das coordenadas astronômicas dos diversos pontos, tomadas na ida e na volta, segundo as lições do ilustre Casparini, demonstrou que as diferenças encontradas eram insignificantes e deram a certeza, não só de que era perfeito o estado dos cronômetros como também permitiram apreciar-se o grau de exatidão dos trabalhos, quer geodésicos executado sobre o terreno, quer astronômicos.

Tudo isto se acha consignado à página 43 do Relatório citado por V. Exª em seus artigos.

Entretanto, por princípio, dirá V. Exª que tudo isto está errado; as razões são simples e positivas, e vem a ser a pretensão de que, nesta terra é V. Exª o único que conhece estas coisas transcendentes, "*que com familiaridade joga com a astronomia e a hidrografia*", com a plena aprovação dos sábios que aí estão para afirmar que V. Exª é incapaz de espicharse em uma determinação de Latitude ou de fazer observação "*de uma altura meridiana que não seja excelente*". E, certamente, quem possui tão bons predicados não pode deixar de ser o único Capaz de explorar um Rio e descobrir-lhe as nascentes, principalmente quando se tratar de lá não ir.

## V

O Sr. Almirante Barão de Teffé é realmente capaz de tudo provar, principalmente quando se transporta àquelas épocas "*em que exercia o cargo de Demarcador de Limites do Brasil pelo lado do Peru e em que a astronomia e hidrografia eram-lhe ciências tão familiares que se comprazia em praticar, por gosto, as mais difíceis observações e em possuir os mais aperfeiçoados instrumentos para esse uso*".

E se não, vejamos o que escreveu no artigo publicado de 25 a 28 do mês de novembro:

No de 25, procura o Sr. Barão de Teffé fazer grande escândalo do fato de ter eu dito à página 48 do meu relatório, haver na Foz do Rio Galvez, retificado a marcha dos cronômetros, e, depois de procurar explicar aos profanos o que é retificar um cronômetro, pergunta quem me forneceu a Longitude para essa retificação, e ainda mais, se abalança a asseverar que abusei da boa-fé do Ministro e que aí me demorei para determinar as coordenadas astronômicas da Foz do Rio – Galvez –, não passando a posição por mim calculada de uma "*média arranjada*" entre a de V. Exª e a de Paz Soldán.

O que V. Exª porém, não quis dizer ao público é que, para se verificar a posição de um ponto e conhecer o seu erro em Longitude, tanto faz calcular-se esse elemento pelo cronômetro e confrontar esse resultado com a Longitude do lugar, como retificar o cronômetro, tomando como exata a Longitude atribuída ao lugar.

A diferença, necessariamente, ou daria o erro do cronômetro, caso esse estivesse errado e aquela certa, ou vice-versa, o erro da Longitude na hipótese contrária.

É preciso, porém que diga ao Sr. Barão de Teffé e ao público que a Longitude da Foz do Rio Galvez, que atribui a Paz Soldán, foi determinada pelo distinto e inolvidável Capitão-Tenente Soares Pinto, membro da Comissão de 1864, e que os meus trabalhos sempre combinaram com os de tão digno oficial; não podendo, porém, dizer o mesmo sobre os que tão magistralmente foram executados por V. Exª.

As cordas cronométricas que, desde o início da Comissão combinavam com as do Capitão-Tenente Soares Pinto, e também o levantamento do Rio Javari, desde a sua confluência com o Rio Solimões, como está declarado às páginas 47 e 48 do meu relatório, fizeram com que na Foz do Rio Galvez, na verificação da sua posição, eu lançasse mão do termo – retificação dos cronômetros, dando-me a experiência dos fatos observados o direito de supor exata a Longitude determinada por Soares Pinto para esse lugar o que mais uma vez foi confirmado pelas minhas observações, por ser pequena a diferença encontrada.

Não sabia se o meu resultado podia ou não combinar com o de V. Exª, porque era para mim elemento desconhecido até a data em que publicou o seu artigo de 25 de novembro próximo passado. Quem, pois, me forneceu a posição do ponto não foi V. Exª e sim o Capitão-Tenente Soares Pinto, e nem eu podia utilizar-me das observações de V. Exª, porque até esse dia 25, data da publicação do seu artigo nas colunas do "*Jornal do Commercio*", ninguém as conhecia.

Pondo, por conseguinte, de parte o jocoso e a impertinente amabilidade, prestou V. Exª um relevante serviço ao país, fazendo conhecer as observações inéditas daquele tempo "*em que a astronomia e hidrografia lhe eram tão familiares*".

Resta-nos, agora, somente salientar que não fomos nós que pretendemos iludir a boa-fé do Ministro e sim V. Exª em seus estirados artigos, não só a dessa autoridade, como também a do público. Assim é que afirma ser a Latitude por mim determinada a média – entre a de V. Exª e a de Paz Soldán.

A Latitude achada por V. Exª é:

– 05°10’30” Sul,

como declara em o artigo, publicado a 25 de novembro; a de Paz Soldán é:

– 05°10’12” Sul;

segundo também afirma V. Exª, a média das Latitudes é:

– 05°10’21” Sul,

e a determinada por mim, por observações de altura meridianas de estrelas, circumeridianas do Sol, altura e azimute do Sol e altura do Sol em função do ângulo horário, é:

– 05°10’17,5” Sul.

Ainda, pois, que pudesse ter adivinhado a Latitude que o Sr. Barão de Teffé achara para esse lugar e que até então a conservara inédita, pela lógica dos números fica o público conhecendo o desembaraço com que V. Exª assegura que a Latitude por mim determinada de:

– 05°10’17,5” Sul

é a média entre a de V. Exª e a de Paz Soldán.

Exatamente o mesmo se dá em relação à Longitude, porquanto a de V. Exª somente agora saiu à publicidade. Vê pois V. Exª que a Comissão de 1897 não podia plagiar as suas coordenadas da Foz do Rio Galvez, nem as de outro qualquer ponto, apoderando-se impudentemente, como diz, de Latitudes que outros haviam determinado.

## VI

Decididamente esta Questão de Limites é malsinada ([183]). Fez o inolvidável Soares Pinto perder a vida e S. Exª o Sr. Barão de Teffé a compostura em todos os terrenos. Quanto ao Rio Batã ou Paissandu, verifica-se a sem-cerimônia com que V. Exª articula aleivosias, acomoda números e até arranja períodos de ouro como o que se segue:

> Ocorreu-lhes a máxima predileta – "*in médio stat virtus*" – e decidiram-se pela Latitude:
>
> – 06°32'04,5" Sul
>
> que é a média exata [!] entre a minha Latitude calculada e a Latitude estimada por uma grosseira aproximação de Paz-Soldán.
>
> Mas, era indispensável mascará-la um pouco para não ser conhecida à primeira vista e então acrescentaram, para iludir os incautos, uma aproximação ridícula até décimos de segundo! Sempre a mesma palhaçada.

Fazemos nossa, sem mais comentários, esta última frase de V. Exª! Embora lhe pese, Sr. Barão de Teffé, quanto ao Rio Batã ou Paissandu, dá-se o mesmo fato que no Rio Galvez.

---

[183] Malsinada: má sina.

Conquanto seja V. Exª o próprio que declara, em seu artigo publicado a 25 de novembro, não ter eu lido a memória de Paz-Soldán e na conformidade do costume, ter achado a exata posição da Foz deste Rio por duas excelentes observações de alturas meridianas das estrelas Canopus e Aurigœ, que, como bem sabe V. Exª, não é o melhor processo empregado para determinar Latitudes, apesar de tais observações serem feitas como ninguém é capaz de fazê-las, achou V. Exª:

– 06°35’16” Sul.

A minha posição foi determinada pelos seguintes processos: alturas circumeridianas do Sol, altura e azimute do Sol, altura do Sol em função do ângulo horário e, por último, pela altura meridiana da estrela Antares, e do resultado obtido tomamos a média seguinte:

– 06°32’04,5” Sul.

A Latitude achada por Paz-Soldán, segundo declara V. Exª, é:

– 06°29’ Sul.

A média entre as duas Latitudes, a calculada por V. Exª e a grosseira estimada por Paz-Soldán, é:

– 06°32’08” Sul.

Vê, pois, o Sr. Barão de Teffé que a minha Latitude não é a média exata, ou inexata, nem da de V. Exª, nem da de Paz-Soldán, nem da mistura das duas.

E quanto é doloroso, para quem ainda não teve tempo de descrer dos homens e das coisas e só tem cogitado do cumprimento do seu dever, ver-se obrigado a vir à imprensa desmanchar essas <u>mixórdias</u>

arranjadas pelo despeito e sem outro valor que a satisfação de um desejo pouco justo e confessável.

Se na minha curta carreira não me deparou a sorte com a oportunidade de conhecer pessoalmente vultos da estatura de Mouchez, para certificar a minha competência em questões de Latitudes e de Eclipses Solares, resta-me, todavia, o respeito de mim próprio, que sempre soube manter em elevado apreço, e que impediria qualquer ato menos justificável, principalmente o olvido dos princípios da probidade científica, que as vezes a idade faz esquecer.

## VII

Tratemos finalmente, da impossibilidade de nascer o Javari em uma serra, que supomos ser um dos contrafortes dos Andes Orientais, o que também escandalizou os conhecimentos geográficos de V. Exª.

Se não me falha a memória, quando estudante de geografia, ensinaram-me que os Andes, na Bolívia, se dividem em dois ramos, um Oriental outro Ocidental, formando o planalto central desse país, onde se acham o Lago Titicaca e outro, reunindo-se de novo ao Norte de Cajamarca, no Peru.

O ramo Oriental deita diversos contrafortes para o nascente e o mais ao Norte dá nascimento, na vertente Oriental, aos Rios Purus, Juruá e outros, e na vertente Ocidental, a diversos afluentes do Rio Ucaiali, nascendo o Javari na testa deste contraforte, como se pode verificar na mais recente Carta do Peru, publicada em 1896 pelo Sr. Alberto F. J. M. Viellerobe e que corre impressa em todo o mundo.

No Dicionário Universal de Larousse, letra P, página 642, lê-se:

> La cordillère des Andes entre dans le Perou par l'extremité méridionale de cette contrée; sur la limite même, une partie de la chaîne se separe de l'autre et se dirige au NE sur le territoire du Haut Perou, où elle présente les plus gigantesques sommets de l'Amérique, après avoir contourné le lac Titicaca, elle entre dans le Pérou et rejoint l'autre partie par 14° de Latitude S. De là, les Andes s'étendent au NO et vers 11° de Latitude S se partagent en trois chaînes; la plus Orientale va s'abaisser sur la rive gauche de l'Ucaiali; celle du centre vers la rive droite de le Tunguragua; enfin la chaîne occidentale s'avance dans la même direction, le long de la côte, jusqu'aux frontières de la Colombie. [...]
>
> De la région la plus Orientale partent pour aller se jeter dans l'Amazone: le Jutahy, le Javary, le Juruá, le Purus et le Madère. Cette région très-boisée et très·fertile, est appelée Montaña Real de los Andes [...]

E no entanto, o Exm° Sr. Barão de Teffé, em seu artigos publicados nas colunas do "*Jornal do Commercio*" nos dias 15, 20 e 21 do mês de novembro, admira-se de termos achado nascentes do Rio Javari em um dos contrafortes dos Andes Orientais e apela para "*a nossa Sociedade de Geografia, enquanto os peruanos do Rio Ucaiali não estourarem de riso*..."

Felizmente V. Exª esqueceu-se dos peruanos do resto do Peru e dos habitantes do mundo inteiro que, pasmados, não saberão o que mais admirar, se a coragem ou a competência científica de V. Exª, e pressurosos correrão a emendar, não só esse livro como os demais, por onde possam os vindouros, abençoando o nome do ilustre Barão de Teffé, aprender aquilo que, até então, os seus antepassados julgavam verdadeiro. Se em 1874, quando V. Exª descobriu o novo método de se chegar ao conhecimento das nascentes de um Rio pelos estu-

dos feitos no seu escritório em Tabatinga, tivesse, ao menos, no lugar em que colocou o Marco, baixado os olhos dos deslumbrantes espetáculos do firmamento, absorvido necessariamente pelos elevados cálculos astronômicos, que lhe eram tão familiares.

Se firmasse a vista sobre a terra, demorando a sua atenção na contemplação dos espécimes mineralógicos que se encontram, não só neste ponto, como também em todo o leito do Rio Jaquirana ou Alto-Javari, veria que tais espécimes denunciavam que as suas nascentes não poderiam estar em igapós ou alagadiços, como afirmou e persiste, mas sim, virem de mais longe, de serras, de onde tais produtos são forçosamente arrastados pela água, a menos que a natureza, por uma dessas transformações imprevistas, viesse mudar a face natural das coisas, para gáudio e confirmação do que V. Exª tão magistralmente assevera.

## VIII

No artigo publicado no "*Jornal do Commercio*" de 14 do mês de novembro, diz o Sr. Barão de Teffé que, atualmente, uma viagem por aquelas paragens do Rio Javari é mais uma excursão pitoresca do que uma difícil travessia; entretanto, confessa que não quis aceitar o convite, que lhe foi feito para Chefe da Comissão de Limites com a Bolívia. Seria a recusa devida ao fato de estar V. Exª:

> vivendo longe de sua terra querida, neste cantinho da França, onde o céu sempre é azul, as montanhas sempre verdes e a superfície serena do Mediterrâneo, fazem a ilusão da nossa incomparável natureza, e prefira que os olhos da alma, o pensamento, esteja aqui nesta Pátria, à qual votou toda a mocidade, à qual dedicou como filho estremecido 49 anos de sua vida [...]

Ou será porque não quer assistir ao desmoronar:

> do feito mais importante de sua vida, essa espinhosa exploração, durante a qual toda a sua energia esteve constantemente em jogo, toda a sua força de vontade se revelou, sobrepujando as fadigas, os perigos, as moléstias e as privações de todo o gênero, inclusive a falta de alimentação! [Vide "*Jornal do Commercio*" de 25.10.1896]

Pois é lastimoso !!! Porque se tivesse seguido conosco nessa bela viagem de recreio, teria a oportunidade ele encontrar, não só todas essas coisas, que acaba de descrever com tão belas palavras, como também aqueles mesmos índios, que tanto o obsequiaram, e que, se naquela época o fizeram voltar, dando a Comissão por finda, a nós, acompanharam com o mesmo aparato belicoso até as verdadeiras nascentes do Rio Javari.

Mas é que as privações e a resignação com que se suportam estes transes, em que o patriotismo é posto à prova, são dotes que só medram e encontram cultivo na elevada pessoa de V. Exª.

Resta-me somente, para terminar, agradecer as amabilidades e atenções dispensadas por V. Exª a um companheiro e admirador, que nem de leve o melindrou, porquanto tem a consciência tranquila e a certeza de ter conseguido o que V. Exª não pôde ou não quis efetuar, como seja ir até o lugar donde nasce este gigante que se chama Javari.

Inexplicável é essa má vontade e este despeito acrimonioso ([184]) contra quem se limitou apenas a comunicar o que observou no local, e isso mesmo sem pretensões às flores de retórica, que tanto têm enriquecido os inúmeros trabalhos por V. Exª publicados.

---

[184] Acrimonioso: amargoso.

E não podendo continuar a entreter polêmica nem discussões com quem assim desconhece os princípios da lealdade e da justiça, limito-me a patentear a má fé com que V. Exª trunca e adultera períodos para produzir efeito e chegar aos seus fins pouco razoáveis.

Para isto, basta comparar, como em seguida o fazemos, o que transcreveu V. Exª no "*Jornal do Commercio*" de 24 do mês de novembro, com o que realmente está escrito na página 48 do relatório por mim apresentado:

| **Diz V. Exª:** | **Diz o Relatório Pg 48:** |
|---|---|
| Também foi determinada a marcha das canoas em águas tranquilas, tendo assim uma base para bem poder avaliar o caminho feito por dia. | Também foi determinada a marcha das canoas em águas tranquilas, tendo assim uma base, para bem poder avaliar o caminho feito por dia <u>e comparar depois as posições astronômicas estimadas dos diversos pontos</u>. |

Os homens sensatos julgarão da boa-fé e do patriotismo de V. Exª em toda esta questão.

## IX

Pensávamos não ter mais de voltar à imprensa para discutir a questão das nascentes do Rio Javari. Tal propósito, porém, ninguém o poderia manter depois dos estirados artigos publicados pelo Sr. Barão de Teffé nas colunas do "*Jornal do Commercio*" dos dias 4, 6 e 8 do mês de dezembro.

O Sr. Barão de Teffé é realmente colossal e único no modo de deitar ciência, e ensinar hidrografia e, para suportá-lo, concordará o público que necessário se torna revestir-se qualquer mortal de muita paciência e resignação. Assim é que pretende ensinar-nos como se levanta a planta de um Rio, e estupendo, declara que a sua arenga tem por fim:

> indicar aos reexploradores, como deverão proceder quando forem incumbidos da verificação de trabalhos deste gênero.

E neste ingrato empenho prossegue o ilustre astrônomo – "*naveguei com duas lanchas a vapor*", indo ele em uma e o seu irmão, talvez tão hidrógrafo como S. Exª, "*em outra e caminhando Rio acima e fazendo estações, a um sinal convencionado de uma das lanchas determinava o azimute da outra e a distância por meio do micrômetro Lugeol*".

Maravilhoso! E não parece que V. Exª quis fingir Tartufo ([185]), ensinando-nos estas coisas, que estão ao alcance da compreensão de qualquer principiante?

Foi este, Sr. Barão de Teffé, o método que empregamos e que todo o mundo empregou e emprega em trabalhos desta natureza; não pense, pois, que fez descoberta alguma ou que disse alguma coisa transcendente.

Infelizmente, porém, a língua não o ajudou, como por aí dizem, no resto da preleção que nos fez, porquanto, fora o processo do azimute e do Lugeol, tudo o mais está errado.

---

[185] Tartufo: comédia de Molière cuja personagem principal retratava os religiosos como hipócritas e dissimulados. Desde então a palavra passou a caracterizar as pessoas hipócritas e os falsos religiosos. O termo tartufice, tartúfico ou o verbo tartuficar – significa hoje enganar, ludibriar.

Mas com esta arenga prestou V. Exª um grande serviço, pois veio explicar a razão por que os meus trabalhos, que sempre combinaram com os do inolvidável Capitão-Tenente Soares Pinto, tornam-se uns disparates, quando comparados com os de V. Exª. Apreciemos agora as belezas feitas por V. Exª para determinar as curvas do Rio, nos pontos em que não podia aplicar o Lugeol:

> Quando, por qualquer circunstância, não era possível usar o micrômetro Lugeol, as distâncias eram avaliadas pelo caminho percorrido; mas então o meu sistema de abscissas e ordenadas tinha como fatores o rumo, o tempo marcado no cronômetro comparador e a marcha da chalana, porém medidas na ocasião pela barquinha prumo, isto é, empregando-se a conhecida linha de barca graduada, em cujo extremo estava fixo um prumo, que pousava no fundo, enquanto a embarcação seguia o seu caminho e fazia desenrolar o carretel pelo espaço de tempo que gastava a areia a escoar-se na grande ampulheta, voltada duas ou três vezes, conforme a velocidade da chalana.

Ainda que lhe pese, Sr. Barão, este processo que V. Exª aprendeu com os práticos dos Rios, quando querem saber, mais ou menos, o caminho feito pelos navios, com a precisão de uma centena de metros, no caso vertente não pode ter aplicação e, por certo, nem mesmo o simples piloto ou prático da costa se lembraria de aplicá-lo em levantamentos hidrográficos.

Quando muito, poderia V. Exª, se quisesse tirar partido desta ciência da pilotagem, empregar o processo rudimentar porém exato, que se usa a bordo para retificar a barquinha de mão, com que V. Exª fez ciência, e que consiste, no Mar, em jogar um objeto pela proa e medir o tempo que ele leva em percorrer o comprimento do navio.

Em um Rio, a coisa se torna mais fácil e ainda mais exata, bastando, para isso, visar da proa um objeto da margem e ver o tempo que ele leva em percorrer o comprimento da embarcação. Este processo, que todos empregariam em um navio, certamente não poderia ser usado em uma embarcação como a chalana, pela pequenez da distância percorrida; por esta razão não é empregado em trabalhos hidrográficos da natureza dos que se acham em questão e, além do que, não dá a velocidade da correnteza do Rio. É, todavia, um método racional e lógico, aplicável em determinadas condições. O seu método, porém, da barquinha-prumo, Sr. Barão de Teffé, é coisa de que nunca pessoa alguma se lembrou; é único na espécie: certamente, os resultados obtidos com este colossal processo não podem combinar com os meus, nem com os de Soares Pinto, nem com os de pessoa alguma. Só V. Exª se lembraria deles. E tem entretanto a coragem de dizer-nos:

> que assim é que se avaliam as distâncias andadas em águas correntosas. Sirva esta pequena lição aos Srs. Gomes e Lopo Netto – que mais precisam dela do que o Governo precisa da parva ([186]) preleção cronométrica – com que encheram um capítulo do relatório.

Tornou-se realmente engraçado o Sr. Barão de Teffé! Mas há de convir V. Exª que parva e bem parva é a lição que nos pretende dar. O que fizemos está certo; é o método que se deve empregar e que se emprega nas tais curvas, em que o Lugeol não pode ser empregado. As distâncias foram medidas da seguinte maneira: em um dos muitos Lagos que por lá existem e nos quais, como deve V. Exª saber, são as águas perfeitamente tranquilas e sem correnteza, determinou-se, por diversas vezes, a marcha das canoas, medindo-se uma distância em terra.

---

[186] Parva: tola.

As médias das corridas deram a marcha real das canoas em águas tranquilas, fato citado no meu relatório à página 48, que com tanto gosto V. Exª adulterou, sabendo eu agora que foi pelo único motivo de não ter entendido o que lá deixamos consignado e de limitar-se a sua ciência hidrográfica ao famoso método da "*barquinha de prumo*" – dos práticos do Rio da Prata. Obtida, como ficou dito, a marcha das canoas em águas tranquilas e determinada todos os dias a correnteza do Rio, tínhamos o caminho percorrido diariamente por estas embarcações e, portanto, a posição estimada dos diversos lugares em que parávamos para dormir. Servia-nos isto para comparar as posições astronômicas e estimadas dos diversos pontos em que observávamos e poder assim avaliar a diferença existente entre os dois processos, astronômico e estimado, tal qual se pratica a bordo como bem deve V. Exª saber.

Assim é que se faz, e ainda é tempo de aprender para evitar que, por outra vez, dê a outrem a parva lição que nos pretendeu dar. Passemos agora ao final do artigo publicado no "*Jornal do Commercio*", de 4 de dezembro, em que V. Exª mais uma vez mostra só gostar das coisas grandes, procurando salientar o mérito e o valor da gigantesca Carta do Alto-Javari, com cerca de quatro metros de extensão, "*construída, desenhada e anotada*" pelo próprio punho de V. Exª. Pretende, com esta estupenda almanjarra ([187]), manifestar V. Exª sua competência astronômica e a precisão das suas Latitudes, todas as noites determinadas pelas alturas meridianas das estrelas e planetas, as quais, independente do "*colosso*", já V. Exª teve a fortuna de demonstrar que serão exatas, porque o sábio Mouchez e outros declararam que o ilustre Almirante não erra nestas coisas.

---

[187] Almanjarra: rodo usado para retirar o lodo das marinas.

Não obstante, V. Exª torna-se tão engraçado que não podemos deixar de transcrever seu gostoso período:

> Que prova posso eu dar mais convincente do modo consciencioso pelo qual realizei a demarcação de fronteira do Alto-Javari do que apresentando essa imensa, gigantesca carta, em uma escala nunca vista em explorações deste gênero? Quisesse eu ocultar enganos, erros ou omissões, e nada me seria mais fácil do que construí-la em ponto menor, na escala comum [!] tal como a cópia que foi reduzida à 5ª parte, no Arquivo Militar, que por aí corre impressa. Quisesse eu improvisar uma Latitude mais Austral para a nascente e mesmo para o lugar onde fixei o Marco, e propícia me seria a oportunidade, por isso que o chefe Black, único observador peruano, regressara da exploração que fizemos por terra até o Igapó da nascente [!] em um tal estado, que teve de deitar-se na sua chalana e foi-lhe impossível observar essa noite.

Realmente, com essa gigantesca carta em escala nunca vista, que ocupou todo o seu escritório em Tabatinga, e adjacências, quisesse-o V. Exª, não só descobriria mil origens do Rio Javari, como também:

> mesquinho improviso de uma Latitude mais Austral para a nascente e mesmo para o lugar onde fixou o Marco.

E nem por isso deixaria V. Exª de repetir, em alto e bom som:

> a sua probidade científica tão essencial no explorador, como a retidão de caráter no homem que se preza de ser honrado.

São virtudes que não contestamos a V. Exª. No seu artigo de 6 de dezembro, com grande maestria, explica V. Exª como se podem arranjar alturas, meridianas para se conseguir a Latitude que mais convém a um explorador e, esquecendo-se do que disse em relação à "*probidade científica*", mostra

como se fazem tais milagres, sem se lembrar de que é atualmente muito difícil deitar ciência barata, porquanto, hoje em dia, até os leigos fingem sabença. Este tal processo de aumentar alturas meridianas para se chegar a Latitudes forçadas é conhecido na nossa Marinha de Guerra pelo engraçado nome de – *pintura* ([188]); não sabíamos que V. Exª era tão provecto nesta arte e tão apologista dela, que não se furta ao trabalho de fazer propaganda com sábias e jeitosas preleções.

Em todo o caso, toda pessoa tem o direito e mesmo o dever de mostrar sempre a sua especialidade e, se não fosse assim, os – pintores – ver-se-iam bastante embaraçados. "*Atentado contra a verdade, contras-senso, incompetentes, maus observadores, péssimos calculistas, etc., etc.*" – são coisas bonitas de dizer, difíceis porém, de provar, porquanto já passou o tempo do – magister dixit ([189]); quiséssemos nós usar de represálias, então saberíamos mostrar a que ficam reduzidas "*certas sumidades*" que, sem saberem por quê, nem quais os motivos, têm conseguido enganar a um povo, fingindo-se daquilo que nem ao menos podem aparentar, desde que falta o apoio da clássica sociedade do elogio mútuo.

Pode, por conseguinte, V. Exª conservar a "*sua única ambição, – a da glória*", porque não só esta, como também as suas descobertas, já não mais pertencem a V. Exª e sim à história que, inflexível, explicará aos vindouros ter tido o Almirante Barão de Teffé "*um único fito, abstrato que sempre o guiou, qual o de tornar-se, por serviços relevantes, digno da consideração e apreço de seus concidadãos*". Não nos damos, portanto, como ofendidos; antes, ao contrário, ao ilustre astrônomo e hidrógrafo – "*fin de*

---

[188] Pintura: maquiagem.
[189] Magister dixit: o mestre o disse.

*siècle*" – agradecemos as sábias lições que nos pretendeu dar, e ao cavalheiro as "*expressões amáveis e delicadas e os conceitos por demais honrosos e lisonjeiros*", dispensados aos membros da Comissão Reexploradora do Rio Javari no ano de 1897.

## X

A 18 do mês de dezembro, pelas colunas do "*Jornal do Commércio*", o incomensurável Barão de Teffé deitou novo e estirado artigo gostosamente confeccionado em Nice – Alpes Marítimos, onde de *lança em riste, assanhado e furibundo* ([190]), investe a torto e a direito, descobrindo a cada passo inimigos que procuram roubar o laborioso fruto de suas lucubrações e a proeminência científica a que atingiu com os modernos e eficazes métodos de levantamentos hidrográficos e de descoberta das cabeceiras de Rios.

Felizmente acha-se V. Exª de vigorosa saúde, já livre dos devastadores efeitos, dos profiláticos, que fazem

---

[190] O Capitão-Tenente Augusto da Cunha Gomes faz uma analogia sarcástica, mas oportuna e cabível, da atitude intempestiva e claudicante do Barão de Teffé com a de Don Quixote de La Mancha, o assanhado e furibundo personagem de Cervantes:

> [...] com a lança em riste, arremeteu a todo o galope do Rocinante, e se aviou contra o primeiro moinho que estava diante, e dando-lhe uma lançada na vela, o vento a volveu com tanta fúria, que fez a lança em pedaços, levando desastradamente cavalo e cavaleiro, que foi rodando miseravelmente pelo campo fora. [...]
>
> – Cala a boca, amigo Sancho – respondeu D. Quixote; – as coisas da guerra são de todas as mais sujeitas a contínuas mudanças; o que eu mais creio, e deve ser verdade, é que aquele sábio Frestão, que me roubou o aposento e os livros, transformou estes gigantes em moinhos, para me falsear a glória de vencê-los, tamanha é a inimizade que me tem; mas ao cabo das contas, pouco lhe hão de valer as suas más artes contra a bondade da minha espada. (CERVANTES)

rejuvenescer e, com robusto pulso, pode sempre brandir a lança contra os audazes liliputianos, que ousam reduzir a nada as jeitosas tricas ([191]) de V. Exª e os colossais métodos pelo quais chegou a confeccionar aquela "*gigantesca e colossal Carta de escala nunca vista*", em que nem sequer escapou o voo de uma das pragas lá existentes. É bem verdade que por lá andaram também algozes, que não poupavam sequer os filhos do amigo, obrigando-os a "*desertarem*" para o hospital, com as costas recortadas pelo vergalho e pela chibata, como aconteceu ao jovem Cirne ([192]), vítima da intrigalhada e mixórdia de mão de mestre, em que sempre vivia a Comissão presidida por V. Exª.

Como seria bom que V. Exª tivesse tido a sabedoria de conservar-se calado! Evitaria, ao menos, o ridículo espetáculo de representar o truanesco ([193]) papel de cavalheiro da triste figura ([194]), na convicção de que tudo leva de vencida e a todos "*aniquila, achata e pulveriza*". Que pena, Sr. Barão, vê-lo reduzido a tal papel! Os tempos passam, e já a marinha tinha esquecido o belo título de – *pintor*, que V. Exª com tanta auréola tinha adquirido, e as desastradas polêmicas que por vezes ostentou pela imprensa, sobre esta mesma malfadada Questão de Limites.

A nova geração, sem recusar-lhe certo mérito, desconhecia o deslumbrante aparato e os custosos aprestos do transporte de guerra Marcílio Dias, especialmente equipado para transportar V. Exª e toda a sua Comitiva para as regiões do Amazonas onde, de Tabatinga.

---

[191] Tricas: trapaças.
[192] Questão Cirne Lima: abordada no Capítulo Antônio Luís von Hoonholtz.
[193] Truanesco: caricato.
[194] Cavalheiro da triste figura: Dom Quixote.

Deveria V. Exª, com sábia maestria, descobrir as nascentes do Rio Javari. Por toda a parte deixou o esplendoroso navio e a espalhafatosa Comissão vestígios de seus "*puffs*" e da sua grandeza. Quis V. Exª recordar estas belas cenas! E trazer à lembrança até o célebre quadro ou retrato que atravancava o convés do Marcílio Dias, quadro tão grande e tão colossal como a célebre carta do Rio – Javari – "*de escala nunca vista*", ou o não menos célebre lampião, que V. Exª tinha em sua sala de jantar, em Paris. O quanto custou toda essa farsa não disse V. Exª e, entretanto, vem insinuar que, só em dinheiro:

> pedi logo 60 contos e gastei mais do dobro, na demarcação de terrenos absolutamente sem valor, quando os cofres públicos estão vazios e suspensos indispensáveis melhoramentos por falta de recursos.

Infeliz país, em que até os velhos, esquecidos do respeito que devem a si próprios, arrojam-se a avaliar esta ou aquela parte do território nacional pela sua extensão material! Ao mesmo tempo fantasiam somas despendidas para criar situações difíceis, com pouco escrúpulo dos seus compatriotas empenhados no serviço público!

Embora pese ao desnorteado cérebro de V. Exª, devo afirmar-lhe que a Comissão por mim presidida jamais excedeu ao crédito pedido, como V. Exª pode verificar pelas contas apresentadas à autoridade competente. Com relação à sua Comissão, poderá V. Exª provar o mesmo? Por que não vem dizer ao público quanto pesou aos cofres da nação essa espalhafatosa ida do Marcílio Dias ao Amazonas e consequente descoberta das cabeceiras do Rio Javari, do seu cômodo escritório de Tabatinga?

É sempre perigoso brincar com fogo! Melhor é pilheriar com o público acerca de superfícies, como o faz V. Exª no seguinte e gostoso trecho:

> Vem a pelo ([195]) explicar ao público, alheio a estas coisas, que a tal superfície de 242 léguas quadradas, a que ficou reduzida a história, não quer dizer um terreno em quadro de, por exemplo, 15,5 léguas de face. É simplesmente a área de um triângulo que tem um ângulo agudíssimo, formado a 150 léguas de distância sobre uma abertura de 10,5 milhas ou 3,5 léguas de lado oposto. É uma nesga esguia de terreno, cuja maior largura de 3 léguas pretendem os verificadores ter medido sobre grotas e espigões, terreno que, mesmo nas redondezas da Capital Federal, seria inaproveitável!

Assim, no pensar de V. Exª, se as 242 léguas fossem representadas por um quadrado tendo 15,5 léguas por lado, o Brasil não poderia ceder esse terreno; mas, como simplesmente é representado pela área de um triângulo, não passa de "*uma nesga esguia de terreno*", da qual não vale a pena cogitar! E se fosse representado por um círculo ou por um oval? A que ficaria reduzida a tal história do terreno? E V. Exª escreve para quem não sabe! O que não seria se tivesse de escrever para quem sabe! De qualquer forma, o que desejamos é que, no caso do terreno ser representado por círculo, tome V. Exª precaução para não se meter dentro dele, pois ficaria "*arrufado*" ([196]) e arriscava-se a não sair mais. Tome o nosso conselho, Sr. Barão: deixe de parte a lança e os moinhos de vento e vá gozar de seu fresco "*dans les Alpes maritimes*". Analisemos agora as conclusões tiradas por V. Exª, com as quais pretende ter reduzido a cinza e a pó todos os seus antagonistas passados, presentes e vindouros.

1° – Declara o Exm° Sr. Barão de Teffé não ser possível determinar-se a posição de um ponto por alturas do Sol observada às 07h30.

---

[195] Vem a pelo: Vem à baila.
[196] Arrufado: aborrecido.

Ora, valha-nos Deus, Sr. Barão! Em hidrografia, gastou V. Exª tanto papel e tinta para confessar que todo o seu cabedal científico reduzia-se à celebre – "*barquinha prumo*" dos práticos do Rio da Prata. Em astronomia, nos estafou com as suas passagens meridianas, mostrando ingenuamente ao público acreditar ser este o mais exato processo para determinar-se a Latitude de um ponto. E agora, com a nova estirada do dia 18, vem patentear que desconhece até as noções do ângulo horário, que o mais desleixado piloto jamais ignorou!

Não há livro de navegação nem de astronomia, por mais elementar que seja, que não ensine a determinar a Latitude de um ponto em função do azimute e da altura de um astro, assim como a Longitude em função da altura e do ângulo horário.

Tudo depende da altura do astro, isto é, do erro que este elemento possa trazer sobre os outros, que constituem o triângulo formado pela colatitude do lugar, distância polar e distância zenital do astro.

Existem livros, entre outros a navegação de Pagel, em que os erros de um elemento em função dos outros se acham até colecionados em tábuas e, para o ângulo horário, a própria tábua de Callet traz as condições favoráveis para a observação do astro, isto é, o instante em que o erro da altura influi como mínimo no ângulo horário.

Para a nossa posição geográfica e para a posição que então tinha o Sol na eclíptica, 21.06.1897, o instante favorável para a sua observação, a fim de se obter a Longitude do lugar em função do ângulo horário e a Latitude em função do azimute, era justamente às 07h30, em que a altura era 17°10', fora, portanto, do limite das grandes refrações que, como V. Exª deve saber, é aos 14 a 15 graus.

Agradeça-nos mais esta lição, Sr. Barão, e não se admire mais quando ouvir dizer que a Latitude de um lugar foi determinada por outro processo que não aquele das passagens meridianas com que tem empanzinado a humanidade, na persuasão de que é de todos o mais exato. E, se já não nos faltasse a paciência por tê-lo aturado tanto, lhe ensinaríamos também como é que se determina a Latitude absoluta de um ponto, da mesma forma por que lhe acabamos de mostrar como se determina às 07h30 a Latitude em função do azimute e a Longitude em função do ângulo horário.

Passemos agora à 5ª e 6ª conclusões, porque a 2ª, 3ª e 4ª já foram sobejamente respondidas às páginas 7 e 8. Quanto à 5ª, repete o Sr. Barão aquilo que está consignado no nosso relatório, esquecendo-se de mencionar que lá se acha declarado ter sido a samaúma fotografada; sobre a 6ª só V. Exª pode garantir o que fez. Se nós, na baixa do Rio, embora abrindo canais e carregando canoas, em 18 dias caminhamos mais que V. Exª em 21, só prova que éramos mais amigos do trabalho e menos aferrados aos "*puffs*". Segue-se a 7ª, do teor seguinte:

> Repilo por absurda a afirmação dos reexploradores de que atingiram em suas canoas uma Latitude que fica 2 milhas mais ao Sul da alcançada em mais três dias de viagem de boa marcha pela Comissão Mista de 1874.

Mas por ventura, Sr. Barão, julga V. Exª que basta o simples seu "*repilo por absurda*" – para que todo o mundo trema e se julgue convencido? E o que diremos sobre a 8ª?:

> Protesto contra a inverdade contida nas últimas páginas do relatório citado e na quais o Sr. Cunha Gomes, depois de provar com dados rigorosos que caminhara a pé com sua Comissão, a distância es-

crupulosamente medida de: 25.048 metros e 50 centímetros, ou 13 e meia milhas, sempre a subir e descer altas e íngremes serras, algumas de 500 e outras de 1.000 metros de altura, e além disto seguindo ao mesmo tempo as múltiplas sinuosidades do Rio [tudo isto é textual], "*afirma*" ter chegado a um lugar que dista do ponto de partida:

- Em Latitude 10°27" Sul e em Longitude 04°23" para Oeste.

Deixando de parte o quanto o amor de V. Exª pela verdade nos faz recordar o "*muito verídico*" papai "*Soret*" de Jean-Bart, só temos a lembrar-lhe o que já dissemos à página 7 sobre as distâncias medidas em metros e centímetros, a subir e a descer por íngremes serras, distâncias estas que tanto escandalizaram a V. Exª, esquecido das mínimas noções de topografia.

Prosseguindo na análise das conclusões do Sr. Barão de Teffé, segue-se a nona; ficamos realmente pasmos de como nessa idade pode V. Exª "*sustentar*" tanta cousa e tudo isso pelas observações adquiridas no seu escritório de Tabatinga.

Pelas observações em algumas voltas do Rio, a distância total entre dois pontos era o quinto da distância tomada sobre o leito do Rio.

Daí concluir-se, como regra para todos os casos, essa relação ou a que dá V. Exª para o desenvolvimento entre dois pontos afastados, é coisa de caçoada, e nem sei o que pretende provar com estas suas teorias sobre a relação entre o desenvolvimento de um Rio e a distância retilínea entre dois pontos extremos.

Quanto à décima, é uma prova de farsola ([197]), porquanto V. Exª declarou em Documento Oficial, em 1874, que estimou em oito milhas a distância entre o Marco e a nascente "*a que não poderá chegar*" e, de seu escritório de Tabatinga, achou que estas oito milhas estimadas se reduziam a três na Linha Geodésica.

Temos, pois, aí duas gaiatadas; a primeira acerca das tais oito milhas que, por um especial processo de escamoteação, ficaram reduzidas a três, assunto de que já tratamos na página 5, e a segunda, acerca da exploração a pé até as nascentes do Rio Javari, lugar aonde declarou nunca ter ido!

E por este novo processo de medir caminhamentos, recostado em cômoda poltrona no seu escritório de Tabatinga, fácil lhe será provar, não só que a distância itinerária deste último trecho é a quarta, como a quinta, ou a décima milionésima parte do quarto do Meridiano Terrestre.

Assim, na décima primeira, afirma V. Exª, baseado nestas conclusões precedentes, umas tantas coisas que poderiam ser verdadeiras ou deixarem de ser, conforme a fantasia das primícias.

Na décima segunda [como final], conclui o incomparável Sr. Barão, e tem a fantasia de afirmar:

1° Que não cheguei a 07°01', da mesma forma por que poderia afirmar que não fui a Manaus;

2° Que do lugar Raio; cuja Latitude é 07°01', eu não poderia ter avançado mais de três milhas em Latitude.

---

[197] Farsola: galhofa.

Portanto, não sei quando diz a verdade: se quando afirma que não cheguei ao Paralelo 07°01′ ou quando diz que avancei cerca de três milhas mais ao Sul desse Paralelo, adiante do lugar denominado Raio.

3° Ainda mais: afirma, como consequência das belezas precedentes, que em qualquer hipótese a Latitude de 07°11′, "*que eu achei para a nascente do Rio Javari – é um audacioso improviso idêntico ao que praticou com "admiral APLOMB" no primeiro dia de sua Reexploração, dando para a Foz do Rio Javari uma Latitude que diz ter obtido por palavras do Sol às 7 horas e meia da manhã!*"

Realmente, o que se pode dizer do topete deste Sr. Barão?!

Obriga-nos a repetir o que já dissemos acerca da arte conhecida a bordo pelo engraçado nome de pintura, em que V. Exª sempre se mostrou exímio explorador e apologista acérrimo, não se furtando, sempre que pode, a fazer dela propaganda, com sábias e jeitosas preleções.

É bom, porém, não julgar todos por si; audacioso é o seu aleive ([198]) e estupendo é o seu "*aplomb*", com que a cada passo dá uma prova de *ignorância de conhecimentos geodésicos e astronômicos*, mesmo depois de se lhe ter ensinado como se determina Latitudes às 07h30 por altura do Sol.

Terminando, diz V. Exª que impõe-se uma revisão destes trabalhos e a solicita. Eu também a quero e a solicito, Sr. Barão, para que, de uma vez por todas, fique o público conhecendo a sua força e a sua petulância. Por que razão requereu V. Exª ao Sr. Ministro das Relações Exteriores simplesmente que:

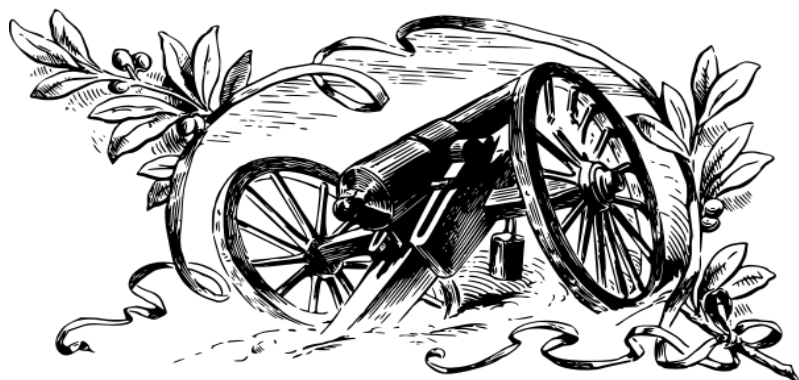
---

[198] O seu aleive: a sua calúnia.

> se submetesse à revisão de homens competentes na especialidade, nomeados em Comissão ou separadamente, não só o relatório do Sr. Cunha Gomes, anexo ao último dessa repartição, como meu diário da exploração do Javari, a ata do assentamento do marco das cabeceiras desse Rio, assim como a Carta Hidrográfica em grande escala e original que aí está arquivada?

O que era natural era que pedisse o exame e o confronto do meu com o seu relatório, do meu diário com o seu, enfim, que todos os nossos documentos fossem confrontados. Isto é que é o direito e o que V. Exª devia ter pedido; de outra forma, todo o mundo julgará comigo, que V. Exª furta-se a essa exigência, porque não possui outros documentos além da "*colossal e gigantesca Carta de escala nunca vista*".

E terminando, espero que V. Exª empenhe todo o seu valioso prestígio e habilidade na realização deste "*desideratum*" para que, de uma vez, se restabeleça da monomania de que só é certo – aquilo que fez – e que, neste mundo, é o único que não erra e que não falta à verdade, apesar de seu amor à "*pintura*".

**Cunha Gomes**

ANNO 78 — RIO DE JANEIRO — N. 323

# JORNAL DO COMMERCIO

Propriedade de Rodrigues & Comp.ª

RIO DE JANEIRO

DOMINGO 20 DE NOVEMBRO DE 1898

**O Sr. Barão do Ladario e nossa fronteira com o Perú**

A questão da nascente do Javary ha de ter feito esturrar o Sr. Barão do Ladario pelo auxilio negativo que lhe trouxerão os seus alliados.

Não se pense porém que é cousa de tão pouca monta ter eu de bater-me ao mesmo tempo com S. Ex. e com mais quatro adversarios não menos geographos, não menos astronomos e não menos exploradores,... da credulidade publica e dos pingues subsidios da Nação.

Eu mesmo, ao relêr esse relatorio dos *re-exploradores* (como elles se appellidão), fico como certas pessoas que, em uma sociedade em que ha senhoras, ouvindo um espadocio contar um caso engraçado, porém, demasiado picante, não sabem se devem rir ou carregar o sobr'-olho.

Acompanhe-me com paciencia o leitor na transcripção que vou fazer da parte mais scientifica do relatorio *Gomes-Lopo Netto* e julgue de si para si se é sério o que alli se lê.

(*Continúa amanhã.*)

BARÃO DE TEFFÉ.

Nice, 25 de Outubro de 1898.

ANNO 78 — RIO DE JANEIRO — N. 337

# JORNAL DO COMMERCIO

Propriedade de Rodrigues & Comp.ª

RIO DE JANEIRO

DOMINGO 4 DE DEZEMBRO DE 1898

**O Sr. Barão do Ladario e a nossa fronteira com o Perú**

Para que ninguem supponha que dou uma marcha exagerada ás minhas *chalanas* e para que, outrosim, se fique sabendo como foi executado o trabalho da primeira exploração, vou explicar como levantei a planta do rio.

Isto que digo aqui está consignado no meu *diario* e serve agora não só para confronto entre o meu methodo e o singular processo do Sr. Lopo Neto de avaliar as distancias percorridas em um rio correntoso pela marcha das canôas, *determinada em aguas tranquillas*, como serve tambem para indicar ao *re-exploradores* como deverão proceder quando forem outra vez incumbidos da verificação de trabalhos desse genero.

Quando por qualquer circumstancia não era possivel usar do micrometro Lugeol, as distancias erão avaliadas pelo caminho percorrido; mas então o meu systema de *abscissas* e *ordenadas* tinha como factores o rumo, o tempo marcado no chronometro comparador e a marcha da chalana, porém *medida na occasião pela barquinha-prumo*, isto é, empregando-se a conhecida linha de barca graduada, em cujo extremo estava fixo um prumo, que pousava no fundo, emquanto a embarcação seguia seu caminho e fazia desenrolar a linha do *carretel* pelo espaço de tempo que gastava a aréa a escoar-se na grande ampulheta, voltada duas ou tres vezes, conforme a velocidade da chalana.

E' assim que se avalião distancias andadas em aguas correntosas.

BARÃO DE TEFFÉ.

Nice, 9 de Novembro de 1898.

ANNO 78 — RIO DE JANEIRO — N. 323

# JORNAL DO COMMERCIO

Propriedade de Rodrigues & Comp.ª

RIO DE JANEIRO

DOMINGO 20 DE NOVEMBRO DE 1898

**Nascentes do rio Javary**

AO SR. ALMIRANTE BARÃO DE TEFFÉ

Analysemos agora as conclusões tiradas por S. Ex. e com as quaes pretende ter reduzido a cinza e a pó todos os seus antagonistas passados, presentes e vindouros.

1.º Declara o Exm. Sr. Barão de Teffé não ser possivel determinar-se a posição de um ponto por alturas do sol observadas ás 7 h. e 30 m. a. m.

Ora valha-nos Deus, Sr. Barão !

Deixando de parte o quanto o amor de S. Ex. pela verdade nos faz recordar o *muito seridico papai— Soret de— Jean-Bart—*, só temos a lembrar-lhe o que já dissemos em nosso artigo de 20 do mez passado, sobre as distancias medidas em metros e centimetros, a subir e a descer por ingremes serras, distancias estas que tanto escandalisárão a S. Ex., esquecido das minimas noções de topographia.

CUNHA GOMES.

Rio, 26 de Dezembro de 1898.

Imagem 17 – Cunha Gomes x Barão de Teffé

## Limites Entre o Brasil e a Bolívia

### Reexploração do Javari

Comissão de Limites· entre o Brasil e a Bolívia.

Manaus, 11.01.1898.

Ao Sr. General Ministro das Relações Exteriores.

Tenho a satisfação de submeter à vossa consideração os principais resultados dos trabalhos de Reexploração do Rio Javari, a que procedeu a Comissão de Limites entre o Brasil e a Bolívia, de conformidade com a vossa autorização, exarada em telegrama sob n° 539, de 23 de maio do ano passado [1897], e de apresentar-vos dados e informações suficientes, a fim de que possais formar opinião segura a respeito dos serviços executados em quatro meses de trabalho, posições geográficas, clima, constituição geológica, riquezas naturais, etc. etc.

Em 8 de abril de 1897, recebemos do Sr. Governador deste Estado o telegrama seguinte, a ele transmitido por intermédio do Sr. Dr. Governador do Estado do Pará:

> Rio, 27 março de 1897.
>
> Governador Estado.
>
> Peço que comunique o seguinte a Cunha Gomes, membro da Comissão de Limites com a Bolívia, onde estiver: – Preciso saber com urgência pelo telégrafo que providências e recursos são necessários para se fazer já Reexploração do Javari.
>
> [Assinado] Ministro Exterior

*Imagem 18 – Comissão Reexploradora de 1897*

Em vista da urgência da pergunta, respondemos neste mesmo dia com o seguinte telegrama:

> Para Reexploração Javari já, preciso aviso Tocantins pertencente flotilha Amazonas, contingente 40 praças, um oficial, sessenta contos para compra seis canoas, conserto batelão, sustento força e custeio Expedição.

Em cumprimento, portanto de todas as vossas ordens e sem perda de tempo, procuramos organizar a Expedição com os recursos indispensáveis para levar a efeito tão difícil quão honrosa Comissão. Não dispondo do Destacamento posto à disposição desta Comissão, por terem seguido por ordem do comando desta guarnição as praças que o compunham e que pertenciam ao 35° Batalhão de Infantaria, requisitei do Sr. Capitão Dr. Manoel Uchôa Rodrigues, então seu Comandante interino, pessoal que o pudesse substituir, tendo, em resposta me comunicado essa autoridade somente me poder dispensar 10 praças, porquanto o 36° Batalhão de Infantaria estava já muito desfalcado de pessoal.

*Imagem 19 – Boca do Javari*

Resolvi então aproveitar o oferecimento espontaneamente feito pelo Dr. Fileto Pires Ferreira, atual Governador deste Estado, o que vos comuniquei em ofício sob n° 17, de 10 de junho de 1897.

Ficou do seguinte modo organizada a Comissão:

- Capitão-Tenente Augusto da Cunha Gomes, 2° Comissário;
- Engenheiro civil Dr. Lopo Gonçalves Bastos Netto, 2° Ajudante;
- Capitão Médico de 4ª classe do Corpo Sanitário do Exército, Dr. Fructuoso Vicente Bulcão Vianna;
- Encarregado do material e fornecimento, Ângelo dos Santos;
- Encarregado do depósito, Pedro Ferreira Bandeira;
- Prático de farmácia, Luiz de Oliveira Campos;
- Um Sargento e 29 praças da força policial deste Estado e 10 do 36° Batalhão de Infantaria.

O aviso Tocantins, do comando do Capitão-Tenente Raimundo José Ferreira Vale, posto à disposição da Comissão, lancha Taruman, cedida sem pessoal pelo Dr. Governador do Estado, um batelão pertencente à Comissão e seis canoas compradas para este fim.

Foi todo o contingente municiado para uma viagem de cem dias, sendo os pedidos feitos pela tabela em vigor na nossa Marinha de Guerra. Levou também a Comissão os instrumentos necessários e indispensáveis a serviços desta natureza, bem como uma ambulância e dietas suficientes para atender às necessidades de todo o pessoal.

## *Aspectos dos Rios Solimões, Galvez e Javari*

Preparados para admirar as belezas do Rio Solimões e contemplar essa natureza, tão poeticamente descrita em trabalhos científicos de sábios e viajantes notáveis, partimos para, pela primeira vez, empreender uma viagem às regiões banhadas por este Rio, tão acertadamente denominado – Rio-Mar.

A vastidão dessa enorme quantidade de água doce, que parte dos Andes, muito próximo do grande Oceano Pacífico, e que, atravessando a América do Sul na sua maior largura, permite a saída dos produtos de cinco Repúblicas, por meio de seus tributários sem número, impressiona no primeiro momento o espírito mais prevenido, porém a sucessão por dias e dias, dessa interminável faixa de terras, as mesmas margens, mais ou menos inundadas, trazem a monotonia ao espírito, e o que a princípio impressionou, se transforma finalmente em aborrecimento.

Mesmo o encontro em uma e outra margem de antigas Vilas florescentes, hoje cidades, não interrompe a monotonia da viagem.

Perdida para elas a vida que outrora tinham, apresentam hoje esses pontos comerciais do Rio Solimões um aspecto triste, que se transmite ao passante; e condenadas pelo desenvolvimento comercial da Capital do Estado só uma ou outra casa de melhor aspecto atesta a sua antiga florescência, acentuando a sua decadência atual.

Tudo muda ao entrar-se no Rio Javari. Aproximando-se suas margens, logo acima da Foz, tomam proporções e formas que são mais agradáveis, deixando ver uma vegetação mais vigorosa, revestida de cores próprias à mata virgem.

Suas margens já formadas de barrancas altas e muito povoadas, até a Boca do Rio Itecuai, um dos seus mais importantes e poderosos tributários da margem direita prestam atrativos, que em vão se procuram no Solimões. A navegação do Rio Javari é feita atualmente com regularidade até o povoado Santa Cruz de Itecuai ou "*Remate de los Males*" – situado na Boca do Rio Itecuai. Na época da cheias, vão alguns vapores até a Boca do Rio Curuçá, afluente não menos importante da sua margem direita. Daí em diante, só é navegável por lanchas a vapor em toda a época do ano até a Foz do Rio Galvez, afluente da sua margem esquerda. A Companhia de Navegação a vapor Amazonas Limitada e algumas casas importantes de Manaus e Pará, mantêm um serviço regular até o primeiro destes afluentes. A 377 milhas da Foz do Javari, finda a navegação a vapor e entra-se na zona de difícil trânsito. É na confluência do Rio Galvez com o Javari. Este segue então com o nome de Jaquirana até as suas nascentes. Em agosto, quando começam as chuvas e trovoadas no Alto-Jaquirana, principiam as chuvas do Rio Javari, promovendo em setembro os primeiros repiquetes, vindos das cabeceiras.

*Imagem 20 – Boca do Galvez*

Em novembro, a enchente está francamente em ação, crescendo as águas constantemente até atingirem seu máximo de 10 ou 12 metros, em média, entre a Boca do Javari e a do seu afluente Galvez. Daí em diante, as águas sobem mais, devido à menor largura do Rio, chegando, em média, a 15 metros entre os Rios Galvez e Batã ou Paissandu.

Do Batã em diante, a altura das águas varia em extremo, subindo em alguns pontos até 10 metros, devido à forma das curvas do Rio e aos obstáculos encontrados no seu leito. As chuvas diminuem em março e cessam em abril. Em julho, a máxima vazante se manifesta em todo o Rio Javari e sua continuação, o Jaquirana. Nesta estação, que dura três meses, a profundidade mínima do Rio Javari, da sua Foz à do Galvez, é de 1,83 m, principalmente nos bancos e coroas de areia, que são mudáveis em cada cheia, e no ponto denominado – Cachoeira. A maior velocidade das águas observada neste trecho foi de 5 milhas por hora, em meia vazante, sendo quase insensível no princípio.

Até o Galvez foi a viagem feita em vapor; daí em diante, em canoas entrando-se pelo Jaquirana. Se é agradável e relativamente cômoda a viagem a vapor pelo Javari até o Galvez, duplamente fatigante, trabalhosa e cheia de peripécias é a subida em canoa pelo Rio Jaquirana ou Alto-Javari nesta época do ano, isto é, durante a sua máxima vazante.

## *Rio Galvez*

É o Rio Galvez o afluente do Javari que mais ocupou a atenção das Comissões Mistas de Limite entre Brasil e o Peru, que exploraram este Rio nos anos de 1864 e 1874, bem como do Governo Brasileiro pela controvérsia, quanto a ser ele ou não a continuação do Rio Javari. Faz o Galvez junção com o Javari no ponto cujas coordenadas são:

- Latitude: 05°10’17,5” Sul e Longitude: 72°52’29” Oeste Gw.

- Altitude: 101,6 metros.

Para bem informar-vos, encarreguei o 2° Ajudante desta Comissão de levantar um trecho desse Rio bem como de medir o seu volume de descarga de água, sua correnteza e examinar a cor e a natureza delas.

Efetivamente foi o Galvez levantado em uma extensão de seis milhas, tendo nesse ponto apenas 50 metros de largura. Sua correnteza é diminuta, devido a ser represado pelo Rio Jaquirana. É escura a cor das suas águas, sendo por isso aqui chamado – um Rio de água preta.

A vegetação das suas margens é menos frondosa que a do Javari, havendo pelo leito do Rio grande número de paus que já no trecho levantado dificultava a navegação, feita em canoas.

Suas margens são em geral a prumo, havendo poucas e pequenas praias, apesar de estar o Rio na sua maior vazante, tendo uma altura variável entre 2,5 m a 3,0 m. Pelas marcas encontradas nas árvores, suas águas apenas sobem de 0,5 m a 1,0 m sobre os barrancos, no trecho levantado e estudado.

Pela rigorosa medida feita nas Bocas dos Rios Galvez e Jaquirana, aquele tem 197,443 $m^3$ de volume de descarga de águas por segundo e este 552,380 $m^3$ o de descarga de águas, também por segundo, estabelecendo uma relação entre os dois volumes de descarga de 26 para 74 ou, aproximadamente, de um para três.

Este Rio não é habitado, a não ser por tribos de índios Capanauas, em uma e outra margem, segundo informações colhidas. É doentio e não possui seringa como em geral toda a margem esquerda do Rio Javari a não ser em poucos lugares de terrenos alagadiços. Houve, porém, caucho nas suas terras altas, que acabou-se, retirando-se os exploradores desta indústria, em geral peruanos, para outros Rios brasileiros.

Nasce este Rio, segundo informações colhidas em Lontananza, Barracão peruano da margem esquerda do Rio Jaquirana, em terras altas, que ficam ao Norte deste ponto e que fazem a divisa de águas entre os Rios Jaquirana e Branco, afluente do Rio Ucaiali, tanto que daí se cruza por terra para aquele Rio, sem ser ele mais encontrado. Este Barracão fica a 140 milhas da sua Boca, devendo, portanto, o curso deste Rio ser, por isso, muito pequeno.

Além de notar-se a cor escura das águas do Rio Galvez, fizeram-se observações da temperatura delas em vários pontos do Rio, até onde foi explorado e estudado, achando-se 26,5° centígrados,

enquanto que as temperaturas das águas dos Rios Jaquirana e Javari são de 29° centígrados. Assim, dando o resultado dos estudos feitos no Rio Galvez, cabe-me fazer a comparação com os igualmente executados nos Rios Jaquirana e Javari e chegar ao resultado de afirmar que o Jaquirana é, incontestavelmente, a continuação do Rio Javari, pelo seguinte:

> O Rio Jaquirana tem:
>
> O volume de descarga de águas maior do que o Galvez e em uma relação de um para três; a temperatura das suas águas igual à do Javari, que é de 29,0° centígrados, enquanto que a do Galvez é de 26,5°, também centigrados; a cor das águas é branca como a do Rio Javari, sendo a do Rio Galvez escura e turva; o seu curso de cerca de 700 milhas até sua nascente enquanto que o Rio Galvez terá talvez pouco mais de 100 milhas até as suas nascentes.
>
> É, pois, o Jaquirana a continuação do Rio Javari, e como tal foi explorado.

## *Rio "Jaquirana" ou "Alto-Javari"*

O Rio Javari toma o nome de Jaquirana desde a sua confluência com o Galvez, seu tributário, até as suas nascentes. A sua origem ou nascente é em uma grota, formada por dois altos contrafortes de uma grande serra, que suponho ser um dos contrafortes mais Orientais dos Andes dividindo os vales dos Rios Ucaiali e Madre-Dios.

Corre o Jaquirana ao rumo SW por cerca de 210 milhas. O espaço, hoje livre de embaraços, que oferece este Rio à navegação em lancha a vapor, batelões e canoas, excede de 300 milhas. Foi o Jaquirana explorado por duas Comissões Mistas Brasileiro-Peruanas.

A primeira em 1864, que não pôde subir além do ponto determinado aproximativamente por Paz Soldán, Comissário peruano nessa época, cujas coordenadas são:

– Latitude: 06°50′00″ Sul e Longitude: 73°56′45″ Oeste Gw.

– Altitude: 200 metros.

Tendo, infelizmente, perdido o Brasil um dos seus melhores astrônomos e hidrógrafos, o distinto Capitão-Tenente Soares Pinto, flechado pelos índios, e o Peru impossibilitado o seu não menos célebre geógrafo Paz Soldán para levar a efeito tão útil quão proveitosa Comissão, por ter-se também invalidado com uma flechada na coxa, de modo que, em Manaus, teve de amputar a perna, escapando assim à sorte que teve seu distinto e infeliz companheiro. A segunda Comissão Mista Brasileiro-Peruana chegou até o ponto que tem por coordenadas:

– Latitude: 06°59′29,50″ Sul e Longitude: 74°06′26,67″ Oeste Gw.

É este Rio bastante notável pelos seus afluentes e pelas comunicações que eles permitem. Assim, hoje passa-se do Rio Juruá ao Ucaiali, fazendo-se apenas pequenos trajetos por terra [varadouros].

Caucheiros peruanos há que, quer por Comunidade de rápido trânsito, quer para evitar pagamento de impostos brasileiros, mais elevados que os do Peru, fazem seguir os seus produtos – Caucho e Sernambi ([199]) – do Ipixuna, afluente da margem esquerda do Rio Juruá, para Iquitos pela via terrestre, que pode ser assim delineada:

[199] Sernambi: caucho de melhor qualidade, que se coagula sobre o próprio tronco da árvore, nas cavas entalhados no seu caule.

> Do Ipixuna, ou dos seus únicos afluentes, o São Francisco e o Rio Negro, passam os produtos por terra em poucas horas até uma quebrada forte ou Igarapé, que entra no Rio Batã ou Paissandu, afluente da margem direita do Jaquirana, subindo por este Rio até pouco abaixo do Seis-Solis ou Nueva Estación, onde tomam boa estrada, que vai, em seis horas de marcha, ao Igarapé Lobo, tributário do Rio Branco que deságua no Rio Tapichi, um dos mais navegados afluentes do Rio Ucaiali, e por este Rio, onde há navegação regular a vapor, são os produtos levados a Iquitos e exportados como peruanos, apesar de serem de origem puramente brasileira.

É desnecessário dizer que, se em tão grande distância são os produtos levados a Iquitos, os que ficam mais próximos, no Jaquirana, Batã, etc., são também para ali transportados. No Baixo-Jaquirana se faz o mesmo tráfego, saindo os produtos brasileiros para o Peru por outro Igarapé forte do Rio Branco, o Iana-Iacú. Há estradas regulares feitas para este trânsito e que são pelos caucheiros conservadas em bom estado. Pela mesma via de comunicação recebem-se a mercadorias para consumo; esta Comissão teve ocasião de comprar, em Seis-Solis, farinha e arroz, vindos do Pará por estes caminhos.

Toda a população que hoje ocupa os vales dos Rios Jaquirana, Batã e grande parte do Ipixuna e dos seus afluentes, já em número superior a 5.000 pessoas é de origem peruana, falam, em geral, a língua Quíchua, que é usada pela gente do povo em todo baixo Andes Oriental, e o mau espanhol, que só falam os patrões com os agentes das casas fornecedoras de Iquitos. Todos trabalham com pessoal vindo do Peru, em geral índios já domesticados da tribo dos Chamacocos, e com aqueles que, em suas correrias, colhem das malocas das tribos dos Rhemus e Capanauas.

Estes índios tornam-se verdadeiros escravos, trabalham para o patrão a preço miserável da alimentação, que consiste em simples farinha e algum fumo.

São vendidos entre os patrões como simples mercadoria, aceitando o novo patrão com a mesma indiferença com que serviram ao primeiro. Este tráfico ilícito é mais comum entre as mulheres do que entre os homens.

O Rio Jaquirana corre em leito arenoso e suas águas são claras e transparentes. Em todas as suas praias, encontram-se areias grossas e detritos de rochas de formação ígnea. O terreno de suas margens tem um aspecto mineralógico muito pronunciado, principalmente nas cabeceiras, nas quais se acham grandes quantidades daqueles detritos e de conglomerados ferruginosos.

### *Clima*

Embora tivéssemos registrado com regularidade e frequência as temperaturas diárias máximas e mínimas, bem como o grau higrométrico do ar e a pressão atmosférica, não podemos, pela insuficiência do tempo e das observações feitas no mesmo lugar, deduzir a sua temperatura média anual. No entanto, podemos dela ter um valor muito aproximado, se fizermos aplicação da fórmula do Sr. Emmanuel Liais ([200]):

- T = 56°07′ cos 1 – 28,8°

que nos dá e a temperatura ao nível do Mar e em função da Latitude.

[200] Emmanuel Liais: ex-diretor do Imperial Observatório do Rio de Janeiro e autor do "*Traité D'Astronomie Apliquée et Géodesie Pratique*".

Quer consideremos clima a temperatura média de um lugar, quer a diferença maior ou menor existente entre as temperaturas médias dos meses mais quentes e dos mais frios, não podemos deixar de notar uma grande diferença entre o Rio Javari propriamente dito, isto é, até a Boca do Rio Galvez, e a sua continuação, o Jaquirana; fenômenos há que se observam no primeiro destes Rios, os quais não são comuns no outro.

Assim é que, em certas épocas do ano, principalmente nos meses de junho e setembro, estando o ar fortemente aquecido e com tendência ascensional bastante pronunciada, dá-se um abaixamento brusco de temperatura, conhecido pelos moradores pelo nome de Friagem, cuja duração é de três a quatro dias e que tão prejudicial é à saúde pelo desequilíbrio produzido no organismo desaclimatado, trazendo como consequência as perturbações dos órgãos respiratórios.

Observamos alguns destes fenômenos e notamos que o termômetro, que marcava na média 26,0°C, diminuía até 17°C. O barômetro, pela regularidade da marcha que apresenta, marca invariavelmente suas máximas às 10h00 e 22h00, e suas mínimas às 16h00 e 04h00.

As friagens anunciam-se por uma baixa rápida do barômetro, extraordinária elevação de temperatura e saturação quase completa do ar.

Sempre que o Sol desaparece no horizonte, nota-se o fenômeno de condensação dos vapores contidos na atmosfera e as superfícies expostas diretamente, apesar de durante o dia não receberem os raios solares, cobrem-se de uma camada aquosa, tornando difícil e, às vezes, impossível as observações noturnas para determinação de posições geográficas,

como tivemos ocasião de verificar na Boca do Rio Itecuai com a ocultação de um dos satélites de Júpiter, cujo instante do fenômeno não pode ser bem apreciado.

E esta condensação torna-se às vezes tão extraordinária que, quem dorme, como nos acontecia, em canoas e barracas, acorda com as camas bastante úmidas, enquanto que das coberturas da canoas e das barracas caem grandes gotas de água, como se durante a noite houvesse chovido copiosamente.

É esse conjunto de condições meteorológicas que constitui o clima desta região, o qual é geralmente considerado insalubre e tem justificado o seu nome nos numerosos casos fatais de moléstias que têm dizimado aqueles que aí foram procurar trabalho e fortuna, e que, imprevidentes, sem alimentação suficiente e habitações apropriadas, sem higiene alguma, praticando excessos de toda a espécie e sem recursos médicos, adquirem com facilidade, pela natureza dos trabalhos a que se expõem, febres intermitentes e remitentes palustres, biliosas, algumas com afecções cerebrais, que muito concorrem para semelhante fama.

Em todo o Rio Jaquirana, porém, já não se encontram desses fenômenos em consequência de sua Altitude que representa um papel muito notável na modificação dos climas tropicais, temperando-lhes o calor; tanto assim que, em regiões situadas próximo do Equador, têm as temperaturas diminuído a tal ponto que apresentam médias análogas às dos países temperados.

Fazendo-se aplicação da mesma fórmula do Sr. Emmanuel Liais e adaptando-se 1° de diminuição para cada 180 metros de acréscimo de Altitude, acha-se para temperatura média anual 24,5°C.

Desde que saímos de Manaus, fizemos, de conformidade com as prescrições do nosso ilustrado Médico Dr. Bulcão Vianna, uso dos preparados arsenicais, e podemos hoje garantir que mais uma vez provaram eles a sua força profilática, concorrendo conjuntamente com os sais de quinino para debelarem os inúmeros casos de febre que tivemos alguns de muita gravidade e felizmente nenhum fatal, como vereis do quadro nosológico apresentado por este facultativo.

## *Selvagens do Javari*

No século passado, segundo escrevem viajantes dessa época, eram as regiões do Vale do Javari habitadas pelas tribos de índios Maronas, Panos, Tapaxunas e Ticunas. No começo deste século, havia já outras tribos em substituição àquelas, as quais denominavam-se Kulinas, Uaraicos, Jannes e Mayurunas. Destas tribos apenas encontrou a Comissão de 1864 a dos Mayurunas, já com o nome de Mangeronas, que habitava toda a região ribeirinha do Javari, sempre feroz e bravia. Foi esta tribo que atacou e perseguiu a Expedição de 1864, que matou a flechadas o distinto hidrógrafo e astrônomo Capitão-Tenente Soares Pinto e feriu gravemente o geógrafo peruano Paz Soldán. Hoje, os índios que vivem no Vale do Javari são em pequeno número, devido às correrias contínuas que fazem os caucheiros peruanos para expeli-los do território onde exploram o Caucho e para tomarem as pequenas [...], cuja venda constitui um ramo de negócio lucrativo.

No Baixo-Javari, isto é, da sua Foz até a Boca do Rio Galvez, existem poucas malocas de selvagens, quase na totalidade já domesticados. Pertencem eles às grandes tribos dos Marugos e Ticunas, vindos das margens do Maranhão e principalmente das do Lago, onde foi fundada a Cidade de Cavallo Cocha.

O Vale do Rio Galvez não é hoje habitado senão por tribos de índios ferozes que atacam a quantos ali vão estabelecer-se, sendo antigamente corridos pelos – caucheiros – peruanos que, em tempo, exploraram a indústria da extração daquela variedade de seringa. São denominados Capanauas, mas pelo seu estado de selvageria, usos e costumes, creio serem os mesmos Mangeronas ou os antigos Mayurunas.

O Rio Jaquirana, na sua seção compreendida entre a Boca do Galvez e a confluência com o Rio Batã ou Paissandu, que denomino Médio-Javari tem a sua margem esquerda ocupada por malocas de índios Capanauas, aparecendo na outra margem e na contravertente com o Vale do Rio Curuçá aldeias de índios da tribo denominada Rhemus.

São estes índios fracos e covardes, fogem ao encontro do homem civilizado e ocupam toda a margem direita do Rio Batã, sendo a esquerda habitada por tribos de Capanauas, seus ferozes e inconciliáveis inimigos. Do Batã para cima, é o Vale do Rio Jaquirana habitado exclusivamente por tribos de índios Capanauas, até onde chegamos, isto é, às suas vertentes.

Quanto aos usos e costume destas duas tribos, que hoje ocupam o Vale do Rio Jaquirana, pelo que notamos e ouvimos, são os Rhemus os que usam ornatos no corpo. Pintam ou tatuam o corpo com resina do caucho, fazendo uma pintura indelével formando figuras extravagantes e mesmo imaginárias, principalmente as mulheres, quando adolescentes. Os homens pintam-se desde pequenos. Furam os lábios inferiores, orelhas e nariz, que ornam com penas de araras e outras aves, usam pendentes ao pescoço e cintura, colares e cintas feitas de conchas, dentes de animais e de certa madeira dura e perfumada.

Não são antropófagos. Casam-se desde a tenra infância, sendo isso por simples designação do Tuxaua ou seu Chefe. Como em geral entre todas as tribos de selvagens que temos visto, lhes é inteiramente desconhecida a menor noção de pudor. Andam os homens nus, usando as mulheres pequenas tangas de tucum ou de contas de madeira, pendente da cintura, quando chegam a ser mães.

Quanto aos Capanauas, são índios mais robustos e fortes, mais claros que os Rhemus e alguns há inteiramente brancos. Conservam, entretanto, os traços característicos da raça geral, como cabelos duros e negros, maçãs do rosto salientes, tendo a forma da cabeça muito original, conseguindo isso por meios artificiais. Assim, desde a infância comprimem a cabeça com talas de madeira, dando a ela, pelo uso contínuo deste aparelho, a forma de um chapéu armado. As mulheres fazem a mesma compressão que os homens, porém em sentido oposto.

Não pintam o corpo e são por isso esbeltas e elegantes. Fazem uso nos seu ataques da lança e tacape e utilizam-se raras vez de arco e flecha, a não ser quando pescam e caçam. São ousados e valentes, atacam o homem civilizado de frente e não por traição, como em geral fazem a demais tribos. Casam-se na idade própria, por amor e inclinação, sendo a cerimônia simplesmente o consentimento do Curaca, seu Chefe e Senhor. São antropófagos, mesmo entre si, não poupando os próprios parentes, salvo se a morte foi devida ao veneno de cobra ou a moléstia epidêmica por eles classificada. Quanto aos seus inimigos, não os poupam, matam-nos sem piedade, fazendo as maiores atrocidades. De uma índia dessa tribo pudemos colher informações; declarou-nos ser o prato predileto nos seus canibais festins os miolos e as mãos das vítimas, apreciando em demasia os do homem civilizado.

Dos seus ossos, dentes, etc., fazem troféus de guerra conservando alguns a cabeça na frente de suas malocas, espetada na própria lança do guerreiro que matou a vítima. Foi esta tribo que acompanhou e perseguiu a Comissão desde o Galvez até as nascentes do Rio Javari, atacando-a no Raio, último ponto habitado, quando de volta procurávamos de novo as canoas. Foi preciso repeli-la a bala e por espaço de muitos minutos manteve o pessoal da Comissão fogo renhido, até que se retirou.

## *Flora e Fauna do Rio Javari*

*Produtos naturais. O Caucho. Gutta-percha. A Seringa. Seu Fabrico. Constituição mineralógica.*

O espetáculo da natureza animada, onde o homem não figura, tem alguma coisa de estranho e triste, e a contemplação das grandiosas florestas virgens do Vale do Javari produz no espírito mais prevenido uma admiração profunda pela luta real que se observa, por uma rivalidade tal entre as plantas, de todo o gênero, que mostra o que é a vida vegetal nessas florestas; é a verdadeira luta pela existência. Um cheiro acre nota-se no interior delas onde os raios do Sol nunca penetram.

As árvores, ávidas de calor e luz, desenvolvem-se em altura, em detrimento do diâmetro dos seus troncos, tomando, pela fragilidade destes e pelo sustentáculo que outras lhes oferecem, posições grotescas e complicadas. Assim, veem-se ali cipós e outras plantas trepadeiras abraçando colossais árvores, como a sumaumeira [Eriodendron sumaúma] maçarandubas [Lucuma procera], castanheiras [Bertholletia excelsa], cedros [Cedrela brasiliensis] e perobas [Aspidosperma], ao lado de frágeis arbustos que apenas suportam o peso deles, lutando para romper os apertados laços que os oprimem.

Veem-se também palmeiras em número e variedades extraordinárias, cobertas dos troncos às ramas de inúmeras parasitas, de formas de flores pouco conhecidas, e os próprios cipós, de diâmetro até 0,3 m, por seu turno também abraçados por outros mais frágeis, que procuram, subindo por eles o calor e a luz direta do Sol, que apenas é gozada pelas grandes sumaumeiras, castanheiros, etc., cujas copas ultrapassam a vegetação em geral.

Encontram-se nas florestas do Rio Javari também a copaíba [Copaifera Jacquinii], o pau mulato, e por toda a margem do Rio o cacaueiro [Theobroma cação], a baunilha [Vanilla aromatica], a salsaparrilha [Smilax syphilitica] e várias plantas medicinais.

Sua fauna não é menos rica do que a flora; desde as formas colossais até aos ínfimos seres e às organizações mais imperfeitas, tudo se encontra nestas florestas seculares. É habitada por macacos, desde a pequena raça dos Sauís [Chrisothrix entomophaga] e micos [Midas bicolor] até os barrigudos [gênero Lagothrix], cobertos de uma lã cinzenta, coatás [Ateles paniscus] de pele preta, coberta de cabelos compridos, e guaribas ([201]).

Encontra-se somente a onça [Felix onça] entre os carnívoros; como roedores a cotia [Dasyprocta aguti], a paca [Cœlogenis paca], a capivara [Hydrochœrus capibara], o pereá ou preá e o rato do mato. Somente a lontra [Lutra brasiliensis] representa a espécie de Martas. A variedade dos porcos do mato [Dicotyles torquatus] é grande; existe em quantidade a anta [Tapirus americanus], e não é raro ver-se no Baixo-Javari o veado [Cervus rufus].

[201] Guaribas: bugios.

Poucas cobras existem no Alto-Javari, a não ser de pequenas grandezas e espécies muito conhecidas. Há, porém, no Baixo-Javari a terrível Sucuriju ou Sucuriru [Boa aquática], que habita o Rio, escolhendo os remansos os mais profundos. Entre os pássaros, encontra-se uma variedade incalculável, desde o pequeno periquito verde até a grande arara, de variedade e plumagem de admirar, e do bacurau [Caprimulgus nocturnos] até o Urubu-rei [Cathartes papa].

De Morcegos há também muitas variedades, sobressaindo o pequeno, que ataca o homem quando em repouso. Foi esta uma das pragas que mais fez sofrer o pessoal da Expedição, principalmente quando teve de viajar pelas florestas do Alto-Javari.

Como caça, são frequentes as Pombas, os Mutuns, Jacamins, Cujubins e Inhambus, e, na margem do Rio, Marrecas [Anas brasiliensis], patos mergulhões [Plotus anhinga] de espécies variadas, Marrecões e Garças brancas e pardas, cujas penas são muito bem reputadas no comércio do Amazonas.

Quanto aos habitantes do Rio, propriamente, encontra-se no Baixo-Javari duas variedades de Botos [Delphinus amazonicus].

Só no Baixo e no Médio-Javari pescam-se Piranhas [Serralsamo Piranha], Surubis [Platistoma Lima], Pirararas e, nas Bocas dos Lagos, a Traíra [Synodus].

No Baixo-Javari encontra-se o Jacaré de várias grandezas, desde o Jacaretinga [Caiman sclerops] até o Jacaré-açu [Caiman-niger]. Este chega a grandes dimensões. A Tartaruga [Emys amazônica] e o Tracajá [Emys tracajá] aparecem até muito acima no Alto-Javari. O Jabuti [Testudo tabulata] só é visto nas matas e principalmente nas serras altas.

É admirável a variedade de espécies de borboletas e outros insetos; e não menos admirável é até – a praga. Esta se compõe de Piuns, Carapanãs, Abelhas, principalmente a amarela, que ocupam a atenção de quem ali vai e impossibilitam todo e qualquer trabalho. A mutuca e várias espécies de moscas, principalmente a denominada pelos caucheiros Cabo-verde –, produzem dores e inflamação na parte atacada, bem como a formiga Tocandeira – [Cryptocerus causticus], cuja mordedura faz sofrer dores, como de queimaduras, por muitas horas.

Entre a variedade enorme de produtos naturais, já enumerados, sobressai, no Baixo-Javari, a Seringa [Siphonia elástica], e, no Médio e Alto, o – Caucho – [Hevea guyanensis] e a Gutta-percha [Isonandra percha]. O fabrico de borracha de seringueira é hoje muito conhecido; deixo por isso de descrevê-lo. O caucho e gutta percha, seus similares, que constituem principalmente a forte indústria daquela zona, são preparados de outra forma. Derribada a árvore que produz o leite com que preparam o Caucho, é o tronco, com ramos e raízes, expurgado de todo o leite, que é depositado em uma cova ao lado da própria árvore.

Para fabricar o "*caucho*", fazem coagular este leite com água de sabão sem dúvida por causa da potassa nela contida, ou, na sua falta, com o sumo de um cipó, que vive mesmo ao lado da árvore do "*caucho*". Coagulado o leite, toma o sólido a forma da cova, que, em geral, é de um paralelepípedo, e que denominam os caucheiros – pranchas ([202]). A "*gutta-percha*", ainda pouco explorada, sofre o mesmo preparo que o "*caucho*", porém coagula simplesmente ao ar livre, não precisando senão agitar o leite de tempo em tempo.

---

[202] Pranchas: planchas.

Dura o processo 24 horas. Há duas espécies de "*gutta-percha*", a de leite branco, mais comum, e a de leite amarelo. Ambos os produtos da "*gutta-percha*" são mais pesados que a água, sendo o caucho e borracha mais leves. Estes dois últimos obtêm nos mercados dos Estados Unidos da América do Norte e na Europa maior preço que o primeiro.

Sendo grande a variedade de madeiras próprias para construção civil e naval, é para lamentar não existir nem início de tão útil quão lucrativa indústria, usando os caucheiros, para a construção de suas barracas, apenas palmeiras, entrando no primeiro plano a útil "*Paxiúba*" [Iriartea exorrhiza Mart.], que é aplicada desde os esteios e vigamentos até os soalhos e divisões internas.

Caracterizam a constituição mineralógica do Vale do Rio Javari depósitos de xistos silúricos rolados, cobertos de grés ([203]) de diversas cores, sobretudo o vermelho, xistos argilosos e enfim camadas de antracite, em veios que correm, em geral, na direção Leste-Oeste. Nenhum fóssil foi achado, porquanto, sendo a nossa exploração especialmente destinada ao próprio Rio, não foi possível procurar petrefatos ([204]) que devem conter as camadas de aluvião, e por essa razão nada se pode afirmar sobre a idade geológica do Vale do Rio Javari.

Entretanto, pela natureza da sua constituição, por nós verificada nos cortes das suas margens, e pelos fósseis achados por Chandlers no Juruá, Vale vizinho ao do Javari, parece pertencer ao sistema – devoniano ([205]) siluriano ([206]).

[203] Grés: espécie de argila misturada com areia fina e empregada em olaria.
[204] Petrefatos: objetos fósseis.
[205] Devoniano: 416 – 359 maa.
[206] Siluriano: 444 – 416 maa.

## Cronometria

[...] O aparecimento dos cronômetros, também chamados relógios marítimos, marcou, sem dúvida alguma, uma época notável na história da navegação, enriquecendo-a de novos elementos de perfeição na determinação das posições geográficas. Foram eles construídos na França pela primeira vez, em 1766, pelo ilustre sábio Ferdinand Berthoud, e, coincidência notável, ao mesmo tempo na Inglaterra por Harrison.

É por meio destes instrumentos que se conhece a hora precisa do primeiro Meridiano, a qual em qualquer instante, comparada com a que se obtém pelas observações dos astros, nos dá a Longitude.

A questão, por conseguinte, se reduz a saber qual o seu atrasamento ou adiantamento sobre o tempo médio do primeiro Meridiano, isto é, seu estado absoluto.

Se o cronômetro tivesse uma marcha uniforme, uma vez determinado o valor de seu estado absoluto em um certo dia, bem como a variação que se obtém pela comparação de dois estados absolutos, em dado intervalo de tempo, e que se denomina marcha diurna, o grande problema da cronometria se resolveria com extrema facilidade.

A regularidade, porém, destas marchas está sujeita a diversas perturbações, as quais dividiremos em duas classes: aquelas devidas ao próprio mecanismo do instrumento e à sua construção, e aquelas que produzem as circunstâncias exteriores. As primeiras são: aceleração, saltos e defeito de compensação; as outras: resistência do ar, magnetismo e eletricidade, umidade atmosférica, oxidação da espiral, efeitos dos movimentos de transporte e choques.

Foram a umidade atmosférica e efeitos dos movimentos de transporte as causas que mais diretamente influenciaram os cinco cronômetros que, pela regularidade de suas marchas, tínhamos levado para esta exploração; os quais eram: de John Poole n° 8.367, 8.368 e 4.496; de James Poole n° 5.692 e de Parkinson & Frœdsham n° 3.265; o primeiro dos quais servindo de padrão.

Os três restantes dos autores John Poole n° 4.759 e 3.660 e Robert Roskell n° 659/4.518, não possuíam marchas regulares, tendo sofrido variações acidentais, as quais somente podemos atribuir à influência do óleo empregado na lubrificação de suas peças ou ao escapamento ou a defeitos das pedras formando os "*contrapivots*", porque, sendo desiguais estas superfícies, deve resultar deslocamento dos eixos e consequentemente variações em suas marchas, pelo que ficaram entregues aos cuidados do Sr. Capitão de Fragata, Capitão do Porto e Cmt da Flotilha deste Estado.

Quem já experimentou viagens feitas em canoas, sem comodidade de espécie alguma, suportando choques provenientes dos muitos obstáculos encontrados em um Rio, em sua maior vazante, reconhece com facilidade o que dizemos.

Além disto, a viagem por terra, subindo e descendo montanhas, algumas de mais de mil metros de altura, sem o necessário para o seu transporte, pela natureza do terreno, imagina o quanto devem sofrer estes instrumentos. Se a marcha de um cronômetro não tivesse irregularidades, ou então se possuíssemos o meio de determinar com exatidão o valor numérico das perturbações, o cálculo da hora do primeiro Meridiano seria rigoroso, e dispondo como nos acontecia de 5 destes instrumentos, eles nos dariam resultados idênticos.

Sendo a marcha de um cronômetro uma função definida do tempo e da temperatura, as perturbações podem ser reconhecidas, porém sua avaliação numérica rigorosa é impossível não se lhe podendo dar senão um valor aproximado.

É, portanto, teoricamente indeterminado o problema, qualquer que seja o número dos cronômetros; na prática, porém, com instrumentos bem regulados, esta indeterminação pode ficar circunscrita dentro de certos limites. [...]

Vos envio também um mapa demonstrativo das coordenadas astronômicas dos diversos pontos; navegando-se em círculo fechado, e por ele vereis como foram insignificantes as diferenças encontradas, o que dá uma ideia segura do estado dos cronômetros, e podereis assim apreciar o grau de exatidão dos trabalhos executados.

## *A Viagem*

Às 14h00 do dia 10.06.1897, embarcou a Comissão no cais em frente à Companhia Amazonas Limitada, sendo acompanhada até a bordo do aviso "*Tocantins*" por todas as autoridades civis e militares, que foram se despedir de seus membros e que aí se conservaram até as 14h20, ocasião em que suspendeu o aviso e se dirigiu, rebocando a lancha "*Taruman*", um batelão e seis canoas, em direção à Boca do Rio Negro. Às 15h00 passou-se pela Ilha Marapatá e, às 15h20, entrou-se no Furo Xiborema, por encurtar o caminho mais de dez milhas.

Às 18h15, entrou-se no Rio Solimões. Estava começada a nossa viagem e todos seguiam alegres e satisfeitos por poderem concorrer, cada um na altura de suas forças, para bem corresponder à confiança depositada.

Apesar dos reboques, que muito puxavam pela máquina e devido à fragilidade do mancal de escora, que não permitia andar a toda força, contudo o aviso "*Tocantins*" desenvolvia uma marcha média de sete milhas por hora.

Foi este primeiro dia de viagem ocupado na distribuição do indispensável às praças, que compunham o destacamento que acompanhava a Comissão. Como houvesse urgência na viagem, a fim de aproveitar-se a pouca água existente no Rio Javari, cuja vazante achava-se muito adiantada, combinei com o Sr. Capitão-Tenente Ferreira Vale, Comandante do aviso, somente nos demorarmos o tempo suficiente nos lugares onde tivéssemos de receber lenha e economizarmos o mais que pudéssemos o carvão que levávamos, porquanto não sabíamos até que ponto do Rio Javari encontraríamos lenha, e por não convir sermos obrigados a fazê-la, o que muito nos atrasaria.

Tendo reconhecido que os dois práticos que levávamos, os quais nos foram mandados por intermédio do Sr. Capitão de Fragata, Comandante da flotilha e Capitão do Porto, a quem requisitei, em ofício sob n° 49, de 31 de maio, mostravam conhecer o Rio, e de combinação com o Sr. Comandante Vale, resolvi navegar também toda a noite, a fim de, com a máxima urgência, chegarmos à Boca do Rio Javari. Passamos às três horas da manhã pela Boca do Rio Purus; às cinco horas da tarde, pela Cidade de Codajás, situada à margem esquerda do Rio Solimões.

Às 08h00 do dia 14.06.1897, parou-se na ponta da Ilha de Cutiá, a fim de consertar-se a máquina do aviso "*Tocantins*" e, ao meio-dia, continuou-se a viagem.

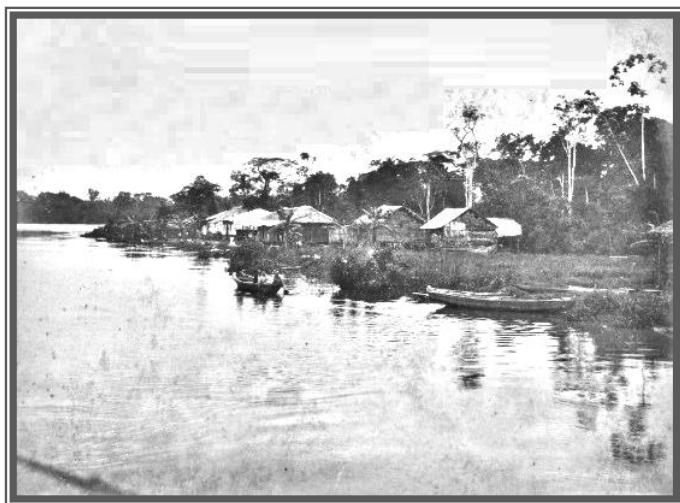



*Imagem 21 – Santa Cruz - Boca do Itecuai*

Às 14h00 do dia 16.06.1897, passou-se pela Boca do Rio Juruá e, às 09h15 do dia 17.06.1897, parou-se para fazer um pequeno reparo na máquina do aviso, seguindo-se viagem às 11h20. Às 17h30 desse dia, passou-se pela Boca do Rio Jutaí. Ao meio-dia do dia 18.06.1897, passou-se pela Boca do Rio Tocantins ([207]) e às 16h00 pela do Rio Içá ou Potumayo. Finalmente, às 06h10 do dia 21.06.1897, entrou-se na Boca do Rio Javari, amarrando-se em sua margem direita, a fim de fazerem-se observações. É este Rio afluente da margem direita do Rio Solimões e tem três Bocas, as quais são formadas pelas Ilhas Petrópolis e Islândia. Às 07h30 fizemos observações para determinar as coordenadas astronômicas e achamos para:

- Latitude: 04°21’06”, Sul e Longitude: 69°57’30” Oeste Gw.
- Variação da agulha: 05°56’ NE.
- Altitude: 71,8 metros.

[207] Tocantins: Tonantins.

Às 08h00 saiu-se e às 13h20 chegou-se à Boca do Rio Itecuai, afluente da margem direita do Rio Javari. Foi a distância compreendida entre as Bocas dos Rios Javari e Itecuai percorrida pelo aviso "*Tocantins*" com 80 libras de pressão e 184 rotações por minuto.

O Sr. engenheiro Lopo Netto foi encarregado do levantamento do Rio em seus menores detalhes, devendo mencionar, além dos acidentes do Rio, todos os barracões e barracas de seringueiro, utilizando-se de uma bússola e um cronômetro, o que quer dizer ser o levantamento feito por abscissas e ordenadas.

Reconhecendo não poder o aviso subir mais o Rio Javari, porquanto no lugar denominado Cachoeira, com dificuldade passavam lanchas cujos calados não fossem superiores a um metro, e necessitando de reparos urgentes o cilindro de baixa pressão da máquina do aviso, resolvi deixá-lo aí e passar-me com todo o pessoal para a lancha Taruman, devendo o aviso fornecer-lhe maquinistas, foguistas e marinheiros suficientes para tripulá-la.

Na noite desse dia, fizemos observações da passagem pelo Meridiano da Estrela $\alpha^2$ do Centauro e da ocultação do 4° satélite de Júpiter, cujo instante do fenômeno não pôde ser bem apreciado por causa da excessiva umidade atmosférica. No dia seguinte, fizemos observações pela manhã, ao meio-dia e à noite, e determinamos a posição do lugar cuja média deu o seguinte resultado:

- Latitude: 04°21'09" Sul e Longitude: 70°12'56" Oeste Gw.
- Variação da agulha: 05°54' NE.
- Altitude: 73,3 metros.

Foi o Rio Itecuai levantado até seis milhas distante de sua Foz e está todo habitado, bem como os seus tributários por cearenses e peruanos. Suas águas são brancas e barrentas e não é sadio. Tem uma população superior a 1.500 pessoas, as quais se dedicam à indústria extrativa da seringa [15%] e do caucho [75%], notando-se que a deste é ¾ da produção do Rio.

Concluídos os preparativos, combinei com o Sr. Comandante Vale a saída para a manhã do dia 23.06.1897. Desse lugar vos passei um telegrama no qual comunicava a chegada da Comissão à Boca do Rio Itecuai e a saída para o Rio Galvez.

Terminaram na Boca do Itecuai os serviços profissionais dos dois práticos que trouxeram o aviso, um dos quais mandei regressar para Manaus, conservando o outro para atender a qualquer necessidade urgente do navio, e contratei, para levar a lancha Taruman até a Boca do Rio Galvez e pelo Rio Jaquirana até onde permitisse a altura das águas, o Sr. Francisco Barbosa, único prático de carta deste trecho do Rio. Foi o Sr. engenheiro Lopo Netto encarregado da continuação do levantamento do Rio.

Às 08h00 do dia 23.06.1897, estando pronta a máquina da lancha Taruman, seguiu a Expedição em demanda da Boca do Rio Galvez. Levava a lancha Taruman amarrado ao seu costado de Boreste o batelão e do outro lado e pela popa as seis canoas. Ia sob o comando do Sr. Capitão-Tenente Vale, e como maquinistas e foguistas serviam os do aviso, o qual ficou fundeado na Boca do Rio Itecuai, procedendo aos reparos indispensáveis e aguardando água, a fim de subir até onde permitisse o seu calado.

Gastamos doze dias nesta travessia, navegando de seis horas da manhã às seis da tarde, não só por causa do trabalho de levantamento, como também por causa do estado do Rio, que estava quase em sua maior vazante. Muitos foram os obstáculos encontrados, dos quais nos desembaraçamos com sacrifício, é verdade, porém com rara felicidade, sendo o mais importante o encalhe da lancha "*Taruman*", às 15h45 do dia 24.06.1897, na praia do Lamarão, gastando-se seis horas de trabalho para safá-la e tendo-se necessidade de aliviá-la de quase toda a carga.

Chegados que fomos ao Galvez, mandei o Destacamento abarracar em terra e tratei de preparar as canoas para continuar a viagem, já que o estado de vazante do Rio Jaquirana, não permitia a entrada da lancha. Deste lugar vos dirigi em oito de julho [1897], o seguinte ofício, dando-vos parte do ocorrido até esta data:

> N° 18 A. – Comissão de Limites entre o Brasil e a Bolívia.
>
> Foz do Rio Jaquirana, 08.07.1897.
>
> Ao Sr. General Ministro das Relações Exteriores.
>
> Em 21 de junho próximo passado, cheguei à Boca do Rio Itecuai com toda a Expedição que faz a Reexploração deste Rio, conforme vos comuniquei em telegrama de 22 do mesmo mês. No dia 23 de junho de 1897, partiu a Expedição para a Boca do Rio Jaquirana na lancha "*Taruman*", rebocando um batelão e seis canoas, visto as águas do Rio Javari terem baixado extraordinariamente, não permitindo subir o aviso "*Tocantins*" que a conduziu, bem assim o seu material, até a Foz do Rio Itecuai, onde fica esperando a cheia para subir em busca da Expedição que, espero, estará de volta nessa época.

Desde a Boca do Rio Javari tenho feito levantar uma Carta do Rio com toda a minuciosidade e detalhes. O Rio conserva até aqui a mesma diretriz, estando apenas alteradas as suas curvas, conservando, porém, as mesmas formas, abrindo umas e apertando outras. Há Ilhas que desapareceram e curvas que foram cortadas, formando novas Ilhas. Em geral, o novo levantamento acompanha perfeitamente o feito pela Comissão de 1864. A viagem até aqui foi penosa em vista dos repetidos encalhes que sofreu a lancha "*Taruman*" devido à extraordinária baixa do Rio Javari, que está quase na sua maior vazante, aumentando por isso os trabalhos do pessoal, que foram algumas vezes, ao sacrifício.

Chegou a Expedição, no dia 05 do corrente mês [07.1897], a este Porto ([208]) gastando doze dias na subida. Imediatamente mandei preparar as canoas para subir o Jaquirana, que nesta época do ano não dá navegação a lancha a vapor e, enquanto isso se fez, ordenei o levantamento do Rio Galvez até algumas milhas de sua Foz. Efetivamente foi este Rio levantado até seis milhas da sua Foz com o Javari e bem assim foi medida a velocidade de sua correnteza e o volume de sua descarga d'água. Tem o Galvez 197,443 $m^3$ de volume de descarga d'água, por segundo, na sua Foz, e o Jaquirana 552,380 $m^3$, também por segundo. Comparados estes resultados, vê-se que o Jaquirana é incontestavelmente a continuação do Javari, porque, além do seu maior volume d'água, a sua cor é a mesma que a do Javari, sendo preta a cor das águas do Rio Galvez. Este Rio não é habitado até o ponto a que chegou o seu levantamento e daí em diante não há moradores, segundo informações aqui colhidas. É doentio e não possui seringa; houve porém em tempos, caucho nas suas terras altas, mas esse concluiu-se e os caucheiros retiraram-se para os Rios Jutaí e Juruá, onde hoje se explora essa indústria.

[208] Porto: Boca do Galvez.

> As observações astronômicas, para bem determinar as coordenadas deste ponto, estão sendo feitas com o maior cuidado e por diversos métodos, pois elas servirão, na volta, para fechar o circuito das Longitudes e assim poder determinar o grau de exatidão das observações, bem como o estado dos cronômetros.
>
> Pouca é a diferença que tenho encontrado com a achada pela Comissão de 1864. Principalmente em relação à Latitude.
>
> Faço seguir hoje a lancha "*Taruman*" para a Boca do Rio Itecuai, onde esperará a cheia do Rio para subir conjuntamente com o aviso "*Tocantins*" até onde permitir o estado das águas, a fim de transportar a Comissão para Manaus.
>
> Concluídos que sejam os preparativos das canoas, espero subir o Rio Jaquirana no dia 10 do corrente mês [07.1897], pela manhã, continuando o levantamento rigoroso do Rio até onde for possível navegando-se em canoas e daí em diante continuarei o trabalho por terra, margeando o Rio tanto quanto puder. O estado sanitário é satisfatório; tem havido apenas alguns casos de febre palustre e perturbações gastrointestinais.
>
> – Saúde e fraternidade.
>
> [Assinado] Augusto da Cunha Gomes, Capitão-Tenente, 2° Comissário.

Demoramo-nos na Boca do Rio Galvez até o dia 10 de julho de 1897, sendo este tempo ocupado em observações do Sol, Lua e estrelas, a fim de bem determinarmos a sua posição, e dos resultados obtidos tomamos a média seguinte:

- Latitude: 05°10'17,5" Sul e Longitude: 72°52'36" Oeste Gw.
- Variação da Agulha: 06°32' NE.
- Altitude: 101,6 metros.

*Imagem 22 – Rio Jaquirana*

Também foi determinada a marcha das canoas em águas tranquilas, tendo assim uma base para bem poder avaliar o caminho feito por dia e comparar depois as posições astronômicas e estimada dos diversos pontos. Tendo verificado ser o Jaquirana a continuação do Rio Javari e retificados os estados absolutos e marchas diurnas dos cronômetros, saímos às 07h00 daquele dia nas seis canoas, tripuladas por cinco soldados cada uma, indo elas carregadas com as mercadorias necessárias para um rancho de 75 dias. Em cada canoa seguia um membro da Comissão, armamento, um cunhete com 500 tiros e a tela de arame necessária para cobertura, caso tivéssemos de repelir algum ataque de índios, precaução essa necessária, porquanto íamos entrar em zona pouco conhecida.

Com 12 dias de viagem, cortando muitos paus e fazendo de 8 a 14 milhas por dia, alcançamos o Barracão Lontananza, situado à margem esquerda do Rio Jaquirana e pertencente ao peruano D. José da Encarnação Rojas e aí nos demoramos um dia, não só para fazermos observações, como também dar

um pouco de descanso ao pessoal, que achava-se bastante enfraquecido por não estar acostumado a serviços desta natureza. Durante a noite, fizemos observações [...] dando-nos o seguinte para as coordenada astronômicas:

- Latitude: 06°12’00” Sul e Longitude: 73°09’28,5” Oeste Gw.

Por onde verificamos ser este o ponto denominado na Carta da Comissão de 1864 – *Barreira do Martins*.

Às 09h50 do dia 22.07.1897, depois de agradecermos a franca hospedagem, seguimos, em continuação de nossa viagem, já lutando com mais dificuldades materiais, sendo preciso cortar maior número de troncos de árvores e arrastar as canoas sobre bancos de areia, devido à pouca profundidade do Rio, que estava em sua maior vazante, até que, às 15h00 do dia 29, chegamos à Boca do Rio Batã ou Paissandu, afluente da margem direita.

É o Rio Jaquirana, no espaço compreendido entre a sua Boca e a do Rio Batã ou Paissandu, ainda bastante largo, porém muito sinuoso e correntoso, e em suas margens encontram-se grandes depósitos de turfa em perfeita formação e de grés de diversas cores, sobressaindo a vermelha, indícios estes que bem classificam a formação geológica desta zona.

Durante esta travessia, apareceram nas barrancas das margens e nas praias vestígios de índios que seguiam a Expedição, pelo que fomos obrigados a tomar sérias precauções, a fim de evitarmos uma surpresa da parte deles.

Na Boca do Rio Batã ou Paissandu, fizemos observações do Sol e da passagem pelo Meridiano da estrela Antares e achamos para as suas coordenadas o seguinte:

- Latitude: 06°32’04,5” Sul e Longitude: 73°16’23,5” Oeste Gw.
- Variação da Agulha: 06°48’ NE.
- Altitude: 167,8 metros.

Foi o Rio Batã estudado e levantado até o Barracão do peruano D. Ramirez, situado à milha e meia de sua Boca, afim de determinar-se a sua diretriz e medir a velocidade e seu volume de descarga d’água. Igual serviço foi feito no Rio Jaquirana.

No dia 31 de julho [1897], às 06h45, depois de distribuído o café e aguardente, seguimos Rio Jaquirana acima, em continuação de nossa viagem e em demanda de Seis-Solis, primeira barraca habitada depois da Boca do Rio Batã ou Paissandu.

O Rio diminui bastante de largura, aumentando, porém a sua velocidade e sendo a vegetação mais abundante.

As dificuldades de subida foram crescendo de dia a dia, porque a todo momento era preciso cortar grandes troncos de árvores lançados no leito do Rio, arrancar outros do fundo e fazer Canal em coroas de areia e cascalho, para dar passo às canoas, bem como passar por baixo de outros, sendo necessário retirar as coberturas de palha, serviço este muito moroso e por demais penoso para um pessoal bisonho e não acostumado a esta natureza de trabalho.

Finalmente, depois de 8 dias de viagem, andando as canoas de 4 a 8 milhas diárias, chegamos, às 16h50 do dia 07 de agosto de 1897, a Seis-Solis ou Nueva Estación, que é uma Barraca situada na margem direita do Rio Jaquirana, habitada apenas pelo peruano Moysés Lopes, que tem como companheiros três índios, dois pequenos e um velho, sendo dois da tribo dos Rhemus e um da dos Capanauas.

Verdadeira surpresa causou ao peruano a chegada da Expedição nesse lugar, porquanto, conhecedor do Rio Jaquirana, bem avaliou os enormes sacrifícios experimentados; sentimo-nos orgulhosos com as francas e espontâneas manifestações de admiração por ele feitas, o que de alguma forma veio suavizar o muito que tínhamos sofrido.

Seguidos constantemente por índios, chegando em alguns lugares a nos aproveitarmos, para descanso dos soldados, das suas barracas feitas nas praias; obrigados a andar constantemente molhados por causa das continuas avarias das canoas, motivadas pelos muitos obstáculos naturais encontrados no leito do Rio; sem comodidades de espécie alguma, porquanto, fastidiosa já era a nossa posição em canoas, cujas toldas de palha mal davam para nos abrigar dos horrores, do tempo.

Mal alimentados, não só pela má qualidade das mercadorias que já, começavam a sentir os efeitos da umidade excessiva, como também da quantidade, diminuída por força maior proveniente das alagações das canoas; são trabalhos que somente pode avaliar quem já experimentou, e eis por que nos sentimos satisfeitos com estas manifestações sinceras espontâneas.

Em Seis-Solis nos demoramos um dia, não só para fazermos observações e determinarmos as suas coordenadas astronômicas, como também consertarmos duas canoas que faziam muita água, por teremse arrombado ao passar por cima de um tronco de árvore colocado no leito do Rio.

Observamos o Sol e a passagem pelo Meridiano da estrela Antares e achamos o seguinte para as suas coordenadas:

- Latitude: 06°42’10” Sul e Longitude: 73°31’21” Oeste Gw.
- Variação da Agulha: 07°03’ NE.
- Altitude: 199,6 metros.

No dia seguinte, 8 de agosto de 1897, às 15h05, continuamos a subida do Rio Jaquirana em direção ao Raio, último ponto habitado. As dificuldades materiais aumentavam a medida que a Expedição subia o Rio, bem como diminuíam com elas as distâncias percorridas diariamente. O Rio continuava baixando e com sacrifício passavam as canoas por cima dos bancos de areia e troncos de paus; eram mais carregadas do que remadas.

O pessoal seguia muito fatigado e extenuado pelo esforço constante que fazia em arrastá-las. Muitos foram os troncos de árvores encontrados no leito do Rio, gastando-se dias em cortá-los, para dar caminho à Expedição, como aconteceu com uma enorme Samaúma de 64 metros de tronco e 2,05 m de diâmetro, cujo trabalho durou 18 horas de serviço contínuo, demorando-nos a passagem por 48 horas. Foi ela fotografada a fim de se poder bem avaliar do seu tamanho.

Finalmente, depois de 12 dias de viagem, andando diariamente de 2 a 7 milhas, conseguimos, às 10h00 do dia 21.08.1897, chegar ao Rayo ([209]), último ponto habitado por caucheiros, em geral índios domesticados, pertencentes às raças peruanas, como sejam: Chamacocos, Pinas e Campas. O Rio estreita-se bastante, variando a sua largura de 8 a 12 metros; tem, porém, pouco fundo e continua muito correntoso. O seu leito, em geral, está formado; encontram-se em suas margens grandes depósitos de argila e grés em franca formação.

[209] Rayo: Raio.

*Imagem 23 – Barracão Lontanansa (D. José E. Rojas)*

É de uma exuberância notável a floresta sobre as margens do Rio, que já se apresenta sem barrancos, tocando-se pelas extremidades, formando túnel os ramos dessas árvores seculares, viajando-se horas inteiras em plena sombra. Difíceis são as passagens por estes lugares, tendo-se de abrir caminho a facão e a foice, porque muitos galhos de árvores se cruzam e entrelaçam, tornando-se em verdadeiros cerrados.

Encontrou-se com a Expedição o Sr. Dr. José Encarnación Rojas, proprietário do Barracão Lontananza, que andava em exploração do caucho e que nos cedeu alguns víveres em substituição de outros que se tinham inutilizado com as inúmeras alagações das canoas.

É um perfeito cavalheiro o peruano e o seu concurso nos foi muito aproveitável porquanto, entre os seus remadores, achava-se um índio Capanaua, já domesticado, que muito bons serviços nos prestou, anunciando a presença de seus companheiros de tribo, e a ele devemos não sermos surpreendidos com algum ataque, por prevenirmo-nos com antecedência.

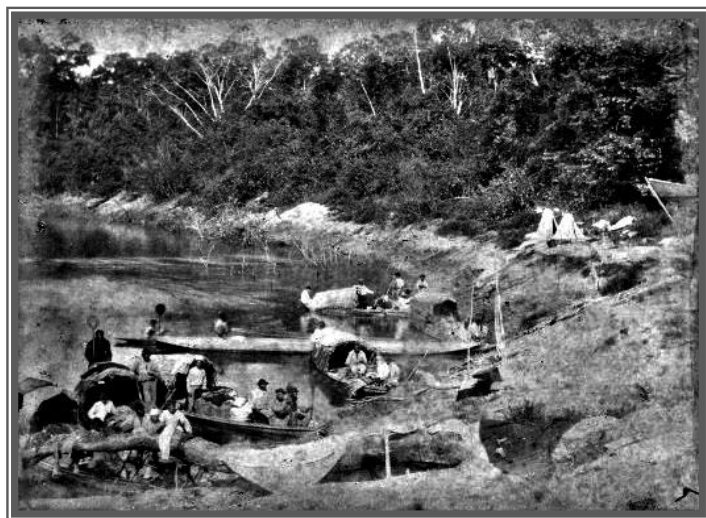



*Imagem 24 – Acampamento Lontanansa*

Exploradas minuciosamente foram as margens do Rio, sobretudo a direita, porquanto nos aproximávamos do ponto onde devia existir o Marco colocado, em 1874, pelo Sr. Barão de Teffé, não se encontrando, até o Raio, vestígio algum de semelhante trabalho. Nesse lugar nos demoramos três dias e, durante esse tempo, fizemos observações de séries de alturas do Sol, passagem meridiana das estrelas Altaïr [α da Águia] e Vega [α da Lyra] e Circumeridiana do Sol, e dos resultados obtidos tomamos a média:

- Latitude: 07°01’21” Sul e Longitude: 73°43’21”, Oeste Gw.
- Variação da agulha: 07°47’18” NE.
- Altitude: 250,7 metros.

Estávamos, portanto, no Paralelo onde, pela Comissão de 1874, devia achar-se a nascente do Rio Javari, porquanto insignificante era a diferença de 3,5” encontrada para mais da Latitude achada por aquela Comissão, e, verificando pela medição feita, ser ainda de 4,08 $m^2$ a seção de vazante do Rio nesse lugar, a largura de 12,95 m, uma descarga, de

água de 145,5 $m^3$/min e velocidade média de correnteza de 35,36 m/min, e sendo impossível seguir em canoas, não só pela pouca profundidade encontrada, quantidade extraordinária de paus lançados em seu leito e frondosa vegetação da margem, que em alguns pontos o fechava completamente, resolvi continuar a exploração por terra, e por isto fiz descarregar as canoas e depositar as mercadorias na melhor barraca ali existente.

Mandei o Sargento, Comandante da Força, designar o pessoal que devia acompanhar a Comissão por terra e o que com ele ficaria guardando as canoas e os víveres que tinha de deixar em depósito.

Compunha-se este pessoal de 30 praças, sendo 10 soldados de linha, 19 de polícia e um marinheiro nacional, dividido em quatro turmas; uma para levar cronômetros: e instrumentos de observação, outra para a pequena bagagem dos membros da Comissão e ambulância; outra para conduzir víveres e, finalmente, outra encarregada de abrir caminho na mata. Levava cada soldado a sua respectiva carabina e 50 cartuchos embalados.

Ficaram no Raio o Sargento e 5 praças, às quais recomendei toda a vigilância possível, encarregando-as de zelar pelos víveres, porquanto não podíamos esperar outros recursos a não ser esses que lhes confiávamos.

Às 09h30 do dia 24 de agosto de 1897, mandei formar toda a Força, expliquei-lhe o que íamos tentar, quais o sacrifícios que devíamos suportar e, certo de que todos saberiam cumprir com os seus deveres, saí com estes bravos companheiros às 10h00 em demanda da verdadeira nascente do Rio

Jaquirana, fim desta nossa Comissão tendo, antes da partida, tirado uma fotografia de todo o pessoal.

Pouco foi o caminho percorrido neste primeiro dia, não só por não estar o pessoal acostumado a esse gênero de trabalho, como também por ter o Sr. Dr. Lopo Netto, ajudante da Comissão, sido acometido de uma síncope, motivada pela grande fadiga que todos havia muito suportavam e cujos efeitos era natural que se fizessem sentir.

Contudo, foi o caminho percorrido de 1.207 m, acampando em um pequeno galpão, que mandei construir sobre moirões, coberto de palha, junto à margem do Rio.

Estávamos em plena mata e éramos os primeiros homens civilizados que penetravam nesse lugar, e cedo começávamos a sentir os efeitos de tão árdua quão difícil jornada. Os índios continuavam a nos seguir, pelo que colocamos duas sentinelas no acampamento, revezando-se os membros da Comissão em observá-los, a fim de que não fôssemos surpreendidos por algum ataque. São estes índios pertencentes à grande tribo antropófaga dos Capanauas, a mais feroz que habita esta região.

Às 09h00 do dia seguinte [25.08.1897], continuamos a viagem, depois do almoço, por não ser possível sairmos mais cedo, porquanto nestes lugares os raios solares não penetram e somente quando este astro se acha acima do horizonte é que se pode apreciar os objetos, e por não nos convir perder o leito do Rio cujas sinuosidades marginávamos. Continua este bastante correntoso, o que denota grande declive. Às 13h30 parou-se por ter o Rio se dividido em dois e termos de medir o seu volume, a fim de continuarmos pelo de mais pujança, tendo em vista a cor de suas águas.

Este trabalho nos deu o seguinte resultado: Galho da esquerda: largura 9,60 metros; seção de vazante 4,2 $m^2$; 99,96 $m^3$ de descarga d'água por minuto e 23,8 m de velocidade de correnteza, também por minuto. Galho da direita: largura 8,4 metros; seção de vazante 2,04 $m^2$; 43,512 $m^3$ de descarga d'água por minuto e 22,8 m de velocidade de correnteza, também por minuto. Em vista deste resultado, seguimos pelo galho da esquerda, que é a continuação do Javari, e denominamos ao outro galho Rio da Surpresa. Além disto, a cor das águas deste Rio, conquanto claras, não se assemelham às do outro galho, que tem a mesma cor com que na parte já conhecida se apresenta. Tem o Rio da Surpresa a diretriz, na sua Foz com o Jaquirana ou Alto-Javari, de SO magnético e entra na margem peruana. Acampamos na bifurcação, em um galpão, tendo andado 3.298 m. A noite foi bastante chuvosa, o que muito nos fez sofrer, porquanto pouco descansou-se.

Os índios continuavam a nos seguir e se aproximavam mais do nosso acampamento o que nos surpreendia, pois não lhes tínhamos feito o menor sinal de desagrado, parecendo-nos que se preparavam para nos atacar quando estivéssemos em lugar apropriado. Aumentaram as precauções e fadiga, o que é muito natural, porquanto, de dia lutávamos com trabalhos extraordinários para não nos afastarmos do leito do Rio, sendo obrigados a subir e descer montanhas, algumas das quais bastante íngremes, e à noite, que contávamos descansar, éramos obrigados a passá-la em claro, por causa destes cruéis e valentes filhos desses lugares.

Saímos às 09h00 [26.08.1897] para continuarmos a viagem. Os espigões sucediam-se a todo momento e o pessoal ia bem fatigado, porquanto subia e descia serras de grande altura com declives inacreditáveis.

A alimentação estava bastante reduzida e nem nos era dado o auxílio da caça, por ser uma temeridade, cercados como estávamos de índios, destacar algum soldado para se entregar a isto, e assim somente tínhamos de nos conformar, contando que fossem coroados de bom êxito os nossos esforços. Apesar de tudo isto, ninguém se queixava; pelo contrário, quanto mais difícil se tornava o caminho mais nos animava a vontade de chegar ao lugar de onde brota esse gigante que se chama o Javari. Foi o caminho percorrido de 4.011 m.

Às 09h00 do dia 27 de agosto, continuamos em demanda das cabeceiras do Rio Javari. O caminho tornava-se difícil e mesmo perigoso, pois o Vale se aperta e os espigões da grande serra, que se apresenta ao longe, se multiplicam, formando Igarapés entre si, que nascem de suas grotas, de um e outro lado do Rio. Dez minutos depois da saída, nos detivemos porque o Rio se divide em dois e fomos obrigados a medir os seus volumes de descarga de água. Tem o Jaquirana ou Alto-Javari ainda dez metros de largura, uma seção de vazante d 3,5 $m^2$, uma descarga de água de 52,1 $m^3$ por minuto, uma velocidade média de correnteza de 14,6 m/min e segue ao rumo SO magnético. O outro Rio tem água preta, razão pela qual não pode incontestavelmente ser a continuação do Jaquirana, corre ao rumo SE magnético, tem oito metros de largura, uma seção de vazante de 1,04 $m^2$, uma de carga de 12,69 $m^3$ por minuto, e uma velocidade média de correnteza de 12,2 metros também por minuto. Às 10h30 continuou-se a viagem. É o Rio Jaquirana já um pequeno córrego, e tanto assim que mandei um soldado seguir pelo leito do Rio enquanto o pessoal se aproximava o mais que podia de suas margens, medida essa útil e proveitosa, e cujos benéficos resultados mais de uma vez tivemos de apreciar.

Nas grotas, as travessias eram feitas em cima de simples troncos de árvores lançados de uma à outra margem, tendo o pessoal necessidade de fazer prodígio de equilíbrio para passar carregando os seus fardos. As cabeceiras do Rio Javari não podiam estar longe por causa da enorme correnteza do Rio, dos seus afluentes e dos inúmeros Igarapés, que de ambas as margens entram nele. Foi extraordinariamente fatigante a marcha nesse dia pelas repetidas subidas e descidas da serra. Às duas horas da tarde, acampou todo o pessoal na margem do Rio, em um galpão pequeno, construído de modo a abrigá-lo da chuva.

Os índios muito se aproximaram, sendo encontrados por um soldado, um que, pelo modo por que foi visto, parecia vir observar o que fazíamos. Foi esta a pior noite que passamos nesta viagem, porquanto ninguém dormiu e a toda hora esperávamos o encontro com os terríveis habitantes e senhores dos lugares. Foi de 4.489 m o caminho percorrido.

No dia seguinte, 28 de agosto de 1897, às 09h00 horas, levantamos acampamento. O Vale continua a apertar-se mais pela margem direita; pela esquerda, afasta-se um pouco, formando um buritizal de pequena extensão; os dois contrafortes principiam a levantar-se diante de nós formando o Vale do Alto-Javari, dando apenas passo ao Rio, que já é uma torrente estreita e de violenta correnteza. O pessoal ia extenuado porque caminhava por estradas ou simples picadas difíceis e perigosas, abertas a facão e foice, margeando verdadeiros precipícios de centena de metros de altura, que diminuíam a já penosa marcha. Foi o caminho percorrido de 3.075 m.

Durante a noite, mais se acentuaram sinais dos índios, chegando até bem perto do acampamento seus gritos imitando jacamins, mutuns e outras aves,

pelo que fomos, ainda mais uma vez, obrigados a aumentar, se é que era possível, a vigilância. Temíveis são esses inimigos, que muito nos fatigam, porquanto escolhem a noite para se aproximarem, sem felizmente nada nos ter ainda sucedido.

Desconfio ser a causa deste modo de proceder o de não lhes termos feito a menor demonstração de desagrado e conseguirmos o enorme sacrifício de passarmos pelo meio de suas roças de mandioca, batatas e banana, sem nos utilizarmos de nenhum desses frutos, o que é realmente para admirar, porquanto já sofríamos fome, por não mais podermos suportar as latas que trazíamos e que representavam o único alimento susceptível nestas travessias.

Às 09h00, do dia seguinte 29 de agosto de 1897, continuamos a viagem, sendo o caminho mais sobre a montanha do que no Vale. O Rio, conquanto demasiadamente sinuoso, já se apresenta em forma de corredeira, sem contudo fazer o ruído que lhe é peculiar, sendo enorme a sua correnteza e pequena a profundidade. O sacrifício era enorme para todos; mesmo assim, estavam desejosos de ver a nascente do Rio, ideia que dominava todo o pessoal desta Expedição. Foi o caminho percorrido então de 4.843,5 metros.

Abarracamos às 14 horas na margem do Rio, e toda a noite fomos perseguidos pelos sinais dos índios que, embora nos cercando, ainda não nos tinham feito o menor sinal de desagrado.

Às 09h00, do dia seguinte [30 de agosto de 1897], partiu a Expedição seguindo por caminhos montanhosos e perigosos, passando grotas e espigões sobre simples troncos de árvores, lançados na ocasião de margem a margem.

Às 11h00 passamos por uma esplêndida queda d'água de 10,5 metros de altura, a qual foi denominada cachoeira da Esperança. Estávamos nas cabeceiras do Rio Javari, tais eram os indícios que se observavam. Às 14h40 acampou-se por causa de enorme tempestade. Tudo tínhamos encontrado nesta mata e o que mais nos fazia sofrer era a chuva, porquanto não tínhamos onde nos abrigar e nem ao menos os raios solares para enxugar as nossas roupas, as quais eram secas ao calor do fogo, já que a pujança da vegetação não permitia a entrada do Sol, por caminharmos em grande túnel formado pelos ramos de colossais e seculares árvores. Foi o caminho percorrido durante esse dia de 4.125 m.

Às 09h00 do dia 31 de agosto de 1897, seguimos em busca da nascente do Rio Javari, subindo logo enorme contraforte, que foi descido em seguida, e assim continuou-se cruzando grotas profundas, onde os Igarapés se lançavam em precipitada torrente, formando algumas cachoeiras até que às 10h30, chegou a Expedição, com geral contentamento de todos, à nascente ou principais vertedouros do Rio Jaquirana ou Alto-Javari, que corre em leito arenoso e de pedra.

Nasce o Rio Jaquirana ou Alto-Javari, de dois olhos d'água ou vertedouros, no fundo de uma grande grota formada por dois altos contrafortes de uma grande serra, que suponho ser um dos contrafortes mais Orientais dos Andes. Aos 66 m de distância, esses dois vertedouros se reúnem, formando pequeno regato, que cai em cachoeira de 4,5 metros de altura, deixando em sua base pequena Bacia. Segue pela grota abaixo em córrego encachoeirado, recebendo, de um e outro lado filetes d'água, até a distância de 198 m, onde se precipita formando uma queda d'água de 12 m de altura.

Continua em torrente encachoeirada e violenta por mais 5 m, dividindo-se aí em duas fortes quedas d'água, tendo a da direita 27,8 m de altura e a da esquerda 37,3 m de altura, as quais formam em sua base uma bela Bacia, cavada em leito de pedra.

Da Bacia segue o Javari em regato encachoeirado, recebendo, de ambos os lados da grota, novos filetes d'água que vão engrossando o seu volume, até que entra, no Vale, aonde nos acampamos, tendo antes mandado derribar muitas árvores em um raio de 50 m, a fim de poder proceder as observações necessárias. Estava terminada a nossa Expedição, cujo resultado a todos encheu de vivo contentamento, manifestado não só por termos, embora com sacrifícios, descoberto a nascente do Rio como também pelo majestoso panorama que se nos apresentava.

Nos demoramos neste lugar dois dias, os quais foram ocupados em observações do Sol, estrela Altaïr [α da Águia] e planeta Vênus, a fim de assinalarmos a sua posição astronômica de cujos resultados tomamos a média seguinte:

– Latitude: 70°11'48,10" Sul e Longitude: 73°47'44,5" Oeste Gw.
– Variação da agulha: 07°51'44" NE.
– Altitude: 502,1 metros.

Concluído que foi este trabalho e o levantamento do Rio até a sua nascente, e desejando revestir de toda a solenidade um fato tão notável, fizemos a Ata do descobrimento da nascente do Rio Javari a qual foi assinada por todos os membros da Comissão, inferiores e praças do contingente, cujo original vos foi remetido de Manaus e lida pelo Sr. 2° Ajudante em frente ao destacamento, que se achava formado e de cabeça descoberta.

Finda essa leitura, mandei dar três descargas e, depois de breve e significativa fala, dei *"um viva ao Brasil"*, o primeiro levantado nestas longínquas e virgens florestas, o qual foi por todos correspondido com entusiasmo.

Estava portanto, cumprido o determinado no despacho n° 1, de 8 de abril do ano passado [1896], deixando somente de colocar um Marco na nascente do Rio Javari, porque, sendo esta uma grande serra, cujas coordenadas geográficas foram determinadas, ficava por isso mais que assinalada.

Às 09h00 do dia 02 de setembro de 1897, deixamos o acampamento feito na nascente do Rio e regressamos para o Raio. Andamos até às 14h00, ocasião em que acampamos por causa de enorme tempestade que desabou.

Os índios, de cuja presença nos julgávamos livres por não se terem mostrado durante o tempo que nos conservamos na nascente do Rio, tornaram a aparecer e vieram até muito perto do nosso acampamento, imitando grito de aves, tais como Mutuns, Jacamins, etc.

Às 06h00, do dia seguinte [03 de setembro de 1897], partimos e, às 18h00 do mesmo dia, chegamos ao Raio.

Foi uma viagem bastante penosa essa de regresso, não só por causa do tempo, que se conservou sempre nublado e de aguaceiros, transformando o caminho em verdadeiro lamaçal, como também pelo grande esforço feito em percorrer tantas milhas em tão pouco tempo.

No Raio, encontramos o Sargento e os Soldados que ficaram tomando conta dos víveres sem novidade. À meia-noite, fomos despertados pelo Sargento, por ter este descoberto sombras de índios, que se moviam em direção ao nosso acampamento. Estavam realizadas as nossas previsões e íamos ser obrigados a castigar a ousadia destes selvagens, que tanto nos têm perseguido. Não obstante a manifesta atitude por eles mostrada, contudo, quis ainda amedrontá-los. Mandei para isto dispor todo o destacamento em forma de semicírculo, conservando pela retaguarda o Rio para no servir de retirada caso a isto fôssemos obrigados, e ordenei uma descarga para o ar.

Como não se atemorizassem e continuassem a se aproximar do nosso acampamento, recebeu então o destacamento ordem de fazer fogo na direção em que se achavam e, somente depois de uns cinco minutos de fuzilaria, é que se retiraram, dando gritos de ensurdecer. Vinham armados de tacapes e a isto devemos nada nos ter acontecido. Foi mais uma noite de vigília porquanto impossível foi conciliar o sono, ficando todo o destacamento alerta para repelir qualquer outro ataque, que felizmente não se realizou.

No dia seguinte [04.09.1897], depois de feitas as observações necessárias e preparadas todas as canoas, procedeu-se à chamada de todos os praças que formavam o contingente e notou-se a ausência do soldado de polícia João Ferreira. Foram dadas ordens no sentido de ser ele procurado e, depois de três horas de trabalho, voltaram os seus companheiros sem o terem encontrado. Das averiguações procedidas, consegui saber ter ele declarado não mais voltar a Manaus e que ficaria feito caucheiro, por tirar melhores vantagens, pecuniárias. Preferiu ficar esquecido a regressar com os seus camaradas!

Entreguei ao Sargento a carabina e o capote que lhe pertenciam, a fim de, em Manaus, serem remetidos para o respectivo quartel.

Às 11h30 [04.09.1897], saímos e chegamos, às 10h20 do dia 06 de setembro de 1897, a Seis-Solis ou Nueva Estación, onde nos demoramos até 13h35 do mesmo dia, ocasião em que saímos em direção à Boca do Rio Batã ou Paissandu, onde chegamos às 16h15, do dia 07 de setembro de 1897. O Rio tomou um repiquete, de modo a ser mais rápida a nossa viagem, andando as canoas quatro milhas por hora. É mais penosa a descida do que a subida. Qualquer descuido ou vacilação acarreta prejuízos e os cuidados aumentam por causa disto. Felizmente não mais apareceram vestígios de índios, parecendo-nos terem perdido algum chefe no encontro que conosco tiveram no Raio. Ficamos finalmente livres de suas presenças. Apesar disto, continuamos com a mesma vigilância, pois nada havia a esperar de tão pérfido inimigo. No Rio Batã ou Paissandu, nos demoramos até 13h50, do dia 08.09.1897, para fazermos as observações necessárias e dar um pouco de descanso ao pessoal, que se achava bastante enfraquecido. Foi a distância entre esse Rio e o Barracão Lontananza percorrida em dois dias, de modo a chegarmos às 15h35, do dia 10.09.1897, a este lugar.

Reconhecendo necessitar o pessoal de algum descanso, resolvi aceitar a hospedagem feita pelo seu proprietário D. José da Encarnação Rojas e ali me demorei até 13h00, do dia 12.09.1897, ocasião em que saímos em demanda da Boca do Rio Galvez. Agradecemos a esse senhor as finezas dispensadas à Comissão e em sua mão compramos alguns víveres, que vieram substituir outros inutilizados, quer pela umidade, quer pela alagação das canoas.

Como o Rio continuasse a receber água, resolvi aproveitar a sua correnteza, boas condições do pessoal e somente me demorei o tempo necessário para almoço e dormida, conseguindo, às 17h30 do dia 15 de setembro de 1897, chegar à Boca do Rio Galvez, onde encontrei fundeado o aviso Tocantins, que desde o dia 10.09.1897 nos aguardava.

Estava terminada, depois de 67 dias de viagem em canoas, a parte mais importante e difícil de nossa Comissão e, conquanto o pessoal chegasse bastante enfraquecido, contudo não tivemos desastre algum a lamentar.

Fomos recebidos pelo pessoal do aviso Tocantins com sinceras manifestações de contentamento, o que era de esperar, porquanto nem todos supunham regressar, em vista do que tinha acontecido às duas Comissões encarregadas em 1864 e 1874 de levar a efeito tão notável quão arriscada incumbência.

Na Boca do Rio Galvez, nos demoramos até o dia 17.09.1897, sendo este tempo empregado em preparativos de descida e em observações astronômicas, cujas diferenças nos cálculos encontrada, com as feitas de subida, foram insignificantes, o que muito nos alegrou, por podermos fazer ideia do estado dos cronômetros e assim apreciarmos o grau de exatidão dos cálculos efetuados.

Sendo difícil o transporte das canoas, em vista do seu estado, que não permitia irem a reboque e não possuindo o aviso espaço suficiente para levá-las dentro ou no costado, resolvi aceitar o oferecimento feito pelo Sr. Alfredo Soares da Fonseca, possuidor de um Seringal situado na busca do Rio Jaquirana, relativo à compra de cinco delas, a preço de 300$000 cada uma.

O Governo nada perdeu com esta venda porquanto, ao chegar a Expedição a Manaus, necessitariam de conserto quase igual ao seu custo, afora o indispensável para a sua conservação.

Às 06h00 do dia 17.09.1897, suspendeu o aviso Tocantins, levando amarrado ao seu costado de Boreste o batelão e, depois de fazer cabeça por Bombordo, seguiu em demanda da Boca do Rio Itecuai. Era enorme a alegria que todos manifestavam, quer por não termos perdido nenhum companheiro, apesar da fama de doentio de que goza este Rio, quer pela viagem, que já se fazia em melhores condições de passadio e comodidade. É mais difícil a viagem de descida, principalmente em um navio rebocando; graças, porém, aos esforços do Sr. Comandante Vale e à perícia do Prático Barbosa, conseguimos, às 20h30 do dia 21 de setembro de 1897, chegar à Boca do Rio Itecuai. Durante esta travessia, partiu-se o êmbolo do cilindro de baixa pressão da máquina do aviso e, reconhecendo acharem-se também partidas as molas que o comprimem, foi o êmbolo engachetado, trabalho bem feito e único possível, em vista dos recursos que possuíamos, e executado pelo maquinista Leonardo Paula de Farias e Casimiro José de Araújo, os quais são dignos de elogios pelo muito que fizeram, não só no aviso, como também na lancha Taruman.

Na Boca do Rio Itecuai, terminaram os serviços profissionais do Prático Barbosa, a quem agradeci os serviços prestados, tendo sido satisfeito de seus honorários correspondentes ao tempo em que serviu na Comissão e na importância de 600$000. Achando-se prontas as observações astronômicas feitas neste lugar e pagas as contas das despesas feitas pelo aviso, combinei com o respectivo Comandante a saída para a madrugada de 23 de setembro.

Efetivamente às 03h00 [23.09.1897] desse dia suspendeu o aviso, levando amarrado ao costado de Boreste o batelão e ao de Bombordo, a lancha Taruman, e, depois de fazer cabeça por Boreste, seguiu em demanda da Boca do Rio Javari, onde chegamos e amarramo-nos em sua margem direita às 06h45 deste mesmo dia. Aí nos demoramos até 08h00 somente para fazermos observações, continuando a viagem em direção ao Porto de Manaus. Estava terminada a nossa Comissão e satisfeito o determinado em vosso telegrama de 23 de maio. Como possuíssemos um Prático e, em vista do estado de vazante do Rio Solimões, combinei com o Sr. Comandante do aviso navegarmos até o anoitecer, suspender pela madrugada e tão somente atracarmos nos pontos onde tivermos de receber lenha, já que o carvão que possuíamos não nos dava até Manaus.

Foi a viagem até esta Cidade feita nas melhores condições possíveis, desenvolvendo-se bem a máquina do aviso e imprimindo uma velocidade média de 10 milhas por hora. Muitos são os consertos de que já carece a máquina desse navio, os quais somente poderão ser feitos no Arsenal de Marinha do Pará ou nas oficinas particulares de Manaus.

Às 15h30, do dia 25 de setembro de 1897, passamos pela Boca do Rio Jutaí e às 13h30 do dia seguinte [26 de setembro de 1897] pela do Rio Teffé, gastando-se 12 horas para chegarmos a Coari. Às 8h30 do dia 29.09.1897, passou-se pela Cidade de Codajás e quatro horas e meia mais tarde, pela Boca do Rio Purus.

Às 07h00, do dia 30 de setembro de 1897, passamos pela Cidade de Manacapuru e, ao meio-dia, felizmente, entrávamos no Rio Negro, passando às

13h10 pela Ilha de Marapatá e, vinte minutos depois, chegávamos à Cidade de Manaus, amarrando-se o aviso em uma boia em frente ao cais do desembarque.

O Destacamento desembarcou e recolheram-se aos seus respectivos quartéis os praças que o compunham. Foi realmente digno de elogios o procedimento desses valentes companheiros, os quais, com resignação, suportaram o sacrifício e privações inerentes aos trabalhos desta natureza pelo que, em ofício aos seus dignos Comandantes, pedi que, em Ordem do Dia, manifestassem os meus agradecimentos. Desta Cidade vos dirigi o ofício seguinte:

> **Comissão de Limites entre o Brasil e a Bolívia.**
>
> Manaus, 30.09.1897.
>
> Ao Sr. General Ministro das Relações Exteriores.
>
> Em aditamento ao meu ofício n° 18, de 8 de julho do corrente ano, cumpre-me comunicar-vos que, no dia 10 do mesmo mês, segui pelo Rio Jaquirana ou Alto-Javari em busca das suas cabeceiras, continuando o levantamento do Rio o 2° Ajudante. Antes, porém, de partir, mandei proceder a novas observações nos Rios Jaquirana, Galvez e Javari. Todos os dados já obtidos foram confirmados, tomando-se mais a temperatura das águas destes Rios. Assim é que a temperatura média das águas do Rio Galvez é de 26,5° centigrados, enquanto que as dos Rios Jaquirana e Javari são de 29° também centigrados. [...]
>
> Oportunamente vos enviarei os relatórios e os respectivos desenhos. Congratulando-me convosco pelo bom êxito da Comissão, felicito-vos.
>
> Saúde e fraternidade.
>
> Augusto da Cunha Gomes, Capitão-Tenente, 2° Comissário.

Se foi penosa, cheia de peripécias e lances perigosos a Reexploração do Rio Javari, foi também grande de abnegação e patriotismo a dedicação com que os membros da Comissão de Limites entre o Brasil e a Bolívia cumpriram à porfia o seu dever, não poupando sacrifícios de qualquer natureza e suportando todas as vicissitudes de uma viagem em zona infestada de selvagens e doentia.

São esses bravos companheiros dignos do reconhecimento do Governo Federal pela leal dedicação com que serviram à Pátria, concorrendo para a verificação de um ponto geográfico até então contestado pelas sumidades geográficas do Brasil e do estrangeiro.

Ao terminar, haveis de me permitir que vos agradeça a confiança com que me honrastes, dando-me a direção de uma Comissão tão árdua quão importante.

Augusto da Cunha Gomes,

Capitão-Tenente, 2° Comissário.

## *Epitáfio*
***(Benjamin Sanches)***

*Quando meu barco imergir*
*No profundo Lago desconhecido,*
*Não construam sobre o local*
*Outros mastros e chaminés.*
*Que a superfície fique limpa*
*E tranquila, para refletir*
*A beleza do firmamento.*

## *Destino*
***(Benjamin Sanches)***

*Estou caminhando*
*Com destino certo,*
*Quando me cansar,*
*Estarei bem perto.*

# *Luiz Cruls*

*Oh! quão bom e quão suave é que os irmãos vivam em união. É como o óleo precioso sobre a cabeça, que desce sobre a barba, a barba de Arão, e que desce à orla das suas vestes. Como o orvalho de Hermom, e como o que desce sobre os montes de Sião, porque ali o Senhor ordena a bênção e a vida para sempre.*
*(Salmos 133:1-3)*

O PAIZ

ANNO XVI — RIO DE JANEIRO, Terça-feira 31 de Outubro de 1899 — N. 5604

O PAIZ é a folha de maior tiragem e de maior circulação na America do Sul

BOLIVIA-BRAZIL

Os Drs. Olyntho de Magalhães, ministro das relações exteriores, e Luiz Salinas Vega, ministro da Bolivia, firmaram hontem um protocolo, relativo á fronteira entre os rios Madeira e Javary e á questão do Acre.

Esse protocolo substituirá o de 19 de fevereiro de 1895, que não se conforma com o tratado de 26 de março de 1867.

De accôrdo com o protocolo hontem assignado, será feita a demarcação da referida fronteira, para o que os governos boliviano e brazileiro nomearão um commissario e dois ajudantes, devendo essas nomeações ser feitas dentro de dois mezes.

Fica assim constituida uma commissão mixta, que verificará a verdadeira posição da nascente ou da principal nascento do rio Javary, tendo presentes as operações feitas em 1874, na demarcação entre o Brazil e o Perú, e a realizada em 1897 pelo capitão-tenente Augusto da Cunha Gomes.

Feita a verificação, a commissão mixta procederá á demarcação da fronteira, desde a latitude verificada até a de 10° 20' sul, onde começa o rio Madeira.

Os dois governos hão de estabelecer as instrucções a respeito, de commum accôrdo, em protocolo substitutivo do de 10 de maio de 1895.

*Imagem 25 – Jornal O Paiz, RJ, 31.10.1899*

Mais uma vez apelei aos meus amigos e irmãos tentando conseguir uma cópia do original do Relatório do Dr. Luiz Cruls apresentado ao Dr. Olyntho de Magalhães, Ministro das Relações Exteriores, realizado em 1901. O trabalho da Comissão de Limites chefiada pelo Dr. Cruls tinha como objetivo identificar categoricamente as nascentes do Rio Javari, com o intuito de apresentar uma solução definitiva para Questão Acreana.

Desta feita fui socorrido pelo dileto Amigo e Irmão Professor da Universidade de Brasília (UNB) Evandro Renato Perotto, da turma de 1979 do Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA).

# LIMITES ENTRE O BRAZIL E A BOLÍVIA

## RELATÓRIO

**Apresentado ao Exm° Sr.**

## Dr. Olyntho de Magalhães

**MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**

**Pelo**

**DR. LUIZ CRULS**

Chefe da Comissão de Limites entre o Brazil e a Bolívia sobre os trabalhos executados pela mesma Comissão

Rio de Janeiro
Imprensa Nacional
**1902**

## PRINCIPAIS OCORRÊNCIAS DA VIAGEM ATÉ O ALTO-JAVARI

A Comissão brasileira embarcou no Rio de Janeiro para Belém [Pará], a bordo do Vapor "*Alagoas*", do Lloyd Brasileiro, no dia 04.01.1901, a fim de ali reunir-se à Comissão Boliviana, constituir-se em Comissão Mista, e iniciar os trabalhos de que trata a cláusula primeira do Protocolo de 01.08.1900.

No mesmo vapor seguiram todo o material e os mantimentos que foram calculados pelas tabelas adotadas na Armada Nacional e cuja escolha e encaixotamento foram fiscalizados por uma Comissão, composta do Médico, do Farmacêutico e do Encarregado do Material.

Em quantidade, os mantimentos foram calculados para mais de doze mil rações diárias, ou para cerca de 200 dias. Entre os principais instrumentos científicos que levou a Comissão, citaremos os seguintes:

- 1 Círculo meridiano portátil de Brunner;
- 1 Alt-azimute de G. Heyden;
- 1 Teodolito astronômico de O. Ney;
- 1 Teodolito astronômico de G. Heyden;
- 1 Teodolito magnético;
- 2 Sextantes;
- 1 Luneta astronômica de 108 mm de objetiva;
- 1 Micrômetro de Lugeol;
- 7 Cronômetros, sendo 5 médios e 2 siderais;
- 1 Coleção de barômetros de mercúrio, e de termômetros;
- E outros de menor importância.

Logo após a chegada da Comissão Brasileira em Belém, tratamos de escolher o ponto mais apropriado para as observações que aí tinham de realizar-se. Procuramos em primeiro lugar descobrir onde se achava o ponto em que uma Comissão Norte-Americana fizera, em 1879, as suas observações destinadas a fixar as coordenadas geográficas da Capital do Pará, e cujos resultados acham-se relatados na obra intitulada "*Telegraphic measurement of differences of Longitude by officers of the U.S. Navy in 1878 and 1879 – Washington, 1880*". Encontra-se este ponto em terreno vago, e ao NE do portão principal da Alfândega do Pará.

Achando-se, porém, atualmente rodeado de edifícios e casas que encobrem boa parte do horizonte, prejudicando por essa forma as observações astronômicas, resolvemos montar o nosso pequeno observatório no interior do Forte do Castelo; situado ao SO da Baía do Guajará, o que apresentava a vantagem, além de ser notável e de construção duradoura, de oferecer um horizonte bastante desembaraçado, principalmente do lado do Norte, embora o intenso reflexo, devido à iluminação elétrica da cidade, prejudicasse ligeiramente as observações astronômicas do lado do Sul, diminuindo o brilho das estrelas.

Era, porém, impossível evitar este inconveniente, a menos de se afastar da cidade, o que apresentaria outro inconveniente mais grave: afastarmo-nos do ponto de referência, representado pelo portão da Alfândega e tornar mais penosa e incerta a ligação que tínhamos de fazer entre as coordenadas fundamentais desse ponto e as do nosso observatório.

Encontrando-se, o Forte do Castelo e a Alfândega representados em uma planta da cidade de Belém, desenhada na escala de 1/5.000, e que vem anexa

ao Relatório da Comissão de Saneamento de Belém, trabalho que honra o pessoal desta Comissão, nada mais fácil era, pois, do que determinar as diferenças das coordenadas desses pontos e do lugar em que observava a Comissão Boliviana, e que era no prédio n° 81 da Estrada de Nazaré, representada na aludida planta. Ao efetuar esse trabalho, pareceu-nos existir um duplo erro sobre as coordenadas de Belém, determinadas pela Comissão Norte Americana de 1879, e que vêm publicadas no "*Connaissance des Temps*" ([210]). Querendo ter confirmação da existência dos erros encontrados, dirigimos a 04.02.1901 uma carta ao diretor do "*Navy Department of Washington, D.C.*", a quem expusemos as nossas dúvidas. Em resposta, recebemos uma Carta com data de 06.03.1901, na qual o Sr. R. B. Bradford, Diretor do "*Navy Department*" reconhece a existência dos erros apontados, 00,07" sobre a Longitude e 01,96" sobre a Latitude, e declara que as coordenadas de Belém, devem ser:

- Latitude: 01°26'59,58" Sul e Longitude: 03°14'00,24" Oeste, como parecia-nos, e não
- Latitude: 01°26'57,62" Sul e Longitude: 03°14'00,17" Oeste, conforme as determinações da Comissão Norte-americana.

Concluída a instalação do nosso observatório, consistindo em um Círculo meridiano, montado sobre um pilar de alvenaria, começaram em princípio de fevereiro as observações meridianas, que foram feitas pelo Capitão-de-Fragata Carlos Accioli, hoje falecido, e o Capitão-do-Estado-Maior de Primeira Classe Augusto Tasso Fragoso ([211]).

[210] Connaissance des temps: periódico anual francês de astronomia. Mais antigo anuário de todo o mundo, publicado desde 1679.

[211] Augusto Tasso Fragoso nasceu em São Luís, em 1869. Militar, ainda jovem travou conhecimento, no Rio de Janeiro, com as idéias positivistas divulgadas por Benjamin Constant e participou da operação militar que instaurou o regime republicano no país em 1889. (Continua...)

Na época em que se fizeram as observações, o estado do céu no Pará pouco as favorecia.

---

Eleito, contra a sua vontade, Deputado à Assembléia Nacional Constituinte, em 1890, pelo Maranhão, renunciou ao mandato sem tomar parte de qualquer sessão parlamentar. Em novembro de 1891, recusou o convite do Presidente Floriano Peixoto para assumir a Prefeitura do Distrito Federal. Aceitou, no entanto, a chefia do Departamento de Obras e Viação Geral daquela prefeitura, exercendo o cargo até o mês de abril do ano seguinte. Em 1893, participou da repressão à Revolta da Armada, que pretendia derrubar o governo de Floriano Peixoto. Anos depois, em 1908, viajou à Europa como membro do Estado-Maior do Ministro da Guerra Hermes da Fonseca. Em 1914, foi nomeado chefe da Casa Militar pelo Presidente Venceslau Brás, permanecendo nessa função até 1917. Nesse período, desempenhou papel importante na implantação do Serviço Militar obrigatório e na remodelação do Exército.

Em 1918, chegou ao generalato. Foi designado, em 1922, para participar dos inquéritos instaurados pelo governo para apurar responsabilidades sobre o levante do Forte de Copacabana, que deu início às revoltas tenentistas que marcaram aquela década.

Em novembro desse mesmo ano, foi designado chefe do Estado-Maior do Exército (EME), onde se destacou no processo de remodelação do Exército orientada por uma missão militar francesa. Exonerou-se da chefia do EME em 1929 por discordar do alijamento (exclusão) do órgão das decisões relativas à reestruturação do ensino militar no país.

Até então exclusivamente dedicado à sua carreira profissional e distante das lutas políticas, Tasso Fragoso recusou convite para participar da Revolução de 1930. O desenrolar dos fatos favoráveis aos revolucionários acabou, porém, por fazê-lo aceitar a sugestão do General Mena Barreto que propunha o seu nome para, na condição de Oficial da ativa mais antigo do país, assumir o comando da operação militar destinada a afastar o Presidente Washington Luís. Em seguida, junto com o próprio General Mena Barreto e com o Contra-Almirante Isaías de Noronha, fez parte da junta governativa que substituiu o Presidente deposto e, após certa relutância, transferiu o poder a Getúlio Vargas, Comandante das forças revolucionárias. Em março de 1931, voltou à chefia do EME. Participou, então, do combate à Revolução Constitucionalista de 1932, mas, por considerar-se alijado das decisões mais importantes dessa campanha, voltou a demitir-se da chefia daquele órgão. Em abril de 1933, foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Militar (STM), função que exerceu até 1938, quando se aposentou compulsoriamente por limite de idade. Morreu no Rio de Janeiro, em 1945. (FRAGOSO)

Em geral, o céu apresentava-se encoberto à noite, limpando-se pela madrugada. Observaram-se as passagens meridianas de:

- 08 estrelas a 11 de fev;
- 14 estrelas a 14 de fev;
- 20 estrelas a 21 de fev;
- 15 estrelas a 22 de fev;
- 17 estrelas a 15 de mar.

A passagem meridiana do Sol foi observada em dez dias, de 05 a 29 de março de 1901. Em todas essas observações, ajudou eficazmente o Auxiliar Técnico Eduardo Chartier. Nos dias 07 e 19 do março de 1901 procedeu-se à comparação dos estados absolutos dos cronômetros da Comissão Brasileira com os da Comissão Boliviana, sendo em ambos os casos as diferenças encontradas inferiores a seis décimos de segundo [0,6"].

No dia 31 de janeiro de 1901, teve lugar, às 10h00, em uma das salas da Biblioteca do Estado, gentilmente cedida pelo Governador do Pará, a sessão de instalação da Comissão Mista Brasileiro-Boliviana; e a 23 de fevereiro de 1901, teve lugar a primeira conferência da Comissão Mista. O que se passou nessas duas reuniões consta do Livro de Atas. Estando terminadas em Belém as observações de que trata a cláusula segunda do Protocolo de 01.08.1900, resolvemos fazer seguir para Tabatinga o pessoal técnico da Comissão a meu cargo, pelo vapor "*João Alfredo*", da Companhia do Amazonas, o que se realizou a 21 de março de 1901. Quisemos, nessa ocasião, utilizar-nos do cabo subfluvial, que liga Belém a Manaus, e obtivemos, para tal fim, da gerência Companhia Telegráfica, fosse-nos cedido diariamente o cabo das 07h00, com o intuito de determinarmos a diferença de Longitude entre essas duas cidades, pelo método telegráfico.

Devia a Comissão Brasileira observar em Manaus e a Boliviana em Belém. Combinado o plano dos trabalhos, a primeira troca de sinais devia ter lugar a 28 de março de 1901. Infelizmente, na véspera, recebemos aviso do gerente de que se havia dado uma interrupção no cabo, a qual prolongou-se por muitos dias, ficando assim prejudicada essa operação de bastante interesse.

Enquanto o pessoal técnico da Comissão Brasileira seguia para Tabatinga, cuja Longitude era necessário determinar, de conformidade com o Protocolo de 01.08.1900, tomando como base a de Belém, o Comissário Brasileiro demorava-se nessa cidade e em Manaus, a fim de providenciar a respeito das embarcações indispensáveis para o transporte do pessoal e do material, a partir de Tabatinga.

Não se encontrando prontas as canoas apropriadas, tornou-se necessário encomendá-las, sendo parte delas construída em Santarém, e parte em Oriximiná, no Rio Trombetas. Uma Lancha a vapor, batizada, nessa ocasião "*Javari*" [antiga "*Tapajós*"] e um Batelão, que fora denominado "*Jaquirana*" [antigo "*Caiaué*"] foram adquiridos em Manaus, completando assim o material de que precisava a Comissão. Era, porém, indispensável prever o caso de um transporte rápido, tanto para a subida como para a descida dos Rios, e por este motivo solicitou-se do Ministério da Marinha fosse cedido o Aviso "*Jutaí*", sendo prontamente atendido este pedido.

Enquanto permaneceu a Comissão Brasileira em Manaus, foi ela tratada pelo atual Governador, Dr. Silvério José Nery, do modo o mais hospitaleiro e atencioso, não só mandando pôr à disposição casa apropriada para a sua residência, como também auxiliando-a eficazmente, para facilitar o cumprimento de sua missão.

No dia 05 do maio de 1901 fizemos seguir para Tabatinga, a reboque do vapor "*Rio Tapajós*", não só o Batelão "*Jaquirana*", como mais cinco canoas.

Na manhã do dia 08.05.1901, marcado para a nossa partida com o Aviso "*Jutaí*", tivemos conhecimento de que, tendo o Batelão começado a fazer água, poucas horas após a saída de Manaus do Vapor "*Rio Tapajós*", o Comandante deste vira-se na necessidade de deixar o referido Batelão encalhado na margem do Rio, em frente à Vila de Manacapuru.

Em presença deste inesperado contratempo e da urgência em providenciar, recorremos ao digno Governador, Dr. Silvério José Nery, que imediatamente, autorizou-nos a contratar com uma casa comercial do "*Javari*" e, por conta do Estado do Amazonas, o fretamento de um Batelão apropriado. Tomadas todas essas providências, seguimos finalmente no Aviso "*Jutaí*" a 08 de maio de 1901, em direção a Tabatinga.

No dia do nosso embarque veio a bordo o ilustre Dr. Silvério José Nery, que teve a gentileza de trazer-nos os votos que fazia pelo feliz êxito da nossa Comissão.

Ao mesmo tempo que o Aviso ["*Jutaí*"] levava a reboque seis canoas, seguia igualmente a Lancha "*Javari*" e, após uma viagem bastante penosa, chegamos a Tabatinga na tarde de 25 de maio de 1901, encontrando já concluídos os trabalhos que aí se tinham de executar.

Soubemos aqui que o Capitão Augusto Tasso Fragoso, cujo estado de saúde havia-se seriamente alterado, tinha, bem a contragosto, e por conselho do médico, sido obrigado a deixar os trabalhos da Comissão.

Enquanto aprontavam-se pessoal e material, seguimos a 26.05.1901, no Aviso, para "*Remate de Males*" [Baixo Javari], a fim de conseguir o fretamento do Batelão, o que tratamos com o "*Comptoir Colonial Français*" ([212]).

Resolvida esta providência, voltamos para Tabatinga, e aí se procedeu logo ao embarque do pessoal no Aviso, e do contingente e material no Batelão. A 29.05.1901, terminados os últimos aprestos, seguíamos em demanda de "*Remate de Males*", que fica na Confluência dos Rios "*Javari*" e "*Itecuai*", meia milha acima da Foz deste, e na sua margem direita, e onde chegamos na madrugada do dia 30.05.1901.

Fora, para a Comissão, de imensa vantagem poder aproveitar a última fase da enchente do "*Javari*", cujas águas baixavam diariamente, e à vista d'olhos, a fim de poder transportar pessoal e material, acima da Confluência do "*Jaquirana*" com o Rio "*Galvez*", em melhores condições e menos tempo, do que se fosse em canoas. Tornava-se, pois, indispensável uma Lancha pequena e de pouco calado, e para tal fim, tratamos com a casa do "*Comptoir Colonial Français*", e por conta do Estado do Amazonas, o fretamento de uma embarcação preenchendo essas condições e que devia, em tempo, nos alcançar na Foz do "*Jaquirana*".

Saímos de "*Remate de Males*" no dia 30 de maio de 1901, ao meio-dia. A 02 junho de 1901, pelas 07h30, passamos pela Foz do Rio "*Curuçá*", afluente da margem direita, e pela do "*Javari-mirim*", afluente da margem esquerda do "*Javari*", no dia 03.06.1901, às 07h00.

---

[212] O Decreto N° 3391, de 04.09.1899, autorizara a empresa francesa "*Comptoir Colonial Français*" a operar no Brasil.

No dia 06.06.1901, às 12h00, chegamos na Confluência do "*Jaquirana*" com o "*Galvez*". Durante esta travessia, verificando-se que pela lentidão de sua marcha, a Lancha "*Javari*" ia ser uma causa de atraso, resolvemos deixá-la com uma pequena tripulação, no porto de S. Raimundo, cerca de 20 milhas acima da Foz do "*Itecuai*", e na margem direita do "*Javari*".

Devemos declarar aqui, em abono à verdade, e para retificar notícias errôneas que têm corrido na imprensa, que, enquanto esteve o pessoal da Comissão a nosso cargo embarcado no Aviso "*Jutaí*", sob o comando do digno 1° Tenente da Armada Henrique Aristides Guilhem ([213]), o estado sanitário foi sempre

---

[213] Henrique Aristides Guilhem: o Almirante Henrique Aristides Guilhem, filho do Sr. Domingos Aristides Guilhem e de Dona Teresa Francisco Fontes Guilhem, nasceu no Distrito Federal (RJ), em 26.12.1875. Sentou Praça como Aspirante a Guarda-Marinha em 19.11.1891, sendo declarado Guarda-Marinha em 23.11.1896. [...]
Em 1910 foi designado para estudar torpedos, minas e submersíveis na Europa, onde tomou parte, representando o Brasil, no Congresso de Pesca em Bordeaux, na França. Como dirigente, prestou assinalados serviços como Diretor da Imprensa Naval, em 1911, no posto de Capitão-Tenente; Diretor-Geral de Aeronáutica; Diretor da Escola Naval e Diretor-Geral de Fazenda da Armada. Em 1908, realizou a viagem de circunavegação a bordo do Navio-Escola Benjamin Constant.
Promovido por merecimento a Capitão-de-Corveta e a Capitão-de-Fragata, nos meses de dezembro de 1912 e de 1917, respectivamente, quando, dentre inúmeras funções, comandou o Contratorpedeiro Pará. [...] Grande impulsionador da Aviação Naval, viu com certa tristeza sua passagem para o Ministério da Aeronáutica. Mandou construir campos de pouso ao longo do litoral do país; iniciador da instrução de vôos noturnos na Escola de Aviação Naval; construção e aparelhagem das Bases de Aviação Naval no Rio Grande do Sul e em Santos; prosseguimento das obras da Base de Mato Grosso, em Ladário; ampliação das oficinas da Aviação Naval, no Rio de Janeiro; construção do aeródromo da Base do Rio Grande; construção de inúmeros faróis e faroletes ao longo da costa; remodelações do Encouraçado Minas Gerais e do Submarino Humaitá; intensificação das obras de conclusão e aparelhamento do Arsenal de Marinha da Ilha das Cobras e início das construções navais; construção de navios da classe "*C*"; construção de

Contratorpedeiros condutores de flotilha da classe "M" e inúmeras outras realizações de vulto.
A respeito da administração do Almirante Guilhem na pasta da Marinha, escreveu o Dr. Wladimir Bernardes, ao ensejo do quinto ano de gestão:

> Nos cinco anos de sua fecunda administração, o Almirante Guilhem fez ressurgir em moldes grandiosos, firmados em bases sólidas, a construção naval de guerra. Nossos estaleiros oficiais tiveram a dita de movimentar-se dando ao operariado brasileiro oportunidade para demonstrar as suas raras qualidades de inteligência e de dedicação ao serviço. Na sua nova fase, os estaleiros dos nossos arsenais já deram aos mares da pátria dois Monitores para a navegação fluvial, seis Navios-Mineiros e um grande Destróier (contratorpedeiro) – o Marcilio Dias, tendo batido as quilhas de (lançado às águas) mais quatro: o Greenhalgh, o Mariz e Barros, o Amazonas e o Araguaia, estando já em estudos a construção de mais seis Destróieres, para substituir os que haviam sido encomendados na Inglaterra.
>
> Além desse formidável surto de vida e de trabalho em nossos arsenais, o Almirante Guilhem construiu novos Departamentos de Clínicas para o pessoal da Marinha, sendo obra de relevo o pavilhão "*Carlos Frederico*", na Boca do Mato, Quartel Central do Corpo de Marinheiros e uma infinidade de melhoramentos disseminados pelas Bases Navais, nos Estados, empreendimentos esses destinados a dar uma forte estrutura orgânica aos serviços da Marinha, quer na sua parte material, como, também, na sua parte administrativa.
>
> Também criou os Quadros Auxiliares da Marinha, o Corpo de Fuzileiros Navais [com essa denominação] e o Serviço de Documentação Geral da Marinha.
>
> Além dessas realizações, introduziu, na Escola Naval, os cursos de Formação de Oficiais Fuzileiros e de Intendentes da Marinha.
>
> No dia de hoje, o Almirante Guilhem, modesto e justiceiro, como sabe ser, distribuirá com os seus colegas de classe, com os dedicados operários e artífices dos arsenais, os quinhões que lhes cabem por terem compreendido os desejos do Chefe, quando ele os incitou a trabalhar pela grandeza do Brasil criando, exaltando uma Marinha forte, material e espiritualmente, de modo a que a nação brasileira possa traçar no Mar, como todos os grandes povos, os rumos do seu progresso e as seguranças da sua independência.

Faleceu em sua residência no Rio de Janeiro, em 03.01.1949.
Foi promovido Post-mortem a Almirante-de-Esquadra em 1951 e a Almirante [Cinco Estrelas] em 1958. (ANDRÉA)

o melhor possível. As condições higiênicas do navio eram, aliás, as mais satisfatórias que se podia desejar. Recebemos do Comandante do Aviso e de todo pessoal de bordo as mais delicadas e incessantes provas de atenção, que a todos nós cativaram.

Chegados à Confluência do "*Jaquirana*" com o "*Galvez*", tratou-se logo dos preparativos para empreender a penosa subida do "*Jaquirana*". Deixamos em um Barracão denominado "*Soledade*", na margem brasileira do "*Javari*", e a cerca de seis milhas abaixo da Confluência, um importante depósito de mantimentos, que ficou aos cuidados do Encarregado do Material, com um pequeno contingente, composto de um Sargento e três Praças.

Procedeu-se ao mesmo tempo ao carregamento das canoas, em número de sete, cujo peso da carga, além da tripulação, ficou sendo, por canoa, de cerca de 800 a 1.200 kg, dos quais mais da metade era representada por mantimentos de boca.

Determinando o Protocolo que se verificasse a posição geográfica da Confluência do "*Jaquirana*" com o "*Galvez*", o Ajudante Capitão-de-Fragata Carlos Accioli procedeu às necessárias observações para esse fim, cujos resultados encontram-se adiante, na parte do Relatório que trata dos Trabalhos Técnicos.

No dia 09.06.1901, chegou a Lancha "*Madalena*", a qual, sendo de pequeno calado, devia, levando a reboque as canoas, subir o "*Jaquirana*", até onde o permitissem as águas, que já estavam muito baixas.

A partida devia realizar-se no dia seguinte, e ficou combinado com o Comandante do Aviso, que este fosse aguardar em "*Remate de Males*" a próxima enchente para então subir o "*Javari*".

Estimava-se que isso se desse até fins de agosto, vindo então o Aviso fundear novamente na Confluência do "*Jaquirana*" com o "*Galvez*", à espera da Comissão Brasileira, de volta das nascentes. Como se verá adiante, foi só em fins de setembro que as águas permitiram a subida do "*Javari*".

No dia 10.06.1901, embarcados, o contingente nas canoas, o pessoal da Comissão na Lancha, e feitas as despedidas com o Comandante e demais elementos do Aviso, começou-se a subida do "*Jaquirana*"; eram 08h00.

Infelizmente, logo no começo da viagem, reconheceu-se que, devido à rápida vazante do Rio, a Lancha, apesar do seu pequeno calado, ia lutar com grandes dificuldades, correndo risco, a cada instante, de encalhar, devido ao grande número de troncos de árvores que obstruíam o curso do Rio.

Estes receios não tardaram em confirmar-se, quando, pelas 10h00, a Lancha encalhou sobre paus, correndo as canoas risco de irem a pique.

Resolvemos, pois, sem hesitação, o que a mais elementar prudência aconselhava, isto é, desistir do auxílio da Lancha, e prosseguir a viagem somente em canoas, o que se fez, sem demora, passando o pessoal da Comissão para as ditas.

No diário da navegação em canoas, que se encontra adiante, acham-se relatadas as principais ocorrências havidas nessa travessia, tão demorada quão difícil e penosa.

Diariamente, as canoas encalhavam inúmeras vezes, sendo obrigados os remadores a arrastá-las, a custo de muitos esforços, de modo que esse pessoal passava a maior parte do tempo dentro d'água.

Partidos a 10 de junho de 1901 do "*Galvez*", chegamos no dia 27 do mesmo mês [06.1901] ao Barracão "*Lontananza*", e no dia 08.07.1901 ao Barracão "*Bolognese*" pouco abaixo da Confluência do Rio "*Batan*" [Paissandu] com o "*Jaquirana*". Poucos dias antes de chegar ali, o Sr. Carlos Accioli apresentou ligeiro estado febril.

O médico da Comissão declarou-nos considerar arriscado que o mesmo Sr. Ajudante e mais Praças adoentadas prosseguissem viagem além do "*Batan*". À vista disso, resolvemos prosseguir somente com o Major Farmacêutico Alfredo Abrantes e o Auxiliar Eduardo Chartier. Mandamos escolher, dentre os Praças do contingente, vinte e um, que apresentassem melhores condições de saúde e robustez, e no dia 14.07.1901, embarcados em três canoas, prosseguimos viagem, subindo o "*Jaquirana*".

A intimação peruana, que recebemos no "*Batan*", a 11 de julho de 1901, consta da parte deste Relatório, que trata deste assunto. [Anexo Ia].

Em companhia do Sr. Carlos Accioli ficaram o Médico Major Dr. Leovigildo Honório de Carvalho, o Alferes Arthur Cantalice e o resto do contingente, que se compunha então de 23 Praças. Ficaram aí também 4 canoas.

No dia 17.07.1901, encontramos vindo de "*Seis Solis*", ou "*Nueva Estación*", um morador deste lugar, descendo o Rio em canoa, e que nos trouxe a notícia de haver seguido Rio acima a Comissão Boliviana, a qual já havia permanecido no "*Batan*" cerca de um mês. Receando que a permanência prolongada, no "*Batan*", do pessoal que aí havia ficado, pudesse ser prejudicial ao seu estado de saúde, pois além do Sr. Carlos Accioli, já adoentado, a saúde do próprio Médico, e de alguns Praças era precária, havendo já

a 13 de julho de 1901 falecido de beribéri um Praça, resolvemos fazer baixar todo esse pessoal para o Pará, onde aguardaria novas ordens. Neste sentido, remeti ao Sr. Carlos Accioli um Ofício, do qual foi portador o aludido morador de "*Seis Solis*", que descia, até o "*Batan*".

No dia 21 de julho de 1901, após 08 dias de viagem, durante a qual as dificuldades da navegação cresciam a cada instante, chegamos a "*Seis Solis*", último Barracão de importância, até a Nascente, e habitado pelo peruano Moisés Lopes, mencionado no Relatório do Capitão-Tenente Cunha Gomes [1897]. Demoramo-nos aí o dia 22.07.1901, que foi aproveitado em fazer observações astronômicas.

Prosseguimos viagem no dia 23.07.1901, e após 10 dias de viagem, cada vez mais penosa, chegamos à manhã do dia 02 de agosto de 1901 no lugar conhecido na região sob o nome de "*Chamicúru*" onde estava acampada a Comissão Boliviana, pela qual fomos recebidos com demonstrações de sincera satisfação. Eis o itinerário seguido pela Comissão Boliviana, e as respectivas datas:

– 30.03.1901 .... Partida do Pará ([214]);
– 27.04.1901 .... Chegada a Tabatinga;
– 29.04.1901 .... Partida de Tabatinga;
– 17.05.1901 .... Chegada ao "*Galvez*";
– 18.05.1901 .... Partida do "*Galvez*";
– 28.05.1901 .... Chegada à Confluência do Rio "*Batan*";
– 24.06.1901 .... Partida da Confluência do Rio "*Batan*";
– 06.07.1901 .... Chegada a "*Seis Solis*";
– 08.07.1901 .... Partida de "Seis Solis";

[214] Pará: Belém.

– 30.07.1901 ....Chegada à Confluência do Rio "*Black*" [Rio Prudente, segundo a Comissão de 1897], e onde a Comissão Brasileira chegou no dia 02 de agosto.

## NA REGIÃO DAS NASCENTES

Como posteriormente verificamos, achava-se a Comissão Boliviana acampada na Confluência do Rio "*Jaquirana*" com o Rio denominado "*Black*", naquela região, sendo este Rio o mesmo que foi encontrado pelo Capitão-Tenente Cunha Gomes, em seu itinerário, por terra, desde o "*Rayo*" até a nascente principal, na manhã do dia 27.08.1897, e que figura no mapa organizado pelo mesmo Senhor [Arquivo do Ministério das Relações Exteriores] sob o nome de "*Prudente*".

No trajeto percorrido a partir de "*Seis Solis*", e ao aproximarmo-nos da região onde termina o mapa levantado pela Comissão Mista de 1874 [06°59' S], começamos a levantar a planta do Rio "*Jaquirana*", para poder mais tarde, confrontar com segurança o nosso levantamento com o dessa Comissão e com o da Comissão de 1897.

Dos trabalhos técnicos executados pela Comissão Mista Brasileiro-Boliviana, a partir do dia 02.08.1901, em diante, até a fixação das coordenadas da nascente principal do Rio "*Jaquirana*", rezam minuciosamente as Atas das Conferências celebradas por essa Comissão.

Por esse motivo, absteremo-nos aqui de expô-los, em detalhe, encontrando-se, aliás, os principais resultados técnicos, na parte deste Relatório especialmente destinada para tal fim.

No dia 06 de agosto de 1901, resolveu a Comissão Mista transferir o seu acampamento, 1,5 km adiante, até a Confluência do Rio "*Jaquirana*" com o Rio conhecido na região sob o nome de "*Rumiyaco*". O "*Rumiyaco*" não está mencionado no Relatório do Capitão-Tenente Cunha Gomes, e como os dois Braços eram aparentemente iguais, pois que as despesas ([215]) de um e outro, foram achadas de 990 e 1.073 litros por segundo ou sejam na razão de 12:13, tornava-se necessária a exploração de ambos, a fim de resolver qual deles devia ser considerado como o tronco principal e tinha por origem a nascente principal. Começou-se esta exploração pelo "*Rumiyaco*", determinando-se também a Latitude de sua Confluência com o "*Jaquirana*," cujo valor foi achado de 07°01'22" S, media dos seguintes valores:

- Comissão Brasileira....... 07°01'18" S;
- Comissão Boliviana ....... 07°01'26" S.

O "*Rumiyaco*", conquanto não esteja mencionado no Relatório da Comissão de 1897, figura, como verificamos posteriormente, sob as aparências de simples afluente, denominado "*Dionísio*", no mapa organizado por essa mesma Comissão.

Segundo este mapa, a Latitude da Foz do "*Rumiyaco*" ["*Dionísio*"] seria 07°06'20" S. Entretanto, a Comissão Mista, por observações muito concordantes entre si, achou para Latitude do mesmo ponto 07°01'22", ou seja, uma diferença para menos de 04'58". Já anteriormente, na Latitude do Barracão "*Lontananza*", encontramos uma diferença quase igual e do mesmo sentido. De fato, segundo o Relatório da Comissão de 1897, a Latitude desse ponto seria de 06°12'00" S.

---

[215] Despesas: vazões.

A Comissão Brasileira passou, no dia 27.06.1901, pelo mesmo Barracão e foi acampar em uma praia pouco adiante, cuja diferença de Latitude com a do Barracão pode ser estimada, com muita aproximação, em uma milha [1.852 m], pelo tempo gasto para percorrer o intervalo entre um e outro ponto que foi de 30 min. No dia seguinte, 28.06.1901, observando a Latitude do nosso acampamento, esta foi achada pelo Ajudante:

- Carlos Accioli .................... 06°08'44" S;
- Por nós ........................... 06°09'00" S;
- Isto é ............................. 06°08'52" S [Média].

Donde para Latitude do Barracão 06°07'52", isto é, uma diferença de 04'08" para menos, com a Latitude achada pela Comissão de 1897.

## CARACTERÍSTICAS DAS ÁGUAS DO JAVARI E DO JAQUIRANA

Como ficou dito acima, as despesas ([216]) respectivas do "*Jaquirana*" e do "*Rumiyaco*" foram achadas de 1.073 e 990 litros por segundo. As cores das suas águas pouco diferentes entre si, sendo, porém, pelas experiências feitas, provado que as do "*Jaquirana*" eram ligeiramente mais claras do que as do "*Rumiyaco*", aproximando-se mais da coloração geral do tronco principal do Rio desde a sua Foz. O grau hidrotimétrico ([217]) de ambas as águas foi achado de 3,8° ["*Jaquirana*"] e do 4,8° ["*Rumiyaco*"], indicando assim águas mais puras para o primeiro ([218]).

[216] Despesas: vazões.
[217] Hidrotimétrico: teste que determina a quantidade de sais de cálcio que contém a água.
[218] Primeiro: Jaquirana.

Esses estudos preliminares não podiam ser, como aliás não foram, considerados suficientes para resolver por si só qual dos dois braços devia ser considerado como sendo o mais importante.

A exploração, porém, de ambos os Braços mostrou que o da esquerda [subindo o Rio] devia ser considerado como o prolongamento do tronco principal, e ia ter à nascente, à qual, pela sua importância, seu aspecto e seus caracteres gerais, como fossem: o grande número de cachoeiras e saltos que nela se notaram, algumas das quais tinham 40 m, 38 m, 29 m e 12 m de altura, havendo grande número de menor altura, competia ser considerada como sendo indubitavelmente a nascente principal do "*Jaquirana*" ou "*Alto Javari*".

A área compreendida entre os dois Braços, desde a sua Confluência até uma linha reta unindo as nascentes de ambos, é apenas de 54 $km^2$, notando-se que a Latitude da nascente do Jaquirana é de 07°07' S, e a do "*Rumiyaco*" é de 07°05' S, ou menor de 02' do que a daquele Braço.

No dia 14 de agosto de 1901, a Comissão Mista, deixando no acampamento 06 de agosto de 1901, na Confluência do "*Jaquirana*" e do "*Rumiyaco*", parte do seu material e uma pequena guarda, seguiu por terra, abrindo picada e acompanhando a margem esquerda do "*Jaquirana*".

Tendo partido às 08h00, paramos às 14h00, para acampar.

O caminho percorrido nesse dia foi bastante acidentado, e tivemos que contornar constantemente uma série de morros, para evitar maiores declividades. No dia seguinte, 15 de agosto de 1901, prosseguimos às 08h00.

Às 10h30, passamos junto a uma cachoeira, a qual, pela sua altura e distância da nascente principal, e que é de cerca de 5 km, pelo leito do Rio, fora reconhecida por ser a mesma encontrada pelo Capitão-Tenente Cunha Gomes, no dia 30.08.1897 [Relatório do Ministério das Relações Exteriores, 1898, pag. 276] e denominada por esse Senhor "*Cachoeira Esperança*".

O caminho tornara-se cada vez mais acidentado. Às 12h30, atravessamos o "*Jaquirana*", indo acampar na margem direita, defronte do acampamento que fora ocupado pela Comissão Peruana [vide adiante]; pelo que, denominamos este ponto: "*Acampamento Internacional*".

Com antecedência de dois dias, mandamos o Auxiliar Eduardo Chartier, da Comissão Brasileira, e o Diretor Prático Luiz Augusto Fontaine, da Comissão Boliviana, adiante, a fim de preparar o acampamento nas proximidades da nascente, e de escolher o lugar mais favorável para as observações astronômicas e fazer a derrubada na mata, de modo a suficientemente alargar o horizonte visível. Este último acampamento ficou distante da nascente principal 1,5 km, em Latitude.

No dia 16 de agosto de 1901, às 08h00, prosseguimos o nosso caminho e 40 min depois chegamos no último acampamento, que foi denominado "*Nossa Senhora da Glória*", e nele montamos os respectivos observatórios, ficando o brasileiro a 30 m ao Norte do boliviano. Nesse mesmo dia, iniciaram-se as observações astronômicas, aproveitando as condições atmosféricas extremamente favoráveis, e que assim conservam-se durante todo o período dos trabalhos. Eis a enumeração das observações realizadas pela Comissão Brasileira:

**MÊS DE AGOSTO**

– Dia 16 – Determinação da hora por distâncias zenitais duplas de α Scorpião.

– Dia 17 – Determinação da hora por distâncias zenitais duplas de α Scorpião.

– Dia 18 – Determinação da Longitude pela ocultação [imersão] da estrela α Virginis pelo bordo escuro da Lua.

– Dia 18 – Logo em seguida, determinação da hora por distâncias zenitais duplas de α Virginis.

– Dia 18 – Determinação da Latitude pelas distâncias zenitais meridianas de quatro pares de estrelas escolhidas N e S: α Dragão, δ Sagitário, α Lira, α Sagitário, Ω Sagitário, β Cisne, α Águia, α Pavão.

– Dia 19 – Determinação da Longitude por alturas absolutas da Lua comparada com α Virginis.

– Dia 19 – Determinação da hora, antes e depois, por distâncias zenitais duplas de α Virginis.

– Dia 20 – Determinação da Latitude por distâncias zenitais circumeridianas de α Lira [Véga].

– Dia 21 – Determinação da hora por distâncias zenitais dupla de α Boieiro [Arcturus].

– Dia 21 – Determinação da Latitude por distâncias zenitais circumeridianas de α Sagitário.

– Dia 22 – Determinação da hora por distâncias zenitais dupla de α Virginis.

– Dia 22 – Determinação da Longitude por passagens pela mesma altura da Lua e de ψ Ophinchi.

– Dia 22 – Determinação da hora por distâncias zenitais duplas de α Scorpião.

– Dia 22 – Determinação da Latitude por distâncias zenitais circumeridianas de α Pavão.

– Dia 23 – Determinação da Declinação Magnética.

Serviram: um teodolito astronômico de Heyden, munido de dois microscópios micrométricos, cuja divisão do tambor tinha por valor angular 02,5”, sendo por estima a leitura feita até 00,25”. Uma luneta astronômica, cujo diâmetro da objetiva era de 108 milímetros e um teodolito magnético.

As observações feitas pelas Comissões Brasileira e Boliviana, o foram de modo absolutamente independente, com instrumentos e por processos distintos, e dos resultados, comunicados somente na ocasião das conferências, foram tomadas as médias, logo que as diferenças entre os resultados obtidos por ambas as Comissões não excediam os limites dos erros toleráveis, o que foi sempre o caso, tanto nos trabalhos executados no Pará e em Tabatinga, como no “*Galvez*”, na Confluência do “*Rumiyaco*” com o “*Jaquirana*”, e na nascente principal do “*Jaquirana*” [“*Alto Javari*”].

Para ligar as coordenadas do Observatório Brasileiro, no acampamento de “*Nossa Senhora da Glória*”, com as da nascente principal, onde fora colocado o marco indicativo, procedeu-se, nos dias 23, 24 e 25 de agosto de 1901, o levantamento topográfico do trecho do Rio até a nascente principal.

A 1.662,80 m, contados segundo o leito do Rio, a partir do Observatório Brasileiro, divide-se o Rio em dois Braços, e a poucos metros das bifurcações encontram-se duas cachoeiras importantes, tendo a da esquerda [subindo o Rio] 38 m de altura, e que foi denominada "*General Pando*" e a da direita com 29,5 m de altura foi denominada "*Campos Sales*".

Esta cachoeira pertence ao Braço mais importante, que vai ter à nascente principal.

O Braço que segue a partir da cachoeira "*General Pando*" tem uma extensão total de 317,70 m. O outro Braço que segue a partir da cachoeira "*Campos Sales*" tem uma extensão total de 884,70 m. Este Braço, o da direita [subindo o Rio], apresenta segunda bifurcação, a 657 m da cachoeira "*Campos Sales*", e a partir desta bifurcação o Braço da direita tem uma extensão de 281 m.

As cachoeiras e saltos ou quedas são em número de 20, de alturas diferentes, tendo as mais importantes 40 m, 38 m, 29 m, 15 m e 12 m de altura, seis saltos de 5 m a 6 m, e outros de menor importância.

As cachoeiras "*Campos Sales*" e "*General Pando*" são, sem dúvida alguma, as que o Sr. Capitão-Tenente Cunha Gomes menciona em seu relatório, à página 277, e às quais dá 27,8 m e 37,3 m de altura, em lugar de 28,5 m e 38 m da comissão Mista de 1901.

A identificação dessas duas cachoeiras torna-se absolutamente indiscutível, quando comparam-se entre si as fotografias tomadas pelas Comissões de 1897 e 1901, a quatro anos de intervalo, e na mesma época do ano, circunstância que faz com que o aspecto dessas cachoeiras pouca diferença apresenta.

A diferença mais notável consiste em que as fotografias tomadas pela Comissão Mista de 1901 representam as duas cachoeiras, em toda a sua altura, tendo sido necessário tomar dois clichês, ao passo que as fotografias tomadas em 1897 representam-nas somente até alguns metros de altura, desde a sua base.

Das quatro fotogravuras que acompanham este relatório, duas, as tomadas em 1897, foram reproduzidas, pela fotografia das que existem no arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Pela descrição que se encontra à página 277 do relatório do Capitão-Tenente Cunha Gomes, encontra-se a nascente principal a 269 metros, além das duas cachoeiras Campos Sales e General Pando. Pelo levantamento minucioso, executado pela Comissão Mista de 1901, ela encontra-se a 884,70 m além dessas cachoeiras, como se pode verificar, tanto no mapa das cabeceiras, que acompanha este relatório, como pelas tabelas numéricas adiante publicadas, às páginas 43 e seguintes.

Consideramos como havendo sido uma circunstância muito favorável, a de haver-se explorado as nascentes na época da seca, porquanto, no tempo da enchente deve tornar-se materialmente impossível explorá-las em seus detalhes e menores ramificações. Com efeito, na época da cheia, as águas, precipitando-se em torrentes impetuosas pelas estreitas gargantas do Rio, e a sucessão de cachoeiras, devem tudo alagar, até grande altura, e assim impossibilitar toda e qualquer exploração minuciosa.

Não se encontrou nas nascentes, senão um grés argiloso sem nenhuma consistência, e imprestável para a construção do marco. A Comissão a meu cargo levava uma quantidade suficiente de cimento, destinado a esse fim.

As dificuldades de transporte em canoas, cada dia crescendo, opuseram-se, porém, a que levássemos o material destinado à construção do marco, até às nascentes. O marco foi, pois, constituído por um sólido tronco de "*Ipê*", convenientemente lavrado, pintado e alcatroado, levando em suas duas faces as seguintes inscrições: "*Brazil 1901*", "*Bolívia 1901*", e enterrado até a metade de sua altura, que era de 4,80 m.

Pelo levantamento a que foi precedido, achou-se que a nascente principal do Rio Jaquirana, ou Alto Javari, estava situada em relação ao Observatório Brasileiro:

- 1.194,0 m a Oeste e 1.556,5 m ao Sul.

Sendo o valor angular de 1" do grau, na Latitude Média, entre o observatório Brasileiro e a nascente principal, representado em metros, pelos seguintes valores:

- 1" do paralelo = 30,69 m e 1" do meridiano = 30,73 m.

As diferenças de coordenadas, expressas em metros, tornam-se transformadas em valores angulares:

- $\Delta \lambda$ = 1556,5 m = 50,6" em Latitude ao S.
- $\Delta L$ = 1194,0 m = 38,9" em Longitude a O do Observatório Brasileiro.

Para as coordenadas deste Observatório foram achados os seguintes valores:

OBSERVATÓRIO BRASILEIRO

- Latitude pela Comissão Brasileira .... 07°06'00,4" S
- Latitude pela Comissão Boliviana .... 07°06'09,0" S
- Média ........................................ 07°06'04,7" S
- Longitude pela Comissão Brasileira . 73°46'51,0" O

- Longitude pela Comissão Boliviana..73°46’52,5” O
- Média ........................................73°46’51,7” O

Daí conclui-se para as coordenadas da:

NASCENTE PRINCIPAL

- Latitude......................................07°06’55,3” S
- Longitude ...................................07°47’30,6” O

O detalhe do levantamento encontra-se nas tabelas numéricas que estão adiante, às páginas seguintes. A 28.08.1901, teve lugar, com toda solenidade que requeria a importância do ato, a cerimônia da colocação do Marco Indicativo, que ficou situado em terreno seco e firme, a onze metros ao Sul e onze metros mais alto do que a Nascente Principal.

Segundo o Relatório do Capitão-Tenente Cunha Gomes, a Latitude da Nascente seria de 07°11’48” S, enquanto que a Latitude determinada pela Comissão Mista é de 07°06’55,3” S, ou seja uma diferença, de 04’52,8”, quase do mesmo valor e sentido do que as diferenças já encontradas em “*Lontananza*”, e na Foz do “*Rumiyaco*”, onde elas foram, respectivamente, de 04’08” e 04’58”.

Essas diferenças são tanto mais estranháveis quanto as Latitudes se referem aos mesmos pontos da Terra.

Quanto à nascente principal, temos provas materiais incontestáveis de que tanto a Expedição de 1897, como a Comissão Mista de 1901, estiveram na mesma nascente, com apenas a seguinte diferença.

Segundo o Relatório da Comissão de 1897, a nascente achar-se-ia a 269 m além e ao Sul das cachoeiras Campos Sales e General Pando, ao passo que, segundo o levantamento ao qual procedeu a

Comissão Mista de 1901, a nascente acha-se ele fato a 885 m dessas duas importantes cachoeiras, isto é, mais ao Sul de 616 m, do que se deduz do Relatório do Capitão-Tenente Cunha Gomes.

Não procuramos explicar a origem da diferença que apresentam os valores da Latitude achada pela Comissão de 1897 e a da Comissão Mista de 1901. Limitar-nos-emos somente a declarar que as observações feitas por nós e pela Comissão Boliviana foram-no, de modo absolutamente independente, umas das outras, e em número considerável, com instrumentos de tipo diverso, e, no entanto, apresentam a maior concordância entre si. Além disso, a Comissão de 1897 demorou-se na nascente, apenas 48 horas, enquanto que a Comissão Mista de 1901 aí esteve 13 dias.

A 29 de agosto de 1901, regressava a Comissão Mista, empreendendo a viagem de descida, no começo por terra, até o acampamento "*Seis de Agosto*", e daí em canoas.

## OS RIOS JAVARI E JAQUIRANA

O Rio "*Javari*", afluente da margem direita do Rio "*Solimões*", desemboca neste Rio por dois Canais, além do Canal principal, formando duas Ilhas, denominadas Islândia e Petrópolis ou Mauá, ambas na margem peruana. Conforme a época do ano, e o estado das águas, a navegação torna-se mais fácil por um ou outro dos Canais. Na época da vazante, o encontro das águas dos dois Rios forma pronunciados rebojos e caldeirões, que tornam bastante difícil e perigosa a navegação. Quanto à largura do "*Javari*", ela é na sua Foz de cerca de 200 m.

Em todo o seu curso, que pode ser avaliado aproximadamente em 800 e poucas milhas, o

“*Javari*” e o “*Jaquirana*” não apresentam cachoeiras, a não ser na proximidade imediata de sua nascente.

Poucas milhas acima da Confluência do Rio “*Itecuai*”, primeiro afluente de importância, existe um travessão ([219]) impropriamente denominado cachoeira, embora dificulte a navegação, mas somente na época da vazante, como ficou provado em duas ocasiões.

A primeira quando, em começo do mês de agosto, e ao descer o Rio, o Capitão-de-Fragata Carlos Accioli, embarcado com uma parte do pessoal da Comissão, em uma Lancha a vapor, esta encalhou ao chegar no lugar denominado “*Cachoeira*” ficando aí retida. A segunda, um mês mais tarde, em começo de setembro, quando o Capitão-Tenente Henrique Guilhem tentou subir o Rio com o Aviso “*Jutaí*”, não conseguindo passar além da mesma cachoeira, sendo forçado a voltar até Remate de Males, a fim de ali esperar que as águas subissem mais, o que somente sucedeu em fins de setembro.

O curso do “*Jaquirana*” ou “*Alto Javari*” começa a tornar-se torrentoso e encachoeirado poucas milhas abaixo de suas nascentes. A navegabilidade deste Rio é regulada pelo estado de suas águas, que variam extraordinariamente de altura, entre a enchente e a vazante. A maior vazante apresenta-se, em geral, no mês de agosto, podendo prolongar-se esta fase até setembro. As águas começam então a crescer com as primeiras chuvas, apresentando-se a máxima enchente em março ou abril, para em seguida baixarem de novo e gradualmente.

Nem sempre, produz-se o fenômeno com tamanha regularidade, pouco quanto às épocas, nem tão

[219] Um travessão: uma queda-d’água.

pouco quanto à sua intensidade ou duração. Há enchentes e vazantes de menor intensidade intercaladas entre as principais.

É digno de nota, e tivemos ocasião de observá-lo frequentemente, o efeito das chuvas, mormente quando torrenciais, sobre o nível das águas, que em poucas horas crescem consideravelmente, constituindo o fenômeno conhecido em toda a região sob o nome de "*repiquete*".

No tempo da enchente, é possível subir o "*Jaquirana*" em Lancha a vapor até às vezes além da Foz do Rio "*Batan*" ["*Paissandu*"]. O curso do "*Javari*" e do "*Jaquirana*" é extremante sinuoso, e com o correr do tempo, tende a modificar-se sensivelmente.

O fenômeno que contribui mais poderosamente para trazer como resultado essa modificação, consiste na formação de "*furos*" ou "*arrombados*" denominados na região de "*tipiscas*" e dos quais encontram-se frequentes exemplos. O fenômeno, aliás, é de facílima explicação e muito conhecido.

As águas do Rio tendem continuamente a cavar, cada vez mais, as suas margens na parte côncava das curvas, enquanto que, na margem oposta, onde a correnteza é menor, a convexidade vai se acentuando mais. Este fenômeno torna-se mais violento no tempo da enchente, quando as águas não só são mais volumosas como animadas de maior velocidade.

Não raro, então, quando, entre duas concavidades sucessivas existe apenas uma língua de terra, veem-se as águas torrentosas romperem bruscamente esta língua, abrindo um novo Canal, mais curto do que o antigo, e como consequência, com maior declividade.

O novo Canal, aberto no meio da mata virgem, acha-se, em geral, obstruído de troncos de árvores, o que contribui, ainda mais, para tornar excessiva a violência da correnteza. Com o correr do tempo, o antigo Canal vai se aterrando, enquanto que navegação pelo "*arrombado*" ou "*tipisca*" torna-se dificílima e perigosa; principalmente na descida, como tivemos ocasião de experimentar. Pela formação desses "*Furos*", o curso do Rio modifica-se sensivelmente, diminuindo as suas sinuosidades, cujo número ainda é muito considerável, ao ponto de servirem de medida para os moradores das margens. Assim para indicarem a distância entre dois lugares, costumam designá-la pelo número de "*pontas*" ([220]) que se contam entre um e outro, dando o nome de "*ponta*" à convexidade entre dois trechos consecutivos do Rio.

É digno de nota que a Comissão Mista, em fins de julho início de agosto, isto é, em plena vazante, com canoas não pequenas muito carregadas, subiu o Rio, cerca de 8 km além do lugar onde a Comissão de 1897 deixou as suas, continuando por terra. A primeira cachoeira que impede a navegação é aquela que foi denominada "*Esperança*" pelo Capitão-Tenente Cunha Gomes, e que se encontra cerca 5,5 km antes de chegar à nascente principal. Tem de altura 10 m, e acha-se indicada na planta do "*Jaquirana*" que acompanha este Relatório.

Entre a enchente e a vazante, o nível das águas do Rio "*Javari*" varia consideravelmente, oscilando as diferenças entre 10 m e 15 m, como se vê pela vegetação das margens. A declividade que apresenta o curso do "*Javari*" é extremamente pequena.

---

[220] Pontas: na realidade os ribeirinhos se referem às distâncias indicando o número de praias e não de pontas a serem percorridas. Evidentemente em cada ponta existe, normalmente na vazante, uma praia.

Assim, tomando para a altitude da Foz do "*Javari*" 75 m, que é a de Tabatinga, poucas milhas acima dessa Foz, achamos sucessivamente 140 m para a da Confluência do "*Jaquirana*" com o "*Batan*" ["*Paissandu*"]; 238 m no acampamento "*Nossa Senhora da Glória*", a dois quilômetros da nascente e 378 m nesta [na nascente].

Em toda a sua extensão, pois, o declive do Rio Javari até dois quilômetros aquém de sua nascente principal, é de 0,00016 apenas. [...]

**CLIMA**

Sobre o clima da região percorrida, a insuficiência de estudos, devida ao pouco tempo em que nela nos demoramos, impede-nos de dar opinião segura. Por informações obtidas de grande número de moradores, habitando as margens do "*Amazonas*" e do "*Solimões*", constou-nos que elas gozam, em geral, de um clima salubre. As condições de salubridade mudam nos diversos afluentes, principalmente nas partes baixas.

O "*Javari*" e o "*Baixo Jaquirana*" não gozam de clima salubre, mormente no começo da vazante. Nessa época, as margens estão alagadas em grande extensão, e ao retirarem-se as águas, estas levam consigo imensa quantidade de detritos vegetais e animais.

Toda essa região, aliás, é infestada por uma infinidade de mosquitos e outros insetos, que contribuem para a propagação das febres. O beribéri, por sua vez, reina endemicamente, e toma frequentemente a sua forma mais grave, isto é, a galopante.

Um dos caracteres das febres da região, segundo informações fidedignas, confirmadas, aliás, pelos casos de moléstias havido entre o pessoal da Comissão Brasileira, é revestir a forma cerebral.

As condições de salubridade melhoram consideravelmente, à medida que se sobe os afluentes e se aproxima das nascentes. Assim o verificamos no "*Javari*", e consta-nos que dá-se o mesmo nos outros afluentes, o que, aliás, é de fácil explicação. As nascentes do "*Javari*", são pois dotadas de clima temperado e salubre, e suas águas são cristalinas e puríssimas. O caráter mais saliente de toda a região do "*Amazonas*" é a excessiva umidade da atmosfera.

Ao anoitecer, começa o fenômeno a tornar-se sensível; todos os objetos, as roupas, etc., expostos ao ar livre, cobrem-se de forte orvalho. Dentro da mata, a folhagem começa a gotejar, como se fosse devido à chuva.

Quem a essas horas, tiver de observar ao ar livre, experimenta grandes dificuldades. Continuamente, as objetivas das lunetas cobrem-se de uma camada de umidade, as imagens dos astros apagam-se, e chegam a desaparecer. Daí a necessidade de haver sempre uma pessoa encarregada de limpar, frequentemente, as objetivas.

A temperatura que, em geral, no "*Baixo Amazonas*", é elevadíssima, torna-se mais amena, à medida que se sobe o Rio e seus afluentes. No "*Alto-Jaquirana*", por uma altitude de 250 m, as mínimas, no mês de agosto, oscilavam entre 13°C e 17°C; as máximas não excederam a 26°C. A direção dos ventos dominantes no "*Amazonas*" e no "*Solimões*", é de Leste para Oeste. Salvo raras exceções, os temporais vêm sempre de Leste.

## OS ÍNDIOS

Nenhum vestígio de índios encontrou a Comissão a nosso cargo, pelo menos durante a viagem de subida do Rio, embora a região circunvizinha estivesse habitada por diversas tribos, como provam vários fatos de que tivemos conhecimento. Encontramos, em Seis Solis, um seringueiro que, saído do "*Juruá*", com alguns companheiros, e internando-se na floresta, perdeu-se a ponto de ver-se só, e sem saber orientar-se, andou então durante cerca de um mês, até que, inesperadamente, achou-se na margem direita do "*Jaquirana*".

Contou-nos haver encontrado nesse trajeto uma Aldeia de índios, desocupada nessa ocasião, e onde encontrou alguns alimentos, de que ele tinha completa falta. Na nossa viagem do regresso, encontramos os moradores, do "*Batan*" em diante, bastante assustados, e vivendo em contínuos sobressaltos, devido a diversos assassinatos, cometidos na margem esquerda do "*Jaquirana*", pela tribo dos Maius e que vivem na margem direita do "*Galvez*".

Na madrugada de 19 para 20 de agosto de 1901, os índios haviam dado cerco a um Barracão, denominado "*São Jorge*", poucas milhas abaixo de "*Bolognesi*", e exterminado todos os moradores, em número de 16. Essa tribo não usa nem o arco, nem a lança, mas unicamente sabres, bastante afiados, feitos de madeira dura e resistente. Visitamos o Barracão "*São Jorge*", e aí encontramos numerosas e inequívocas provas do hediondo morticínio perpetrado dias antes. Tal crime fora cometido traiçoeiramente. Entretanto, outras tribos da região, costumam dar prévio aviso aos moradores que eles pretendem atacar.

Dias depois, encontramos duas famílias de seringueiros, que vinham fugindo dos lugares onde moravam, por haver recebido dos índios o primeiro aviso. Consiste este em depositarem os índios alguns caroços de açaí nas tigelinhas usadas pelos seringueiros, para colher o leite da árvore "*siphonia elástica*" [Siphonia cahuchu Richard].

Os seringueiros trataram logo de fugir, sem esperar pelo 2° aviso, que consiste em colocar no meio da estrada, duas flechas, formando cruz. Seja como for, os índios, que tinham certamente conhecimento da nossa presença na região, nunca nos molestaram. [...]

## ITINERÁRIOS DE SEIS SOLIS ATÉ IQUITOS PELO UCAYALI

Iquitos está situado na margem esquerda do "*Solimões*", cerca de 70 milhas abaixo da Confluência dos Rios "*Marañón*" e "*Ucayali*". É absolutamente notório em toda região do "*Javari*", que seringueiros e caucheiros, querendo dirigir-se do "*Alto Javari*" para Iquitos, seguem um varadouro que se encontra poucas milhas abaixo de "*Seis Solis*", e, em um dia de marcha, atingem o Rio "*Lobo*", afluente do Rio "*Blanco*", e por este em canoa, vão até o Rio "*Tapiche*", e chegam em seguida ao "*Ucayali*". Esta viagem não necessita mais do que uns dez dias, enquanto que, pelo "*Javari*" e "*Solimões*" até Iquitos, tomaria cerca de um mês. Não se encontra nesse trajeto o Rio "*Galvez*", o que prova que as suas nascentes acham-se ao Norte do Paralelo de 06°30' S, e, em todo o caso, muito ao Norte das nascentes do "*Jaquirana*".

## ITINERÁRIO DE SEIS SOLIS ATÉ O JURUÁ

Na margem direita do "*Jaquirana*", e defronte do varadouro que conduz para o "*Ucayali*", existe, como tivemos ocasião de verificá-lo, outro varadouro, em direção ao "*Juruá*". Seguindo-o, alcança-se, em cerca de 12 horas, o Rio S. Francisco, subafluente do Juruá. Pelo S. Francisco, desce-se até a sua Confluência com o Rio Negro; e daí pelo Ipixuna, afluente do Juruá, até este ["*Juruá*"]. Percorre-se o trajeto em 4 ou 5 dias. [...]

## PARTE TÉCNICA

### PARÁ

Na esplanada do interior do Forte do Castelo, montou-se o círculo Meridiano portátil de Brunner, e com ele fizeram-se, desde o dia 01 de fevereiro de 1901 até 19 de março de 1901, observações de passagens Meridianas do Sol e de estrelas, para determinação dos estados absolutos e marchas diurnas dos cronômetros. Foram observadores: os Ajudantes Capitão-de-Fragata Carlos Accioli e Capitão-de-Estado-Maior Augusto Tasso Fragoso, auxiliados por Eduardo Chartier.

Nos dias 07 e 19 de março de 1901, foram comparados os cronômetros das Comissões Brasileira e Boliviana, cujos estados absolutos, em ambos os casos, deram diferenças inferiores a 0,6′ [seis décimos de segundo de tempo].

### TABATINGA

Em frente ao antigo quartel que existe em Tabatinga, montou-se o mesmo círculo Meridiano que já servia no Pará.

Observaram-se, desde o dia 11 de abril até 27 de maio de 1901, passagens do Sol e de estrelas, para determinação dos estados absolutos e das marchas diurnas dos cronômetros. A Latitude foi determinada pela observação das distâncias zenitais meridianas de 29 estrelas. A Longitude foi determinada por transporte cronométrico e pelas ocultações das estrelas $\chi$ Virginis, a 30 de abril de 1901, e 688 Weisse, a 21 de maio de 1901. Foram observadores os Srs. Carlos Accioli e Augusto Tasso Fragoso, auxiliados por Eduardo Chartier.

## LONGITUDE DE TABATINGA

Eis os valores achados para a Longitude de Tabatinga: [...]

– ou......................................**69°54'13" O Gw**

## LATITUDE DE TABATINGA [...]

– Média Geral: ............................... **04°14'45,2" S**

## GALVEZ
## (CONFLUÊNCIA JAQUIRANA E GALVEZ)

A demora da Comissão Brasileira neste ponto foi apenas de três dias, devido a circunstâncias de força maior. O Protocolo, aliás, mandava somente, verificar a posição geográfica da Confluência do "*Galvez*" com o "*Jaquirana*". O Sr. Ajudante Carlos Aciolli determinou a hora e a Latitude por meio de observações do Sol, feitas com um excelente sextante de Hurlimann. A Longitude foi deduzida do transporte cronométrico.

Seguem-se diversos levantamentos, observações eminentemente técnicas, realizadas pela Comissão Cruls, que deixamos de reproduzir.

## ALTITUDES SOBRE O NÍVEL DO MAR

- Tabatinga ........................................... 76,60 m
- Lontananza ........................................ 118,90 m
- Batan ................................................ 141,30 m
- Acampamento de N. Sª da Glória, [Observatório Nacional] .......................................... 237,70 m
- Nascente Principal do Jaquirana ........... 378,80 m

## ANEXOS

I.a) Intimação do Subprefeito da Província do Baixo-Amazonas.

I.b) Resposta do Comissário Brasileiro.

II.a) Ofício sobre assuntos técnicos.

II.b) Resposta do Comissário Brasileiro.

III.) Ofício do Major Médico da Comissão,

IV.) Relatório do Comandante do Aviso Jutaí.

## ANEXO I.a)

Copia. – R. P. Bolognesi, 11 de Julio de 1901.

Señor Dr. Don Luiz Cruls, Comisario demarcador de límites entre el Brasil e Bolivia,

Señor Comisario.

Encontrando-me en este lugar, cumpliendo el deber que me impone la ley de visitar el territorio de la Provincia sujeta a mi jurisdicción, he sido sorprendido por la noticia que se me ha trasmitida de que las Comisiones demarcadores de límites entre el Brasil y Bolivia van a determinar, sin la anuencia del Perú, la posición geográfica de las nacientes del Rio Javary. Como Ud. sabe, en el año de 1874, una Comisión Mixta Peruano-Brasilera, presidido por Don Guilhermo Black y Don Antonio Luiz von Honhooltz, fijó el origen del Río Javary en la Latitud de siete grados, un minuto, diez y siete segundos, cinco decimos sur, y setenta y cuatro grados, ocho minutos, veinte siete segundos de Longitud Oeste Greenwich, quedando establecido, en ese ponto, el límite del Perú con el Brasil.

Esta negociación tuvo, como no podría dejar de tener, el carácter de definitiva, pues el Derecho Internacional prescribe que los Tratados de Límites son permanentes por su propia naturaleza, y no pueden ser alterados por ninguna circunstancia. Así lo reconoció, en efecto, el Ministro de Relaciones Exteriores del Brasil, Vizconde de Paranaguá, quien, en 1885, cuando el Gobierno del Perú desahució la Convención de 1851, expresó que el Artículo 7° que determinaba la frontera común estaba excluido del desahucio, creyendo que el Perú también no excluía; “*y que en todo caso, lo consideraba subsistente y lo mantendría como compromiso reciproco, perpetuo y inmutable*”.

En 1867, el Gobierno de Bolivia firmó con el del Brasil un Tratado en virtud del cual cedió a este territorio peruano, y contra cuya cesión formuló el Perú la respectiva protesta, en guarda de sus derechos. Más tarde, en 1895, continuó Bolivia las gestiones para la demarcación de las que constituí sus fronteras; y entonces aceptó, como hecho por ella, la fijación del origen del Javary en la Latitud determinada por la Comisión Mixta Peruana-Brasilera. A consecuencia de una pretendida exploración científica hecha por el Señor Thaumaturgo de Azevedo, el Gobierno del Brasil quiso verificar el origen del Javary, invitando para ello al de Bolivia, el que se negó allegando: que el Protocolo de 1895 tenía el carácter de definitivo, pues sirvió de base a actos igualmente definitivos, ejecutados, de común acuerdo, por las respectivas Comisiones de Límites; que aunque la primitiva determinación geográfica de las expresadas nacientes no tuviera en su favor, como los tiene, datos científicos anteriores, no dejaría de ser una verdad jurídica aceptada "*ad hoc*" ([221]) por los dos países para un objeto determinado; y que, aun suponiendo que fuese errónea tal determinación, no podrían destruir-se sus efectos por la confrontación de una sola de las partes contratantes. En contradicción con todas estas razones, el Ministro boliviano, Sr. Salinas Vega, suscribió en Río el protocolo de 30 de octubre de 1899, pactando la verificación de las nacientes del Javary. Los representantes peruanos en el Brasil y Bolivia presentaron los respectivos documentos de protesto, manifestando que el Perú desconocía el derecho que pudieran alegar las dos Naciones para negociar sobre territorio exclusivamente peruano, y que no permitiría se practicase esa exploración por ser violatoria de nuestra soberanía y integridad.

---

[221] Ad hoc: para esta finalidade.

En armonía, pues; con estas declaraciones, y en virtud de la autoridad de que estoy investido como Subprefecto de la Provincia del Bajo Amazonas, protesto de la violación del territorio del Perú, y comunico a Ud. además, que no permitiré la colocación de ningún marco en un lugar distinto del señalado en 1874 por la Comisión Mixta Peruana-Brasilera Latitud: 06°59'29,5" S; Longitud: 74°06'26,67" O [Greenwich].

Aprovecho esta oportunidad para subscribirme de Ud. como su servidor atento.

[Asignado] J. L. Ramirez del Villar.

**ANEXO I.b)**

Cópia. – Acampamento da Comissão de Limites entre o Brasil e a Bolívia, na Confluência do Rio Batan com o Rio Jaquirana, em 12 de Julho de 1901.

Sr. D. J. L. Ramirez del Villar, Subprefeito da Província·do Baixo-Amazonas.

Sr. Subprefeito.

Acuso recebida a comunicação, datada de ontem, em que, referindo-vos aos trabalhos de que acha-se incumbida a Comissão a meu cargo, me declarais que, à vista dos Tratados de Limites existentes, e em virtude da autoridade de que estais investido, como Subprefeito da Província do "*Baixo-Amazonas*", protestais contra a violação do território do Peru, que, porventura, possa ser praticada por esta Comissão, e que não permitireis a colocação de nenhum marco em lugar distinto do assinalado em 1874 pela Comissão Mista Peruano-Brasileira.

- Latitude: ..............06°59’29,50” S;
- Longitude: ............74°06’26,67” O [Greenwich].

Não estando o abaixo assinado autorizado para interpretar ou discutir Tratados de Limites, declaro-vos que, oportunamente, transmitirei a vossa comunicação ao Governo do Brasil. Aproveito o ensejo para subscrever-me, vosso atento servidor.

L. Cruls, Comissário de Limites com a Bolívia.

**ANEXO II.a)**

Copia. – Sección técnica de la Comisión Boliviana Demarcadora de Limites con el Brasil.

Manaos, 31 de octubre de 1901.

Señor Dr. D. Luis Cruls. M. D. Jefe de la Comisión Brasilera Demarcadora de Límites con Bolivia. Petrópolis.

Señor: Para dar fiel cumplimiento al Protocolo de 1 de Agosto de 1900, relativo a la verificación de las nacientes del Javary, se hace necesario determinar la Longitud de Tabatinga y la posición geográfica de la confluencia del Río Galvez con el Jaquirana, como lo prescriben los artículos 2 y 3 de dicho Protocolo. Muy grato me hubiera sido verificar en acuerdo personal con V. S. la exactitud de los datos ya obtenidos por la Comisión a que pertenezco, mas como infelizmente no me ha sido dado encontrar a V. S. a mi llegado a este punto me apresuro à comunicarle esos datos, consignando los en seguida:

- Tabatinga
  - Latitud: ................04°14’19” S;
  - Longitud: ..............69°55’30” O [Greenwich].

⌖ Confluencia del Galvez con el Jaquirana

– Latitud: ............... 05°10’21” S;
– Longitud: ............. 72°49’55” O [Greenwich].

En cuanto a las operaciones prescritas por el Art. 4 para calcular el curso de la línea geodésica que debe unir las nacientes del Javary con la confluencia del Beni y del Mamoré, en la Latitud 10°20’ S ellas ya fueron verificadas por esta Comisión adaptándose la fórmula 1/295 [294:295] para la compresión terrestre. Estos cálculos serán enviados a V. S. tan luego como se sirva anunciar-me que se hallan terminados los de la Comisión que tan dignamente preside. Quiera V. S. aceptar las distinguidas consideraciones de su obsecuente servidor.

[Asignado] C. Satchell.

**ANEXO II.b)**

Cópia. – Petrópolis, 15 de janeiro de 1902.

Ilm° Sr. C. Satchell.

Estou de posse de sua carta, datada de Manaus, 31 de outubro do ano próximo passado, em que V. Sª. comunica-me as coordenadas geográficas de Tabatinga e da Confluência do Jaquirana com o Galvez, segundo as determinações feitas pela Comissão Boliviana. Entendo que, para cumprir o disposto do Protocolo de 01 de agosto de 1900, as coordenadas definitivas desses dois pontos devem ser fixadas em Conferência da Comissão Mista e relatadas em Ata assinada pelos Comissários. Entretanto, a título de simples informação, comunico a V Sª. que as coordenadas dos mesmos pontos, determinadas pela Comissão a meu encargo, têm os seguintes valores [provisórios]:

⌖ Tabatinga

- Latitude: ..............04°14’45,0” S;
- Longitude: ............69°54’34,5” O [Greenwich].

⌖ Galvez

- Latitude: ..............05°10’06,0” S;
- Longitude: ............72°53’17,0” O [Greenwich].

V. Sª. comunica-me também que já foram verificadas por essa Comissão as operações prescritas pelo Art. 4 do Protocolo de Instruções para calcular o curso da linha geodésica, adotando o valor 1/295 para o achatamento terrestre, cujos cálculos ser-me-ão enviados logo que eu comunicar a V. Sª. se acharem terminados os da Comissão a meu cargo. Já declarei nas 1ª e 7ª Conferências de 23 de fevereiro e 29.08.1901, e torno a repeti-lo aqui, que as instruções recebidas por mim do Governo do Brasil não cogitam por enquanto da demarcação da linha fronteira, e devo fazer notar que não concordo com a adoção do valor 1/295, para o achatamento da Terra, por considerar preferível que se adote 1/295.1582, valor que mais se aproxima dos adotados pelas principais autoridades em matéria de geodésia, como também por prestar-se com mais segurança às aplicações numéricas.

Com efeito, na Conferência Geodésica de Washington de 1894, os Srs. U. A. Schott, Presidente e G. R. Putnam, Secretário, tratando da figura da terra, mostraram que:

1° Os estudos acerca da figura da terra, feitos posteriormente aos do Capitão Clarke [London, 1866], dão valores menores do que 1/294,978, para a expressão [a-c]/a.

2° O Dr. Helmert, em 1877, adotou para o seu esferoide de referência 1/295,15.

3° F. Tisserand, em seu tratado de Mecânica Celeste, Tomo II, Paris, 1891, mostra que o achatamento não pode ser superior a 1/297,3. [...]

Assim, pois, deve-se concluir daí que o valor 1/295, é manifestamente demasiado forte.

Além disso, encontram-se na obra intitulada "*Vermessungskunde*" de Jordan uma coleção de tabelas e termos numéricos já calculados, e de um emprego corrente nos cálculos geodésicos, que facilitam extraordinariamente, e com maior segurança, tais cálculos, como sejam, por exemplo, o do curso de uma linha geodésica.

Por esses motivos discordo da adoção para o achatamento da Terra do valor [...] e comunico-vos que apresentarei oportunamente em conferência uma proposta nesse sentido.

Queira V. Sª. aceitar os protestos de elevada consideração, com que assino-me de V. Sª. atento servidor e criado,

L. Cruls, Comissário de limites com a Bolívia.

## ANEXO III

Cópia. – Belém, 22 de setembro de 1901.

Sr. Tenente-Coronel Dr. Luiz Cruls, Chefe da Comissão Brasileira de Limites com a Bolívia.

Tendo chegado a esta cidade a 3 do corrente mês, cumpro o dever de levar ao vosso conhecimento as ocorrências havidas durante a viagem de regresso de parte da Comissão que tão dignamente dirigis.

Dando cumprimento a vossa ordem transmitida em Ofício de 17 de julho último, ao finado Capitão-de-Fragata Carlos Accioli, no sentido de recolher-se ao Pará não só o pessoal da Comissão que deixastes acampado na Confluência do Rio "*Paissandu*" ["*Batan*"], com o "*Javari*" ["*Jaquirana*"], à vista de seu mau estado sanitário, mas também o contingente que se achava em Tabatinga, partimos daquele ponto a 23 do mesmo mês eu, o finado Accioli, o Alferes Arthur Cantalice e 23 Praças do contingente que acompanhou a Comissão.

Desse pessoal, vinham seriamente enfermos do beribéri o finado Capitão-de-Fragata Accioli e diversos Praças, tornando-se bastante penosa e difícil, pela deficiência de remadores, a excursão no primeiro trecho dessa viagem até a Confluência do "*Galvez*", onde felizmente chegamos, graças ao auxílio de um repiquete que supriu em parte aquela falta.

Não tendo sido encontrado nesse ponto o Aviso "*Jutaí*", que não conseguiu efetuar a subida do Baixo "*Javari*" pela extrema seca em que se achava esse Rio, agravando-se o estado sanitário do pessoal, principalmente o do finado Capitão-de-Fragata Accioli, assumi a responsabilidade de dirigir a Expedição até o seu termo e, nesse sentido, tomei todas as medidas para assegurar o seu bom êxito.

Vencendo dificuldades sem número ao continuar uma viagem em canoas com reduzido pessoal de trabalho, contando já com a perda de vidas de servidores dignos de melhor sorte, esforçando-me com todo o desvelo pelo tratamento dos enfermos, nas condições mais precárias pela impossibilidade material de qualquer conforto higiênico, fazendo parte da descida do "*Baixo Javari*", em canoas, e a maior extensão a bordo de uma Lancha mercante,

que nos surgiu como recurso salvador, cheguei, finalmente, com o pessoal a "*Remate de Males*" a 17 do mês findo, estando, infelizmente, bastante enfermo o Sr. Alferes Cantalice.

Aí passamos pelo doloroso golpe de perdermos o nosso inolvidável companheiro Capitão-de-Fragata Accioli e mais três Praças, conforme vos comuniquei em Ofício datado daquele lugar, sendo de dez o número de Praças falecidos desde o "*Batan*" até aquele ponto, sem contar o Sargento Aguiar, que já tinha falecido antes da minha passagem, na Boca do "*Galvez*", onde tinha ficado guardando com dois Praças o depósito de víveres da Comissão, na ausência do respectivo encarregado o Sr. A. Nogueira, que daí se retirou por doente a 25 de junho.

Tomando, em Remate de Males, com o pessoal restante, o fiel e três marinheiros do Aviso que estavam doentes, o vapor João Alfredo a 24 de agosto e passando em Tabatinga, com Aviso prévio, fiz embarcar, de acordo com vossas ordens, o contingente que aí se achava sob o comando do Sr. Alferes Julião de Azevedo, por já haver falecido o respectivo Comandante, Capitão Carlos Potengi.

Desse contingente depauperado, quase na totalidade, pela influência do clima e ausência de cuidados profiláticos, embarcaram gravemente doentes de beribéri e diferentes manifestações de impaludismo, o seu Comandante e 13 Praças, dos quais dois em estado desesperador e que faleceram logo depois de encetada a viagem no "*Solimões*".

Nesse Rio, melhorou consideravelmente o estado de saúde de todo o pessoal, ao ponto de poderem chegar, em boas condições, ao Pará, muitos, cujo estado era desanimador, e quase restabelecidos alguns deles, entre os quais os Alferes Cantalice e

Julião e o Fiel do Aviso. Consignei nesse último trecho de nossa viagem apenas três falecimentos, os dos dois Praças acima referidos, de Tabatinga, e o de um marinheiro ao chegar ao porto de Manaus, em consequência de desvio do "*regímen*" dietético.

À vista deste sucinto exposto da penosa jornada de 43 dias, feita com doentes graves, cujo número acresceu de Tabatinga para aqui, ora em canoas, ora na 3ª classe de um Vapor, sem o menor conforto higiênico, com os reduzidos recursos de uma ambulância, multiplicando-me em visitas e cuidados de toda sorte, prescrevendo e manipulando, assistindo com enorme pesar à morte de nossos leais e dedicados soldados, trabalhadores infatigáveis de tão longa viagem, o mais ainda à irreparável perda do nosso companheiro, Capitão-de-Fragata Accioli, podereis avaliar das contrariedades e dos dissabores por que passei nessa retirada de tão triste êxodo.

Tendo comunicado, em Manaus, ao Sr. Capitão do porto o falecimento do Capitão-de-Fragata Carlos Accioli, e ao Sr. General Comandante do 1° Distrito e dos Praças do Exército, continuo aqui, de acordo com a determinação expressa em vosso Ofício de 17 de julho, citado, aguardando vossas ordens, e o vosso regresso que, espero, se dará em breves dias.

Durante os dias em que tenho permanecido nesta cidade, tenho visitado os nossos soldados doentes, recolhidos ao Hospital Militar e promovido, junto ao Delegado de Saúde e demais colegas militares a inspeção de saúde dos mesmos e a sua necessária transferência para os Estados do Sul, para onde alguns já têm seguido.

Saúde e Fraternidade.

Dr. Leovigildo Honório de Carvalho, Major Médico da Comissão.

## ANEXO IV

Cópia. – N° 19 – Comando do Aviso Jutaí, em Manaus, 07 de outubro de 1901.

Ao Sr. Dr. Luiz Cruls, Chefe da Comissão Brasileira de Limites entre o Brasil e a Bolívia.

De regresso a Manaus, cumpre-me dar-vos conhecimento do ocorrido durante o período que o Aviso "*Jutaí*" esteve à vossa disposição nos Rios "*Javari*" e "*Solimões*", auxiliando o transporte da Comissão Brasileira de Limites entre o Brasil e a Bolívia. Tendo suspendido de Manaus a 08.05.1901, navegamos, aproveitando, o quanto possível, as noites claras e parando apenas para tomar lenha, com o fim de chegar rapidamente a Tabatinga, onde fundeamos a 25 do mesmo mês [05.1901].

A 29.05.1901, partimos, rebocando 4 canoas e comboiando a Lancha "*Javari*", que levava a reboque um Batelão com o contingente, mantimentos e material da Comissão. Nestas condições, entramos no Rio "*Javari*", e depois de algumas horas de demora em "*Remate de Males*", seguimos, no dia 30 de maio de 1901, ao meio-dia, em demanda da Boca do "*Jaquirana*".

Entretanto, foi mister interromper por momento a viagem pois, na tarde deste mesmo dia, deu-se uma avaria na máquina da Lancha, e como demorasse a sua reparação, foi necessário tornar o alvitre de fundeá-la no lugar denominado S. Raimundo, e o Aviso levar a reboque a Alvarenga ([222]) e sete canoas, o que se fez, sendo a viagem deste dia em

[222] Alvarenga: embarcação rústica usada na carga e descarga dos navios e transporte de fardos pesados.

diante feita nas melhores condições possíveis até a Confluência dos Rios "*Galvez*" e "*Jaquirana*", onde chegamos a 06 de junho de 1901, não se podendo mais avançar, devido à falta d'água.

Tendo a Comissão partido águas acima no dia 10, preparei-me para suspender e ir, conforme vossas ordens, ao encontro do 2° contingente, que devia estar em viagem para Tabatinga, porém precisamente na ocasião em que arrancava o ferro do fundo, antes mesmo que tivesse tempo de fazer funcionar a máquina, encalhei em um banco de areia pouco tempo antes formado pela rápida baixa do Rio. Depois de muitos esforços, consegui safar o navio e tomando a Alvarenga a reboque, conduzia a "*Santa Maria da Soledade*" e aí deixei o restante dos mantimentos, três soldados e o encarregado do material, seguindo depois águas abaixo até "*S. Raymundo*", onde tomei a Lancha e fundeei-a em "*Remate de Males*" em 17 de junho de 1901. Em cumprimento a vossas ordens, parti a 18.06.1901, para Tabatinga e encontrei um contingente de 50 Praças comandadas pelo Capitão de Infantaria Joaquim d'Alboim Potengy, que não tinha instruções de espécie alguma, pelo que regressei a "*Remate de Males*".

Durante o período de minha estada no Rio "*Javari*", aguardando a época dos repiquetes para poder subir de novo em demanda do "*Jaquirana*", tive a infelicidade de ver falecerem em consequência de febres, o 1° Maquinista Guarda-Marinha Simplício Antônio Diniz e o Foguista João Tomaz da Silva, e como estivesse toda a guarnição atacada de febres, fiz descer para Manaus os mais graves, pelo que ficou muito reduzida, obrigando-me a lançar mão do pessoal contratado para a Lancha "*Javari*" que então prestava serviço.

O contingente, que se havia mudado para "*Remate de Males*", teve também um número considerável de baixas e não tendo o Capitão Joaquim d'Alboim Potengy recursos médicos para socorrer os doentes, requisitou-me em Ofício, do qual já vos passei cópia, a ambulância pertencente à Comissão e que se achava depositada na Lancha "*Javari*", e sendo entregue àquele Comandante, foi arrombada e arrolada ([223]) perante uma Comissão nomeada e lavrado um termo em três vias, ficando uma em meu poder, outra com o Comandante do contingente e, finalmente, a outra com o Farmacêutico da Comissão.

A 17 de agosto de 1901, chegou a "*Remate de Males*", em canoas, uma parte da Comissão, que foi acolhida a bordo da Lancha e do Aviso para aguardar a chegada do vapor "*João Alfredo*".

No dia 20.08.1901, faleceu o Capitão-de-Fragata Carlos Accioli, sendo sepultado no lugar denominado Aldeia.

A 25.08.1901, tendo as águas crescido um pouco, subi o Rio "*Javari*", porém não foi possível passar as cachoeiras, pela falta absoluta d'água, pelo que aí estacionei para esperar o primeiro repiquete.

Como, porém, o Rio não crescesse, e o estado de saúde do pessoal se agravasse de dia para dia em um baldo de recursos, resolvi descer a 05 de setembro para "*Remate de Males*", onde ao menos havia um Médico, que muito podia influir no moral da guarnição e prepará-la para uma nova tentativa de subida.

---

[223] Arrolada: inventariada.

No dia 12 de setembro de 1901, faleceu um foguista da guarnição da Lancha e no dia 16 do mesmo mês um marinheiro contratado. A 25 de setembro de 1901, tendo notícia que a Comissão Brasileira baixava o "*Jaquirana*", tentei uma nova subida no "*Javari*" e, mais feliz desta vez, consegui passar livremente as cachoeiras, indo encontrar a Comissão entre os lugares denominados Boca do "*Curuçá*" e Brasil.

De regresso, saímos do Rio "*Javari*", em 01.10.1901, às 15h30 e depois de deixar 13 soldados em Tabatinga aos cuidados do Comandante da fronteira para baixarem no primeiro vapor, descemos o Solimões com destino a Manaus.

Sendo a princípio a viagem bastante demorada, pela falta de um prático de carta, até que em Maturá nos foi cedido um pelo Comandante do Aviso do Estado do Amazonas "*Cidade de Manaus*"; sendo desde então a navegação dirigida com mais segurança, foi-nos possível navegar dia e noite e chegamos ao porto de Manaus às 12h45 do dia 07.10.1901.

Terminando assim a Comissão que coube ao Aviso sob meu comando, resta-me ao menos a firme convicção de ter-me esforçado para bem desempenhá-la. Junto encontrareis uma conta corrente, bem como todos os documentos justificativos, em primeiras vias, das despesas feitas durante o período de 08 de maio a 07.10.1901. Aproveito a oportunidade para reiterar os protestos de minha estima e mais alta consideração. Saúde e fraternidade.

HENRIQUE ARISTIDES GUILHEM, 1° Tenente Comandante.

Capital Federal, 15 de fevereiro de 1902.

L. Cruls, Comissário de Limites com a Bolívia [...]

## ATA DA QUINTA CONFERÊNCIA DA COMISSÃO MISTA DEMARCADORA DE LIMITES ENTRE AS REPÚBLICAS DO BRASIL E DA BOLÍVIA

No dia 26.08.1901, às 15h30, no acampamento comum de "*Nossa Senhora da Glória*" [...] reuniram-se [...] com a finalidade de tomarem conhecimento da relação descritiva feita pela Secção Técnica, do levantamento do trecho do Rio compreendido entre o Observatório Brasileiro e a principal nascente do Rio Javari onde se deve colocar o marco indicativo.

Partindo do dito observatório que se encontra, aproximadamente, a 02 km acima da cachoeira "*Esperança*", mencionada pelo Senhor Cunha Gomes, encontram-se a 50 m, subindo, dois notáveis olhos d'água cristalina na margem direita distante um do outro 20 m, os quais nascem, quase na margem ao Rio do pé de um morro. Prosseguindo, encontra-se em uma extensão de 400 m, 06 vertentes, que procedem de ambas as margens, até encontrar um Arroio de maior dimensão, que entra pela margem direita com rumo SSO.

Nesse ponto, o leito do Rio começa a apresentar aspecto distinto, em cortes de penhascos de grés argiloso, continuando a receber correntes d'água por ambos os lados. Seiscentos metros acima, encontra-se uma cascata de aparência caprichosa que cai da margem direita de uma altura de 06 m. Esta linha de penhascos continua em uma extensão de 140 m até onde se apresenta outro penhasco da margem esquerda, marginando então ambos os lados, onde há uma queda d'água de um metro de altura. Em seguida, entram pela margem direita, dois Arroios.

Cento e sessenta metros adiante, aparece outra linha de penhascos de onde cai, pela margem direita, uma cascata em forma de uma grande chuva de uma

altura de 15 m. Os penhascos continuam vertendo água em uma extensão de 50 m na maior parte a prumo sobre o leito do Rio. Daí este se desliga pelo fundo de uma estreita garganta de 06 m de largura entre duas linhas de penhascos, terminando a 90 m nos paredões de duas grandes grutas das quais se desprendem duas cascatas, sendo a da margem direita com rumo Sul e queda de 38 m de altura, denominada nesta ocasião "*General Pando*". Sua nascente foi explorada como abaixo se verá. A outra, que cai da margem esquerda de uma altura de 29,50 m, tem rumo de SO, e foi de igual modo denominada "*Campos Sales*".

Achando-se esta última com maior volume d'água, resolveu-se explorá-la como sendo a principal. Para isso foi preciso subir a cascata por meio de cordas amarradas nas árvores à borda de precipícios, construindo-se, depois para subsequentes excursões, uma escada apropriada de uns 14 m. Daí em diante, o leito do Rio continua acidentado e corre em uma quebrada muito estreita, marginando por penhascos de ambos os lados. O volume d'água vai gradualmente diminuindo à medida que se sobe e se vai deixando os filetes d'água que o mantêm. A 78 m de distância do alto da cascata "*Campos Sales*" encontra-se uma 1ª Queda de um metro de altura, o leito do Rio continua com forte inclinação, sendo marginado por penhascos do lado direito, dos quais continua a gotejar água. Quatrocentos e trinta metros acima encontra-se a 2ª Queda d'água de 12 m de altura, saindo do fundo de uma gruta. Da mesma gruta e a 06 m distante da principal, desprende-se outra pequena queda da margem direita, a qual nasce em uma distância de 20 m.

Dezessete metros acima, existe outra cascatinha [a 3ª Queda] de 0,60 m, e depois a 4ª Queda a 70 m de distância com um 01,30 m de altura. A 25 m

depois, encontra-se a 5ª Queda que tem uma altura de 04,80 m que baixa de uma gruta que, por outra extremidade, desprende-se também um filete d'água que tem sua origem pela margem direita a 25 m de distância. Quatro metros mais acima, encontra-se a 6ª Queda de 1,00 m de altura; a 04 metros de distância encontra-se a 7ª Queda de 01,50 m de altura, encontrando-se 21 m adiante uma bifurcação parecendo, como ficou provado, ser a principal, a qual apresenta-se pela margem direita, que tem rumo Sul. A outra tem rumo Sudoeste e também foi explorada, como abaixo se verá. Seguindo-se o primeiro ramo indicado desta bifurcação, encontra-se um filete d'água que cai da margem direita da altura de um 01,20 m, sendo a 8ª Queda. A 40 m acima, encontra-se um filete d'água bastante crescido que entra pela direita e que nasce de uma rocha a 12 m de distância. Entre este filete e a queda que em seguida se indicara, desaparece a água, sumindo-se no terreno no percurso de 90 m, onde se apresenta a 9ª Queda, de 05,40 m de altura. A 02 m acima está a 10ª Queda com um 01,50 m de altura e finalmente a 11ª Queda, que se encontra a 40 m de distância com um 01 m de altura. Daí por diante, o terreno já tem uma inclinação de 33°, encontrando-se à distância de 30 m a nascente principal do Rio Javari, que brota de uma depressão do terreno de formação argilosa na fralda de uma serra. A nascente se acha em uma altitude de 300 m acima do nível do mar.

A cascata "*General Pando*" foi também explorada até sua nascente. Na distância de 28 m, subindo desde sua queda, encontram-se duas quedas irmãs de 05,80 m de altura, sendo a principal a da margem direita, que foi a que se seguiu.

A quebrada é muito estreita e a caída pronunciada. Aos 150 m, os penhascos formam uma estreita garganta de uma extensão de 25 m em que termina

[a garganta] ao pé de uma grande cascata de 40 m. Depois de percorrer 55 m, encontra-se uma queda de 05,20 m; aos 13 m de distância outra de 02,30 m de altura e a 16 m a última de 01,50 m. Finalmente 25 m acima, encontra-se a nascente que brota do fundo de uma gruta. A bifurcação da margem esquerda do curso da nascente principal foi do mesmo modo explorada. A 28 m [da dita bifurcação], nasce este filete d'água sem receber em toda a sua extensão nenhum outro.

Continua aparentemente seca em uma extensão de 140 m que fecha com uma grande gruta de rochas de uma extensão de 54 m e altura de 05,70 m de onde cai 08 a 10 goteiras de água que nascem a 05 m acima da rocha de igual modo e forma que a nascente principal.

Em fé do que assinam esta Ata os Senhores Comissários em quatro vias, sendo duas em português e duas em castelhano.

Adolfo Ballivian

L. A. Fontaine

L. Cruls [...] (CRULS)

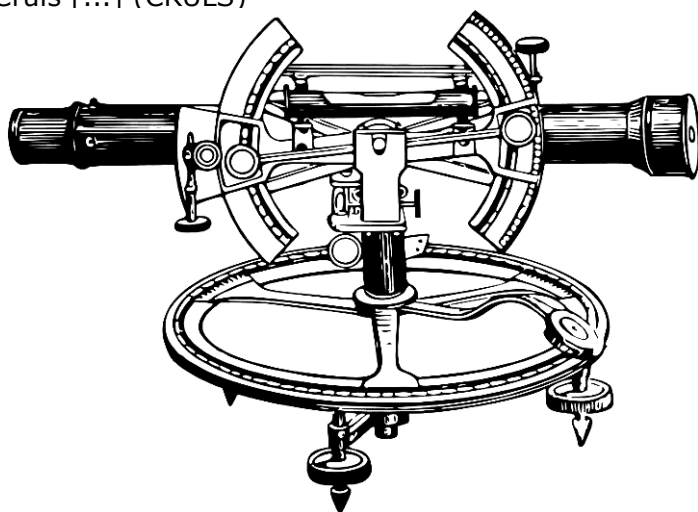
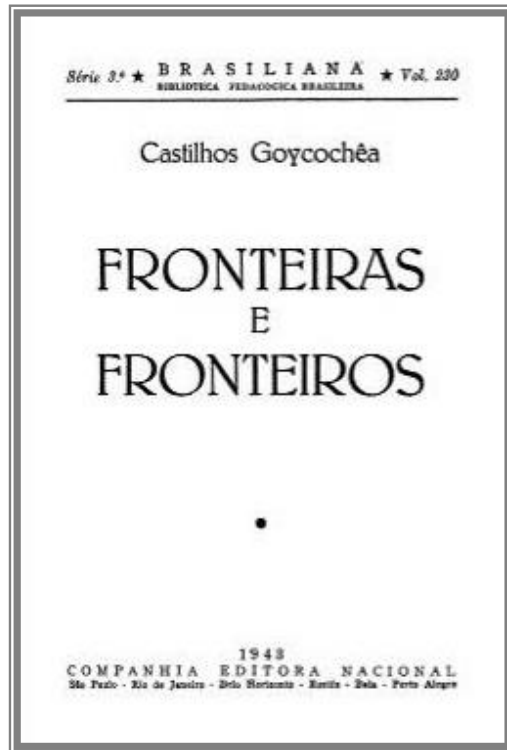
## *Fronteiras e Fronteiros*

Série 3.ª ★ BRASILIANA ★ Vol. 230

BIBLIOTECA PEDAGOGICA BRASILEIRA

Castilhos Goycochêa

FRONTEIRAS
E
FRONTEIROS

1943
COMPANHIA EDITORA NACIONAL
São Paulo - Rio de Janeiro - Belo Horizonte - Recife - Bahia - Porto Alegre

Luís Felipe de Castilhos Goycochéa, no seu livro "*Fronteiras e Fronteiros*", faz uma análise precisa das diversas Comissões de Limites pelo "*Martirizante Rio Javari*" apresentando respostas coerentes para seus resultados por vezes tão discordantes. O artigo foi publicado, pela primeira vez, na 4ª página, do Jornal do Commercio (RJ), no domingo de 30.06.1940 (ano 113 – n° 229).

### XI – JAVARI - O RIO MARTIRIZANTE

> O São Francisco, o Amazonas, o Uruguai, o Paraguai, o Guaporé e o Javari são os Rios assinalados em posição excepcional na história da formação brasileira. [...]

JORNAL DO COMMERCIO

ANNO 113 — RIO DE JANEIRO — DOMINGO, 30 DE JUNHO DE 1940 — N. 229

JAVARY - O RIO MARTYRIZANTE

O São Francisco, o Amazonas, o Uruguay, o Paraguay, o Guaporé e o Javary, são os rios assignalados em posição excepcional na historia da formação brasileira.

O São Francisco como pedra angular que é da unidade patria, porque é o traço de união entre os extremos geographicos do paiz. Vicente Licinio, em "A' MARGEM DA HISTORIA DO BRASIL", estudou-lhe o papel decisivo que desempenhou, assegurando convencidamente que "sem aquella estrada natural interior teria sido impossivel manter a unidade patria, unidade contra a qual se insurgiam sempre gravames causticantes, em face dos quaes teria sido impossivel o desejo dos politicos e estadistas se não tivesse existido aquelle laço cosmico de ligação fundamental vinculando, desde a colonia, o Sul ao Norte do paiz."

Não importa, todavia, o sitio exacto em o qual se tenha dado o primeiro encontro entre as duas correntes humanas, se no Mamoré, se no Javary, bastando conhecer que já no Tratado de Madrid, de 1750, (Art. VIII) este rio figura como raia de limites entre as possessões luzitanas e hespanholas na America do Sul, e que Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador e capitão-general do Maranhão e do Pará, commissionado como plenipotenciario para a demarcação da fronteira, por parte do rei de Portugal, em 2 de Outubro de 1754 partiu de Belém com numerosa comitiva afim de encontrar no rio Negro os commissarios do rei de Hespanha, para encetarem, juntos a fixação dos lindes.

O Javary, pelo dicto, haveria de ser explorado na occasião. Não o foi, porém.

*Imagem 26 – Jornal do Commercio, RJ, 30.06.1940*

Do Javari, conquanto de significação igual à dos mais rios de fronteira, não se pode dizer coisa semelhante. Não foi cantado como o Uruguai e nem assinalado nas pedras das fortalezas como o Guaporé e o Paraguai.

Suas margens testemunharam heroísmos excelsos, suas águas foram sulcadas galhardamente por bravos a mais não serem, nus descobridores e seus exploradores também nunca tiveram medo à morte ou tanto apego à vida que se negassem ao cumprimento do dever patriótico que os impelia sempre para a frente e cada vez mais para dentro da floresta que cobre as terras ribeirinhas.

Mas a luta que travaram, por ser contra a própria natureza e contra os selvícolas, foi luta sem teatralidade, sem brilho, maninha ([224]) daquela "quid" ([225]) que aureola os campeadores com cintilações estelares. <u>Não fez heróis</u>; <u>fez mártires</u>. <u>Não fez vencedores</u>; <u>fez vítimas</u>. <u>Não distribuiu glórias</u>; <u>matou ou aniquilou</u>.

[224] Maninha: estéril.

[225] Quid: coisa.

As crônicas não registram o nome do pioneiro lusitano ou castelhano que lhe descobriu a boca no Solimões. Fosse ele quem fosse, entretanto, é para ter com segurança que por lá mesmo haja deixado os ossos, ou, na hipótese que tenha conseguido regressar à periferia o tenha feito em estado pré-agônico, ferido de morte, marcado o fim próximo da existência. [...]

O Javari, ao que saiba, não teve o menestrel que o cantasse, nem mesmo o logógrafo que relacionasse o largo e intenso drama que foi da descoberta de sua Foz no Solimões, até que nos dias que correm, afinal, teve quem, com relativa segurança, lhe determinasse a verdadeira nascente, e com isso explicando muita coisa que era ignorada ainda, desvanecendo dúvidas que permaneciam.

É necessário, porém, que seja feito esse trabalho, ao menos em parte.

<u>O martirológio do Javari não pode e não deve ser esquecido</u>; antes, deve e precisa que seja ao menos debuxado, recordando destarte os nomes dos que ali ficaram para sempre e os dos que voltaram à existência em sociedade, mas atingidos nas suas capacidades.

Os castelhanos do Peru, na mesma época e com o mesmo fim, desceram a Cordilheira dos Andes e se vieram embrenhar rumo feito ao leste.

As terras que perlongavam, aliás, lhes pertenciam, ou melhor, eram da soberania do Rei da Espanha. Um dia, afinal, atingiram ao mesmo ponto, estabelecendo-se uns em face dos outros.

Southey, na sua História do Brasil [vol. V] informa que esse primeiro encontro teve lugar em Exaltação da Cruz, no Mamoré, em 1742, quando Manoel Felix de Lima, ido de Mato Grosso à frente de um grupo de aventureiros, chegou à redução dirigida pelo jesuíta Frei Leonardo de Baldivia, nessa localidade.

Não importa, todavia, o sítio exato no qual se tenha dado o primeiro encontro entre as duas correntes humanas, se no Mamoré, se no Javari, bastando conhecer que já no Tratado de Madri, de 1750, [Art. VIII], este Rio figura como raia de limites entre as possessões lusitanas e espanholas na América do Sul, e que Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador e Capitão-General do Maranhão e do Pará, comissionado como plenipotenciário para a demarcação da fronteira, por parte do Rei de Portugal, em 02.10.1754 partiu de Belém com numerosa comitiva a fim de encontrar no Rio Negro os comissários do Rei de Espanha, para encetarem, juntos, a fixação dos lindes.

O Javari, pelo dito, haveria de ser explorado na ocasião. Não o foi, porém. O plenipotenciário português, em Barcelos, esperou em vão, até 1756, a chegada dos demarcadores de Castela, regressando então a Belém.

Só em 1759 é que D. José Iturriaga apresentou-se na região, vindo pelo Norte, com grandioso séquito, para iniciar o trabalho.

A substituição intempestiva de Mendonça Furtado pelo então governador de Mato Grosso, Antônio Rolim de Moura, futuro Vice-Rei do Brasil e futuro Conde de Azambujas, frustrou a missão, uma vez que Iturriaga não pôde ou não quis esperá-lo.

Mais tarde vem o Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, em cuja cláusula XI é repetido o que se continha no artigo VIII do Tratado de Madri, isto é, que o Javari constituía divisa entre as terras das duas coroas, desde as nascentes até a embocadura no Maranhão ou Amazonas...

Os novos demarcadores, entretanto, não lhe sulcaram as águas senão em distância pequeníssima, insignificante.

Estabelecidos em frente à sua Foz no Solimões, aí permaneceram discutindo a posse de Tabatinga e a verdadeira denominação que teriam os varadouros do Japurá, se "*furos*" ou "*bocas*"... Capistrano de Abreu informa que "nestes dares e tomares consumiu D. Francisco de Requena [Comissário Espanhol] um decênio", mas concluiu que Chermont [Comissário Português] não se avantajava ao colega de Castela.

É que o Javari estava fadado a permanecer virgem até que os brasileiros – não mais os lusos – intentassem devassá-lo em toda a extensão dos seus 1.428 km.

É com a independência dos povos americanos à suserania dos reis europeus que se projeta, afinal, a demarcação das fronteiras de uns com outros Estados.

O Brasil, limítrofe com quase todos os países que se formaram nas antigas possessões espanholas, teve de fazer frente, várias vezes, a questões simultâneas, já ao Norte, já ao Sul, já no centro.

O que, nesse ciclo, teve lugar no extremo Sul e no centro, não se cogita agora, mas apenas ao que toca à exploração do Javari, limite com a República do Pedi, desde o manadeiro principal até o deságue no Solimões [Tratado de 1851], e, com isso, o entroncamento, nesse mesmo manadeiro, principal, da linha geodésica que fosse tirada da confluência do Beni com o Mamoré, no ponto onde se forma o Madeira, linha essa que seria a divisa do Brasil com a Bolívia [Tratado de 1867].

Essa circunstância de servir de limite a três soberanias deu importância excepcional ao curso d'água em estudo.

Impunha-se, de conseguinte, explorá-lo inteiramente, do começo ao fim, isto é, das nascentes à Foz, ferido em vista principal o conhecimento exato de sua origem.

Em José da Costa Azevedo, futuro Barão do Ladário e Almirante, ao tempo apenas Capitão-Tenente, recaiu, em 1861, a nomeação para o cargo de Comissário das demarcações dos limites do Império com o Peru.

Ia lhe caber, portanto, a primazia de conhecer o Rio tido como misterioso, lendário, em cujas margens haveria sido a Manoa do Eldorado, refúgio escolhido pelo último Rei Inca depois dos assassinatos de Atahualpa e de Huascar...

Costa Azevedo, porém, não pôde aproveitar a oportunidade, não avançando mais que os antigos demarcadores em relação ao Javari, uma vez que não lhe ultrapassou a Foz.

E isso porque as instruções que recebeu prescreviam que antes desse trabalho procedesse a estudos no Apaporis e no Japurá.

Com a nova nomeação recebida em 1865 [Decreto de 27 de junho] lhe foi recomendado que seguisse as instruções que tinham vigorado no período anterior [1861-1864], isto é, que a exploração do Javari só fosse levada a efeito depois da fixação da linha de Tabatinga ao Apaporis...

Verifica-se, entretanto, na correspondência dessa época entre Costa Azevedo e a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, uma certa insistência do demarcador para que fossem alteradas as instruções vigentes a fim de que, afinal, lhe fosse permitido fazer ou mandar fazer exploração do Rio malfadado e mal afamado, antes mesmo da conclusão dos outros trabalhos.

O fato é que em 02.08.1866 o Comissário brasileiro remetia ao Ministro do Exterior cópia das instruções que baixara para a exploração da primeira parte do curso desse Rio, da Foz até a Latitude de 05°10′ Sul.

Essa exploração seria feita pelo Capitão-Tenente João Soares Pinto, Secretário da Comissão brasileira, e pelo Senhor Manoel Rouaud y Paz Soldán, Secretário da Comissão peruana.

Os chefes brasileiro e peruano - Costa Azevedo e Francisco Carrasco - permaneceriam em Tabatinga.

A data do início da penetração do Javari por Paz Soldán e Soares Pinto marcou também o início do martirológio a que o Rio condenou os que lhe foram devassar os segredos e até aos que dele se ocuparam.

Martírios físicos e martírios morais. Morte, mutilação ou enfermidade grave e crônica para os demar-

cadores; mortificações, agravos e desditas de todo gênero para os que se envolveram nas questões suscitadas nas suas explorações e reexplorações.

E por tal forma isso é certo que se pode dizer, sem receio de errar, que Costa Azevedo desde a primeira viagem em busca das nascentes do Javari, começou a receber as primeiras investidas contra sua competência profissional e sua capacidade de chefe, isso do próprio Ministro dos Estrangeiros, acusações que continuaria a receber pela vida afora, mesmo depois de haver galgado o último posto da carreira, de ter sido agraciado com o título de nobreza e de ter tomado assento no Senado.

O mesmo aconteceria mais para diante com Antonio Luiz von Hoonholtz, futuro Almirante e Barão de Tefé, e com o Capitão-Tenente Augusto da Cunha Gomes.

O sábio Luiz Cruls não teve posta em dúvida, por ninguém, sua alta capacidade científica e nem seus talentos de administrador, mas padeceu males físicos até morrer, adquiridos no Javari. Isso para só referir os chefes brasileiros das várias comissões encarregadas, desde 1866 até 1901, de penetrarem o Rio até suas nascentes.

Dionísio de Cerqueira, General, diplomata e geógrafo, também haveria de amargar, como amargou, a interferência que teve no caso em razão de suas funções de Ministro do Exterior. Idêntico o que se passaria com Thaumaturgo de Azevedo, também militar e também geógrafo, por haver suscitado a questão das divisas com a Bolívia, denunciando a exploração de 1874 praticada pela Comissão Mista Brasileiro-Peruana, chefiada respectivamente, pelo Barão de Tefé, então Capitão de Fragata, e por

Guillermo Blake, oficial peruano da mesma graduação.

A todos, sem exceção, coube uma porção de mágoa consequente à acusação que receberam e fizeram, muitas das quais fugindo às regras da política e até do respeito humano.

Nenhum deles pôde jactar-se de vitória incontestável sobre o Rio ou sobre os contendores, quando se tratou de porfia erudita. Vale, portanto, nesta altura, que se relembre a dose de martírio infligido a cada qual. O primeiro é Costa Azevedo. A luta com ele começou quando sugeriu a conveniência de ser abreviada a exploração do Javari. O Ministro dos Negócios Estrangeiros refere, em sua correspondência com o demarcador, o paralelo de 10° em que estaria a nascente principal do Rio; ele próprio, porém, havia combinado com o chefe peruano que se aceitasse como estando esse manadeiro ([226]) a 09°30' S. De qualquer forma segue a fazer as verificações precisas o grupo chefiado por Soares Pinto e Paz Soldán, que iriam dizer, com quem a razão, se com o Ministro, ou os demarcadores.

Logo no começo da viagem, entretanto, porque no paralelo de 6°, os exploradores são atacados e vencidos pelos Mayorunas [10.10.1866]. Soares Pinto atingido no ventre por três flechas ervadas, morre no mesmo dia; Paz Soldán, o notável geógrafo peruano, ferido na coxa, teria que amputar a perna em Belém; os mais integrantes da pequena parcela, todos feridos, têm que viajar numa só canoa por dias a fio, ora sob o Sol ardente que lhes abre chagas nos corpos nus, ora sob a ação inclemente das chuvas equatoriais, pesadíssimas, e sempre castigados pelos mosquitos, de dia os piuns, de noite, os carapanãs.

---

[226] Manadeiro: manancial.

Além do mais não dispõem de qualquer alimento e não podem parar para caçar ou pescar ou colher frutos, de vez que os índios ferozes acompanham pelas margens a derrota da "*montaria*".

Ao 5° dia dessa fuga desabalada, dolorosa de imaginar, só 2 homens tinham forças para remar, informou o Primeiro-Tenente de engenheiros José Antonio Rodrigues, em ofício que dirigiu ao Primeiro-Tenente da Armada Geraldo Candido Martins.

Costa Azevedo foi acusado pelo massacre, responsabilizado pela morte do colega que também era cunhado e amigo, pelos ferimentos em Paz Soldán e nos outros. 40 anos passados ainda tinha que se defender dessas acusações.

Depois de Costa Azevedo é von Hoonholtz. Sua viagem águas acima foi uma odisseia; o regresso, não obstante a ajuda da correnteza foi uma via-crúcis. Subiu combatendo com os selvagens e desceu nas mesmas condições.

Esta passagem de suas memórias, infelizmente ainda inéditas, por bastante expressiva dispensa comentários:

> De 82 pessoas que penetraram as águas do Javari, em 17.01.1874, só 55 alcançaram regressar ao Solimões...

Entre os sacrificados houve a computar o seu próprio irmão – Agrimensor Carlos von Hoonholtz – e o seu ajudante – Capitão João Ribeiro da Silva.

Os sobreviventes, sem exceção de um só, inclusive Tefé, ao chegarem a Tabatinga não puderam desembarcar por seu pé; tiveram de ser carregados para o Forte, nos braços dos soldados da guarnição!

Isso, entanto, poder-se-á dizer que foi a parte menor da luta que teve de sustentar o bravo da Batalha do Riachuelo. A parte maior veio em seguida, quando lhe acusaram de ter "*pintado*" o mapa do Rio e de não ter descoberto a nascente principal do Javari.

Aqueles 07°01'17" de Latitude Sul pareceram absurdos a toda gente que estava familiarizada com a ideia de que esse curso d'água começava na altura de 10°20', ou seja, no paralelo do Madeira.

Daí a denúncia de Thaumaturgo de Azevedo invocando as opiniões de Paz Soldán, de Juan Manoel Pando, de Costa Azevedo, e dos próprios moradores do Javari uns falando em 07°30', outros em 08°, 08°30', 09° e 09°30'.

Depois de Tefé, em 1874, coube a vez a Cunha Gomes, em 1897. Eram passados 23 anos. As condições do Rio já não eram as mesmas de 1874 e bem diversas seriam das de 1866. Ademais, o chefe brasileiro já foi melhor apercebido ([227]) e já dispondo das duras experiências dos predecessores.

De qualquer forma, entretanto foi rudemente hostilizado pelos selvagens, quer na subida, quer na descida do Rio, tendo consignado em seu relatório ao Ministro do Exterior só haver perdido um homem, mas que todo o pessoal voltou enfraquecido, não só em consequência das febres palustres e outras moléstias inerentes ao meio, como também pela natureza do trabalho...

O resultado de seu esforço, todavia, não correspondeu à expectativa dos acusadores de Tefé, os quais permaneceram na convicção de que o Javari brotava muito mais ao Sul, uma vez que o

---

[227] Apercebido: prevenido.

Comandante Cunha Gomes localizara a nascente principal na Latitude de 07°11’48,10”, quando aquele havia estado a 07°01’17”. A diferença foi uma decepção: dez minutos e pouco. Quase nada a influir na inclinação da linha geodésica a começar no Madeira [10°20’] e a terminar pouco abaixo do paralelo de 07°.

Não obstante a insignificância da diferença verificada acirraram-se as paixões. Tefé, cheio de bravura, sustenta a certeza do que fizera.

Cunha Gomes sai a público confirmando o resultado do seu trabalho. Ladário intervém na contenda em que também tomam parte Thaumaturgo de Azevedo, Dionísio de Cerqueira, Serzedelo Correia, Paulo de Frontin, Pereira Reis, Paula Freitas e outros luminares, ao tempo, em ciências físicas e matemáticas.

No Clube de Engenharia, na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, no Instituto Politécnico, no Parlamento, em toda a parte, em suma, discutiu-se azedamente o caso daqueles minguados dez minutos.

Não estava em jogo apenas a fronteira com o Peru, mas, principalmente, a linha divisória com a Bolívia. A diferença entre os 10°20’ e os 07° e pouco [fossem 01’17” segundo Tefé ou 11’48” segundo Cunha Gomes] representava ela o Território do Acre. Daí a celeuma, a grita, os protestos, as ameaças, as injúrias que se trocaram na ocasião.

Ninguém se conformava que as terras do Rio da borracha – o Acre – que tinham sido descobertas, desbravadas e industrializadas por brasileiros, só por brasileiros, passassem para soberania estrangeira.

O governo do Brasil, à vista da atmosfera que se criara no Rio de Janeiro e da reação armada que começava no próprio Acre, acorda com o governo de La Paz uma terceira exploração do Rio malsinado. Ninguém queria o que lhe não pertencesse; ninguém pretendia aproveitar-se de possível engano. Fez-se apelo, então, à grande notabilidade que era Luiz Cruls, ao tempo Diretor do Observatório Astronômico do Morro do Castelo.

Como auxiliares dão-lhe o Capitão de Fragata Carlos Accioly Lobato e o Capitão Augusto Tasso Fragoso. A eles, juntamente com a Comissão boliviana chefiada por Adolfo Ballivan, incumbiria dizer a última palavra, dirimindo as dúvidas existentes: ou os 07°01’17” de Tefé ou os 07°11’48,10” de Cunha Gomes.

Estava-se em 1901. Haviam decorrido 35 anos da tentativa malograda de Soares Pinto-Paz Soldán, 27 da penetração audaciosíssima de Tefé-Blake, e três apenas sobre a de Cunha Gomes-Lopo Netto.

As condições do Rio teriam melhorado sensivelmente em relação aos habitantes de suas margens, agora gente civilizada do Peru e do Brasil, que haviam afugentado os Mayorunas, mas coisa alguma se havia alterado referentemente ao clima que permanecia, como permanece, inóspito.

Tasso Fragoso enferma antes de ser iniciada a penetração do Javari, recolhendo-se ao Estado do Maranhão. Era a primeira vítima. Accioly Lobato, o outro assistente da Comissão, adoece e morre em meio à viagem de subida. Era mais um mártir a acrescentar à lista já notável que iria aumentar sempre.

Luiz Cruls, não obstante tudo, segue em frente, magnífico de coragem, suprindo esforçadamente a falta dos dois ajudantes que a fatalidade lhe arrebatara. É chefe e é chefiado.

Procede às observações astronômicas, mede o volume das águas, anota as temperaturas, calcula as distâncias, desenha, dirige o pessoal subalterno, entende-se diretamente com o chefe boliviano.

Leva a bom termo o trabalho confiado à sua esplêndida capacidade científica, mas... Adquire o mal que lhe amarguraria o resto dos dias da existência. Volta à civilização, ao convívio da família, ao círculo de suas atividades, mas ostenta a marca do Javari impenitente.

O resultado de seu sacrifício, porém, foi decisivo. Nem os 07°01’17” do ínclito ([228]) Barão de Tefé e nem os 07°11’48,10” do bravo Comandante Cunha Gomes. A nascente principal era – e é – a 07°06’55” de Latitude Sul e 73°47’30,60” de Longitude Oeste de Greenwich, posição confirmada faz pouco, porque em 1926, pelo ilustre Contra-Almirante Ferreira da Silva. Coisa alguma de parecido, portanto, com os 10°20’ do célebre mapa da linha verde que serviu ao Tratado de Ayacucho, de 1867, nem com as hipóteses de Paz Soldán, Pando, Ladário, Thaumaturgo e outros.

A fórmula para dar solução ao problema político internacional que se criara no Acre, nessas condições, não poderia mais ser procurada nas nascentes do Javari; haveria de ser encontrada alhures.

[228] Ínclito: ilustre.

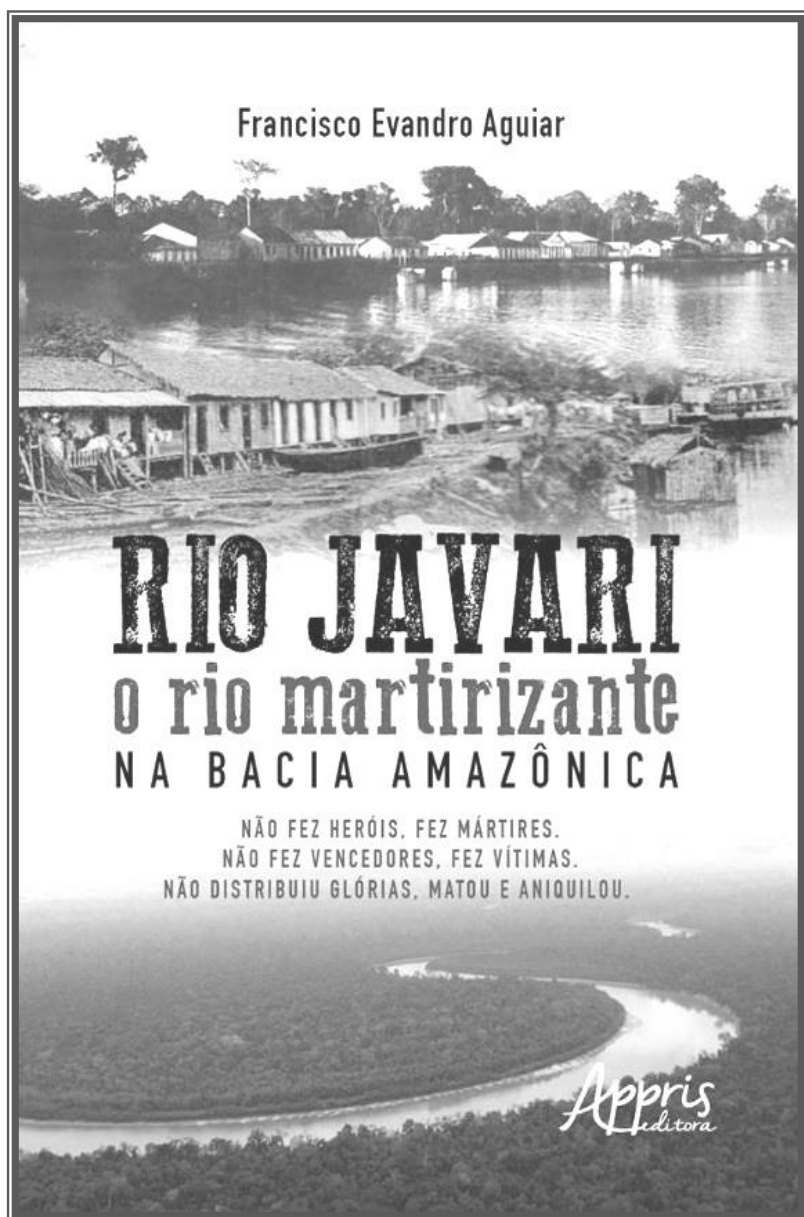
Para se chegar a essa conclusão trabalhou-se afanosamente durante várias décadas e, mais do que tudo, uma plêiade de homens notáveis pelo saber e pelo patriotismo foi sacrificada à gula insaciável do Javari; uns, tragados pela morte lá ficaram para sempre, enterrados em qualquer praia difícil de localizar; outros voltaram ao Solimões, mas diminuídos nas capacidades e com os dias contados; outros, ainda, regressaram às atividades próprias para serem mortificados durante o resto da existência em querelas sem fim sobre o resultado das respectivas aventuras.

No primeiro grupo alinham-se o Capitão-Tenente João Soares Pinto, o Capitão João Ribeiro da Silva, o Agrimensor Carlos von Hoonholtz, o Capitão de Fragata Carlos Accioly Lobato e os marinheiros e soldados e trabalhadores de quem as crônicas não registraram os nomes.

Luiz Cruls, o notável astrônomo, e Cunha Gomes, o reputado hidrógrafo, constituem o segundo grupo, que a serem certas informações que me chegam, deve ser acrescido de vários outros nomes.

O Barão de Tefé e o Barão do Ladário fazem parte do último grupo. Os dois, em verdade, até morrerem, tiveram de porfiar na defesa de suas atuações no Rio assinalado. É célebre, de resto, a polêmica que Antonio Luiz von Hoonholtz, durante 14 anos, nada menos, sustentou com José da Costa Azevedo, sempre a propósito dos respectivos trabalhos de demarcação da fronteira do Brasil com os países ao Norte e noroeste do continente.

Nenhum desses homens extraordinários, entretanto, foi herói, porque todos foram vítimas do Javari, o Rio martirizante.

É justo, pois, que se lhes guarde com reconhecimento cívico as memórias. Não só os heróis são dignos de veneração; os mártires também o são. (GOYCOCHÉA)

## *Conflito Inevitável*

Euclides da Cunha, na sua obra "*Contrastes e Confrontos*", denuncia as incursões peruanas que buscavam avidamente as ricas plagas onde a hevea abundava e caracteriza as hordas peruanas como uma "*aglomeração irrequieta em que há todas as raças e não há um povo*" que invade a floresta tumultuariamente dedicando-se mais à pilhagem do que a um trabalho produtivo. Uma massa humana que se liberta e rompe os Bastiões da Cordilheira em busca da terra exuberante e da hileia magnífica já ocupada, sobretudo, pelos arrojados irmãos nordestinos.

> A salvação está no vingar e transpor a Cordilheira. Ali ao menos há a sugestão dominadora da civilização surpreendente dos Incas: a estrada de duas mil milhas distendida de Quito às extremas do Chile, lastrada pelas neves eternas, contorneando encostas abruptas em releixos ([229]) de rocha viva, alcandorada ([230]) em pontes pênseis sobre abismos, e estirando nas planuras as calçadas eternas de silhares ([231]) unidos com cimento betuminoso; e os velhíssimos baluartes pré-incaicos feitos de montanhas inteiras arremessando-se nas alturas em sucessivos patamares ameados; e a ruinaria dos santuários do Sol com os seus aparelhos ciclópicos de blocos poligonais de pórfiro ([232]) brunido ([233]); e os longos aquedutos do monte Siva, em cujos canais subterrâneos, perfurando as serras, se espelham esforços de uma engenharia titânica...

[229] Releixos: caminhos estreitos na borda de um abismo.
[230] Alcandorada: encarrapitada.
[231] Silhares: pedras lavradas em quadrado.
[232] Pórfiro: rocha siliciosa muito dura.
[233] Brunido: polido.

Depois, descidas as vertentes Orientais da primeira cadeia dos Andes, transposta a "*montaña*" e a segunda Cordilheira – a terra exuberante é desmedida, prefigurando nas grandes matas a mesma hileia amazonense. Nesta região, tão outra, está – pela implantação do trabalhador e pelo equilíbrio da existência agrícola – a redenção daquelas gentes que possuem os melhores fatores para um elevado tirocínio histórico.

Mas, ao mesmo passo que lhes despontam estas esperanças, extingue-lhas a mesma Cordilheira com o seu largo tumultuar de píncaros e de pendores impraticáveis num talude vivo de muralha, que lhes trancam quase por completo as comunicações com o litoral.

De fato, o Pacífico, ainda que se rasgue o Canal de Nicarágua, parece que pouco influirá no progresso do Peru. O seu verdadeiro Mar é o Atlântico; a sua saída obrigatória, o Purus. Sabem-no há muito os seus melhores estadistas: a expansão para o Levante traduz-se-lhes como um dever elementar de luta pela vida. Revelam-no todos os insucessos de numerosas tentativas buscando libertá-lo das anomalias físicas que o deprimem. Revelou-as, desde 1879, C. Wiener:

> Os peruanos aquilatam bem a importância enorme que teriam as estradas, ligando os afluentes navegáveis do Amazonas e do Ucaiali às cidades do litoral; fizeram todos os esforços para executá-las porque lhas impõem a lógica e o interesse; mas parece que a sua força de vontade é menor que a constituição física dos autóctones.

De feito, contemplando-se diante de um mapa a faixa costeira entre Pachacamas e Tumbez, nota-se um como diagrama daquelas tentativas desesperadas e perdidas.

Foi a princípio, no Extremo Norte, a linha férrea de Paita a Piura, procurando os tributários Setentrionais do Solimões; depois, próxima e ao Sul, uma outra, de Lambayaque a Ferenafe: ambas estacionaram, trilhos imersos nos areais da costa. A terceira, lançada de Pascamayo à estação terminus de Cajamarca, e a quarta partindo de Salavery, pouco ao Sul de Trujillo – buscavam as linhas de derivação do Ucaiali: embateram ambas de encontro às fílades espessas e aos doleritos e quartzos duríssimos das Cordilheiras. A quinta, a admirável estrada de Oroya, dominou parte da serrania, mas ficou bem longe do seu objetivo essencial no transmontar as últimas cordas de serras, varar pelas planícies do Sacramento e alcançar o Purus.

Esta é expressiva: mostra como o traçado do grande tributário do Amazonas, em cujas margens contendem agora os flibusteiros, norteia de há muito a administração daquela República. Por outro lado, desde 1859, com Faustino Maldonado e dez anos depois com o Coronel Latorre, sucessivas expedições se lançam para o Oriente impelidas por alguns abnegados caídos todos naqueles lugares remotos, numa extraordinária intuição dos interesses reais do seu país. Estes antecedentes delatam nas perturbações que lavram em toda aquela zona um significado bem diverso do que lhe podem dar algumas correrias de seringueiros. A guerra iminente tem uma feição gravíssima. Se contra o Paraguai, num Teatro de Operações, mais próximo e acessível, aliados às repúblicas platinas, levamos cinco anos para destruir os caprichos de um homem – certo não se podem individuar ([234]) e prever os sacrifícios que nos imporá a luta com a expansão vigorosa de um povo. (CUNHA, 1975)

---

[234] Individuar: individualizar.

## A Conquista do Alto-Purus e Alto-Juruá

Segundo João Craveiro Costa em "*A Conquista Ocidental do Deserto Ocidental*":

> Já em 1870, os brasileiros, no Juruá, se haviam aventurado, pouco a pouco, avançando bravamente na direção das cabeceiras do grande curso fluvial, à cata das heveas, chegando às margens do Amônea e do Tejo, e, anos depois, em 1891, levaram as explorações ao Rio Breu, por lá, muitos deles, se fixando. Por toda parte, no Alto-Juruá, não havia uma só propriedade peruana. Tudo aquilo era tido pela população como terra brasileira, pertencente ao Município amazonense de São Felipe.
>
> No Purus, a ocupação das margens do grande Rio, na sua parte mais alta, em demanda das nascentes, data de 1892, a que remontam os primeiros estabelecimentos do Rio Chandless, daí subindo sempre nos anos posteriores.
>
>> O Rio Béo, pouco acima do Breu, marcava, em 1891, o Limite Meridional da ocupação efetiva brasileira no Juruá, que nesse ano alguns compatriotas nossos, dirigidos por João Dourado e Balduino de Oliveira, exploraram até à Boca do Rio que chamavam Dourado e é o mesmo a que os peruanos, posteriormente, deram o nome de Uacapista ou Vacapista, mudando o primitivo nome para outro afluente próximo. O Santa Rosa, em Curinahá, ficara sendo, desde 1898, o limite da ocupação brasileira no Purus, já em 1861 explorado pelo nosso intrépido sertanejo Manoel Urbano da Encarnação, até perto de Curanja, e em 1867, com o auxílio do Governo brasileiro, por William Chandless, em companhia do mesmo Manoel Urbano, até pouco além da confluência do Cavaljane, isto é, até as vizinhanças da nascente principal.

> Anteriormente a 1896, esses territórios estavam livres de peruanos. Nada por ali havia que atestasse a sua passagem e fosse um padrão de posse da nação peruana sobre aquelas águas e aquelas terras. Somente em 1896 começaram aparecer peruanos, devastando as florestas em busca do caucho. Eram negociantes endinheirados, à frente de numerosas hordas de "*cholas*" ([235]) broncos, que percorriam os Rios navegáveis mais facilmente, introduzindo mercadorias contrabandeadas e espalhando soles ([236]) e libras. Demoravam-se em alguns pontos, vivendo à larga, o tempo em que os caucheiros, destruindo as castiloas ([237]) no seio da floresta, faziam o caucho, que os negociantes recebiam e logo abalavam ([238]). Os vestígios que deixavam ficavam na mata bruta, na destruição das árvores da borracha e nos barracões senhoriais, ou nas barracas humildes, de paxiúba e caranaí, nos soles de prata que os seringueiros, em permutas comerciais, recebiam e entesouravam no mealheiro. Aquilo era do Brasil. (COSTA)

Leandro Tocantins, no capítulo LXV de seu livro "*Formação Histórica do Acre – Volume II*" faz um pequeno histórico da penetração peruana do Alto-Purus e no Alto-Juruá, a partir de 1896.

> Atribui-se a Vicente Mayna o primeiro estabelecimento peruano [1896] a fundar-se no Juruá. "*Um arraial no local em que atualmente se encontra a Vila de Porto Walter, não com o fim de negociar e tão-somente de explorar os cauchais vizinhos*".

---

[235] Cholas: Aimarás.
[236] Soles: padrão monetário peruano.
[237] Castiloas: árvores do caucho.
[238] Abalavam: partiam.

Na pista de Vicente Mayna vieram outros caucheiros patrícios. A firma Hidalgo Ruiz montou casa a jusante do Rio Moa, no lugar Centro Brasileiro, nome substituído pelos chefes da empresa arrendatário do seringal para Centro Peruano.

> O seringal foi arrendado pelo brasileiro Antonio Marques de Meneses. Hoje, nesse lugar, ergue-se a Cidade de Cruzeiro do Sul.

Em apoio a essa Fundação Comercial que tinha um fundamento político, veio do Peru um Destacamento Militar pelo varadouro Ucaiali-Juruá-Mirim, não logrando alcançar o Juruá porque alguns brasileiros interceptaram-lhe o caminho. No ano de 1897, um oficial da Marinha de Guerra do Peru, D. Henrique Espinar, procedente de Iquitos, chegou ao Juruá, no vapor Brasil, cuja denominação, evidentemente intencional, servia para ganhar simpatias dos ribeirinhos. Porque, em caráter secreto, Espinar tinha a missão de fazer um levantamento social e hidrográfico do Rio, o que realizou:

> desde a Foz até a Boca do Tejo, a que dá a extensão de 1.505 milhas, retirando-se depois ao Ucaiali pelo varadouro que liga o Tamaia ao Amônea.

É interessante destacar do relatório que o emissário peruano apresentou ao seu Governo a circunstância de estar o Juruá ocupado pelos brasileiros, até o alto curso. Apenas cinco habitações peruanas ele registrou, perdidas no meio de tantas "*fincas*" a cujos proprietários Espinar chama de estrangeiros. Entre os compatriotas de Espinar encontrava-se o famoso Carlos Sharff, no Rio Gregório [afluente da margem direita], com 360 caucheiros. Toda essa gente vinha atraída pelos novos cauchais, nas cabeceiras do Juruá ou nos cursos altos de seus afluentes Meridionais.

A riqueza vegetal atiçou a cobiça dos loretanos vizinhos que açodadamente "*atiravam-se ao objeto de sua avidez*". O primeiro estabelecimento administrativo do Peru, no Juruá, ocorreu em 1898. D. Justo Balarezo surgiu no Rio Amônea na qualidade de Governador-comissário, por nomeação do "*Comisionado Especial del Supremo Gobierno en el Departamento [Loreto]*". Participando em circular, de 08.07.1898, esse fato e a sua posse no cargo, Balarezo garantiu o propósito de emprestar todas as "*facilidades necesarias al Comercio y a la Industria para un amplio desarrollo en la circunscripción de mi jurisdicción*". E acrescentava: "*siendo mi autoridad la primera que ha sido nombrada para esta región*". [Circular de 08.07.1898, dirigida a Urbano Müller - Arquivo Ramalho Junior]

Um mês depois, Justo Balarezo, da Boca do Amônea, onde assentara a sua Gobernación, dirigiu um ofício ao brasileiro Urbano Müller, nos seguintes termos:

> Ha llegado a mi conocimiento que ha solicitado U. de autoridades brasileras la adjucación de diversos lotes de terrenos comprendidos entre el Río Gregorio y la Boca del Río Breo. Como dichas adjucaciones deben pedirse a nuestro Gobierno por medio de sus autoridades, pues es el único que tiene legítimo derecho a expedirlos, me encuentro en el deber de velar por los intereses del país como también por los de los particulares, sean peruanos o extranjeros, que se encuentren bajo mi jurisdicción. Por lo tanto prohíbo a U. que continúe practicando tal irregularidad y desearía se acerque U. a esta Gobernación para hablar con mas extensión sobre el asunto. [Ofício de 13.08.1898 – Arquivo Ramalho Júnior]

Urbano Müller, em resposta, acusou a circular de comunicação de posse e o novo expediente de Balarezo, frisando que deixaria de parte qualquer contestação:

> pois ao Governo de meu País compete oferecer ao vosso os direitos que tenha sobre este território.

Entretanto, era:

> forçado a desconhecer a vossa autoridade, diante dos inúmeros atos oficiais emanados da Intendência de São Filipe e do Governo do Estado do Amazonas, os quais traduzem categoricamente a posse em que se acham da região em que atualmente nos achamos. Vou, portanto, levar ao conhecimento das referidas autoridades de meu País não só a circular como, também, o vosso ofício, para que seja tomado em consideração assunto tão grave. [Ofício de 13.08.1898 – Arquivo Ramalho Junior]

Na entrada do século, os peruanos possuíam centros de relativa atividade comercial no Juruá. Ricardo Hidalgo, na Boca do Moa; Asumpción Ruiz e Samuel Aspiasse, no Juruá-Mirim; Carlos Sharff, Menacho y Hermanos, Vigel & C^o^., Efrain Ruiz, Lecca y Hermanos, "*negociantes e potentados".* Quase todos mantinham intercâmbio direto com o Peru, através dos varadouros do Ucaiali. O Governo do Amazonas, prevenido pelos funcionários da Intendência de São Filipe, acerca dos planos do Peru e das atividades suspeitas de seus nacionais no Juruá, animou-se a criar uma Coletoria na Boca do Breu.

Em fevereiro de 1902, a repartição foi instalada mais abaixo, entre os Rios Arara e Amônea, porém, logo nos 3 primeiros meses do ano seguinte, o Executivo Estadual suprimiu-a, a pedido do Chanceler Olinto de Magalhães, por interferência do Ministro do Peru, sem que isso importasse em reconhecer o território como peruano, segundo a decisão da Chancelaria brasileira. E havia bem fundadas razões para o Amazonas tomar essa providência. Os peruanos, a princípio, querendo ganhar simpatia e confiança, submeteram-se às leis e às autoridades nacionais.

Quando consideraram o seu comércio suficientemente forte, a atitude mudou. A sombra do interesse econômico ocultava-se o objetivo político, e este veio à tona em manifestações positivas de domínio na região, onde:

> reside grande número de peruanos aos quais o nosso Governo cerca de ampla liberdade, de todas as garantias, sem que eles as reconheçam e correspondam. [Relatório apresentado pelo Comissário Raimundo Augusto Borges, da Intendência de São Filipe, ao Governo do Amazonas]

A Independência de São Filipe salientava ao Governo do Amazonas o "*grande e ativo comércio*" que o Juruá "*entretém com as praças do Pará e Manaus, fornecedoras de todos os gêneros nacionais e estrangeiros que recebem os produtos naturais desta Comarca*", comércio "*exercido em alta escala por milhares de brasileiros disseminados nas frondosas margens dos Rios Juruá e seus afluentes*". Havia, porém, "*a concorrência criminosa e vantajosamente exercida pelos cidadãos peruanos, contrabandistas, que povoam diversos Rios, devastam suas matas e sugam sua riqueza, sem concorrerem com um ceitil ([239]) para o aumento das rendas do Município e do Estado*". A esse tempo, lanchas e pequenos vapores peruanos, viajando com bandeira do Brasil, trafegavam pelo Juruá, o Tarauacá, o Envira, o Muru. Partiam de Iquitos, base principal das operações, num misto de comércio e de conquista política, e fonte de contrabando que também se fazia através dos varadouros do Ucaiali. Caucho e borracha escapavam-se por caminhos escusos, sem pagar nenhum imposto ao fisco brasileiro. Daí um dos motivos da criação da coletoria amazonense, retirada logo mais para atender as conveniências diplomáticas do Itamarati.

---

[239] Ceitil: moeda portuguesa criada no reinado de D. Afonso V.

Ainda em 1902, utilizando a rota do varadouro Tamaia-Amônea, veio do Ucaiali o já conhecido Manuel Pablo Villanueva, aparentemente com o objetivo de negociar caucho. O Governo de Lima precisava completar os dados e observações que o Capitão Enrique Espinar coletara, em 1897, visando a emprestar maior ênfase na ocupação do território, mediante um plano melhor elaborado, que se basearia nos elementos a serem recolhidos por Villanueva.

No seu regresso a Lima, Manuel Pablo teve ocasião de pronunciar uma conferência na "*Sociedad de Geografia*", durante a qual instou pela urgente necessidade de fomentar o desenvolvimento de Nuevo Iquitos, um "*pueblo de caucheros*", na Foz do Breu, que na realidade não passava de umas tantas palhoças onde vivia o intitulado Comissário Efrain Ruiz.

O conferencista expôs, com alarme, a influência brasileira "*exercida em danos aos peruanos, em quase todo o Rio*", e asseverava: "*de fato, o Brasil estende sua autoridade nos territórios situados ao Sul do 7° grau de Latitude, como se formassem parte de sua nacionalidade*".

> Manuel Pablo Villanueva, Fronteras de Loreto, apud Bellarmino Mendonça. As palhoças de Nuevo Iquitos foram abandonadas em 1902, ao retirar-se o seu fundador Efrain Ruiz.

Em seguida à viagem de Villanueva, ocupou a Foz do Amônea um destacamento composto de 20 praças e numerosos ([240]) caucheiros armados. Carlos Vasques Quadros, à frente deles, vinha exercer as funções de Comissário.

---

[240] Numerosos: 40 caucheiros.

As terras da Foz do Amônea pertenciam ao Seringal Minas Gerais, propriedade do brasileiro Luís Francisco de Melo.

> Os exploradores brasileiros do Juruá chegaram à Foz do Amônea em 1890, chefiados pelo cearense Francisco Xavier Palhano. Nessa época só havia índios na região.

Os habitantes, à vista da arrogância dos estrangeiros, forçaram-lhes a retirada para o Alto-Amônea, onde se julgava estar a fronteira do Peru. Luís Francisco de Melo cometeu a imprudência de aconselhar aos seus compatriotas a não se oporem à invasão, porque, ele acreditava, ao Governo do Brasil caberia resolver o caso. Serenados os ânimos, Luís Francisco de Melo deu assentimento aos peruanos para que se instalassem na Foz do Amônea. A 15 de novembro [1902], Carlos Vasques Quadros e seu Troço ([241]) estabeleceram-se no lugar, pondo logo em funcionamento uma repartição arrecadadora de impostos. O nome de Nuevo Iquitos das antigas palhoças de Efrain Ruiz, na Boca do Breu, passou a ser o do "*Puesto*" fundado, em 1898, por Justo Balarezo.

Dentro em pouco, a mediação insensata de Luís Francisco de Melo produzia os seus efeitos negativos. A "*Comisaría do Amônea*" iniciava a cobrança de taxas aos produtos brasileiros e aos navios de passagem pelo Rio. Comerciantes e proprietários eram atingidos por violências morais e até por depredações. Quadros baixou ato estabelecendo o imposto de dois décimos por estrada de seringa, "*além do pagamento de 15% 'ad valorem' sobre a exportação da borracha*" [segundo José Moreira Brandão Castelo Branco].

---

[241] Seu Troço: sua Tropa.

Os habitantes do Alto-Juruá e do Rio Tejo endereçaram ao Governo do Amazonas um longo memorial explicativo das ocorrências provocadas pela "*Comisaría do Amônea*". Pediam a atenção das autoridades para essa anomalia em território reconhecidamente brasileiro. Negavam-se a obedecer à nova ordem peruana, estando dispostos a repelir os alienígenas pela força das armas. Em desdobramento do plano de domínio político do Alto-Juruá [e também do Alto-Purus], o Governo de Lima deu instruções ao seu Consulado em Belém para que estabelecesse normas de despacho das mercadorias conduzidas pelos navios ao Alto-Juruá e Alto-Purus, onde, nos Portos do Amônea e do Chandless, deveriam apresentar documentação expedida por aquele Consulado. Um aviso, a esse respeito, saiu nos jornais do Pará. O fato provocou um movimento de protesto dos comerciantes paraenses ao Governador Augusto Montenegro, a quem relataram a situação anômala surgida com a exigência do cônsul peruano. O Governador transmitiu as reclamações do comércio ao Ministro do Exterior, que veio esclarecer o ponto de vista do Governo Federal: o Brasil não reconhecia os Postos do Amônea e do Chandless, e, portanto, os carregadores de mercadorias que se destinassem ao Alto-Juruá e Alto-Purus nenhum dever tinham de legalizar papéis no Consulado do Peru. Embora o Chanceler Rio Branco estivesse, a essa época, absorvido nas conversações com os plenipotenciários da Bolívia, acompanhava, "*pari passu*", as ocorrências políticas naqueles longínquos afluentes do Amazonas.

Nos volumes "*Recortes de Jornais*", organizados por ordem de Rio Branco, encontra-se todo o noticiário da época a respeito dos sucessos no Alto Purus e no Alto-Juruá. De vez em vez o Barão anotava observações à margem desse documentário.

Respondendo ao Ministro do Peru, o qual lhe havia dirigido Nota sobre a ordem do Cônsul de seu país em Belém, Rio Branco disse que:

> certamente o Peru tem o direito de criar em território que seja incontestavelmente seu as estações fluviais que lhe aprouver, mas não pode estabelecê-los, como ultimamente fez, em territórios sobre que o Brasil entende ter direito. Neste caso se acham os que formam as Bacias do Alto-Juruá e Alto-Purus, onde, ao contrário do que afirma o Sr. Ministro, por mal informado, o Governo do Peru nunca havia exercido atos de jurisdição, e cuja população, em sua quase totalidade, é notoriamente brasileira.

E termina, categórico:

> Mantenho a declaração: o Governo Brasileiro não reconhece os Postos Aduaneiros peruanos do Amônea e do Chandless. Este último já não existe, o outro, no interesse das boas relações entre os dois países, deve ser retirado, como o foi, a pedido do Governo peruano, a Coletoria Amazonense que ali existia. [Nota de Rio Branco ao Ministro Amador del Solar, 24.12.1903 - Arquivo Histórico do Itamarati]

A situação no Juruá era tumultuosa. No exercício de práticas aduaneiras, a "*Comisaría*" coarctava ([242]) a liberdade dos brasileiros, exigindo pela força o pagamento de tributos. Para causar efeito psicológico solenizavam, diariamente, o ato de içar e arriar a bandeira peruana, diante do pelotão em armas. Os navios tinham de trazer o pavilhão no Peru içado no mastro de popa. Assumira o comando do Destacamento Militar o Tenente Dagoberto Arriaran, após uma viagem aventurosa, desde Manaus, sob o disfarce de caixeiro-viajante.

---

[242] Coarctava: reduzia a limites mais estritos.

O oficial, vindo de Iquitos, tomara o vapor na capital amazonense mas, durante a viagem, foi reconhecido como agente peruano e quase é desembarcado num barranco qualquer, por instâncias dos passageiros. Salvou-o de tal sorte os seus rogos e protestos de inocência. O Tenente Arriaran tornou-se o responsável por uma série de coações praticadas na Foz do Amônea: os navios tinham de parar no Posto peruano, a fim de se submeter à cobrança fiscal, ao exame da carga, dos documentos, e muitas vezes os recalcitrantes eram chamados à fala com tiros de rifle.

A "*Comisaría*", no intuito de alargar por todos os meios a tardia influência do Peru naqueles sítios, decretou novos tributos que incidiram no consumo, no trânsito fluvial, na exportação de produtos e na importação de gêneros e mercadorias. Aos moradores do Alto-Juruá o Comissário dirigiu circulares comunicando a obrigatoriedade de registro de nomes dos seringais, sob ameaça de penas severas caso as determinações da "*Comisaría*" não fossem cumpridas. Denúncias chegaram a Manaus de que aportariam ao Amônea, pelo varadouro do Ucaiali, mais duzentos homens do exército regular. Isto seria o preparo de uma ofensiva com maior raio de ação: a Cidade de São Filipe.

> As "*Comisarías*" peruanas no Alto-Juruá e no Alto-Purus foram criadas por lei, em setembro de 1901, segundo informou o Encarregado de Negócios do Brasil em Lima, Alfredo Carlos Alcoforado, quem primeiro transmitiu a Rio Branco a notícia de serem essas repartições instituídas pelo Prefeito de Iquitos, autorizado pelo Ministro do Exterior. Havia um projeto [continua o informe de Alcoforado] a ser submetido ao Congresso, legalizando-as como "*Capitanías de Puerto y Comisarías fluviales en el Río Alto Yuruá y Purus, con residencia en Puerto Iquitos y Boca del Chandless*" [Ofício de 26.07.1903].

> Finalmente, Alcoforado comunicou a aprovação legislativa da medida, logo sancionada pelo Executivo [Ofício e telegrama de 11.09.1903 – Arquivo Histórico do Itamarati].

Reinava este estado de coisas no Alto-Juruá e no Alto-Purus, em fins de 1903, quando Rio Branco, após concluir o ajuste de 17 de novembro, com a Bolívia, passou a tratar exclusivamente o caso do Peru. O Chanceler brasileiro iniciava a fase dinâmica das negociações para obter um arranjo que viesse pôr cobro ([243]) aos desentendimentos entre os dois países. (TOCANTINS, 1989)

---

[243] Cobro: Termo.

## *Pranto Geral dos Índios – Parte I*

***(Carlos Drummond de Andrade)***

*Chamar-te Maíra, Dyuna, Criador, seria mentir*
*Pois os seres e as coisas respiravam antes de ti*
*Mas tão desfolhadas em seu abandono*
*Que melhor seria não existissem.*

*As nações erravam em fuga e terror*
*Vieste e nos encontraste*
*Eras calmo pequeno determinado*
*Teu gesto paralisou o medo*
*Tua voz nos consolou, era irmã*
*Protegidos de teu braço nos sentimos*
*O akangatar mais púrpura e o Sol te cingira*
*Mas quiseste apenas nossa felicidade.*

*Eras um dos nossos voltando à origem*
*E trazias na mão o fio que fala*
*E o foste estendendo até o maior segredo da mata*
*A piranha a febre a queixada a cobra*
*Não te travavam o passo militar e suave*
*Nossas brigas eram separadas*
*Nossos campos de mandioca marcados*
*Pelo sinal da paz*
*E dos que assustavam pendia o punho*
*Fascinado pela força de teu bem-querer*
*Ó Rondon, trazias contigo o sentimento da terra [...]*

# *AHI 317/02/01*

A questão de fronteiras entre a Bolívia e o Peru era antiga e o Tratado de Petrópolis, acordado com a Bolívia, não agravou, absolutamente, esta situação. O território cedido pelo Brasil à Bolívia, em 1867, e recuperado em 1903, nunca fora cedido pelo governo boliviano ao Peru. Os peruanos não tinham sobre esta região, portanto, qualquer título válido de posse.

O Tratado de Petrópolis, de 17.11.1903, solucionando o caso boliviano-brasileiro, permitia, agora que a nossa chancelaria se voltasse exclusivamente para o Peru. Desde o início nosso "*Homem no Itamarati*" jamais admitiu que as questões de limites entre os três países fossem tratadas por Comissões, Tribunais Mistos ou por Arbitramento.

Rio Branco afirmava, baseado em exemplos históricos, que a negociação conjunta seria muito complexa, extremamente difícil e bastante complicada e, como no passado, poderia produzir um resultado insatisfatório.

Reproduzimos a Circular do Ministério das Relações Exteriores – AHI 317/02/01 do Caderno do Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD) – Ano IV, n° 7, 2005.

Esta Circular revela, de forma inequívoca, como os conhecimentos minuciosos e eruditos de história e geografia dos assessores do Barão do Rio Branco serviram-lhe de instrumentos para desempenhar, com sucesso, as negociações diplomáticas que marcaram a política externa brasileira na última década do século XIX e primeira década do século XX.

## AHI 317/02/01

Circular de 26.04.1904. Índice: “*Informação sobre a nossa questão de limites com o Peru*”.

Às legações brasileiras e consulados nos países em que não há legação

2ª Seção

N° 3

Circular

Em 26.04.1904.

Senhor ...,

Para seu conhecimento e instrução pessoal a respeito do pensamento do governo na questão de limites suscitada pelo Peru, inclusos remeto a V. ... exemplares impressos de uma nota que dirigi, em 11 do corrente, ao representante diplomático da mesma República e na qual procurei demonstrar claramente as razões que tivemos para não concordar em que o Peru tomasse parte nas nossas negociações com a Bolívia, como propôs em 03 de julho do ano passado [1903], e em não admitir o tríplice arbitramento por ele proposto em 11 de agosto desse ano [1904].

Ao mesmo tempo, declarei que o Brasil não aceita o arbitramento somente porque o governo estrangeiro diz que é seu um território que entendemos ser nosso, sem dar os fundamentos da sua pretensão.

O Brasil nunca recorreu ao juízo arbitral sem discussão prévia sobre a questão de direito e, no caso presente, só poderá entrar nessa discussão

depois que o Peru fizer retirar os Destacamentos Militares que mandou para o Alto Juruá e o Alto [...] por nós cedidos à Bolívia em 1867 e recuperados agora pelo Tratado de 17.11.1903.

Com estes elementos e os constantes da nota acima citada, ficará sem dúvida V. ... habilitado para dar as explicações que lhe sejam pedidas.

Tenho a honra de reiterar a V. ... os protestos da minha ...

Rio Branco

[Anexo]

2ª Seção

N. 1

Rio de Janeiro, Ministério das Relações

Exteriores, 11.04.1904.

Sr. Ministro,

No devido tempo tive a honra de receber a nota que V. Exª me dirigiu em 11 de agosto do ano passado [1903], respondendo à minha de 18 do mês precedente e propondo que as questões de fronteira entre o Brasil, o Peru e a Bolívia fossem submetidas a um árbitro.

Em conferência que tivemos, pouco depois do recebimento dessa Nota, declarei que o Governo Federal não podia concordar no proposto Tríplice Arbitramento, ou, como outros dizem, no Arbitramento Tripartido, e dei logo verbalmente a V. Exª as razões em que fundávamos esta segunda recusa.

Agora, venho confirmar por escrito as razões de que V. Exª em tempo útil já teve pleno conhecimento.

Antes de o fazer, porém, devo contestar a nota a que me refiro, na parte em que o Sr. Ministro procura mostrar que é de origem brasileira a ideia de uma Comissão ou de um tribunal misto para dirimir os desacordos sobre fronteiras entre os três citados países.

Com esse fim, alega que a proposta foi feita em janeiro de 1903 pelo Sr. Assis Brasil, nosso Ministro nos Estados Unidos da América, ao Sr. Alvarez Calderón, Ministro do Peru na mesma República, e que à essa proposta aludia o telegrama do governo de Lima, recebido em 02 de fevereiro do mesmo ano [1903] pelo Sr. Amador del Solar, então Ministro do Peru no Brasil.

Efetivamente, no telegrama que me foi comunicado naquela data pelo Sr. Solar, dizia assim o Ministro das Relações Exteriores, Sr. Larraburre:

> Por conducto de nuestra legación en Washington, recibí propuesta del Brasil someter Cuestión Acre comisión mixta compuesta Perú, Brasil, Bolivia.
>
> Acepté gustoso esta forma conciliadora.

Esse telegrama resultava de equívoco a que deu lugar a transmissão de uma conversa particular, havida em 28 de janeiro de 1903, entre os Ministros do Brasil e do Peru em Washington, durante a qual o primeiro redigiu apressadamente e entregou ao segundo um apontamento, em que consignou ideias que então lhe ocorreram.

É a esse apontamento escrito a lápis, se a lembrança do Sr. Assis Brasil lhe não é infiel que V. Exª dá o nome de "*memorandum*".

No mesmo dia 02 de fevereiro de 1903, declarei ao Sr. Solar que se tivéssemos alguma proposta a fazer ao governo peruano, seria necessariamente feita pelo intermédio da legação do Peru no Rio de Janeiro, ou pela do Brasil em Lima, e que jamais acreditamos que Comissões ou Tribunais Mistos pudessem resolver questões de limites, menos ainda litígios dessa natureza, entre mais de duas nações.

Não houve, portanto, nesse sentido, proposta alguma oficial de origem brasileira feita ao Peru em janeiro ou fevereiro de 1903, nem em data anterior ou posterior. Houve, porém, nesse sentido, e anteriormente, mais de uma sugestão ou proposta de origem peruana.

Em 28 de dezembro de 1868, a folha oficial em Lima publicou um despacho de 25 de novembro de 1868, do Sr. Barrenechea, Ministro das Relações Exteriores, ao Sr. La Torre Bueno, encarregado de negócios do Peru em La Paz, instruindo-o para manifestar que, no entender do governo peruano, o meio de se chegar a um resultado satisfatório seria a nomeação de comissários por parte do Peru, da Bolívia e do Brasil, a fim de verificarem a demarcação definitiva dos respectivos territórios.

Na mesma ocasião, o Sr. Barrenechea indicou esse expediente ao Cônsul-Geral do Brasil, Souza Ferreira, e ao secretário de legação, Ponte Ribeiro, que se achava então em Lima, sem caráter oficial [estavam interrompidas as nossas relações diplomáticas], e pediu a ambos que comunicassem ao Governo Imperial a ideia da reunião "*de uma Comissão Mista de representantes dos três Estados*".

Em nota de 22 de julho de 1870, dirigida à legação do Brasil em Lima, o Ministro das Relações Exteriores, Sr. Loayza, disse que o seu antecessor

havia proposto aos governos do Equador e Colômbia a reunião de uma Comissão Mista composta de representantes do Peru e de todos os Estados limítrofes e que o Sr. Mezones, Ministro do Peru no Brasil, havia sido incumbido de fazer igual proposta ao Governo Imperial, o que se não havia realizado por estar este diplomata ausente do Rio do Janeiro.

Julgava, pois, chegada a oportunidade de pedir oficialmente ao Ministro do Brasil, conselheiro Pereira Leal, que o informasse do pensamento que sobre o assunto abrigava então o governo brasileiro.

Outro documento oficial, este publicado na coleção de tratados do Peru, pelo Sr. Ricardo Aranda, Tomo II, página 583, mostra a persistente confiança do governo do Peru na eficácia de uma ação comum entre os países interessados para o deslindamento simultâneo de questões dessa natureza.

É a nota que, em 09 de julho de 1874, o Ministro das Relações Exteriores, Sr. J. de la Riva Agüero, endereçou ao representante do Brasil em Lima e na qual se lê o seguinte:

> Al contestar la nota de V. Exª, creo pues, conveniente y oportuno invitarlo para que, tomando las órdenes del Gobierno Imperial, provoquemos un acuerdo con el Gobierno de Bolivia, a fin de que, autorizando este a su representante en esta capital, podamos abrir Conferencias hasta llegar a un avenimiento, mediante El cual queden determinados de un modo definitivo los límites de los tres países en la línea Oeste-Este que, partiendo del Javary, debe terminar en el Madera.

Linha essa, acrescentarei eu, de que não fez menção alguma o Governo do Peru, quando negociou com o do Brasil o tratado de 1851, por entender, nesse tempo, com sobrada razão, que ao Sul e a Leste do Javari, na direção do Madeira, o Peru não confinava

com o Brasil e só por este e pela Bolívia podiam ser disputados tais territórios.

Como vê o Sr. Ministro, a ideia de uma Comissão ou de um Tribunal Misto, composto de representantes do Brasil, do Peru e da Bolívia, é incontestavelmente de origem peruana e todas as propostas nesse sentido partiram do governo do Peru – em 1868, 1870, 1874 e 1903. O governo brasileiro, porém, foi sempre e invariavelmente oposto a semelhante expediente.

Em despacho de 25 de janeiro de 1869, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, conselheiro Paranhos, depois Visconde do Rio Branco, incumbiu o Secretário Ponte Ribeiro de responder ao Sr. Barrenechea que o Governo Imperial só se podia prestar à fácil execução do que fora estipulado na convenção assinada em Lima aos 23 de outubro de 1851, tendo sido sempre contrário, em questões de soberania e segurança territorial, à reunião de congressos e comissões mistas.

Em 08 de março do mesmo ano [1869], o Barão de Cotegipe, que substituía aquele Ministro, enviou à legação imperial em La Paz cópia do citado despacho de 25 de janeiro, encarregando-a de comunicar ao governo boliviano que o do Brasil não aceitara a proposta do Peru, porque a julgava desnecessária e inconveniente.

Em nota de 25 de julho de 1870, o Ministro do Brasil em Lima repetiu ao governo peruano o que já lhe havia dito o secretário Ponte Ribeiro em nome do Governo Imperial, isto é, que este não podia concordar na proposta Comissão mista de representantes dos três governos e só estava disposto, e pronto, para a fiel execução do estipulado em 1851 com o Peru.

Em 1874, o Visconde de Caravelas, Ministro dos Negócios Estrangeiros, consultou os conselheiros de Estado Marquês de S. Vicente, Visconde de Jaguari, Nabuco de Araújo e Visconde de Niterói sobre a seguinte questão: deve o Governo Imperial aceitar o convite para a negociação em comum com o Peru e a Bolívia?

Sem discrepância alguma, os conselheiros consultados opinaram pela não-aceitação do convite e assim resolveu o Gabinete Imperial, embora não houvesse respondido ou mandado responder por escrito à precitada nota peruana de 09 de julho de 1874.

Demorada então a resposta, entendeu-se, mais tarde, ser ocioso dá-la fora de tempo, tanto mais quanto o governo peruano parecia haver desistido da sua ideia e já era oficialmente sabida em Lima, desde 1869, a opinião do governo brasileiro.

Afigurou-se ao Sr. Ministro que não tinham base segura as observações que fiz para motivar a inconveniência e ineficácia da negociação simultânea de questões territoriais entre três Estados litigantes.

Na sua resposta, porém, não encontrei razões ou precedentes que pudessem abalar a nossa convicção ou induzir-nos a modificar o procedimento que sobre o assunto tem tido o governo do Brasil desde que surgiu, em 1868, a ideia apresentada iterativamente pelo do Peru, durante o regime imperial neste país, e renovada agora, depois de trinta anos de completo abandono.

Não há negar que mui diversas eram as questões de limites entre o Brasil e a Bolívia e entre esta e o Peru, assim também que era muito outro, como afirmei, o terreno em que os governos do Rio de Janeiro e de Lima queriam colocar as suas

negociações com o de La Paz. O Peru e a Bolívia, procurando resolver o seu desacordo, baseavam-se em decisões da Corte de Madri, sobre limites internos da América espanhola, decisões que em nada obrigavam o Brasil, sucessor de Portugal nesta parte do continente.

Da margem direita do Ucayali e da nascente do Javari para Leste, o Peru pretendia ter direito a regiões imensas.

O Brasil, porém, no propósito de proteger milhares de nacionais seus, procurava haver, mediante compensações razoáveis, apenas uma parte do que nesses vastíssimos sertões tinha cedido à Bolívia pelo Tratado de 1867, isto é, empenhava-se em recuperar o seu direito primitivo sobre as Bacias do Alto Purus e do Alto Juruá, direito oriundo dos acontecimentos de 1801, os quais romperam para sempre e tornaram insubsistente o tratado preliminar de 1777, como reconheceu o governo peruano em 1841, nas negociações com o Brasil e também nas de que resultou a convenção de 23.10.1851.

É também inegável que só o Brasil e a Bolívia, havendo feito, até 1903, grandes sacrifícios e achando-se em situação incômoda pela prolongação das desordens no Acre, tinham verdadeiro interesse em resolver sem mais delongas a crise, o Brasil, sobretudo, porque dessa solução dependiam os destinos de uma numerosa população brasileira.

É ainda, para o governo do Brasil, fora de dúvida que a negociação conjunta, sobre ser bastante complexa, mais difícil e extremamente complicada – como já tive a honra de dizer – não poderia dar resultado algum satisfatório e produziria, inevitavelmente, novas delongas e dissensões.

O Sr. Ministro achou que isso não passava de uma afirmativa minha, insinuando, assim, que ela era insustentável ou que não tinham fundamento sério as previsões deste governo; mas não aduziu um só exemplo de negociação de tal natureza levada a bom termo e preferiu dizer, por alto, que julgava desnecessário estender-se sobre o caso, porque as declarações contidas na minha Nota – que também lhe pareceu inútil indicar – elucidavam bastante o ponto e davam assento mais sólido à atitude do seu governo.

Não é necessário alegar aqui a experiência que ao governo do Brasil deixou uma trabalhosa negociação desta natureza, nem multiplicar exemplos ou ir buscá-los longe para que encontremos prova evidente de ser uma ilusão o esperar que três potências litigantes possam, tratando em comum, resolver de modo profícuo e definitivo questões de território.

A própria história diplomática do Peru nô-la ministra.

Em Lima, congregaram-se plenipotenciários do Peru, Equador e Colômbia para o exame e ajuste das respectivas Questões de Limites, produzindo essa conferência, depois de muitas sessões e larga discussão, um Tratado de arbitramento em virtude do qual os três pleitos deviam de ser submetidos à decisão de Sua Majestade o Rei de Espanha.

São passados dez anos e o que se supunha então resolvido está na mesma situação anterior ao Tratado.

O Processo Arbitral não teve andamento algum e, nestes momentos mesmo, trabalha em Lima e em Quito a diplomacia peruana para que se torne efetiva a convenção de arbitramento que o Peru celebrou,

em 1887, com o Equador, deixando de lado a Colômbia, como já o fizera naquele ano e em 1890, quando tratou somente com o Equador, e procedendo como em 1851, quando negociou unicamente com o Brasil, não obstante saber que os territórios por onde foi traçada a fronteira eram também, como são ainda hoje, reclamados pelo Equador e pela Colômbia.

O desengano que assim teve o Peru, perdendo dez anos, sem progredir um passo, na porfia de que fossem resolvidas conjuntamente três questões diferentes, versando sobre linhas de fronteira enredadas umas com as outras, parecia dever levá-lo, no seu próprio interesse, a não mais pensar em combinações dessa natureza.

Se houvéssemos admitido a negociação conjunta proposta em 03 de julho do ano passado [1903], começaríamos por não nos entender sobre as bases das nossas pretensões. O Brasil e a Bolívia queriam discutir colocando-se no terreno das suas mútuas conveniências, dos seus recíprocos interesses no presente e no futuro, ou sobre o do Tratado de 1867, que o Peru desconhecia; o Peru e a Bolívia, sobre títulos da época colonial, emanados da sua antiga metrópole.

Na discussão com o Brasil, quereria o Peru assentar a sua pretensão sobre o Tratado de 1777, cuja validade o Brasil não pode admitir, ou procuraria persuadir-nos, com a sua interpretação de certos atos dos Reis de Espanha, de que é com o Peru e não com a Bolívia que o Brasil deve confinar no Vale do Amazonas a Leste do Meridiano da nascente do Javari. Quando mesmo nos pudéssemos entender e regular convenientemente a discussão, seria esta muito demorada e dar-se-ia, necessariamente, um destes três casos:

1) O Peru ligava-se ao Brasil contra a Bolívia, o que só se poderia verificar sacrificando o Brasil ao Peru pelo menos a região do Alto Juruá, ocupada, e desde muitíssimos anos, por brasileiros.

2) O Peru ligava-se à Bolívia contra o Brasil.

3) A Bolívia ligava-se ao Brasil contra o Peru.

No primeiro caso, ganhava o Peru e perdiam o Brasil e a Bolívia; no segundo, perdia o Brasil e ganhava o Peru; e no terceiro, nada perdia o Peru. As Conferências acabariam pelo rompimento da negociação ou, como as de 1894, em Lima, por um Tratado de Tríplice Arbitramento, que teria a mesma sorte do que foi assinado naquela ocasião. Estas considerações e o ensinamento que resulta da própria experiência do Peru, desde a sua malograda tentativa de 1894, bastam para demonstrar o acerto e prudência com que procedeu o governo do Brasil, deixando de aceitar as duas proposições que lhe foram feitas.

Simplificada agora a questão, depois do Tratado de 17 de novembro de 1903 último entre o Brasil e a Bolívia, ou, melhor, destacadas as duas questões – peru-boliviana e peruana-brasileira –, poderá o governo de Lima negociar e resolver ambas menos dificilmente. A promessa de arbitramento a que V. Exª se refere, contida na Convenção de 21.03.1903, concluída em La Paz, era para ter cumprimento se fosse impossível um Acordo Transacional entre o Brasil e a Bolívia, mas em caso algum para dar participação ao Peru no Processo Arbitral.

Julgou o Sr. Ministro conveniente dizer, de passagem, que o Peru nunca nos reconheceu direitos no tocante aos territórios sobre que o seu governo abriu litígio em 1863. É ponto para ser ventilado depois, porque não vem a propósito, sendo suficiente fazer

sentir agora que as ressalvas formuladas pelo Brasil, quando tratava com a Bolívia, importavam apenas o reconhecimento de que o Peru era também um pretendente e de nenhum modo importavam a admissão de que tivessem fundamento em direito as suas pretensões.

Não pudemos aceitar o Tríplice Arbitramento proposto, mas, certos da indisputabilidade do nosso direito, não duvidaremos submeter, em tempo, a um árbitro o nosso litígio. Só concordaremos nisso, porém, depois que o Peru evacuar as posições que ocupou militarmente desde fins de 1902 e depois de <u>sabermos quais os títulos que possui</u> para pretender disputar-nos os territórios que recuperamos e os que nos cedeu a Bolívia pelo Tratado de Petrópolis.

A disposição constitucional a que o Sr. Ministro alude nos não obriga a aceitar o arbitramento, somente porque um governo estrangeiro diz que pertence ao seu país um território que entendemos ser nosso. Durante a presidência do Dr. Prudente de Moraes e no caso da ocupação da Ilha da Trindade, o Brasil recusou, em 06.01.1896, o arbitramento proposto pelo governo britânico.

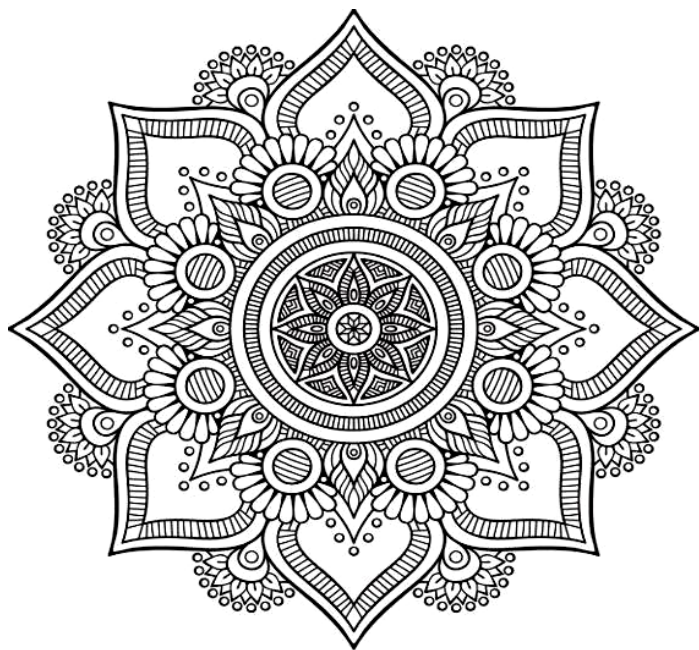
Três vezes tem o Brasil recorrido ao juízo arbitral para resolver antigos desacordos sobre limites: o que tínhamos com a República Argentina, relativo ao território de Palmas, impropriamente chamado de Missões; com a França, sobre o do Oiapoque ao Araguari e ao Rio Branco; e com a Inglaterra, nas Bacias do mesmo Rio Branco e do Essequibo.

Em nenhum desses casos foi o Brasil a arbitramento sem discussão prévia e troca de memórias justificativas, sem que as duas partes ficassem conhecendo os fundamentos da opinião contrária e tentassem transigir ou conciliar-se.

Agora, está ele pronto para proceder do mesmo modo com o Peru e só depende do Governo de V. Exª resolver se deve, ou não, seguir o exemplo dado, em questões semelhantes com o Brasil, pela República Argentina, pela França e pela Inglaterra.

Tenho a honra de reiterar a V. Exª os protestos da minha alta consideração.

Rio Branco

À S. Exª o Sr. Dr. D. Hernán Velarde, enviado extraordinário e Ministro plenipotenciário da República do Peru. (CHDD)

# *Modus Vivendi*

Graças à ação pioneira e patriótica desencadeada, com muita competência e determinação, pelo Governo do Estado do Amazonas é que se conseguiu pelas armas, com Plácido de Castro, e pela diplomacia, com Rio Branco, a incorporação das plagas acreanas ao Brasil. Os arrojados desbravadores haviam penetrado corajosa e progressivamente nas Bacias do Rio Purus, Acre e Juruá sem encontrar um único boliviano ou peruano sequer.

A geografia, por sua vez, mais tarde, impôs no Rio Acre que os interesses nacionais colidissem com os dos bolivianos e nos Vales do Alto-Purus e do Alto-Juruá nossa incontestável e laboriosa presença viesse a enfrentar os caprichos peruanos.

No dia 12.11.1898, o omisso e temeroso Governo Federal, totalmente alheio aos interesses nacionais permitiu que os bolivianos instalassem no Rio Acre um Porto Aduaneiro boliviano. No dia 03.01.1899, a Aduana de Puerto Alonso, hoje Porto Acre, foi inaugurada desencadeando, imediatamente, as insurreições acreanas contra a presença boliviana na região.

"***Temos um Homem no Itamarati***"

***Brasil x Bolívia***

Logo após a assinatura do Tratado, o Governo Federal criou o Território Federal do Acre e o dividiu em três Departamentos autônomos designando, em abril de 1904, o Coronel Rafael Augusto da Cunha Matos para Prefeito do Departamento do Acre, com sede em Rio Branco; Seringal Empresa (Rio Acre), o General

José Siqueira de Meneses para Prefeito do Alto-Purus sediado em Sena Madureira (Rio Iaco) e o Coronel Thaumaturgo de Azevedo para Prefeito do Alto-Juruá em Cruzeiro do Sul (Rio Juruá).

### *Brasil x Peru*

Rio Branco sempre afirmou que o governo brasileiro não aceitaria qualquer tipo de negociação baseada no Tratado de Santo Ildefonso [1777], como pretendiam os peruanos já que este Tratado tinha sido declarado nulo pelo Tratado de Badajós [1801]. Os peruanos intensificam as ações bélicas, mas o Chanceler brasileiro, que conhecia as questões de limites, como poucos, não se curvou às pressões militares peruanas e respondeu enfaticamente às provocações afirmando em Nota Oficial ao Ministro Hernán Velarde:

> é que o Governo peruano começou em fins de 1902 e meados de 1903 a apoderar-se, "*manu militare*" ([244]), dos territórios em litígio, quase que exclusivamente habitados por brasileiros, procurando modificar o estado em que se achavam as coisas, e acreditando que tais invasões e tomada de posse violentas, efetivadas à última hora, lhe podiam alcançar posição vantajosa no processo arbitral que desejava. [Rio Branco, 27.06.1904 – Arquivo Histórico do Itamarati]

Eventualmente, atendendo às solicitações dos cidadãos brasileiros, as Forças Nacionais intervêm a fim de evitar que os abusos por parte das autoridades peruanas se perpetuem.

---

[244] Manu militare: com poder militar.

No dia 10.11.1903, o Ministro Hernán Velarde apresenta um protesto junto ao Itamarati nos seguintes termos:

> Un Destacamento Militar ha penetrado en territorio peruano llegando hasta la Boca del Río Chandless en cuyas márgenes se hallaban establecidas la Aduana, la Comisaría y una diminuta guarnición peruana, de que el jefe de la fuerza brasilera, procediendo en nombre del Gobernador del Acre, intimó a los peruanos la desocupación del territorio. [...] que tropas del Brasil han invadido el Perú, desposando al amparo de la sorpresa y del número a las legítimas autoridades territoriales.

Os peruanos tentaram iniciar seu processo de ocupação instalando pontos de apoio à sua exploração e comércio do caucho. Uma tropa do exército peruano, em março de 1904, tentou reconquistar a Boca do Chandless, atacando inicialmente os brasileiros no Barracão do Funil e outros Barracões do Alto-Purus com o objetivo de conseguir mantimentos para suas tropas.

O Prefeito do Alto-Purus, Cândido José Mariano, enviou um Ofício Reservado, no dia 21.02.1906, ao Barão do Rio Branco, informando que no Barracão Funil os brasileiros "*despercebidos do que lhes ia suceder e ocupados com os seus afazeres*" não conseguiram "*re-pelir tão insólita agressão, e aí, de posse do lugar, cometeram toda a sorte de tropelias, violando brutal-mente algumas das mulheres brasileiras e aprisionando o proprietário do mesmo, de nome Francisco Correa de Meneses, e mais dez fregueses seus, todos brasileiros*".

Os peruanos levaram os prisioneiros para o Peru e fuzilaram a quase todos. Relata Leandro Tocantins:

As populações ribeirinhas ficaram em pânico e apelaram para o Coronel José Ferreira de Araújo. Este reuniu uma centena de seringueiros e foi ao encontro dos peruanos. Cruzeiro, "*Cuartel General*" dos incursores, já estava abandonado quando a diligência brasileira alcançou-o. Ferreira de Araújo prosseguiu para montante, encontrando, na passagem, barracões destruídos e pessoas famintas, pois houvera saque de víveres. E na Foz do Santa Rosa deparou com o novo acampamento peruano, a fervilhar de gente, sendo recebido a bala, o que deu ensejo a renhida luta durante o dia 31 de março de 1906, noite adentro, até 11 horas da manhã de 1° de abril de 1906. Os invasores retiraram-se, na maior parte, protegidos pela escuridão da noite, indo procurar os varadouros das cabeceiras do Rio.

Estes fatos foram reproduzidos dos jornais de Manaus por "*O País*", de 26.07.1904, cujos recortes se encontram na Coleção de Rio Branco, Arquivo Histórico do Itamarati. Logo após a essa ocorrência, o General Luis Antônio de Medeiros, Comandante do Distrito Militar, em Manaus, recebeu uma Comissão de proprietários do Alto-Purus que lhe foram narrar os fatos e pedir proteção. Os brasileiros prenderam 5 peruanos em Funil e sem o consentimento de José Ferreira de Araújo e sua completa ignorância [diz o Prefeito Candido Mariano], sob a chefia "*de um desalmado de nome Jorge Rangel deram morte aos prisioneiros*", fato "*reprovado por todos, não lhes servindo de desculpa o modo por que foram tratadas pelos peruanos as famílias naquele lugar.* "*Esse tristíssimo caso, originário da invasão peruana no território nacional e das depredações por ela cometidas merece a censura dos homens educados*". Mas, "*trata-se de gente sem instrução e inteiramente dominada pelo ódio à vista dos horrores ali praticados pelo invasor audaz*".

Estas ocorrências só vieram a ser conhecidas no Rio de Janeiro nos últimos dias de abril, através de telegramas de Manaus. Somadas aos preparativos militares do Brasil, na capital amazonense, aumentavam de muito a tensão psicológica. Mas o bom senso acabou por vencer a intransigência peruana que poderia ter arrastado a uma guerra não desejada pelas duas nações. A 08.05.1904, o Ministro Hernán Velarde dirigiu uma nota ao Itamarati cujos termos já indicavam melhores disposições de espírito do Governo peruano. A certa altura, dizia o representante do país vizinho:

> Hoy, Señor Ministro, interpretando el espíritu de concordia que guía y ha guiado siempre a mi Gobierno en sus relaciones con el Brasil, propongo a V. Exª como medio decoroso de salvar las graves dificultades en que se hallan comprometidos nuestros respectivos países la neutralización de la zona reconocida como litigiosa por ambos los Gobiernos y la consecuente retirada de las fuerzas que pudiesen encontrarse en esa zona, mientras se negocia un acuerdo que ponga término a toda dificultad entre nuestros respectivos países.

A nota foi lida a Rio Branco por Velarde e, explicada a inteligência da "*zona reconocida como litigiosa*" não logrou acolhimento do Chanceler, porque, se aceita, ficaria neutralizado todo o imenso território pretendido pelo Peru, tanto o que se estende ao Sul da linha Madeira-Javari do caduco Tratado de 1777, compreendendo 251.000 km² no Estado do Amazonas, ao Norte da oblíqua Javari-Beni. "*Ponderei imediatamente ao Sr. Velarde que tal proposta era inadmissível*".

O Brasil só aceitava a neutralização de dois pequenos territórios no Alto-Juruá e no Alto-Purus, e nesse sentido o Itamarati ia redigir uma nota em termos explícitos. (TOCANTINS, 1989)

Rio Branco negou-se a tentar qualquer tipo de acordo com o Governo de Lima enquanto os Destacamentos Militares peruanos permanecessem nas regiões do Alto-Juruá e Alto-Purus. Como as ações peruanas persistissem, o Presidente Rodrigues Alves determinou ao General Luiz Antônio de Medeiros, Comandante do 1° Distrito Militar, sediado em Manaus, AM, que organizasse dois destacamentos e os deslocasse para o Alto-Juruá e o Alto-Purus. O Comando de 300 combatentes, destinados ao Alto-Purus, coube ao Major Olímpio de Oliveira, enquanto o Tenente-Coronel Cipriano Alcides, no comando de 225 soldados do 15° Batalhão de Infantaria, seguiria para o Alto-Juruá. Partiram ambos, de Manaus, em princípio de maio.

**AHI 317/02/01**

Circular de 20.05.1904. Índice: "*Denúncia do Tratado de Comércio com o Peru*".

Ao Corpo Diplomático e Consular

3ª Seção – N° 6 – Circular

Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 20.05.1904.

Sr. ...,

O Presidente da República denunciou, em data de 18 do corrente [05.1904], o Tratado de Comércio e Navegação concluído entre o Brasil e o Peru em 10.10.1891. Esse Tratado, portanto, ficará sem vigor em 18.05.1905. Resolveu também S. Exª proibir o trânsito de armas e quaisquer elementos de guerra com destino ao Peru, pelo Amazonas brasileiro.

Os motivos dessa proibição estão declarados na cópia anexa da nota que, em 16 do corrente

[05.1904], dirigi à legação peruana. Conseguintemente, sempre que os cônsules brasileiros souberem do despacho de armas e munições de guerra para Iquitos ou qualquer outro porto do Amazonas peruano e também da compra e saída de embarcações armadas ou destinadas a serem armadas em guerra no Peru, deverão dar pronto aviso à legação do Brasil no país em que residirem para que transmita as precisas informações pelo telégrafo a este Ministério.

Aos despachantes e aos capitães de navio com destino ao Amazonas deverão dar aviso da proibição de passagem de armas e munições, mas procederão prudentemente, sem fazer anúncios nos jornais ou praticar atos que possam assustar o comércio e dar lugar a notícias exageradas.

Tenho a honra de reiterar a V. S. os protestos da minha estima e consideração.

Rio Branco

Anexo à circular de 20.05.1904, expedida pela 3ª seção, ao Corpo Diplomático e ao Consular Brasileiro

Nota dirigida à legação do Peru no Brasil

2ª Seção – N° 2 – Rio de Janeiro – Ministério das Relações Exteriores, 16.05.1904.

Sr. Ministro – Pouco depois de haverem aparecido partidas de peruanos caucheiros em alguns dos afluentes ocidentais do Alto Juruá, o governo do Peru pretendeu obter a liberdade de trânsito por esse Rio, em favor do "*incipiente comércio*" peruano na região, como está declarado em nota de 14.06.1898, da sua legação no Brasil, alegando direitos que não tinha e não podia ter, porque o Juruá é Rio que corre a leste da fronteira convencionada, em 1851, entre o Brasil

e o Peru e a parte Meridional da Bacia desse Rio, que recuperamos pelo tratado de 17.11.1903, pertencia então à Bolívia, por cessão que lhe havíamos feito em 1867. Da simples alegação, que nenhum valor tinha, passou o Governo de Lima ao estabelecimento de um Posto Militar e aduaneiro na Boca do Amônea, afluente do Alto Juruá, em fins de outubro de 1902, e ao de um segundo em frente da confluência do Chandless, no Alto Purus, em fins de junho do ano passado, invadindo territórios descobertos, explorados e de longa data povoados exclusivamente por brasileiros e empregando a força para cobrar impostos e embaraçar a navegação brasileira.

Dessas intrusões resultaram não só a devastação de florestas de cauchos em territórios que não eram peruanos, mas também as costumadas "*correrias*" dos caucheiros do Peru contra os índios selvagens, que reduzem à escravidão, o saque e o incêndio de antigas propriedades de brasileiros, a ocupação de outras por destacamentos de tropa peruana, o derramamento de sangue e violências de toda a espécie praticadas contra os nossos nacionais. [...]

Há poucos dias nos chegaram notícias de novos excessos praticados no Alto Purus pelos caucheiros e seus índios escravizados. Por outro lado, estamos informados de que o governo de Lima pôs em movimento tropas para o departamento de Loreto e para as regiões invadidas. Chegados à semelhante situação, o Sr. Presidente da República encarregou-me de comunicar a V. Exª que ele resolveu proibir o trânsito de armas e outros elementos de guerra com destino ao Peru, pela via do Amazonas.

O Brasil abriu, em 1866, a navegação desse Rio a todas as nações amigas e o Tratado de Comércio e Navegação que concluiu com o Peru, em 10.10.1891, estabeleceu certas regras e facilidades para o trânsi-

> to de navios e mercadorias entre os portos fluviais peruanos e os do Brasil e Ultramar; mas, entende-se que elas só eram e são aplicáveis ao trânsito inocente e, de modo algum, à passagem de meios de agressão e de guerra para serem aplicados contra o Brasil e seus nacionais. Neste caso, o direito nacional de trânsito, que somente para outros fins poderia alegar o Peru, entra em conflito com o natural e absoluto, que ao Brasil cabe, de prevenir e obstar, tanto quanto possível, agressões futuras que mais comprometam a paz.
>
> O governo brasileiro, com essa proibição, usa do chamado direito de segurança, ou de própria conservação, ao qual prudentemente se pode recorrer antes do emprego de represálias. E é por isso que mandou retirar, em Manaus, do vapor, os caixões com armamentos e munições vindos da Europa com destino a Iquitos. O governo peruano ou os consignatários poderão tomar as providências necessárias para que esses carregamentos sigam ao seu destino por alguma outra via. (CHDD)

Os peruanos estavam tentando reforçar seus arsenais para desencadear uma grande mobilização e foi neste contexto que o General Luiz Antônio de Medeiros determinou a apreensão de dois vapores ingleses: o Ucaiali e o Napo, procedentes de Liverpool, Inglaterra, carregados com material bélico, destinada ao Peru, em flagrante desrespeito ao Tratado de Comércio em vigor. Imediatamente, o Brasil determinou a interdição do trânsito de armas e petrechos de guerra destinados ao Peru, pelo Amazonas.

A notícia repercutiu na Europa e a empresa de navegação Red Cross Iquitos Steam Ship, que estava embarcando idêntico material para o Peru publicou, em 12.05.1904, nos jornais de Liverpool:

> Devido à ameaça de rompimento de hostilidades entre o Brasil e o Peru, somos obrigados a reter todos os carregamentos do vapor Bolívia a sair para Iquitos, a 12 do corrente [05.1904], que consistam em armas, cartuchos de pólvora, chumbo de munição e quaisquer outras mercadorias ou materiais que possam ser considerados ou usados como munição de guerra. (CHDD)

Como o Congresso do Peru havia autorizado seu governo a tomar um grande empréstimo para compra de canhões Krupp da Alemanha, o Barão do Rio Branco solicitou ao Marechal Francisco de Paula Argollo, Ministro da Guerra, que concentrasse no Amazonas 4.000 homens, com os meios necessários para tomar as lanchas de guerra peruanas, ocupar Iquitos e dominar o Rio Ucaiali, por onde teriam de transitar possíveis reforços para o Alto-Juruá e o Alto-Purus em caso de conflito. Os combates entre peruanos e brasileiros prenunciavam uma guerra iminente.

Rio Branco, atento, caso o conflito irrompesse, aproveitou a oportunidade para conseguir o apoio da Bolívia e negociar ainda uma aliança com o Equador, país que amargava com o Peru uma antiga e litigiosa questão de fronteiras. As providências tomadas pelo Governo brasileiro abalaram o ânimo das autoridades de Lima que ordenaram ao Ministro Hernán Velarde que buscasse uma conciliação.

Velarde insistiu em neutralizar, durante algum tempo, uma zona que abrangia os territórios do Alto-Purus, do Alto-Juruá e, usando de nítida má-fé, baseado na Linha Madeira-Javari do extinto Tratado de Santo Ildefonso, tentava estender esta área até ao Município de Lábrea, Amazonas.

Rio Branco, conciliador, como sempre, conseguiu que se estabelecesse, a 12.07.1904, um "*Modus Vivendi*", que se destinava a prevenir possíveis conflitos no Alto-Purus e no Alto-Juruá, neutralizando os territórios contestados, permitindo aos dois Governos estabelecerem as bases para uma futura decisão amigável que resultaria num Tratado honroso para ambas as partes.

O "*Modus Vivendi*" era mais uma tática inteligente que permitiria dar continuidade ao projeto de ocupação pelos nossos nacionais interrompendo, temporariamente, os conflitos entre caucheiros e seringueiros, estimulados pelas tentativas peruanas de estabelecer Postos Aduaneiros no Alto-Purus e no Alto-Juruá, densamente habitados por brasileiros, até que se chegasse aos acordos diplomáticos definitivos.

O "*Modus Vivendi*", de 12.07.1904, assinado por Rio Branco e o Ministro peruano Hernán Velarde, no Palácio Itamarati, segundo o seu prólogo, tinha como objetivo prevenir possíveis conflitos no Alto-Purus e no Alto-Juruá permitindo aos dois governos ultimarem as tratativas amigáveis para um acordo definitivo e honroso para ambas as partes.

**Modus Vivendi**

01° A discussão diplomática para um acordo direto sobre a fixação de limites entre o Brasil e o Peru desde a nascente do Javari até a linha de onze graus de Latitude Sul começará no primeiro dia de agosto e deverá ficar encerrada no dia 31 de dezembro deste ano de 1904;

02° Os dois Governos, desejosos de manter e estreitar cada vez mais as suas relações de boa vizinhança, declaram desde já o seu sincero propósito de recorrer a algum dos outros meios de resolver amigavelmente litígios internacionais, isto é, aos bons ofícios ou a mediação de algum Governo amigo, ou à decisão de um árbitro, se dentro do indicado prazo, ou no das prorrogações em que possam convir, não conseguirem um acordo direto e satisfatório;

03° Durante a discussão, ficarão neutralizados os seguintes territórios em litígio:

a) o da Bacia do Alto-Juruá desde as cabeceiras desse Rio e dos seus afluentes superiores até a Boca e margem esquerda do Rio Breu e daí para Oeste pelo Paralelo da Confluência do mesmo Breu até o Limite Ocidental da Bacia do Juruá;

b) o da Bacia do Alto-Purus desde o Paralelo de onze graus até o lugar denominado Cataí inclusive.

04° A polícia de cada um dos dois territórios neutralizados será feita por uma Comissão Mista, formada de uma Comissão Brasileira e outra Peruana. Cada Comissão se comporá de um Comissário, do posto de Major ou Capitão, de um Comissário substituto, do posto de Capitão ou Tenente, e de uma escolta de 50 homens e as embarcações miúdas que forem necessárias;

05° À margem esquerda da confluência do Breu ou em algum outro ponto águas acima, sobre o Juruá, assim como em Cataí, ou em algum outro ponto próximo sobre o Purus, se estabelecerão Postos Fiscais Mistos, que darão guias para que os direitos de exportação dos produtos das duas regiões provisoriamente neutralizadas sejam cobradas na Alfândega brasileira de Manaus ou na de Belém do Pará, e

receberão os certificados de pagamento de direitos de importação que em alguma das duas citadas Alfândegas brasileiras de Manaus e Pará, ou na peruana de Iquitos, tenham sido efetuados para os despachos de mercadorias com destino aos ditos territórios provisoriamente neutralizados.

Esses direitos de importação serão os mesmos que o Governo Federal Brasileiro presentemente faz cobrar nas suas estações fiscais, e deles caberá a metade a cada um dos dois países;

06° Os crimes cometidos por brasileiros nos dois territórios neutralizados serão julgados pelas Justiças do Brasil, e os cometidos por peruanos pelas Justiças do Peru. Os indivíduos de outras nacionalidades que cometerem crimes contra Brasileiros serão julgados pelas Justiças do Brasil, e contra Peruanos, pelas do Peru. Quanto aos acusados que pertençam a outras nacionalidades por crimes contra indivíduos que não sejam Brasileiros ou Peruanos, a jurisdição competente para julgá-los será a brasileira ou a peruana, segundo determinação que tomem de comum acordo os Comissários das duas Repúblicas, depois do exame das circunstâncias do caso;

07° As dúvidas ou divergências que se suscitarem entre os Comissários serão levadas ao conhecimento dos dois Governos para as resolverem;

08° Ficarão a cargo de cada um dos dois Governos as despesas com o respectivo pessoal e material, inclusive a referente à escolta;

09° Além das duas Comissões Mistas de administração, cada Governo nomeará um Comissário Especial para o Alto-Purus e outro para o Alto-

Juruá, com os auxiliares e escolta que sejam necessários formando assim duas outras Comissões Mistas que serão incumbidas de fazer um reconhecimento rápido desses dois Rios nos territórios neutralizados;

10° O pessoal das Comissões de que tratam os artigos anteriores será designada no prazo de trinta dias a partir desta data do presente acordo, devendo chegar às regiões com a maior brevidade possível;

11° Formularão ambos os Governos, de comum acordo, as instruções pelas quais se deverão guiar as Comissões Mistas;

12° Os dois Governos, do Brasil e do Peru, declaram que as cláusulas deste acordo provisório não afetam de modo algum os direitos territoriais que cada um deles defende. (CHDD)

# Bibliografia

*ACUÑA, Christóbal de.* ***Nuevo Descubrimiento del gran Rio de las Amazonas*** *– Espanha – Madrid – Ed. García, 1891.*

*ALVAREZ, Ricardo.* ***Los Piros: Legendas, Mitos Cuentos*** *– Perú – Lima – Instituto de Estudios Tropicales Pio Aza, 1960.*

*ANDRÉA, Júlio. A Marinha Brasileira:* ***Florões de Glórias e de Epopeias Memoráveis*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – SDGM, 1955.*

*AZEVEDO, Gregório Thaumaturgo.* ***O Acre: Limites com a Bolívia*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Typ. do Jornal do Commercio de Rodrigues & Comp., 1901.*

*AZEVEDO, Gregório Thaumaturgo.* ***Limites Entre o Brasil e a Bolívia*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Oficinas Gráficas da Diretoria do Serviço Geográfico, 1953.*

*BAENA, Antônio Ladislau Monteiro.* ***Ensaio Chorographico do Pará (1839)*** *– Brasil – Brasília, DF – Senado Federal, 2004.*

*BARBOSA, Ruy.* ***O Direito do Amazonas do Acre Septentrional*** *– Brasil – Rio De Janeiro, RJ – Typographia do "Jornal do Commercio" de Rodrigues & Comp., 1910.*

*BASTOS, Aureliano Cândido Tavares.* ***O Vale do Amazonas*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – B. L. Garnier, Livreiro Editor, 1866.*

*BRAUN, Jayme Caetano Braun.* ***De Fogão em Fogão*** *– Brasil – Porto Alegre, RS – Artes e Ofícios Editora Ltdª, 2002.*

*BULCÃO, Soares.* ***Subsídio para a História do Departamento do Alto Purus*** *– Brasil – Fortaleza, CE – Revista do Instituto do Ceará, 1940.*

*CAMPOS, Humberto de.* ***O Monstro e Outros Contos - O Furto (Conto Amazônico)*** *– Brasil – Porto Alegre, RS – Simplíssimo Livros Ltdª, 2012.*

*CASAL, Manuel Aires de.* ***Corografia Brasílica*** *– Brasil – São Paulo, SP – Livraria Itatiaia Editora Ltdª – Editora da Universidade de São Paulo, 1976.*

*CASTELNAU, Francis de.* ***Expédition Dans les Parties Centrales de l'Amérique du Sud, de Rio de Janeiro à Lima et ... (1843–1847) – Volume V*** *– França – Paris – Chez P. Bertrand, Libraire–Éditeur, 1857.*

*CASTRO, Bernardo Pereira Berredo e.* ***Annaes Históricos de Berredo*** *– Itália – Florença – Typographia Barbera, 1905.*

*CASTRO, Plácido de –* ***Apontamentos sobre a Revolução Acreana*** *– Brasil – Manaus, AM – Editora Valer, 2003.*

*CERVANTES, Miguel de.* ***Dom Quixote de la Mancha*** *– Brasil – São Paulo, SP – Editora Abril, 1978.*

*CHANDLESS, William.* ***Notes of a Journey up the River Juruá*** *– Inglaterra – Londres – Journal of the Royal Geographical Society of London, 1869.*

*CHDD (Centro de História e Documentação Diplomática), Cadernos da Fundação Alexandre de Gusmão.* ***Circulares do Ministério das Relações Exteriores*** *– Brasil – Brasília, DF – Ano IV, n. 7, 2005.*

*CONDAMINE, Charles-Marie de La.* ***Viagem na América Meridional Descendo o Rio das Amazonas*** *– Brasil – Brasília, DF – Senado Federal, 2000.*

*COSTA, João Craveiro.* ***A Conquista Ocidental do Deserto Ocidental*** *– Brasil – São Paulo, SP – Companhia Editora Nacional, 1940.*

*CRULS, Luiz.* ***Limites entre Brasil e Bolívia. Relatório apresentado ao Dr. Olytho de Magalhães*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Imprensa Nacional, 1902.*

*CRULS, Luiz, 1848-1905.* ***Relatório Cruls: Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil*** *– Brasil – Brasília, DF – Senado Federal, 2003.*

*CUNHA, Euclides da.* ***Os Sertões*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Livraria Francisco Alves, 1902.*

*CUNHA, Euclides da.* ***Entre os Seringais*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Revista Kósmos n° 01, janeiro de 1906.*

*CUNHA, Euclides da.* ***Peru Versus Bolívia*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Livraria Francisco Alves, 1907.*

*CUNHA, Euclides da.* ***Contrastes e Confrontos*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Editora Record, 1975.*

*CUNHA, Euclides da.* ***Um Paraíso Perdido*** *– Brasil – Brasília, DF – Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.*

*FONTANA, Riccardo.* ***Francesco Tosi Colombina, Explorador, Geógrafo, Cartógrafo e Engenheiro Militar Italiano no Brasil do século XVIII*** *– Brasil – Brasília, DF – Editora R. Fontana Brasília, 2004.*

*FRAGOSO, Augusto Tasso.* ***Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Ed. FGV, 2001.*

*GODOY & VIEIRA, Paulo Roberto Coelho de Godoy & Antonio Paulo VIEIRA.* ***Hidrovias Interiores*** *– Brasil – Brasília, DF – Ministério dos Transportes do Brasil. Departamento de Vias Navegáveis (www.mma.gov.br), 2000.*

*GOMES, Augusto da Cunha.* ***Comissão de Limites Entre o Brazil e a Bolívia – Reexploração do Rio Javari*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Typographia Leuzinger, 1899.*

*GOYCOCHÉA, Luís Felipe de Castilhos.* ***Fronteiras e Fronteiros*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Companhia Editora Nacional, 1943.*

*GUIMARÃES, Adir.* ***Conferência Realizada, em 1939, na Sede da Escola de Geógrafos do Exército, no dia do Soldado*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Escola de Geógrafos do Exército, 1940.*

*HUBBARD, Elbert.* ***A Message to Garcia*** *– EUA – New York – The Philistine Magazine, 1899.*

*JB N° 94.* ***Coordenadas Retificadas*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Jornal do Brasil, n° 94, 04.04.1901.*

*JC N° 132.* ***Coordenadas Geográficas de Belém, Pará*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Jornal do Commercio, n° 132, 13.05.1901.*

*LACERDA, Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque.* ***Relatório com que o Ilm° e Exm° Sr. Dr. Lacerda Entregou a Administração da Província do Amazonas ao Ilm° e Exm° Sr. Tenente Coronel Inocêncio Eustáquio Ferreira de Araújo*** *– Brasil – Recife, PE – Typ. do Jornal do Recife, 1865.*

*LIMA, José Francisco de Araújo.* ***Amazônia - a Terra e o Homem*** *– Brasil – São Paulo, SP – Companhia Editora Nacional, 1937.*

*MARAJÓ, José Coelho da Gama e Abreu, Barão de.* ***As Regiões Amazônicas: Estudos Chorográphicos dos Estados do Grão Pará e Amazonas*** *– Portugal – Lisboa – Imprensa de Libanio da Silva, 1895.*

*MARCOY, Paul.* ***Viagem Pelo Rio Amazonas*** *– Brasil – Manaus, AM – Editora da Universidade do Amazonas, 2006.*

*MENDONÇA, Bellarmino.* ***Reconhecimento do Rio Juruá (1905)*** *– Brasil – Rio Branco, AC – Fundação Cultural do Estado do Acre, 1989.*

*MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas.* ***Luiz Cruls, Explorador do Céu e da Terra*** *– Brasil – Brasília, DF – Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, 1999.*

*NERY, Frederico José de Santa Anna, Barão de Santa Anna Nery.* ***O País das Amazonas*** *– Brasil – São Paulo, SP – Livraria Itatiaia Editora Ltdª – Editora da Universidade de São Paulo, 1979.*

*NORONHA, José Monteiro de.* ***Roteiro da Viagem da Cidade do Pará até as Últimas Colônias do Sertão da Província (1768)*** *– Brasil – São Paulo, SP – Livraria Itatiaia Editora Ltdª – Editora da Universidade de São Paulo, 2006.*

*RAIMONDI, Antonio.* ***El Perú*** *– Perú – Lima – Imprenta del Estado, 1879.*

*RODRIGUES, João Barbosa.* ***As Heveas ou Seringueiras*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ –Imprensa Nacional, 1900.*

*SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de.* ***Diário da Viagem que em Visita, e Correição das Povoações da Capitania de São José do Rio Negro fez o Ouvidor e Intendente Geral da mesma, F. X. Ribeiro de Sampaio no ano de 1774 e 1775*** *– Portugal – Lisboa – Typographia da Academia Real das Sciencias, 1825.*

*SOBRINHO, Dr. José Moreira Brandão Castello Branco.* ***O Rio Acre*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – Volume 225 – Departamento de Imprensa Nacional, 1954.*

*SOBRINHO, Dr. José Moreira Brandão Castello Branco.* ***Peruanos na Região Acreana*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – Volume 244 – Departamento de Imprensa Nacional 1959.*

*SOBRINHO, Dr. José Moreira Brandão Castello Branco.* ***O Juruá Federal*** *– Brasil – Brasília, DF – Senado Federal, 2005.*

*SPIX & MARTIUS, Johann Baptist Von Spix e Carl Friedrich Philipp Von Martius.* ***Viagem pelo Brasil 1817 – 1820*** *– Brasil – São Paulo, SP – Edições Melhoramentos, 1968.*

*STIGLICH, Germán.* ***Geografia Comentada del Perú*** *– Perú – Lima – Editora SanMarti y C°, 1912.*

*TASTEVIN, Constant.* ***Le Fleuve Muru. In: La Géographie, Tomo XLIII*** *– França – Paris – Missions Catholiques, 1920.*

*TEFFÉ, Tetrá de.* ***Barão de Tefé, Militar e Cientista, Biografia do Almirante Antônio Luís von Hoonholtz*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Centro de Documentação da Marinha, 1977.*

*THEOPHILO, Rodolpho.* ***Libertação do Ceará*** *– Brasil – Ceará – Fundação Waldemar Alcântara, 2001*

*TOCANTINS, Leandro.* ***Amazônia – Natureza, Homem e Tempo*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Biblioteca do Exército – Editora Civilização Brasileira, 1982.*

*TOCANTINS, Leandro.* ***Os Olhos Inocentes*** *– Brasil – São Paulo, SP – Editora Philobiblion, 1984.*

*TOCANTINS, Leandro.* ***Formação Histórica do Acre, Volume II*** *– Brasil – Brasília, DF – Conselho Federal de Cultura e Governo do Estado do Acre, 1989.*

*TOCANTINS, Leandro.* ***Formação Histórica do Acre, Volume I*** *– Brasil – Brasília, DF – Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.*

*VARNHAGEM, Francisco Adolpho de.* ***História Geral do Brasil*** *– Volume II – Espanha – Madrid – Imprensa da V. de Dominguez, 1854.*

*Eu observava encantado, nas margens externas das curvas, os enormes paredões sendo moldados continuamente pela força das águas. Volta e meia grandes blocos arenosos despencavam ruidosamente, por vezes blocos maiores carregavam consigo a vegetação marginal, abatendo cruelmente, em poucos segundos, árvores centenárias. O Rio Juruá traz no seu DNA a inconstância tumultuária do Amazonas.*

*O Rio-Mar teve um avô formidável que corria para Noroeste e desaguava no Pacífico nas priscas eras da "Pangea"; teve como pai o "Lago Pebas", quando os continentes se separaram e suas águas foram barradas pela Cordilheira dos Andes que se formou.*

*(Coronel de Engenharia Hiram Reis e Silva)*